

DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

CRESCIMENTO, EMPREGO E DESIGUALDADES



2018

Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018

CRESCIMENTO, EMPREGO E DESIGUALDADES

As opiniões expressas e os argumentos utilizados não refletem necessariamente as opiniões oficiais da Comissão da União Africana; ou dos países membros da OCDE, ou do Centro de Desenvolvimento desta organização.

Este documento e qualquer dados e mapa aqui incluídos foram elaborados sem prejuízo do status ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome do território, cidade ou área.

Originally published by the OECD in English under the title *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities* © 2018 AUC/OECD.

Por favor, cite esta publicação como:

AUC/OECD (2018), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018: Crescimento, emprego e desigualdades*, AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris.
<https://doi.org/10.1787/9789264306301-pt>

ISBN 978-92-64-30629-5 (impresso)
ISBN 978-92-64-30630-1 (pdf)

African Union Commission
ISBN 978-92-95104-48-8 (Print)
ISBN 978-92-95104-49-5 (PDF)

Fotografias: Design da capa por Aida Buendia (Centro de Desenvolvimento da OCDE), com base em imagens de Smilewithme, Taparong Siri, Sidhe, baldyrgan / Shutterstock.com

As erratas das publicações da OCDE podem ser acedidas online em: www.oecd.org/publishing/corrigenda.

© AUC/OECD 2018.

O conteúdo da OCDE pode ser copiado, baixado ou imprimido para uso pessoal. Partes do conteúdo das publicações da OCDE, bases de dados e produtos multimédia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da OCDE como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), info@copyright.com, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) contact@fcopies.com.

Prefácio

Este novo relatório anual, *Dinâmicas do desenvolvimento em África*, analisa as políticas de desenvolvimento do continente. Apresenta uma narrativa inovadora sobre o desenvolvimento africano, avaliando o desempenho económico, social e institucional à luz das metas da Agenda 2063 da União Africana. Esta primeira edição examina as relações entre o crescimento, o emprego e as desigualdades em África e elabora implicações estratégicas para as políticas públicas.

Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018 é o produto de uma abordagem colaborativa. Resulta de uma parceria única e alargada entre a Comissão da União Africana para os Assuntos Económicos e o Centro de Desenvolvimento da OCDE. Contribuíram para a presente edição uma equipa de investigadores académicos, economistas, estatísticos e outros especialistas de África e de várias regiões do mundo.

O relatório integra oito capítulos. O primeiro oferece uma visão geral das dinâmicas do desenvolvimento em África e a sua integração na economia global. O segundo capítulo apresenta cinco principais tendências que moldam as dinâmicas atuais e futuras do desenvolvimento do continente. Os capítulos 3 a 7 focam-se nas cinco regiões africanas, tal como definidas pelo Tratado de Abuja, bem como fornecem análises pormenorizadas de crescimento, emprego e desigualdades e oferecem recomendações políticas específicas para cada região. O capítulo final encerra a análise recomendando dez ações políticas que podem ajudar África a alcançar as suas metas de desenvolvimento.

O anexo estatístico, publicado *on-line*, contém os mais recentes indicadores económicos, sociais e institucionais dos países africanos para os quais os dados são comparáveis. Tal compilação de dados relevantes para políticas públicas podem informar decisores, consultores, analistas comerciais, atores do setor privado, jornalistas, organizações não governamentais e cidadãos empenhados por todo o mundo, interessados em medir as trajetórias do desenvolvimento dos países africanos.

Editorial

Esta primeira edição do Relatório económico anual da Comissão da União Africana, produzido em conjunto com o Centro de Desenvolvimento da OCDE, desempenha um papel no aprofundamento do projeto de integração e de transformação africana, tal como estabelecido pela adoção da Agenda 2063 em janeiro de 2015 e da Zona de Livre Comércio Continental em março de 2018. Estas iniciativas pan-africanas constituem marcos ao longo do caminho rumo a uma África unida, integrada, pacífica e próspera que possa participar plenamente na governação internacional.

O objetivo deste novo relatório é revelar este caminho no contexto da globalização. Analisar o desenvolvimento económico de África usando uma grade analítica africana, contribuirá para a definição e a implementação de políticas inovadoras que estão adaptadas às características específicas de cada economia e que aprofundam as prioridades da União Africana. O relatório abordará um tema estratégico para a realização da Agenda 2063 todos os anos, especificando a sua visão aos níveis nacional, regional e continental. A análise comparativa das Comunidades Económicas Regionais (CER) na África Austral, Central, Oriental, Ocidental e no Norte de África será também melhorada com exemplos locais e nacionais. Além de encorajar o diálogo aberto entre os decisores políticos africanos, o relatório documentará as melhores práticas, identificará ambiguidades e ajuizará a necessidade de dados e estatísticas comparáveis para melhor avaliar as políticas.

Dinâmicas do desenvolvimento em África é o primeiro relatório deste género levado a cabo pela Comissão da UA por iniciativa do seu Departamento de Assuntos Económicos. Concebido e desenvolvido por especialistas africanos, com o apoio da OCDE, pretende fomentar o debate entre os membros da União, cidadãos, empresários e investigadores. Compromete-se ainda a trazer uma contribuição africana a modelos justos e sustentáveis de desenvolvimento e a desempenhar um papel no desenvolvimento de um novo tipo de cooperação internacional, mais orientado para a aprendizagem mútua e a co-construção de políticas públicas necessárias para a preservação dos nossos recursos partilhados. Foi com tal propósito que a Comissão da União Africana solicitou que o Centro de Desenvolvimento da OCDE (do qual nove Estados-Membros são igualmente membros da UA) alargasse a sua parceria à produção deste relatório.

O tema deste ano “Crescimento, empregos e desigualdades” é fulcral para a Agenda 2063: o objetivo de prosperidade entre a população Africana exige um crescimento sólido, sustentável e inclusivo que crie empregos dignos e reforce a coesão social prevenindo a desigualdade. Embora África tenha a segunda maior taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) em todo o mundo – deverá atingir os 3.7% em 2018 –, continua abaixo da meta de 7% de crescimento anual fixada durante um longo período de tempo pelos líderes africanos. Além disso, não obstante a diminuição da pobreza extrema, esta ainda afeta 35% dos africanos, ou seja, 395 milhões de pessoas. Por último, as múltiplas desigualdades de acesso a oportunidades económicas e sociais, sobretudo para as mulheres e os jovens, são tais que impedem a eficácia das políticas públicas e a coesão social.

África possui vários trunfos para enfrentar estes desafios, incluindo: uma população jovem e empreendedora, territórios que estão em rápida transformação com regiões em crescimento e uma célere urbanização, recursos naturais consideráveis, economias dinâmicas, ecossistemas ricos e uma diáspora solidária. Considerando que as políticas foram, por demasiadas vezes, incapazes de aproveitar estes recursos de forma eficaz, são necessárias novas abordagens estratégicas.

Este relatório aceita o desafio propondo dez ações-chave para orientar as estratégias de desenvolvimento, as quais vêm acompanhadas de recomendações específicas para as cinco regiões. Estas dez ações têm enfoque no desenvolvimento *económico* sustentável por meio do estímulo ao investimento interno, da diversificação das exportações, do aprofundamento das interligações entre os espaços rural e urbano e do fomento do crescimento verde; no desenvolvimento *social* inclusivo, por meio da disponibilização de educação em linha com as necessidades do mercado de trabalho e da proteção social eficaz e universal; e, por fim, *instituições* mais fortes por meio de uma integração regional autêntica, melhor mobilização dos recursos internos e melhoria contínua da governação política e económica.

A concretização da visão da União Africana exigirá parcerias sólidas e inovadoras que aprendam com os erros do passado. Para este efeito, a Comissão da UA comprometeu-se com a OCDE a apoiar os esforços dos membros de ambas as organizações e das CER para o desenvolvimento, promoção e introdução de políticas melhores que levarão a vidas melhores, a fim de incrementar o bem-estar da população e a prosperidade do continente africano.



Moussa Faki Mahamat
Presidente
da Comissão da União Africana



Angel Gurría
Secretário-Geral
da Organização para a Cooperação
e Desenvolvimento Económico

Agradecimentos

O relatório económico anual *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2018: Crescimento, Emprego e Desigualdades* foi elaborado conjuntamente pela Comissão da União Africana e pelo Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). É publicado sob os auspícios de S.Exa. Moussa Faki Mahamat, presidente da Comissão da União Africana e de S.Exa. Angel Gurría, secretário-geral da OCDE. Foi orientado por S.Exa. Victor Harison, comissário para os assuntos económicos da União Africana e por Mario Pezzini, diretor do Centro de Desenvolvimento e conselheiro especial do secretário-geral da OCDE em matéria de Desenvolvimento. O relatório foi iniciado por René N’Guettia Kouassi, diretor de assuntos económicos da Comissão da União Africana, que supervisionou a redação com Federico Bonaglia, diretor-adjunto do Centro de Desenvolvimento da OCDE.

A equipa da Comissão da União Africana foi liderada por René N’Guettia Kouassi, diretor de assuntos económicos e por Ligane Massamba Sène, economista da Divisão de Pesquisa e Política Económica. Os membros da equipa foram Désiré Avom (Universidade de Dschang), Jude Eggoh (Universidade de Angers), Kouadio Clément Kouakou (Universidade Félix Houphouët-Boigny), Joweria Teera Mayanja e Ibrahim Mukisa (Universidade Makerere), Chrispin Mphuka (Universidade da Zâmbia) e Mohamed Ben Omar Ndiaye (Universidade Cheikh Anta Diop de Dacar). A equipa do Centro de Desenvolvimento da OCDE, liderada por Arthur Minsat, chefe da Unidade para África, e por Bakary Traoré, economista, foi incluído Rodrigo Deiana, Sébastien Markley e Thảng Nguyễn-Quốc, bem como por Hamsa Hefny, Clémence Pougué Biyong, Yosra Elchinnawy e Semhar Haile, contando com contributos de Jason Gagnon, Michael Stemmer, Manuel Toselli e Carine Viac. O relatório contou, igualmente, com os dados importantes fornecidos por Vijaya Ramachandran (CGDEV) e Astrit Sulstarova (CNUCED).

O relatório beneficiou dos comentários do Comité Científico criado pela União Africana e de consultas com os embaixadores dos países membros do Centro de Desenvolvimento. Os capítulos foram melhorados pelos comentários de Joël Boutroue, Bert Brys, Stéphane Buydens, Claire Charbit, Amal Chevreau, Koen De Backer, Juan De Laiglesia, Peter Green, Mohamed Hammouch, Michelle Harding, Philipp Heinrigs, Alin Horj, Ryan Jacildo, James Karanja, Alexandre Kolev, Przemyslaw Kowalski, Frans Lammersen, Willi Leibfritz, Giorgia Maffini, Sam Mealy, Angel Melguizo, Guannan Miao, Kaori Miyamoto, Alexander Pick, Annalisa Primi, Jan Rieländer, Varsha Singh, Laura Stefanelli, Kensuke Tanaka, Kurt Van Dender, Yingyin Wu (OCDE) e José Pineda (Universidade de British Columbia). Djeinaba Kane, Kokobe George e Julia Peppino deram um apoio valioso na coordenação do trabalho.

O envolvimento da equipa de edição, tradução e revisão foi fundamental para produzir o relatório em tempo útil. A publicação foi editada por Sabine Cessou e Jill Gaston. A versão portuguesa foi traduzida por Ana Carvalho e Patrícia Magalhães Ferreira, tendo a revisão ficado a cargo de Paula Rettl. Delphine Grandrieux coordenou a produção, juntamente com Aida Buendía, Irit Perry e PYKHA, que asseguraram o layout. O design gráfico e a capa foram criados por Aida Buendía.

O Centro de Desenvolvimento da OCDE agradece à Alemanha (BMZ/GIZ), à Itália (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional) e a Portugal (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.) pelo seu apoio a esta edição.

Índice

Abreviaturas, siglas e acrónimos	15
Sumário executivo	19
Visão geral: Tirar partido das dinâmicas do desenvolvimento em África para concretizar a Agenda 2063	21
Capítulo 1. A integração africana na economia global	37
Em síntese	38
Indicadores básicos: África na economia global	40
Cinco razões pelas quais África precisa de melhores padrões de crescimento	41
Os mercados regionais e globais oferecem a África oportunidades de crescimento, mas exigem novas políticas	52
Notas	68
Bibliografia	68
Capítulo 2. Megatendências que afetam a integração africana na economia global	73
Em síntese	74
Cinco megatendências para o desenvolvimento futuro de África	76
Megatendência 1: Deslocação da riqueza	77
Megatendência 2: A nova revolução na produção	80
Megatendência 3: Dividendos demográficos	83
Megatendência 4: A transição urbana	86
Megatendência 5: Alterações climáticas e a transição para uma economia verde	89
Nota	91
Bibliografia	91
Capítulo 3. Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral	95
Em síntese	96
Perfil regional da África Austral	98
A diversificação das economias da África Austral e dos laços com mercados globais é essencial para sustentar o crescimento a longo prazo	100
A criação de emprego de qualidade é um problema preponderante na África Austral, especialmente para os jovens e as mulheres	104
Os progressos na redução da desigualdade na África Austral são díspares	108
Enfrentar os desafios da desigualdade e do emprego é preponderante para desbloquear o potencial de desenvolvimento de longo prazo na África Austral	111
Recomendações de políticas	112
Anexo 3.A1. Tabelas estatísticas adicionais sobre a África Austral	117
Notas	117
Bibliografia	118
Capítulo 4. Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Central	123
Em síntese	124
Perfil regional da África Central	126
Crescimento instável e frágil	128
Crescimento sem emprego enfraquece a economia	133
As estruturas das economias ampliam a desigualdade	136
Recomendações de políticas	142
Anexo 4.A.1. Anexo metodológico	148
Anexo 4.A.2. Anexo estatístico da África Central	150
Bibliografia	151

Capítulo 5. Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental	155
Em síntese	156
Perfil regional da África Oriental	158
Duas décadas de crescimento económico sustentado na África Oriental	160
Dinâmicas de emprego e desemprego na África Oriental	163
Dinâmicas de desigualdade e pobreza na África Oriental	165
Recomendações de políticas	168
Anexo 5.A1. Perfis de comércio	172
Anexo 5.A2. Perfis da desigualdade	173
Notas	174
Bibliografia	174
Capítulo 6. Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade no Norte de África	177
Em síntese	178
Perfil regional do Norte de África	180
Dinâmicas e determinantes do crescimento no Norte de África	182
Emprego e desigualdade: principais desafios	186
O emprego e as desigualdades podem influenciar o crescimento económico	195
Recomendações de políticas	196
Notas	198
Bibliografia	199
Capítulo 7. Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Ocidental	203
Em síntese	204
Perfil regional da África Ocidental	206
Dinâmicas e determinantes do crescimento	208
Dinâmicas e determinantes do emprego e do desemprego na África	210
Dinâmicas da desigualdade na África Ocidental	214
Recomendações de políticas	216
Anexo 7.A1. Zonas económicas na África Ocidental	222
Anexo 7.A2. Dinâmicas e determinantes do crescimento	223
Anexo 7.A3. Dinâmicas e determinantes da desigualdade	223
Bibliografia	225
Capítulo 8. Recomendações de políticas	229
Em síntese	230
Introdução	232
PILAR I: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL	233
Ação 1: Incentivar o investimento para o desenvolvimento do setor privado interno	233
Ação 2: Ajudar o setor privado a diversificar a produção e as exportações	237
Ação 3: Fortalecer as interligações entre as economias urbanas e rurais	239
Ação 4: Fomentar o crescimento verde	242
PILAR II: DESENVOLVIMENTO SOCIAL	244
Ação 5: Expandir a educação e, simultaneamente, melhorar a qualidade da educação e as competências	244
Ação 6: Aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social, incluindo laborais e de saúde	247
PILAR III: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	250
Ação 7: Impulsionar o envolvimento africano com os parceiros globais	250
Ação 8: Aprofundar a integração regional	251
Ação 9: Mobilizar os recursos internos	255
Ação 10: Reforçar a governação económica e política	259

Anexo 8.A1. Interligações entre cada ação relativa a políticas e as megatendências, as metas da Agenda 2063 e os ODS	262
Notas	264
Bibliografia	264
Anexo estatístico	271
Notas	272

Figuras

1.1. Crescimento económico real em África, na Ásia e na ALC, 1990-2018	40
1.2. Composição do comércio em África, 2016	40
1.3. Crescimento do capital em África, na Ásia e na ALC, 1992-2016, e formação bruta de capital fixo em África, 2009-16	41
1.4. Distribuição do comércio africano, 2000-16	42
1.5. Setores impulsionadores do crescimento anual em África: Países ricos em recursos contra países não ricos em recursos, 1990-2016	43
1.6. Contribuição da produtividade total dos fatores, mão-de-obra e capital para o crescimento do PIB em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016	44
1.7. Estatuto profissional para os Africanos, 1990-2022, e as 2023 metas da Agenda 2063	47
1.8. Empregados assalariados enquanto percentagem da população em idade ativa em África, na Ásia e na ALC, 2000 e 2016	48
1.9. Redução da pobreza em 42 países africanos, Brasil, China, Índia, Indonésia e Vietname	49
1.10. Coeficientes de Gini de rendimento de mercado e final em certos países	50
1.11. Decomposição do crescimento da produtividade laboral em 31 países em desenvolvimento em África, na Ásia e na ALC, 1990-2010	51
1.12. Taxas de produtividade laboral em África/Ásia nos serviços, na construção e na indústria, 1990-2010	52
1.13. Descobertas de exportação e crescimento do PIB no longo prazo	53
1.14. Diversificação das exportações, desigualdade de rendimentos e qualidade do emprego em países africanos	54
1.15. Comércio de bens intermédios e de capital no interior e no exterior de certas regiões do mundo, 2014	55
1.16. Decomposição do crescimento por despesas em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016	58
1.17. As 15 principais importações não alimentares de África, 2013-15	59
1.18. Nível de complexidade das importações para África, Ásia e ALC, 1998-2016	60
1.19. Produtividade total dos fatores para empresas transformadoras em países africanos e noutros países em desenvolvimento	61
1.20. Contribuição da formação bruta de capital fixo privado para o crescimento do PIB em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016	62
1.21. Distância das empresas africanas em relação aos primeiros 10% da produtividade total dos fatores para a indústria transformadora nos países em desenvolvimento	62
1.22. Poupanças privadas brutas e impostos estatais gerais enquanto proporção do PIB na África, Ásia e LAC, 2009-16	64
1.23. Dívida pública bruta versus formação bruta de capital fixo pública em África, no Brasil, na China e na Índia, 2009-16	64
1.24. Total de influxos financeiros enquanto percentagem do PIB na África, Ásia e LAC, 2009-16	66
2.1. Mediana do custo da mão-de-obra prevista por trabalhador em certos países africanos e no Bangladesh	79
2.2. Exportações africanas por matérias-primas e nível de tecnologia (proporções para destinos regionais), 2014	79

2.3. Contas bancárias em sistemas móveis registadas em regiões do mundo, 2013-16	81
2.4. Crescimento previsto da mão-de-obra na África subsariana, no Norte de África, na China, na Índia, na Europa e nos Estados Unidos, 2015-50	83
2.5. Rácios de atividade na África subsariana, no Norte de África, na China e na Índia, 1950-2100	84
2.6. Tendências de crescimento nas populações urbana, rural e total de África, 1950-2050	87
2.7. PIB e uso energético <i>per capita</i> para certos países de África e da China, 1990-2012	90
3.1. Dinâmicas de crescimento na África Austral e em África, 1990-2018	98
3.2. Composição do comércio na África Austral, 2016	98
3.3. Contributo dos fatores de produção para o crescimento do PIB na África Austral, 2009-15	101
3.4. Desagregação do crescimento por tipo de despesa na África Austral, 2009-16	101
3.5. Crescimento económico e investimento anual nos países da África Austral, 1990-2016	101
3.6. Valor médio acrescentado por setor na África Austral, em percentagem do PIB	102
3.7. Tendências do desemprego nos países da União Aduaneira da África Austral – SACU, 1991-2016	104
3.8. Taxa de desemprego e regime laboral nos países da África Austral	105
3.9. Emprego setorial e taxa de trabalhadores na pobreza, nos países da África Austral	106
3.10. Taxas de desemprego jovem na África Austral, 1990-2016	107
3.11. Coeficientes de Gini e disparidade de rendimentos nos países da África Austral	108
3.12. Acesso a serviços básicos na África Austral, 2010-16	110
3.13. Crescimento do PIB <i>per capita</i> vs. Coeficiente de Gini nos países da África Austral, 1990-2016	111
3.14. Despesa pública em programas de proteção social nos países da África Austral	116
4.1. Dinâmicas de crescimento na África Central e em África, 1990-2018	126
4.2. Composição do comércio na África Central, 2016	126
4.3. Contributo setorial para o PIB na África Central (percentagem)	128
4.4. Evolução dos preços das principais matérias-primas	129
4.5. Componentes do crescimento na África Central	130
4.6. Principais determinantes do crescimento na África Central (médias entre 1980 e 2014)	131
4.7. Violência por parte de atores não-estatais em África	132
4.8. Desemprego médio, 2000-15 (percentagem)	133
4.9. Distribuição do emprego por setor entre 2000-15 (percentagem)	134
4.10. Interação entre crescimento e emprego na África Central (impulso-resposta a choques), 1980-2014	135
4.11. Criação anual de emprego por setor, 1999-2017	135
4.12. Evolução do índice de desigualdade de género na África Central (percentagem)	138
4.13. Taxas de mortalidade materna e taxas de maternidade adolescente na África Central	139
4.14. Taxas médias de escolaridade por género (média 2000-15)	139
4.15. Taxas de emprego mulheres/homens por setor (média no período 2000-15, percentagem)	140
4.16. Desigualdade de rendimentos homens/mulheres (média no período 2000-15)	140
4.17. Representantes femininas no Parlamento (média 2000-15)	141
4.18. Crescimento económico e desigualdade de rendimentos (2000-15)	142
4.19. Desigualdade de género em África	146
4.A2.1. Média de emprego por género, 2000-15 (percentagem)	150
4.A2.2. Taxas de cobertura da internet na África Central (percentagem da população), em 2016	150
5.1. Dinâmicas de crescimento na África Oriental e em África, 1990-2018	158
5.2. Composição do comércio na África Oriental, 2016	158

5.3. Valor médio acrescentado por setor na África Oriental, em percentagem do PIB, 1991-2016.....	161
5.4. Desagregação do crescimento económico por fatores de produção na África Oriental, 2009-15.....	162
5.5. Desagregação do crescimento por tipo de despesa na África Oriental, 2009-16.....	162
5.6. Taxas de emprego e de desemprego nos países da África Oriental.....	164
5.7. Coeficientes de Gini e diferenças na parcela de rendimento, nos países da África Oriental.....	167
5.A1.1. Composição das exportações e importações na África Oriental.....	172
5.A2.1. Acesso a eletricidade nos países da África Oriental.....	173
5.A2.2. Acesso a saneamento básico nos países da África Oriental.....	173
5.A2.3. Acesso a água potável nos países da África Oriental.....	174
6.1. Dinâmicas de crescimento no Norte de África e em África, 1990-2018.....	180
6.2. Composição do comércio no Norte de África, 2016.....	180
6.3. Desagregação do crescimento por tipo de despesa no Norte de África, 2009-16.....	184
6.4. Produtividade total dos fatores por país, 1990-2015.....	185
6.5. Contribuição dos setores para o PIB nos países do Norte de África, 1990-2015.....	186
6.6. Criação de emprego nos países do Norte de África, 2000-15 (em milhares).....	187
6.7. Taxas de emprego e desemprego nos países do Norte de África, 1991-2015.....	188
6.8. Estrutura do emprego nos países do Norte de África, 2000-15.....	191
6.9. Distribuição dos rendimentos no Norte de África, por quintil.....	193
7.1. Dinâmicas de crescimento na África Ocidental e em África, 1990-2018.....	206
7.2. Composição do comércio na África Ocidental, 2016.....	206
7.3. Comparação do crescimento real nas zonas económicas da CEDEAO.....	208
7.4. Composição do crescimento na África Ocidental, 2009-16.....	209
7.5. Contribuição dos fatores para o crescimento, 1990-2015.....	210
7.6. Estrutura do emprego na CEDEAO (% do total, 2017).....	211
7.7. Participação no mercado de trabalho na CEDEAO, em percentagem da população ativa (2015-17).....	211
7.8. Acesso a água potável na África Ocidental, 1990-2015 (% da população).....	214
7.A1.1. Peso dos países no PIB da África Ocidental, 2000-18.....	222
7.A2.1. Análise setorial do crescimento na CEDEAO, 1990-2015.....	223
7.A3.1. Distribuição dos rendimentos na África Ocidental.....	223

Tabelas

1.1. Indicadores básicos para África, Ásia e ALC, 2017.....	40
1.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Austral (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16.....	40
1.3. Taxas de crescimento para os países africanos, outros países em desenvolvimento e países de rendimento elevado, 2000-20.....	44
1.4. A correlação entre o PIB <i>per capita</i> e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo.....	46
2.1. Megatendências que afetam África: Principais riscos, oportunidades e implicações em questões de políticas.....	76
3.1. Indicadores básicos para a África Austral, 2017.....	98
3.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Austral (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16.....	98
3.3. Taxas de pobreza nos países da África Austral.....	109
3.4. Desafios e oportunidades nos principais clusters identificados na Estratégia Industrial da SADC.....	113
3.A1.1. Distribuição setorial do emprego nos países da África Austral.....	117

3.A1.2. Taxas de desemprego nos países da África Austral, 1991-2016.....	117
4.1. Indicadores básicos da África Central, 2017	126
4.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Central 2009-16 (mil milhões de USD, preços correntes)	126
4.3. Contribuição dos fatores de produção para o crescimento	130
4.4. Desigualdade de rendimentos na África Central.....	136
4.5. Taxas de pobreza na África Central (limiar de 1.90 USD)	137
4.6. Taxas de pobreza na África Central (limiares nacionais).....	137
4.7. Desigualdade de oportunidades nos países da África Central, 1999-2015	138
5.1. Indicadores básicos sobre a África Oriental, 2017.....	158
5.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Oriental (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16.....	158
5.3. Peso dos setores no emprego na África Oriental, por género 1995-2017 (percentagem)	165
5.4. Desigualdade na África Oriental, de acordo com o Índice de Gini	166
5.5. Taxas de pobreza na África Oriental, 1999-2013.....	167
6.1. Indicadores básicos sobre o Norte de África, 2017.....	180
6.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais no Norte de África (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16.....	180
6.3. Crescimento médio do PIB nos países do Norte de África, 1990-2015.....	182
6.4. PIB per capita no Norte de África (USD, preços constantes).....	183
6.5. Fontes de crescimento económico nos países do Norte de África, 1990-2015	185
6.6. Dinâmicas de desigualdade no Norte de África (percentagem, índice de Gini).....	192
6.7. Dinâmicas da pobreza nos países do Norte de África	193
6.8. Desigualdade de oportunidades nos países do Norte de África, 1990-2015	194
7.1. Indicadores básicos sobre a África Ocidental, 2017.....	206
7.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Ocidental (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16.....	206
7.3. Peso do setor informal no emprego não-agrícola, por género	212
7.4. Desigualdade de rendimentos na África Ocidental (Índice de Gini, 1990-2017).....	215
7.5. Principais incubadoras de empresas <i>start-up</i> na África Ocidental.....	219
7.A3.1. Desigualdade de oportunidades na África Ocidental (médias 2008-17).....	224
8.1. Dez ações em termos de políticas para África	232

Caixas

1.1. A correlação entre o PIB <i>per capita</i> e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo.....	45
1.2. Alguns exemplos das estratégias de integração global dos governos africanos.....	56
2.1. As políticas podem ajudar a maximizar a contribuição da migração para o desenvolvimento africano	85
4.A1.1. Contribuição fatorial para o crescimento: trabalho, capital e PTF.....	148
4.A1.2. Modelização de Vetores Autorregressivos em Pannel (PVAR) para estimar a relação entre o mercado laboral e o crescimento económico.....	148
5.1. Razões da disparidade de género relativa ao emprego nas Maurícias.....	165
6.1. Análise setorial do crescimento	186
6.2. Evolução heterogénea do mercado de trabalho em cada país.....	189
7.A1.1. As áreas económicas da CEDEAO	222

Abreviaturas, siglas e acrónimos

- ACL** Acordo de comércio livre
- ACNUR** Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- AGOA** African Growth and Opportunity Act (Lei de Crescimento e Oportunidade para África)
- ANSD** Agence Nationale de Statistique et de la Démographie (Agência Nacional de Estatística e Demografia)
- APD** Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- APE** Agência de promoção à exportação
- ATAF** African Tax Administration Forum (Fórum Africano da Administração Fiscal)
- BAD** Banco Africano de Desenvolvimento
- BEAC** Banque des états de l'Afrique centrale (Banco dos Estados da África Central)
- BEPS** Base Erosion and Profit Shifting (Erosão da Base Tributária e Desvio de Lucros)
- CAD** Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CEDEAO** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEEAC** Comunidade Económica dos Estados da África Central
- CEMAC** Communauté Économique et Monétaire des États de l'Afrique Centrale (Comunidade Económica e Monetária dos Estados da África Central)
- CEPED** Centre Population et Développement (Centro de Desenvolvimento e População)
- CEQ** Commitment To Equity (Compromisso com a Equidade)
- CER** Comunidade Económica Regional
- CFTA** Continental Free Trade Area (Zona de Livre Comércio Continental)
- CIGOS** Commission Internationale du Bassin Congo-Oubangui-Sangha (Comissão Internacional da Bacia de Congo-Oubangui-Sangha)
- CIPR** Center for Inter-American Policy and Research (Centro para a Política Interamericana e a Investigação)
- CIRGL** Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
- COMESA** Common Market for Eastern and Southern Africa (Mercado Comum da África Oriental e Austral)
- CSAO** Clube do Sahel e da África Ocidental
- CUA** Comissão da União Africana
- CVG** Cadeias de valor globais
- EAC** East African Community (Comunidade da África Oriental)
- EAPP** East African Power Pool (Grupo de Energia da África Oriental)
- ESW** Electronic Single Windows (Janelas únicas eletrónicas)
- FFI** Fluxos financeiros ilícitos
- FIP** Finance and Investment Protocol (Protocolo de Financiamento e Investimento)
- FMI** Fundo Monetário Internacional
- GBM** Grupo do Banco Mundial
- GGDC** Groningen Growth and Development Centre (Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen)
- I&D** Investigação e desenvolvimento
- ICA** Infrastructure Consortium for Africa (Consórcio para as Infraestruturas em África)
- ICRW** International Center for Research on Women (Centro Internacional de Investigação sobre as Mulheres)
- ICTSD** International Centre for Trade and Sustainable Development (Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável)
- IDE** Investimento direto estrangeiro
- IDH** Índice de desenvolvimento humano
- IFD** Instituições de financiamento do desenvolvimento

- IIAG** Ibrahim Index of African Governance (Índice Ibrahim da Governação Africana)
- INDH** Initiative Nationale pour le Développement Humain (Iniciativa Nacional para o Desenvolvimento Humano)
- IPA** Investment promotion agency (Agência de promoção do investimento)
- IPAP** Industrial Policy Action Plans (Planos de Ação de Políticas Industriais)
- ITC** International Trade Centre (Centro de Comércio Internacional)
- IUT** União Internacional de Telecomunicações
- IVA** Imposto sobre o Valor Acrescentado
- KODI** Kenya Open Data Initiative (Iniciativa de Dados Abertos do Quênia)
- MDB** Multilateral Development Banks (Bancos Multilaterais de Desenvolvimento)
- NCTTCA** Northern Corridor Transit and Transport Coordination Authority (Autoridade de Coordenação de Transportes e Trânsito no Corredor do Norte)
- NEET** Not in Education, Employment or Training (Nem a estudar, nem a trabalhar ou em formação)
- NEPAD** New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África)
- OCDE** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OIT** Organização Internacional do Trabalho
- OMC** Organização Mundial do Comércio
- ONS** National Office of Statistics (Instituto Nacional de Estatística)
- OPHI** Oxford Poverty & Human Development Initiative (Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford)
- PAI** Plan d'accélération industrielle (Plano de melhoria da industrialização)
- PIB** Produto Interno Bruto
- PIDAA** Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
- PME** Pequenas e Médias Empresas
- PNUA** Programa das Nações Unidas para o Ambiente
- PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPAE** Países Pobres Altamente Endividados
- PPC** Paridade do poder de compra
- PPP** Parceria Público-Privada
- PTF** Produtividade Total dos Fatores
- RDC** República Democrática do Congo
- RIGA** Rural Income Generating Activities (Atividades rurais geradoras de rendimentos)
- SACU** Southern Africa Customs Union (União Aduaneira da África Austral UAAA)
- SADC** Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
- SCT** Single Customs Territory (Território aduaneiro único)
- SHaSA** Strategy for the Harmonisation of Statistics in Africa (Estratégia para a harmonização das estatísticas em África)
- SIGI** Social Institutions and Gender Inequality index (Índice de Desigualdade das Instituições Sociais e do Género)
- TEVET** Technical, Entrepreneurial and Vocational Education and Training (Educação e formação profissional, empresarial e técnica)
- TIC** Tecnologia da Informação e das Comunicações
- TNC** The Nature Conservancy (Conservação da Natureza)
- UA** União Africana
- UE** União Europeia
- UEMAO** União Económica e Monetária da África Ocidental

- UNCOMTRADE** United Nations Commodity Trade (Comércio de matérias-primas das Nações Unidas)
- UNCTAD** United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento CNUCED)
- UNDESA** United Nations Department for Economic and Social Affairs (Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais)
- UNECA** United Nations Economic Commission for Africa (Comissão Económica das Nações Unidas para África)
- UNESCO** United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
- UNICEF** United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
- UNIDO** United Nations Industrial Development Organization (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial)
- VAR** Vectorial autorregressivo
- WEMZ** West African Monetary Zone (Zona Monetária da África Ocidental)

Sumário executivo

Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2018 revela que, apesar do forte crescimento do continente, os empregos de qualidade ainda são escassos e as desigualdades elevadas. A economia africana cresceu 4.7% ao ano entre 2000 e 2017, tornando-se na segunda região de crescimento mais acelerado. No entanto, para alcançar as aspirações da Agenda 2063 da União Africana, são necessárias novas estratégias de desenvolvimento por, pelo menos, cinco razões:

1. **O crescimento permanece volátil, não obstante a acumulação de capital e a aquisição de novos parceiros comerciais.** Alguns governos poderão não conseguir suportar os atuais níveis de investimento público.
2. **O recente crescimento não se traduziu num maior bem-estar.** Em África, o produto interno bruto *per capita* está menos relacionado com os indicadores de bem-estar do a média mundial.
3. **Os empregos de qualidade ainda são escassos.** Se as tendências atuais persistirem, a proporção de emprego vulnerável em África permanecerá nos 66% até 2022 – longe da meta da Agenda 2063 de 41% até 2023. Atualmente, 282 milhões de trabalhadores encontram-se em empregos vulneráveis.
4. **Reduzir as desigualdades é essencial para diminuir a pobreza.** Caso o coeficiente de Gini africano fosse igual ao da Ásia em desenvolvimento, o nível de crescimento que apresentou entre 1990-2016 teria retirado mais 130 milhões de pessoas da pobreza.
5. **A transformação estrutural pode ser difícil de sustentar sem uma maior crescimento da produtividade.** As empresas africanas ficam atrás do limite de produtividade global em muitos setores que exigem mão-de-obra. As empresas têm de aumentar a sua produtividade para sustentar um crescimento de longo prazo.

Os mercados regionais e globais oferecem diversos caminhos para novos e mais sólidos padrões de crescimento. Aprofundar a integração regional e as cadeias de valor regionais pode dar origem a oportunidades consideráveis para a diversificação das exportações. Atualmente, os bens intermédios constituem menos de 15% do comércio em África. Além disso, a procura regional de bens está a aumentar e a tecnologia necessária para os produzir é cada vez mais acessível. Espera-se que a procura de produtos alimentares por si só triplique até 2030. Os governos podem ajudar as empresas africanas a alcançar a produtividade global construindo ligações industriais mais fortes e desenvolvendo a capacidade local. Políticas inovadoras podem ajudar a canalizar influxos financeiros que impulsionem o investimento privado.

Cinco megatendências estão a moldar a integração africana na economia global. Cada uma traz consigo oportunidades e riscos e tem significativas implicações políticas. Em primeiro lugar, nota-se a deslocação da riqueza global, com os países emergentes a fornecerem mais de metade da produção mundial. As novas parcerias com África estão a aumentar. Em segundo lugar, a nova revolução na produção oferece mercados suplementares e diferentes métodos de produção, mas também cria obstáculos aos produtores africanos. Em terceiro lugar, a explosão populacional do continente pode criar um “dividendo demográfico” se as economias locais conseguirem criar emprego e serviços básicos suficientes para satisfazer a crescente procura. Em quarto lugar, a célere urbanização está a mudar as estruturas económicas e a colocar novos desafios. Em quinto lugar, muitos países africanos precisam de estratégias de “crescimento verde” para se adaptar às alterações climáticas.

As dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdades variam entre regiões africanas. A África Oriental beneficiou dum crescimento económico maior e mais resistente do que as outras regiões, graças a uma economia mais diversificada. Embora o subemprego e o emprego vulnerável sejam característicos da maioria dos mercados laborais africanos, alguns países do Norte de África e da África Austral também se deparam com um elevado desemprego estrutural. Na África Central, a criação líquida de postos de trabalho tem sido negativa no setor formal desde 2015. A pobreza decresceu: na África Oriental e na Ocidental, as taxas de pobreza extrema caíram 23 e 12 pontos percentuais, respetivamente, entre 1990 e 2013. A África Austral é a região mais desigual, com seis dos dez países mais desiguais do mundo em termos de rendimento.

A agenda de desenvolvimento do continente exige estratégias de desenvolvimento específicas para cada contexto, multifacetadas e holísticas. Este relatório recomenda dez ações políticas para alcançar as metas de desenvolvimento da Agenda 2063. Para tal, podem contribuir atores de todos os níveis. As recomendações assentam em três pilares: o desenvolvimento económico sustentável, o desenvolvimento social e o desenvolvimento institucional. O relatório elabora ações à medida de cada região, em várias áreas políticas de destaque, tal como resumido na tabela abaixo. Tais sugestões podem funcionar como uma ferramenta de diálogo e reforma de políticas para os decisores africanos.

Principais áreas políticas para as regiões africanas

Região	Principais áreas políticas
África Central	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar a cooperação regional em políticas fiscais, monetárias e comerciais, para a promoção de cadeias de valor regionais e o reforço da competitividade do setor privado. • Encorajar o processamento local de matérias-primas, assegurando o acesso das empresas locais à eletricidade, serviços básicos, mão-de-obra qualificada e equipamentos. Direcionar apoio a mulheres e jovens. • Facilitar os investimentos em infraestruturas ao nível nacional e regional, especialmente em eletricidade e transportes. Fomentar um ambiente empresarial estável para atrair investimentos de longo prazo. • Reforçar a cobrança de impostos, as políticas de redistribuição e os sistemas de proteção social para garantir que as rendas do setor extrativo sirvam melhor a população.
África Oriental	<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguir com a agenda de reformas para melhorar o clima empresarial. Incentivar o investimento através de medidas estruturais e institucionais, tais como a simplificação de regulamentos comerciais e a liberalização de importações de capital e bens intermédios. • Impulsionar a produtividade agrícola e apoiar empresas de elevada potencialidade nos setores industrial e dos serviços, a fim de acelerar a transformação económica. • Reduzir a pobreza, reforçando os programas de proteção social e investindo na educação e no desenvolvimento de competências.
Norte de África	<ul style="list-style-type: none"> • Investir em setores estratégicos que criem empregos de qualidade para os jovens e estimulem ainda mais o comércio intra-africano. • Conectar as empresas líderes às pequenas e médias empresas para ajudar as empresas a cumprir as normas e melhorar a cooperação entre os governos locais e o setor privado. • Promover a flexibilidade no local de trabalho para incentivar a participação feminina. Alinhar o sistema educativo com as necessidades do mercado de trabalho para garantir o emprego dos jovens.
África Austral	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a Estratégia e Roteiro de Industrialização da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e 2015-2063, facilitando investimentos em recursos tecnológicos e industriais internos e favorecendo o comércio intrarregional. • Investir em programas de formação profissional em conjunto com o setor privado, nomeadamente entre os empresários locais de elevadas potencialidades. • Expandir e integrar as políticas do mercado de trabalho e os programas de assistência social em sistemas de proteção social. Persistir nos esforços de redução da pobreza, especialmente nas áreas rurais.
África Ocidental	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o setor privado interno, apoiando clusters empresariais, incluindo os informais, melhorando os quadros regulamentares e os sistemas fiscais a fim de atrair investimento. • Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano através de cidades intermediárias, melhorar as infraestruturas e corredores nacionais e transfronteiriços, bem como as atividades da agroindústria. • Investir em educação universal e desenvolvimento de competências profissionais que correspondam à procura do mercado de trabalho.

Visão geral: Tirar partido das dinâmicas do desenvolvimento em África para concretizar a Agenda 2063

Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018 examina as políticas para a promoção do crescimento inclusivo, a criação de empregos e a redução das desigualdades. Estas políticas, por sua vez, visam alcançar as aspirações da Agenda 2063 de “uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável” e cumprir os objetivos do Primeiro Plano Decenal de Implementação 2013-2023. As dinâmicas do crescimento, do emprego e das desigualdades dependem igualmente da integração africana na economia global e das megatendências que afetam o continente. Os cinco capítulos regionais do relatório demonstram que existem importantes diferenças nas dinâmicas do crescimento, do emprego e das desigualdades entre a África Austral, Central, Oriental, Ocidental e o Norte de África, e propõem políticas específicas para cada região. O relatório fornece aos decisores africanos uma ferramenta atualizada de diálogo e reforma de políticas quer nos níveis nacional e regional, quer nos das comunidades económicas e no pan-africano.

A concretização da Agenda 2063 requer a alteração das dinâmicas do crescimento em África

O continente africano tem registado um forte crescimento desde 2000, dando origem a uma narrativa de uma “África que emerge”. Entre 2000 e 2016, África gozava de taxas de crescimento superiores (4.6%) às da América Latina e Caraíbas (ALC) (2.8%), embora não tão elevadas como as da Ásia em desenvolvimento (7.2%). O recente crescimento africano beneficiou dos elevados preços das matérias-primas, da melhoria da gestão macroeconómica, do alívio da dívida e de estratégias de diversificação do crescimento em alguns países. Muitos países africanos investiram muito em infraestruturas públicas. Os países também diversificaram as parcerias comerciais, nomeadamente com a República Popular da China (doravante designada “China”), com a Índia e com outros parceiros emergentes. Contudo, os empregos de qualidade ainda são escassos e as desigualdades elevadas.

Para alcançar as aspirações da Agenda 2063 para África, são necessárias novas dinâmicas de crescimento por, pelo menos, cinco razões:

- 1. O crescimento permanece volátil, não obstante um forte processo de acumulação de capital e novos parceiros comerciais.** Tendo caído em 2016, prevê-se que o crescimento efetivo do produto interno bruto (PIB) recupere para 4% ao ano entre 2018 e 2020. Os percursos individuais de 1970 a 2016 revelam que os surtos de crescimento tendem a ser mais curtos em países africanos e latino-americanos do que nos outros. Manter o crescimento durante um longo período de tempo representa um desafio para a maioria das economias africanas, especialmente para os países deste continente ricos em recursos naturais. Uma vez que os preços das matérias-primas caíram acentuadamente entre 2012 e 2016 (uma queda de 58% para o combustível e quase 37% para os metais e minerais), o crescimento nestes países decresceu para 1.5% em 2016. Num ambiente macroeconómico menos favorável, talvez vários governos africanos sejam incapazes de manter os atuais níveis de investimento público. Prevê-se que apenas três países africanos atinjam a meta de crescimento anual de 7% da Agenda 2063 durante 2016-20 (Tabela 1).
- 2. O recente crescimento não se traduziu num maior bem-estar.** Os resultados relacionados com as dimensões do bem-estar, tais como a qualidade da educação, o estado de saúde e as condições de habitação, revelam uma associação com o PIB *per capita* em África muito menor do que a média mundial. Os resultados são

semelhantes para várias dimensões do bem-estar subjetivo, incluindo a satisfação com os níveis de vida e com a disponibilidade de cobertura de cuidados de saúde. As dimensões relacionadas com a governação pública – satisfação com os sistemas educativos e percepção da corrupção – são também motivos de preocupação. É necessário melhorar os resultados do bem-estar até 2023 para alcançar a Meta 1 do Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 da União Africana.

3. **O continente precisa de criar mais empregos de qualidade para a sua vasta mão-de-obra, especialmente para as mulheres e os jovens.** O crescimento não criou postos de trabalho dignos que bastassem. Se as tendências se mantiverem, prevê-se que a proporção de emprego vulnerável em África fique em 66% em 2022 – longe de alcançar a meta definida pela Agenda 2063 de 41% até 2023. Atualmente, 282 milhões de trabalhadores encontram-se em empregos vulneráveis e 30% dos trabalhadores não saíram da pobreza apesar de trabalharem. As mulheres e os jovens são particularmente vulneráveis enquanto parte da mão-de-obra. Apenas 12% das mulheres africanas em idade ativa eram assalariadas em 2016, em comparação com 22% na Ásia e 33% na ALC. Cerca de 42% dos jovens trabalhadores africanos vivem com menos de USD 1.90 por dia (em paridade de poder de compra).
4. **Um maior alívio da pobreza exige a redução da desigualdade nos rendimentos.** Se África baixasse o seu coeficiente de Gini de 41 para 35 (o nível da Ásia em desenvolvimento), cada ponto percentual do crescimento do PIB reduziria o número de pessoas a viver na pobreza em mais 0.5 pontos percentuais por ano. Esta diminuição na desigualdade tiraria 130 milhões ao número de pessoas pobres. Os progressos na redução da pobreza extrema são demasiado lentos. Entre 2009-16, 36% da população africana (cerca de 400 milhões de pessoas) vivia com USD 1.90 por dia ou menos, em comparação com 49% na década de 1990. Para que se possa combater a pobreza mais rapidamente, o crescimento deve tornar-se mais inclusivo e as desigualdades devem ser reduzidas.
5. **Se nada se alterar, a transformação estrutural pode ser difícil de manter.** Desde 2000, a transformação estrutural aumentou a produtividade laboral em África em 0.4 pontos percentuais ao ano, uma vez que a mão-de-obra se deslocou de atividades menos produtivas para outras mais produtivas. Trata-se de algo essencial para assegurar o crescimento no longo prazo. Este processo está, porém, a atingir os limites, visto que a mão-de-obra se está a deslocar para setores cujos níveis de produtividade relativa estão a decrescer. Entre 13 países africanos, a proporção do comércio grosso e a retalho, restauração e hotelaria no emprego total quase duplicou em duas décadas, de 11.4% em 1990 para 20.1% em 2010. A produtividade da mão-de-obra em África também está a ficar aquém do nível da Ásia. Manter o progresso da transformação estrutural requer ações políticas estratégicas a fim de impulsionar a produtividade e criar empregos produtivos que possam rapidamente absorver um grande número de trabalhadores não qualificados. Quando comparadas com outros concorrentes globais, as empresas africanas ficam atrás do limite de produtividade em muitos setores que exigem mão-de-obra, tais como a transformação de produtos agrícolas, a construção, os serviços de logística e a indústria ligeira.

Tabela 1. Taxas de crescimento para os países africanos, outros países em desenvolvimento e países de rendimento elevado, 2000-2020

		Número de países em cada categoria de crescimento			
		2000-05	2006-10	2011-15	2016-20 (p)
Países africanos	Crescimento acima de 7%	9	9	6	3
	Crescimento de 0-7%	38	41	43	48
	Crescimento negativo	5	2	3	3
Outros países em desenvolvimento	Crescimento acima de 7%	15	14	10	6
	Crescimento de 0-7%	63	64	65	73
	Crescimento negativo	2	4	6	2
Países de alto rendimento	Crescimento acima de 7%	6	1	1	0
	Crescimento de 0-7%	46	43	43	51
	Crescimento negativo	0	8	8	1

Nota: (p) projecções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

Os mercados regionais e globais oferecem novas oportunidades a África, se os governos adaptarem as suas estratégias de desenvolvimento

Para tirar proveito das muitas oportunidades de crescimento, emprego e igualdade que os mercados regionais e globais oferecem, os governos africanos têm de adaptar as respetivas estratégias à nova realidade económica. A mudança tecnológica, as cadeias de valor globais e os acordos comerciais e de investimentos em constante evolução estão a redefinir as oportunidades de integração nos mercados regionais e globais.

O desafio para a maioria dos países africanos consiste em melhorar, em vez de aumentar, a integração na economia global. As importações e as exportações de bens e serviços representaram cerca de 50% do PIB africano em 2015-16, assemelhando-se à Ásia e sendo superior à região da ALC (44%). No entanto, a maioria das exportações africanas são matérias-primas não transformadas. Melhorar a qualidade dos produtos existentes, expandir os produtos exportados e incrementar o acesso aos bens de capital e insumos pode fornecer meios para sustentar o crescimento, aumentar a qualidade dos empregos e reduzir a desigualdade. A diversificação pode alcançar-se entrando nas cadeias de valor regionais e melhorando o enfoque nos mercados emergentes.

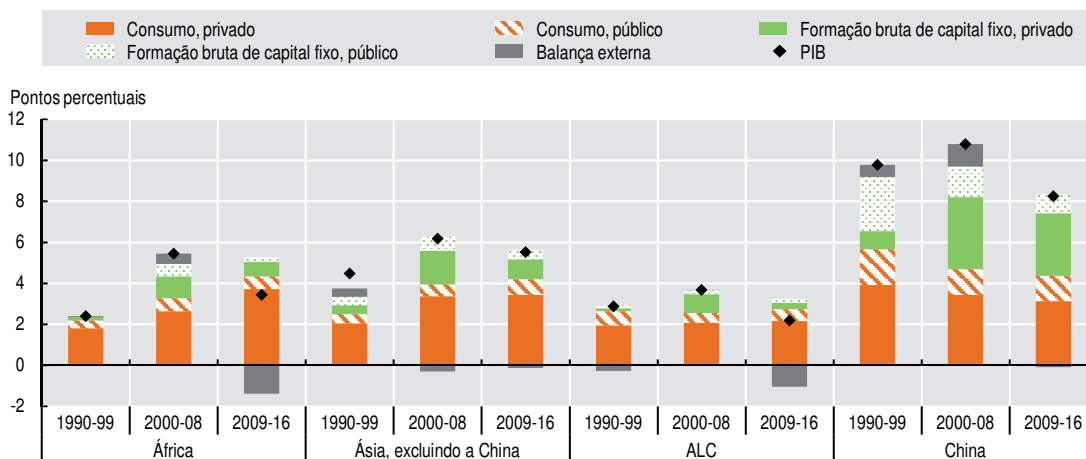
Aprofundar a integração regional pode ajudar. Neste processo de integração regional, a nova zona de livre comércio continental (CFTA) – inicialmente assinada por 44 Estados membros da União Africana – oferece uma importante plataforma para a ação política. A liberalização total do comércio de bens poderia impulsionar o PIB africano em 1% e o emprego total em 1.2%. O comércio intra-africano poderia crescer 33% e o défice comercial total poderia ser reduzido para metade.

Os mercados regionais africanos são cada vez mais favoráveis ao crescimento por diversas razões:

- O contributo do consumo privado para o crescimento económico aumentou progressivamente e chegou aos 3.5 pontos percentuais do PIB anualmente ao longo de 2009-16. Trata-se de um valor comparável ao da China e de outros países asiáticos em desenvolvimento (Figura 1). O rápido crescimento urbano das economias africanas, uma população com melhor instrução e um maior poder de compra da classe média emergente em África são os pilares deste crescimento do consumo privado. A classe média, definida como quem gasta entre USD 5 e USD 20 por dia, aumentou de 108 milhões de pessoas em 1990 para 247 milhões em 2013.

- **A procura regional está a crescer em África e a deslocar-se no sentido de produtos mais transformados.** Espera-se que o mercado de bens alimentícios da África subsariana atinja USD 1 bilião até 2030. A procura de alimentos processados está a crescer rapidamente, a um ritmo superior a 1.5 vezes em relação à média global entre 2005 e 2015.
- **As oportunidades comerciais em África estão presentemente a atrair investidores internacionais.** As potencialidades dos mercados internos e regionais atraíram 53.4% dos novos projetos de investimento direto estrangeiro (IDE) para África em 2013-17. Esta proporção é semelhante ao nível da Ásia (55.7%) e quase dez pontos percentuais superior ao da ALC (44.8%).
- **A simplificação dos procedimentos administrativos e a redução dos custos de arranque e operacionais tornaram o ambiente empresarial mais atrativo:** 29.5% dos investidores estrangeiros citam esta melhoria entre as principais motivações para investir em África, em comparação com 12% em 2003-2007.

Figura 1. Decomposição do crescimento por despesas em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016



Nota: Os dados incluem 52 países africanos, 34 países asiáticos em desenvolvimento e 23 países da ALC em desenvolvimento. A contribuição para o crescimento por alteração de inventário é quase zero (± 0.01 pontos percentuais) e foi, portanto, retirada da figura.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782696>

Este crescente mercado regional traz grandes oportunidades de crescimento às empresas locais que consigam modernizar os seus respetivos produtos. Os empresários locais e as pequenas e médias empresas (PME) beneficiam de uma vantagem relativa graças à sua proximidade e ao seu conhecimento do mercado doméstico. Contudo, as empresas africanas devem acompanhar a produtividade global ou perderão os mercados domésticos para concorrentes globais. A produtividade da mão-de-obra africana tem ficado aquém daquela da Ásia em muitos setores, como a agricultura, os transportes, as atividades financeiras, a construção e a indústria.

As empresas africanas precisam de um novo conjunto de políticas para aumentar a produtividade e tirar partido de novas oportunidades comerciais. Não bastam as reformas das relações comerciais nem os benefícios fiscais em curso para resolver esta lacuna de produtividade. Apesar destes, não se verificou um aumento significativo do investimento privado. As zonas económicas especiais (ZEE) podem atrair empresas líderes e criar alguns milhares de postos de trabalho na indústria; muitas vezes, porém,

as ZEE tornaram-se enclaves com produtividade limitada e poucas interligações com a economia local e os postos de trabalho locais. De acordo com um inquérito a 91 ZEE em 20 países da África subsariana, estas representam cerca de 1 milhão de postos de trabalho, ou 0.2% do emprego nacional.

Colmatar a lacuna de produtividade depende também do reforço de capacidades e de políticas complementares. As estratégias para aumentar a produtividade incluem a melhoria das capacidades de gestão e das competências técnicas, promovendo oportunidades de financiamento, diminuindo as desigualdades nos mercados de trabalho, dando mais oportunidades de formalização às empresas e melhorando a transparência e a governação. Será essencial desenvolver interligações industriais mais sólidas entre as empresas, *inclusive* através de *clusters* e programas de desenvolvimento de fornecedores.

As economias locais podem atrair investimentos mais produtivos e de longo prazo se as políticas públicas conseguirem melhorar a mobilização de recursos internos e influxos financeiros externos.

- **Os mercados financeiros internos e a mobilização de recursos, bem como a despesa pública, têm de se tornar mais eficientes das seguintes formas:**
 - Melhorando a intermediação financeira para ajudar a mobilizar as poupanças internas no apoio ao investimento produtivo. Em média, as poupanças internas em África representaram USD 422 mil milhões por ano em 2009-16, o que equivale a 20% do PIB do continente.
 - Melhorando as políticas fiscais, a cobrança de receitas não fiscais e aumentando a eficácia das despesas públicas. De acordo com os dados mais recentes, o continente africano mobilizou USD 312 mil milhões em receitas fiscais, ou cerca de 1.7 vezes mais do que os USD 185 mil milhões em influxos financeiros externos em 2016 (Tabela 2).
 - Combatendo os fluxos financeiros ilícitos, que correspondem a USD 50 mil milhões por ano.
- **Os influxos financeiros externos devem servir melhor a diversificação e a produtividade e criar mais postos de trabalho.** Os influxos em África atingiram 8.8% do PIB entre 2009 e 2016, significativamente acima dos da Ásia (3.8%) e da LAC (5.2%). Mas 36% do total do IDE entre 2003 e 2014 foram para a extração de recursos, enquanto as remessas foram em grande parte para os bens de consumo. Fomentar relações mais fortes entre as empresas de IDE e a economia local é crucial para a criação de mais postos de trabalho e uma melhor transferência de conhecimento e de tecnologia. Por fim, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) pode retirar algum risco ao investimento privado e encorajar as PME a cumprir com as normas internacionais. Entre 2012 e 2015, tal financiamento ao desenvolvimento ajudou a mobilizar USD 81 mil milhões de investimento privado.

Tabela 2. Fluxos financeiros externos e internos e receitas fiscais em África (USD atual, milhares de milhão), 2010-16

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (e)
Externos	Entrada de investimento direto estrangeiro	46	45	55	62	64	49	59
	Privado							
	Investimentos em carteira	28	26	42	32	31	20	13
	Remessas	53	60	64	64	68	65	62
Público								
	Ajuda pública ao desenvolvimento	47	52	52	57	54	51	50
Total dos fluxos externos		175	182	214	215	217	185	185
Receitas fiscais internas		332	407	421	418	412	343	312

Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados), OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

As estratégias de desenvolvimento devem também considerar cinco megatendências que afetam a integração africana na economia global

As estratégias de desenvolvimento devem também considerar as megatendências que moldam as dinâmicas do desenvolvimento e a integração africanas na economia global. Cada uma destas megatendências traz grandes oportunidades e riscos, a partir dos quais os países africanos podem traçar importantes implicações de políticas (Capítulo 2).

1. A “**deslocação da riqueza**”, ou o papel mais significativo dos países emergentes na economia global, oferece a África a oportunidade de fazer comércio com mais parceiros, de diversificar o seu cabaz de exportações e de subir em cadeias de valor globais, assim como atrair novos investimentos, financiamento ao desenvolvimento, tecnologia e inovação. A China, por exemplo, investiu USD 118 mil milhões em África, ou 34% do seu financiamento total ao desenvolvimento, durante 2000-14. A deslocação da riqueza traz também a oportunidade de atrair para África atividades industriais de mão-de-obra intensiva. Para concretizar tais potencialidades, as economias africanas devem tornar-se mais competitivas do que outras economias emergentes. Os países africanos podem igualmente ter de impulsionar o respetivo envolvimento com os parceiros globais.
2. A **nova revolução na produção** provocada pela mudança tecnológica e pela digitalização permite às empresas africanas aceder a novos mercados, produzir a um custo mais reduzido e entrar em novos mercados acionistas. Permite, simultaneamente, que os governos africanos forneçam serviços básicos de forma mais eficiente e transparente. A título de exemplo, África já conta com mais de 277 milhões de contas de dinheiro móvel, mais do que todas as outras regiões em desenvolvimento em conjunto. Todavia, a robotização acarreta grandes riscos para a industrialização em África. Na Etiópia, 85% dos postos de trabalho são em setores suscetíveis à automação.
3. O crescimento demográfico do continente pode provocar um “**dividendo demográfico**” se as economias locais conseguirem criar emprego e prestar serviços básicos suficientes para satisfazer a crescente procura. Entre 2015 e 2050, a população ativa africana (definida como as pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos) vai aumentar 902 milhões, cerca de 69% do aumento total em todo o mundo. O dividendo demográfico africano pode contribuir com 10-15% do crescimento do volume bruto do PIB até 2030. No entanto, a economia formal tem de criar milhões de postos de trabalho adicionais: entre o momento presente e 2030, todos os anos, mais 29 milhões de jovens, em média, vão completar 16 anos de idade. O acesso a um sistema educativo de qualidade também tem de melhorar, especialmente para as raparigas. Muitos jovens africanos carecem de competências técnicas e de gestão para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho. Apenas 10.5% dos alunos do ensino secundário estão matriculados em programas de formação profissional e estes são, muitas vezes, subfinanciados.
4. Com a **transição urbana** em curso, prevê-se que a maioria dos africanos vivam em áreas urbanas até 2035. A urbanização traz grandes oportunidades, tais como um aumento do mercado interno tanto para a mão-de-obra como para o consumo. Pode igualmente estimular ganhos de produtividade e inovação na economia. Contudo, até ao início deste século, cerca de 62% da população urbana da África subsariana vivia em assentamentos informais. Em vários países, a urbanização não planeada pode levar à triplicação da população que vive em assentamentos informais até 2050.
5. As **alterações climáticas** representam um grande risco para 27 países africanos dos 33 afetados globalmente, embora África contribua com menos de 4% para as emissões globais de gases com efeito de estufa. As estratégias de “crescimento

verde” podem permitir a África o desenvolvimento de novas atividades económicas, a criação de novos empregos e a poupança em futuros custos de adaptação. Os países africanos podem aproveitar as potencialidades das energias renováveis, cujos custos decrescem rapidamente. Por exemplo, o da energia solar diminuiu 80% entre 2008 e 2015. Metade do crescimento na produção de eletricidade na África subsariana virá provavelmente de fontes renováveis de energia até 2040.

Dez ações de políticas ao nível continental

A agenda de desenvolvimento do continente exige estratégias de desenvolvimento específicas, multifacetadas e holísticas, para cada contexto. Em resposta, este relatório propõe dez ações relativas a políticas públicas para fazer face aos desafios do crescimento, da criação de emprego e das desigualdades em África. As recomendações assentam em três pilares: o desenvolvimento económico sustentável, o desenvolvimento social e o desenvolvimento institucional. Estas ações pretendem concretizar as metas de desenvolvimento da Agenda 2063 da União Africana (ver Tabela 3) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como enfrentar os riscos e as oportunidades trazidas pelas megatendências. Podem contribuir para esta agenda atores de todos os níveis: instituições pan-africanas; comunidades regionais; governos nacionais, subnacionais e locais; o setor privado local; cidadãos africanos; e parceiros internacionais. Gerar dados de qualidade é fundamental para monitorizar, avaliar e ajustar as políticas para concretizar as aspirações africanas.

Tabela 3. Dez ações relativas a políticas para cumprir as metas da Agenda 2063 e os ODS

Ação relativa a políticas	Medidas Propostas	Metas da Agenda 2063	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Ação 1: Incentivar o investimento para o desenvolvimento do setor privado interno	<ul style="list-style-type: none"> Tornar o investimento mais fácil para as empresas domésticas Assegurar a coerência entre as estratégias de promoção de IDE e a capacidade do setor privado local Alavancar as poupanças internas e as remessas para aumentar o investimento interno Aumentar a eficiência do investimento público 	Meta 4. Economias e empregos transformados Meta 12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento	ODS 8, 9, 12, 17
Ação 2: Ajudar o setor privado a diversificar a produção e as exportações	<ul style="list-style-type: none"> Conceber estratégias de exportação que sejam consistentes com as potencialidades do país Facilitar a importação de bens de capital e intermédios Capacitar as agências de promoção das exportações no sentido de apoiar a diversificação 	Meta 4. Economias e empregos transformados Meta 5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção	ODS 8, 9, 17
Ação 3: Fortalecer as ligações entre as economias urbanas e rurais	<ul style="list-style-type: none"> Reformar a propriedade fundiária e o ordenamento do território Modernizar as infraestruturas urbanas e os serviços Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano através de cidades médias sustentáveis 	Meta 1. Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos. Meta 10. Uma África com infraestruturas de classe mundial.	ODS 1, 8, 10, 11
Ação 4: Fomentar o crescimento verde	<ul style="list-style-type: none"> Promover a economia circular Tornar as atividades económicas existentes mais ecológicas 	Meta 5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção Meta 6. Economia azul/de oceano Meta 7. Economias e comunidades ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas	ODS 7, 13, 14, 15

Tabela 3. Dez ações relativas a políticas para cumprir as metas da Agenda 2063 e os ODS (cont.)

Ação relativa a políticas	Medidas Propostas	Metas da Agenda 2063	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Ação 5: Investir mais em educação e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade da educação e das competências	<ul style="list-style-type: none"> • Incitar o acesso universal à educação, especialmente para as raparigas • Promover a educação especializada em setores estratégicos • Melhorar a educação e a formação técnicas e profissionais • Aproximar as instituições de ensino do mercado de trabalho e das empresas privadas 	<p>Meta 2. Cidadãos com boa instrução e revolução de competências apoiada pela ciência, a tecnologia e a inovação</p> <p>Meta 17. Plena igualdade de género em todas as esferas da vida</p> <p>Meta 18. Jovens e crianças envolvidos e capacitados</p>	ODS 4, 5, 12
Ação 6: Aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social, incluindo no trabalho e na saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer patamares mínimos de proteção social • Financiar os sistemas de proteção social de forma sustentável 	<p>Meta 1. Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos</p> <p>Meta 3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos</p>	ODS 1, 3, 10
Ação 7: Impulsionar o envolvimento africano com os parceiros globais	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a cooperação global • Melhorar as parcerias africanas e cooperação já existentes 	<p>Meta 19. África como parceiro importante nos assuntos globais e na coexistência pacífica</p> <p>Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento</p>	ODS 10, 17
Ação 8: Aprofundar a integração regional	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a coordenação e a governação das comunidades económicas regionais (CER) e racionalizar adesões • Facilitar o comércio de mercadorias • Aprofundar a integração regional a fim de Incluir a livre circulação de pessoas, capitais e serviços 	<p>Meta 4. Economias transformadas e criação de empregos</p> <p>Meta 8. África Unida (federal ou confederada)</p> <p>Meta 9. Instituições continentais financeiras e monetárias implementadas e funcionais</p> <p>Meta 10. Uma África com infraestruturas de classe mundial</p>	ODS 9, 10, 11, 17
Ação 9: Mobilizar os recursos internos	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber sistemas fiscais que ampliem a base tributária e incentivem o cumprimento da lei • Investir em administrações fiscais mais eficientes e eficazes • Cooperar no nível internacional para melhorar os sistemas fiscais 	<p>Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento</p>	ODS 8, 17
Ação 10: Reforçar a governação económica e política	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a responsabilidade e a transparência dos processos de tomada de decisões e das políticas de redistribuição • Promover a boa governação empresarial • Investir continuamente na melhoria da capacidade institucional • Garantir que as reformas sejam implementadas no nível governamental adequado 	<p>Meta 8. África Unida (federal ou confederada)</p> <p>Meta 11. Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de direito bem estabelecidos</p> <p>Meta 12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis</p>	ODS 8, 16, 17

As estratégias de desenvolvimento devem ser implementáveis no nível regional

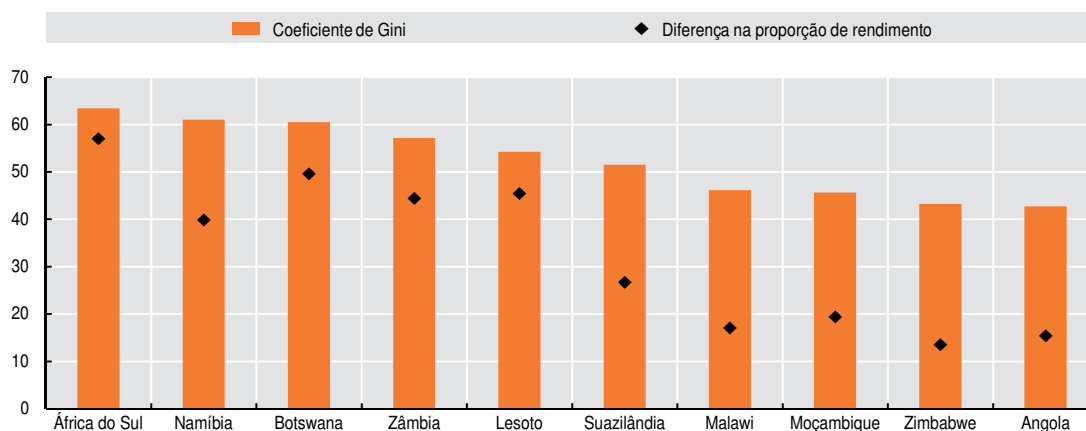
Além da agenda continental, as estratégias também devem ser implementáveis no nível regional e considerar a diversidade das regiões africanas e das economias nacionais. É necessária uma integração regional mais aprofundada para gerar economias de escala e assegurar uma maior eficiência nos mercados africanos. Nas cinco regiões definidas no Tratado de Abuja, as CER africanas desempenham um papel essencial na coordenação da implementação do plano de ação do continente para o crescimento, o emprego e a redução das desigualdades.

Na África Austral

Desde o ano 2000, a África Austral tem registrado um crescimento económico estável, mas encontra-se agora em desaceleração. O PIB real cresceu 5.2% ao ano entre 2000 e 2008, antes de abrandar para 2.6% entre 2009 e 2016. A volatilidade nos preços das matérias-primas e do investimento no setor extrativo afetou fortemente o desempenho. O valor acrescentado da indústria na região caiu de 18.2% do PIB para 12.6% do PIB entre 2000 e 2015. Esta tendência de “desindustrialização precoce” constitui um grande desafio ao crescimento inclusivo e à concretização da Agenda 2063.

O emprego continua a ser um enorme desafio na África Austral, sobretudo para os 1.1 milhões de jovens adicionais que ingressam na população ativa todos os anos. A região abriga seis dos dez países mais desiguais do mundo, não obstante os sistemas fiscais progressivos e as políticas redistributivas em países como a África do Sul e a Zâmbia (Figura 2). O número de pessoas em pobreza extrema manteve-se nos 35.6% em 2013, tendo decrescido de 43.8% em 1990. A desigualdade de género continua a ser um obstáculo significativo ao crescimento inclusivo e ao bem-estar, embora a África Austral tenha um melhor desempenho do que outras regiões africanas.

Figura 2. Coeficientes de Gini e diferença na proporção de rendimento nos países da África Austral



Nota: A diferença entre o grupo superior e o inferior refere-se ao rácio entre as proporções de rendimento detidas pelos 10% mais ricos e o rendimento detido pelos 10% mais pobres na distribuição de rendimentos nacional. São mostrados os últimos dados disponíveis para cada país.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783190>

Para garantir que o crescimento seja bem-sucedido na redução da desigualdade e do desemprego, os governos da África Austral poderiam realizar as seguintes ações prioritárias:

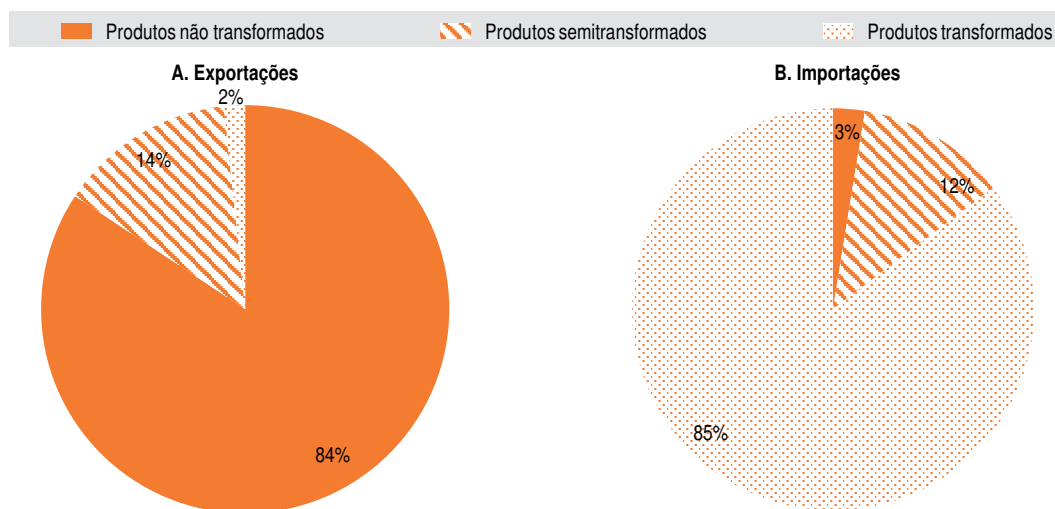
- Promover a implementação da Estratégia e o Roteiro de Industrialização da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral 2015-2063, com o objetivo de facilitar os investimentos no desenvolvimento das capacidades tecnológicas e industriais internas, incentivando o comércio intrarregional e identificando oportunidades de industrialização que origine empregos.
- Encorajar diferentes tipos de empreendedorismo local e investir em programas de formação de competências em conjunto com o setor privado. Tal iria aumentar a empregabilidade dos trabalhadores, especialmente para os jovens e as mulheres.
- Expandir e integrar os sistemas de proteção social e continuar os esforços de redução da pobreza, especialmente nas áreas rurais. A natureza enraizada da desigualdade e do desemprego apela à conjugação de políticas do mercado de trabalho e de programas de assistência social.

Na África Central

A África Central teve um forte crescimento de 5.6%, em média, desde 2000, mas a região não conseguiu transformar esta riqueza num desenvolvimento resistente e sustentável. As economias da África Central mantêm-se altamente dependentes dos recursos. Os produtos não transformados (sobretudo hidrocarbonetos, cobre e madeira) são responsáveis por 84% das exportações da região, a maior proporção entre as cinco regiões africanas (Figura 3). O crescimento depende dos preços dos produtos de base. Esta volatilidade pode impedir o investimento de longo prazo, o que constitui um desafio à colmatação da lacuna no acesso a infraestruturas e eletricidade.

A criação de postos de trabalho formais tem-se dissociado da atividade económica desde 2015. A distribuição desigual dos recursos naturais criou desigualdades territoriais e consideráveis disparidades de riqueza entre países e entre setores económicos. Tal situação só veio acrescentar à estagnação da desigualdade de rendimentos, mantendo-se o coeficiente de Gini na África Central em 42, em média, desde 2000, superior às outras regiões africanas.

Figura 3. Composição do comércio na África Central, 2016



Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), base de dados da UNCOMTRADE (2017).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933783285>

Os governos podem explorar várias políticas para melhorar a resiliência social e económica, para criar empregos e apoiar o crescimento sustentável e inclusivo, incluindo o seguinte:

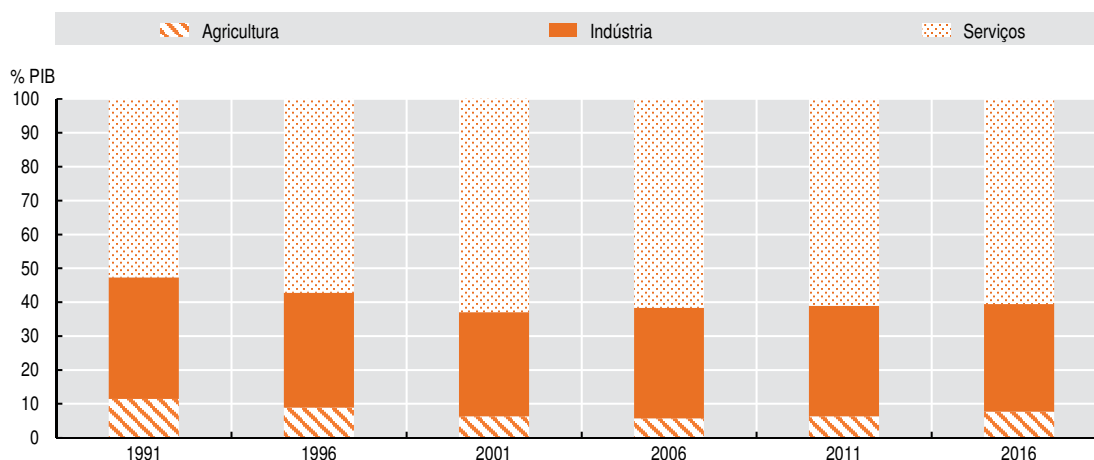
- Aprofundar a cooperação regional em políticas fiscais, monetárias e comerciais, para a promoção de cadeias de valor regionais e o reforço da competitividade do setor privado. Facilitar investimentos nacionais e regionais em infraestruturas de transportes, eletricidade e telecomunicações é crucial para a implementação dos compromissos de integração regional.
- Garantir que as empresas locais tenham acesso à eletricidade, aos serviços básicos, a mão-de-obra qualificada e a equipamentos importados, a fim de encorajar a transformação local de matérias-primas. São também necessárias políticas direcionadas para encorajar a participação das mulheres e dos jovens na mão-de-obra e reduzir a sua vulnerabilidade.
- Reforçar a cobrança de impostos, as políticas de redistribuição e os sistemas de proteção social para garantir que as rendas do setor extrativo sirvam melhor a

população. Tal requer a melhoria dos sistemas estatísticos para garantir que haja dados disponíveis e fiáveis e que esses sejam usados de forma eficaz para informar as políticas.

Na África Oriental

A África Oriental beneficiou dum crescimento económico maior e mais resiliente do que as outras regiões, graças ao seu perfil económico mais diversificado. Desde 1990, as taxas de crescimento anuais na região ultrapassam os 4%. Este crescimento foi impulsionado pelo setor dos serviços, que representa agora quase 60% do PIB (Figura 4). Contudo, esta expansão deriva sobretudo de serviços informais e não comercializáveis. Um modelo abrangente de crescimento baseado na agricultura e na exportação que se concentra num reduzido conjunto de produtos (por exemplo, café, chá e minerais) torna a região vulnerável às flutuações dos preços das matérias-primas e às depreciações da moeda.

Figura 4. Valor acrescentado médio por setor enquanto percentagem do PIB na África Oriental, 1991-2016



Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783703>

No entanto, o crescimento dos últimos anos não se traduziu numa transformação estrutural acelerada nem na criação de emprego. Com 35% da população ainda em condições de extrema pobreza, o crescimento não reduziu a pobreza nem a desigualdade de rendimentos de forma significativa. Pelo contrário, a desigualdade de rendimentos é uma tendência ascendente, tendo apenas quatro países um coeficiente de Gini abaixo de 40. O fosso entre géneros no emprego só diminuiu ligeiramente, tendo o rácio de emprego entre homens e mulheres caído de 1.41 em 1991 para 1.39 em 2017. A maioria das mulheres trabalha no setor informal (por exemplo, de 50% no Uganda a 80% no Quênia e no Ruanda).

O crescimento do PIB resulta cada vez mais do consumo privado, o que constitui tanto uma oportunidade para entrar num mercado interno crescente, como também um risco de agravamento da balança comercial através da procura de bens importados. Os governos da África Oriental podem enfatizar as seguintes políticas económicas e sociais:

- Melhorar o quadro regulamentar e de políticas e o ambiente de negócios, de forma geral, é fundamental para fomentar a diversificação e um crescimento mais sustentável. Os decisores políticos podem incentivar o investimento produtivo na economia através de medidas estruturais e institucionais, tais como a simplificação de regulamentos comerciais e a isenção de taxas de importação sobre capital e bens intermédios. Impulsionar a produtividade agrícola e apoiar empresas de elevada

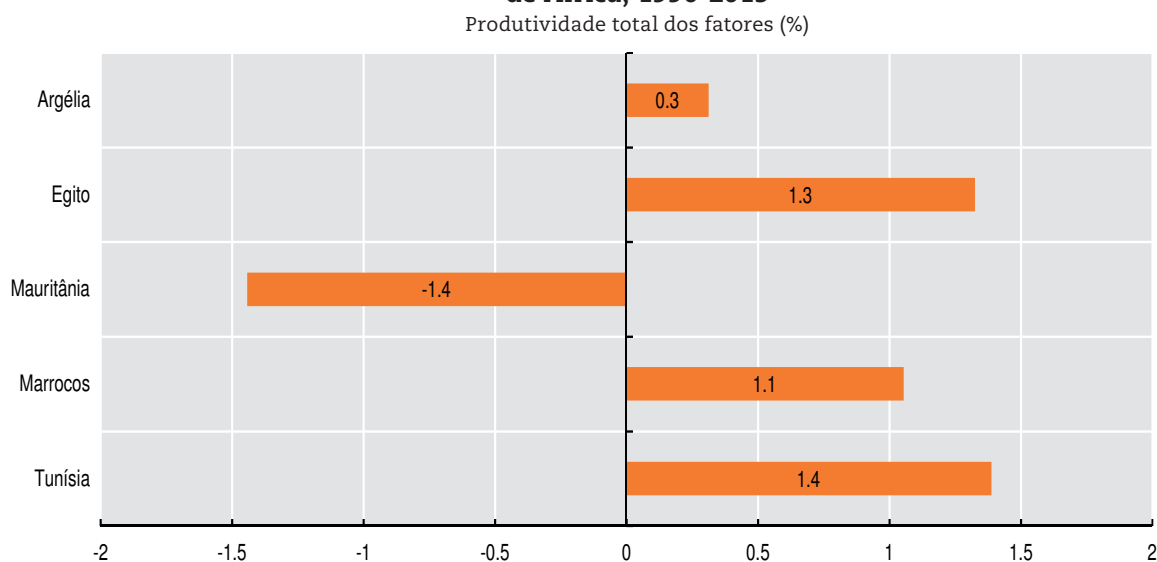
potencialidade nos setores industrial e dos serviços ajudará a região a acelerar a sua transformação económica.

- Vários países estão a fazer face à pobreza reforçando os programas de proteção social e investindo na educação e no desenvolvimento de competências, que são extremamente necessárias. Estes investimentos terão de aumentar consideravelmente para que estes programas possam apoiar um desenvolvimento mais inclusivo.

No Norte de África

Apesar da volatilidade de crescimento, os governos no Norte de África têm sido capazes de reduzir a pobreza e a desigualdade de oportunidades. O crescimento foi, em média, de 2.6% entre 2010 e 2015 (em comparação com 4% entre 1995 e 2009). Este crescimento mais reduzido deve-se principalmente à volatilidade dos preços do petróleo, a um abrandamento da procura europeia após a crise financeira global de 2008, às repercussões da Primavera Árabe e a conflitos contínuos. Os ganhos de produtividade são insuficientes, revelando uma falta de inovação nas economias (Figura 5).

Figura 5. Crescimento da produtividade total dos fatores por país no Norte de África, 1990-2015



Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783931>

As desigualdades e a pobreza também diminuíram significativamente, graças à melhoria no acesso aos serviços básicos e a programas de proteção social. Todavia, a desigualdade de rendimentos persiste, dado que os 20% mais ricos ganham 7.5 vezes mais do que os 20% mais pobres, e parte da população continua vulnerável à pobreza.

As taxas de participação na população ativa são ainda baixas no Norte de África (40.9% de 1990 para 2015). Os jovens e as mulheres são os mais desfavorecidos no mercado de trabalho. O principal desafio do desemprego entre os jovens é a falta de postos de trabalho altamente qualificados para uma população cada vez mais instruída. O desemprego entre os jovens (15-24 anos) é de 28.8%, o dobro da média mundial. Apenas 16.6% das jovens mulheres se encontram empregadas ou à procura de emprego, em comparação com 46.8% dos jovens do género masculino. Cerca de um quarto destes jovens trabalhadores vive na pobreza. Cerca de 26% dos jovens com idades entre os 15 e os 24 anos não estão nem a estudar nem a trabalhar ou em formação (NEET), a segunda taxa mais elevada a nível mundial.

Para superar estes desafios, as políticas terão de melhorar e reforçar a estabilidade política e a responsabilidade institucional, acelerar a transformação estrutural das economias e direcionar a criação de empregos para as mulheres e jovens através de políticas estruturais. Recomendam-se as seguintes ações:

- Deslocar as economias para setores estratégicos que criem valor acrescentado e emprego para os trabalhadores jovens e qualificados. O desenvolvimento do setor industrial e o enfoque na exportação de bens e serviços para o resto do continente africano poderiam ajudar a alcançar esse objetivo.
- Promover a flexibilidade no local de trabalho a fim de incentivar a participação feminina, apoiar as mulheres empresárias e alinhar o sistema educativo com as necessidades do mercado de trabalho para garantir uma maior taxa de emprego entre os jovens.

Na África Ocidental

Entre 2000 e 2014, a África Ocidental verificou uma das mais fortes taxas de crescimento do continente, acima de 5%. Esta é, porém, desigual, uma vez que a Nigéria, o Gana e a Côte d'Ivoire representam 85% do PIB regional. A elevada informalidade, as desigualdades crescentes e a pobreza também minam a resiliência do crescimento.

O crescimento demográfico da África Ocidental, a crescente procura regional e a classe média emergente representam grandes oportunidades para o desenvolvimento, mas exigem a criação de milhões de postos de trabalho na economia formal. O crescimento económico é sobretudo impulsionado pela exploração de matérias-primas e pelo setor agrícola, atividades estas que não oferecem oportunidades de trabalho suficientes para os jovens. Assim, os jovens e as mulheres, que são igualmente excluídos do mercado de trabalho formal, recorrem a atividades do setor informal, que representam entre 68% e 90% dos postos de trabalho (Tabela 4). A falta de emprego formal está a tornar-se num enorme desafio, dado que os jovens com idades entre os 15 e os 24 anos representarão 20% da população até 2035 (117 milhões).

Tabela 4. Proporção do setor informal de emprego não agrícola por género na África Ocidental

País	Ano	Setor informal proporção (%)	Proporção de mão de obra	
			Mulheres	Homens
Benim	2011	94.5	97.7	90.2
Côte d'Ivoire	2016	87.7	93.8	82.4
Gâmbia	2012	68.2	77.6	62.0
Gana	2015	83.2	88.3	75.9
Libéria	2010	77.6	86.3	68.8
Mali	2015	92.1	96.9	87.9
Níger	2011	86.4	95.2	76.4
Senegal	2015	90.4	93.5	88.2

Fonte: Cálculos dos autores com base em OIT (2017) base de dados ILOStat.

Embora o acesso aos serviços básicos tenha melhorado, a distribuição de rendimentos mantém-se desigual. Devido ao rápido crescimento populacional, o número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza cresceu de 98.9 milhões (55.4%) em 1990 para 144.4 milhões (43.8%) em 2013. As desigualdades são ainda imensas, com um coeficiente de Gini de 0.39 em 2014, que é até mais elevado em vários países. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um dos mais baixos do continente, situando-se nos 0.47. A segurança social continua a não ser suficiente e metade dos países da África Ocidental apresenta fortes desigualdades de género.

Para gerar crescimento sustentável e inclusivo, as estratégias a desenvolver têm de se apoiar em três eixos principais:

- O desenvolvimento do setor privado interno apoiando *clusters* empresariais, melhorando os quadros regulamentares e os sistemas fiscais de modo a atrair investimentos e promovendo a diversificação económica.
- O reforço das interligações entre os espaços rural e urbano melhorando a capacidade das cidades intermediárias, as infraestruturas e corredores nacionais e transfronteiriços e promovendo as atividades agroindustriais.
- Investir mais na educação universal, especialmente das raparigas, melhorando simultaneamente a qualidade da educação e o desenvolvimento de competências profissionais para corresponder à procura existente no mercado de trabalho.

Bibliografia

Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), <http://wdi.worldbank.org> (consultada em 15 de fevereiro de 2018).

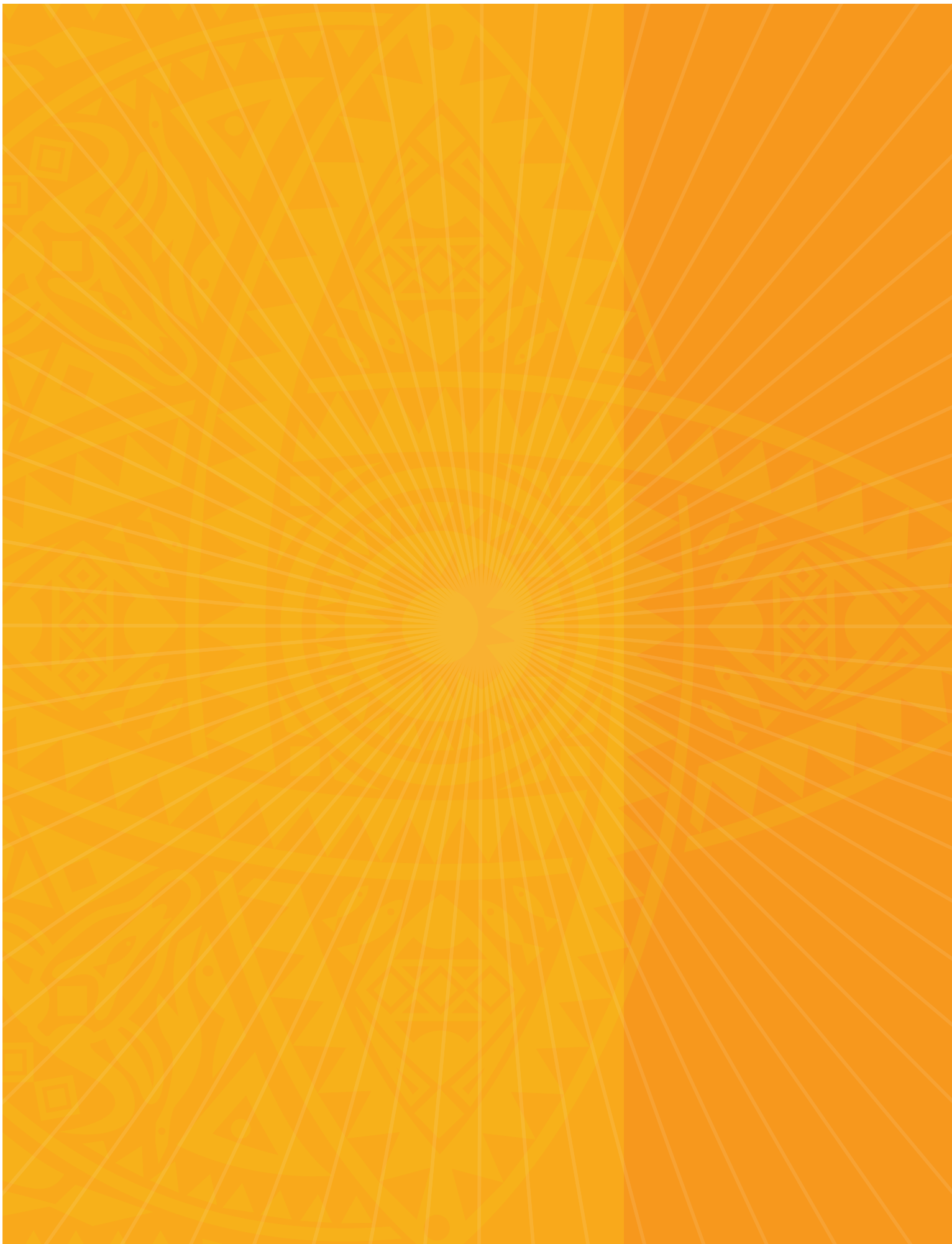
Banco Mundial (2017b), *PovcalNet*(base de dados), <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povOnDemand.aspx>(consultada em 20 de abril de 2018).

Divisão de Estatística da ONU (2017), *UN COMTRADE* (base de dados), <http://wits.worldbank.org/wits/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).

FMI (2018), *World Economic Outlook, April 2018* (base de dados), www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx (consultada em 20 de abril de 2018).

OIT (2017), *ILOSTAT* (base de dados), www.ilo.org/ilostat/ (consultada em 1 de março de 2018).

OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados), www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm (consultada em 15 de fevereiro de 2018).



Capítulo 1

A integração africana na economia global

Este capítulo analisa a trajetória geral do desenvolvimento em África e a sua posição na economia global desde 1990. Em primeiro lugar, analisa os determinantes, as componentes e as dinâmicas do crescimento do produto interno bruto e o impacto destas na criação de emprego e na desigualdade. A análise propõe, então, cinco razões pelas quais África necessita de melhores padrões de crescimento em função das metas de desenvolvimento da Agenda 2063. A segunda parte do capítulo examina percursos de crescimento que os mercados regionais e globais oferecem às economias africanas. O capítulo apresenta os desafios de políticas para impulsionar a competitividade interna, desenvolver mais os mercados internos e desbloquear o potencial dos investimentos.

EM SÍNTESE

Entre 2000 e 2016, África verificou fortes taxas de crescimento económico (em média, 4.6% ao ano), superiores à América Latina e Caraíbas (2.8%), mas inferiores às da Ásia em desenvolvimento (7.2%). Estas resultaram dos elevados preços das matérias-primas, de uma melhoria na gestão macroeconómica e de estratégias de diversificação do crescimento. Muitos países têm investido fortemente em infraestruturas públicas; alguns também diversificaram as parcerias comerciais, em especial com a China, a Índia e outros parceiros emergentes.

Não obstante, África sairia beneficiada se melhorasse os respetivos padrões de crescimento económico por várias razões:

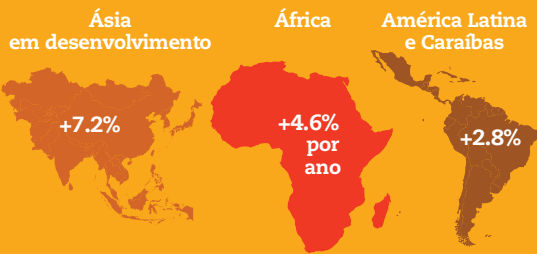
- Os países africanos precisam de reforçar os impulsores do **crescimento de longo prazo**. O crescimento tem sido extremamente volátil e prevê-se que apenas três países africanos alcancem a meta de crescimento de 7% ao ano da Agenda 2063, durante o período de 2016-20.
- O crescimento não criou emprego suficiente e o emprego de qualidade continua a ser escasso. Se as tendências atuais persistirem, estima-se que a proporção de **emprego vulnerável** em África permaneça nos 66% até 2022, muito acima da meta de 41% até 2023.
- O recente crescimento em África não melhorou o **bem-estar** tanto quanto o crescimento no resto do mundo.
- Reduzir a **desigualdade** é essencial para tornar o crescimento mais inclusivo e resiliente. Se África reduzisse o seu atual coeficiente de Gini para o nível da Ásia em desenvolvimento, o crescimento entre 1990 e 2016 poderia, potencialmente, ter reduzido em 130 milhões adicionais o número de pessoas que vivem na pobreza.

Tanto os mercados globais como os regionais oferecem novos percursos para um melhor crescimento. A diversificação das exportações pode ajudar África a tirar mais partido da **integração na economia global**. O aprofundamento da integração regional, especialmente aumentando o comércio intra-africano em bens intermédios, também pode ajudar. A **procura interna em África** oferece novas oportunidades às empresas locais, tais como empresários e pequenas e médias empresas. Os governos africanos podem fazer mais para ajudar a alcançar a produtividade global, especialmente construindo ligações industriais e desenvolvendo a capacidade local. De modo a mobilizar mais recursos financeiros para o desenvolvimento dos países, os governos africanos podem melhorar as políticas fiscais e a cobrança de receitas, incrementar a eficácia das despesas públicas e promover uma melhor intermediação financeira para canalizar a poupança para o investimento em economias locais.

A integração africana na economia global

Crescimento

O PIB africano triplicou desde 2000



Comércio

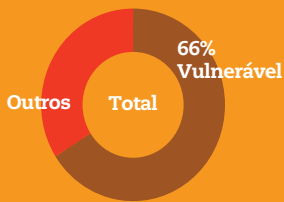
África diversificou os seus parceiros comerciais

África triplicou o seu comércio com a China, a Índia e outros parceiros emergentes

Em 2016, o comércio africano com parceiros emergentes representou:



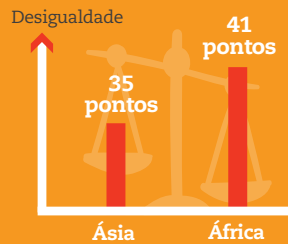
Emprego



A meta da Agenda 2063 para o emprego vulnerável de **41%** até 2023 está ainda muito longe de ser atingida

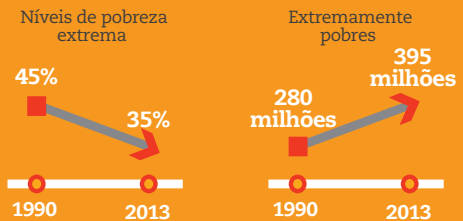
Desigualdade

Média africana no coeficiente de Gini



Pobreza

Os níveis de pobreza extrema diminuíram, mas mais pessoas vivem com USD 1.90 por dia ou menos



Opções de políticas para um melhor crescimento

Aprofundar a integração regional poderia impulsionar o PIB africano em 1%, o emprego total em 1.2% e o comércio intra-africano em 33%



Ajudar os produtores africanos a penetrar nos mercados internos em rápido crescimento



Desbloquear financiamentos privados para investimentos produtivos



Indicadores básicos: África na economia global

Tabela 1.1. Indicadores básicos para África, Ásia e ALC, 2017

	África	Ásia	ALC
População (milhares)	1 202	4 011	620
Área territorial (milhares de km ²)	30 143	25 071	20 412
Densidade populacional (habitantes/km ²)	39.9	160.0	30.4
PIB, em PPC (mil milhões USD)	6 377	45 114	9 783
PIB per capita, em PPC (USD)	5 305	11 246	15 785

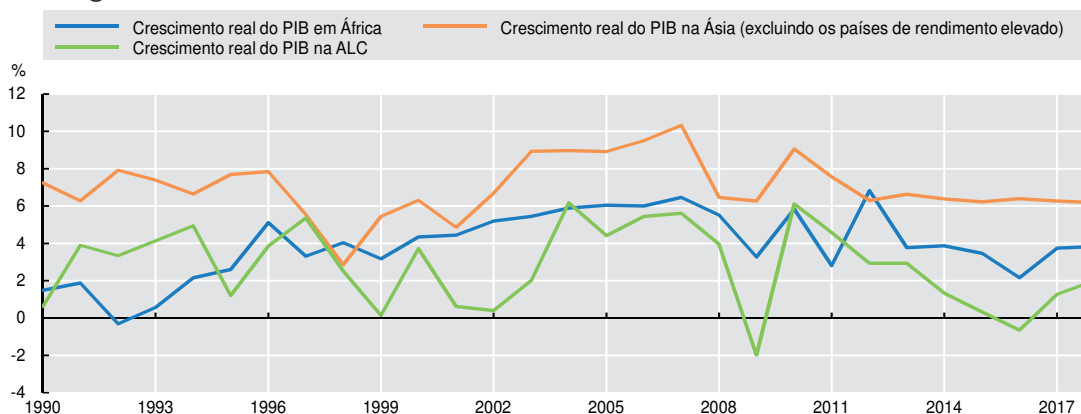
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision* (base de dados), Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

Tabela 1.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Austral (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	46	45	55	62	64	49	59
		Investimento de carteira	28	26	42	32	31	20	13
		Remessas	53	60	64	64	68	65	62
Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	47	52	52	57	54	51	50	
	Total de fluxos externos	175	182	214	215	217	185	185	
Receitas fiscais internas		332	407	421	418	412	343	312	

Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados), OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 1.1. Crescimento económico real em África, na Ásia e na ALC, 1990-2018

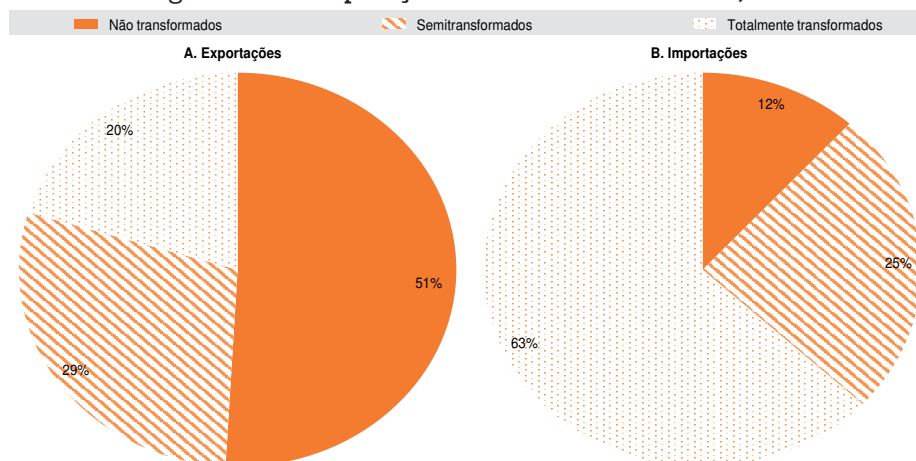


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782411>

Figura 1.2. Composição do comércio em África, 2016



Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782430>

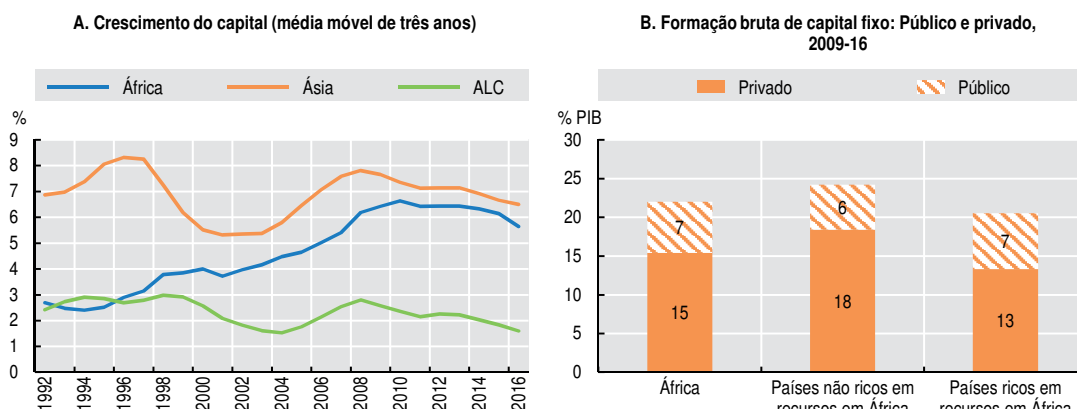
Cinco razões pelas quais África precisa de melhores padrões de crescimento

O crescimento permanece volátil, não obstante um forte processo de acumulação de capital e novos parceiros comerciais

O continente africano tem registado um forte crescimento desde 2000, dando origem a uma dita “África que emerge”. De uma perspetiva histórica, o desempenho do crescimento africano melhorou muito em comparação com a década de 1990, quando o crescimento *per capita* foi negativo. Entre 2000 e 2008, o crescimento africano assentou em cerca de 5.5% e o crescimento *per capita* em 3.1%. Este desempenho agregado é melhor do que o de 3.6% na ALC, mas inferior ao da média da Ásia de 8.0% para o mesmo período. O número de países africanos com taxas de crescimento do PIB acima do seu crescimento populacional também aumentou substancialmente. Este desempenho do crescimento foi impulsionado pelos preços favoráveis das matérias-primas, por uma melhor gestão macroeconómica e do alívio da dívida, mas também por estratégias de diversificação do crescimento em alguns países (ver Caixa 1.2).

Muitos países africanos têm investido fortemente em infraestruturas públicas, levando a um processo de acumulação de capital em todo o continente. Apesar de o capital social em África ter crescido aproximadamente apenas 2.5% no início da década de 1990,¹ a acumulação de capital acelerou rapidamente no início da década de 2000 e chegou aos 6.6% em 2009, um nível semelhante ao da expansão de capital na Ásia (Figura 1.3, Painel A). O rácio de capital por trabalhador em África aumentou de forma constante e alcançou uma taxa de crescimento semelhante à da ALC, mesmo tendo em conta a rápida expansão da mão-de-obra africana. Esta aceleração reflete o baixo ponto de partida em muitos países africanos. A formação bruta de capital fixo média foi de 22% do PIB para todo o continente (Figura 1.3, Painel B). Para 16 países africanos, foi superior a 30% do PIB. Embora o setor privado represente a maioria dos investimentos, o investimento público também ascendeu a 7% do PIB por ano. Durante este período, muitos governos africanos investiram em projetos para preencher a grande lacuna de infraestruturas e impulsionar a procura agregada relativamente à crise económica global.

Figura 1.3. Crescimento do capital em África, na Ásia e na ALC, 1992-2016, e formação bruta de capital fixo em África, 2009-16



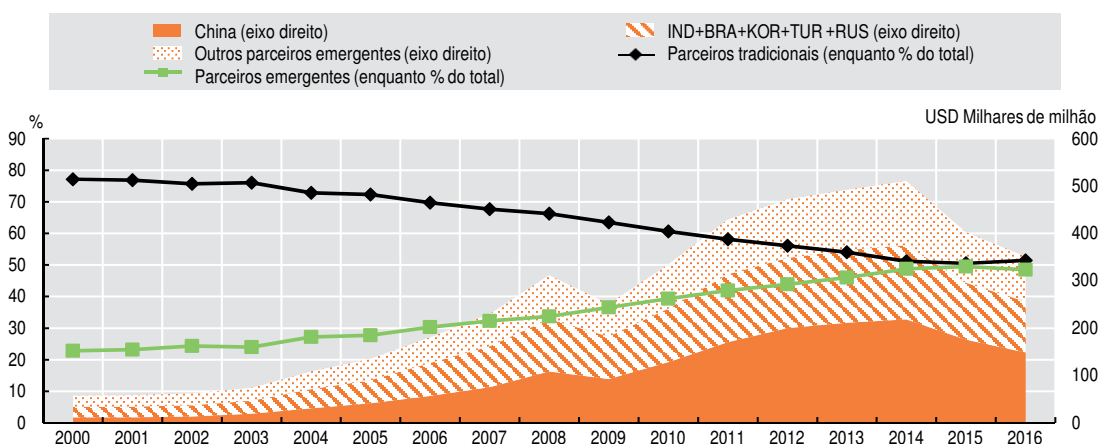
Nota: A formação bruta de capital fixo compreende o valor líquido total de aquisições de ativos fixos durante o período contabilístico, além de variações na avaliação de ativos não produzidos (por exemplo, riquezas do subsolo). Os países ricos em recursos são definidos como aqueles com pelo menos cinco anos entre 2006 e 2015 durante os quais as rendas dos recursos, excluindo as florestais, representaram pelo menos 10% do PIB.

Fontes: Painel A: Cálculos dos autores com base em dados de The Conference Board (2017), *Total Economy* (base de dados), Painel B: Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados); FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782449>

Os países também diversificaram as parcerias comerciais. Entre 2000 e 2016, África triplicou o seu comércio com o resto do mundo, de USD 276 mil milhões para USD 806 mil milhões. Houve uma expansão significativa dos fluxos comerciais com parceiros emergentes como a China e a Índia (Figura 1.4). Como resultado, o comércio africano transitou dos parceiros tradicionais para parceiros comerciais emergentes. Algo que é válido tanto para as exportações como para as importações africanas. O comércio com economias emergentes representou 51% das exportações e 46% das importações de África em 2016. Todavia, a expansão das relações comerciais não serviu para diversificar o cabaz de exportação do continente.

Figura 1.4. Distribuição do comércio africano, 2000-16



Nota: Índia (IND), Brasil (BRA), Coreia (KOR), Turquia (TUR) e Rússia (RUS). O comércio é a soma das exportações e das importações africanas. Os parceiros emergentes de África são os definidas por OCDE et al. (2011).

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782468>

Manter o crescimento durante um longo período constitui um desafio para a maioria das economias africanas. As trajetórias de crescimento individuais de 1970 a meados da década de 2000 revelam que os surtos de crescimento tendem a ser mais curtos em países africanos e latino-americanos do que em outras regiões (ver Berg, Ostry e Zettelmeyer, 2012, para mais pormenores). Dados recentes mostram que a volatilidade do crescimento se mantém generalizada:

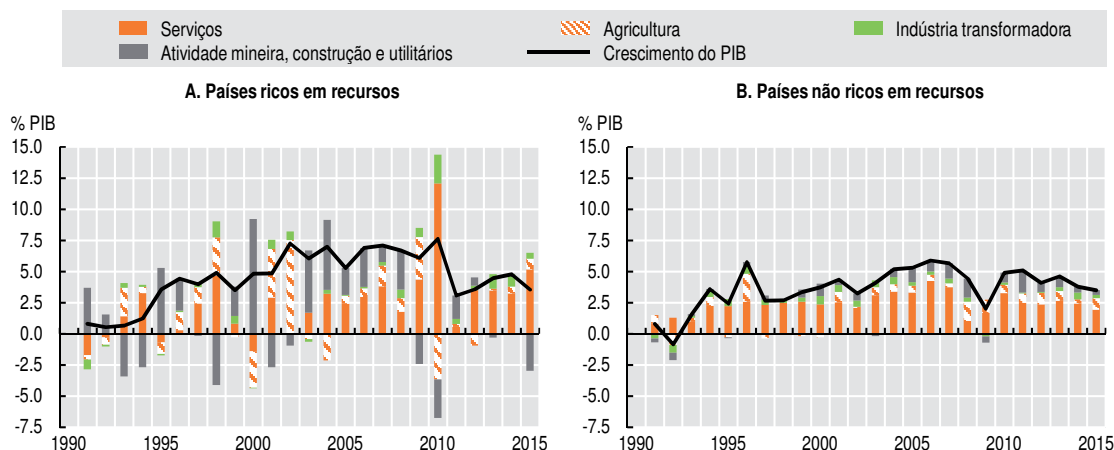
- O crescimento africano sofreu uma queda em 2008-09. Em países importadores líquidos, um aumento acentuado dos preços do petróleo e dos alimentos afetou gravemente o poder de compra das famílias e as balanças de transações correntes dos países, demonstrando a vulnerabilidade de África a choques externos em questões de matérias-primas.
- O crescimento africano passou por um segundo ponto baixo em 2010, em grande parte relacionado com a Primavera Árabe. Tal situação revelou, entre outras coisas, que o crescimento anterior não criou postos de trabalho suficientes e que não foi inclusivo.
- Em 2016, o crescimento do PIB do continente caiu temporariamente, uma vez que os preços desfavoráveis das matérias-primas atingiram novamente muitas grandes economias que são baseadas nos recursos naturais. Espera-se que o crescimento do PIB recupere lentamente e atinja os 2.8% em 2018, em parte devido à incessante procura interna africana e a uma recuperação nos preços do petróleo.

A volatilidade do crescimento varia largamente entre países, dependendo das estruturas das exportações e produção. O desvio padrão de crescimento anual entre 2000 e 2017 é significativamente maior para os países africanos ricos em recursos, situando-

se nos 9.0 pontos, do que para os países africanos não ricos em recursos (3.2 pontos), os países asiáticos em desenvolvimento (4.1 pontos) e os países da ALC em desenvolvimento (2.6 pontos). Esta comparação entre países ricos em recursos e países não ricos em recursos é esclarecedora:


- Os países ricos em recursos têm desfrutado de termos de troca mais sólidos e têm um crescimento médio desde 2000 de mais de 6% ao ano devido aos elevados preços das matérias-primas, especialmente para combustível (petróleo, gás natural e carvão) e metais (Figura 1.5, Painel A). No entanto, a alta concentração das receitas provenientes da exportação de apenas alguns recursos naturais levou à instabilidade das receitas públicas, algo que impediu os governos de se comprometer com investimento público de longo prazo e de sustentar as despesas sociais. Visto que os preços das matérias-primas caíram acentuadamente entre 2012 e 2016 (57% para o combustível e quase um terço para os metais e os minerais), as receitas internas em países ricos em recursos diminuíram 44%. A queda dos preços das matérias-primas reduziu o crescimento do continente para 2.2% em 2016.
- Em contrapartida, os países não ricos em recursos registaram um crescimento mais estável, de cerca de 4% ao ano, desde 2000. Entre 2000 e 2015, o setor dos serviços contribuiu com cerca de 3 pontos percentuais ao ano para o crescimento anual do PIB, em comparação com 1.1 pontos percentuais da indústria e 0.6 pontos percentuais da agricultura (Figura 1.5, Painel B). Alguns países, como a Etiópia, o Quênia e o Ruanda, conseguiram impulsionar o crescimento através do investimento público (principalmente em grandes projetos de infraestruturas) e de serviços de sucesso. Além disso, os importadores líquidos de petróleo beneficiaram de preços mais reduzidos dos combustíveis nos últimos anos, fazendo assim decrescer os respetivos custos de importação. A segunda metade deste capítulo desenvolverá os impulsionadores do crescimento nos países africanos.

Figura 1.5. Setores impulsionadores do crescimento anual em África: Países ricos em recursos contra países não ricos em recursos, 1990-2016



Nota: Os países ricos em recursos são definidos como aqueles com pelo menos cinco anos entre 2006 e 2015 durante os quais as rendas dos recursos, excluindo as florestais, representaram pelo menos 10% do PIB. Para os países ricos em recursos, o pico da contribuição dos serviços em 2010 deve-se, em parte, ao efeito de "rebaseamento" do PIB da Nigéria. O rebaseamento deu-se em 2015, mas a série do PIB do país foi reajustada de volta a 2010.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782487>

Num cenário sem alterações, é pouco provável que África cumpra as metas estabelecidas no primeiro plano decenal de implementação da Agenda 2063 da União Africana. Na primeira metade do plano (2013-2017), o PIB real africano cresceu 3.4% ao ano. Prevê-se que, no próximo período de cinco anos (2018-22), o crescimento do PIB real

seja de 3.9%. África está a ficar aquém da sua meta de 7% ao ano por mais de 3 pontos percentuais anuais. Alcançar elevadas taxas de crescimento tem-se revelado difícil para todos os países do mundo desde a crise global de 2009 (Tabela 1.3).

Tabela 1.3. Taxas de crescimento para os países africanos, outros países em desenvolvimento e países de rendimento elevado, 2000-20

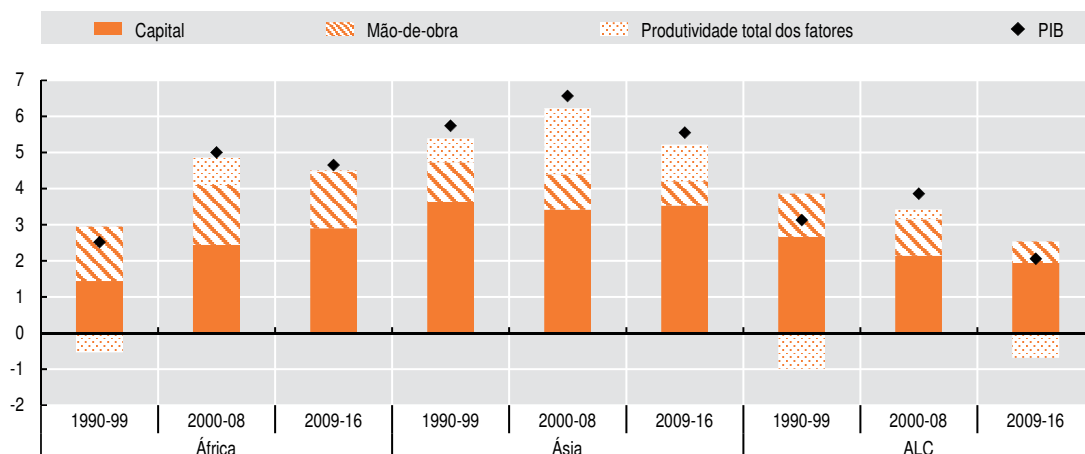
		Número de países em cada categoria de crescimento			
		2000-05	2006-10	2011-15	2016-20 (p)
Países africanos	Crescimento acima de 7%	9	9	6	3
	Crescimento de 0-7%	38	41	43	48
	Crescimento negativo	5	2	3	3
Outros países em desenvolvimento	Crescimento acima de 7%	15	14	10	6
	Crescimento de 0-7%	63	64	65	73
	Crescimento negativo	2	4	6	2
Países de rendimento elevado	Crescimento acima de 7%	6	1	1	0
	Crescimento de 0-7%	46	43	43	51
	Crescimento negativo	0	8	8	1

Nota: (p) : projeções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

Os países africanos precisam de reforçar os impulsionadores do crescimento de longo prazo. A contribuição da mão-de-obra para o crescimento não aumentou muito ao longo do tempo e os ganhos da produtividade total dos fatores (PTF) permaneceram diminutos e voláteis. Não obstante o processo de forte acumulação de capital entre 2009 e 2016, África não testemunhou praticamente crescimento algum na PTF (Figura 1.6). Esta situação é melhor do que na ALC, onde o crescimento da PTF foi negativo durante o mesmo período. Porém, África está aquém da Ásia, onde a PTF contribuiu com 1 ponto percentual para o crescimento anual. Um crescimento moroso da PTF torna-se preocupante dado que o crescimento no longo prazo depende da melhoria contínua da produtividade. A vulnerabilidade das economias africanas a choques externos e às condições climáticas, tais como secas, é um dos principais fatores que explicam a volatilidade da PTF. Em economias baseadas na agricultura, por exemplo, têm sido os preços mais elevados dos produtos agrícolas, e não o crescimento da produtividade agrícola, a força motriz para os ganhos da PTF (FMI, 2016a).

Figura 1.6. Contribuição da produtividade total dos fatores, mão-de-obra e capital para o crescimento do PIB em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016



Nota: PTF significa produtividade total dos fatores, medida enquanto a variação do PIB não explicada pela contribuição da mão-de-obra e do capital para o PIB.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de The Conference Board (2017), *Total Economy* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782506>

Enquanto os investimentos públicos podem ajudar a estimular o crescimento, mantê-lo durante um longo período vai depender de um conjunto de fatores políticos específicos de cada país. Os estudos sugerem que um certo número de fatores pode sustentar o crescimento (por exemplo, Berg, Ostry e Zettelmeyer, 2012). Prolongar os episódios de crescimento depende da estabilidade dos ambientes macroeconómicos (tais como as taxas de inflação), um maior desenvolvimento financeiro (aproximado pelo rácio entre o crédito privado e o PIB) e uma distribuição de rendimentos mais igualitária. A competição política e a solidez das instituições responsáveis pela elaboração de políticas públicas também ajudam os países a desfrutar de surtos de crescimento mais prolongados. A capacidade dos países gerirem choques externos – tais como alterações nas taxas de juro e nos termos de troca – desempenha um papel fulcral no aumento da probabilidade de ocorrerem episódios de crescimento, diminuindo ao mesmo tempo a probabilidade de ocorrerem inversões de crescimento. Muitos países africanos melhoraram a respetiva gestão macroeconómica, os quadros regulamentares e a qualidade das instituições públicas. No entanto, são necessárias mais medidas para reduzir a vulnerabilidade e para alcançar um crescimento mais forte e menos volátil que se traduza em maiores níveis de bem-estar.

O recente crescimento do PIB não aumentou o bem-estar

Apesar do forte desempenho de crescimento africano desde 2000, a correlação entre o PIB *per capita* do continente e os indicadores de bem-estar aparenta ser mais fraca do que a média mundial. Em África, como no resto do mundo, o rendimento nacional bruto *per capita* e as taxas brutas de matrícula no ensino secundário apresentam uma correlação relativamente forte com o PIB *per capita*. Contudo, os resultados relacionados com outras dimensões do bem-estar, tais como os anos de escolaridade, o estado de saúde e as condições de habitação, apresentam uma associação muito mais fraca com o PIB *per capita* em África do que na média mundial (Tabela 1.4). Os resultados são semelhantes para várias dimensões do bem-estar subjetivo, incluindo a satisfação com os níveis de vida e com a disponibilidade de cobertura de cuidados de saúde. As dimensões relacionadas com a governação pública – satisfação com os sistemas educativos e perceção da corrupção – são também motivos de preocupação. Em comparação com outros países com níveis semelhantes de rendimento *per capita*, muitos países africanos parecem menos capazes de transformar os fluxos de recursos em resultados positivos para o bem-estar dos seus cidadãos.

É possível que, em alguns países africanos, as políticas não tenham sido suficientemente eficazes na melhoria do bem-estar. Pode ser este o caso quando os indicadores de bem-estar apresentam uma fraca correlação com o PIB *per capita* (Caixa 1.1). Os países ricos em recursos ficam atrás dos países não ricos em recursos numa variedade de dimensões do bem-estar (Christiansen, Schindler e Tressel, 2013: 9-10). Uma hipótese possível é que a dependência dos recursos torne o seu crescimento demasiado volátil e menos propício a um aumento no bem-estar.

Caixa 1.1. A correlação entre o PIB *per capita* e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo

O desenvolvimento é muitas vezes considerado sinónimo de crescimento económico, porém, o crescimento do PIB é apenas um indicador de desenvolvimento, entre muitos. O desenvolvimento humano não é bem-sucedido quando os aumentos agregados na produtividade e na riqueza material não produzem ganhos significativos no bem-estar geral da população de um país. O crescimento económico é apenas um meio para um fim: a melhoria sustentável e equitativa da vida das pessoas. É necessário ir além da métrica macroeconómica e verificar o bem-estar nas muitas e diversas áreas que importam para os cidadãos por forma a avaliar extensivamente a qualidade de vida dentro de um país.

Caixa 1.1. A correlação entre o PIB *per capita* e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo (cont.)

A OCDE mede o bem-estar em países não membros da OCDE olhando para os resultados de bem-estar em duas áreas alargadas: condições materiais e qualidade de vida (ver Boarini, Kolev e McGregor, 2014). As condições materiais englobam diversas possibilidades de consumo, trabalho, condições de habitação e infraestruturas. A qualidade de vida integra o estado de saúde, a educação e competências, ligações sociais, capacitação e participação, avaliações relativas à vulnerabilidade e à vida, bem como sentimentos e sentido – que são os principais aspetos do bem-estar subjetivo.

Tabela 1.4. A correlação entre o PIB *per capita* e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo

Variáveis	Correlação		Variáveis	Correlação	
	Todos os países	África (média)		Todos os países	África (média)
Rendimento nacional bruto per capita	0.9969	0.9966	Ter alguém com quem contar numa emergência	0.4825	0.2951
Emprego vulnerável	0.7860	0.7212	Satisfação com a qualidade da água	0.4586	0.1961
Educação e competências: rácio bruto de matrícula (ensino secundário)	0.7504	0.7932	Satisfação com as estradas	0.4376	0.3033
Anos de escolaridade esperados	0.7085	0.4876	Falta de dinheiro para abrigo	0.4209	0.3213
Acesso a saneamento melhorado	0.7139	0.4763	Não ter problemas de saúde	0.4008	0.2196
Taxa de mortalidade infantil	0.6861	0.4138	Satisfação com o nível de vida	0.3916	0.2502
Satisfação com a vida	0.6707	0.4871	Satisfação com a disponibilidade de cuidados de saúde	0.3621	0.1092
Esperança de vida	0.6689	0.2186	Insatisfação com o rendimento familiar	0.2750	0.3614
Falta de dinheiro para alimentos	0.6361	0.3574	Mudança na cobertura da área florestal	0.2432	0.0826
Alfabetização de adultos	0.6256	0.4234	Satisfação com o sistema educativo	0.2395	0.0525
Taxa de mortalidade materna	0.6038	0.4139	Sensação de segurança ao andar sozinho à noite	0.1424	0.0005
Cobertura de cuidados de saúde	0.5851	0.3207	Perceção da corrupção generalizada	0.1193	0.0484
Índice de perceção da corrupção	0.5522	0.148			

Nota: A correlação entre variáveis é calculada usando o R quadrado.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e Gallup (2017), *Gallup World Poll*.

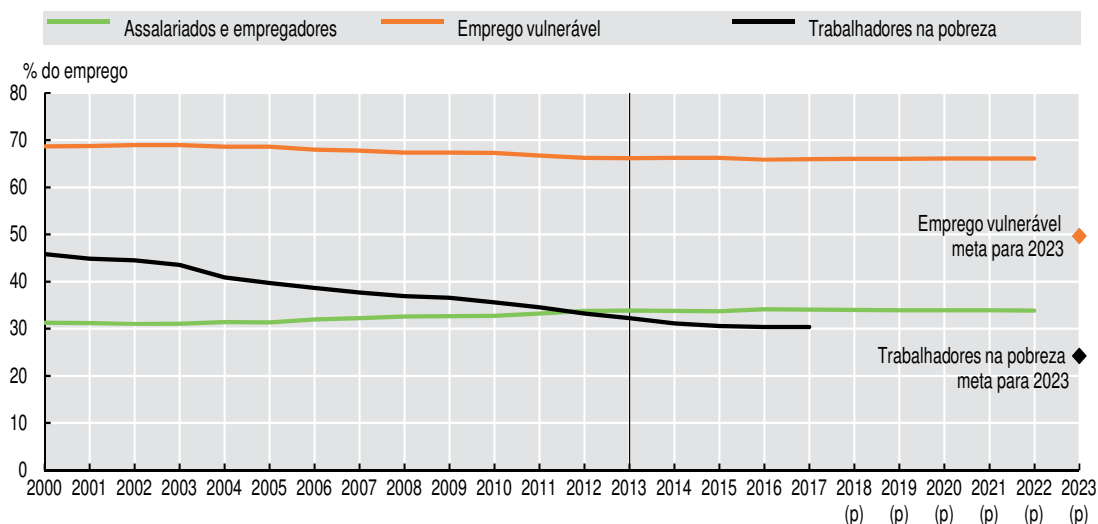
O continente precisa de criar mais emprego de qualidade para a sua vasta mão-de-obra

O emprego de qualidade continua a ser escasso em todo o continente. O crescimento relativamente elevado desde 2000 não criou emprego de qualidade suficiente e a proporção de emprego vulnerável mantém-se persistentemente elevada. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, 34% dos trabalhadores africanos tiveram trabalhos assalariados ou foram empregadores em 2017 e 66% estavam em empregos vulneráveis enquanto trabalhadores independentes ou familiares (Figura 1.7). Embora a taxa de desemprego se tenha situado em apenas 7.2% da mão-de-obra em 2017, 30% dos trabalhadores permaneceram pobres apesar de estarem a trabalhar.

O continente também tem uma das maiores taxas de informalidade fora do setor agrícola. As taxas variam de 34% das pessoas empregadas na África do Sul, para 90.6%

no Benim (OIT, 2018). O nível de rendimento para trabalhadores informais é, muitas vezes, altamente suscetível a choques económicos diversos e o sistema de proteção social abrange poucos trabalhadores informais.

Figura 1.7. Estatuto profissional para os Africanos, 1990-2022, e as 2023 metas da Agenda 2063



Nota: (p) : projeções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em OIT (2017), ILOSTAT.

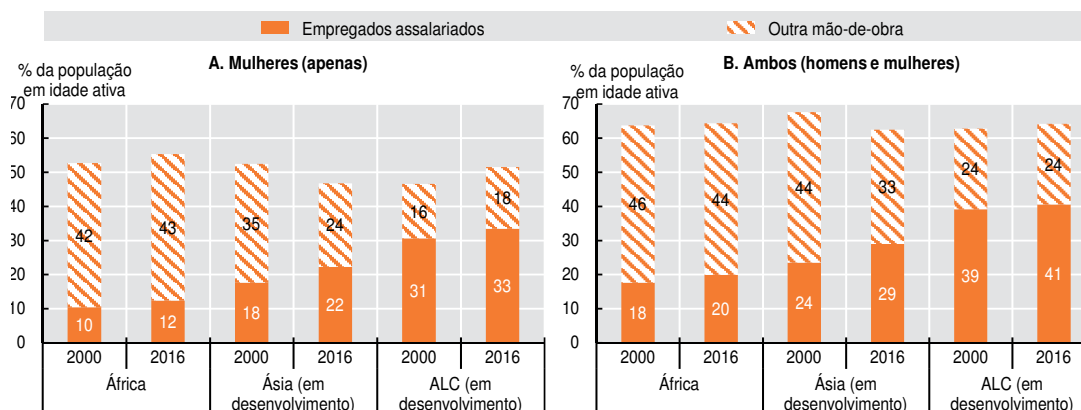
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782525>

A manterem-se as tendências atuais, África não cumprirá as metas de qualidade de emprego estabelecidas no primeiro plano decenal de implementação da Agenda 2063.

- A meta que constitui o maior desafio diz respeito ao emprego vulnerável. A proporção de emprego vulnerável caiu apenas 2 pontos percentuais desde 2000 e prevê-se que continue nos 66% em 2022 (Figura 1.7). Se esta tendência persistir, África não fará qualquer progresso na sua meta de reduzir 25 pontos percentuais na taxa de emprego vulnerável, de 66% em 2013 para 41% em 2023.
- A proporção de trabalhadores que vivem com menos de USD 1.90 (paridade de poder de compra [PPC]) por dia diminuiu de 46% em 2000 para 30% em 2017. No entanto, tal progresso pode não ser suficiente para alcançar a meta de reduzir a proporção de trabalhadores pobres para 24% até 2023. Se a taxa de trabalhadores na pobreza seguir a tendência média entre 2000 e 2017 e decrescer 0.91 pontos percentuais por ano, o número de trabalhadores na pobreza diminuirá para 25%.

Apesar do progresso geral, as disparidades entre homens e mulheres no local de trabalho continuam a agravar-se em muitos países. Os países africanos têm feito grandes progressos, desde 2000, no aumento do nível de escolaridade para as mulheres. Todavia, apenas 12% das mulheres em idade ativa possuíam emprego assalariado em 2016 (Figura 1.8). Outros países em desenvolvimento apresentam taxas muito melhores: 22% na Ásia e 33% na ALC. Em 2016, 75% das mulheres trabalhadoras africanas mantinham-se em empregos vulneráveis e quase 35% eram trabalhadoras pobres (OIT, 2018). Também se encontram desigualdades em relação à participação feminina na mão-de-obra, em oportunidades de empreendedorismo e no acesso a bens económicos (PNUD, 2016). As disparidades salariais entre géneros no setor não agrícola situam-se nos 30% (PNUD, 2017: 4).

Figura 1.8. Empregados assalariados enquanto percentagem da população em idade ativa em África, na Ásia e na ALC, 2000 e 2016



Fonte: Cálculos dos autores com base em OIT (2017), ILOSTAT (base de dados KILM).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782544>

Os jovens são frequentemente atingidos pelo subemprego e pela falta de postos de trabalho assalariados. Cerca de 42% dos jovens trabalhadores africanos vivem com menos de USD 1.90 por dia (PPC). Em países africanos de baixo rendimento, apenas 17% dos jovens trabalhadores (7% do total de jovens) estão empregados a tempo inteiro (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2012). A falta de postos de trabalho assalariados constitui um desafio para os governos, visto que a maioria dos países africanos se depara com um crescimento demográfico e urbano extremamente rápido. Os países de rendimento médio em África enfrentam uma escassez semelhante quanto aos empregos de qualidade e muitos jovens ficam fora do mercado de trabalho. No Norte de África, por exemplo, 26.1% dos jovens com idades entre os 15 e os 24 anos não estão nem a estudar nem a trabalhar ou em formação (NEET), a segunda taxa mais elevada ao nível mundial (OIT, 2018). Naquela região, os jovens constituem mais de 34% do total da população desempregada, representando ao mesmo tempo apenas cerca de 15% da mão-de-obra. Na África do Sul, a proporção de jovens NEET tem-se mantido consistentemente alta, superior a 30%, em todos os anos para os quais há dados disponíveis desde 2012.

Um maior alívio da pobreza exige a redução da desigualdade nos rendimentos

De forma geral, o continente progrediu bastante na luta contra a pobreza extrema desde 2000. A proporção da população africana que vive com USD 1.90 por dia ou menos desceu de uma média de 49% na década de 1990 para 36% no período 2009-16.

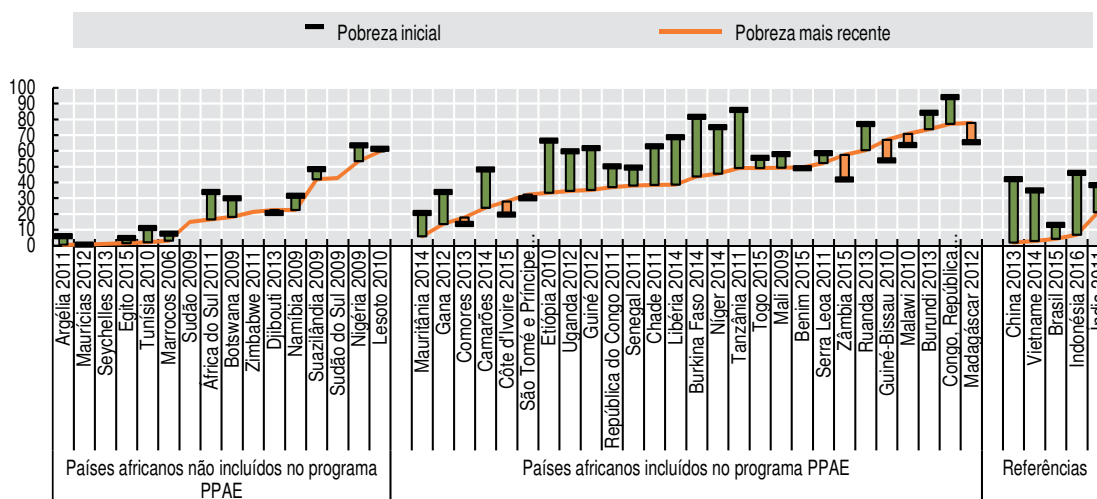
- Seis países – Argélia, Egito, Maurícias, Marrocos, Seychelles e Tunísia – eliminaram quase por completo a pobreza extrema (Figura 1.9). Em Marrocos, por exemplo, a iniciativa nacional para o desenvolvimento humano (INDH), lançada em 2005, conseguiu ajudar os grupos vulneráveis ao incentivar atividades geradoras de rendimentos e medidas de proteção social, tais como a cobertura de cuidados de saúde. No final de 2015, cerca de 8.5 milhões de pessoas integradas nas famílias pobres ou mais vulneráveis de Marrocos tinham acesso gratuito ou parcialmente gratuito a cuidados de saúde em hospitais públicos através do seguro RAMED criado em 2008 (ver OCDE, 2017a: 163). O governo também disponibiliza 24 meses de isenção de contribuições à segurança social para os desempregados de longa duração que participem no programa de formação Idmaj.
- Noutros seis países – Burkina Faso, Chade, Guiné, Libéria, Nigéria e Tanzânia – o ritmo anual de redução da pobreza desde 2000 foi semelhante ao da China entre 1996 e 2013.

- No geral, os países africanos não ricos em recursos naturais têm sido notavelmente bem sucedidos na redução das taxas de pobreza, de 57% para 37%. Porém, a maioria destes países beneficiou de programas de alívio da dívida, que podem já não estar disponíveis no futuro (ver nota para a Figura 1.9).

Muitos governos africanos têm de reduzir ainda mais a pobreza, por quatro motivos:

1. Embora a proporção de pessoas pobres tenha diminuído, o seu número absoluto aumentou devido ao rápido crescimento populacional nos segmentos mais pobres da sociedade. O número de pessoas que vivem com menos de USD 1.90 por dia aumentou 105 milhões entre 1990 e 2013, de 280 milhões para 395 milhões. Os países ricos em recursos representaram 65% deste aumento (68 milhões de pessoas).
2. Cerca de metade dos países (27) ainda têm taxas de pobreza acima de 25%. Os países africanos ricos em recursos apenas conseguiram diminuir 5 pontos percentuais às taxas de pobreza, passando de 41% para 36%, não obstante o sólido crescimento desde 2000. Revela-se uma desilusão, visto que os países ricos em recursos naturais noutras regiões do mundo, como a Ásia e a ALC, foram muito mais bem-sucedidos na redução da pobreza. Na ALC, por exemplo, a taxa de pessoas a viver na pobreza caiu de 14% para 5% entre 1990 e 2013.
3. O alívio da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE)² e as iniciativas multilaterais de alívio da dívida ajudaram 30 países africanos a aumentar as respetivas despesas sociais entre 1998 e 2012. Uma vez que estão a concluir os programas PPAE, os países precisarão de encontrar novas abordagens para o financiamento de programas de redução da pobreza.
4. Cerca de 45% da população ganha USD 1.90-5.50 por dia e permanecem pobres ou suscetíveis de voltar a cair na pobreza. São essenciais mais esforços para aumentar os seus rendimentos e proteção social, a fim de retirar este grupo da pobreza de forma duradoura.

Figura 1.9. Redução da pobreza em 42 países africanos, Brasil, China, Índia, Indonésia e Vietname



Nota: Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). O ano indica o último ano de inquérito para calcular a taxa de pobreza.

Fonte: Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782563>

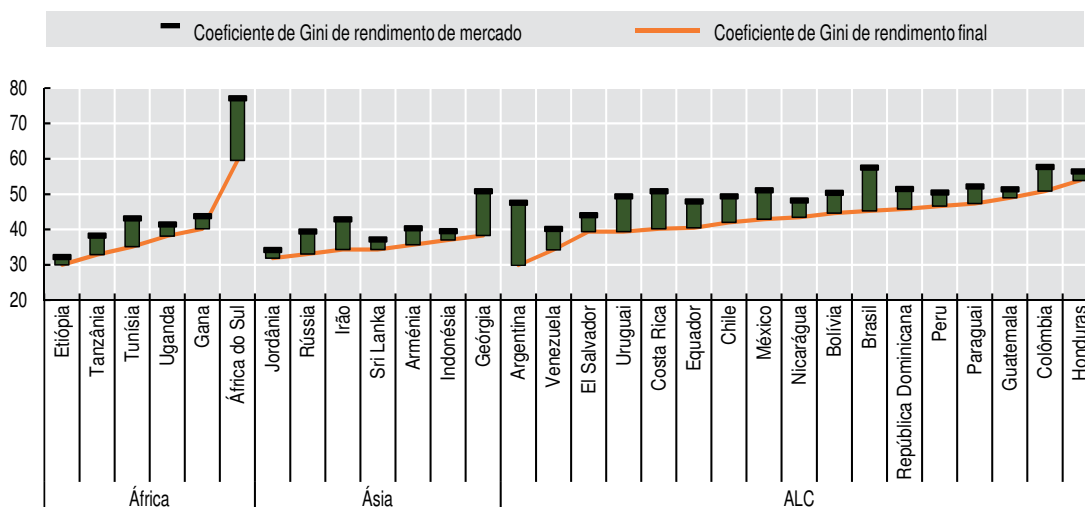
Reduzir a desigualdade de rendimentos pode ajudar a reduzir a pobreza de forma mais célere. O coeficiente de Gini não ponderado³ para África regista em média 41 pontos,

superior à média não ponderada da Ásia de 35 pontos. Várias análises econométricas mostram que a redução das desigualdades de rendimento em África permitiria que o crescimento reduzisse muito mais a pobreza (ver Christiansen, Schindler e Tressel, 2013: 13; e Thorbecke e Ouyang, 2017: Tabela 3). As nossas estimativas baseadas na base de dados PovcalNet (Banco Mundial, 2017) revelam que o decréscimo do nível atual de Gini de África para a média da Ásia (35 pontos) tiraria cerca de 2 pontos percentuais ao número de pessoas a viver na pobreza por cada ponto percentual de crescimento do PIB. Situação comparável à atual diminuição de 1.5 pontos percentuais verificada entre 1990 e 2016. Esta diminuição na desigualdade tiraria 130 milhões ao número de pessoas pobres, de 394 milhões em 2016 para 264 milhões.

Vários governos africanos conseguiram reduzir a desigualdade através de políticas e reformas fiscais, contudo, as perspetivas mais reduzidas de crescimento no curto prazo podem exercer pressão orçamental sobre estes programas. A África do Sul, em particular, desenvolveu um imposto progressivo e um sistema de proteção social que reduziram o seu coeficiente de Gini de 77 para 60. A África do Sul tem a maior redução nos coeficientes de Gini dentre uma amostra de 29 países em desenvolvimento na base de dados Commitment to Equity (Figura 1.10). Outros países africanos da amostra, nomeadamente a Etiópia, o Gana, a Tanzânia, a Tunísia e o Uganda, também conseguiram reduzir os respetivos coeficientes de Gini, embora em menor grau. O declínio no número de conflitos também ajudou a reduzir a desigualdade.

No entanto, uma elevada concentração de terras e de capital físico e humano (muitas vezes, devido aos legados históricos) limita o impacto das políticas de redistribuição. Em muitos países, uma fraca governação de tributação e reduzidas despesas sociais contribuiu para uma capacidade de redistribuição limitada por parte do estado, para políticas públicas tendenciosas em prol de regiões com conexões políticas e para desigualdades étnicas e de género (PNUD, 2017).

Figura 1.10. Coeficientes de Gini de rendimento de mercado e final em certos países



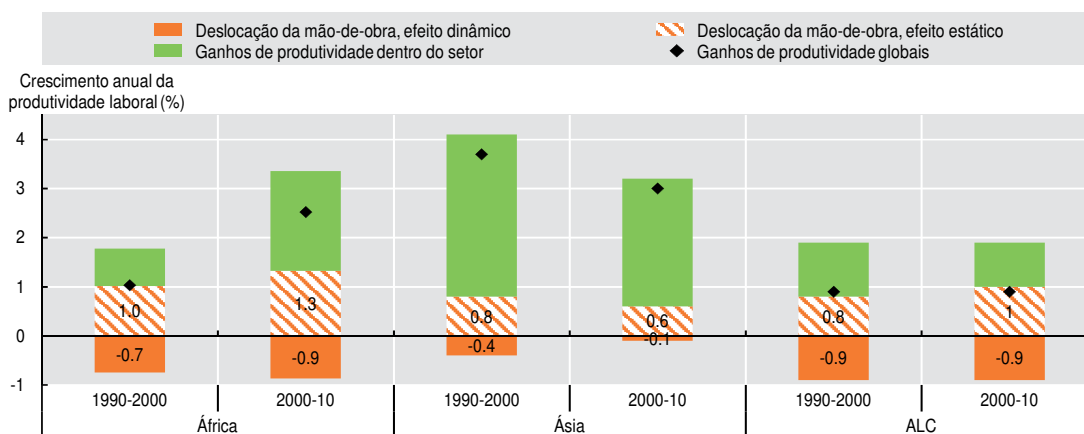
Fonte: CEQ Institute (2018), Commitment to Equity Institute Data Center on Fiscal Redistribution.⁴
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782582>

Se nada se alterar, a transformação estrutural pode ser difícil de manter

Desde 2000, África tem verificado uma transformação estrutural positiva, uma vez que a mão-de-obra se deslocou de atividades menos produtivas para outras mais

produtivas. Numa amostra de 13 países africanos com dados disponíveis, a deslocação sectorial da mão-de-obra contribuiu 0.5 pontos percentuais ao ano para o crescimento da produtividade laboral entre 2000 e 2010, a mesma contribuição do que na Ásia (Figura 1.11). Serviços como o comércio bruto e a retalho, restauração e hotelaria absorveram a maior parte do excedente de trabalhadores agrícolas. A sua proporção no emprego total quase duplicou em duas décadas, atingindo 20.1% em 2010, dos 11.4% de 1990. Um aumento nas rendas dos recursos naturais e nas remessas impulsionou a procura de consumo interno de bens não comercializáveis e serviços. Acresce ainda que a abertura ao investimento privado e a concorrência ajudaram a expandir as atividades com maiores níveis de produtividade, tais como as telecomunicações e os serviços bancários. Como resultado, a produtividade laboral global em África aumentou 2.5% ao ano entre 2000 e 2010, em comparação com 1% uma década antes.⁵

Figura 1.11. Decomposição do crescimento da produtividade laboral em 31 países em desenvolvimento em África, na Ásia e na ALC, 1990-2010



Nota: Os países africanos incluem Botswana, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tânzania e Zâmbia. A Ásia inclui 11 países e a ALC inclui 9 países. O efeito geral da deslocação sectorial da mão-de-obra é a soma dos efeitos estáticos e dinâmicos.

Fonte: Cálculos dos autores com base em De Vries et al. (2015), GGDC 10-Sector Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782601>

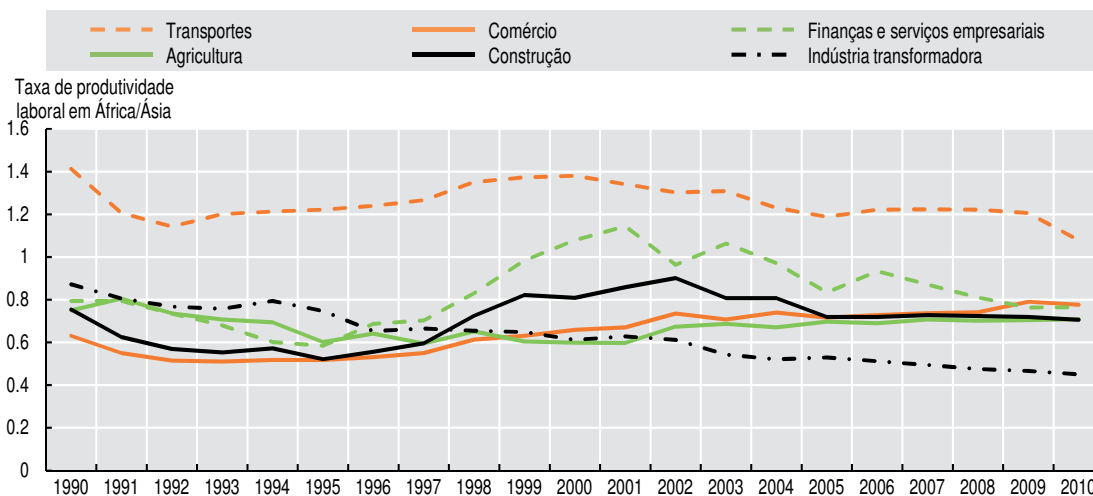
Este processo está, porém, a atingir os seus limites, visto que a mão-de-obra se está a deslocar para atividades cujos níveis de produtividade estão a decrescer. À medida que cada vez mais trabalhadores se deslocam para setores que sofrem uma redução de produtividade, os ganhos de produtividade gerais derivados da redistribuição de mão-de-obra diminuem ao longo do tempo. A queda na produtividade dos setores que absorvem mão-de-obra reduziu 0.9 pontos percentuais por ano ao crescimento anual da produtividade laboral entre 2000 e 2010 (Figura 1.11). À exceção da África do Sul (onde o efeito é insignificante), observa-se este efeito em todos os outros 12 países africanos com dados disponíveis. As variações são significativas, indo de -0.6 pontos percentuais na Nigéria até -2.2 pontos percentuais no Botswana. Tais “perdas dinâmicas” no curso de uma transformação estrutural assemelham-se às verificadas na ALC, mas não na Ásia (De Vries, Timmer e de Vries, 2015).

A produtividade das empresas africanas tende a ficar aquém da dos seus concorrentes globais em muitos setores. A taxa de produtividade laboral de África em relação à Ásia diminuiu desde 2000 (Figura 1.12), algo que tem sido evidente na agricultura, bem como em serviços de mercado, tais como transportes, atividades financeiras, construção e indústria. A próxima secção servir-se-á dos dados ao nível das empresas relativos a

11 atividades industriais para explicar os fatores que contribuem para este diferencial negativo da PTF para as empresas africanas.

Em termos de perspectivas de emprego, o desenvolvimento motivado pelos serviços constitui uma oportunidade desafiante para a maioria dos países africanos, devido aos maiores requisitos de competências. O setor dos serviços desempenha um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de África. Os serviços jurídicos, financeiros e comerciais têm sido cada vez mais comercializados nos países africanos recentemente. Se esta tendência persistir, mais serviços podem tornar-se comercializáveis e até alargar-se a mercados estrangeiros graças às novas tecnologias, à melhoria das infraestruturas e à redução das barreiras ao comércio. Contudo, a maior parte da nova geração de serviços comercializáveis exige níveis elevados de competências, que podem ainda não ser acessíveis à maioria da mão-de-obra africana. Os requisitos de competências são ainda maiores nos serviços do que em muitos segmentos da indústria. Atualmente, o setor dos serviços como um todo absorve uma proporção significativa de empresários e do emprego assalariado, mas os seus níveis de produtividade são reduzidos e o emprego é, muitas vezes, vulnerável ou informal. Muitas empresas de serviço em países africanos precisam de apoio para cumprir com as normas de qualidade e outras necessárias para obter acesso a mercados de exportação (ECA, 2017).

Figura 1.12. Taxas de produtividade laboral em África/Ásia nos serviços, na construção e na indústria, 1990-2010



Nota: Os países africanos incluem Botswana, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tânzania e Zâmbia. A Ásia inclui 11 países.

Fonte: Cálculos dos autores com base em De Vries et al. (2015), GGDC 10-Sector Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782620>

Os mercados regionais e globais oferecem a África oportunidades de crescimento, mas exigem novas políticas

Esta secção analisa os novos percursos de crescimento que os mercados regionais e globais oferecem às economias africanas. Para tirar proveito das muitas oportunidades os governos africanos têm de adaptar as respetivas estratégias a uma nova realidade económica. A mudança tecnológica, as cadeias de valor globais e os acordos comerciais e de investimentos sempre em evolução estão a redefinir as oportunidades de integração nos mercados regionais e globais. Os governos terão de ser inovadores na mobilização das poupanças internas e dos influxos financeiros externos.

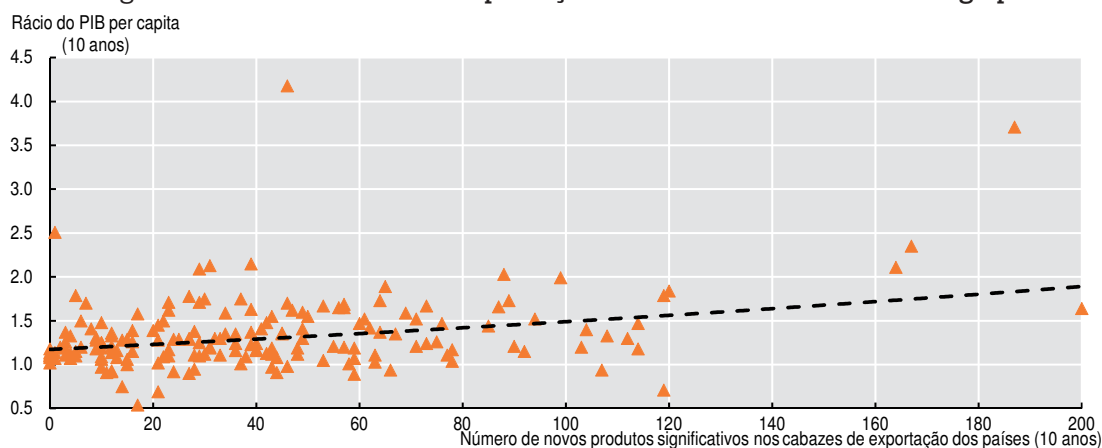
Uma melhor integração na economia global pode aumentar o crescimento, o emprego e a igualdade

O continente pode desenvolver o seu atual nível de integração global a fim de alcançar um melhor crescimento, emprego e igualdade. A primeira secção deste capítulo destacava que o crescimento africano é elevado, mas volátil e não se traduz em resultados de desenvolvimento suficientes. A atual secção mostra que melhorar a qualidade dos produtos existentes, expandir os produtos exportados e incrementar o acesso aos bens de capital e insumos pode criar meios para sustentar o crescimento, aumentar a qualidade dos empregos e reduzir a desigualdade. Neste processo, o comércio intra-africano será uma importante alavanca para a ação das políticas.

O desafio para a maioria dos países africanos não é no sentido de se integrarem mais na economia global, mas sim como se integrarem de uma forma melhor. África está já aberta ao comércio internacional e ligada a cadeias de valor globais (CVG). As importações e as exportações de bens e serviços representaram cerca de 50% do PIB africano em 2015-16, assemelhando-se à Ásia e sendo superior à região da ALC (44%). A integração nas CVG é também mais elevada em África do que na ALC e no sul da Ásia. A participação em CVG aumentou desde a década de 1990 (BAD/OCDE/PNUD, 2014).

A diversificação das exportações pode aumentar e sustentar o crescimento económico. A maioria das exportações africanas são matérias-primas não transformadas (Figura 1.2). Cabazes de exportação mais diversificados estão associados a taxas de crescimento económico superiores (Figura 1.13). A introdução de novos produtos nos mercados de exportação tem uma estreita correlação com um crescimento cumulativo no longo prazo do PIB *per capita* (Klinger e Lederman, 2004; Rieländer e Traoré, 2016). Cabazes de produtos mais diversificados originam receitas de exportação mais estáveis no longo prazo, reduzindo a incerteza macroeconómica e incentivando mais investimento na economia (Ghosh e Ostry, 1994; Bleaney e Greenaway, 2001). Além disso, desenvolver as capacidades de exportação de produtos mais sofisticados tende a ajudar os países a recuperar de períodos de estagnação e a prolongar os surtos de crescimento (Pritchett, Hausmann e Rodrik, 2005; Berg, Ostry e Zettelmeyer, 2012). A melhoria no sentido de produtos de exportação mais sofisticados reforça a capacidade de os países se deslocarem para outros cabazes de exportação, levando a um maior crescimento no contexto de choques adversos.

Figura 1.13. Descobertas de exportação e crescimento do PIB no longo prazo



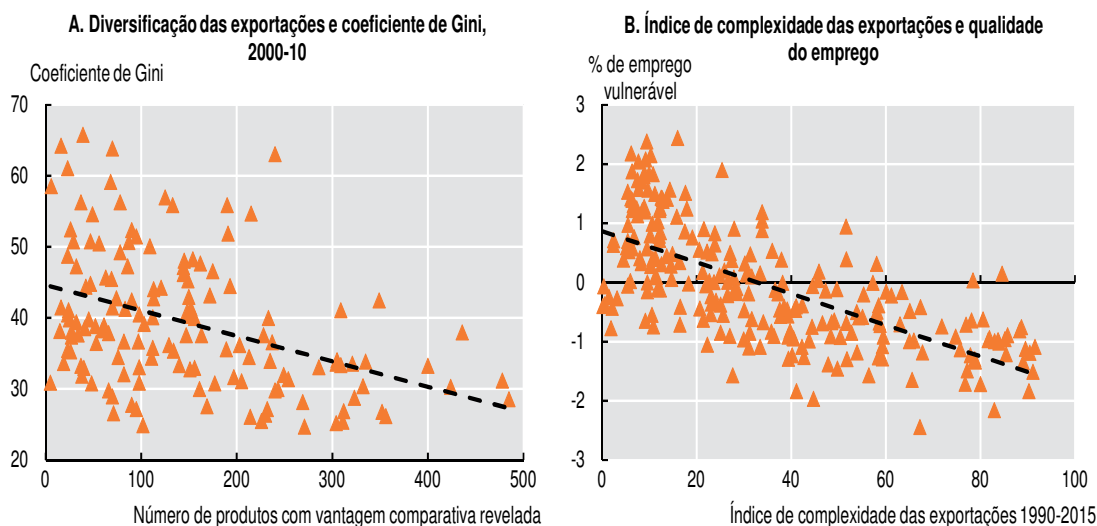
Fonte: Os indicadores comerciais são calculados com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados). Os valores do PIB *per capita* são calculados com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782639>

Concentrar as exportações em poucos produtos influencia também os resultados de desigualdade e a qualidade do emprego em todo o continente. Melhorar a capacidade de um país produzir e exportar produtos mais complexos vai provavelmente ajudá-lo a gerar e distribuir mais riqueza em toda a sociedade. Atualmente, a maioria dos países africanos exportam poucos produtos totalmente transformados, como revelado pelas suas posições na Figura 1.14, Painei A. A diversificação para produtos com repercussões mais abrangentes e uma forte influência sobre outros setores pode ajudar a criar empregos formais e encorajar a formalização das empresas informais locais. A Figura 1.14, Painei B mostra as correlações negativas entre a complexidade da exportação e a proporção de emprego vulnerável. Em contraste, a concentração das exportações em poucos produtos pode conduzir a desigualdades territoriais, especialmente se as indústrias de exportação estiverem concentradas num determinado lugar, como é o caso da atividade mineira.

Facilitar o acesso a importações de alta qualidade – quer de capital quer de insumos intermédios – pode ajudar a diversificar as exportações africanas. África aumentou consistentemente as suas importações de capital e bens intermédios, de 7% do PIB em 1990-99 para 9% em 2009-14 (Figura 1.15, Painei A). Contudo, muitas empresas, especialmente as PME, têm dificuldades em obter as licenças de importação, de acordo com inquéritos ao nível das empresas. Uma revisão sistemática das tarifas na Comunidade Económica da África Oriental mostra igualmente que muitos bens intermédios são mal classificados e se deparam com tarifas mais elevadas do que bens de consumo final. Os insumos de alta qualidade permitem às empresas internas aumentar a produtividade, a qualidade e a variedade dos produtos finais (Lopez Gonzalez, 2016).⁶ Além disso, as atividades de importação e exportação criam diversas sinergias ao nível das empresas. Facilitar o acesso das empresas locais a insumos importados a preços mais baixos pode diminuir os seus custos fixos de exportação, encorajando-os, assim, à exportação (Pierola, Fernandes e Farole, 2017).

Figura 1.14. Diversificação das exportações, desigualdade de rendimentos e qualidade do emprego em países africanos



Nota: Um coeficiente de Gini mais elevado sugere um maior nível de desigualdade de rendimentos no país.

Fonte: A diversificação das exportações é calculada com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados). O índice de complexidade das exportações é retirado de Atlas of Economic Complexity (2017). Os coeficientes de Gini são retirados de Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).


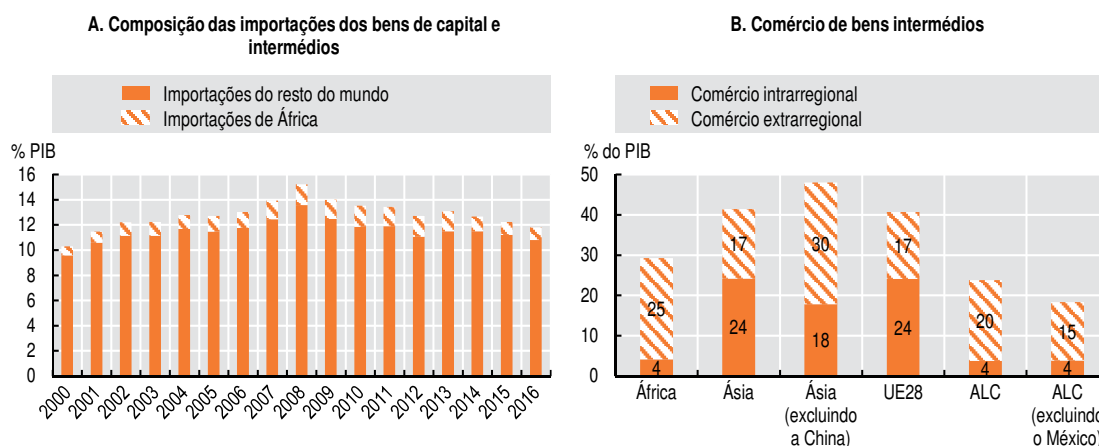
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782658>

Figura 1.15. Comércio de bens intermédios e de capital no interior e no exterior de certas regiões do mundo, 2014



Nota: O comércio de bens intermédios é definido como o comércio total (isto é, a soma das exportações brutas e das importações brutas) nos setores classificados como primários e bebidas e alimentos processados destinados principalmente à indústria, outros fornecimentos industriais, combustíveis e lubrificantes que não gasolinas processadas e peças e acessórios para bens de capital e equipamentos de transporte. Os setores anteriormente mencionados são retirados da classificação por categorias económicas gerais (Broad Economic Categories).

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782677>

As cadeias de valor regionais e os mercados emergentes oferecem oportunidades consideráveis para pequenos exportadores, visto que as normas são menos rígidas e as taxas de crescimento mais elevadas. No caso de África, o comércio intrarregional de bens intermédios regista apenas 4.1% do PIB, comparativamente a 24.2% na Ásia e 16.6% na União Europeia (Figura 1.15, Painel B). Dados para 152 países durante 15 anos confirmam que o acesso aos insumos intermédios de mercados regionais e globais tem impactos positivos sobre a competitividade das exportações dos países, a sofisticação das exportações e o valor acrescentado nacional (Kowalski et al., 2015). Melhorar as medidas de facilitação comercial, tais como a logística e o desempenho aduaneiro, as políticas de proteção à propriedade intelectual, as infraestruturas comerciais e o fornecimento de eletricidade contribuem significativamente para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.

A existência de um acordo de integração regional não conduz automaticamente a fluxos comerciais sólidos ou à criação de cadeias de valor regionais (FMI, 2016b). Três das comunidades económicas regionais em África oferecem uma visão interessante a este respeito. Verifica-se que as trocas transfronteiriças dentro da Comunidade da África Oriental são cinco vezes superiores à média dos fluxos comerciais em África, enquanto na União Económica e Monetária da África Ocidental são cerca de três vezes superiores (ver Capítulos 5 e 7). Simultaneamente, a região da Comunidade Económica dos Estados da África Central continua a apresentar níveis reduzidos de integração, sendo apenas 1.3% do total do comércio intrarregional. Tal situação deve-se sobretudo à complementaridade limitada entre os perfis comerciais dos países e às infraestruturas de comércio subdesenvolvidas (Avom e Mignamissi, 2017; ver também Capítulo 4).

A nova zona de livre comércio continental (CFTA) representa um trampolim para as comunidades económicas regionais (CER) africanas, de forma a impulsionar a integração regional. Em 21 de março de 2018, em Kigali, no Ruanda, os chefes de Estado de 44 países africanos assinaram o CFTA, uma das maiores zonas de livre comércio do mundo. A CFTA pretende alcançar quatro objetivos principais:

- criar um mercado continental único para bens e serviços, com a livre circulação de empresários e investimentos, e, conseqüentemente, acelerar o estabelecimento da União Aduaneira Continental e da União Aduaneira de África
- expandir o comércio intra-africano através de uma melhor harmonização e coordenação da liberalização do comércio e de regimes e instrumentos de facilitação nas CER e em África em geral
- resolver os desafios do estatuto múltiplo e sobreposto de membro e acelerar os processos de integração regional e continental
- melhorar a competitividade nos níveis industrial e empresarial, explorando as oportunidades de produção de escala, acesso ao mercado continental e uma melhor redistribuição dos recursos.

Os países africanos devem considerar quatro tipos de melhoria económica, dependendo da sua atual estrutura de produção e desempenho de exportação, bem como da natureza das cadeias de valor (OCDE, 2009a; Kaplinsky e Morris, 2002):

- A **melhoria funcional** implica o alargamento do leque de atividades que um país já realiza dentro de uma determinada cadeia de valor. Se a primeira ligação a uma cadeia de valor global está apenas na produção, por exemplo, no corte, costura e adorno de camisas, a melhoria funcional poderia implicar desenvolver atividades a montante, tais como a aquisição de têxteis.
- A **melhoria do produto** refere-se à produção de produtos mais sofisticados, tais como passar da venda de ananases inteiros para ananases cortados e frescos.
- Na **melhoria de cadeia**, as competências adquiridas são usadas para integrar uma nova cadeia de valor, por exemplo, deslocar-se para a produção têxtil com base nos conhecimentos e nas competências conseguidas na cadeia de valor do vestuário.
- Por último, a **melhoria de processamento** refere-se ao aumento da produtividade numa determinada fase de uma cadeia de valor, através da inovação local (OCDE/OMC, 2013; Morris e Barnes, 2009).

As estratégias para entrar nos mercados africano e global devem adaptar-se às condições locais. Desde 2000, alguns países africanos implementaram com sucesso estratégias de crescimento motivadas pela exportação, mas sem criar empregos suficientes. A Caixa 1.2 propõe vários exemplos para mostrar diferentes percursos que os governos africanos têm seguido até agora.

Caixa 1.2. Alguns exemplos das estratégias de integração global dos governos africanos

Os quatro países africanos abaixo ilustram diversas estratégias de integração global, de acordo com os respetivos pontos fortes e fracos.

Na **Etiópia**, a Estratégia de Desenvolvimento Industrial do governo pretende promover as exportações em setores de mão-de-obra intensiva, tais como têxteis e vestuário, couro, açúcar, flores e cimento. O governo criou uma série de zonas económicas especiais para atrair os investidores estrangeiros para estes setores e interligou associações de produtores locais ao mercado mundial. Houve enormes investimentos públicos em infraestruturas nos setores da energia, transportes, comunicações, agricultura e setores sociais, embora os seus níveis iniciais fossem baixos (Moller e Wacker, 2017). Os investidores em setores estratégicos beneficiam de generosos incentivos fiscais, redução nos direitos de importação para bens de capital e matérias-primas necessárias para a produção e um acesso preferencial a terrenos e a financiamento concessionado. A estratégia também inclui disposições de transporte pela estatal Ethiopian Airlines.

Caixa 1.2. Alguns exemplos das estratégias de integração global dos governos africanos (cont.)

Marrocos atraiu IDE para novas atividades de exportação, a fim de tirar partido da sua proximidade geográfica aos mercados da União Europeia, acordos comerciais existentes e estabilidade política. Os planos estratégicos *Emerging Morocco 2005-2009*, seguidos do *National Pact for Industrial Emergence 2009-2015*, focaram-se em sete atividades específicas orientadas para a exportação – conhecidas como os sete Ofícios do Mundo de Marrocos: os setores da aeronáutica, automóvel, equipamentos elétricos, transformação de produtos agrícolas, têxtil e couro e atividades de deslocalização. O país está a registar um bom desempenho nas indústrias automóvel, de equipamento elétrico e aeronáutico e em atividades de deslocalização relacionadas com os serviços (por exemplo, a externalização de processos empresariais). A indústria de automóveis tornou-se no maior setor de exportação em 2014 e atingiu USD 5.3 mil milhões em 2015. No entanto, os setores de exportação tradicionais, como o vestuário e têxteis, têm vindo a perder postos de trabalho devido à queda da competitividade (El Mokri, 2016; OCDE, 2017a).

O **Senegal** começou a diversificar as suas exportações, e com êxito, através de uma abordagem de cadeia de valor agrícola. O apoio ativo do governo a certas cadeias agrícolas, tais como o arroz, a cebola, o amendoim e frutas, ajudou o país a melhorar a segurança alimentar e a diversificar o respetivo cabaz de exportação. Desde 2010, o Senegal impulsionou significativamente as suas exportações de produtos hortícolas, sobretudo para os mercados europeus. No entanto, o apoio governamental focou-se principalmente na produção. Os segmentos de pós-produção da cadeia de valor, tais como a transformação, o armazenamento e a comercialização, deparam-se com sérias e insuperáveis restrições, nomeadamente no setor do arroz.

A abertura comercial do Senegal (total de importações e exportações de bens e serviços) foi cerca de 75% do PIB entre 2011 e 2015. Os afluxos de remessas foram cerca de 10% do PIB anualmente, estimulando o crescimento. Todavia, entre 2007 e 2009, a economia mostrou-se vulnerável aos choques exógenos das crises de energia, de alimentos e financeira.

A **África do Sul** tem sido bem-sucedida na melhoria das cadeias de valor globais. Além de funcionar como um núcleo de concentração para a indústria de automóveis, a África do Sul tornou-se num fornecedor global de componentes (bancos e catalisadores), capitalizando as competências disponíveis localmente e os produtos intermédios. Por forma a diversificar mais a economia, os *Industrial Policy Action Plans (IPAP)* priorizam, desde 2007, setores de médio a alto valor acrescentado e de mão-de-obra intensiva, tais como a transformação de produtos agrícolas, veículos, têxteis e energia verde.

Além de promover o comércio e atrair o IDE, os IPAP fornecem incentivos e coordenam ações de reforço das competências e das capacidades industriais e científicas (Zalk, 2012). Estas políticas melhoraram a cooperação e a discussão entre os ministérios do governo, o banco nacional de desenvolvimento, as partes interessadas do setor privado, da sociedade civil e das universidades (Baloy, 2012). Acresce ainda que as empresas líderes da África do Sul nos setores das telecomunicações, banca e atividades mineiras também estão a efetuar investimentos diretos noutros países africanos, para explorar os mercados regionais. Por exemplo, a maior cadeia a retalho africana, a Shoprite da África do Sul, dispõe agora de mais de 260 supermercadões em 16 países africanos.

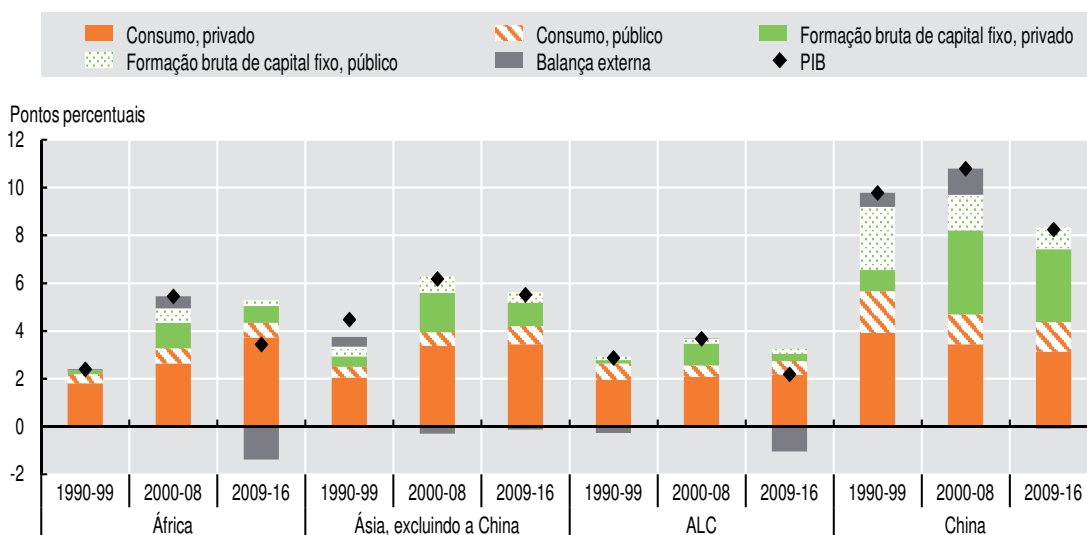
Apesar do esforço do governo no sentido de apoiar os jovens empresários, a proporção de pessoas com idades entre os 15-24 anos que não estão nem a estudar nem a trabalhar ou em formação permanece consistentemente alta. Tem sido superior a 30% todos os anos desde 2012 – em 2016, mais de 3 milhões de jovens (OCDE, 2017b: 131).

Expandir os mercados internos constitui uma grande esperança para as empresas locais, caso estas consigam modernizar os seus produtos

A procura regional africana é cada vez mais favorável ao crescimento por diversas razões:

1. O contributo do consumo privado para o crescimento do PIB aumentou progressivamente e chegou aos 3.7 pontos percentuais anualmente ao longo do período de 2009-16 (Figura 1.16). Trata-se de um valor comparável ao da China e de outros países asiáticos em desenvolvimento.
2. As oportunidades comerciais em África estão a atrair investidores internacionais interessados em mais do que na riqueza do continente em termos de recursos naturais. As potencialidades dos mercados internos e regionais atraíram 53.4% dos novos projetos de IDE para África em 2013-17 (*fDi markets*, 2017). Esta proporção é semelhante ao nível da Ásia (55.7%) e quase dez pontos percentuais superior ao da ALC (44.8%).
3. Os recentes progressos na redução quer dos procedimentos administrativos quer dos custos de arranque e gestão de uma empresa tornaram o ambiente empresarial mais atrativo: 29.5% dos investidores estrangeiros referem esta melhoria entre as principais motivações para investir em África, em comparação com 12% em 2003-2007.

Figura 1.16. Decomposição do crescimento por despesas em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016



Nota: Os dados incluem 52 países africanos, 34 países asiáticos em desenvolvimento e 23 países da ALC em desenvolvimento. A contribuição para o crescimento por alteração de inventário é quase zero (± 0.01 pontos percentuais) e foi, portanto, retirada da figura.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782696>

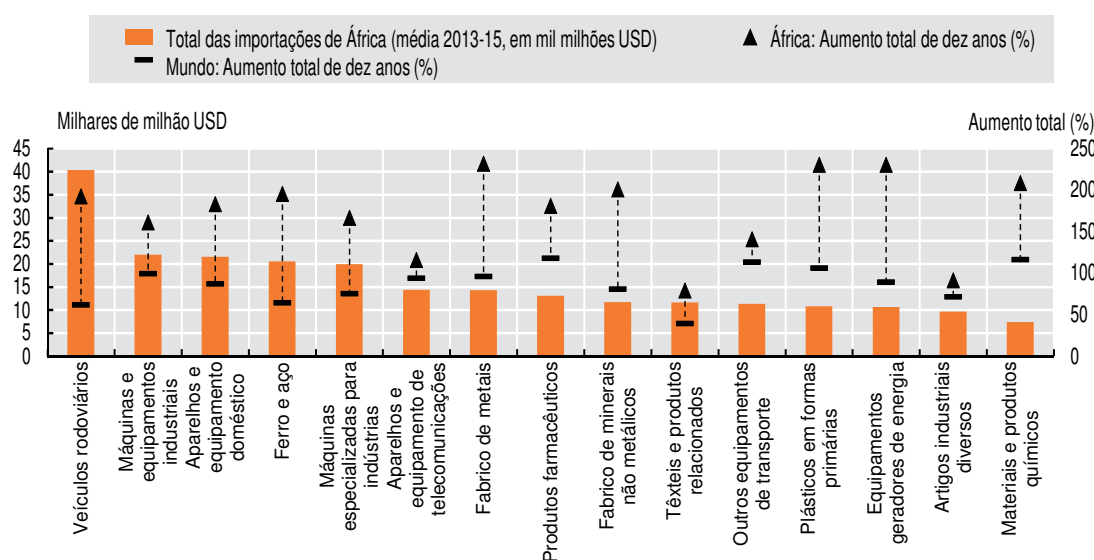
A procura está a deslocar-se para bens mais transformados. O rápido crescimento urbano das economias africanas e um maior poder de compra da classe média emergente em África são os pilares do crescimento do consumo privado. A classe média, definida

como quem gasta entre USD 5 e USD 20 por dia, aumentou de 108 milhões de pessoas em 1990 para 247 milhões em 2013. Tanto os mercados de produtos alimentares como não alimentares, à exceção dos produtos petrolíferos, são mais dinâmicos do que as médias globais. Esta mudança na procura é impulsionado pela urbanização e o crescimento demográfico em África. O capítulo 2 discutirá estes dois processos em maior detalhe.

Os mercados de produtos alimentares estão em expansão no continente e devem triplicar até 2030 (Byerlee *et al.*, 2013). As preferências alimentares estão a mudar dos básicos para alimentos processados de valor mais elevado (ver Bricas, Tchamda e Thirion, 2014; Reardon *et al.*, 2018). Os dados da COMTRADE revelam que a procura de alimentos processados está a crescer rapidamente, acima de 1.5 vezes mais depressa do que a média global entre 2005 e 2015. As duas importações alimentares mais dinâmicas durante esse período foram produtos de carne (+323% em valor em dez anos) e bebidas (+306%, excluindo preparados de café e de cacau).

Alguns produtos não alimentares encontram-se também em franco crescimento rápido (Figura 1.17). Estes padrões são comuns a todas as cinco regiões de África.⁷

Figura 1.17. As 15 principais importações não alimentares de África, 2013-15

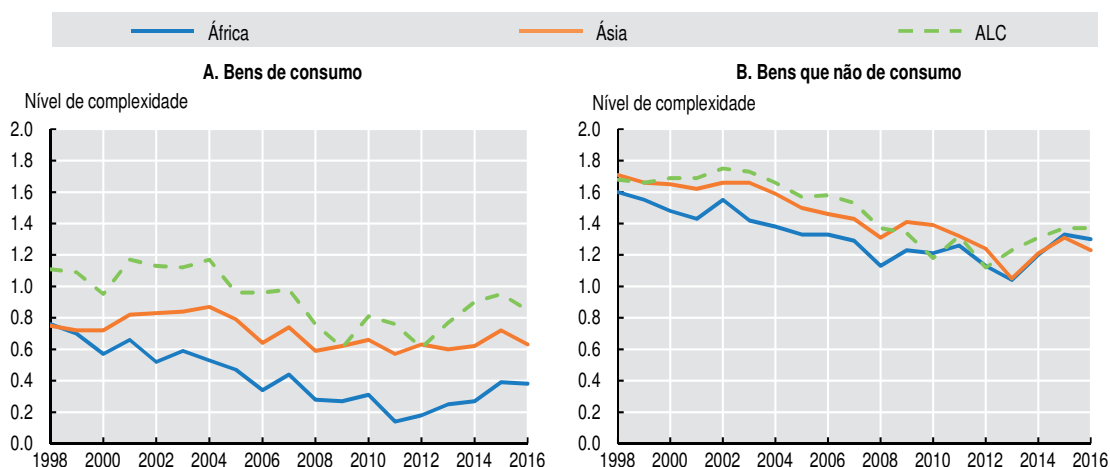


Nota: Excluindo produtos petrolíferos. Usando os códigos de produto de dois dígitos da Classificação Tipo para o Comércio Internacional, classificação da revisão 3. O eixo direito mostra o aumento total dos valores ao longo de um período de dez anos.

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados). StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782715>


O nível de complexidade dos produtos de importação africanos diminuiu ao longo do tempo, tanto para os bens de consumo como para outros produtos importados (Figura 1.18). O nível de complexidade dos bens de consumo importados para África caiu para metade, de 0.8 para 0.4 entre 1998 e 2016 (Figura 1.18, Painel A). O menor nível de complexidade sugere que a tecnologia de produção desses produtos se está a tornar mais disseminada, permitindo que mais países os forneçam. Custos fixos reduzidos permitem às empresas africanas variar os seus produtos.

Figura 1.18. Nível de complexidade das importações para África, Ásia e ALC, 1998-2016



Nota: Excluindo produtos petrolíferos. Os tipos de bens são definidos pelas classificações Broad Economic Categories para bens de consumo (categorias 1, 5 e 6) e bens que não de consumo (categorias 3, 4 e 7). O índice de complexidade de cada produto, uma medida da intensidade de conhecimento relativa envolvida na produção do produto, é calculado para cada ano usando a metodologia de Hidalgo e Hausmann (2011).

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados).

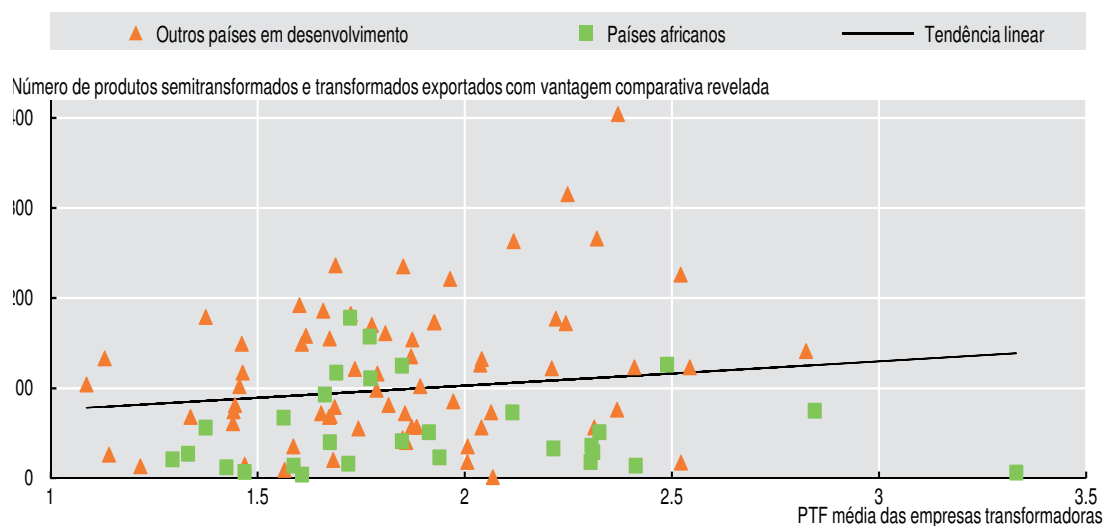
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782734>

As empresas locais devem modernizar a sua tecnologia e processos de produção se quiserem atender à nova procura interna. Por exemplo, é necessário melhorar os processos de produção e a tecnologia dos produtos, acrescentar funcionalidades apetecíveis e dispor de rotulagem e certificação de qualidade para competir nos mercados globais (Porter, 1990). Uma análise entre países mostra uma correlação positiva entre melhorias de eficiência no nível das empresas e a vantagem comparativa dos países nas exportações de bens semi-transformados e transformados (Figura 1.19). Estudos microeconómicos mostram que as famílias com maiores rendimentos procuram produtos com maior qualidade e normas. Na África Ocidental, o aumento dos rendimentos está associado a uma menor propensão para as famílias de consumirem bens do setor informal, assim como uma menor propensão para o uso dos canais de distribuição informais (Böhme e Thiele, 2012).

As empresas africanas ficam muito aquém em relação à fronteira de tecnologia global na maioria dos setores de crescimento rápido. Esta conclusão é tirada de um painel de 7000 empresas do *World Bank Enterprise Surveys* ao longo do período 2006-15 em 70 países em desenvolvimento e 11 indústrias transformadoras (Nguyen e Véganonès-Varoudakis, 2017). Na Nigéria, por exemplo, os níveis médios da PTF na indústria transformadora situam-se apenas em 53% do nível dos 10% das empresas mais produtivas nos países em desenvolvimento. Os setores alimentar e da indústria transformadora não metálica estão muito abaixo do limite de produção global, atingindo somente 27% e 38% dentre os melhores desempenhos, respetivamente.

Destacam-se algumas exceções interessantes, nomeadamente em Marrocos e na África do Sul. As empresas em Marrocos têm um bom desempenho em vários setores, tais como produtos alimentares, de couro e de metal. As empresas na África do Sul parecem estar entre as melhores nos países africanos em desenvolvimento, em questões de desempenho, em oito setores da indústria transformadora. A PTF do país regista uma média de 91% do limite de desempenho no setor alimentar e até 100% na indústria transformadora não metálica, no mobiliário de madeira e nas máquinas (ver Tabela 2 em Nguyen e Véganonès-Varoudakis, 2017).

Figura 1.19. Produtividade total dos fatores para empresas transformadoras em países africanos e noutros países em desenvolvimento



Fonte: Cálculos da PTF para empresas transformadoras com base em Nguyen e Véganonès-Varoudakis (2017) usando o Enterprise Surveys (2017), *World Bank Enterprise Surveys*. O número de produtos com vantagens comparativas reveladas é calculado com base na Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (2017), UN COMTRADE (base de dados).

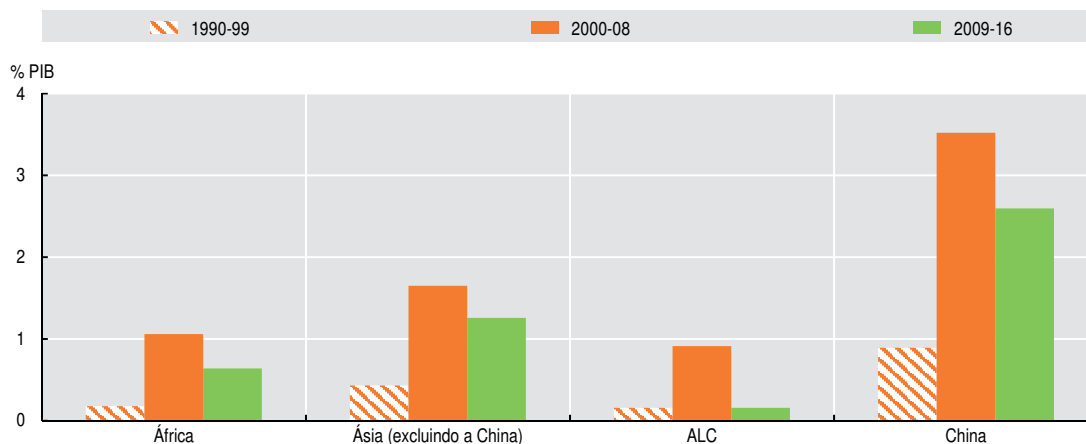
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782753>

Novas políticas podem ajudar as empresas nacionais a alcançar a fronteira de produtividade e a abordar oportunidades comerciais

São necessárias políticas mais sólidas em prol da produtividade das empresas por duas razões principais. Primeiro, não obstante a promessa dos mercados crescentes africanos, o investimento privado ainda não respondeu nesse sentido. A contribuição do investimento privado para o crescimento africano ficou significativamente atrás do nível da Ásia, apesar das reformas empresariais favoráveis (Figura 1.20). Na Ásia (excluindo a China), o investimento privado contribuiu com 1.3 pontos percentuais para o crescimento do PIB ao ano entre 2009 e 2016. Trata-se de mais do dobro da contribuição do investimento privado para o crescimento em África (0.6 pontos percentuais). Os empresários africanos costumam preferir envolver-se em atividades com um volume de negócios relativamente célere que não exijam investimentos de longo prazo. A maior proporção (55%) dos empresários trabalha no comércio a retalho, hotelaria e restauração (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Em segundo lugar, ajudar as empresas africanas a alcançar a fronteira de produtividade global exigirá mais apoio em termos de políticas, além das reformas empresariais habituais que reduzem os custos de arranque.

Mesmo após a exclusão de fatores como o ambiente empresarial, a maioria das empresas africanas são menos produtivas do que as de outros lugares. Os obstáculos no ambiente empresarial, tais como o custo e a falta de crédito para o setor privado, a corrupção e as incertezas regulamentares e as barreiras de infraestruturas, não explicam completamente esta situação. Após a exclusão desses fatores, os resultados revelam que a maioria das empresas africanas continua muito abaixo da PTF média dos primeiros 10% das empresas transformadoras mais produtivas nos países em desenvolvimento (Figura 1.21).

Figura 1.20. Contribuição da formação bruta de capital fixo privado para o crescimento do PIB em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016

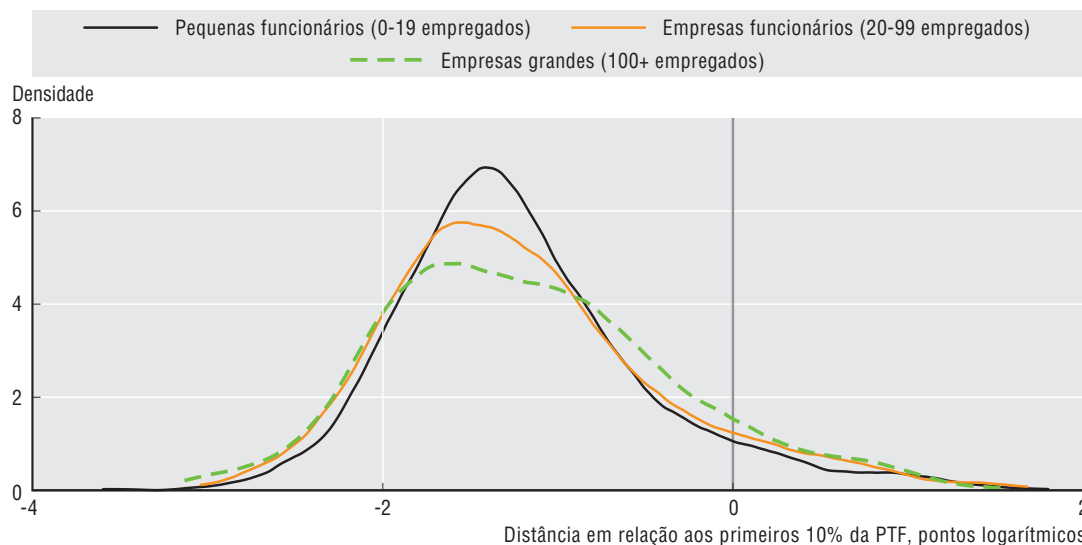


Nota: Os dados incluem 52 países africanos, 34 países asiáticos em desenvolvimento e 23 países da ALC em desenvolvimento.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782772>

Figura 1.21. Distância das empresas africanas em relação aos primeiros 10% da produtividade total dos fatores para a indústria transformadora nos países em desenvolvimento



Nota: Estas conclusões são tiradas de um painel de 7000 empresas inquiridas duas vezes, em 70 países em desenvolvimento e 11 indústrias transformadoras. A figura tem em conta os efeitos de múltiplos indicadores de ambientes empresariais. Ver pormenores em Nguyen e Véganzonès-Varoudakis (2017).

Fonte: Cálculos dos autores com base em Enterprise Surveys (2017), *World Bank Enterprise Surveys 2006-2015*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782791>

Um certo número de fatores ao nível das empresas também contribui para este fraco desempenho, incluindo os dois que se seguem:

1. A qualidade da gestão das empresas africanas é inferior. Bloom, Sadun e Van Reenen (2017) mostram que, embora as capacidades de gestão expliquem um terço das variações da PTF em empresas transformadoras, a qualidade da gestão é a mais baixa entre os seis países africanos da amostra.

2. A informalidade limita o crescimento da produtividade. As microempresas e as PME do setor da indústria transformadora deparam-se com elevados custos de oportunidade para sair da informalidade, o que os impede de investir e de se modernizar (Rodrik, 2017: 12). O acesso limitado a boas redes comerciais, a rotulagem e a certificação de qualidade, e a uma procura fiável dificultam o investimento de lucros por parte das empresas informais em inovação ou na melhoria dos seus produtos. Até as empresas informais mais produtivas enfrentam obstáculos significativos. Por exemplo, no setor da indústria transformadora na Etiópia, a maior empresa informal regista um capital social mediano de 16 425 birr (cerca de USD 600) e ganha um pequeno retorno de capital de apenas 1%; enquanto uma empresa formal com capital social equivalente ganha pelo menos 16.5% (ver Tabela 4 em Siba, 2015).

Para colher os benefícios do investimento em zonas económicas especiais, os decisores africanos precisarão de políticas que incluam as empresas que servem os mercados locais. Muitas pequenas empresas promissoras podem beneficiar das repercussões dos *clusters* empresariais para se ampliar, modernizar e competir nas redes de produção. Recentemente, vários países africanos, como a Etiópia e Marrocos, identificaram ZEEs para atrair empresas líderes e criar empregos na indústria transformadora.

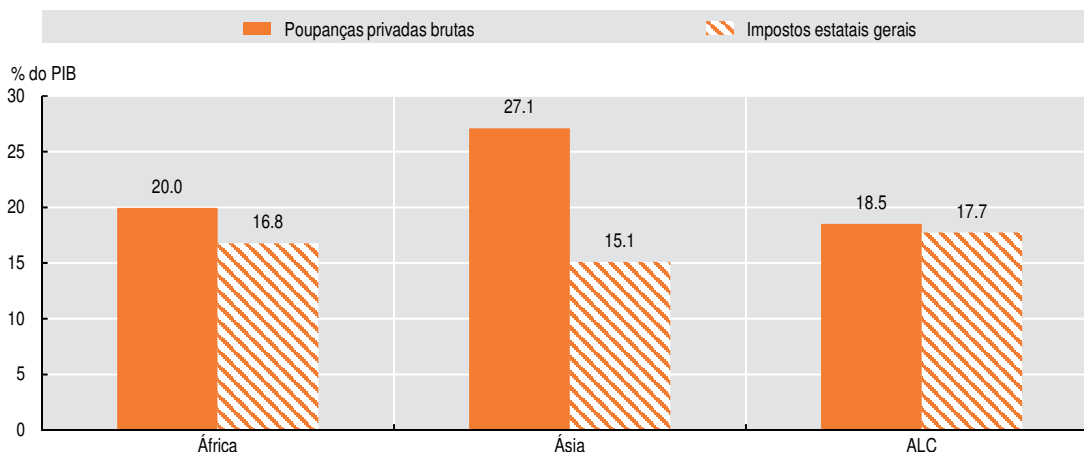
No entanto, as ZEEs, por si só, não conseguem oferecer empregos suficientes nem repercussões de produtividade por, pelo menos, quatro razões:

1. As empresas líderes nas ZEEs exigem, muitas vezes, competências e níveis de qualidade que as empresas e as reservas de mão-de-obra africanas não conseguem fornecer. Por isso, atrair empresas de IDE global em ZEE pode criar enclaves de crescimento isolado que não dispõem de interligações de produção suficientes ou externalidades de tecnologia para a economia local.
2. O enfoque das exportações destas ZEE tende a excluir algumas empresas nacionais que precisam de funcionar nos mercados locais. Em certos casos, as políticas de isenção fiscal podem impedir que as empresas das ZEEs produzam para os mercados locais.
3. As ZEEs não vão criar postos de trabalho suficientes para a massa de jovens que estão por entrar no mercado de trabalho em África. De acordo com um inquérito a 91 ZEEs em 20 países da África subsariana, estas representam cerca de 1 milhão de postos de trabalho, ou 0.2% do emprego nacional (Kingombe e Te Velde, 2013).
4. Com poucas exceções, tais como a Etiópia, a maioria dos países africanos não possui a estrutura salarial para competir em custos de mão-de-obra (ver Megatendência 1, Capítulo 2).

Políticas sólidas podem ajudar as poupanças internas e os influxos financeiros externos a desbloquear o potencial do investimento privado

É necessário mobilizar recursos internos – especialmente as poupanças internas – para promover o investimento em atividades que podem aumentar a produtividade e criar postos de trabalho. As poupanças internas constituem o recurso mais importante e bem distribuído nos países em desenvolvimento. Em média, em África, representaram USD 422 mil milhões por ano ao longo do período de 2009-16, o que equivale a 20% do PIB do continente, um montante superior ao das receitas fiscais durante o mesmo período (Figura 1.22). As dez maiores economias africanas tinham taxas de poupança privada que variavam de 49% do PIB em Angola para 9% no Sudão. Porém, a redução dos preços das matérias-primas e um crescimento económico mais moroso podem limitar as receitas e as despesas públicas no curto e médio prazos. Melhorar a intermediação financeira pode ajudar a mobilizar os recursos internos para apoiar o investimento produtivo (ver Capítulo 8).

Figura 1.22. Poupanças privadas brutas e impostos estatais gerais enquanto proporção do PIB na África, Ásia e LAC, 2009-16



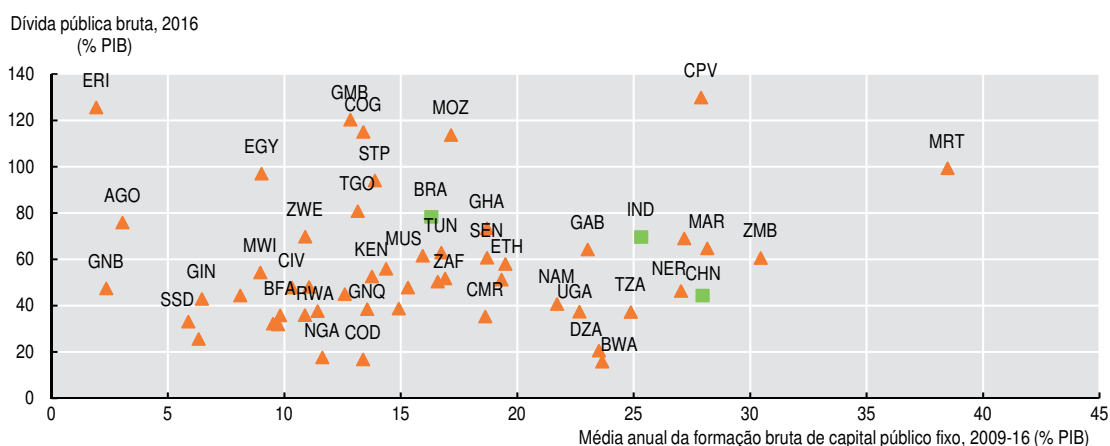
Nota: Os dados incluem 42 países africanos, 33 países asiáticos e 20 países da ALC.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782810>

Desde 2015, as menores rendas dos recursos naturais e um menor crescimento económico reduziram as receitas públicas em muitos países ricos em recursos naturais, limitando o investimento público. Países como Angola e Nigéria estão a consolidar a balança fiscal, sobretudo cortando o investimento de capital. A dívida pública está a crescer em muitos países e em alguns já chegou a 100% do PIB (Figura 1.23). O número de países de baixo rendimento em situação de sobre-endividamento ou em alto risco deste aumentou de 7 em 2013 para 12 em 2016 e quase todos os países africanos com classificações de crédito sofreram uma queda abaixo do grau de investimento (FMI, 2017). Assim, aumenta a exposição dos orçamentos dos países a choques externos, tais como a disponibilidade de liquidez nos mercados internacionais e os níveis de taxas de juros. Manter o impulso de crescimento e a acumulação de capital pode, por conseguinte, exigir a mobilização de outras fontes que não a dívida pública.

Figura 1.23. Dívida pública bruta versus formação bruta de capital fixo pública em África, no Brasil, na China e na Índia, 2009-16



Nota: Os dados incluem apenas 52 países africanos devido à disponibilidade limitada.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782829>

África terá de incentivar o investimento privado em atividades produtivas. O setor público já investe mais de 20% do PIB todos os anos entre 2009 e 2016, em 12 de 52 países africanos onde há dados disponíveis. Noutros 27 países, o investimento público anual foi entre 10 e 20% do PIB, em média, no mesmo período. O investimento baseado unicamente na despesa pública dificilmente pode ser sustentado nos médio e longo prazos. O investimento privado foi de apenas 15% do PIB, em média, entre 2009 e 2016, significativamente abaixo da média de 24% da Ásia em desenvolvimento e da média de 17% da ALC. Nos países africanos ricos em recursos naturais, o investimento privado representava apenas 13% do PIB, em comparação com 18% nos países africanos não ricos em recursos (Figura 1.3, Painel B).

Os governos precisam de combater os fluxos financeiros ilícitos (FFI). Os FFI privam os países de recursos que poderiam ser utilizados, pelo menos parcialmente, para a redistribuição, o financiamento de bens públicos e a promoção de investimentos privados em empresas locais. Os fluxos financeiros ilícitos para fora de África ascendem a USD 50 mil milhões anualmente (CUA/ECA, 2017). Este montante é semelhante à ajuda pública ao desenvolvimento que África recebe (ver Tabela 1.2). Os FFI provêm de cinco fontes principais: subornos, evasão fiscal, ganhos empresariais criminosos, deslocação de lucros das empresas e evasão à regulamentação aplicável à moeda (ver Reuter, 2017). São muitos os canais para a movimentação de fundos ilícitos, incluindo a adulteração de faturas comerciais e fugas de dinheiro da balança de pagamentos (Global Financial Integrity, 2015).

África precisa de melhorar a eficiência global do investimento público, a fim de incrementar a produtividade. A governação débil dos investimentos públicos pode levar a uma má gestão financeira e manutenção insuficiente (FMI, 2016b) ou a uma fraca apropriabilidade de projetos de investimento. Por exemplo, devido à falta de competências e serviços de apoio para adaptar as máquinas e tecnologias importadas ao contexto africano, o crescimento da produtividade agrícola em África é cerca de metade da taxa média dos países em desenvolvimento (Ninn-Prat, 2015). As barreiras de infraestruturas também reduzem as taxas de utilização de capital. As falhas de eletricidade, por exemplo, impedem os trabalhadores de fazer vários turnos e atrasam os ciclos de produção.

Os influxos financeiros podem desempenhar um papel importante na manutenção do investimento produtivo, em especial em países sem litoral ou nos países não ricos em recursos. O total de influxos financeiros (remessas, IDE, influxos de carteira e APD líquida) para África atingiu 8.8% do PIB entre 2009 e 2016. Este nível é significativamente superior à média para a Ásia (3.8%) e a ALC (5.2%) (Figura 1.24). Em valores absolutos, o total de influxos para África aumentou de USD 103 mil milhões em 2005 para USD 185 mil milhões em 2016. Entre 2009 e 2016, os fluxos financeiros para África dependiam muito mais das remessas e da APD do que noutros continentes; as remessas e a APD representavam 2.8% e 2.4% do PIB africano, respetivamente. Desde o início da década de 2000, as remessas aumentaram mais de quatro vezes; a APD e o IDE mais do que duplicaram (Tabela 1.2). Em média, os países sem litoral recebem a maior proporção (13.3% do seu PIB), principalmente devido à contribuição da APD, das remessas e do IDE. Os países não ricos em recursos dependem mais dos influxos (totalizando 10.7% do seu PIB) do que os países ricos em recursos (6.9% do PIB).

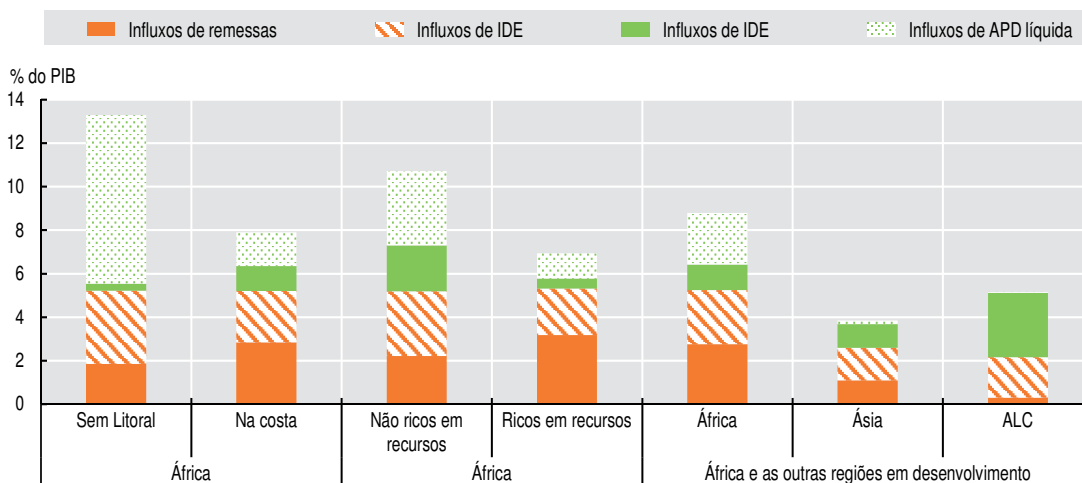
Os influxos de remessas, da APD e do IDE têm um impacto diferente nas economias africanas:

- Até agora, os influxos de remessas serviram principalmente o consumo interno. As remessas apoiaram o consumo das famílias ao invés do investimento privado, em parte devido a mecanismos de poupança subdesenvolvidos para os destinatários das remessas. Os fluxos de remessas podem aumentar as desigualdades sociais em

países onde os migrantes pertencem a famílias com rendimentos mais elevados (Anyanwu, 2011; Adams, Cuecuecha e Page, 2008). As políticas para atrair remessas para determinados setores, tais como obrigações da diáspora a fim de catalisar o investimento para projetos de infraestruturas públicas, tiveram pouco sucesso.

- Embora a APD tenha ajudado a reduzir a pobreza em muitos países altamente endividados, há mais a fazer para incentivar o investimento nos ativos produtivos de África. Desde 2000, a comunidade internacional tem-se concentrado sobretudo nos setores sociais como um meio de luta contra a pobreza. A APD pode ter sido afetada pela falta de coordenação entre os países doadores. Analisando os dados para o período de 2006-11, por exemplo, um relatório da OCDE identificou seis países menos desenvolvidos em África como potencialmente sub-ajudados (OCDE, 2009b). Tal assimetria na atribuição da ajuda levou à adoção da Agenda para a Ação de Acra em 2008. Tal facto chamou maior atenção para os países mais necessitados, incluindo os países africanos.
- O IDE em África representou 2.5% do PIB entre 2009 e 2016, mas a maior proporção estava concentrada no setor extrativo. Essa proporção (36% do total de IDE entre 2003 e 2014) havia limitado as externalidades para a economia local. Uma vez que o setor extrativo, muitas vezes, tem poucas interligações com a economia local, o IDE não estimulou mais investimento privado nem criou um número suficiente de postos de trabalho. Além disso, o IDE pode levar a maior desigualdade de rendimentos dado que os elevados requisitos de competências do setor de IDE podem exacerbar fracos retornos para a educação (Bogliaccini e Egan, 2017).

Figura 1.24. Total de influxos financeiros enquanto percentagem do PIB na África, Ásia e LAC, 2009-16



Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados), OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782848>

De futuro, os países africanos podem canalizar melhor estes influxos financeiros para atividades fortemente interligadas com a economia local. As poupanças internas e as remessas podem fornecer incentivos para investir em atividades com fortes efeitos multiplicadores que gerem elevados retornos sociais. Alavancar esses recursos financeiros pode ajudar a reduzir o custo de pequenos investimentos de capital. O uso generalizado de pagamentos móveis e sistemas bancários (por exemplo, M-Pesa) cria novos serviços para milhões de clientes. Tais sistemas podem aumentar a disponibilidade

de financiamento e serviços de pagamento para microempresas e PME com menores custos e riscos. A melhoria da capacidade das PME e jovens empresas serem listadas nas trocas secundárias também pode ajudar. O Capítulo 8 analisará políticas para aproveitar estas potencialidades.

As estratégias para promover o IDE devem assegurar que os fornecedores internos consigam estar alinhados com as necessidades das empresas líderes em IDE em termos de qualidade e especificações do produto. A criação de uma estratégia nacional para a rotulagem de qualidade pode facilitar a interação de diversos atores dentro das cadeias de valor. O IDE pode ajudar na transferência de tecnologia e conhecimento, sob a forma de técnicas de produção, de gestão ou de práticas comerciais. O IDE em África tornou-se cada vez mais diversificado e agora direciona-se a indústrias de tecnologias de informação e comunicações, alimentos e serviços financeiros. Uma análise econométrica mostra que os determinantes mais significativos do IDE no setor da indústria transformadora africana são a dimensão do mercado interno e a qualidade das infraestruturas (por exemplo, portos, ferrovias e rodovias) e serviços de transporte para aceder a insumos locais. Estes dois fatores explicam 28% das variações na atração de IDE para África (Wall, 2016).

Tais interligações fazem, muitas vezes, com que o impacto do IDE no crescimento económico e na produtividade seja mais duradouro (OCDE, 2015; Rand, 2015). O acesso a tecnologia e conhecimento através de interligações com empresas líderes é menos dispendioso e menos arriscado para as PME na maioria dos países em desenvolvimento do que gerar toda a capacidade necessária em investigação e desenvolvimento de novas tecnologias (OCDE/Banco Mundial, 2015). Um caso ilustrativo é a indústria de automóveis em Marrocos, onde a abertura de novas fábricas de automóveis em 2005 levou à melhoria da gestão e de outras técnicas nas empresas marroquinas que forneciam às fábricas em questão (Hahn e Vidican-Auktor, 2017). Calabrese (2017) encontra evidências de aumento da produtividade empresarial através da transferência de tecnologia, em especial no setor agrícola. Algumas empresas do setor das indústrias de transformação de produtos agrícolas já se encontram envolvidas em importantes iniciativas na transferência de tecnologia, trabalhando intensivamente com os fornecedores locais, incluindo os pequenos agricultores. É este o caso da Blue Skies no Gana; da OLAM na Nigéria; da SabMiller na África do Sul (BAD/OCDE/PNUD, 2014: 164-166); e da Cargill, Mars, Nestlé, Olam, SIFCA e Unilever nas indústrias de cacau e óleo de palma da Côte d'Ivoire (OCDE, 2016: 55, 75).

A APD pode retirar algum risco ao investimento privado e ajudar as PME a cumprir com as normas internacionais. Embora a APD seja essencial para reduzir a pobreza e as crises humanitárias, uma parte da APD também pode ser aproveitada como garantia para angariar mais fundos de capital para investimento no longo prazo. Por exemplo, uma vez que, do total de APD para África, cerca de USD 35 mil milhões por ano consistem em subsídios, titularizar pouco mais de USD 5 mil milhões permitiria aos países doadores angariar USD 100 mil milhões adiantados. Este montante poderia financiar a parte pública de investimentos público-privados em grandes projetos de infraestruturas em África (Birdsall e Okonjo-Iweala, 2017). Tais soluções podem ajudar os países a obter empréstimos com prazos de vencimento mais longos e menores taxas de juros. O financiamento do desenvolvimento ajudou a mobilizar USD 81 mil milhões de investimento privado entre 2012 e 2015 (OECD, 2018). A APD pode ajudar as empresas locais no acesso a normas de qualidade e especificações do produto, pode servir para aumentar as competências técnicas e de gestão, ajudando os governos a melhorar os programas de formação técnica, empresarial e profissional. A APD também pode ajudar na revisão dos processos de produção. Pode, por fim, promover produtos de alta qualidade, apoiando as iniciativas de rotulagem de qualidade (ver OCDE/OMC, 2013; OCDE/OMC, 2017).

Notas

1. Média móvel de três anos.
2. O programa reduziu cerca de 1.5 pontos percentuais do PIB aos serviços da dívida dos países beneficiários entre 2001 e 2015.
3. O índice de Gini mede até que ponto a distribuição de rendimentos entre indivíduos ou famílias numa economia se afasta de uma distribuição de perfeita igualdade. O índice varia de 0 no caso de “igualdade perfeita” (cada proporção da população recebe a mesma proporção de rendimento) até 100 no caso de “desigualdade perfeita” (todos os rendimentos vão para a proporção de população com os maiores rendimentos).
4. O projeto Commitment to Equity (CEQ) é liderado por Nora Lustig desde 2008 e é uma iniciativa do Center for Inter-American Policy and Research (CIPR: Centro para a Política Interamericana e a Investigação) e do Departamento de Economia da Universidade de Tulane, do Center for Global Development (Centro para o Desenvolvimento Global) e do Inter-American Dialogue (Diálogo Interamericano). O Projeto CEQ tem sede no Commitment to Equity Institute em Tulane. Ver. www.commitmenttoequity.org
5. Para mais pormenores, ver De Vries et al. (2015) e Diao, McMillan e Rodrik (2017).
6. Por exemplo, entre 1991 e 2001, as empresas transformadoras indonésias testemunharam um aumento de produtividade de 12 pontos percentuais, na sequência de uma queda de 10 pontos percentuais nas tarifas dos insumos que importavam (Amiti e Konings, 2007).
7. Ver, por exemplo, Allen e Heinrigs (2016) e OCDE (2016:69) sobre o caso da África Ocidental e Tschirley et al. (2015) relativamente à África Oriental e Austral.

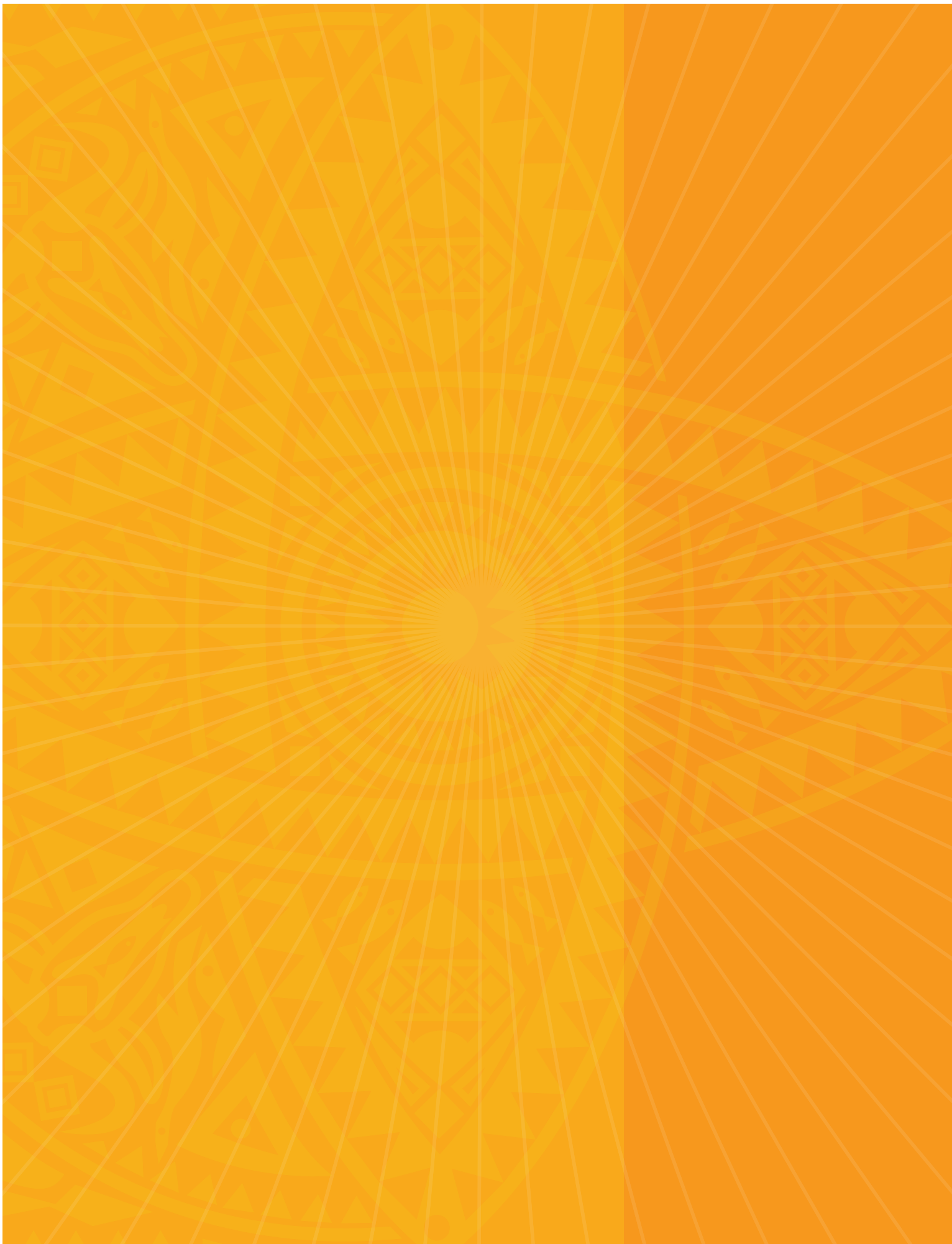
Bibliografia

- Adams, R. H. Jr., A. Cuecuecha e J. Page (2008), “The impact of remittances on poverty and inequality in Ghana”, *Policy Research Working Paper*, No. 4732, Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/6940>
- Allen, T. e P. Heinrigs (2016), “Emerging opportunities in the West African food economy”, *West African Papers*, No. 01, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5j1vfvj4968jb-en>.
- Amiti, M. e J. Konings (2007), “Trade liberalization, intermediate inputs, and productivity: Evidence from Indonesia”, *American Economic Review*, Vol. 97/5, pp. 1611-1638.
- Anyanwu, J.C. (2011), “International remittances and income inequality in Africa”, *Working Paper*, No. 135, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/WORKING%20135%20International%20Remittances%20and%20Income%20Inequality%20in%20Africa-August2011%20.pdf.
- Avom, D. e D. Mignamissi (2017), “Pourquoi le commerce intra-CEEAC est-il si faible ?”, *Revue française d'économie*, Vol. 32/3, pp. 136-170.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2017-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2016-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2014), *African Economic Outlook 2014: Global Value Chains and Africa's Industrialisation*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2014-en>.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2012), *African Economic Outlook 2012: Promoting Youth Employment*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2012-en>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), <http://wdi.worldbank.org> (consultada em 15 de fevereiro de 2018).
- Banco Mundial (2017b), *PovcalNet* (base de dados), <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povOnDemand.aspx> (consultada em 20 de abril de 2018).
- Baloy, B. (2012), “The political economy of South Africa industrial policy”, *Expert Meeting Sustaining Growth in a Context of Shifting Wealth: What Role for Industrial Policy?*, apresentação no Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris.
- Berg, A., J.D. Ostry e J. Zettelmeyer (2012), “What makes growth sustained?”, *IMF Working Paper*, No. 08/59, Fundo Monetário Internacional, www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/What-Makes-Growth-Sustained-21769.

- Birdsall, N. e N. Okonjo-Iweala (2017), “A big bond for Africa”, Project Syndicate, www.project-syndicate.org/commentary/africa-regional-infrastructure-investment-bond-by-nancy-birdsall-and-ngozi-okonjo-iweala-2017-04?barrier=accessreg.
- Bleaney, M. e D. Greenaway (2001), “The impact of terms of trade and real exchange rate volatility on investment and growth in sub-Saharan Africa”, *Journal of Development Economics*, Vol. 65/2, pp. 491-500, EconPapers.repec.org/RePEc:eee:deveco:v:65:y:2001:i:2:p:491-500.
- Bloom, N., R. Sadun e J. Van Reenen (2016), “Management as a technology?”, *National Bureau of Economic Research Working Paper No. 22327*, www.nber.org/papers/w22327
- Boarini, R., A. Kolev e A. McGregor (2014), “Measuring well-being and progress in countries at different stages of development: Towards a more universal conceptual framework”, *OECD Development Centre Working Papers*, No. 325, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jxss4hv2d8n-en>.
- Bogliaccini J.A. e P.J.W. Egan (2017), “Foreign direct investment and inequality in developing countries: Does sector matter?”, *Economics & Politics*, Vol. 29/3, pp. 209-236, <https://doi.org/10.1111/ecpo.12098>.
- Böhme, M. e R. Thiele (2012), “Is the informal sector constrained from the demand side? Evidence for six West African capitals”, *World Development*, Vol. 40/7, pp. 1369-1381, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.12.005>.
- Bricas, N., C. Tchamda e M.C. Thirion (2014), “Consommation alimentaire en Afrique de l’Ouest et Centrale : les productions locales tirées par la demande urbaine, mais les villes restent dépendantes des importations de riz et de blé”, in *Le Déméter, Économie et stratégies agricoles*, CIRAD-Afristat-AFD, pp. 125-142, www.clubdemeter.com/.
- Byerlee, D. et al. (2013), “Growing Africa: Unlocking the potential of agribusiness”, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2013/03/17427481/growing-africa-unlocking-potential-agribusiness-vol-1-2-main-report>.
- Calabrese, L. (2017), “Chinese investment and knowledge transfer in Africa”, *Growth Research Programme*, <https://dl.orangedox.com/Brief-China-Africa-investment-1>.
- CEQ Institute (2018), *Commitment to Equity Institute Data Center on Fiscal Redistribution*, <http://commitmenttoequity.org/datacenter>.
- Christiansen, L., M. Schindler e T. Tresselt (2013), “Growth and structural reforms: A new assessment”, *Journal of International Economics*, Vol. 89/2, pp. 347-356.
- CUA/ECA (2017), *Illicit Financial Flows*, relatório do Painel de Alto Nível relativo aos Fluxos Financeiros Ilícitos de África, Comissão da União Africana e Comissão Económica das Nações Unidas para África, www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/iff_main_report_26feb_en.pdf
- De Vries, G., M. Timmer e K. de Vries (2015), “Structural transformation in Africa: Static gains, dynamic losses”, *The Journal of Development Studies*, Vol. 51/6, pp. 674-688, <https://doi.org/10.1080/00220388.2014.997222>.
- De Vries, G. et al. (2015), *GGDC 10-Sector Database*, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/10-sector/>.
- Diao, X., M. McMillan e D. Rodrik (2017), “The recent growth boom in developing economies, a structural-change perspective”, *NBER Working Paper*, No. 23132, www.nber.org/papers/w23132.
- Divisão de Estatística da ONU (2017), *UN COMTRADE* (base de dados), <http://wits.worldbank.org/wits/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- ECA (2017), *Transforming African Economies through Smart Trade and Industrial Policy*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, <https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/transforming-african-economies-smart-trade-industrial-policy-eng.pdf>.
- El Mokri, K. (2016), “Morocco’s 2014-2020 Industrial Strategy and its potential implications for the structural transformation process”, *OCP Policy Center*, No. 1628, www.ocppc.ma/publications/morocco%E2%80%99s-2014-2020-industrial-strategy-and-its-potential-implications-structural.
- Enterprise Surveys (2017), *World Bank Enterprise Surveys*, www.enterprisesurveys.org (consultado em abril de 2017).
- fDi Markets (2017), *fDi Markets* (base de dados) www.fdimarkets.com (consultada em 2 de junho de 2017). Gallup (2017), *Gallup World Poll*, www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx.
- FMI (2018), *World Economic Outlook, October 2018* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx (consultada em 20 de abril de 2018).
- FMI (2017), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, Fiscal Adjustment and Economic Diversification*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- FMI (2016a), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, Timefora Policy Reset*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2016/04/05/Time-for-a-Policy-Reset>.

- FMI (2016b), *World Economic Outlook: Subdued Demand: Symptoms and Remedies*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02.
- Ghosh, A. e J. Ostry (1994), "Export instability and the external balance in developing countries", *International Monetary Fund Staff Papers*, Vol. 41/2, pp. 214-235, www.jstor.org/stable/3867507?origin=pubexport.
- Global Financial Integrity (2015), *Illicit Financial Flows from Developing Countries: 2004-2013*, relatório elaborado D. Kar e J. Spanjers no Global Financial Integrity, Washington, DC, www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2015/12/IFF-Update_2015-Final-1.pdf.
- Hahn, T. e G. Vidican-Auktor (2017), *The Effectiveness of Morocco's Industrial Policy in Promoting a National Automotive Industry*, Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, Bona.
- Hausmann, R. e C. Hidalgo (2011), "The network structure of economic output", *Journal of Economic Growth*, Vol. 16/4, pp. 309-342.
- Hausmann, R., L. Pritchett e D. Rodrik (2005), "Growth accelerations", *Journal of Economic Growth*, Vol. 10/4, pp. 303-329, <https://doi.org/10.1007/s10887-005-4712-0>.
- Kaplinsky, R. e M. Morris (2002), *A Handbook for Value Chain Research*, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, www.ids.ac.uk/ids/global/pdfs/VchNov01.pdf.
- Kingombe, C. e D.W. te Velde (2013), "Structural transformation and employment creation: The role of growth facilitation policies in sub-Saharan Africa", documento de referência para o *World Development Report 2013*, <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.862.567&rep=rep1&type=pdf>.
- Klinger, B. e D. Lederman (2004), "Discovery and development: An empirical exploration of 'new' products", *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 3450, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/14187>.
- Kowalski, P. et al. (2015), "Participation of developing countries in global value chains: Implications for trade and trade-related policies", *OECD Trade Policy Papers*, No. 179, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5js331fw0xxn-en>.
- Lopez Gonzalez, J. (2016), "Using foreign factors to enhance domestic export performance: A focus on Southeast Asia", *OECD Trade Policy Papers*, No. 191, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jlpq82v1jxw-en>.
- Moller, L.C. E.K. Wacker (2017), "Explaining Ethiopia's growth acceleration: The role of infrastructure and macroeconomic policy", *World Development*, Vol. 96, pp. 198-215, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.03.007>.
- Morris, M. e J. Barnes (2009), "Globalization, the changed global dynamics of the clothing and textile value chains and the impact on sub-Saharan Africa", *Working Paper No. 10*, UNIDO Research and Statistics Branch, UNIDO, Viena.
- Nguyen, H.T.M. e M.A. Véganzonès-Varoudakis (2017), "Investment climate, outward orientation and manufacturing firm productivity: New empirical evidence", *Études et Documents*, N°17, CERDI, <http://cerdi.org/uploads/ed/2017/2017.17.pdf>.
- Nin-Pratt, A. (2015), "Inputs, productivity, and agricultural growth in Africa South of the Sahara", *Discussion Paper 1432*, Washington, DC, International Food Policy Research Institute, <http://ebrary.ifpri.org/cdm/ref/collection/p15738coll2/id/129095>.
- OCDE (2018), *Making Blended Finance Work for the Sustainable Development Goals*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264288768-en>.
- OCDE (2017a), *Examen multidimensionnel du Maroc : Volume 1. Évaluation initiale, Les voies de développement*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274945-fr>.
- OCDE (2017b), *OECD Economic Surveys: South Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-zaf-2017-en.
- OCDE (2016), *Examen multidimensionnel de la Côte d'Ivoire : Volume 2. Analyse approfondie et recommandations, Les voies de développement*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264251670-fr>.
- OCDE (2015), *Policy Framework for Investment, 2015 Edition*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264208667-en>.
- OCDE (2013a), *Interconnected Economies: Benefiting from Global Value Chains*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/9789264189560-en.
- OCDE (2013b), *Identification and Monitoring of Potentially Under-aided Countries*, OECD, Paris, www.oecd.org/dac/aid-architecture/Identification%20and%20Monitoring%20of%20Potentially%20Under-Aided%20Countries.pdf.
- OCDE/BAD/ECA/PNUD (2011), *African Economic Outlook 2011: Africa and its Emerging Partners*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2011-en>.

- OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados), Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OCDE/Banco Mundial (2015), “Inclusive global value chains: Policy options in trade and complementary areas for GVC Integration by small and medium enterprises and low-income developing countries”, relatório preparado para entrega na Reunião dos Ministros do Comércio do G20, Istambul, 6 de outubro de 2015, www.oecd.org/trade/OECD-WBG-g20-gvc-report-2015.pdf.
- OCDE/OMC (2017), *Aid for Trade at a Glance 2017: Promoting Trade, Inclusiveness and Connectivity for Sustainable Development*, Organização Mundial do Comércio, Genebra, e Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aid_glance-2017-en.
- OCDE/OMC (2013), *Aid for Trade at a Glance 2013: Connecting to Value Chains*, Organização Mundial do Comércio, Genebra, e Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aid_glance-2013-en.
- OIT (2018), *World Employment and Social Outlook: Trends 2018*, International Labour Organization, Geneva, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_615594.pdf.
- OIT (2017), *ILOSTAT* (base de dados), www.ilo.org/ilostat/ (consultada em 1 de março de 2018).
- Pierola, M.D., A.M. Fernandes e T. Farole (2017), “The role of imports for exporter performance in Peru”, *The World Economy*, Vol. 41/2, pp. 550-572, doi.org/10.1111/twec.12524.
- PNUD (2017), *Income Inequality Trends in Sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants, and Consequences*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/reports/income-inequality-trends-in-sub-saharan-africa-divergence--dete.html.
- PNUD (2016), *Africa Human Development Report 2016: Accelerating Gender Equality and Women's Empowerment in Africa*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/2016-africa-human-development-report.html.
- Porter, M. (1990), “The competitive advantage of nations”, *Harvard Business Review*, <https://hbr.org/1990/03/the-competitive-advantage-of-nations>.
- Rand, J. (2015), *Understanding FDI Spillover Mechanisms*, www.brookings.edu/wp-content/uploads/2015/11/L2CBrief1_FDI-linkages_FINAL.pdf.
- Reardon, T. et al. (2018), “Rapid transformation of food systems in developing regions: Highlighting the role of agricultural research and innovations”, *Agricultural Systems*, <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2018.01.022>.
- Reuter, P. (2017), “Illicit financial flows and governance: The importance of disaggregation”, background paper for the *World Development Report 2017*, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/538841487847427218/World-development-report-2017-illicit-financial-flows-and-governance-the-importance-of-disaggregation>.
- Rieländer, J. e B. Traoré (2016), “Explaining diversification in exports across higher manufacturing content: What is the role of commodities?”, *Journal of International Commerce, Economics and Policy*, Vol. 7/02, www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S1793993316500071.
- Rodrik, D. (2017), “An African growth miracle?”, *Journal of African Economies*, Vol. 27/1, pp. 10-27, <https://doi.org/10.1093/jae/ejw027>.
- Siba, E. (2015), “Returns to physical capital in Ethiopia: Comparative analysis of formal and informal firms”, *World Development*, Vol. 68, pp. 215-229.
- The Conference Board (2017), *Total Economy Database*, www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762 (consultado em 1 de fevereiro de 2018).
- Thorbecke, E. e Y. Ouyang (2017), “Is the structure of growth different in sub-Saharan Africa?”, *Journal of African Economies*, Vol. 27/1, pp. 66-91, <https://doi.org/10.1093/jae/ejw032>.
- UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision* (base de dados), <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- Wall, R. (2016), “State of foreign direct investment to African cities”, *OECD Development Centre Background Papers for the African Economic Outlook 2016*.
- Zalk, N. (2012), “South African post-apartheid policies towards industrialization: Tentative implications for other African countries”, in *Good Growth and Governance in Africa: Rethinking Development Strategies*, pp. 345, Oxford University Press, <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199698561.003.0012>.



Capítulo 2

Megatendências que afetam a integração africana na economia global

Este capítulo apresenta cinco megatendências que moldarão as dinâmicas do desenvolvimento africano na próxima década. A primeira megatendência corresponde ao reforço do papel dos países emergentes na economia global (também referido como “deslocação da riqueza”). A segunda é a nova revolução da produção provocada pela mudança tecnológica e pela digitalização. A terceira megatendência relaciona-se com o crescimento demográfico do continente, que pode trazer “dividendos demográficos” se os países implementarem as políticas certas. A quarta megatendência é a rápida urbanização, que afeta a estrutura económica de muitos países, as condições de vida e a governação em vários níveis. A quinta megatendência é constituída pelas alterações climáticas, que requerem estratégias inovadoras e sustentáveis de “crescimento verde”. O capítulo avalia, para cada uma destas megatendências, os principais riscos, oportunidades e implicações de políticas para os países africanos.

EM SÍNTESE

Cinco principais megatendências colocam desafios e trazem novas oportunidades para as dinâmicas do desenvolvimento africano. A forma como os decisores políticos respondem àquelas terá um impacto significativo no crescimento, na criação de emprego e nas desigualdades.

O papel cada vez mais importante das economias emergentes – conhecido como “**deslocação da riqueza**” – está a trazer oportunidades para diversificar o investimento do continente e os fluxos comerciais. Pode igualmente afetar a modernização da cadeia de valor africana através de uma maior concorrência internacional.

Uma **nova revolução industrial**, provocada pela mudança tecnológica e pela digitalização, pode alterar as vantagens comparativas dos países e as potencialidades de industrialização. Os empresários africanos podem agora aceder a novos modos de produção e mercados globais. No entanto, a automatização pode prejudicar a criação de emprego na indústria transformadora. Investir em infraestruturas tecnológicas, apoiar sistemas de inovação e melhorar as competências dos trabalhadores pode ajudar os países a aproveitar estas potencialidades.

O rápido crescimento demográfico africano pode trazer “**dividendos demográficos**” se os países implementarem as políticas certas. O crescimento demográfico tem muitas implicações, incluindo a migração dentro e fora de África. Colher os dividendos demográficos depende da criação de mais e melhor emprego, do investimento em capital humano e físico e do aumento das poupanças no setor financeiro formal.

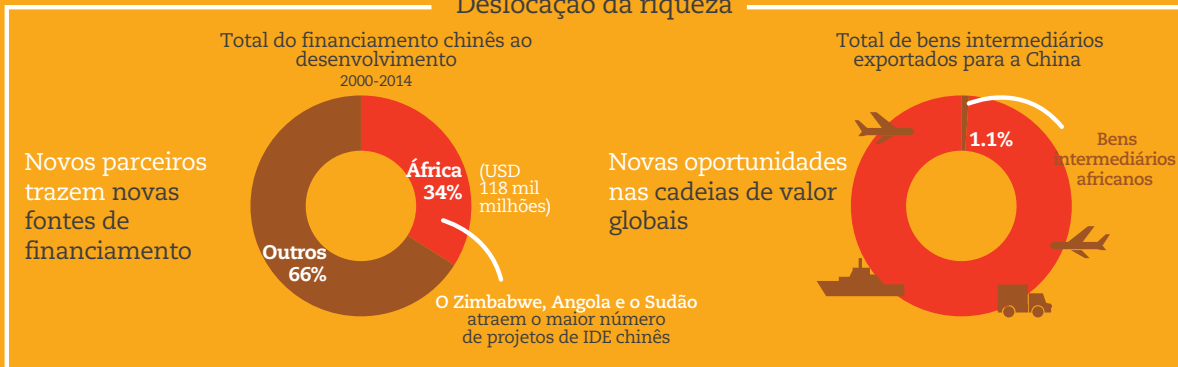
A rápida **transição urbana** de África traz muitas oportunidades de industrialização, aumento da produtividade e bem-estar - através da inovação, de maiores mercados regionais e de mais procura por produtos de maior valor acrescentado. Tirar benefícios para ambas as economias rural e urbana exigirá, entre muitas políticas, a melhoria das infraestruturas urbanas e da provisão de bens públicos, ordenamento territorial e governação em vários níveis.

Embora o continente contribua com menos de 4% para as emissões globais de gases com efeito de estufa, **as alterações climáticas** constituem um grande risco que as políticas africanas devem abordar. Muitos países africanos encontram-se neste momento em transição para a fase de rendimento médio exigindo mais energia, muitas vezes gerada por combustíveis fósseis. As políticas que acelerem a transição para o “crescimento verde” vão tornar o crescimento mais sustentável e criar mais postos de trabalho.

Megatendências que afetam a integração africana na economia global

A forma como a África responderá às megatendências afetará o crescimento, a criação de emprego e a igualdade

Deslocação da riqueza



Nova revolução na produção

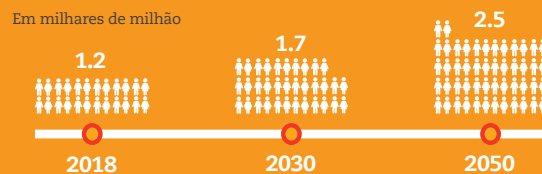
África tem mais de 277 milhões de contas em sistemas bancários móveis



É superior a **todas as outras regiões em desenvolvimento juntas**

Crescimento demográfico

África apresenta a população com o crescimento mais rápido do mundo



69% do aumento total da mão-de-obra mundial entre 2015 e 2050 virá de África

Transição urbana

As cidades com menos de 500 000 residentes representaram 67% do crescimento urbano entre 2000 e 2018



Alterações climáticas

África contribui com **menos de 4%** para as emissões globais de gases com efeitos estufa



mas **27 dos 33** países em maior risco face às alterações climáticas encontram-se em África

Cinco megatendências para o desenvolvimento futuro de África

São pelo menos cinco as megatendências que moldarão o futuro da integração africana na economia global na próxima década. A forma como África lida com elas terá impacto significativo no crescimento, na criação de empregos e na igualdade. Estas megatendências incluem:

1. A proporção crescente de países emergentes na economia global – referida como “deslocação da riqueza” – oferecerá aos países africanos a oportunidade de diversificar, fazer uma melhoria nas cadeias de valor globais (CVG) e encontrar novas fontes de financiamento para o desenvolvimento.
2. A mudança tecnológica e a digitalização trarão desafios e perspectivas de uma nova revolução da produção em África.
3. O rápido crescimento demográfico africano pode criar “dividendos demográficos” ao expandir a mão-de-obra e incrementar as poupanças e os investimentos.
4. A rápida transição africana para a urbanização continuará a alargar o mercado interno e as economias de escala necessárias para fornecer bens públicos, impulsionar a competitividade e alcançar as metas definidas pelos ODS.
5. Embora as alterações climáticas apresentem muitos riscos para os países africanos vulneráveis, estes podem, em resposta tornar-se mais “verdes” ao tirar proveito dos imensos recursos naturais do continente.

Ainda que estas megatendências prometam novas oportunidades, colocam também desafios que devem orientar as políticas. A Tabela 2.1 resume os principais riscos, oportunidades e possíveis implicações em questões de políticas a fim de aproveitar estas megatendências. O Capítulo 8 proporá dez importantes domínios de ação das políticas.

Tabela 2.1. Megatendências que afetam África: Principais riscos, oportunidades e implicações em questões de políticas

Megatendência	Principais riscos	Principais oportunidades	Possíveis implicações nas políticas
Deslocação	<ul style="list-style-type: none"> • Concorrência de outros mercados emergentes • Criação de empregos de um dólar • Nova “partilha de África” • Degradação 	<ul style="list-style-type: none"> • Novos mercados para os produtos de exportação africanos • Realocar indústrias transformadoras pouco especializadas da Ásia para África • Atratividade crescente de África para o investimento direto estrangeiro (IDE) • Acesso melhorado ao financiamento do desenvolvimento • Acesso a novas tecnologias • Transferência de competências 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento estratégico com os parceiros de África • Harmonização de normas para os direitos laborais e a preservação ambiental • Promover interligações de IDE para a economia local e a transferência de conhecimento • Visar a diversificação das exportações e a melhoria nas CVG • Ajudar os empresários a melhorar os seus produtos para fazer face à nova procura
Nova revolução na produção	<ul style="list-style-type: none"> • Automação • Relocalização da indústria transformadora para economias avançadas • Infraestruturas tecnológicas vulneráveis • Cibersegurança • Degradação ambiental • Fluxos financeiros ilícitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o acesso das pequenas empresas a CVG • Simplificar as economias de escala • Reduzir os custos comerciais • Criar novos nichos e mercados • Oferecer novas atividades de deslocalização a “clusters africanos de excelência” • Usar as novas tecnologias para melhorar o acesso aos serviços públicos, fazer políticas mais eficientes e melhorar a transparência 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer competências de qualidade para a ciência, tecnologia, engenharia e matemática e para a educação e formação técnica, empresarial e profissional • Apoiar novas pequenas e médias empresas (PME) de base tecnológica através de financiamento • Encorajar o investimento em investigação e desenvolvimento de tecnologia e dados • Promover clusters orientados para a tecnologia • Adaptar as políticas fiscais

Tabela 2.1. Megatendências que afetam África: Principais riscos, oportunidades e implicações em questões de políticas (cont.)

Megatendência	Principais riscos	Principais oportunidades	Possíveis implicações nas políticas
Dividendos demográficos	<ul style="list-style-type: none"> Elevado desemprego juvenil e maior emprego no setor informal Mais pressão sobre os recursos ambientais Aumento da procura de serviços e proteção social, potencialmente reduzindo a qualidade dos serviços públicos Aumento da desigualdade de rendimentos Migração e “fuga de cérebros” Aumento de tensões sociais e exigências políticas 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a mão-de-obra africana Permitir que a população em idade ativa ultrapasse a população dependente Aumento das poupanças internas, do consumo e do produto interno bruto (PIB) devido à maior oferta laboral e à criação de riqueza Classe média crescente Arrecadar mais receitas fiscais Incentivar o “ganho de cérebros” da diáspora e remessas para o investimento privado 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade da educação e das competências para corresponder às exigências do mercado de trabalho Aprofundar o setor financeiro nacional criando incentivos para as poupanças internas de longo prazo Reduzir as taxas de natalidade melhorando os cuidados de saúde e o planeamento familiar Promover o empreendedorismo de alto potencial
Transição urbana	<ul style="list-style-type: none"> Urbanização dos bairros de lata Maior pobreza urbana e desigualdade Desigualdade entre áreas rurais e urbanas Expansão urbana desregrada Congestionamento urbano Maior poluição atmosférica e uso ineficiente da água e outros recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Gerar economias de escala e inovação social Aumento da procura de bens, alimentos e infraestruturas urbanas de elevado valor acrescentado Fazer corresponder e partilhar recursos e conhecimento entre empresas e cidadãos Aumentar a produtividade através de clusters empresariais Classe média urbana crescente 	<ul style="list-style-type: none"> Clarificar os direitos fundiários Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano e desenvolver as cidades intermediárias Fornecer bens públicos aos clusters empresariais Desenvolver os sistemas de transportes públicos Melhorar os assentamentos informais Aplicar reformas da governação em vários níveis (reforço de capacidades, capacitação, transparência e responsabilidade de vários níveis governamentais) Assegurar a participação dos cidadãos no ordenamento territorial
Alterações climáticas e transição para uma economia verde	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de catástrofes naturais e secas Ecossistemas e espécies em risco de extinção Erosão das zonas costeiras e danos nas infraestruturas Perda de meios de subsistência e atividades económicas Perigos para a saúde causados por riscos ambientais Deslocamento e migração induzidos pelo clima 	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento do PIB devido a investimentos em energias renováveis Ganho de bem-estar pelo corte de subvenções aos combustíveis fósseis (petróleo e carvão) Expandir os setores verdes Criar mais empregos nos setores verdes Usar os recursos naturais de modo mais sustentável, partilhando infraestruturas de forma eficiente em áreas de elevada densidade 	<ul style="list-style-type: none"> Investir em infraestruturas resistentes, incluindo sistemas de alerta precoce Desenvolver os transportes públicos e reduzir-lhes os custos Implementar programas de ação nacionais de adaptação e regulamentos ambientais Desenvolver mecanismos securitários relacionados com o clima

Megatendência 1: Deslocação da riqueza

O processo de “deslocação da riqueza” – o re-equilíbrio gradual da riqueza global de países membros da OCDE para países não membros – entrou na terceira fase em 2009. Em 2008, o peso dos países emergentes na economia global ultrapassou o marco de 50% (OCDE, 2010). A crise financeira global de 2008-09 e o re-equilíbrio da China levou a uma queda nos preços do petróleo e metais, sobrecarregando os exportadores de matérias-primas e estimulando o crescimento em países importadores de matérias-primas. Esta situação criou vagas de mudanças no cenário de desenvolvimento global. Prevê-se que a Índia continue a crescer rapidamente e contribua quase 10% para o crescimento global. Este país pode tornar-se uma segunda força motriz do processo de deslocação da riqueza nos próximos anos (ver OCDE, no prelo). Outras economias emergentes, como os Estados do Golfo e a Turquia, podem continuar a crescer e a aumentar as relações com África.

Durante as primeiras duas fases (1990-2000 e 2001-08), o processo de deslocação da riqueza incrementou as interligações de produção entre economias emergentes e países em desenvolvimento. Tal ocorrência afetou os preços relativos de bens, serviços e salários. Também alterou os termos de troca e trouxe novas fontes de financiamento para o desenvolvimento. Este processo acelerou a integração africana na economia mundial, nomeadamente através da diversificação das suas parcerias globais.

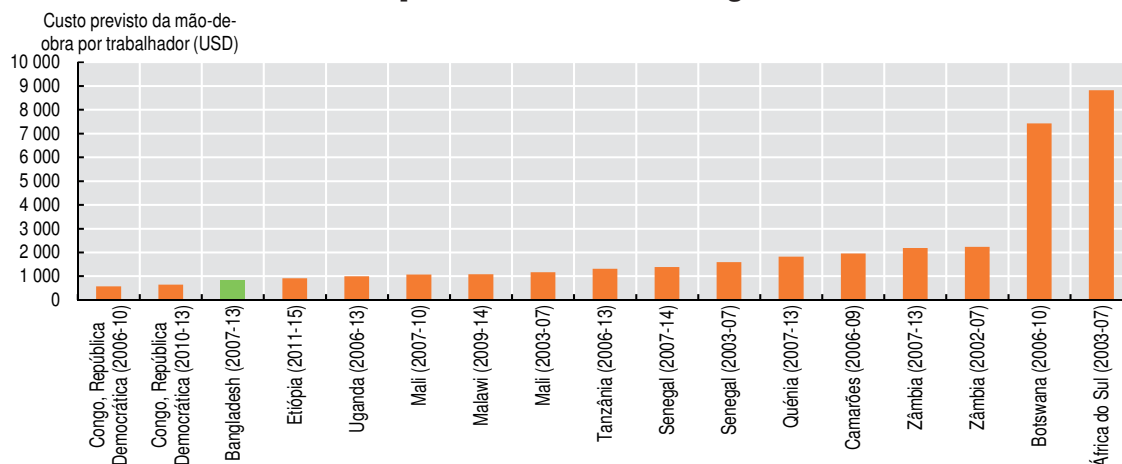
Olhando para o futuro, a deslocação da riqueza oferece diversas novas oportunidades a África. Em primeiro lugar, África pode usar os parceiros emergentes para diversificar o seu cabaz de exportação. Vários países africanos podem exportar bens e serviços de maior valor acrescentado, tais como produtos agrícolas e turismo, para novos mercados, à medida que a classe média emerge.

Em segundo lugar, a deslocação da riqueza pode possibilitar a África uma melhoria nas CVG, na sequência do re-equilíbrio da China. Os salários reais na indústria transformadora chinesa aumentaram cerca de 14 vezes, de 1980 a 2015 (Wei e Zhang, 2017). A África Oriental beneficiou, em parte, com esta mudança crescendo 3.5% ao ano em PIB real *per capita* entre 2013-16. Com as políticas certas, os países africanos podem atrair empresas transformadoras de mão-de-obra intensiva por forma a criar mais postos de trabalho para a vindoura massa de jovens do continente.

Em terceiro lugar, a deslocação da riqueza traz novo financiamento do desenvolvimento e inovação para África. A China, por exemplo, investiu USD 118 mil milhões em África, ou 34% do seu financiamento total ao desenvolvimento, durante 2000-14 (Dreher *et al.*, 2017). O Zimbábue, Angola, o Sudão, a Tanzânia, o Gana, o Quênia e a Etiópia (nesta ordem) são os países africanos que atraem o maior número de projetos chineses de IDE. Diferentes países emergentes oferecem novos saberes para financiar o desenvolvimento. Estes incluem o Brasil na agricultura e na transformação de produtos agrícolas, a China em infraestruturas e a Índia em genéricos a preços acessíveis, bem como em competências e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e na agricultura. Muitos países emergentes, especialmente nos Estados do Golfo, tornaram-se atrativos para a mão-de-obra africana qualificada, o que poderia levar a um aumento da transferência de conhecimentos Sul-Sul.

A deslocação da riqueza traz, simultaneamente, novos desafios aos decisores políticos. As economias africanas têm de impulsionar a produtividade para competirem com outros atores emergentes. Por exemplo, os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático gozam de várias vantagens em relação a África no que toca a atrair IDE chinês. Estas incluem redes de produção global já estabelecidas, proximidade física e cultural à China e uma melhor competitividade, especialmente em infraestruturas e capital humano. Os elevados custos de mão-de-obra e a baixa produtividade impedem que muitos países africanos consigam atrair indústrias que requerem poucas competências (Gelb *et al.*, 2017). Com níveis de competitividade semelhantes, países como a República Democrática do Congo e a Etiópia têm um custo de mão-de-obra por trabalhador da indústria transformadora que é comparável ao do Bangladesh (Figura 2.1). É fundamental reduzir as barreiras ao crescimento do setor privado (ver Capítulo 8).

Figura 2.1. Mediana do custo da mão-de-obra prevista por trabalhador em certos países africanos e no Bangladesh



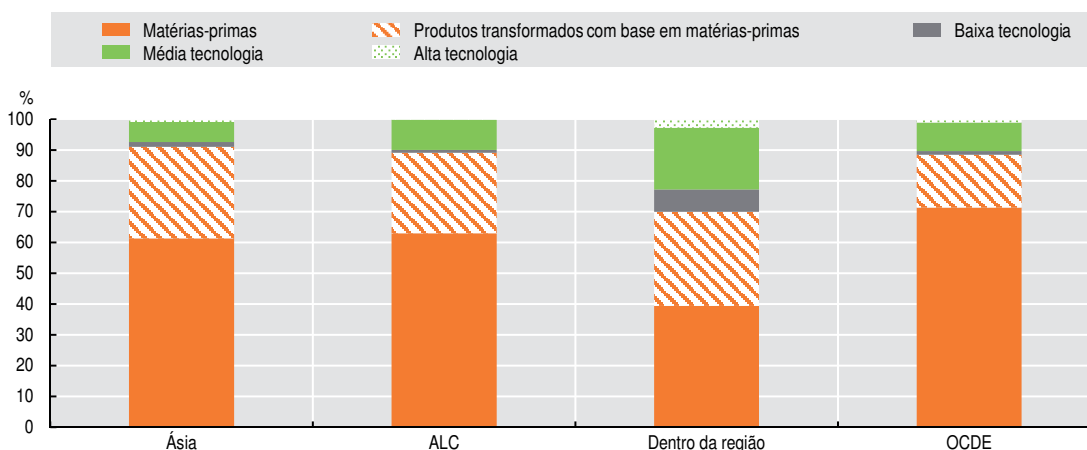
Nota: O custo de mão-de-obra por trabalhador é estimado após verificação de uma série de características das empresas (incluindo custo de capital por trabalhador, propriedade, capital humano e dimensão) e o PIB *per capita* do país para assegurar a comparabilidade.

Fonte: Gelb et al. (2017), "Can Africa be a manufacturing destination? Labor costs in comparative perspective".

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782867>

Os países africanos têm muito para melhorar no que se refere aos níveis de integração nas CVG com outras economias emergentes. De um modo geral, os bens intermediários africanos representam 1.1% do total de bens intermediários exportados para a China. Trata-se de um nível significativamente inferior à maioria dos outros parceiros de CVG da China. A maioria das exportações africanas para a Ásia são matérias-primas (Figura 2.2).

Figura 2.2. Exportações africanas por matérias-primas e nível de tecnologia (proporções para destinos regionais), 2014



Fonte: Cálculos do autor com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782867>

Vários objetivos de política podem ajudar os governos africanos a tirar mais partido da deslocação da riqueza:

- Uma melhor coordenação pode conceder aos governos africanos um poder de negociação mais sólido na nova ordem económica global, sobretudo em diálogos comerciais que enfrentem sentimentos protecionistas acrescidos. As organizações pan-africanas podem desempenhar este papel de coordenação. Estas estão já a

reforçar os programas de cooperação com os parceiros emergentes, tais como o intercâmbio de estudantes para promover a transferência de competências em disciplinas técnicas.

- Coordenando e harmonizando os regulamentos, os governos africanos podem evitar um "nivelamento por baixo" ao reduzirem os regulamentos fiscais, laborais e ambientais quando pretenderem atrair IDE. Por exemplo, unir esforços internacionais para evitar a erosão da base tributária e o desvio de lucros poderia tornar os sistemas fiscais mais transparentes e eficazes.
- Os países africanos terão de implantar estratégias para diversificar os produtos de exportação para os parceiros emergentes. Melhorar os insumos nas CVG requer o reforço da competitividade, o incentivo para que as empresas estrangeiras criem interligações com as economias locais e transfiram conhecimento, e o apoio ao desenvolvimento de serviços de produção, tais como *design*, *marketing* e *branding*.

Megatendência 2: A nova revolução na produção

Ao longo dos próximos 15 anos, é provável que a contínua revolução na produção tenha impacto nas economias africanas através de:

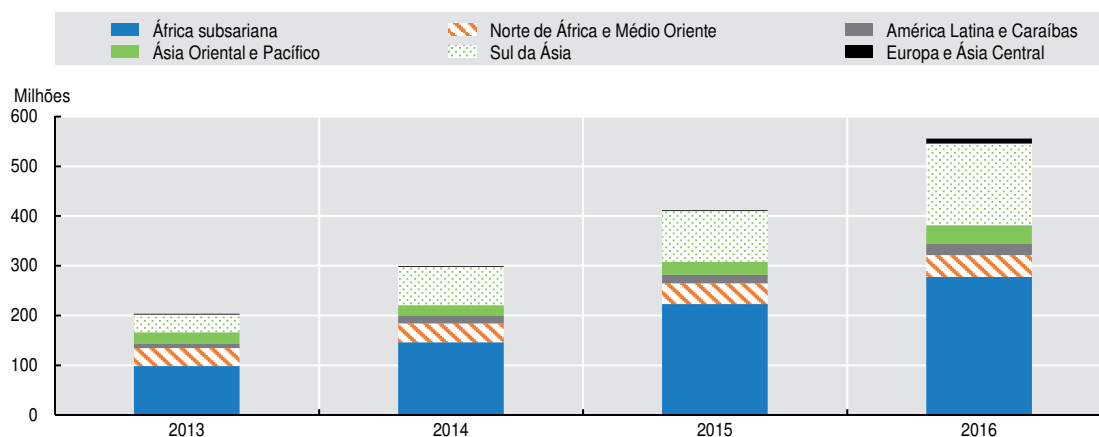
- Novas tecnologias (a Internet das Coisas, a análise de *big-data*, a computação em *cloud* e a impressão em 3D)
- Novos materiais (tecnologias de base nano e bio)
- Novos processos (inteligência artificial e produção *data-driven*).

A digitalização e as novas tecnologias de produção podem alterar a vantagem comparativa dos países em redes de produção globais. Pelo menos 40 tecnologias serão essenciais para as próximas décadas (OCDE, 2016: 79). Coletivamente, estas inovações tecnológicas podem revolucionar as redes de produção globais. Nesta nova revolução da produção – às vezes apelidada “Indústria 4.0” – o comércio internacional ocorrerá, em grande parte, em serviços e dados, tais como pacotes de serviços e fluxos de informação através de meios digitais.

Esta revolução da produção apresenta oportunidades para que os países africanos encontrem novos percursos de desenvolvimento. Em primeiro lugar, os empresários africanos e as PME podem desfrutar de melhor acesso a novos modos de produção e a redes globais, algo a que não tinham acesso antes. Os investimentos em atividades que usem tecnologias digitais podem gerar economias de escala a níveis sem precedentes em relação à indústria transformadora tradicional. Tendo menores custos de equipamento, a digitalização promete maior controlo e flexibilidade na produção reduzindo ao mesmo tempo os custos operacionais. O comércio sem papel, a coleta de informações *on-line*, a e-certificação e os pagamentos *on-line* de direitos aduaneiros podem reduzir os custos comerciais e acelerar os desalfandegamentos. As novas tecnologias podem permitir às empresas efetuar transações, prestar serviços e fazer pagamentos de forma mais célere, mais eficiente e a custos mais acessíveis. A comunicação digital pode facilitar o comércio eletrónico transfronteiriço e a participação de empresas menores nos mercados globais.

Em segundo lugar, o comércio de serviços e de novas tecnologias pode, em grande parte, remover barreiras logísticas e alfandegárias. As restrições físicas, tais como redes de estradas inadequadas, podem desempenhar um papel menos significativo para a aplicação destes novos métodos de produção. Os países africanos têm demonstrado uma impressionante capacidade de adaptação às TIC. A título de exemplo, África usa mais sistemas bancários móveis do que todas as outras regiões em desenvolvimento em conjunto (Figura 2.3). O comércio de serviços em África cresceu de cerca de USD 138 mil milhões em 2005 para quase USD 260 mil milhões em 2015.

Figura 2.3. Contas bancárias em sistemas móveis registadas em regiões do mundo, 2013-16



Fonte: GSMA (2017), 2017 State of the Industry Report on Mobile Money.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782905>

Em terceiro lugar, a nova revolução na produção pode trazer novos nichos de mercado, que poderiam ser aproveitados pelos clusters empresariais africanos. As novas tecnologias podem impulsionar a capacidade das empresas de acederem a novos mercados e encontrarem nichos nas CVG. Dentro das CVG, é provável que a produção em massa se altere para a personalização em massa, ou “transformação *on-demand*” (De Backer e Flaig, 2017). As empresas africanas podem integrar-se em novos mercados com produtos de maior valor acrescentado, como, por exemplo, produtos artesanais, cadeias de valor ético ou serviços de *design*. A Cidade do Cabo, Lagos, Nairobi, Sfax e Tânger constituem centros emergentes para *start-ups* que vendam serviços em mercados globais, especialmente em tecnologia financeira, TIC, filmes, logística e energias renováveis.

A nova revolução na produção implica vários riscos para o desenvolvimento africano:

- Muitos empregos pouco especializados na indústria transformadora poderão ser automatizados, reduzindo o fator atrativo de África enquanto destino para o investimento nessa área. Sessenta e seis por cento de todos os postos de trabalho nos países em desenvolvimento encontram-se potencialmente em risco (Frey, Osborne e Holmes, 2016: 19). O risco é ainda maior na Etiópia, onde 85% dos atuais postos de trabalho são em setores suscetíveis à automação. Em países como Angola, Maurícias, Nigéria, Seychelles e África do Sul, mais de metade dos atuais postos de trabalho também estão em alto risco de informatização. Num inquérito recente a empresas transformadoras chinesas, a maioria disse que responderia à escassez de mão-de-obra investindo mais em bens de equipamento e não transferindo a produção para fora da China (Standard Chartered Research, 2017: 17).
- Os países africanos menos avançados podem não ser capazes de oferecer os níveis necessários de infraestruturas, capital, competências e capital humano para tirar partido da nova revolução na produção. Neste cenário, as empresas africanas arriscam ficar ainda mais aquém do nível de produtividade global.
- Novas inovações podem dar origem a mercados em que o vencedor leva tudo, o que exacerba a desigualdade de rendimentos. As rendas da inovação digital são, frequentemente, partilhadas entre os acionistas das empresas mais bem-sucedidas, os principais executivos e alguns funcionários-chave (Guellec e Paunov, 2017).
- A crescente importância das TIC coloca novos riscos à segurança (cibersegurança), à propriedade de dados e à privacidade, algo que muitos países africanos não estão

preparados para enfrentar. Muitos países ainda não têm as infraestruturas jurídicas para proteger os direitos dos consumidores e das empresas.

- Estão também a surgir novos riscos ambientais. Por exemplo, o despejo de metais pesados oriundos de resíduos eletrônicos tem representado uma ameaça ambiental no Gana e na Nigéria (Nnorom e Osibanjo, 2008).

Os ganhos da nova revolução na produção não são automáticos, mas apelam a objetivos específicos em termos de políticas públicas. O primeiro é assegurar competências de qualidade para que a mão-de-obra possa atender às necessidades do mercado de uma economia digital. As políticas de educação devem priorizar a educação de qualidade com enfoque na ciência, na tecnologia, na engenharia e na matemática. A educação e a formação técnica, empresarial e profissional (TEVET) podem ser incluídas nos currículos escolares. Os governos devem encorajar as instituições de TEVET a oferecer formação de qualidade direcionada, com envolvimento do setor privado (por exemplo, através de formação no trabalho, aprendizagens e estágios que proporcionam competências certificadas).

Em segundo lugar, as políticas devem tornar os *clusters* atrativos para que as empresas estrangeiras e as *start-ups* africanas invistam em novos regimes de produção. O fornecimento de bens públicos a *clusters* empresariais pode garantir que as empresas africanas beneficiam de condições que as ajudam a crescer. As associações empresariais em *clusters* podem facilitar a transferência de conhecimento. Fomentar as interligações entre parques industriais ou zonas económicas especiais e o resto da economia (através de subcontratação) também é fundamental para facilitar o crescimento da produtividade além dos *clusters* e reduzir as desigualdades territoriais.

Em terceiro lugar, as políticas devem encorajar a transferência de conhecimento para empresas privadas e públicas em África. As agências de promoção de IDE podem atrair investidores estrangeiros à transferência de conhecimentos para as empresas locais, empregando a mão-de-obra local, realizando cursos de formação e subcontratando empresas locais. A investigação e o desenvolvimento podem ser ampliados em setores onde os países possuem quer vantagens comparativas quer as potencialidades para aplicar novas tecnologias.

Em quarto lugar, as políticas devem dar um acesso mais amplo ao financiamento às PME que apresentam potencialidades de crescimento. Os quadros regulamentares devem permitir que as instituições de crédito reduzam os custos e os riscos associados ao financiamento de projetos de PME e, ao mesmo tempo, protejam a estabilidade macroeconómica.

Os instrumentos tais como os regimes de garantia de crédito podem difundir os riscos de financiamento das PME ao associar instituições terceiras. As autoridades e associações empresariais dedicadas às PME podem facilitar as conexões entre as PME e os provedores de crédito. O *leasing* e o *factoring* também podem ser usados para gerir riscos (OCDE, 2017a; BAD/OCDE/PNUD, 2017).

Por fim, os governos devem investir substancialmente na melhoria de infraestruturas de retorno (*backhaul*), nas linhas fixas que ligam as torres móveis às redes fundamentais de transmissão de dados. África tem feito progressos notáveis no fornecimento de conectividade móvel, mas a conectividade 2G de voz e mensagens de texto tradicionais limita o acesso a serviços de dados. A banda larga móvel (3G, 4G e 5G) requer uma modernização significativa das infraestruturas fixas, incluindo a energia e o acesso a fibra de banda larga de alta velocidade, para a transmissão de dados. Um inquérito de 2017 sugeriu que mais de dois terços das ligações móveis africanas são 2G, enquanto as ligações 4G representam

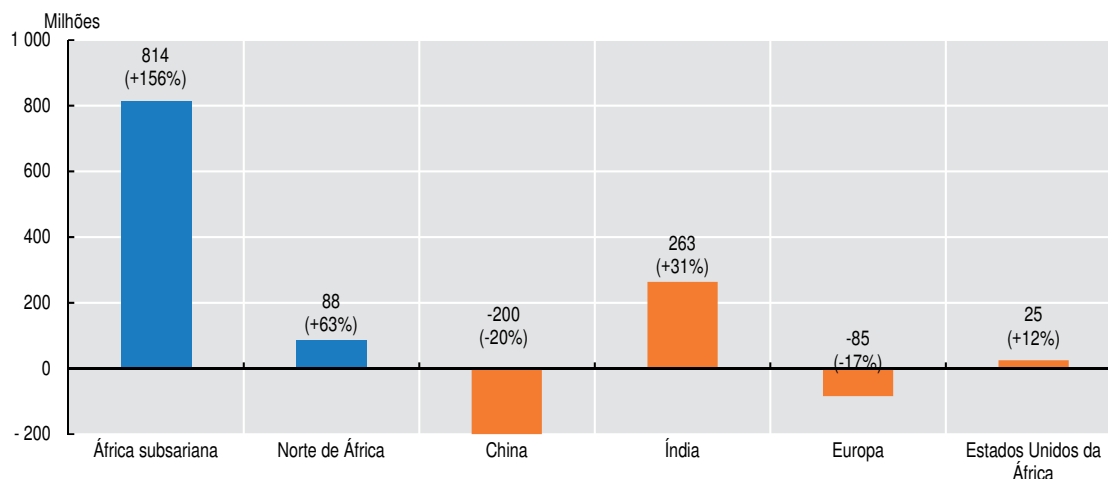
apenas 2% do mercado (Connecting Africa, 2017). A escolha entre diferentes modelos empresariais e reguladores, o âmbito do financiamento público, os requisitos de acesso aberto e prestação de serviços de comércio bruto têm implicações significativas para os investidores e para a implantação de redes de telecomunicações mais rápidas (OCDE, 2014). As autoridades africanas devem avaliar estas implicações e criar quadros regulamentares que incorporem boas práticas e são adequadas aos respectivos contextos locais.

Megatendência 3: Dividendos demográficos

África apresenta a população com o crescimento mais rápido do mundo. De 2000 a 2015, a população africana aumentou de 814 milhões para quase 1.2 mil milhões. De acordo com projeções das Nações Unidas (cenário médio), a população vai atingir 1.7 mil milhões em 2030 e 2.5 mil milhões em 2050. Prevê-se que a proporção africana da população mundial vá aumentar dos cerca de 16% atuais para quase 20% em 2030 e acima de 25% em 2050 (BAD/OCDE/PNUD, 2016).

Devido ao rápido crescimento populacional, África apresenta a segunda maior mão-de-obra do mundo a seguir à Ásia, e esta continuará a crescer. Entre 2015 e 2050, a população ativa africana (definida como as pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos) vai aumentar 902 milhões, cerca de 69% do aumento total em todo o mundo (Figura 2.4). Este crescimento ultrapassa o da Índia (263 milhões). Na Europa, este número deve decrescer 85 milhões e na China 200 milhões. Até 2075, a população africana com idades entre os 15 e os 24 anos atingirá 586 milhões, ultrapassando a da Ásia por 584 milhões de pessoas.

Figura 2.4. Crescimento previsto da mão-de-obra na África subsariana, no Norte de África, na China, na Índia, na Europa e nos Estados Unidos, 2015-50

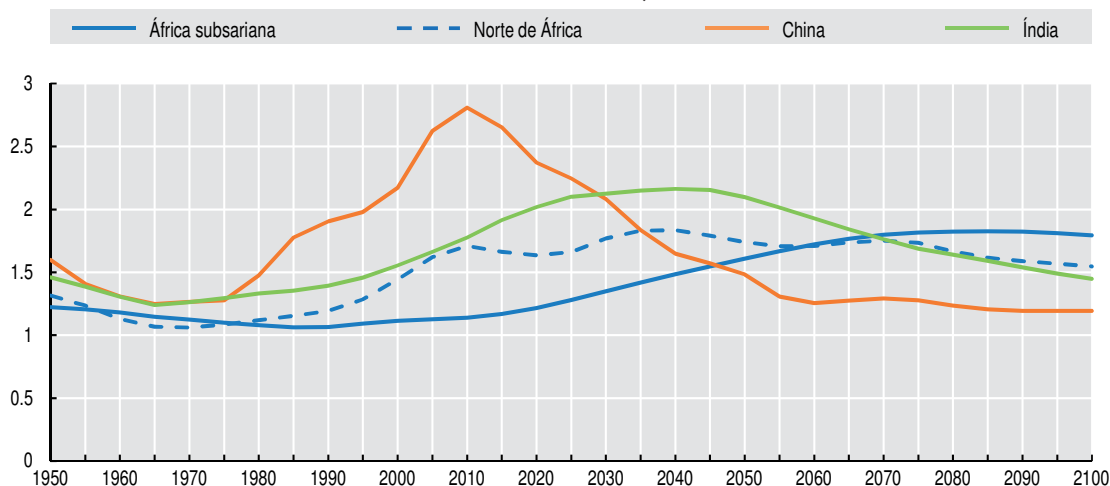


Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de UNDESA (2017a), *World Population Prospects: The 2017 Revision*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782924>

O aumento da população em idade ativa pode impulsionar o crescimento ao aumentar a oferta efetiva de mão-de-obra. Os rácios de atividade revelam que África tem uma maior população em idade ativa do que população dependente (definida como a população com idades inferiores a 15 e superiores a 65) (Figura 2.5). Na década de 1990, uma pessoa era economicamente ativa por cada pessoa economicamente inativa. Graças à queda das taxas de natalidade, o rácio médio de atividade subirá de forma constante e continuará bastante além de 2050. Nessa altura, deve chegar a 1.6 pessoas ativas por cada pessoa inativa na África subsariana. Em 2030, o aumento da oferta de mão-de-obra pode criar um primeiro “dividendo demográfico” e impulsionar o crescimento anual do PIB *per capita*

em África até meio ponto percentual, assumindo a produção constante por trabalhador (BAD/OCDE/PNUD, 2016). Este dividendo demográfico pode contribuir com 10-15% do crescimento do volume bruto do PIB até 2030 (Ahmed et al., 2014).

Figura 2.5. Rácios de atividade na África subsariana, no Norte de África, na China e na Índia, 1950-2100



Nota: Os rácios agregados são ponderados em função da população. O rácio de atividade é o rácio entre a população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) e a população dependente (menos de 15 e mais de 65 anos). As projeções são modeladas usando a variante da fertilidade média.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de UNDESA (2017a), *World Population Prospects: The 2017 Revision*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782943>

África pode desfrutar de um segundo dividendo demográfico ao acumular poupanças e investindo mais em capital físico e humano, especialmente na educação e na saúde infantil. À medida que os rácios de atividade aumentam, as famílias e os governos têm mais recursos disponíveis por criança para proporcionar uma melhor educação e cuidados de saúde, o que pode fortalecer a produtividade ao longo do tempo. Havendo relativamente mais pessoas em idade ativa, a taxa de poupança pode aumentar e incrementar a produtividade através de mais investimento. Quando o sistema financeiro funciona de forma eficiente, estas poupanças podem acumular-se e criar um “excedente de poupança” para reinvestir na economia.

No entanto, estes dois dividendos demográficos dependem do emprego e do investimento. O efeito positivo da oferta de mão-de-obra sobre o crescimento só se concretizará se forem criados postos de trabalho suficientes. Entre o dia de hoje e 2030, mais 29 milhões de jovens, em média, farão 16 anos de idade todos os anos. Este número de jovens em idade ativa não tem precedentes. Se não forem criados empregos suficientes, os jovens podem sentir-se desencorajados de procurarem ativamente um emprego, provocando a queda da taxa de participação no mercado de trabalho, ou incapazes de encontrar um emprego, provocando a subida do desemprego e da informalidade. O rápido crescimento populacional pode criar séria pressão sobre os recursos ambientais locais, se o consumo de recursos *per capita* crescer tão depressa como nas economias mais avançadas (BAD/OCDE/PNUD, 2016: 41).

Embora África tenha feito grandes avanços no aumento dos níveis de educação, a discrepância de competências continua a ser um desafio relevante. A qualidade dos sistemas de ensino em África ainda precisa de melhorias. Muitos jovens africanos carecem de competências técnicas e de gestão para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho.

Apenas 10.5% dos alunos do ensino secundário estão matriculados em programas de formação profissional e estes são, muitas vezes, subfinanciados.

Colher estes dividendos demográficos requer mudanças fundamentais nas políticas. África não conseguiu, no passado, criar um número suficiente de bons empregos não obstante o elevado crescimento económico. As políticas têm de concretizar vários objetivos:

- reduzir as barreiras que ainda restringem a procura de mão-de-obra, por exemplo, através da promoção da atividade do setor privado, incluindo o empreendedorismo de alto potencial, e ajudando os jovens a adquirir as competências necessárias para obter trabalhos dignos
- acelerar a transição demográfica no sentido de taxas de natalidade mais reduzidas, melhorando os cuidados de saúde, a educação universal, o planeamento familiar e a capacitação das mulheres
- aprofundar o setor financeiro interno para facilitar as poupanças, melhorar a intermediação financeira e atrair mais investimentos para as economias nacionais
- criar incentivos para os trabalhadores pouparem os rendimentos desde cedo, antecipando a velhice (BAD/OCDE/PNUD, 2016: 41).

Caixa 2.1. As políticas podem ajudar a maximizar a contribuição da migração para o desenvolvimento africano

A emigração de África está no seu pico: 36.3 milhões de indivíduos nascidos na África não moravam no seu país natal em 2017. Trata-se de um aumento acentuado dos 20.3 milhões em 1990. Contudo, a emigração enquanto percentagem da população total caiu de 3.2% em 1990 para 2.9% em 2017, uma vez que a população africana está a crescer mais depressa do que a sua emigração. As causas deste aumento absoluto da emigração variam de conflitos internos, a um aumento de rendimentos que torna a migração mais acessível, especialmente entre alguns países populosos como a República Democrática do Congo, o Egipto, Marrocos, a Somália e o Sudão (UNDESA, 2017b). Da mesma forma, os fluxos de refugiados de África encontram-se altamente concentrados em poucos países. O Sudão do Sul e a Somália por si só representaram 40% dos refugiados de África em 2016.

Em termos de imigração, a migração africana também se mantém, em grande medida, intrarregional. Em 2017, 79% dos 24.7 milhões de imigrantes que vivem no continente haviam nascido noutro país africano. Em termos absolutos, a África do Sul acolhe a maioria dos imigrantes, tendo mais de 4 milhões. Mas vários outros países possuem mais de 1 milhão de imigrantes, incluindo a Côte d'Ivoire (2.2 milhões), o Uganda (1.7 milhões), a Nigéria (1.2 milhões), a Etiópia (1.2 milhões) e o Quênia (1.1 milhões).

Prevê-se que a migração de África aumente devido às exigências de melhores perspetivas de emprego e nível de vida. Entre 2015 e 2050, 69% do aumento da mão-de-obra global virá de África (ver Figura 2.4). A falta de bons empregos e infraestruturas básicas no local faz com que um número crescente de jovens, tanto homens como mulheres, migrem para encontrar melhores postos de trabalho e um estilo de vida urbano. A divergência no crescimento económico entre os países africanos também significa que os polos de crescimento, tais como Marrocos, África do Sul e todo o litoral do Golfo da Guiné, estão a atrair mais africanos em busca de emprego. Apesar de a maioria dos migrantes de África ainda residirem no continente, a proporção diminuiu, de facto, de 66% em 1990 para 53% em 2017.

Caixa 2.1. As políticas podem ajudar a maximizar a contribuição da migração para o desenvolvimento africano (cont.)

África encara a migração cada vez mais em termos positivos. Muitas vezes, os migrantes enviam dinheiro para casa, por exemplo. As remessas foram estimadas em 2.8% do PIB em média entre 2009 e 2016 (ver Capítulo 1). Estas podem ajudar a reduzir a pobreza e tendem a aumentar durante recessões económicas.

Vários países africanos, como o Burkina Faso, Marrocos e o Zimbabwe, instituíram políticas ou estratégias para ligar a emigração aos objetivos de desenvolvimento. De modo a aumentar o impacto da emigração no desenvolvimento, as políticas podem i) dar apoio às famílias que permanecem no país, ii) reduzir os custos das remessas e canalizá-las para investimentos produtivos, iii) incentivar o retorno de emigrantes e, quando retornados, integrá-los, e iv) trazer diásporas para as iniciativas de desenvolvimento. Além das iniciativas de políticas de desenvolvimento e migração, as políticas públicas mais generalizadas, tais como para a mão-de-obra, educação, agricultura e proteção social, também podem ajudar a tirar mais partido da migração para melhores resultados de desenvolvimento (OCDE, 2017b).

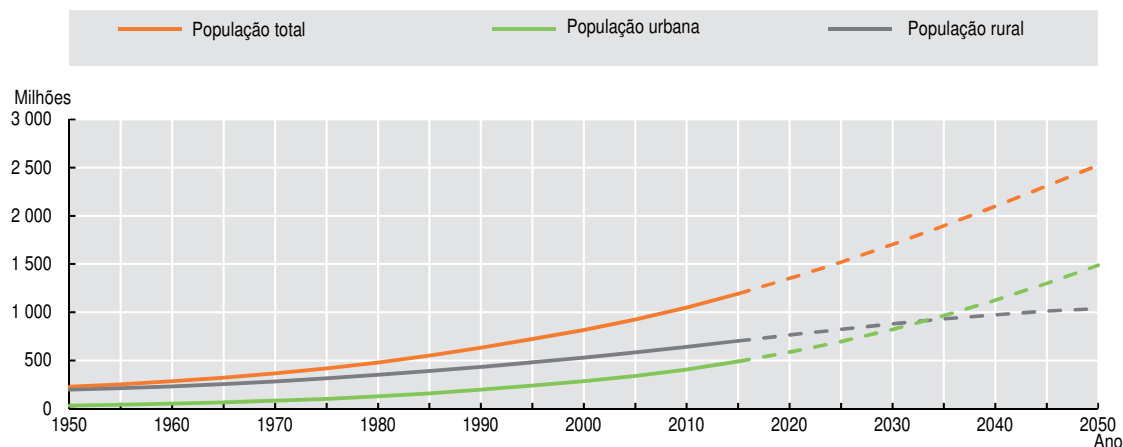
Os países africanos podem maximizar o impacto positivo da imigração através da adoção de políticas coerentes por forma a gerir e integrar melhor os imigrantes. Entre dez países de um relatório recente da OCDE e da OIT¹, a estimativa do contributo dos imigrantes para o PIB é de 7% em média, variando de cerca de 1% no Gana a 19% na Côte d'Ivoire (OCDE/OIT, 2018). A integração dos imigrantes nos países em desenvolvimento acarreta diferentes tipos de desafios do que nos países desenvolvidos, em particular no contexto da alta informalidade, fronteiras permeáveis e orçamentos limitados (Gagnon e Khoudour-Castéras, 2012). As opções de políticas incluem a oferta de melhor acesso aos serviços básicos, garantindo os direitos dos trabalhadores imigrantes e integrando-os no mercado de trabalho para que possam investir e contribuir para a economia onde trabalham e habitam.

O reforço da cooperação entre os países de origem e de destino levaria a uma migração com melhor gestão e mutuamente benéfica. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável incluiu a migração enquanto meio para o desenvolvimento pela primeira vez numa agenda política internacional: quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mencionam explicitamente a migração ou as remessas. Os atuais esforços no sentido de um Pacto global para migração segura, ordeira e regular também podem ajudar a fortalecer a governação global da migração internacional, que é presentemente limitada.

Megatendência 4: A transição urbana

África é a segunda região de mais rápida urbanização depois da Ásia. A taxa de urbanização cresceu de 14% em 1950 para 42% atualmente; em 2035, prevê-se que 50% dos africanos residam em áreas urbanas (Figura 2.6). A velocidade deste processo é incomparável. A urbanização africana está a ocorrer sobretudo em cidades intermédias e pequenas cidades. As cidades com menos de 500 000 habitantes representavam 67% do crescimento urbano entre 2000 e 2018.

Figura 2.6. Tendências de crescimento nas populações urbana, rural e total de África, 1950-2050



Nota: As previsões começam a partir de 2015, com base no cenário de fertilidade média da UNDESA.

Fonte: UNDESA (2018), *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782962>

A urbanização africana está a expandir os mercados internos nas áreas rurais e urbanas. Além disso, está a aumentar a procura de produtos de maior valor acrescentado e a mudar os regimes alimentares. A classe média, definida como quem gasta entre USD 5 e USD 20 por dia, aumentou de 108 milhões de pessoas em 1990 para 247 milhões em 2013. O setor urbano representa 40% do total da população, mas 50% do total do consumo de alimentos e 60% do mercado alimentar (Reardon *et al.*, 2013). A economia alimentar da África Ocidental está estimada em USD 178 mil milhões para 2010 – 36% do PIB regional –, mais de dois terços dos quais foram de trocas comerciais em mercados (Allen e Heinrigs, 2016). Nessa região, a distância média entre cidades caiu de 111 quilómetros para 28 entre 1950 e 2010 (Moriconi-Ebrard, Harre e Heinrigs, 2016). Do mesmo modo, a procura urbana de bens e serviços na construção e nas indústrias de apoio está a subir.

O IDE que visa os mercados urbanos de África tem vindo a aumentar. De acordo com Wall (2016), “Em relação ao PIB, as cidades da África subsariana figuram nos primeiros 10% dos mercados atrativos para investimentos diretos em terrenos inexplorados entre 2002 e 2012 com tanta frequência como as cidades da região da Ásia Oriental e Pacífico. [...] Entre todos os postos de trabalho diretamente criados pelo IDE em África entre 2003 e 2014, 83% eram em cidades.”

Quando as condições propícias existem, as aglomerações económicas e os *clusters* empresariais urbanos em países africanos podem aumentar os ganhos de produtividade. Três efeitos positivos caracterizam as economias de aglomeração: insumos correspondentes, recursos partilhados e inovação através da aprendizagem. Por exemplo, cada nova entrada de uma empresa num *cluster* etíope aumenta a produtividade dos concorrentes 0,91% (Siba *et al.*, 2012). Em Arusha, Dar es Salaam e Mbeya (Tanzânia) e Kampala (Uganda), um aumento de 10% das empresas do mesmo setor e área reduz os seus custos numa média de 0,3-0,4% (Iimi, Humphrey e Melibaeva, 2015).

No entanto, muitas restrições são insuperáveis, colocando empecilhos às potencialidades da rápida urbanização. A elevada taxa de urbanização não criou, até agora, emprego fora dos setores informal ou de serviços de baixo valor acrescentado. A economia informal representa 61% do emprego urbano e constitui a fonte de 93% dos

novos postos de trabalho criados (Kessides, 2005). Devido à discriminação com base no gênero e à falta de oportunidades, as trabalhadoras estão desproporcionalmente super-representadas nos setores informais, especialmente no dos serviços.

A urbanização africana ocorre sobretudo através da expansão territorial urbana, sem gerar os benefícios de áreas densamente povoadas. Entre 2000 e 2010, a população de 12 cidades africanas expandiu-se rapidamente para áreas rurais adjacentes: a sua densidade permaneceu reduzida, com 81 habitantes/km². A expansão urbana de Kampala, de 10.6% ao ano, foi mais rápida do que o crescimento populacional de 4.6% ao ano, reduzindo a sua densidade. A baixa densidade prejudica em grande medida a produtividade das cidades. Estima-se, por exemplo, que um sistema de transportes públicos viável requiera pelo menos 15 000 habitantes por km².

África possui taxas mais elevadas de pobreza urbana do que qualquer outra região e cerca de 62% dos residentes urbanos vivem em assentamentos informais. Devido ao rápido crescimento populacional urbano, muitas cidades africanas enfrentam o desafio de triplicar as populações dos bairros de lata até 2050 (UN-Habitat, 2008). As pessoas que vivem em assentamentos informais têm, muitas vezes, índices de mobilidade reduzidos, dado que os elevados custos de transporte podem representar, pelo menos, 20% do rendimento disponível das famílias com baixos rendimentos.

As áreas urbanas africanas estão expostas a altos riscos ambientais. A mortalidade devido à poluição atmosférica custou a África um valor estimado em USD 447 mil milhões em 2013, um terço do respetivo PIB. As alterações climáticas apresentam grandes riscos de inundações em cidades costeiras pouco elevadas, calor extremo e padrões pluviais alterados, ameaçando a subsistência de muitos africanos (Roy, 2016).

As cidades intermediárias africanas ainda não estão preparadas para enfrentar o rápido crescimento populacional (Minsat, no prelo). Mais de 1081 milhões de africanos, 81% da população do continente, vivem numa interface rural-urbana definida por um contínuo de áreas rurais, aldeias, vilas e cidades com menos de 500 000 habitantes. As cidades intermediárias aumentariam a riqueza em áreas rurais e reforçariam as interligações entre os espaços rural e urbano, já que as cidades intermediárias podem criar uma reserva de procura para as atividades económicas rurais e fornecer serviços e produtos nas suas áreas de influência. Todavia, a procura por serviços básicos ultrapassa a oferta. Em nove países africanos, os governos das cidades intermediárias gastam, em média, menos de USD 1 *per capita* por ano no total (BAD/OCDE/PNUD, 2016).

Contornar estes desafios e aproveitar as oportunidades criadas pela rápida urbanização exige estratégias de desenvolvimento holísticas e ação direcionada em termos de políticas. Embora cada país seja único, muitos países devem dar prioridade aos seguintes objetivos para a ação em termos de políticas:

- Continuar a atualizar as infraestruturas urbanas ainda é uma prioridade essencial para todos os países. Dois terços dos investimentos urbanos estão agendados entre o momento presente e 2050. Investir em infraestruturas urbanas adaptadas aos cenários de alterações climáticas mais pessimistas (chamada a abordagem “no regrets”, ou sem arrependimento) e planejar o desenvolvimento urbano traria muitos benefícios.
- Garantir os direitos fundiários e clarificar a propriedade fundiária, inclusive para as pessoas que vivem em assentamentos informais, é fundamental para oferecer um ambiente estável a investimentos e empresas.

- Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano e as interligações dentro da rede urbana pode proporcionar uma transição mais suave de uma economia rural para uma economia urbana. Vários países, como a Etiópia e o Ruanda, visam reforçar a função crucial das cidades intermediárias entre áreas rurais e cidades primárias.
- Os governos podem fornecer com mais eficácia bens públicos a *clusters* empresariais existentes em cidades africanas. Muitas empresas locais reuniram-se em áreas urbanas, formando *clusters*. Mas os bens públicos, como por exemplo um fornecimento fiável de energia, estão muitas vezes, em falta nesses *clusters*, prejudicando o crescimento da produtividade.
- O desenvolvimento de sistemas de transportes públicos pode ajudar a reduzir a poluição, enquanto contribui de forma positiva para a economia. Por exemplo, o sistema *Bus Rapid Transit* de Lagos criou 2000 000 postos de trabalho diretos e 500 indiretos e reduziu 30% ao custo dos transportes públicos.
- As reformas de governação a vários níveis podem ajudar a implementar políticas e adaptá-las melhor aos territórios locais. A nova dinâmica entre os espaços rural e urbano necessita de estruturas de governação que vão além das fronteiras administrativas das cidades e que tenha em conta as funções económicas dos assentamentos humanos. É essencial clarificar as responsabilidades dos diferentes níveis governamentais e criar estruturas de coordenação. As reformas de governação a vários níveis exigem responsabilidade, transparência e reforço de capacidades, especialmente ao nível subnacional.

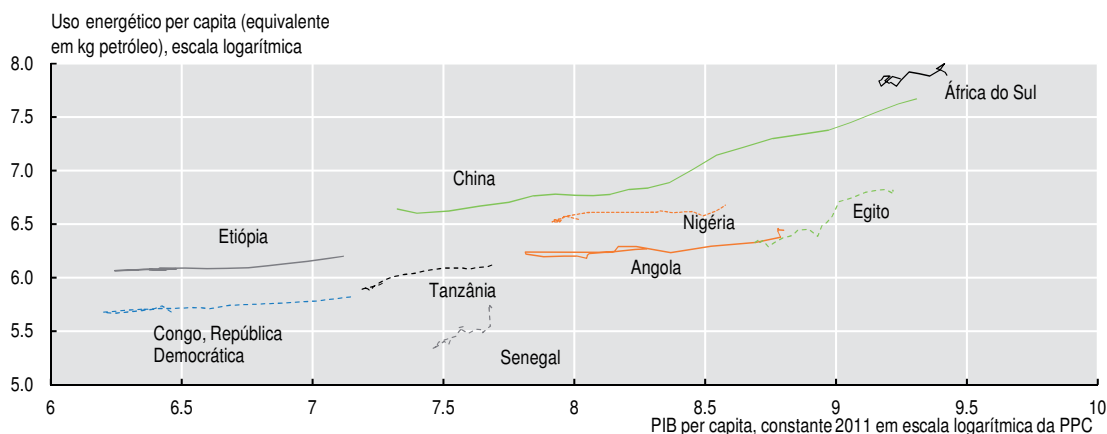
Megatendência 5: Alterações climáticas e a transição para uma economia verde

As alterações climáticas representam um desafio significativo para o desenvolvimento africano. O aumento dos níveis de gases com efeito de estufa na atmosfera, o aumento do nível do mar, as temperaturas mais quentes e outras alterações nos padrões climáticos trazem riscos concretos ao desenvolvimento das economias e sociedades africanas. África é mais vulnerável às alterações climáticas do que outras regiões do mundo, embora seja menos responsável por criar este desafio global. O continente contribui com menos de 4% para as emissões globais de gases com efeito de estufa, mas 27 dos 33 países em maior risco face às alterações climáticas estão em África (FAO, 2008; Maplecroft, 2016).

Muitos países africanos encontram-se neste momento em transição para a fase de rendimento médio exigindo mais energia. A mudança para a energia moderna significa muitas vezes uma rápida dependência da eletricidade gerada a partir de combustíveis fósseis, o que resulta em maiores emissões de CO₂ e de outros tipos de poluentes atmosféricos prejudiciais. Considerando que a população africana aumentará para 25.8% da população mundial em 2050 e cerca de 40% em 2100, sem uma transição para um crescimento mais verde, a sua pegada ecológica também aumentará drasticamente.

Os padrões de uso energético variam entre os países africanos. Países como a República Democrática do Congo, com baixos níveis de consumo energético, devem procurar manter-se num percurso de uso sustentável da energia à medida que o seu rendimento cresce (ver Figura 2.7). Países como a África do Sul, com um consumo energético superior, podem ter de considerar modelos mais ecológicos.

Figura 2.7. PIB e uso energético *per capita* para certos países de África e da China, 1990-2012



Fonte: Brambhath, Haddaoui e Page (2017), "Green industrialisation and entrepreneurship in Africa".
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782981>

As inundações devido à subida do nível do mar podem sair caras. Metade dos assentamentos africanos com 1-5 milhões de habitantes encontra-se em zonas costeiras pouco elevadas e estão vulneráveis a inundações (Kamal-Chaoui e Robert, 2009). A zona costeira do Egito detém 40% da população total do país; além do deslocamento humano e outras consequências adversas, por cada metro de subida do nível do mar o PIB diminuiria 6.4%. As estimativas para a Nigéria fixam-se numa perda de 0.3% do PIB e para o Senegal em 12-17% (Brown, Kebede e Nicholls, 2011).

A falta de chuva, a desertificação e as temperaturas mais quentes afetam gravemente África. As últimas secas tiveram impacto negativo sobre o setor agrícola na África Oriental e Austral. O aquecimento global além de 2 °C pode levar a uma diminuição de 40% na precipitação na África Austral (Granoff et al., 2015). A desertificação já afeta dois terços dos terrenos africanos e 65% da população. Contribui para a migração entre os espaços rural e urbano uma vez que a agricultura africana depende fortemente da chuva. Um decréscimo de 1% na precipitação poderia aumentar 0.45% à taxa de urbanização da África subsariana. A subida das temperaturas já está a aumentar a incidência de malária nas terras altas da África Oriental (Endo, Yamana e Eltahir, 2017).

África depara-se com custos significativos para evitar as consequências das alterações climáticas. As intervenções atuais para a adaptação às alterações climáticas terão um custo de USD 7 a 15 mil milhões por ano até 2020 (Schaeffer et al., 2013). Num cenário de "menos de 2 °C", os custos de adaptação poderiam atingir USD 35 mil milhões até 2050 e USD 200 mil milhões até 2070 (Granoff et al., 2015). Adaptar os projetos de infraestruturas às alterações climáticas aumentaria os custos de investimento cerca de 15% (ICA, 2016). A readaptação de infraestruturas pouco ecológicas ultrapassa o custo inicial de investimento em infraestruturas ecológicas.

Os países africanos podem mitigar os efeitos das alterações climáticas direcionando-se para objetivos de políticas específicos:

- As políticas devem acelerar a transição energética. África tem enormes potencialidades para a energia renovável, o que pode ajudar a resolver a falta de energia (BAD, 2017). Metade do crescimento na produção de eletricidade na África subsariana virá provavelmente de fontes renováveis de energia até 2040 (OCDE/AIE, 2014). Os custos das energias renováveis estão a diminuir rapidamente. O

da energia solar diminuiu 80% entre 2008 e 2015. Para a África subsariana, em particular, “os sistemas descentralizados, liderados pela energia solar fotovoltaica em sistemas fora da rede e minirredes, são a solução de menor custo para três quartos das ligações adicionais necessárias” (OECD/AIE, 2017).

- As políticas devem desenvolver setores verdes. Os países africanos podem capitalizar a sua rica biodiversidade, tornando-se destinos de eco-turismo. O turismo já representou 30% das exportações de serviços em 2016 (ITC, 2016). Melhorar a reciclagem e a coleta de lixo pode criar muitos postos de trabalho para os trabalhadores pouco qualificados (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
- Por último, as políticas devem reduzir os custos decorrentes da poluição atmosférica. A eliminação progressiva de subsídios do carvão e do petróleo reduziria as mortes devido à poluição atmosférica em pelo menos 50% (Coady et al., 2015: 25). Eliminar subsídios energéticos em seis países da África Oriental e Austral geraria poupanças que variariam entre cerca de 1.5% do PIB no Uganda até 8.3% do PIB na Zâmbia (OCDE, 2017c).

Nota

1. Estes países incluem a Argentina, a Costa Rica, a Côte d’Ivoire, a República Dominicana, o Gana, o Quirguistão, o Nepal, o Ruanda, a África do Sul e a Tailândia.

Bibliografia

- Ahmed et al. (2014), “How significant is Africa’s demographic dividend for its future growth and poverty reduction?”, *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 7134, Washington, DC.
- Allen, T. e P. Heinrigs (2016), “Emerging opportunities in the West African food economy”, *West African Papers*, No. 1, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jlvfj4968jb-en>.
- BAD (2017), *Annual Report 2016*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, Publicações OCDE, Paris, <dx.doi.org/10.1787/aeo-2017-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, Publicações OCDE, Paris, <dx.doi.org/10.1787/aeo-2016-en>.
- Brambhatt M., C. Haddaoui e J. Page (2017), “Green industrialisation and entrepreneurship in Africa”, *The New Climate Economy/OECD Working Paper*, New Climate Economy, Londres e Washington, DC.
- Brown, S., A.S. Kebede e R.J. Nicholls (2011), *Sea-Level Rise and Impacts in Africa, 2000 to 2100*, relatório da School of Civil engineering and the Environment, www.unep.org/climatechange/adaptation/Portals/133/documents/AdaptCost/9%20Sea%20Level%20Rise%20Report%20Jan%202010.pdf.
- Coady, D. et al. (2015), “How large are global energy subsidies?”, *IMF Working Paper*, www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15105.pdf.
- Connecting Africa (2017), “The economics of change in African infrastructure development”, *Connecting Africa*, www.connectingafrica.com/document.asp?doc_id=736411
- De Backer, K. e D. Flaig (2017), “The future of global value chains: Business as usual or ‘a new normal?’”, *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, No. 41, Publicações OCDE, Paris, <dx.doi.org/10.1787/d8da8760-en>.
- Divisão de Estatística da ONU (2017), *UN COMTRADE* (base de dados), consultada via <http://wits.worldbank.org/wits/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- Dreher, A. et al. (2017), “Aid, China, and growth: Evidence from a new global development finance dataset”, *AidData Working Paper*, No. 46, Williamsburg, Virginia.
- Endo, N., T. Yamana e E.A. Eltahir (2017), “Impact of climate change on malaria in Africa: A combined modelling and observational study”, *The Lancet*, No. 389, Issue S7, [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(17\)31119-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)31119-4).

- FAO (2008), "Africa could reduce greenhouse gases", Organização para a Alimentação e a Agricultura, Roma (consultado em janeiro de 2018).
- Frey, C.B., M.A. Osborne e C. Holmes (2016), *Technology at Work v2.0: The Future Is Not What It Used to Be*, Citi GPS: *Global Perspectives and Solutions*, Citi GPS, Oxford, Reino Unido.
- Gagnon, J. e D. Khoudour-Castéras (2012), "South-South migration in West Africa: Addressing the challenge of immigrant integration", *OECD Development Centre Working Papers 312*, Publicações OCDE, Paris, <http://www.oecd.org/dev/50251899.pdf>
- Gelb, A. et al. (2017), "Can Africa be a manufacturing destination? Labor costs in comparative perspective", *CGD Working Paper 466*, Center for Global Development, Washington, DC.
- Granoff, I. et al. (2015), "Zero Poverty, zero emissions: Eradicating extreme poverty in the climate crisis", *Overseas Development Institute*, Londres.
- GSMA (2017), *2017 State of the Industry Report on Mobile Money*, GSM Association.
- Guellec, D. e C. Paunov (2017), "Digital innovation and the distribution of income", *NBER Working Paper No. 23987*, The National Bureau of Economic Research, Cambridge.
- ICA (2016), "Outcomes Statement 2016 ICA", 12.º encontro anual do Infrastructure Consortium for Africa (ICA), em Abidjan.
- Iimi, A., R.M. Humphrey e S. Melibaeva (2015), "Firm productivity and infrastructure costs in East Africa", *Policy Research Working Paper*, No. 7278, Banco Mundial, Washington, DC.
- ITC (2016), *Trade Map* (base de dados), International Trade Centre, <https://www.trademap.org/>
- Kamal-Chaoui, L. e A. Robert (2009), "Competitive cities and climate change", *OECD Regional Development Working Papers*, No. 2009/02, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/218830433146>.
- Kessides, C. (2005), "The urban transition in sub-Saharan Africa: Implications for economic growth and poverty reduction", *Transport and Urban Development Department, Working Paper Series*, No. 97, Banco Mundial.
- Maplecroft (2016), *Climate Change Vulnerability Index 2017*, <https://reliefweb.int/report/world/climate-change-vulnerability-index-2017>.
- Minsat, A. (no prelo), "Small and intermediary cities will make or break the Sustainable Development Goals in Africa", *Urban Planning International*, 2018, 33.
- Moriconi-Ebrard, F., D. Harre e P. Heinrigs (2016), *Urbanisation Dynamics in West Africa 1950–2010: Africapolis I, 2015 Update*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264252233-en>.
- Nnorom, I.C. e O. Osibanjo (2008), "Overview of electronic waste (e-waste) management practices and legislations, and their poor applications in the developing countries", *Resources, Conservation and Recycling*, Vol. 52/6, pp. 843-858, <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2008.01.004>.
- OCDE (no prelo), "Perspectives on Global Development 2019: Rethinking Development Strategies", Publicações OCDE, Paris.
- OCDE (2017a), *The Next Production Revolution: Implications for Governments and Business*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/9789264271036-en.
- OCDE (2017b), *Interrelations between Public Policies, Migration and Development*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265615-en>.
- OCDE (2017c), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>.
- OCDE (2016), *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-en.
- OCDE (2014), "The development of fixed broadband networks", *OECD Digital Economy Papers*, No. 239, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jz2m5mlb1q2-en>.
- OCDE (2013), *Interconnected Economies: Benefiting from Global Value Chains*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/9789264189560-en.
- OCDE (2010), *Perspectives on Global Development 2010: Shifting Wealth*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264084728-en>.
- OCDE/AIE (2017), *Energy Access Outlook 2017: From Poverty to Prosperity*, OCDE, Agência Internacional de Energia, Paris, www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2017SpecialReport_EnergyAccessOutlook.pdf.
- OCDE/AIE (2014), *Africa Energy Outlook*, OCDE, Agência Internacional de Energia, Paris, www.iea.org/publications/freepublications/publication/AEO_ES_English.pdf.

- OCDE/OIT (2018), *How Immigrants Contribute to Developing Countries' Economies*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra/Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264288737-en>.
- Reardon, T. et al. (2013), "The emerging 'Quiet Revolution' in African agrifood systems", brief for a high-level meeting on Harnessing Innovation for African Agriculture and Food Systems: Meeting Challenges and Designing for the 21st Century, African Union Conference Center, Addis Ababa.
- Roy, R. (2016), "The cost of air pollution in Africa", *OECD Development Centre Working Papers*, No. 333, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jlqzq77x6f8-en>.
- Schaeffer, M. et al. (2013), "Mid- and long-term climate projections for fragmented and delayed-action scenarios", *Technological Forecasting & Social Change*, Vol. 90, Part A, pp. 257-268, <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.09.013>.
- Siba, E. et al. (2012), "Enterprise agglomeration, output prices, and physical productivity: Firm-level evidence from Ethiopia", *Working Paper*, No. 2012/85, Africa Growth Initiative at Brookings, Banco Africano de Desenvolvimento e UNU-WIDER.
- Standard Chartered Research (2017), "Special report: Shop talk – China, ASEAN and the future", *Standard Chartered Bank*, <https://av.sc.com/corp-en/content/docs/2017-Reinventing-through-rebotics.pdf>.
- UNDESA (2018), *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (base de dados)*, <https://esa.un.org/unpd/wup/> (consultada em 22 de maio de 2018).
- UNDESA (2017a), *World Population Prospects: The 2017 Revision (base de dados)*, <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- UNDESA (2017b), *International Migrant Stock: The 2017 Revision (base de dados)*, www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates17.shtml (consultada em 1 de maio de 2018).
- UNDESA (2014), *World Urbanization Prospects (base de dados)*, <https://esa.un.org/unpd/wup/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- UN-Habitat (2008), *State of the World's Cities 2008/2009, Harmonious Cities*.
- Wall, R. (2016), "State of foreign direct investment to African cities", *OECD Development Centre Background Papers for the African Economic Outlook 2016*.
- Wei, S.-J., Z. Xie e X. Zhang (2017), "From 'made in China' to 'innovated in China': Necessity, prospect, and challenges", *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 31/1, pp. 49-70, <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.1.49>.



Capítulo 3

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral

Este capítulo aborda as interligações entre crescimento, emprego e desigualdades na região da África Austral (África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe). Analisa os fatores impulsionadores do crescimento e a necessidade de diversificação da economia. O capítulo demonstra, também, os desafios subjacentes à relação entre a falta de empregos de qualidade e as desigualdades na África Austral. A análise salienta a heterogeneidade dos países e os problemas comuns que estes enfrentam.

O capítulo inicia-se com o perfil económico da região. As três secções subsequentes apresentam a evolução do crescimento, do emprego e da pobreza e desigualdade económica na região. Segue-se o debate sobre as relações entre desigualdade, emprego e crescimento económico, sendo as recomendações apresentadas na secção final.

EM SÍNTESE

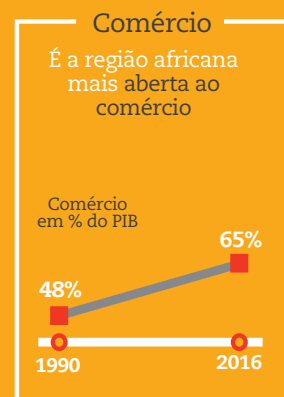
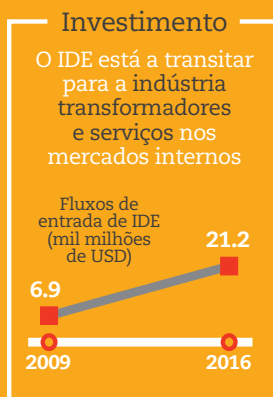
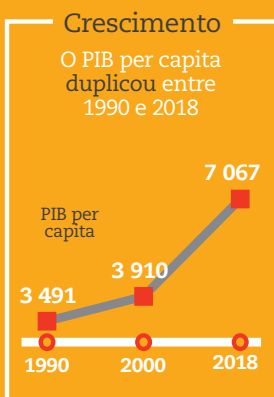
A África Austral tem registado um **crecimento económico** regular desde o ano 2000, mas a sua sustentabilidade continua a ser um desafio. O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 5.2% por ano, entre 2000 e 2008, mas abrandou para 2.6%, entre 2009 e 2016. A volatilidade dos preços das matérias-primas e o investimento no setor extrativo prejudicaram significativamente este desempenho.

O valor acrescentado da indústria transformadora na região caiu de 18.2% do PIB, no ano 2000, para 12.6% em 2015. Vários países dependem fortemente do setor de mineração que é volátil e cria poucos empregos. Noutros países, predomina a agricultura de subsistência. O IDE na região está, cada vez mais, a transitar para a indústria transformadora e os serviços, de forma a tirar partido do crescimento dos mercados internos. O desafio reside na facilitação de fortes ligações e transferência de conhecimento entre investidores, empresas e fornecedores locais, para melhorar as suas capacidades e criar emprego local.

O **emprego** continua a ser um dos principais desafios na África Austral: estima-se que, entre 2015 e 2030, 1.1 milhões de pessoas entrem anualmente no mercado de trabalho. A fraca criação de emprego, a inadequação de competências e os obstáculos à criação ou ao crescimento de novos negócios têm contribuído para taxas de desemprego entre 15% e 35% nos países membros da SACU. Noutros locais, a maioria dos trabalhadores está em situação de subemprego ou de pobreza, maioritariamente no setor agrícola ou em serviços de baixo valor acrescentado.

A África Austral caracteriza-se por altos níveis de **desigualdade** de rendimentos, situando-se nesta região seis dos dez países no mundo com maior desigualdade. A desigualdade de género continua a ser um obstáculo significativo, embora a África Austral tenha melhor desempenho relativamente a outras regiões africanas. A taxa de desemprego é geralmente maior entre mulheres do que entre homens. Além disso, mesmo entre os jovens a disparidade de género na participação no mercado de trabalho continua a ser elevada. As despesas sociais e o crescimento estável ajudaram a reduzir os níveis de pobreza extrema, mas esta ainda afeta 35.6% da população nesta região. A maioria da população rural ainda não tem acesso a serviços básicos como eletricidade, água e saneamento, o que cria uma grande desigualdade de oportunidades em comparação com a população urbana.

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral



Emprego

A taxa de desemprego de longo prazo nos países da SACU

atinge 15-35%



devido à fraca criação de emprego, inadequação de competências e entraves ao empreendedorismo

As taxas de desemprego são **mais elevadas** nas mulheres do que nos homens



O emprego continua a ser um dos principais desafios na África Austral



16.5 Milhões de pessoas

deverão entrar no mercado de trabalho entre 2015 e 2030

Desigualdade

Em 2012, dos 10 países com maior desigualdade de rendimentos no mundo



6 situavam-se na África Austral

Pobreza

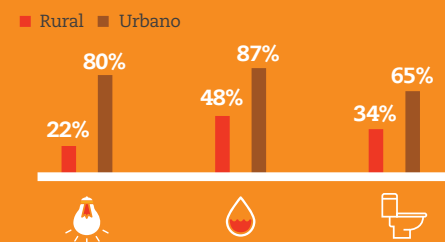
A pobreza extrema diminuiu de 43.8% em 1990



para **35.6%** em 2013

Acesso a serviços básicos

Grandes disparidades entre zonas rurais e urbanas no acesso à eletricidade, água potável e saneamento



Perfil regional da África Austral

Tabela 3.1. Indicadores básicos para a África Austral, 2017

População (milhares)	176 842
Área (milhares de km²)	5 908
Densidade populacional (habitantes/km²)	30
PIB, em PPC (mil milhões USD)	1 201
PIB per capita, em PPC (USD)	6 939

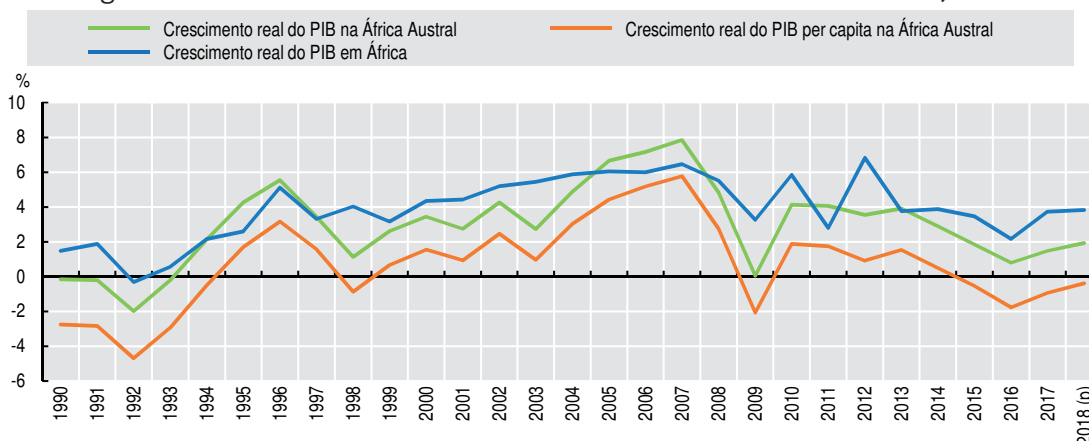
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 3.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Austral (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	6.9	4.8	5.3	7.2	20.7	23.7	14.0	21.2
		Investimento de carteira	12.7	14.8	16.3	23.1	14.4	15.0	13.0	10.1
		Remessas	1.7	2.0	2.1	2.0	1.8	1.7	1.5	1.3
	Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	6.9	6.6	7.0	7.2	7.8	6.6	6.6	6.3
Total de fluxos externos		28.2	28.3	30.7	39.4	44.7	47.0	35.1	38.9	
Receitas fiscais internas		106.2	135.5	164.1	164.1	156.2	149.0	123.2	107.1	

Fonte: FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 3.1. Dinâmicas de crescimento na África Austral e em África, 1990-2018

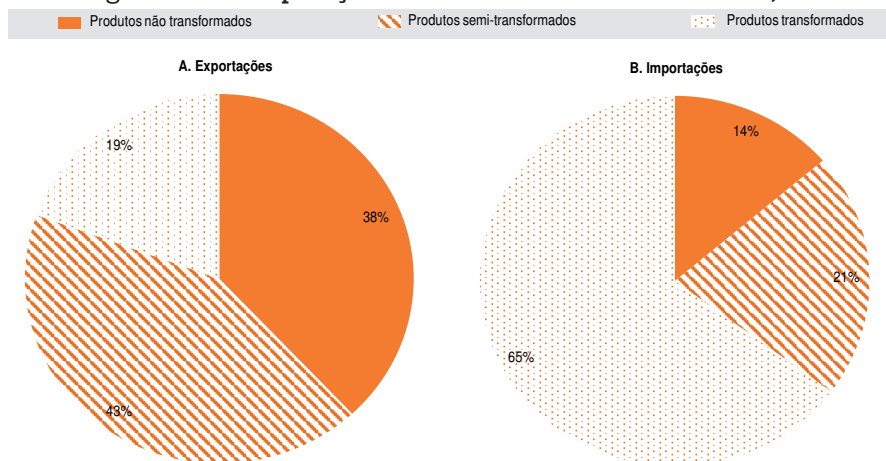


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783000>

Figura 3.2. Composição do comércio na África Austral, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783019>

Segundo o Tratado de Abuja de 1991, da União Africana, a África Austral engloba dez países: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Em 2017, calculava-se que a população da região atingisse 177 milhões, o que representa cerca de 14% do total do continente africano. Com uma área terrestre de mais de 5.9 milhões de km², a África Austral tem uma densidade populacional de 30 habitantes por quilómetro quadrado, ficando abaixo da média africana de 43 habitantes.

O PIB total da região em paridade do poder de compra (PPC) manteve-se nos 1 201 mil milhões de USD, em 2017, e o PIB per capita atingiu 6 939 USD. A África do Sul representa 64% do PIB regional e desempenha um papel crucial não apenas como fonte de investimento na África Austral, mas também como mercado para outros países na região, especialmente para os membros da União Aduaneira da África Austral (SACU). O seu desempenho económico tem efeitos profundos em toda a região. No período entre 1990 e 2017, o crescimento real do PIB na região foi, em média, de 3.0% por ano, em comparação com 4.2% no continente africano. No mesmo período, o crescimento médio da população foi de 2.2% por ano, pelo que o PIB per capita da região aumentou, em média, 0.7%.

Ao longo das duas últimas décadas, a África Austral tem registado taxas de crescimento razoáveis, mas a região continua a ser uma das mais desiguais do mundo. Em 2016, seis dos dez países no mundo com maior desigualdade de rendimentos situavam-se na África Austral (UNECA, 2017). Embora alguns países tenham registado um decréscimo da desigualdade desde 1990, esta continua a ser extremamente elevada na sua maioria.

Outro grande problema na região é o desemprego elevado, estando este a aumentar em metade dos países.

Recentemente, as Comunidades Económicas Regionais têm sido fundamentais para promover a cooperação entre países membros. Todos os países da África Austral são membros da SADC. A África do Sul, o Botswana, o Lesoto, a Namíbia e a Suazilândia formam a SACU. O Malawi, a Zâmbia e o Zimbábue são também membros do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). De forma similar, Angola é simultaneamente membro da SADC e da Comunidade Económica da África Central. O comércio intra-SADC fica aquém do comércio intrarregional noutras partes do mundo. O reforço da integração regional poderia ajudar a África Austral a prosseguir os esforços de industrialização, tal como estabelecido na Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063.

A maioria dos países da África Austral estiveram ativamente envolvidos nas negociações de uma Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL), a qual, quando estiver plenamente operacional, facilitará as trocas comerciais entre os países signatários.

A diversificação das economias da África Austral e dos laços com mercados globais é essencial para sustentar o crescimento a longo prazo

O crescimento na África Austral é razoável, mas insuficiente, e enfrenta obstáculos consideráveis

As economias da África Austral recuperaram da recessão económica verificada no início dos anos 90. Entre 1990 e 1994, o crescimento na região caiu -0.1% por ano, em resultado das condições meteorológicas adversas e da guerra civil em Angola. Estas condições prejudicaram a produção não-petrolífera, enquanto a produção de petróleo continuou a crescer, dado estar situada em zonas *offshore* não afetadas pela guerra. A África Austral tem registado um crescimento económico regular desde meados da década de 90. Entre 2000 e 2008, a região registou um forte crescimento anual, na ordem dos 5.2%, com um pico máximo de 7.8% em 2007. Neste período, os elevados preços das matérias-primas impulsionaram o crescimento nos países ricos em recursos naturais, como a África do Sul, Angola, Botswana e Zâmbia. A boa gestão macroeconómica e o aumento do investimento contribuíram, igualmente, para o crescimento económico.

No entanto, o crescimento tem abrandado nos últimos anos. Entre 2009 e 2016, o desempenho económico da África Austral abrandou para uma média anual de 3.6%. A África Austral foi a região africana mais afetada pela recessão económica global. Este abrandamento deriva, também, de um défice de energia elétrica e de uma fraca produção agrícola, devido à seca. Estima-se que o crescimento tenha abrandado ainda mais em 2017 e 2018, para 1.6% por ano, devido à incerteza política e à fraca confiança das empresas. Após 2018, o crescimento na região deverá intensificar-se, uma vez que se prevê um aumento da procura de matérias-primas e se regista uma maior confiança dos investidores e uma melhoria no fornecimento de eletricidade na maioria dos países.

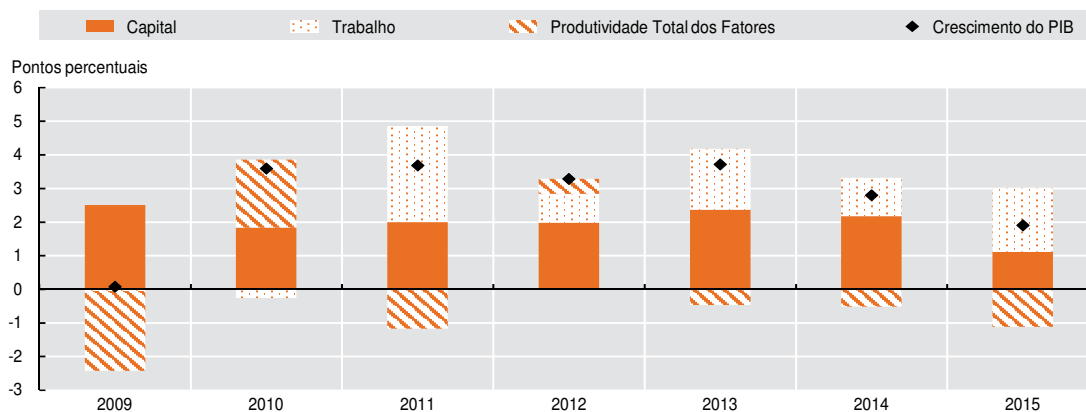
Do lado da oferta, a expansão de capital tem sido o principal fator impulsionador do crescimento. A Figura 3.3 apresenta a desagregação do crescimento económico pelos principais fatores de produção – capital, trabalho e produtividade total dos fatores – entre 2009 e 2015. O contributo do capital para o crescimento manteve-se estável neste período, numa média de 2% por ano, enquanto o contributo do trabalho foi inferior, atingindo 1.2% por ano. A produtividade total dos fatores foi negativa na maioria dos anos, com uma média de -0.16 pontos percentuais. O contributo da produtividade total dos fatores foi especialmente baixo entre 2011 e 2015.

Do lado da procura, o consumo privado e público tem sustentado largamente o desempenho económico positivo da África Austral. A desagregação do crescimento económico por tipo de despesa revela que o consumo privado aumentou anualmente 2.3% do PIB, entre 2009 e 2016 (Figura 3.4). O consumo privado representou 87.9% do crescimento do PIB neste período.

A segunda fonte importante de crescimento, do lado da procura, é o consumo público. Este aumentou 0.8% por ano e representou 30% do crescimento do PIB. Em contrapartida, as exportações líquidas foram negativas e a balança externa contribuiu com -0.5% para o crescimento anual do PIB.

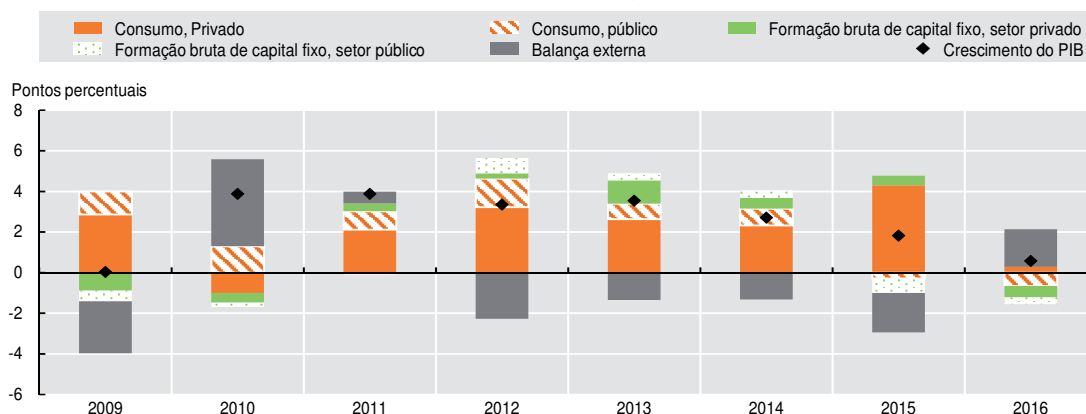
O baixo nível de investimento é motivo de preocupação para o crescimento de longo prazo, à medida que a acumulação de capital estimula o crescimento económico (Solow, 1956; Romer, 1986; Levine e Renelt, 1992). O investimento aumentou ligeiramente entre 1990 e 2016, com o nível de investimento total a passar de uma média anual de 21.5% do PIB, no período 1990-95, para 23.3% do PIB, no período 2010-16. Neste último período, o nível de investimento total na região foi maior do que na África Ocidental, mas ficou aquém da África Central, Oriental e Norte de África. Entre os países da África Austral, aqueles que tiveram maior crescimento também registaram níveis de investimento mais elevados, entre 1990 e 2016 (Figura 3.5).

Figura 3.3. Contributo dos fatores de produção para o crescimento do PIB na África Austral, 2009-15



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Conference Board (2017), Total Economy Database.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783038>

Figura 3.4. Desagregação do crescimento por tipo de despesa na África Austral, 2009-16

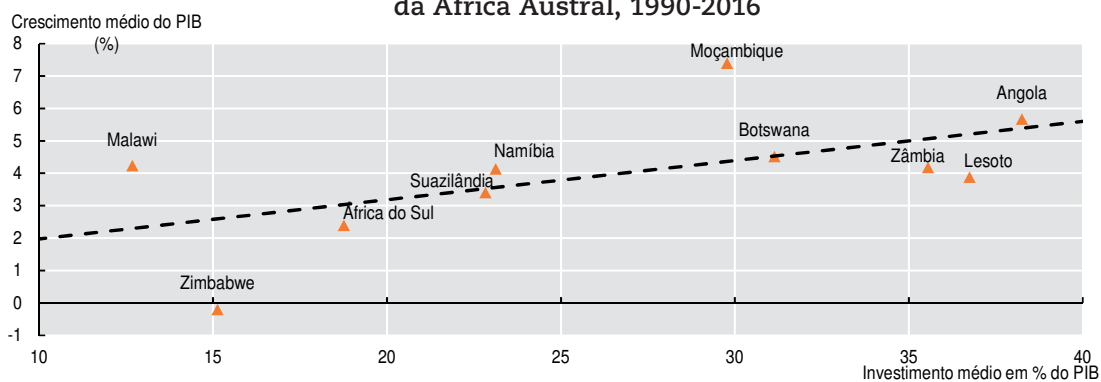


Nota: Segundo a disponibilidade de dados, estes incluem a África do Sul, Angola, o Lesoto, o Malawi, a Namíbia, a Suazilândia, a Zâmbia e o Zimbábue.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados) e FMI (2018), World Economic Outlook Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783057>

Figura 3.5. Crescimento económico e investimento anual nos países da África Austral, 1990-2016



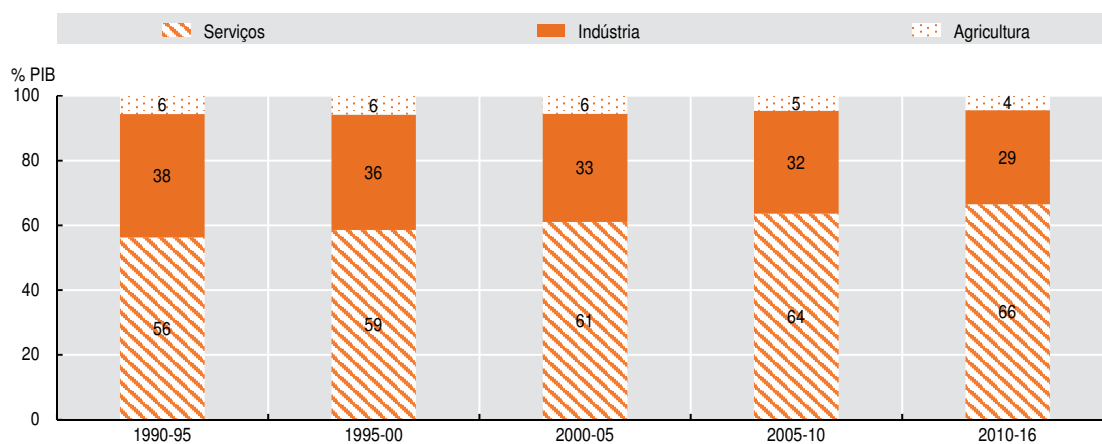
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados) e FMI (2018), World Economic Outlook Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783076>

A África Austral enfrenta uma desindustrialização precoce

Na África Austral, o peso dos serviços no PIB tem aumentado, ao longo do tempo, enquanto o peso da indústria tem decrescido (Figura 3.6). A proporção dos serviços no PIB passou de 59%, na primeira metade da década de 90, para 68% no período entre 2010 e 2016; pelo contrário, o peso da indústria no PIB caiu de 38% para 29%. O peso da agricultura manteve-se relativamente baixo, em torno dos 5% do PIB. Verifica-se, contudo, uma heterogeneidade considerável entre os países. Por exemplo, a agricultura representa mais de 1/4 do PIB no Malawi e em Moçambique, enquanto o peso dos serviços no PIB está acima dos 60% nos países membros da SACU. Em Angola e na Zâmbia, os rendimentos provenientes dos recursos naturais representaram mais de 10% do PIB, entre 2005 e 2015.

Figura 3.6. Valor médio acrescentado por setor na África Austral, em percentagem do PIB



Nota: É utilizada uma média não ponderada para obter os dados regionais. Consequentemente, os elementos podem não totalizar 100%.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783095>

A região manifesta uma tendência de “desindustrialização precoce”, em que os países iniciam a desindustrialização num nível de rendimento mais baixo do que no passado (Rodrik, 2016). Mesmo na África do Sul, que possui o setor industrial mais avançado da região, o valor acrescentado da indústria transformadora caiu para 13% do PIB. A indústria transformadora pode ser fundamental para disponibilizar empregos produtivos para trabalhadores relativamente pouco qualificados. Permite, igualmente, uma melhoria rápida da produtividade, para alcançar os concorrentes globais. A ascensão da classe média na região, aumentando o número de consumidores urbanos, também oferece novas oportunidades para os produtores locais aproveitarem os mercados internos.

No entanto, continuam a persistir desafios à industrialização. Entre estes, estão a falta de competências adequadas, o défice de energia, um financiamento insuficiente, a fraca coordenação e implementação das políticas regionais de industrialização, e infraestruturas deficientes (UNECA, 2015). É necessário que a África Austral enfrente estes constrangimentos, para garantir o crescimento do seu setor industrial.

A diminuição do peso da indústria transformadora desencadeou a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063, adotada em 2015. Esta define metas claras e ambiciosas para transitar de um rumo de crescimento dependente das matérias-primas para economias industrializadas, baseadas na agregação de valor e no conhecimento. Esses objetivos serão realizados através de políticas industriais selecionadas e direcionadas, que facilitem o investimento em setores económicos estratégicos.

A África Austral deve expandir os laços comerciais e de investimento com o resto do mundo

Os países da África Austral estão entre os países africanos mais abertos à economia global. A abertura ao comércio aumentou significativamente desde 1990, com a implementação de programas de ajustamento estrutural pela maioria dos governos e com os esforços de integração económica regional. O peso do comércio total no PIB cresceu de 48%, em 1990, para 66.6%, em 2009-16, sendo esta a segunda maior percentagem em África, atrás da África Central. Em termos de fluxos financeiros, a região atraiu níveis elevados de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e investimentos de carteira, graças às condições macroeconómicas relativamente estáveis e a mercados financeiros desenvolvidos (ver Tabela 3.2).

A diversificação das exportações é uma prioridade para a região. É positivo que os bens não transformados tenham representado apenas 38% das exportações da África Austral em 2016 (Figura 3.2, gráfico A.), o que fica muito abaixo do registado noutras regiões africanas (onde o peso destes produtos se situa entre 46% e 84% das exportações). A África do Sul exporta a maior parte dos produtos mais sofisticados. O país representa 71% das exportações de produtos semitransformados da região, na sua maioria através das indústrias metalúrgicas de base, como o ouro e a platina, ou os diamantes. Representa ainda 90% das exportações de bens transformados, como automóveis, maquinaria, equipamentos e vinho. Outro exemplo a referir é o Lesoto, que aproveitou as condições preferenciais de comércio do *African Growth and Opportunity Act* para desenvolver um setor têxtil orientado para a exportação para o mercado norte-americano.

No entanto, vários países africanos dependem principalmente da exportação de uma única matéria-prima. Em 2014, nomeadamente, o petróleo representava 96% das exportações de Angola, o cobre perfazia 60% das exportações da Zâmbia e os diamantes não transformados constituíam 73% das exportações do Botswana.

Até agora, o IDE na região tem estado maioritariamente concentrado nas economias ricas em recursos naturais, onde diminuiu recentemente, em parte devido à queda nos preços globais das matérias-primas. A maioria do IDE teve como destino Angola, Moçambique e a Zâmbia, apoiando o setor mineiro e extrativo. Em 2016, Angola representou dois terços do IDE na África Austral, continuando a ser um dos principais recetores de IDE entre os países menos avançados.

Nos últimos anos, a queda dos preços globais das matérias-primas e as incertezas sobre as políticas fiscais no setor mineiro, em alguns países, conduziram a uma redução do IDE na região. Os fluxos de IDE no Botswana caíram para 10 milhões de USD em 2016, de longe o valor mais baixo registado desde 2012, o que está ligado à queda dos preços mundiais dos diamantes. De forma similar, a Zâmbia registou, pela primeira vez desde 2011, menos de 500 mil milhões de USD em IDE.

Joanesburgo assumiu-se como a cidade mais bem colocada em África, em termos estratégicos, para o IDE de raiz, ou novo IDE (BAD, OCDE, PNUD, 2016). A análise de redes demonstra que Joanesburgo se tornou no principal mediador de fluxos de IDE de raiz para África. Com efeito, o IDE está cada vez mais concentrado no corredor de desenvolvimento que liga Gauteng e Maputo, o qual inclui cidades como Joanesburgo, Pretória e Maputo. Esta zona beneficia de um aglomerado denso de cidades de várias dimensões. O forte desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias interliga as cidades em regiões económicas coesas. A pertença à SADC desempenha um papel importante, na medida em que permite o acesso aos mercados. O aprofundamento da integração regional poderá ajudar a África Austral a atrair IDE em maior quantidade e mais diversificado, bem como apoiar as empresas nacionais a expandirem o seu acesso aos mercados.

A criação de emprego de qualidade é um problema preponderante na África Austral, especialmente para os jovens e as mulheres

Embora muito diversas, as estruturas de emprego nos países da África Austral podem ser divididas em dois grandes grupos. Nos países membros da SACU (África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) tem persistido um desemprego estrutural, devido a distorções do mercado de trabalho e a uma inadequação de competências. Nos países não membros da SACU (Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe), as taxas de desemprego são mais baixas, embora o subemprego seja motivo de grande preocupação.

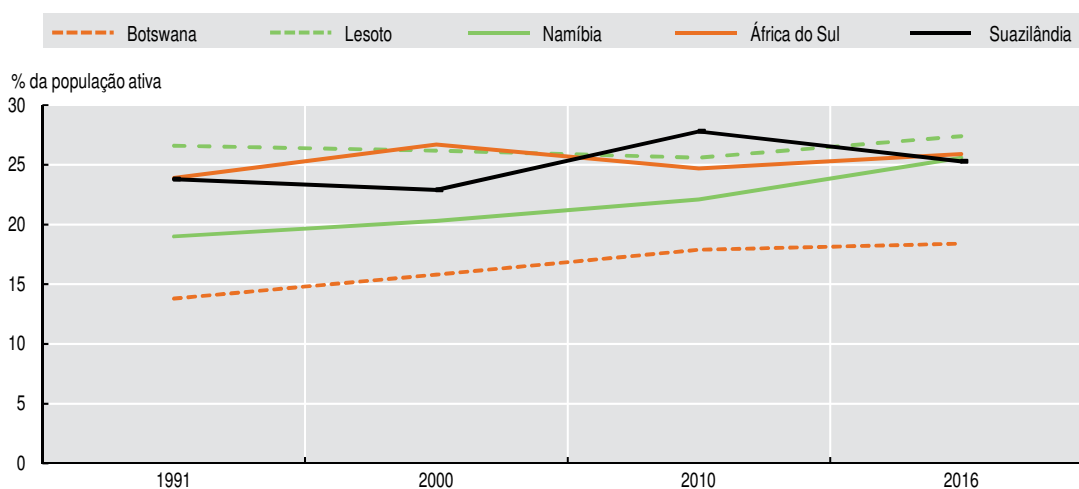
A secção seguinte analisa as experiências divergentes destes dois grupos. Apesar das diferenças nos desafios que enfrentam, todos os países da região encontram dificuldades no que se refere à criação de emprego de qualidade, especialmente para os jovens e para as mulheres.

O desemprego estrutural nos países da SACU é elevado devido à inadequação de competências e ao baixo nível de empreendedorismo

Os países da SACU caracterizam-se por um nível mais elevado de qualidade do emprego, mas também por um maior desemprego estrutural. Nestes países, o setor dos serviços corresponde à maior parcela do emprego, variando entre 46% no Lesoto e 71% na África do Sul. A maioria destes trabalhadores são empregados assalariados, no setor formal. No entanto, a taxa de desemprego tem-se mantido acima dos 15% desde os anos 90 (Figura 3.7). A África do Sul, o Botswana, o Lesoto, a Namíbia e a Suazilândia registaram até uma subida das taxas de desemprego entre 1991 e 2016. Em todos os períodos temporais, o desemprego é mais elevado entre as mulheres.

Estes países têm setores informais pequenos, não obstante as altas taxas de desemprego. No Lesoto, o setor informal correspondia a 9% do emprego total, em 2008 (Bureau of Statistics, 2008). A África do Sul destaca-se como um país com baixa taxa de emprego no setor informal, mas com alta taxa de desemprego. Neste país, o emprego no setor informal representava 9.8% da população ativa em 1997, tendo aumentado para 13.1% em 2006 (Maree, 2007; Brynard, 2011).

Figura 3.7. Tendências do desemprego nos países da União Aduaneira da África Austral – SACU, 1991-2016

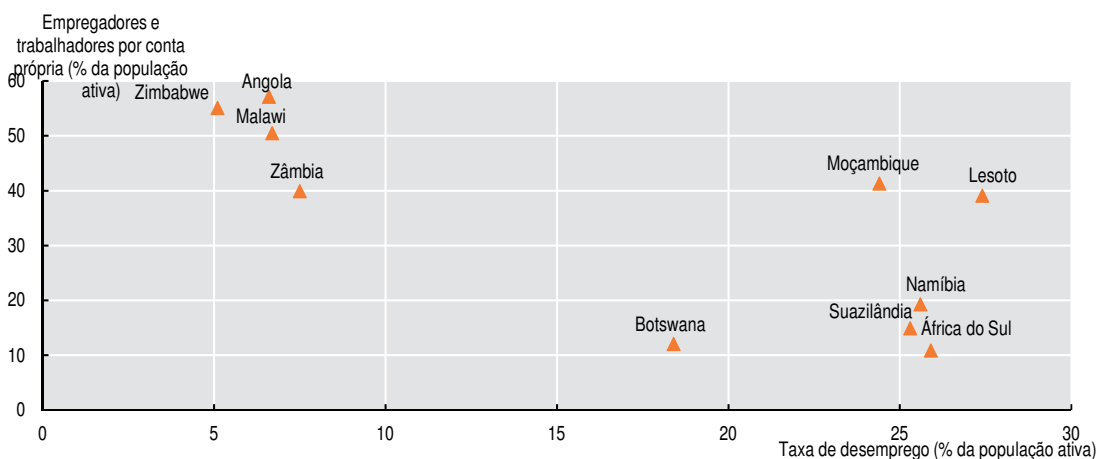


Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783114>

A inadequação de competências também contribui para o desemprego estrutural. O crescimento económico tem sido associado a setores terciários e a uma indústria transformadora sofisticada, que exigem trabalho altamente qualificado. No entanto, verifica-se um excedente de trabalhadores com baixas qualificações ou não qualificados. Na África do Sul, nomeadamente, a taxa de desemprego tem aumentado, apesar do crescimento económico positivo no período pós-apartheid, devido a uma mudança tecnológica que privilegia certas competências técnicas (Levinsohn, 2007; BAD et al., 2012). Da mesma forma, o crescimento no Botswana tem sido acompanhado de um aumento na taxa de desemprego. O setor de mineração representa 35-50% do PIB no Botswana, mas emprega apenas 4% da força de trabalho no setor formal, devido à sua natureza intensiva em termos de capital.

Um ambiente de negócios mais dinâmico, com maiores taxas de empreendedorismo e de crescimento das pequenas empresas, poderia ajudar à criação de empregos, tão necessários na região. A proporção da população ativa que são empregadores ou trabalhadores por conta própria é consideravelmente mais baixa nos países da SACU do que no resto da região (Figura 3.8). Na África do Sul, os grandes obstáculos ao empreendedorismo e a segmentação do mercado de trabalho impediram que uma grande parte da população desempregada pudesse criar o seu próprio posto de trabalho, na altura pretendida (Kerr, 2018; OCDE, 2017a). Estima-se que a rigidez do mercado de trabalho na África do Sul, através de negociações centralizadas, se reflita numa diminuição de 8% a 13% do emprego numa dada indústria, com as perdas concentradas nas empresas mais pequenas. As competências empresariais da população podem também ser inadequadas, uma vez que o emprego informal foi suprimido no período de *apartheid* (Kingdon e Knight, 2004).

Figura 3.8. Taxa de desemprego e regime laboral nos países da África Austral

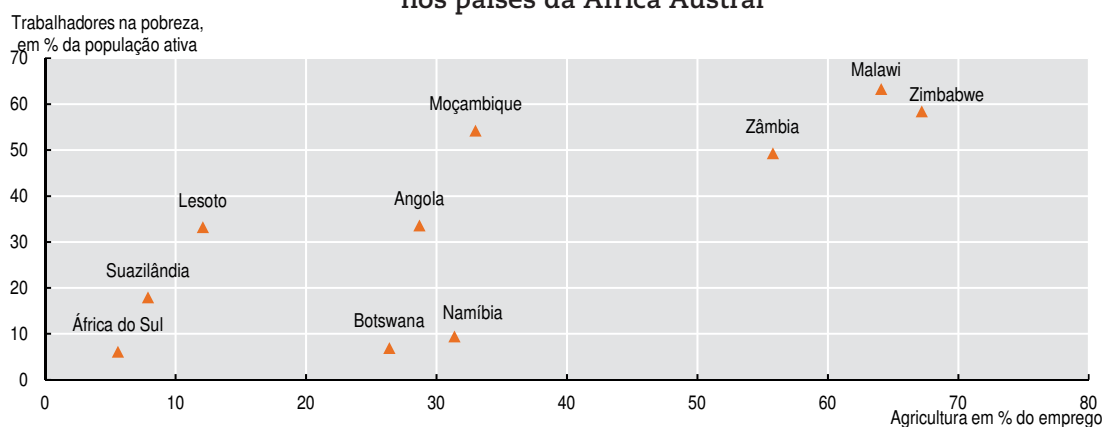


Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILO Stat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783133>

Nos países não-membros da SACU, o subemprego está ligado aos trabalhadores na pobreza

As taxas de desemprego são mais baixas nos países não-membros da SACU do que nos países da SACU, mas o subemprego continua generalizado. Este problema é comum a muitos outros países da África subsariana. A magnitude do desemprego é mascarada pelo subemprego ou por um desemprego disfarçado, em que as pessoas assumem trabalhos não adequados ou trabalham menos horas. Por exemplo, em 2014, 8.3% dos trabalhadores na Zâmbia estavam em situação de subemprego. A taxa de trabalhadores na pobreza é, assim, muito mais elevada nestes países (Figura 3.9).

Figura 3.9. Emprego setorial e taxa de trabalhadores na pobreza, nos países da África Austral



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILO Stat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783152>

Nos países da região não-membros da SACU, o setor informal absorveu os trabalhadores que não conseguem encontrar emprego no setor formal. Na Zâmbia, a taxa de desemprego caiu de 18.9% em 1991, para 7.5% em 2016, enquanto o peso do setor informal aumentou de 74% para 83.9% (CSO, 2015). Em 2014, o setor informal englobou 95% da mão-de-obra em Moçambique e 94% no Zimbábue (Danish Trade Union Council, 2014; Zimstat, 2014).

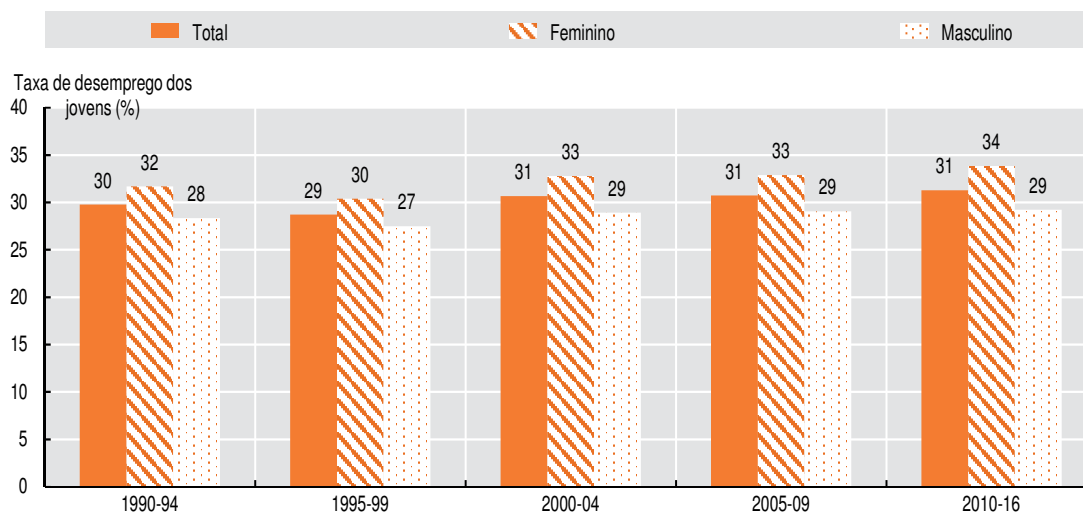
A transformação estrutural é, portanto, um fator impulsionador importante para a criação de mais e melhores empregos. No Malawi, na Zâmbia e no Zimbábue, a maioria da população ainda trabalha na agricultura de subsistência. Nos países dependentes dos recursos naturais, como Angola e a Zâmbia, o setor mineiro foi o que mais contribuiu para o crescimento, mas pouco para a criação de emprego. Este setor representa apenas 3.5% do emprego, embora corresponda a 14% do PIB. Em Angola, o rendimento dos recursos naturais atraiu mão-de-obra agrícola para serviços urbanos (ver Capítulo 1). O apoio a atividades de mão-de-obra intensiva, que exigem qualificações relativamente baixas, tais como a transformação de produtos agrícolas ou a indústria ligeira, poderia criar emprego assalariado para a mão-de-obra local.

A aquisição de competências melhores e mais atrativas a empregadores pode melhorar o mercado de trabalho para os jovens na África Austral

Os jovens são especialmente afetados pelo problema do desemprego (Figura 3.10). Na maioria dos países da região, tem-se verificado, ao longo do tempo, um aumento do desemprego jovem, particularmente entre as mulheres. O Botswana, a Namíbia e a Suazilândia registaram as maiores subidas das taxas de desemprego jovem, aumentando mais de 7% entre 1991 e 2005. À exceção da Zâmbia, onde neste período houve um decréscimo significativo, de 17.6%, os restantes países registaram pequenas reduções na taxa de desemprego jovem.

Em alguns países, o desemprego jovem é extremamente elevado e tem aumentado ao longo do tempo. Na África do Sul e na Suazilândia, estima-se que mais de metade da população jovem (entre 15 e 24 anos de idade), estivesse desempregada em 2016. Verifica-se um padrão similar nos restantes países da região, à exceção do Malawi, da Zâmbia e do Zimbábue. São necessárias medidas urgentes para responder a este problema crescente, especialmente tendo em conta as 1.1 milhões de pessoas que entrarão anualmente no mercado de trabalho, entre 2015 e 2030.

Figura 3.10. Taxas de desemprego jovem na África Austral, 1990-2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783171>

No mercado de trabalho da África Austral, as mulheres enfrentam maiores desafios do que os homens. Em primeiro lugar, participam menos no mercado de trabalho. A taxa de participação no mercado de trabalho é de apenas 61% para as mulheres, comparativamente a 71% nos homens. Esta disparidade varia consoante os países, mas é mais acentuada na África do Sul, Botswana, Lesoto e Zimbabwe. Em seguida, mesmo quando as mulheres integram o mercado de trabalho, têm maior probabilidade de desemprego. Este padrão verifica-se igualmente nos jovens (Figura 3.10).

Muitos jovens são trabalhadores por conta própria, mas carecem das competências necessárias para terem sucesso. Estas tendências gerais são observadas em vários países em África e noutras regiões em desenvolvimento (OCDE, 2017b). No Malawi, os empresários jovens das zonas rurais têm baixos níveis de escolaridade e 80% adquirem as suas competências empresariais de maneira informal, seja através de autoaprendizagem (44%) ou da aprendizagem com familiares (36%) (OCDE, 2018b). Na África do Sul, em 2016, só menos de metade dos empresários em fase inicial tinham pelo menos uma qualificação de grau secundário, enquanto apenas 1/4 tinham frequentado o ensino secundário (GEM, 2017).

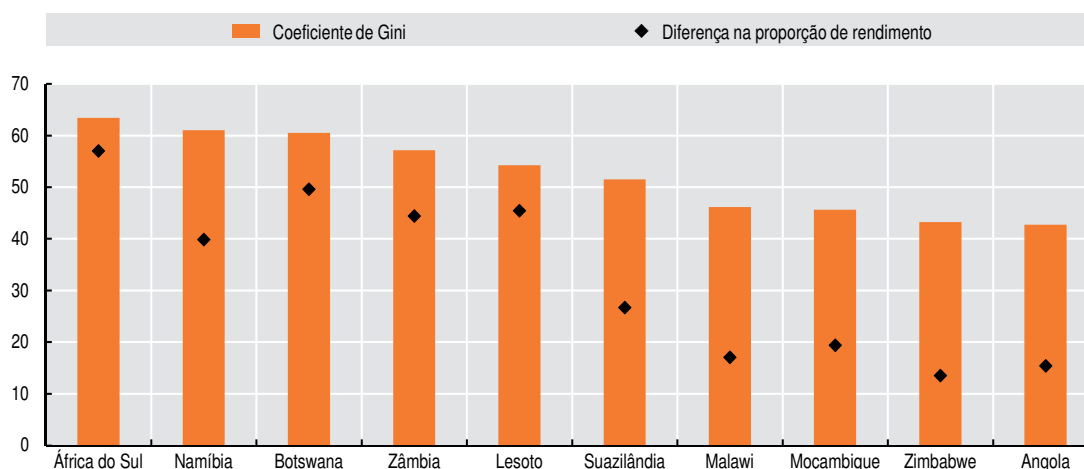
A escassez de competências empresariais afeta negativamente a probabilidade de os empresários jovens conseguirem criar com êxito os seus negócios, bem como a taxa de sobrevivência das *start-ups* jovens. Com efeito, o inquérito às pequenas e médias empresas (PME) realizado pelas Nações Unidas em 2013, em seis cidades da Suazilândia, revelou uma grande disparidade entre a experiência e competências dos empresários jovens (na faixa etária entre 15 e 35 anos) e dos empresários adultos (acima de 36 anos) (Brixiová, Ncube e Bicaba, 2015). Apenas 40.1% dos empresários jovens tinham experiência profissional anterior, comparativamente a 60.6% dos adultos. De forma similar, menos de um em cada cinco empresários jovens receberam formação empresarial, por comparação a 1/4 dos adultos. Isto aponta para a necessidade de definir e direcionar melhor os programas de empreendedorismo, bem como o ensino e a formação, para que haja maior alinhamento entre as aspirações dos jovens e as realidades do mercado de trabalho, facilitando a transição da escola para o trabalho (OCDE, 2017c).

Os progressos na redução da desigualdade na África Austral são díspares

A desigualdade de rendimentos continua a ser elevada na África Austral, apesar da ligeira redução

A África Austral é uma das regiões mais desiguais do mundo. Dos dez países com maior desigualdade no mundo, seis situam-se na África Austral (UNECA, 2017). A África do Sul regista o maior coeficiente de Gini do mundo (63), seguida pela Namíbia (61), o Botswana (61), a Zâmbia (57), o Lesoto (54) e a Suazilândia (52) (Figura 3.11).¹ Os rácios entre os decis de rendimento revelam uma estrutura semelhante (Figura 3.11). A África do Sul, o Botswana e o Lesoto possuem, por esta ordem, as maiores disparidades entre os decis de rendimento mais altos e mais baixos, o que significa que estes países registam as maiores desigualdades na região. Angola e Moçambique têm as menores disparidades de rendimento, bem como os coeficientes de Gini mais baixos, ou seja, os níveis de desigualdade mais baixos da região.

Figura 3.11. Coeficientes de Gini e disparidade de rendimentos nos países da África Austral



Nota: A diferença entre o grupo superior e inferior diz respeito ao rácio entre a parcela de rendimento detida pelos 10% mais ricos e o rendimento detido pelos 10% mais pobres, na distribuição nacional do rendimento. Apresentam-se os dados mais recentes disponíveis para cada país.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783190>

Em alguns países, o sistema fiscal obteve resultados na redução da desigualdade. Em particular, o sistema tributário e de despesas sociais da África do Sul conseguiu a maior redução da desigualdade de rendimentos entre os países presentes numa amostra de 29 países em desenvolvimento da base de dados “Commitment to Equity”². A combinação de impostos moderadamente progressivos (impostos sobre o rendimento individual, impostos de valor acrescentado, impostos sobre o consumo e a taxa sobre os combustíveis fósseis) e despesas sociais altamente progressivas (transferências monetárias, gratuidade de serviços básicos e gastos com saúde e educação) melhoraram o coeficiente de Gini de 77.1 para 59.6. Da mesma forma, a política fiscal na Zâmbia reduziu o coeficiente de Gini de 59 para 48, após contabilização da redistribuição e dos encargos fiscais, especialmente através da despesa pública em educação (De la Fuente, Rosales e Jellema, 2017).³

No entanto, nem todos os países tiveram semelhante sucesso. Em muitos casos, os subsídios em espécie beneficiam mais os ricos do que os pobres, devido a diferentes padrões de acesso e consumo. Em Angola, os subsídios ao petróleo cobrem quase 7.5%

das despesas dos agregados familiares incluídos no quintil mais rico, o que é o dobro do verificado no quintil mais pobre (Banco Mundial, 2016). De forma similar, na Zâmbia, os benefícios da educação superior atingem maioritariamente o segmento mais rico da sociedade e as despesas no setor da saúde excluem os pobres que não têm acesso (Cuesta, Kabaso e Suarez-Becerra, 2012).

O crescimento não inclusivo e um nível inicial de grande desigualdade também geraram uma desigualdade persistente na região. Tal como mencionado anteriormente neste capítulo, o crescimento tem estado limitado aos setores de capital intensivo, como a mineração ou a indústria transformadora de alta tecnologia, o que tende a dificultar a partilha dos frutos do crescimento. Na África do Sul, a concentração de capital e de terras nos grupos mais abastados, bem como fatores culturais e históricos, exacerbam a natureza dualista do mercado de trabalho. Isto leva a resultados de emprego altamente segmentados entre os diferentes grupos sociais e cria grandes desigualdades salariais dentro de cada setor, bem como uma grande disparidade entre os que estão empregados e no desemprego (Keeton, 2014). Consequentemente, a desigualdade na África do Sul continua a estar entre as mais elevadas no mundo, não obstante um sistema fiscal altamente redistributivo (Inchauste et al., 2015).

A maioria dos países da África Austral realizou bons progressos na redução da pobreza

Os níveis de pobreza na região são elevados. A percentagem de pessoas em situação de pobreza extrema situa-se nos 35.6%, em boa parte devido a taxas especialmente elevadas no Lesoto, Malawi, Moçambique e Zâmbia (ou seja, abaixo de 1.90 USD por dia, Tabela 3.3). Nestes países, o facto de a maioria da população ativa depender da agricultura de subsistência e o fraco acesso aos serviços de saúde e de educação contribuem para altos níveis de pobreza e desigualdade (Mussa, 2015). Em contrapartida, vários países de rendimento médio na região, como a África do Sul, o Botswana e a Namíbia, conseguiram atingir níveis de pobreza mais baixos. Nestes três países, quase 1/4 da população vive com 1.90-3.20 USD por dia (2011 PPC), embora este grupo de rendimento seja vulnerável a uma recaída na pobreza extrema.

Tabela 3.3. Taxas de pobreza nos países da África Austral

País	Taxa de pobreza, USD 1.90/dia			Taxa de Intensidade da Pobreza, USD 1.90/dia		
	Primeiro ano	Último ano	% evolução	Primeiro ano	Último ano	% evolução
África do Sul (primeiro: 1993; último: 2011)	29.3	16.6	-12.7	9.5	4.9	-4.6
Angola (primeiro: -; último: 2008)	-	30.1	-	-	9.6	-
Botswana (primeiro: 1993; último: 2009)	34.8	18.2	-16.6	13.5	5.8	-7.7
Lesoto (primeiro: 1994; último: 2010)	69.6	59.7	-9.9	44.8	31.8	-13.0
Malawi (primeiro: 1997; último: 2010)	63.6	70.9	7.3	24.9	33.3	8.4
Moçambique (primeiro: 1996; último: 2008)	85.4	68.7	-16.6	47.3	31.4	-15.9
Namíbia (primeiro: 2003; último: 2009)	31.5	22.6	-8.9	10.2	6.7	-3.6
Suazilândia (primeiro: 1994; último: 2009)	81.7	42.0	-39.6	51.0	16.6	-34.4
Zâmbia (primeiro: 2000; último: 2015)	54.1	64.4	10.4	34.7	29.5	-5.2
Zimbabwe (primeiro: -; último: 2011)	-	21.4	-	-	5.2	-
África Austral (primeiro: 1990; último: 2013)	43.8	35.6	-8.2	20.8	14.2	-6.6

Nota: A média regional para a África Austral é obtida por estimativas do Banco Mundial (2017b), PovCal Net. Fonte: Banco Mundial (2017b), PovCal Net (base de dados).

A taxa e a intensidade da pobreza diminuíram na maioria dos países, com maiores reduções na África do Sul, Botswana, Moçambique e Suazilândia. No Botswana, por exemplo, o aumento dos rendimentos agrícolas e as alterações demográficas reduziram

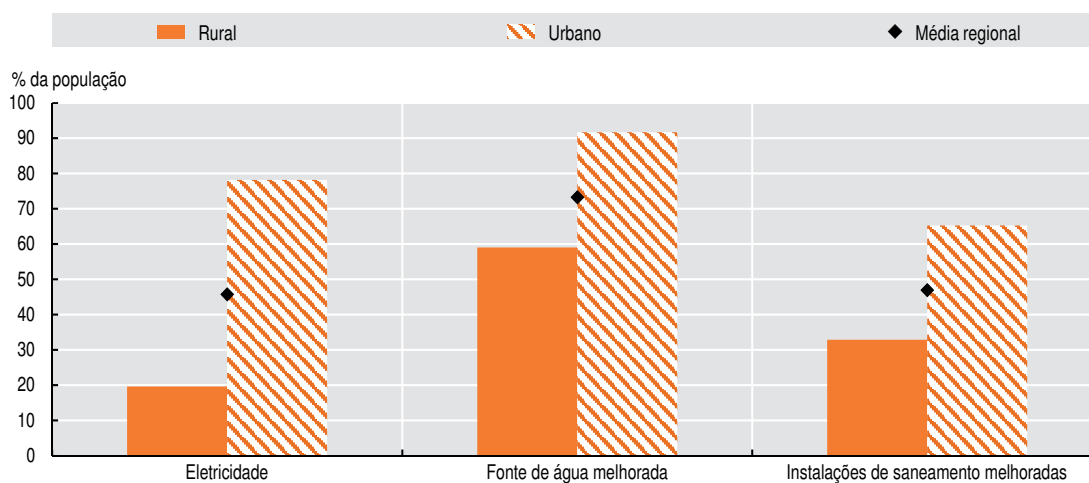
a pobreza extrema em 11.6 pontos percentuais, passando de 29.8% em 2002/3 para 18.2% em 2009/10. Neste período, a melhoria dos rendimentos agrícolas, incluindo os subsídios agrícolas, representou 47.8% da redução da pobreza (Banco Mundial, 2015a), enquanto a diminuição dos coeficientes demográficos representou 24.3% dessa redução. Outros fatores, como o aumento dos salários nos setores não-agrícolas e a melhoria do acesso a financiamentos por parte dos agregados familiares, também contribuíram para o alívio da pobreza.

Em termos de perspectivas futuras, será necessário um amplo crescimento do emprego, para reforçar os rendimentos da população pobre e fazê-la transitar para a classe média. A classe média emergente será importante para criar uma mão-de-obra qualificada e formada, bem como para fornecer uma base de consumo para os empresários locais (ver Capítulo 2, Megatendência 4).

Entre 1996 e 2016, o Malawi e a Zâmbia registaram um aumento das taxas de pobreza. Na Zâmbia, a taxa de pobreza atingiu um pico de aproximadamente 73%, em 1998, tendo depois começado a descer. O aumento da pobreza foi potenciado pelo declínio económico e pelo encerramento de empresas públicas que tinham perdido a competitividade com a liberalização da economia. A análise da política orçamental de 2015, na Zâmbia, demonstra que esta conseguiu reduzir a desigualdade, mas contribuiu igualmente para um aumento da percentagem de pessoas em situação de pobreza (De la Fuente, Rosales e Jellema, 2017). Com efeito, a população pobre recebe apenas uma pequena fração dos benefícios em espécie - como combustível, eletricidade, subsídios de saúde e educação - e os programas de transferências monetárias diretas são muito pequenos para reduzirem a pobreza. Além disso, os pobres pagam mais ao sistema tributário do que aquilo que dele recebem, na forma de preços mais altos, devido aos impostos sobre o valor acrescentado e às taxas sobre o álcool e tabaco.

Embora a pobreza com base nos rendimentos tenha decrescido significativamente na África Austral, uma grande parte da população rural ainda não tem acesso a serviços básicos como água, saneamento e eletricidade. No período entre 2010 e 2016, a proporção média da população sem acesso a eletricidade foi de 46% (Figura 3.12). Pouco mais de 3/4 da população em áreas urbanas tem eletricidade (78%), enquanto a média de acesso nas zonas rurais é de 20%. Da mesma forma, apenas 59% da população rural tem acesso a uma fonte de água melhorada, comparativamente a 92% nas zonas urbanas. E só 33% da população rural tem acesso a instalações de saneamento melhoradas, enquanto essa percentagem é de 65% na população urbana.

Figura 3.12. Acesso a serviços básicos na África Austral, 2010-16



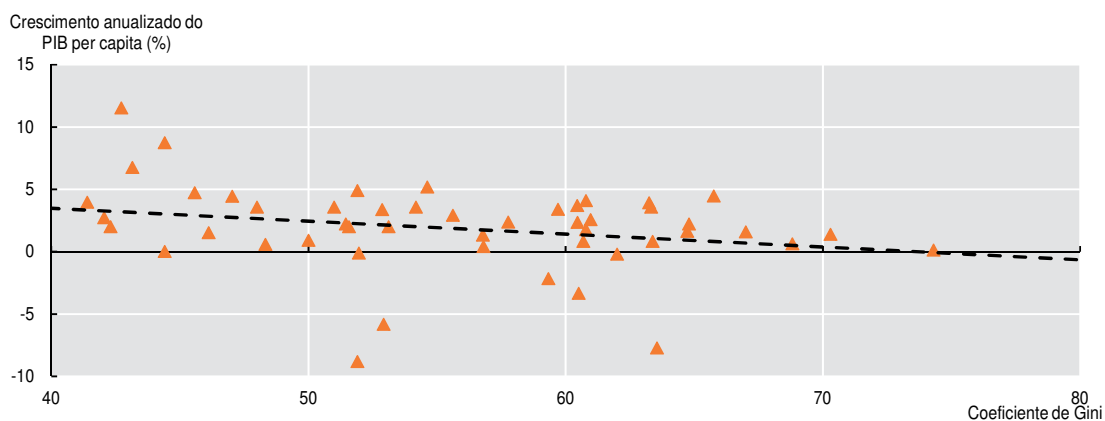
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783209>

Enfrentar os desafios da desigualdade e do emprego é preponderante para desbloquear o potencial de desenvolvimento de longo prazo na África Austral

A redução dos elevados níveis de desigualdade e desemprego facilitará o crescimento de longo prazo na África Austral

A resposta à desigualdade pode impulsionar o crescimento de longo prazo de várias formas. Em primeiro lugar, permite à população pobre acumular bens produtivos e investir em capital humano. Segundo, aumenta o seu poder de compra, alterando assim a estrutura da procura interna por bens e serviços de maior qualidade. Terceiro, ajuda a garantir a coesão social e a estabilidade política. A análise apresentada na Figura 3.13 mostra uma associação negativa entre o crescimento económico de longo prazo e a desigualdade de rendimentos. Esta associação não implica causalidade, mas demonstra a interligação entre as duas variáveis nesta região.

Figura 3.13. Crescimento do PIB per capita vs. Coeficiente de Gini nos países da África Austral, 1990-2016



Nota: Cada ponto representa uma média de cinco anos, relativamente ao crescimento e ao coeficiente de Gini, para cada país da África Austral.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783228>

A redução das desigualdades de rendimento pode ter um impacto positivo na duração do crescimento (FMI, 2012). Os países membros da SACU poderiam quase duplicar a duração dos períodos de crescimento, se tivessem o mesmo nível de desigualdade que outros países com o mesmo nível de PIB per capita⁴. Na maior parte dos períodos de crescimento, a duração média poderia ter aumentado cerca de 5-8 anos (p. ex. na Namíbia) ou até 15 anos ou mais (p. ex. no Botswana).

De acordo com esta análise, a desigualdade de rendimento parece desempenhar um papel estatisticamente mais relevante no prolongamento dos períodos de crescimento do que outros fatores, como o investimento, as infraestruturas, os choques externos (p. ex. termos de troca), a qualidade das instituições públicas ou o setor financeiro. Esta constatação é relevante devido à natureza do crescimento na região. A maioria dos países depende de exportações de produtos primários, agrícolas ou minerais, registando períodos de crescimento que são impulsionados por choques externos e, portanto, de pouca duração. O enfoque na desigualdade ajudará a estender esses períodos de crescimento.

Responder à desigualdade e ao desemprego na África Austral requer uma abordagem integrada

O desemprego e a desigualdade estão interligados na África Austral. O desemprego é mais elevado nos 40% com menores rendimentos do que nos 10% mais ricos. A

desigualdade e o desemprego também se reforçam mutuamente. As médias quinquenais do coeficiente de Gini têm uma correlação positiva com a taxa de desemprego em cada país da África Austral. Na África do Sul, uma redução de 10% na taxa de desemprego reduziria o coeficiente de Gini em 3%; porém, para atingir os mesmos resultados no coeficiente de Gini apenas através de transferências públicas, estas teriam de aumentar 40% (Anand, Kothari e Kumar, 2016).

A existência de grandes desigualdades pode gerar desemprego de várias formas. Um alto nível de desigualdade leva a dificuldades de liquidez que impedem os mais pobres de investirem na sua saúde, educação e competências. Este subinvestimento cria um grande contingente de mão-de-obra pouco qualificada que a economia não consegue absorver, aumentando o desemprego estrutural. Além disso, as taxas de participação no mercado de trabalho são maiores nos decis da população com rendimento mais elevado, ou seja, entre os que também têm acesso a melhores oportunidades (Leibbrandt e Levinsohn, 2011). Na África do Sul, nomeadamente, a maioria dos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho não possui as competências necessárias para encontrar um emprego, ou para ganhar salários dignos. Isto levou a uma situação em que 3 milhões de jovens não estão a trabalhar, nem a estudar ou em formação, e em que 600 000 licenciados estão desempregados. Simultaneamente, o setor privado não consegue preencher as 800 000 vagas de emprego existentes (The Economist, 2012).

A criação de oportunidades de emprego tem de estar no centro das respostas à desigualdade e ao desemprego. A Namíbia é um caso a salientar. Embora o seu coeficiente de Gini tenha diminuído de cerca de 63, em 2003, para 61, em 2009, em parte graças a redes generosas de proteção social, o nível de desigualdade de rendimentos continua elevado. Na Namíbia, esta desigualdade está ligada a um desemprego elevado, devido à falta de qualificações e inadequação das competências. A agenda nacional de desenvolvimento deve, portanto, apoiar ainda mais a criação em larga escala de empregos de baixas qualificações, nomeadamente através da industrialização. A eliminação de obstáculos ao empreendedorismo pode também permitir que empresários motivados possam criar emprego. A melhoria da educação e formação, especialmente nos jovens, será crucial na resolução da inadequação de competências e do ciclo vicioso do desemprego.

Simultaneamente, o carácter arreigado da desigualdade e do desemprego exige uma combinação entre políticas para o mercado de trabalho e programas de assistência social. As políticas bem orientadas de redistribuição direta podem reduzir as desigualdades de forma eficaz, como comprova o caso da África do Sul. Os países da região têm recorrido, cada vez mais, a transferências monetárias e em espécie (Garcia e Moore, 2012). No entanto, para responder às causas da desigualdade de rendimentos, será necessário promover um crescimento do emprego numa base alargada, através da transformação estrutural. A desagregação dos dados sobre rendimentos demonstra que os rendimentos do trabalho são a fonte mais importante da desigualdade de rendimentos, pelo que confiar apenas nos apoios sociais pode não ser suficiente para eliminar a principal causa da desigualdade (Leibbrandt, Finn e Woolard, 2015; Leite, McKinley e Osorio, 2006).

Recomendações de políticas

Impulsionar a agenda da industrialização continua a ser crucial na África Austral

A Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063 definiu um plano claro e ambicioso para a transição de um setor industrial assente nas matérias-primas para um setor baseado na tecnologia. No seu seguimento, a SADC adotou outras estratégias e protocolos regionais, incluindo a Revisão do Anexo 1 sobre Investimento, no Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimentos (PFI), e o Protocolo da SADC sobre Comércio.

Apesar de alguns sinais iniciais encorajadores, a implementação continua a ser desafiante. Uma análise comparativa recente do PFI da SADC demonstra que as estratégias de integração regional ajudaram as empresas de muitos países a inserirem-se nas cadeias de valor regionais e globais e a atrair mais e melhor IDE (SADC/OCDE, 2017). Nomeadamente, empresas retalhistas genéricas como a Shoprite ou a Pick and Pay, bem como retalhistas mais especializados como a Ellerines (móveis) ou a Mr. Price e Foschini (vestuário) conseguiram expandir-se para o mercado da SACU (Banco Mundial, 2015b). Outros retalhistas fora da África do Sul, como a Choppies (Botswana), estabeleceram 28 supermercados na África do Sul e 13 no Zimbabwe. Contudo, nem todos os países colheram benefícios, em parte devido à fraca implementação e monitorização dessas estratégias. Em simultâneo, a falta de um sistema harmonizado de resolução de litígios e de um mecanismo de arbitragem pode impedir novas subidas do IDE (Chidede, 2017).

Salientam-se duas grandes áreas prioritárias para reforma. Uma é a criação de oportunidades de aprendizagem a partir do IDE. Isto pode ser feito através de um reforço da coordenação entre as ações nacionais e regionais, particularmente pela ligação do IDE à economia local. A análise das boas práticas na utilização de conteúdos locais e de disposições sobre o valor acrescentado local poderia ajudar a identificar práticas a implementar no plano regional. A experiência global demonstra que estas políticas devem ser complementadas com um apoio do lado da oferta, para que as empresas atualizem e cumpram os padrões e requisitos das empresas de vanguarda. A monitorização da eficácia é fundamental, também, para evitar um apoio incondicional a empresas locais pouco competitivas.

As oportunidades e os desafios são específicos de cada setor, pelo que as políticas devem ser orientadas sectorialmente. A Tabela 3.4 apresenta um resumo recente dos desafios e oportunidades para os principais clusters identificados na Estratégia Industrial da SADC. O setor automóvel, por exemplo, é fortemente prejudicado pela exiguidade do mercado, enquanto os têxteis e vestuário têm falta de trabalho qualificado e de capacidade de gestão da cadeia de distribuição. Consequentemente, as políticas para promover o desenvolvimento de cadeias de valor locais só serão eficazes se forem específicas para cada indústria e para cada país (BAD/OCDE/PNUD, 2014).

Tabela 3.4. Desafios e oportunidades nos principais clusters identificados na Estratégia Industrial da SADC

Cadeia de valor	Desafios	Oportunidades
Sector automóvel	<ul style="list-style-type: none"> • Produção circunscrita à África do Sul • Capacidade local dificultada pela exiguidade do mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Veículos adaptados às necessidades africanas (duráveis, a preços acessíveis) podem impulsionar a produção
Têxteis e vestuário	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de competências técnicas e capacidade de coordenação • As exigências de conteúdo local sobrecarregam os fabricantes 	<ul style="list-style-type: none"> • À medida que os custos de produção sobem na Ásia, a indústria pode deslocar-se do continente asiático para o africano.
Equipamentos médicos	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de um quadro regulamentar e de acreditação prejudica os fabricantes locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de enfoque na investigação e desenvolvimento, na educação e formação profissional, para capitalizar o valor acrescentado através do capital humano
Produtos farmacêuticos	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo longo para licenciamento de medicamentos • Regulamentação fragmentada a nível regional • Dependência excessiva de medicamentos estrangeiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas regionais para reforçar as capacidades de desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos locais
Transformação de produtos agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Os pequenos agricultores não propiciam economias de escala, a mecanização e o cumprimento de padrões nacionais e internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas de apoio a pequenos agricultores • Investimento em uma agricultura inteligente em termos climáticos

Fonte: SADC/OCDE (2017), *FDI-SME Linkages in Regional and Global Value Chains and the Development Dimension in SADC*.

A outra área prioritária de reforma é o aprofundamento da integração intra-SADC e o aumento do comércio intra-africano. Uma melhor implementação dos acordos e protocolos existentes na SADC permitiria progredir na integração e criar emprego. Ao nível continental, é necessário que os países da África Austral acelerem o processo de

aprovação e de implementação da ZCGL. A remoção de barreiras não-tarifárias, através da melhoria dos procedimentos alfandegários e da simplificação das regras de origem, permitiria reduzir os custos do comércio na região. Estes acordos de comércio deveriam também alargar-se aos serviços, na medida em que estes têm crescido de forma significativa na África Austral.

A construção de infraestruturas fundamentais, a promoção do desenvolvimento de serviços de apoio e a redução das barreiras não-tarifárias são essenciais para facilitar o comércio. A SADC poderia seguir o exemplo da EAC/CAO e da COMESA, adotando um regime de comércio simplificado, com instrumentos adaptados às necessidades e exigências dos pequenos comerciantes (Fundira, 2018). Estas medidas contribuiriam para a criação de emprego e para a melhoria dos rendimentos dos comerciantes informais transfronteiriços.

Os programas de educação e formação podem aumentar a empregabilidade da população jovem da África Austral

Os governos devem assegurar recursos suficientes para o reforço do capital humano através da educação. A educação deve ser transformada, de forma a centrar-se não apenas no número de matrículas, mas na melhoria da qualidade de ensino, para que as competências adquiridas correspondam às necessidades da indústria. A região deve desenvolver esforços para eliminar esta disparidade de competências, por exemplo através da criação de centros de excelência onde se possam gerar competências técnicas relevantes, atualmente importadas por África.

O desenvolvimento de um sistema técnico-profissional eficaz ajudará a colmatar a escassez de competências e a redirecionar os jovens para programas de formação. Em 2013, apenas 12% dos estudantes sul-africanos no último ciclo do ensino secundário estavam matriculados em programas de formação profissional. O setor do ensino e formação técnico-profissional (EFTP) pode ser reforçado em termos de qualificações e formação do pessoal, dos recursos e dos conteúdos curriculares, para que se torne mais viável e atrativo para os estudantes e as empresas (Field, Musset e Alvarez-Galvan, 2014). A generalização de estágios como parte integrante dos programas de ensino nas faculdades e universidades de EFTP pode facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Os governos podem também apoiar os empresários na criação de novos negócios. As reformas para aliviar os custos das atividades empresariais, para eliminar os obstáculos à concorrência em muitos setores e para facilitar a expansão das empresas na região contribuiriam para o aumento da produtividade e para a criação de emprego. A integração das PME em cadeias de valor locais pode aumentar a procura e as oportunidades de aprendizagem, para que os empresários desenvolvam os seus negócios. As políticas do lado da oferta podem, igualmente, reforçar as capacidades dos empresários nacionais, através da melhoria das competências de gestão, do acesso a financiamento e capital inicial, bem como do ambiente de negócios.

A concentração dos recursos disponíveis num conjunto limitado de casos permite maximizar as hipóteses de impacto efetivo. Na África do Sul, em Angola, no Botswana e na Zâmbia, a maioria dos empresários está motivada por novas oportunidades de negócio. Identificar esses empresários e disponibilizar-lhes apoio específico é mais eficaz do que adotar medidas indiscriminadas. Em contrapartida, no Malawi e na Zâmbia, a falta de oportunidades de emprego no setor formal obrigou a maioria dos que procuram emprego a trabalharem por conta própria. Para os ajudar a regressar ao

mercado de trabalho, é necessário que as políticas de empreendedorismo se coordenem com as políticas de proteção social e de formação.

Os governos da África Austral devem gradualmente investir em sistemas de proteção social e mobilizar recursos domésticos

Os sistemas de segurança social são atualmente muito díspares na África Austral, refletindo os desafios e as estruturas económicas específicas de cada país. A África do Sul estabeleceu um sistema relativamente abrangente, com subsídios sociais para grupos vulneráveis, seguro de desemprego, programas de obras públicas e outras políticas sociais progressivas. Isto pretende responder às consequências do anterior regime de *apartheid*. Outros países da SADC implementaram eficazmente sistemas universais de pensões não-contributivas. Os países da África Austral não membros da SACU, pelo contrário, possuem sistemas de proteção social muito menores, devido a capacidades institucionais e orçamentais mais fracas, bem como à prevalência de trabalhadores agrícolas e do setor informal. Nos últimos anos, estes países conseguiram reduzir a pobreza através de programas de transferência monetária, mas os sistemas continuam a ser fragmentados e pouco articulados no geral.

Em todos os casos, o desenvolvimento de sistemas integrados de proteção social pode ajudar a garantir um nível básico de cobertura para todos. A expansão da cobertura é um desafio, mesmo em países com sistemas mais avançados. No Botswana, o sistema de proteção social engloba mais de 29 programas de 10 organismos públicos, em que muitos se sobrepõem. Apesar da existência de um sistema complexo e relativamente abrangente, 80% das crianças consideradas desfavorecidas segundo pelo menos uma dimensão da pobreza vive em agregados familiares que não recebem pensões estatais, nem outros tipos de assistência governamental (Social Policy Research Institute, 2017).

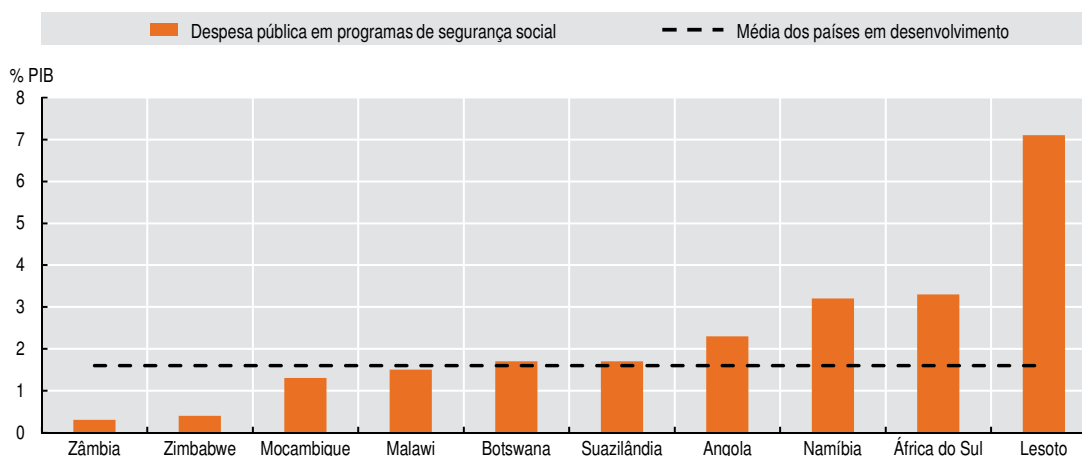
Os países da África Austral podem também aumentar a eficiência operacional, evitando duplicações e aproveitando sinergias entre os programas. No futuro próximo, os governos da região poderão não ter a folga orçamental necessária para alargar mais as despesas sociais, uma vez que os preços das matérias-primas não deverão regressar aos níveis elevados de meados dos anos 2000, sendo provável a continuação de um fraco crescimento. É importante, assim, melhorar a eficiência dos gastos sociais. A Zâmbia fê-lo através da definição de uma Política Nacional de Proteção Social, em 2014, que engloba os apoios sociais e a segurança social. A longo prazo, é necessário que os governos desenvolvam gradualmente os seus programas de apoios sociais, a segurança social e as políticas do mercado de trabalho de forma integrada.

A mobilização de receitas fiscais internas será fundamental para impulsionar as despesas de proteção social. A Figura 3.14 apresenta as despesas com programas de proteção social nos países da África Austral, excluindo a despesa com seguros sociais e programas dirigidos ao mercado de trabalho. O Lesoto, a África do Sul e a Namíbia têm tido um desempenho acima da média dos países em desenvolvimento. A Zâmbia e o Zimbabwe, pelo contrário, gastam menos de 0.5% do PIB em assistência social.

A Agenda 2063 da União Africana define o objetivo de aumentar a despesa pública em proteção social para 5%. Os governos deverão diversificar os seus esquemas de financiamento, de forma a aumentarem os seus orçamentos para a proteção social. O Malawi e a Zâmbia dependem principalmente do financiamento dos doadores nesta área. Em países dependentes dos recursos naturais, como Angola ou o Botswana, as rendas dos recursos representam entre 50% e 80% das receitas públicas (Ulriksen, 2013). No entanto, embora os rendimentos dos recursos possam fornecer um impulso imediato e incentivar

novos atores a participarem em esquemas voluntários, o financiamento dos sistemas de proteção social não pode depender unicamente das receitas provenientes dos recursos naturais, dada a sua volatilidade. O aumento da tributação direta é o instrumento mais importante a longo prazo, embora exija um investimento continuado nas capacidades administrativas e institucionais (OCDE, 2017d).

Figura 3.14. Despesa pública em programas de proteção social nos países da África Austral



Nota: A figura apresenta os dados do último ano disponível.

Fonte: Banco Mundial (2018), ASPIRE (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783247>

Anexo 3.A1. Tabelas estatísticas adicionais sobre a África Austral

Tabela 3.A1.1. Distribuição setorial do emprego nos países da África Austral

	Agricultura	Indústria	Serviços
África do Sul (2015)	5.6	23.9	70.5
Angola (2017)	28.7	21.5	49.7
Botswana (2010)	26.4	17.5	56
Lesoto (2008)	12.1	41.7	45.5
Malawi (2011)*	64.1	4.4	31.5
Moçambique (2012)*	33	14.4	52.6
Namíbia (2013)	31.4	14.4	54.2
Suazilândia (2011)*	7.9	43.5	48.6
Zâmbia (2012)	55.8	10.1	33.7
Zimbabwe (2014)	67.2	7.3	25.4

Fonte: Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e * Inquéritos Nacionais à Força de Trabalho.

Tabela 3.A1.2. Taxas de desemprego nos países da África Austral, 1991-2016

	Taxa nacional de desemprego *				Evolução 1991-2016
	1991	2000	2010	2016	
África do Sul	23.9	26.7	24.7	25.9	2.0
Angola	6.7	6.8	6.8	6.6	-0.2
Botswana	13.8	15.8	17.9	18.4	4.6
Lesoto	26.6	26.2	25.6	27.4	0.9
Malawi	6.9	7.4	6.5	6.7	-0.2
Moçambique	24.7	23.2	23.5	24.4	-0.3
Namíbia	19.0	20.3	22.1	25.6	6.6
Suazilândia	23.8	22.9	27.8	25.3	1.5
Zâmbia	18.9	12.9	10.8	7.5	-11.4
Zimbabwe	5.8	4.8	6.3	5.1	-0.7

Note: * Estimativa do Banco Mundial, a partir da metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Notas

1. O índice de Gini mede o grau de desvio entre a distribuição do rendimento dos indivíduos ou agregados familiares no seio de uma economia e uma distribuição totalmente equitativa. O índice vai de 0, no caso de uma “igualdade perfeita” (em que cada parcela da população obtém a mesma proporção de rendimento) até 100, no caso de uma “desigualdade perfeita” (em que a totalidade do rendimento vai para a parcela da população que possui o rendimento mais elevado)
2. O projeto “Commitment to Equity (CEQ)” é liderado por Nora Lustig desde 2008. É uma iniciativa do Center for Inter-American Policy and Research e do Departamento de Economia da Tulane University, do Center for Global Development e de Inter-American Dialogue. O projeto CEQ está sediado no Commitment to Equity Institute, em Tulane. Saiba mais em www.commitmenttoequity.org.
3. Os coeficientes de Gini na África do Sul e na Zâmbia baseiam-se em dados sobre receitas ou consumo, em anos que diferem dos apresentados nas secções anteriores (calculados com base nos dados da PovCal).
4. Cada país membro da SACU é comparado aos países que têm os três níveis superiores de rendimento per capita (em USD a preços constantes, média do período 2008-10) e com os três níveis imediatamente inferiores de rendimento per capita.

Bibliografia

- Altman, M. (2004), “The state of employment”, in J. Daniel, R. Southall e J. Lutchman (eds.), *State of the Nation 2004-2005*, HSRC Press, Cidade do Cabo, pp. 423-454.
- Anand, R., S. Kothari e N. Kumar (2016), *South Africa Labour Market Dynamics and Inequality*, Fundo Monetário Internacional.
- BAD et al. (2012), *Perspetivas Económicas em África 2012: Promoção do Emprego Jovem*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264177673-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2014), *Perspetivas Económicas em África 2014: As Cadeias de Valor Globais e a Industrialização de África*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264213005-4-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-5-pt>.
- Banco Mundial (2015a), *Botswana Poverty Assessment*, Report No. 88473-BW, Banco Mundial, Washington, DC, [PUBLIC-Box394819B.pdf](#).
- Banco Mundial (2015b), *Factory Southern Africa? SACU in Global Value Chains: Summary Report*, novembro de 2015, Banco Mundial, Washington, DC, <https://www.saiia.org.za/non-saiia-publications/969-2016-01-21-saiia-world-bank-factory-southern-africa-full-report/file>.
- Banco Mundial (2016), *Republic of Angola Poverty and Social Impact Analysis*, Report No. ACS19693, 22 de junho de 2016, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25105/ACS19693.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <https://data.worldbank.org/products/wdi> (consultado em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2017b), *PovcalNet* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet> (consultado em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2018), *ASPIRE* (base de dados), <http://datatopics.worldbank.org/aspire/indicator/social-expenditure> (consultado em 13 de março de 2018).
- Brixiová, Z., M. Ncube e Z. Bicaba (2015), “Skills and youth entrepreneurship in Africa: Analysis with evidence from Swaziland”, *World Development*, Vol. 67, pp. 11-26.
- Brynard, A. P. (2011), “The implementation of unemployment policies in South Africa”, *Journal of African Public Affairs*, Vol. 4(2).
- Bureau of Statistics (2008), *Lesotho Integrated Labour Force Survey Report for 2008*, Maseru, <http://catalog.ihns.org/index.php/catalog/4531/download/57895>.
- Chidede, T. (2017), “Intellectual property governance in Africa”, *Tralac trade brief* No. S17TB14/2017, julho de 2017.
- Conference Board (2017), *Total Economy Database*, <https://www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762> (accessed 31 January 2018).
- CSO (2015), *Labour Force Survey Report 2014*, Central Statistical Office, Governo da República da Zâmbia, Lusaca.
- Cuesta, J., P. Kabaso e P. Suarez-Becerra (2012), “How pro-poor and progressive is social spending in Zambia?”, *Policy Research Working Paper 6052*, abril de 2012, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6054/WPS6052.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Danish Trade Union Council (2014), *Mozambique Market Profile*, Copenhaga.
- De La Fuente, A., M. Rosales e J. Jellema (2017), “The impact of fiscal policy on inequality and poverty in Zambia”, *Policy Research Working Paper*, No. 8246, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28907>.
- Department of Finance (1996), *Growth Employment and Redistribution: A Macroeconomic Strategy*, Departamento de Finanças, Pretória.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados), <https://wits.worldbank.org/> (consultado em 1 de fevereiro de 2018).
- Field, S., P. Musset e J. L. Alvarez-Galvan (2014), *A Skills Beyond School Review of South Africa*, Avaliações da OCDE sobre Educação e Formação Profissional, Publicações OCDE, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264223776-en>.
- FMI (2012), *Botswana Country Report*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>.
- Fundira, T. (2018), “Informal cross-border trading – review of the simplified trade regimes in east and southern Africa”, *TRALAC Trade Brief* No. S18TB5/2018.

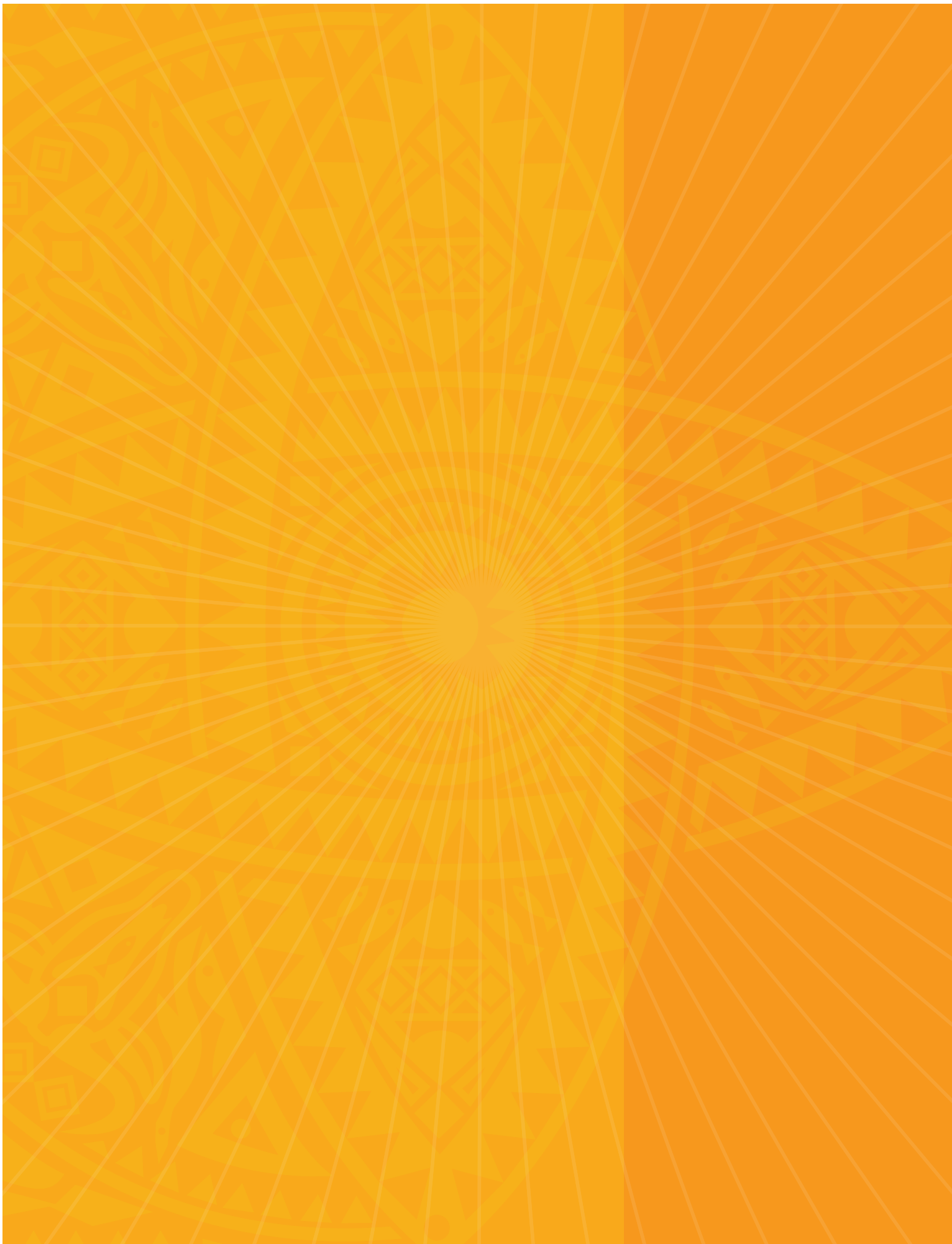
- Garcia, M. e C. Moore (2012), *The Cash Dividend : The Rise of Cash Transfer Programs in Sub-Saharan Africa*, Directions in Development, Banco Mundial, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2246>.
- GEM (2017), *South Africa 2016-2017 Report*, Global Entrepreneurship Monitor, <http://gemconsortium.org/report/49833>.
- Inchauste, G. et al. (2015), *The Distributional Impact of Fiscal Policy in South Africa*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Keeton, G. (2014), "Inequality in South Africa", *Journal of Helen Suzman Foundation*, Vol. 74.
- Kerr, A. (2018), "Job flows, worker flows and churning in South Africa", *South African Journal of Economics*, Vol. 86(S1), pp. 141-166.
- Kingdon, G. e J. Knight (2004), "Unemployment in South Africa: The nature of the beast", *World Development*, Vol. 32(3), pp. 391-408.
- Leibbrandt, M. e J. Levinsohn (2011), "Fifteen years on: Household incomes in South Africa", in *National Bureau of Economic Research Working Paper No. 16661*, National Bureau of Economic Research, Cambridge.
- Leibbrandt, M., A. Finn e I. Woolard (2012), "Describing and decomposing post-apartheid income inequality in South Africa", *Development Southern Africa*, Vol. 29(1), pp. 19-34.
- Leite, P.G., T. McKinley e R.G. Osorio (2006), *The Post-Apartheid Evolution of Earnings Inequality in South Africa, 1995-2004*, International Poverty Centre.
- Levine, R. e D. Renelt (1992), "A sensitivity analysis of cross-country growth regressions", *American Economic Review*, Vol. 82(4), pp. 942-963.
- Levinsohn, J. (2007), *Two Policies to Alleviate Unemployment in South Africa*, National Bureau of Economic Research, Cambridge.
- Maree, J. (2007), "Strategies for reducing unemployment in South Africa and the role of organized labour", paper apresentado na Conferência Labour and the Challenges of Development, Joanesburgo, 1-3 de abril de 2007.
- Mussa, R. (2015), *A Dangerous Divide: The State of Inequality in Malawi*, Oxfam, Lilongwe.
- Nattrass, N. (2001), "High productivity now: A critique of South Africa's growth strategy", *Transformation*, Vol. 45, pp. 1-24.
- OCDE (2017a), *OECD Economic Surveys: South Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-zaf-2017-en.
- OCDE (2017b), *Unlocking the Potential of Youth Entrepreneurship in Developing Countries: From Subsistence to Performance*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264277830-en>.
- OCDE (2017c), *Youth Aspirations and the Reality of Jobs in Developing Countries: Mind the Gap*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264285668-en>.
- OCDE (2017d), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>.
- OCDE (2018a), *International Development Statistics (base de dados)*, www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OCDE (2018b), "Youth Well-being Policy Review of Malawi", Projeto de Inclusão dos Jovens UE-OCDE, Paris, <https://www.oecd.org/countries/malawi/Youth-well-being-policy-review-Malawi.pdf>.
- OIT (2017), *ILO Stat (base de dados)*, www.ilo.org/ilostat.
- Rodrik, D. (2016), "Premature deindustrialization", *Journal of Economic Growth*, Vol. 21(1), pp. 1-33.
- Romer, P.M. (1986), "Increasing returns and long-run growth", *Journal of Political Economy*, Vol. 94(5), pp. 1002-1037.
- SADC/OCDE (2017), *FDI-SME Linkages in Regional and Global Value Chains and the Development Dimension in SADC*, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, dezembro de 2017.
- Social Policy Research Institute (2017), *Profiling of Social Protection Beneficiaries in Botswana*, julho de 2017.
- Solow, R.M. (1956), "A contribution to the theory of economic growth", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 70(1), pp. 65-94.
- Streak, J. (2004), "The GEAR legacy: Did GEAR fail or move South Africa forward", *Development Southern Africa*, Vol. 21(2), pp. 271-288.
- The Economist (2012a), "Education in South Africa still dysfunctional: Standards still leave a lot to be desired", 21 de janeiro de 2012.
- Ulriksen, M. (2013), "The Politics of Social Protection Expenditure and Financing in Southern Africa", *Development Southern Africa*, Vol. 30(1), pp. 39-53, DOI: 10.1080/0376835X.2013.756097.

UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados), <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultado em 1 de março de 2018).

UNECA (2015), *Accelerating Industrialization in Southern Africa through Beneficiation and Value Addition*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba.

UNECA (2017), *Economic Report on Africa 2017*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba.

Zimstat (2014), *Zimbabwe Labour Force Survey*, Zimstat, Harare.



Capítulo 4

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Central

Este capítulo apresenta as tendências e os determinantes do crescimento, do emprego e das desigualdades na África Central (Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe). Além disso, aborda a composição setorial das economias da região, bem como as dinâmicas da produtividade, da criação de emprego e da desigualdade de oportunidades e de rendimentos. O capítulo analisa igualmente o papel das transformações estruturais na redução da vulnerabilidade da região face às flutuações dos preços internacionais das matérias-primas.

Este capítulo centra-se em quatro tópicos: dinâmicas de crescimento, de emprego e de desigualdade, terminando com recomendações que têm em consideração as especificidades nacionais.

EM SÍNTESE

Entre 2000 e 2016, a África Central registou uma forte dinâmica de **crescimento** – com uma média de 5.6% –, mas com quase o dobro da volatilidade do resto do continente, fruto da vulnerabilidade da região aos preços internacionais das matérias-primas. Sem transformações estruturais, as perspectivas de que um crescimento sustentado possa reduzir a pobreza e as desigualdades continuam a ser fracas.

Apesar da heterogeneidade da região, todos os países têm em comum a dependência do petróleo e dos minerais. Desde o início dos anos 1990, o setor dos serviços tem contribuído com cerca de 40% para o PIB. A contribuição do setor agrícola decresceu de 21% do PIB em 1990 para 11% em 2015, a favor da expansão da indústria, cuja contribuição para o PIB subiu de 34% para 49%. Este progresso baseia-se em atividades extrativas, pelo que não traduz uma mudança estrutural de fundo.

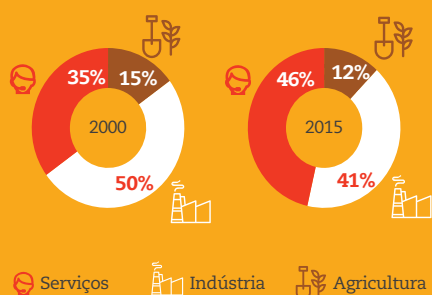
A taxa de desemprego tem primado pela estabilidade, com valores na casa dos 7% desde o ano 2000, mas o mercado de trabalho é dominado pela economia informal. Com um perfil de produção dominado pelos minerais, o crescimento é muito mais intensivo em capital do que em trabalho. O setor dos serviços é o único que tem criado emprego, mas sem conseguir compensar a diminuição do **emprego** nos outros setores.

As políticas a favor dos pobres geraram uma redução da pobreza e da **desigualdade** de oportunidades na maioria dos países da região, mas sem as erradicarem totalmente. No entanto, a desigualdade de rendimentos não diminuiu. O coeficiente de Gini manteve-se constante nos 42 pontos desde o ano 2000, naquele que é o nível mais elevado do continente. A África Central, porém, diverge do resto do continente no que se refere aos resultados positivos que tem obtido no combate à desigualdade de género, mesmo que esta ainda se mantenha elevada na região. Os países devem manter os seus esforços para que a desigualdade de género não volte a crescer.

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdades na África Central

Composição do PIB

O setor dos serviços cresceu à custa dos setores agrícola e industrial



Crescimento

Curto prazo

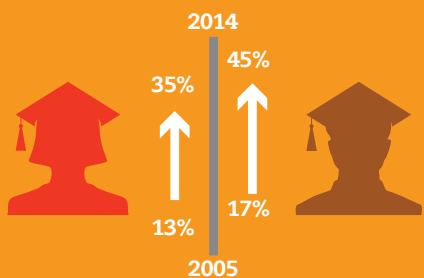


Longo prazo



Igualdade de Género

Taxas de conclusão do ensino secundário para raparigas e rapazes

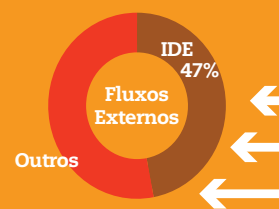


A taxa de maternidade na adolescência



Receitas

Em 2016, o IDE na África Central atingiu 4.7 mil milhões de USD



Energia

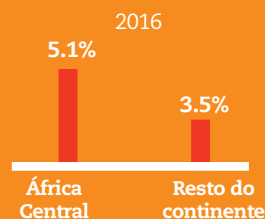
Os recursos energéticos nos países da CEEAC representam



60%
do potencial do continente

Violência

Maior violência proveniente de atores não-estatais



Cerca de 542 380 pessoas fugiram da República Centro-Africana desde 2013

o que equivale a 10% da população



Perfil regional da África Central

Tabela 4.1. Indicadores básicos da África Central, 2017

População (milhares)	144 575
Área (milhares de km ²)	5 276
Densidade populacional (pop./km ²)	27
PIB, PPC (mil milhões USD)	294
PIB per capita, PPC (USD)	2 009

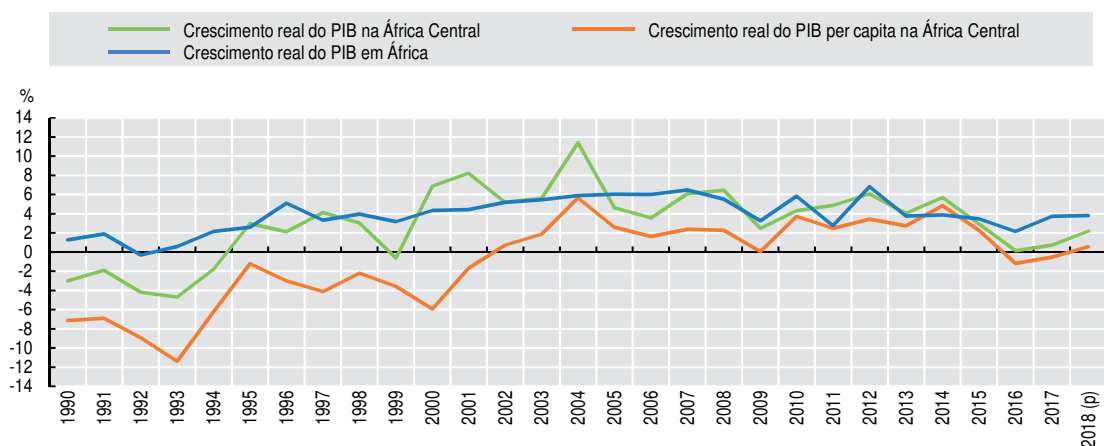
Fonte: Cálculos dos autores, com base em UNDESA (2017), base de dados, Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators*, FMI (2017a), *World Economic Outlook* (base de dados de outubro de 2017).

Tabela 4.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Central 2009-16 (mil milhões de USD, preços correntes)

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	5.2	7.5	7.2	8.7	7.5	8.7	5.6	4.7
		Investimento de carteira	0.3	0.3	-2.2	-3.5	1.3	0	0	0
		Remessas	0.2	0.2	0.4	0.3	0.3	0.4	0.3	0.3
	Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	4.8	7.0	7.9	4.9	4.9	5.0	5.0	4.9
Total de fluxos externos		10.6	14.9	13.3	10.4	14.0	14.1	10.9	10.0	
Receitas fiscais internas		10.8	10.8	13.4	14.6	15.8	17.2	14.2	11.5	

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados de outubro de 2017), e OCDE/CAD (2017), *Online Statistics on International Development* (base de dados).

Figura 4.1. Dinâmicas de crescimento na África Central e em África, 1990-2018

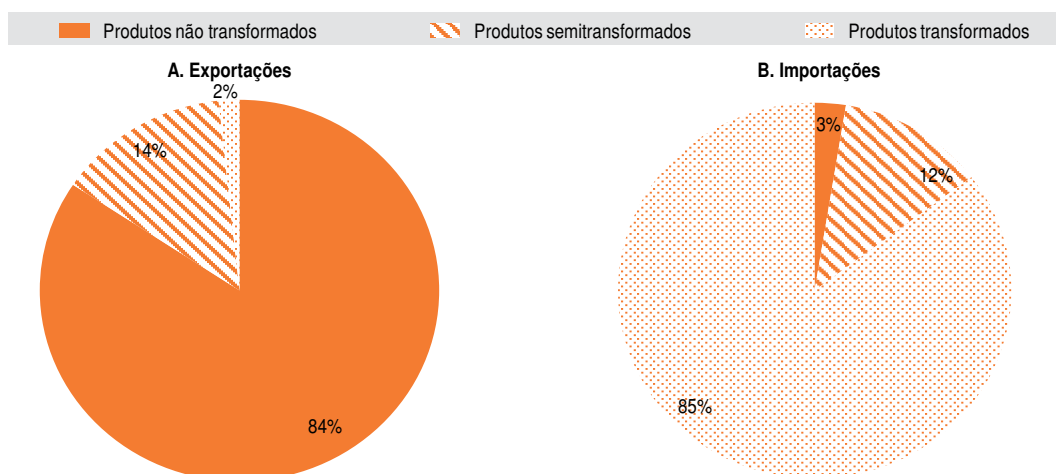


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2017a), *World Economic Outlook* (base de dados de abril de 2018).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783266>

Figura 4.2. Composição do comércio na África Central, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em UNCOMTRADE (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783285>

A África Central é composta por nove países que diferem muito em termos de dimensão, população e geografia. A região incluiu países sem costa marítima, como o Burundi e o Chade, bem como pequenos Estados insulares, como a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. A região integra ainda os Camarões, o Gabão, a República Centro-Africana, a República do Congo (Congo) e a vasta República Democrática do Congo (RDC).

Com 144.6 milhões de habitantes em 2017, 53% dos quais com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, a África Central representa 11.5% da população do continente. O território da África Central tem 5.3 milhões de quilómetros quadrados (km²), e regista a mais baixa densidade populacional do continente, com 27 habitantes por km² – a densidade populacional de África é de 39 habitantes por km². Entre 1980 e 2016, a população rural passou de 73% para 55% do total populacional, com variações entre os países.

O PIB da África Central é o menor do continente, com 294 mil milhões de USD em paridade do poder de compra (PPC). A contribuição da região para o PIB africano flutua entre os 4% e os 11%, dependendo da economia global e dos preços internacionais dos produtos petrolíferos. Estes representam mais de 80% das exportações totais da região.

Todos os países da região são membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), uma zona de comércio livre criada em 1983. Seis dos nove países são igualmente membros de uma zona económica e monetária criada em 1994, a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC).

Crescimento instável e frágil

Crescimento mais volátil do que no continente africano

O crescimento na África Central tende a espelhar a situação no continente, tanto em períodos de crescimento como de recessão, mas é mais errático. De 1989 a 1993, a região conheceu uma dura crise económica provocada pelo choque petrolífero de 1986, pelo esgotamento de depósitos de crude (particularmente nos Camarões) e pelo colapso dos preços das matérias-primas. Após a desvalorização do franco CFA (XAF), em 1994, o crescimento seguiu uma trajetória globalmente positiva, sendo mesmo, por vezes, superior à prestação do continente. Desde 2015, a atividade económica tem sido mais fraca, perturbada pela queda dos preços das matérias-primas.

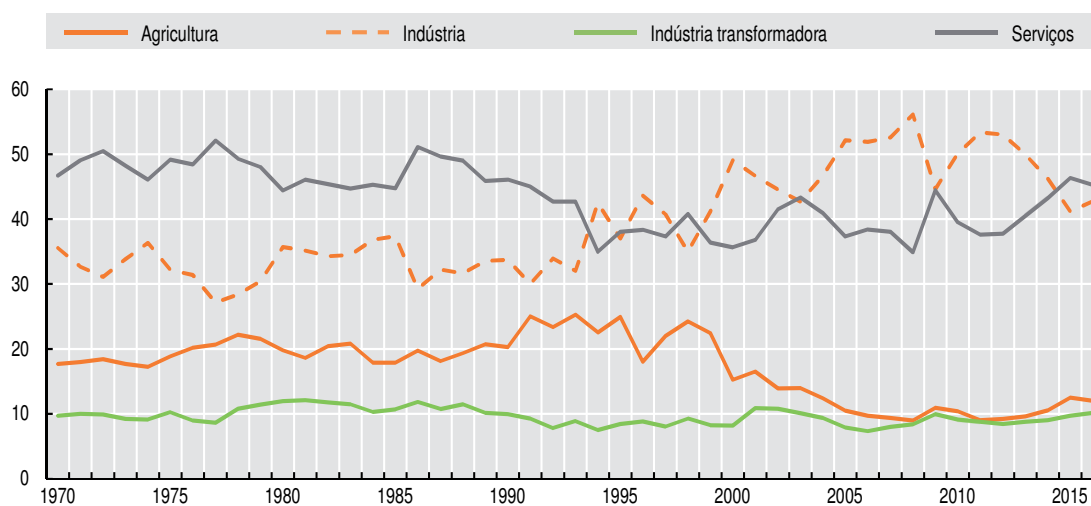
A instabilidade do crescimento parece mais pronunciada do que noutros locais, registando uma volatilidade que quase duplica a que se verifica no resto do continente. A volatilidade é aqui medida através do desvio padrão na taxa de crescimento económico. Os valores para a África Central são 4.11 e 2.6 nos períodos 1971-2016 e 2000-2016, enquanto para África, nos mesmos períodos, os valores são 1.84 e 1.63.

O setor extrativo impulsiona o crescimento desde 1994

A contribuição sectorial para o crescimento sublinha o predomínio da extração de produtos primários, apesar da desindustrialização dos anos 1990 e 2000.

- O setor agrícola contribuiu menos para a produção regional, com o seu peso a colapsar desde o início dos anos 2000, estabilizando em torno dos 10% do PIB no final da década.
- O setor dos serviços parecia liderar o crescimento até 1993, até estabilizar em torno dos 40% do PIB.
- Desde 1994, é a indústria que impulsiona o crescimento, associado mais à extração de matérias-primas do que à criação real de valor acrescentado. Na realidade, o peso da produção da indústria transformadora no quadro do setor industrial é baixo e estável, representando cerca de 10% do PIB no período 1970-2015 (Figura 4.3).

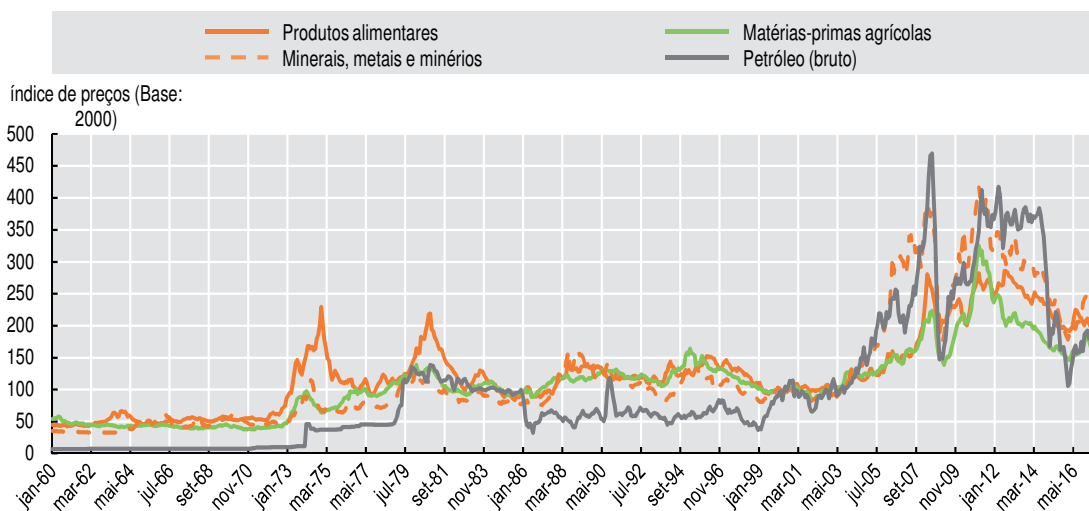
Figura 4.3. Contributo setorial para o PIB na África Central (percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em CNUCED (2017), UNCTADStat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783304>

Desde 1999, o aumento dos preços das matérias-primas (Figura 4.4) encorajou a exploração dos recursos naturais, particularmente do petróleo. Em paralelo, levou os países a abandonar outros setores, como a agricultura, numa dinâmica que impede o desenvolvimento de outras áreas da economia que poderiam criar um real valor acrescentado, como a indústria transformadora.

Figura 4.4. Evolução dos preços das principais matérias-primas



Fonte: Cálculos dos autores, com base em CNUCED (2017), UNCTADStat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783323>

Perante o peso das matérias-primas nas economias nacionais, são comuns dois tipos de transformações estruturais, que favorecem o setor industrial ou o dos serviços. No Chade, no Congo e na Guiné Equatorial, a produção mineira sustenta o crescimento do setor industrial. Em contraste, o Burundi e São Tomé e Príncipe conheceram uma expansão dos serviços em detrimento da agricultura. Em todos os países da África Central, à exceção do Burundi, o setor primário contribui menos para o crescimento do que os setores secundário e terciário.

Desde 2000, o desempenho económico da região tem estado dependente da evolução dos preços das matérias-primas. Quando estes colapsaram, em 2014-2015, a região entrou em recessão. A falta de diversificação das economias enfraquece o crescimento.

Capital: o motor do crescimento económico

Uma análise dos fatores de produção mostra que o capital contribuiu mais para o crescimento económico do que o emprego e a produtividade total dos fatores (PTF), tanto a curto quanto a longo prazo (Tabela 4.3).

- A curto prazo, as variações no crescimento são impulsionadas pelo trabalho e pelo capital. Um aumento de 1% na taxa de crescimento do emprego está associada a um acréscimo de 0.56% na taxa de crescimento geral. O impacto do capital é maior: um crescimento de capital de 1% gera um aumento do crescimento de 0.86%. A produtividade não tem um efeito significativo no crescimento.
- A longo prazo, o capital desempenha um papel mais importante na produção do que o trabalho. Um aumento de 1% do fator trabalho gera um acréscimo de 0.39% na produção, enquanto uma subida de 1% no capital gera um aumento da produção de 0.78%.

Tabela 4.3. Contribuição dos fatores de produção para o crescimento

VARIÁVEIS	Produção	
	Longo prazo	Curto prazo
Trabalho	0.385*** (0.0167)	
Capital	0.784*** (0.0217)	
Variável Trabalho		0.564** (0.234)
Variável Capital		0.864*** (0.202)
PTF	0.987*** (0.211)	-0.00951 (0.0110)
Observações	315	306
R-quadrado	0.926	0.163

Notas: Os símbolos ***, **, e * referem-se à significância estatística de 1%, 5% e 10%, respetivamente. Os desvios padrão encontram-se entre parêntesis. O modelo utilizado para as estimativas teve em consideração problemas de autocorrelação e heteroscedasticidade. O anexo 4.A1 descreve os passos seguidos para decompor a produção em trabalho, capital e produtividade total dos fatores (PTF).

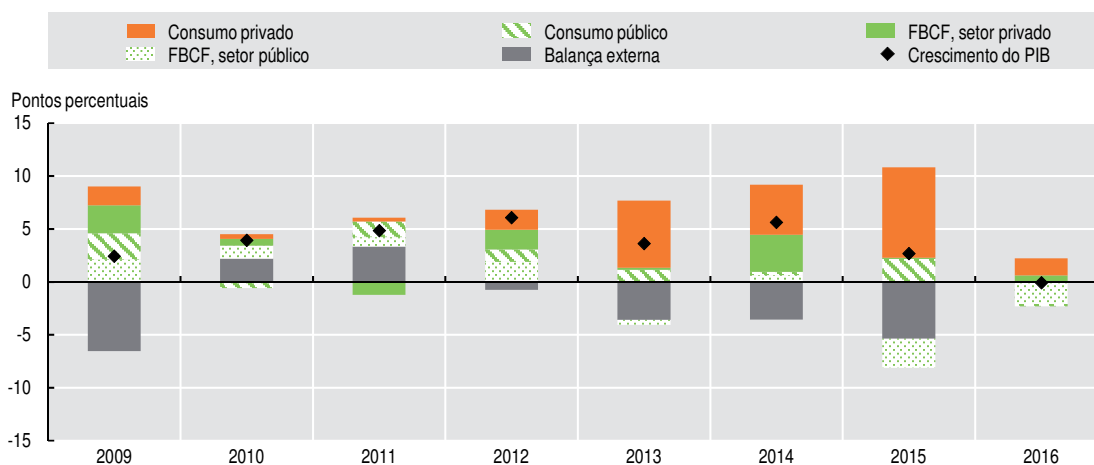
Fonte: Cálculos dos autores, com base em GGDC/UC Davis (2018), Penn World Table 9.0 (base de dados).

Os motores económicos não geram um crescimento sustentado

Desde 2009, o crescimento tem sido impulsionado pelo consumo e pelo investimento. O consumo privado tem sido o mais estável determinante do crescimento desde 2003 (Figura 4.5). O investimento também tem um efeito positivo no crescimento da África Central, semelhante às dinâmicas verificadas no resto do continente africano (Figura 4.6).

No entanto, o baixo nível de investimento público em infraestruturas prejudica o crescimento de longo prazo. As variações nos preços do petróleo dão pouca estabilidade às finanças públicas e os países têm dificuldade em assumir compromissos de investimento público a longo prazo, sobretudo em infraestruturas. A África Central tem um acesso a energia elétrica semelhante ao registado a nível continental (30%), apesar de existirem grandes diferenças regionais. O Burundi, o Gabão, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe têm bons níveis de eletrificação (entre 50% e 70%), por comparação com os valores inferiores a 10% registados no Chade, na República Centro-Africana e na RDC.

Figura 4.5. Componentes do crescimento na África Central



Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), World Development Indicators e FMI (2018), World Economic Outlook (base de dados de outubro de 2017).

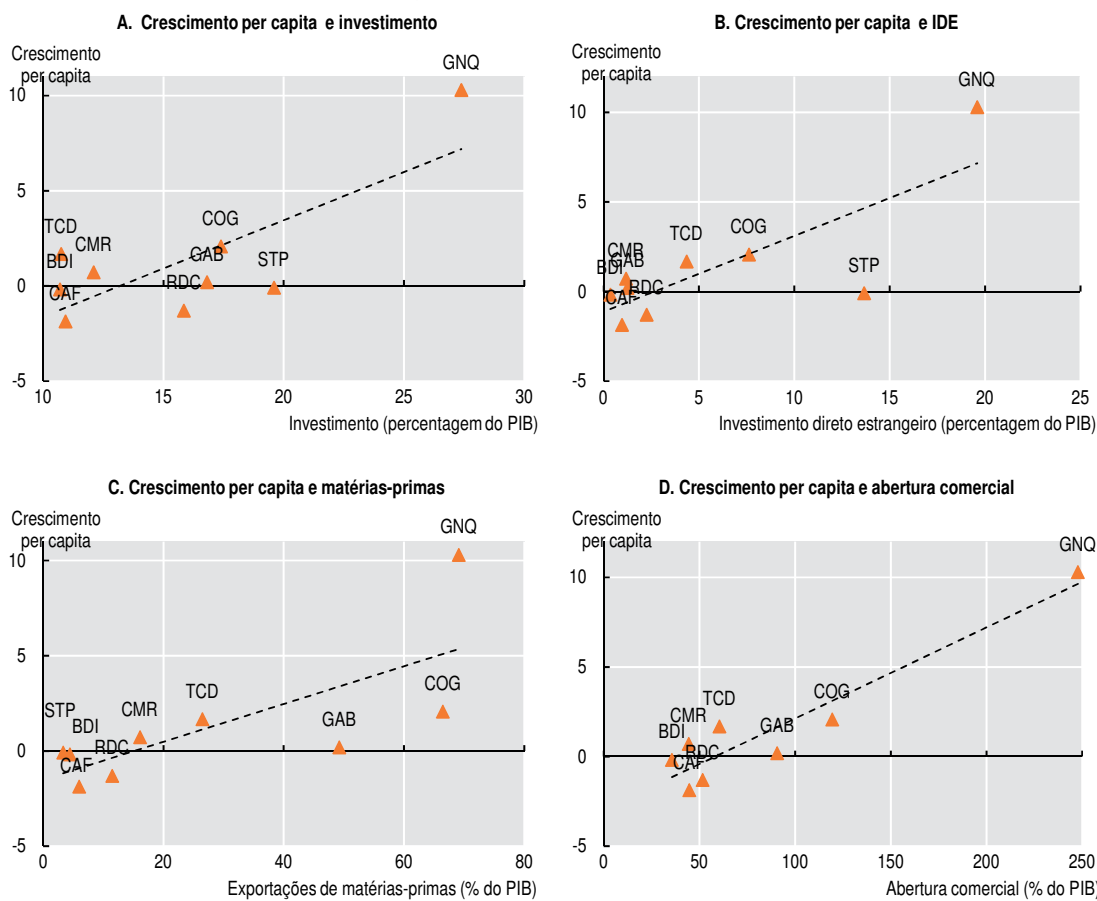
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783342>

Desde 2015, a melhoria do ambiente de negócios incentivou o crescimento do investimento privado. As reformas preconizadas pelo Tratado sobre a Harmonização do Direito dos Negócios em África (OHADA), pelos Atos Uniformes e pela legislação nacional acrescentaram novas proteções aos investidores minoritários e promoveram a contração de empréstimos (Banco Mundial, 2017b). Os países da região, porém, continuam a ter fracos desempenhos internacionais no índice *Doing Business* do Banco Mundial, que avalia anualmente o ambiente de negócios em todo o mundo. Os Camarões, o país da região melhor posicionado, ocupa a 163ª posição em 2018, numa lista de 190 países (Banco Mundial, 2018). A adoção de nova legislação deve, assim, ser acompanhada por uma implementação eficaz das reformas.

Os países com maior crescimento também são o que registam maior abertura a fluxos comerciais e financeiros (Figura 4.6). Esta relação, frequentemente destacada na literatura (Barro, 1991; Barrow, 2000), depende da estrutura das economias nacionais, mas a correlação não implica necessariamente uma relação causa-efeito.

Os países com recursos minerais e petrolíferos que têm relativa estabilidade institucional atraem mais IDE (Figura 4.6). O Congo, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe recebem, em média, mais IDE, graças ao setor extrativo, enquanto os restantes países da região continuam a registar um investimento externo muito baixo.

Figura 4.6. Principais determinantes do crescimento na África Central (médias entre 1980 e 2014)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators*; GGDC/UC Davis (2018), *Penn World Table 9.0*; e CNUCED (2017), *UNCTADStat*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783361>

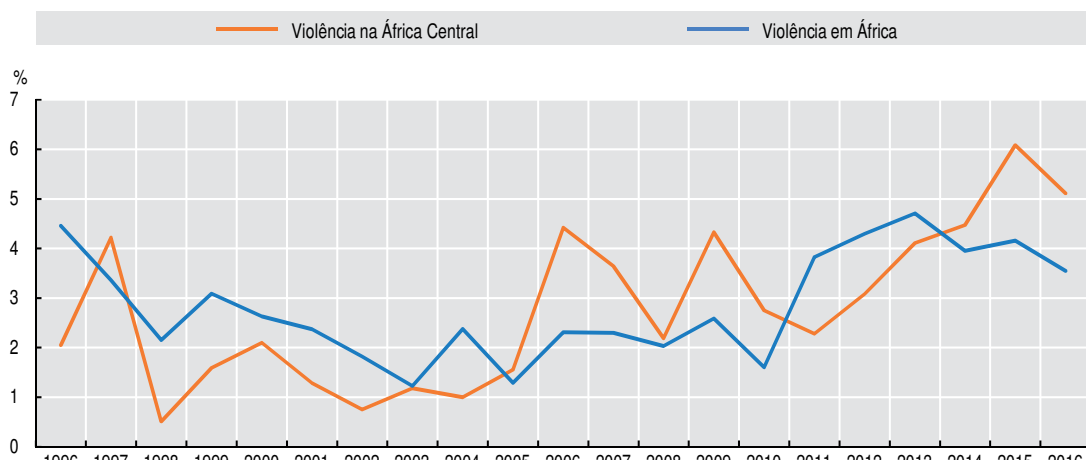
A abertura económica tem um efeito positivo e significativo no crescimento, apesar da grande heterogeneidade entre os países (Figura 4.6). A Guiné Equatorial, com um crescimento de 10%, é um caso excepcional por comparação com a média regional, fruto de um elevado nível de investimento, de exportações e de abertura ao comércio.

As exportações de matérias-primas continuam a ser uma das principais fontes de receitas e de divisas, mas dificultam a diversificação económica. Os países que dependem da exportação de matérias-primas, como o Congo, o Gabão e Guiné Equatorial, têm economias muito pouco diversificadas, mais vulneráveis às flutuações dos preços internacionais do petróleo. As outras economias também estão expostas pela sua dependência, na medida em que 75% das suas exportações se concentram em três produtos (República Centro-Africana, RDC e São Tomé e Príncipe), ou mesmo num único produto (petróleo, no Chade).

Nem todos os países sofreram períodos de conflitos, mas a região tem sido afetada por sérios riscos de segurança (Figura 4.7). Desde o ano 2000, o Burundi, os Camarões, o Chade, a República Centro-Africana e a RDC foram, ou ainda são, afetados por situações de conflito, internos ou transfronteiriços. A correlação entre conflitos e desenvolvimento económico não é clara. Um país que vive uma situação de conflito pode ter um bom nível de crescimento, como foi o caso da RDC entre 2011 e 2016.

Os problemas de segurança, no entanto, têm repercussões negativas nos fatores que impulsionam o crescimento. As guerras na África Central destruíram capital material, reduziram o investimento em saúde, tiveram impactos negativos na educação e no capital humano, bem como restringiram a acumulação de capital social, sobretudo a construção da confiança entre os investidores e as instituições governamentais (Hugon, 2006). Estes conflitos provocaram a deslocação forçada da população, o que impede toda a atividade produtiva estável. Assim, mais de 400 000 pessoas fugiram do Burundi desde 2015 (ACNUR, 2017) e 542 380 da República Centro-Africana desde 2013 (ACNUR, 2018) – cerca de 4% e 10% da população, respetivamente.

Figura 4.7. Violência por parte de atores não-estatais em África



Nota: A mudança de fonte pode afetar a comparabilidade do indicador de 2006 com os valores históricos, pelo que os indicadores apresentados nas tabelas foram ajustados em conformidade. Para mais detalhes sobre as fontes e os cálculos computacionais, ver a nota sobre a metodologia.

Fonte: Indicadores do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em informações recolhidas em África pelas agências noticiosas Reuters e AFP.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783380>

Crescimento sem emprego enfraquece a economia

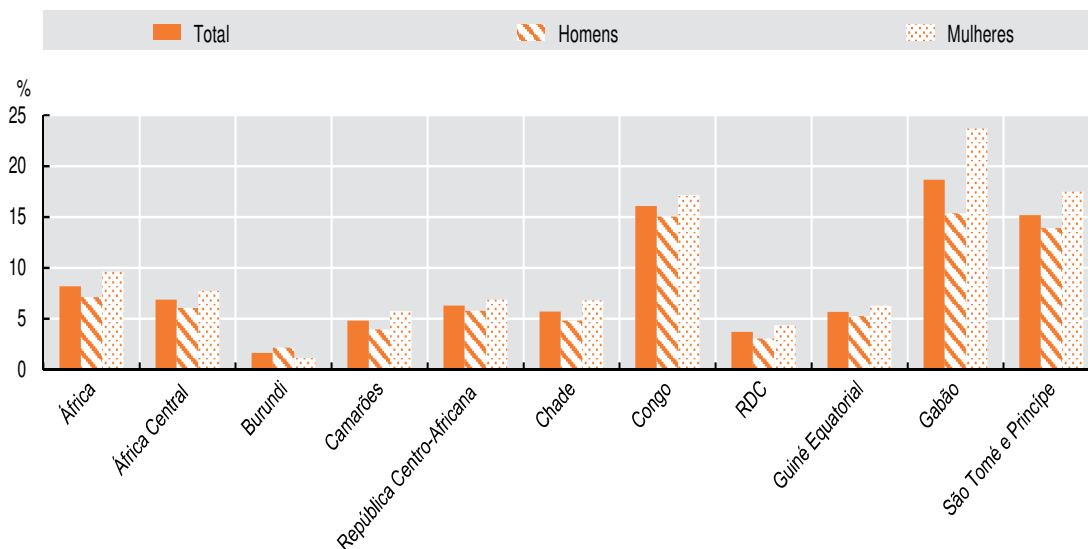
Em 15 anos, o mercado de trabalho manteve-se predominantemente informal

Com um mercado de trabalho pujante, os níveis de emprego parecem ser, no período 2000-2015, ligeiramente maiores do que a média africana. Até 2030, a população em idade ativa deverá aumentar 4.3 milhões de pessoas por ano. Atualmente, 68% da população total da África Central é economicamente ativa, por comparação com os 61% registados no total do continente. A taxa de emprego das mulheres na África Central é maior do que a registada no continente, mas a desigualdade de género persiste (Anexo 4.A2). Na região, a taxa de emprego das mulheres situa-se nos 64.8%, enquanto a dos homens é de 71.7%, e a média de emprego feminino no continente africano é de 48.7%.

A dimensão do setor informal, no entanto, requer que estas estatísticas sejam interpretadas com cautela. É muito difícil ter uma perspetiva geral e precisa do mercado de trabalho sem ter em conta o setor informal, que se estima representar uma média de 38% do PIB em África (FMI, 2017b). Segundo a mesma fonte, os dados disponíveis para a África Central, para o período 2010-2014, variam entre pouco menos de 30% do PIB nos Camarões (o valor mais baixo da região) até quase 45% no Gabão. Os empregos no setor informal representam uma reserva que permite absorver o crescimento da população em idade ativa. Porém, a insegurança ligada ao emprego – que inclui instabilidade de rendimentos e salários mais baixos – é um argumento para promover atividades formais.

Os números do desemprego não incluem dados sobre o subemprego, o que faz com que a dimensão do desemprego na economia esteja sub-representada. No entanto, são necessárias bases de dados completas e atualizadas para avaliar e fomentar a eficácia das políticas públicas. Assim, os dados sobre o desemprego parecem ser insuficientes para retratar a realidade do mercado de trabalho e o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Entre 2000 e 2015, por exemplo, o desemprego médio na região variou pouco, com uma taxa média razoavelmente baixa de 7% (Figura 4.8). O desemprego por categorias também sofreu poucas variações: 14.6% nos jovens, 9.8% nas mulheres e 7% nos homens.

Figura 4.8. Desemprego médio, 2000-15 (percentagem)

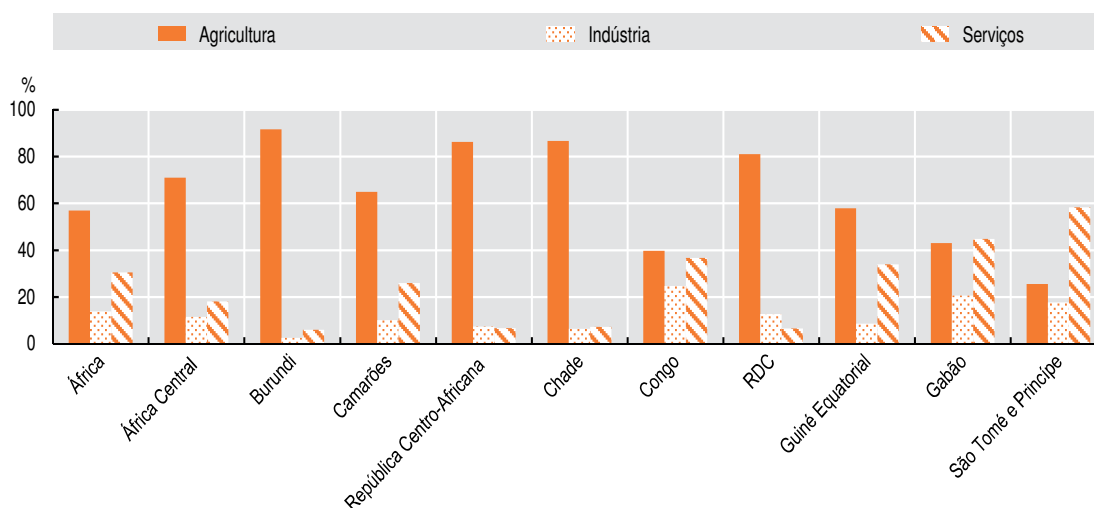


Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783399>

O crescimento intensivo em capital não teve sucesso na geração de emprego

Tal como noutros países de baixo rendimento, os empregos na África Central concentram-se na agricultura. Quase todos os países têm taxas de emprego no setor agrícola muito superiores às registadas nos outros setores, com uma média regional de 70.9%. Apenas o Gabão (43%) e São Tomé e Príncipe (26%) são exceções à regra (Figura 4.9).

Figura 4.9. Distribuição do emprego por setor entre 2000-15 (percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783418>

De acordo com o modelo Vetorial Autorregressivo (VAR, Anexo 4.A1), a relação entre o mercado de trabalho e o crescimento económico na África Central é claramente positiva, mas com dinâmicas temporais muito diferentes (Figura 4.10).

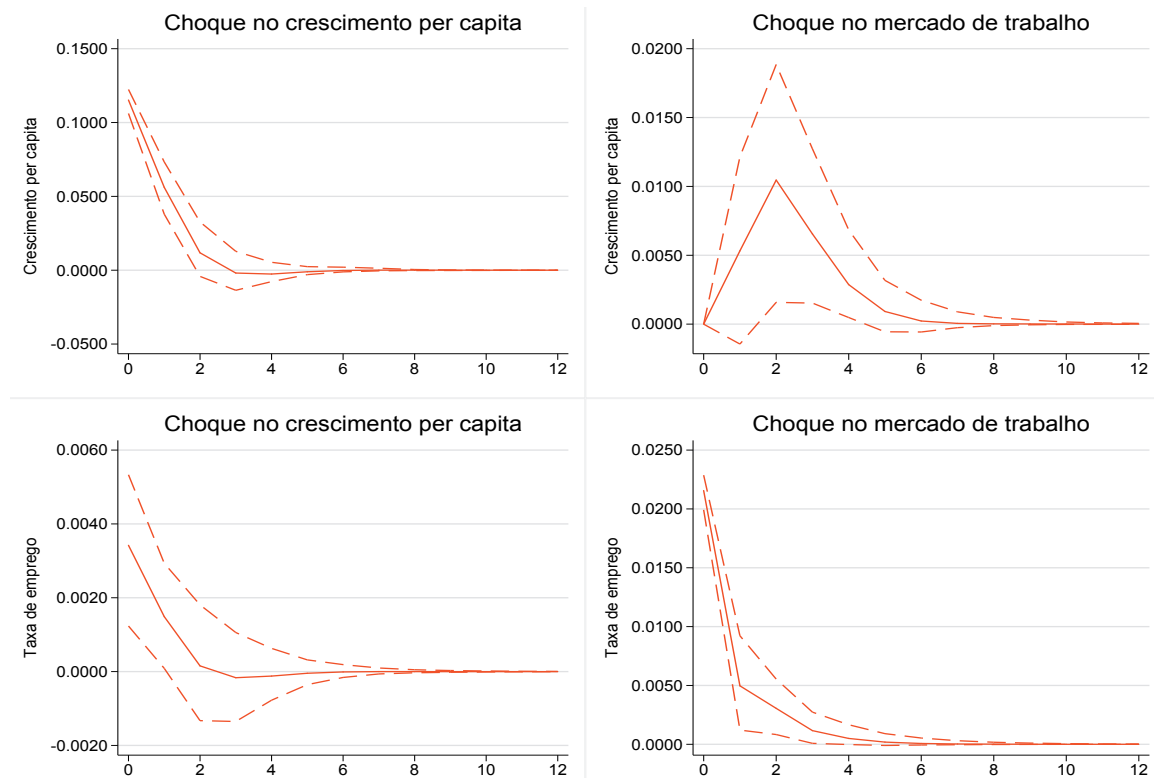
- Os choques económicos positivos têm um impacto favorável imediato, embora relativamente baixo, na criação de emprego. Com efeito, a magnitude da reação do emprego (designada *impulso-resposta*) é relativamente baixa, de acordo com os resultados para a África Central no período entre 2008 e 2014. Por exemplo, um acréscimo de 1% na atividade económica resulta num crescimento marginal do emprego, no mesmo ano, de 0.03%. O efeito diminui gradualmente, chegando ao zero após dois anos.
- Inversamente, um choque positivo no mercado de trabalho tem um efeito diferido – passados dois anos – que se sustenta no crescimento económico até ao quarto ano após esse choque. Neste caso, um aumento do emprego de 2% gera um acréscimo de 1% na atividade económica durante o segundo ano e de 0.5% no terceiro ano. Este efeito ainda é positivo no quarto ano a seguir ao choque.

O crescimento dos últimos sete anos também não criou empregos suficientes, especialmente nos países dependentes de recursos naturais (Figura 4.11). No início dos anos 2000, a transformação estrutural levou à criação de empregos com baixos salários no setor extrativo, que emprega menos de 1% da população ativa e que não conseguiu recrutar localmente o número suficiente de trabalhadores para empregos com alto valor acrescentado (PNUD, 2017).

Os vários setores não conseguem criar emprego suficiente. O emprego no setor agrícola registou uma diminuição, particularmente entre 1999 e 2005. Isto pode ser um indicador de transformação estrutural ou de uma redistribuição da força de trabalho.

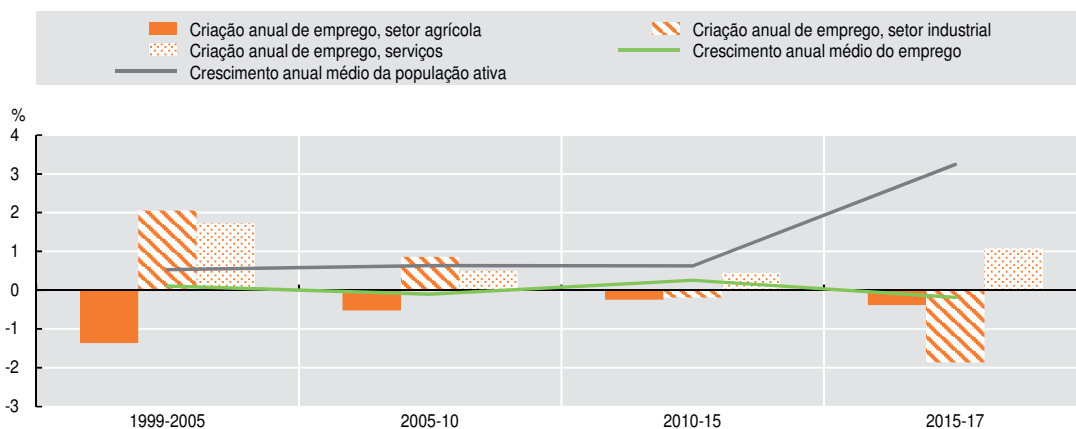
De qualquer forma, este declínio não é compensado por um número proporcional de novos empregos na indústria e nos serviços. A falta de oportunidades continua a ser preocupante, enquanto a população em idade ativa continua a aumentar, com uma taxa de crescimento de 16% entre 2010 e 2015 (UNDESA, 2017).

Figura 4.10. Interação entre crescimento e emprego na África Central (impulso-resposta a choques), 1980-2014



Fonte: Cálculos dos autores, com base em GGDC/UC Davis (2018), Penn World Table 9.0 (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783437>

Figura 4.11. Criação anual de emprego por setor, 1999-2017



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783456>

As estruturas das economias ampliam a desigualdade

A desigualdade e a pobreza estagnaram em níveis alarmantes

O coeficiente de Gini na África Central manteve-se fixo em 42 (Tabela 4.4) nos últimos 15 anos e continua a ser o mais elevado de todas as regiões do continente. A capacidade dos países para afetarem recursos e redistribuírem rendimentos parece limitada, entre outros fatores, pelo baixo nível de receitas fiscais, as quais foram de apenas 11% do PIB em 2016, quando a média de todo o continente africano é de 16% (FMI, 2018). A inconsistência das aferições estatísticas, no entanto, não permite uma visão abrangente precisa e completa da escala da pobreza e da desigualdade. Mesmo assim, identificam-se diversas tendências para os países, aqui listados por ordem alfabética.

Tabela 4.4. Desigualdade de rendimentos na África Central

País	Ano	Coeficiente de Gini
Burundi	2006	33.4
	2013	39.2
Camarões	2001	42.1
	2007	42.8
	2014	46.5
Chade	2003	39.8
	2011	43.3
Congo	2005	47.3
	2011	48.9
Gabão	2005	42.2
Guiné Equatorial	-	-
República Centro-Africana	2003	43.6
	2008	56.2
RDC	2004	42.2
	2012	42.1
São Tomé e Príncipe	2000	32.1
	2010	30.8
África Central	2000-08	42
	2009-16	42

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Sem sistemas sólidos de segurança social, a incidência da pobreza em África continua a ser muito elevada (Tabelas 4.5 e 4.6). Os países da região não conseguiram sustentar um crescimento inclusivo, apesar da adoção de políticas redistributivas. Nos locais onde estas existem, é necessário avaliar o impacto das reformas da segurança social, como é o caso do Gabão, onde em 2014 foi adotada uma estratégia de investimento humano.

Mais uma vez, estas estatísticas devem ser interpretadas com cautela, dada a inconsistência dos estudos realizados. A luta contra a pobreza e a desigualdade começa com uma avaliação correta da situação, mas a disponibilidade de dados atuais é escassa, o que diminui a fiabilidade das estatísticas existentes. Continuam a faltar sistemas administrativos que cheguem às regiões mais remotas de cada país e que permitam a recolha sistemática de dados básicos sobre a população (por exemplo, a certidão de nascimento de cada criança).

Tabela 4.5. Taxas de pobreza na África Central (limiar de 1.90 USD)

País	Ano	Taxa
Burundi	2006	77.7
	2013	73.7
Camarões	2001	23.1
	2007	29.3
	2014	24
Chade	2003	62.9
	2011	38.4
Congo	2005	50.2
	2011	37
Gabão	2005	8
Guiné Equatorial	-	-
República Centro-Africana	2003	64.8
	2008	66.3
RDC	2004	94
	2012	77.1
São Tomé e Príncipe	2000	29.8
	2010	32.3

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Tabela 4.6. Taxas de pobreza na África Central (limiares nacionais)

País	Ano	Taxa
Burundi	2006	67.1
	2014	64.6
Camarões	2001	40.2
	2007	39.9
	2014	37.5
Chade	2002	54.8
	2011	56.7
Congo	2004	69.3
	2011	46.5
Gabão	2005	32.7
Guiné Equatorial	2006	76.8
República Centro-Africana	2008	62
RDC	2004	69.3
	2012	63.9
São Tomé e Príncipe	2000	68.3
	2010	66.2

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

A desigualdade de rendimentos é reforçada pela desigualdade de oportunidades (Tabela 4.7). Apesar dos progressos alcançados em termos de acesso a serviços básicos, à educação e à saúde em todos os países, e particularmente no Gabão, a região poderia melhorar muito mais. A taxa de matrículas no ensino primário é boa (68%), mas é baixa no secundário (25%), pelo que poderia ser alvo de um maior empenho. Desde 1999, a taxa de mortalidade infantil diminuiu para cerca de metade, em quase todos os países, à exceção do Chade e da RDC. As áreas rurais continuam a ser mais carenciadas, como demonstra o exemplo dos Camarões, onde 86% dos cidadãos têm acesso a energia elétrica, percentagem que cai para 22% nas zonas rurais. Além disso, o acesso à internet é baixo, cobrindo apenas 10% da população, ou seja, pior do que os 24% registados no resto do continente (Anexo 4.A2).

Tabela 4.7. Desigualdade de oportunidades nos países da África Central, 1999-2015

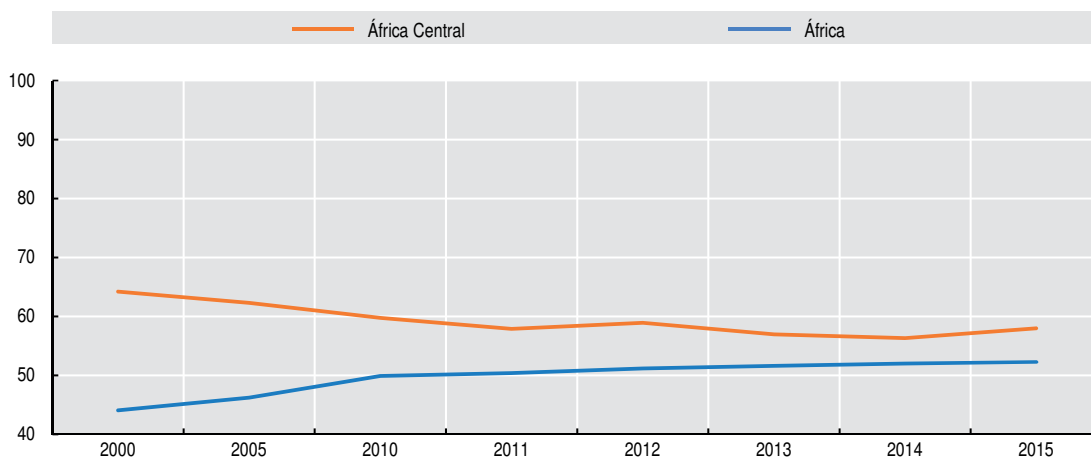
	Burundi	Camarões	Chade	Congo	Gabão	Guiné Equatorial	República Centro-Africana	RDC	São Tomé e Príncipe	África Central
Indicadores de Educação										
Taxa de matrículas no ensino primário	71.3	87.9	58.5	35.8	-	60.5	60.4	72.8	94.1	67.1
Taxa de matrículas no ensino secundário	19.4	41.6	8.6	-	-	22.7	12.7	-	41.1	25.3
Raparigas-quota de matrículas ensino primário	69.2	85.4	48.2	34.4	-	58.3	51.5	73.8	92.9	63.5
Raparigas-quota de matrículas ensino secundário	18.5	38.8	4.3	-	-	15.4	9.0	-	43.4	22.2
Indicadores de Saúde										
Taxa de mortalidade infantil (%)	70.3	76.7	88.9	90.2	45.0	85.6	103.5	53.7	39.3	72.9
Esperança de vida à nascença	53.8	53.7	49.3	54.7	61.6	55.0	46.7	57.2	65.0	55.4
Indicadores de padrões de vida decentes (percentagem da população)										
Acesso a eletricidade	5.1	49.2	5.2	10.7	81.6	63.7	9.2	35.3	57.1	39.0
Acesso a serviços básicos, saneamento	46.2	39.2	9.7	21.0	40.0	77.0	20.8	13.8	30.4	31.5
Acesso a serviços básicos, água	54.2	60.4	40.7	62.1	83.7	49.1	73.4	38.1	53.2	57.6
Indicadores Tecnológicos (por 100 pessoas)										
Acesso a linhas fixas de telefone	0.3	2.0	0.2	0.0	2.1	1.6	0.1	0.4	4.1	1.3
Acesso a telefones móveis	13	32	17	18	85	33	13	53	34	35.7

Nota: Para o período 2010-15, os indicadores de acesso a tecnologia são médias, para refletirem melhor a realidade. Estes indicadores eram quase 0 na década de 90 e cresceram rapidamente nos anos 2000.

Fonte: Adaptação dos autores de Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Desde o ano 2000, a desigualdade de género diminuiu (Figura 4.12), particularmente no mercado de trabalho, mas ainda são necessários progressos em termos de saúde, educação, mercado de trabalho, participação e representação política.

Figura 4.12. Evolução do índice de desigualdade de género na África Central (percentagem)

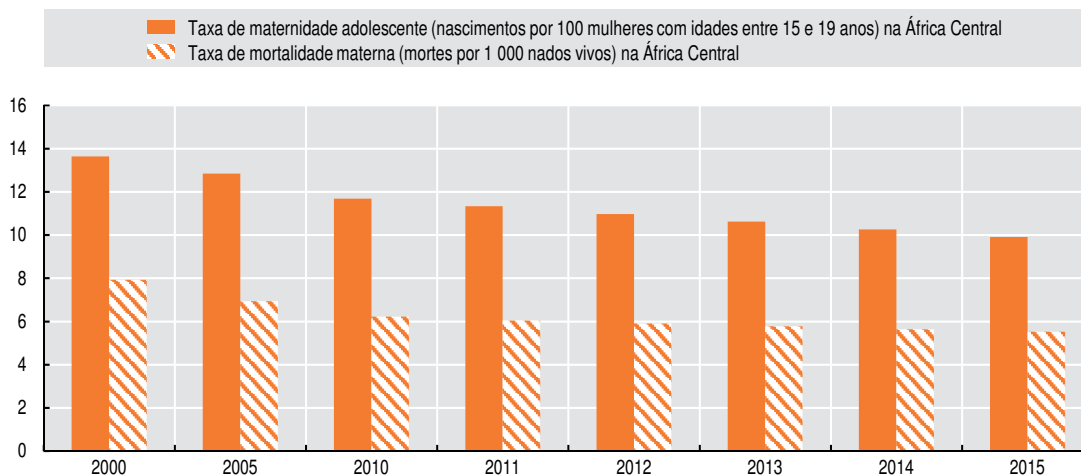


Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783475>

Os números da gravidez na adolescência e a taxa de mortalidade materna diminuíram em toda a região (Figura 4.13), graças à migração para as cidades e ao aumento da escolaridade das raparigas (UNICEF, 2015), embora continuem demasiado altos.

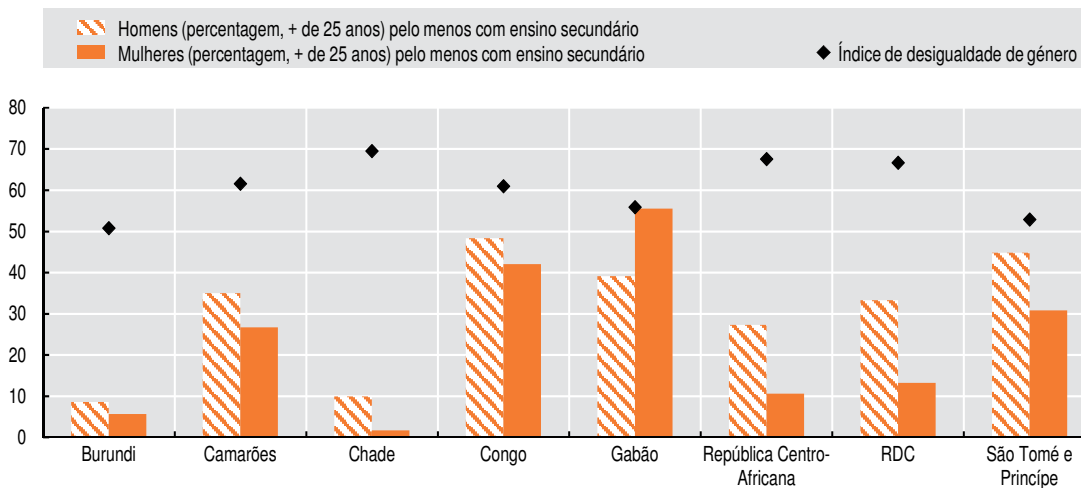
Figura 4.13. Taxas de mortalidade materna e taxas de maternidade adolescente na África Central



Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783494>

No que respeita à educação, os países devem continuar os esforços de promoção do acesso das raparigas à escolaridade. Por toda a região, a proporção de homens com mais de 25 anos com um mínimo de escolaridade de nível secundário é maior do que a de mulheres, sendo o Gabão a exceção (Figura 4.14). No Burundi e no Chade, menos de 10% dos homens têm educação superior, enquanto essa taxa é de 5.6% e 1.7% para as mulheres, respetivamente nos dois países.

Figura 4.14. Taxas médias de escolaridade por género (média 2000-15)



Nota: Dados incompletos para a Guiné Equatorial.

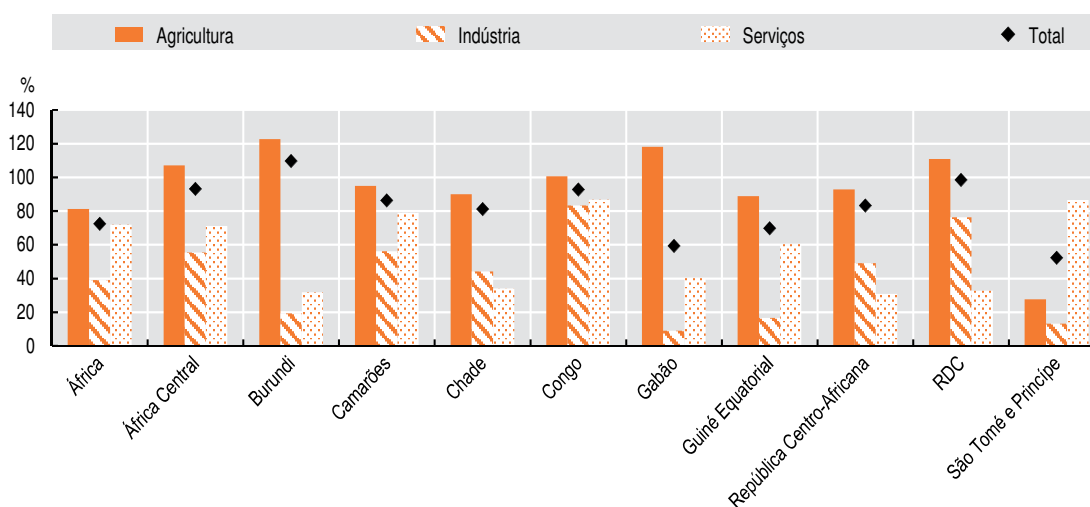
Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783513>

O mercado de trabalho parece ser menos desigual do que no resto do continente (Figura 4.15). Com as exceções do Gabão e de São Tomé e Príncipe, todos os países da

região têm taxas de emprego feminino superiores à média africana. Adicionalmente, o setor agrícola emprega marginalmente mais mulheres do que homens, o que demonstra que as mulheres podem ter sucesso em atividades económicas de produção de alimentos. Estas atividades proporcionam empregos com pouco valor acrescentado mas com maior flexibilidade, o que facilita a integração das mulheres no mercado de trabalho.

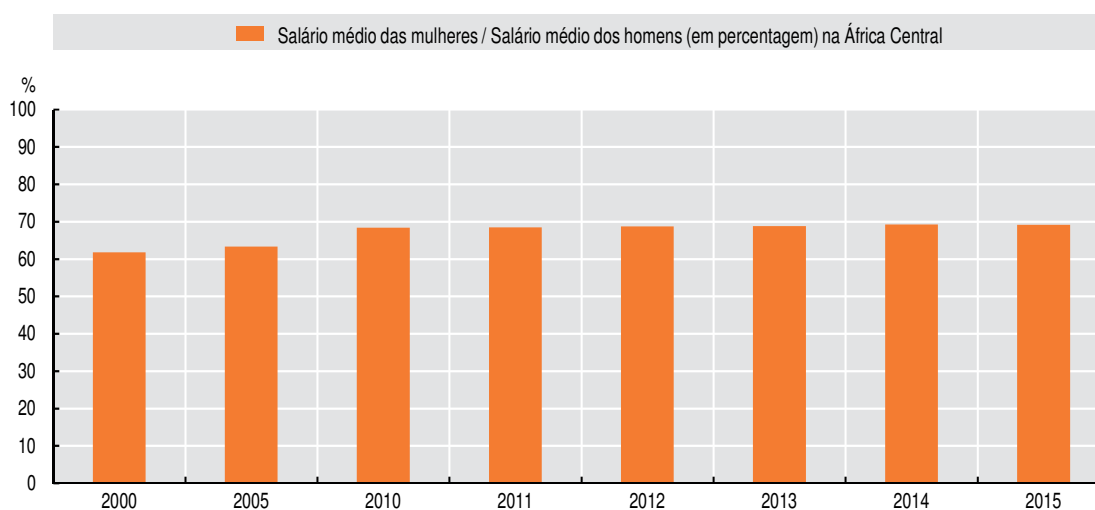
As disparidades salariais entre homens e mulheres, no entanto, não diminuíram materialmente desde o ano 2000 (Figura 4.16). O Burundi regista a menor disparidade, com as mulheres a auferirem, em média, 84% do salário dos homens, valor que desce para menos de 50% em São Tomé e Príncipe e para cerca de 66% (dois terços) nos Camarões, no Chade, no Gabão, na Guiné Equatorial e na República Centro-Africana.

Figura 4.15. Taxas de emprego mulheres/homens por setor (média no período 2000-15, percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783532>

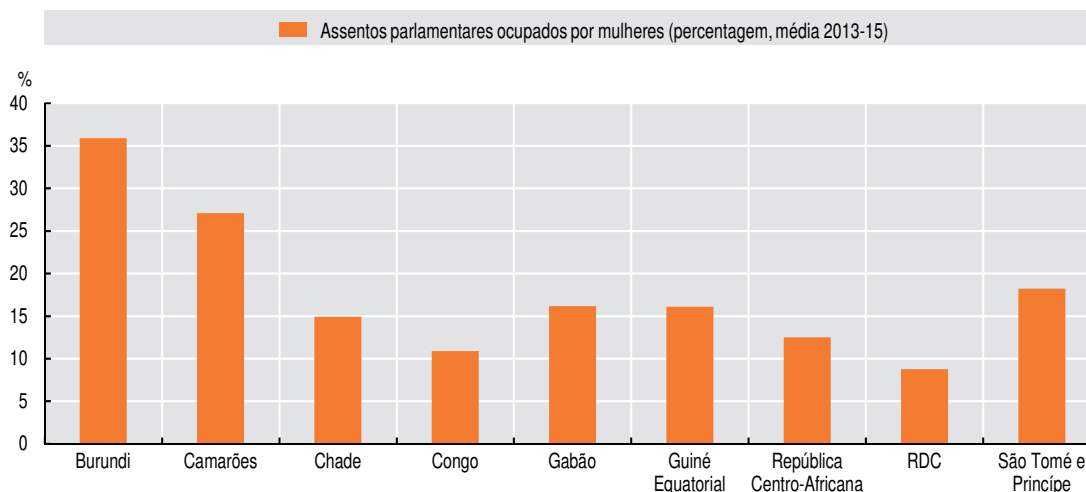
Figura 4.16. Desigualdade de rendimentos homens/mulheres (média no período 2000-15)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), Human Development Report (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783551>

As mulheres estão sub-representadas nas instituições de poder (Figura 4.17). O país que fez mais esforços neste domínio continua a ser o Burundi, onde quase um terço dos membros do Parlamento são mulheres, três vezes mais do que o que sucede na República Centro-Africana (11%).

Figura 4.17. Representantes femininas no Parlamento (média 2000-15)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783570>

Os ganhos de produtividade no setor extrativo não reduziram a desigualdade de rendimentos

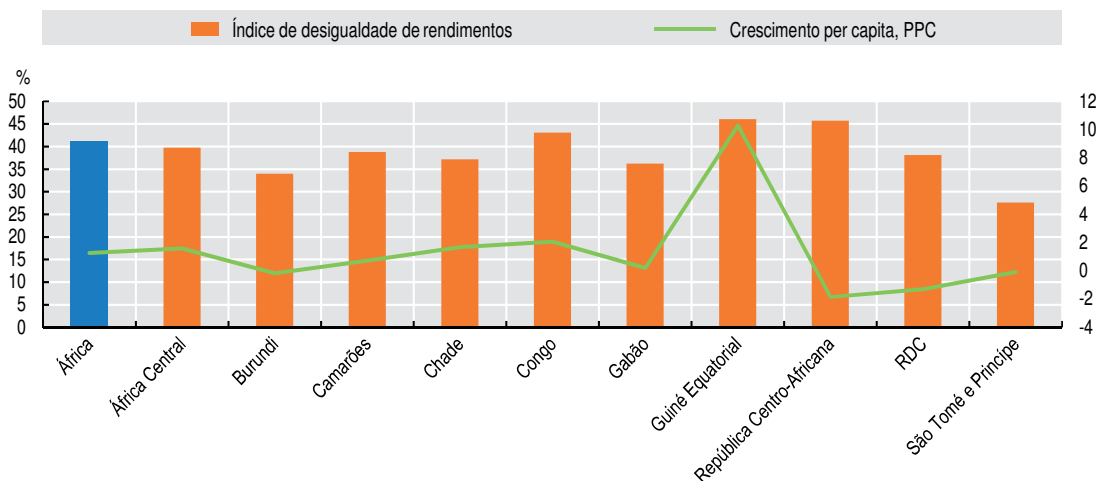
A África Central não tem conseguido manter um crescimento inclusivo e sustentável. As políticas redistributivas não conseguiram capitalizar o crescimento do início da década de 2000. Além disso, as desigualdades estagnaram, ou até aumentaram, no Burundi, nos Camarões, no Chade e na República Centro-Africana.

O crescimento económico foi impulsionado por um setor industrial incapaz de criar empregos e gerador de desigualdade. Com efeito, as desigualdades diminuíram naqueles países africanos em que o crescimento é impulsionado por progressos na agricultura moderna, nos serviços ou em setores da produção industrial altamente intensivos em trabalho (PNUD, 2017). No entanto, o setor industrial da África Central depende da mineração e do petróleo, ambas atividades intensivas em capital.

Ao perseverar nos esforços de diversificação, os Camarões conseguiram diminuir a taxa de pobreza. No início dos anos 90, com a queda dos preços do petróleo, a dependência dos Camarões relativamente aos produtos primários desencadeou uma crise económica. O governo incentivou o investimento nos serviços e na agricultura, para construir as bases de uma economia resiliente. Os ganhos de produtividade no setor agrícola e a criação de emprego no setor dos serviços levaram à redução da taxa de pobreza, que passou de 29%, em 2007, para 24%, em 2014.

Nos países dependentes de recursos naturais, as desigualdades são agravadas pela instabilidade institucional. A exploração destes recursos enfraquece a governação de alguns países, como é o caso da RDC. Por seu lado, a fragilidade institucional aumenta a dependência dos recursos naturais. O setor extrativo, altamente intensivo em capital, é um incentivo aos monopólios ou oligopólios estatais. O reduzido número de operadores com os meios financeiros para investir faz com que beneficiem de rendas e de proteção institucional informal (PNUD, 2017).

Figura 4.18. Crescimento económico e desigualdade de rendimentos (2000-15)



Nota: Valores do “índice de desigualdade salarial” no eixo esquerdo. Valores do “crescimento per capita em PPC” no eixo direito.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em PNUD (2016), *Human Development Report* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783589>

Recomendações de políticas

Os desafios que a região enfrenta exigem a implementação de transformações estruturais que aumentam a capacidade económica e corrijam as distorções associadas ao predomínio do setor extrativo. A indústria transformadora, os serviços e o setor agrícola podem criar emprego e tornar o crescimento económico mais sustentável a longo prazo. Esta secção propõe medidas para impulsionar e diversificar a atividade económica, bem como para reduzir o desemprego e as desigualdades na África Central. Devem ser definidas políticas específicas e detalhadas, adaptadas às necessidades específicas de cada país.

Promover um crescimento mais diversificado, produtivo e criador de emprego

Centrando-se na gestão dos recursos naturais e do ambiente de negócios, uma política bem desenhada de transformação de matérias-primas pode aumentar o valor das exportações e criar emprego na indústria, nomeadamente no setor agroalimentar. Primeiro, as políticas comerciais podem eliminar barreiras financeiras e materiais às pequenas e médias empresas (PME) que procuram investir no processamento secundário de produtos. Segundo, as políticas devem promover o investimento em energia elétrica, transportes e infraestruturas de investigação no setor agroalimentar. Para além disso, os países devem investir na formação de mão-de-obra qualificada para empregos na construção e na manutenção de maquinaria para a indústria transformadora. O objetivo, mais uma vez, é a criação das condições necessárias para a transformação local de matérias-primas. Assim, será possível evitar situações como as ocorridas no Gabão, quando a decisão de banir exportações de madeira (cortada, mas não esquadriada) levou ao aumento dos custos para as empresas, que tiveram que adaptar a produção para transformar a madeira, com uma mão-de-obra pouco qualificada (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013).

Para serem eficazes, estas políticas devem incorporar os desafios sociais e ambientais ligados à exploração de recursos naturais (petróleo e minerais). Os atores do setor, tanto nacional como internacionalmente, devem definir coletivamente as condições necessárias para que as atividades extrativas sejam benéficas para a economia da região.

De forma a ultrapassar as externalidades negativas da exploração de recursos naturais, tanto os governos como as empresas, as indústrias e os representantes da sociedade civil têm um papel a desempenhar na gestão sustentada desses recursos (OCDE, 2016a). A OCDE redigiu um guia prático sobre a diligência devida em cadeias responsáveis de fornecimento de minerais provenientes de zonas de conflito ou de alto risco, tendo nesse processo um grande envolvimento de membros da OCDE (desde 2010), dos 11 Estados africanos membros da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), de representantes da indústria e da sociedade civil, bem como de especialistas das Nações Unidas sobre a República Democrática do Congo. Este guia estabelece as normas a respeitar e os instrumentos de avaliação, com o objetivo de ajudar as empresas extrativas a respeitar os direitos humanos (OCDE, 2018). Na RDC, este envolvimento levou ao decréscimo do financiamento dos conflitos pela exploração mineira, nomeadamente de estanho, tântalo e tungstênio, entre outros (OCDE, 2015).

Na agricultura, as políticas devem impulsionar a produtividade do setor, que continua a ser baixa. Nos Camarões e na RDC, a produtividade agrícola aumentou graças a programas públicos de melhoria e desenvolvimento de infraestruturas (BAD, OCDE, PNUD, 2017).

No entanto, as políticas de produção agrícola devem, igualmente, conciliar a necessidade de criação de emprego nas zonas rurais, com essa a mesma necessidade em cidades de média dimensão, pois o setor emprega mais de 70% da mão-de-obra da região. A criação de emprego rural não agrícola é uma prioridade em países como o Burundi, onde a pressão demográfica, entre 1989 e 2015, dividiu uma vez e meia a área agrícola disponível por habitante. Esta foi estimada, em 2015, em 0.12 hectares (Banco Mundial, 2017a). Um maior desenvolvimento de cadeias de valor no setor agroalimentar, na logística e na distribuição pode criar muitos empregos, ao mesmo tempo que facilita o crescimento de mais atividades produtivas. A RDC, por exemplo, começou a criar parques agroindustriais para tratamento de mandioca, óleo de palma e transformação de fruta e de produtos piscícolas.

O reforço do ambiente de negócios deve ser uma prioridade para a atração de investimento e para possibilitar o desenvolvimento do setor privado. Os países podem melhorar a governação e a transparência, reduzindo, por exemplo, a corrupção e a burocracia. Neste tipo de medidas, a África Central fica ainda muito aquém de outras regiões africanas (IIAG, 2017). Para melhorar a qualidade das instituições, os governos poderiam criar agências de promoção do investimento, garantindo a transparência, reduzindo os procedimentos administrativos – se necessário através de balcões únicos –, em articulação com o setor privado, de forma a responder às suas necessidades e a atrair investimento.

Privilegiar o investimento em infraestruturas

Apesar das enormes necessidades, a África Central é a região africana com menor investimento em infraestruturas por habitante. Em 2016, apenas 6.3 mil milhões de USD – ou 2% do PIB regional – foram canalizados para o financiamento de projetos de infraestruturas. Este valor é duas vezes menor do que em qualquer outra região africana (ICA, 2017).

O aumento da produção de eletricidade continua a ser um imperativo para a região. Paradoxalmente, o setor da energia continua a ser o menos desenvolvido de África, mesmo que os países da CEEAC tenham um potencial que corresponde a 60% do potencial de todo o continente (BAD, 2011). O projeto da RDC da barragem Grand Inga, no rio Congo, terá uma capacidade de 40 GW (BAD/OCDE/PNUD, 2016). No entanto, a ausência de cooperação entre empresas públicas limita enormemente as trocas energéticas intra-africanas e afeta a fiabilidade do fornecimento (BAD/OCDE/PNUD, 2015).

As parcerias público-privadas (PPP) para o financiamento de infraestruturas poderiam ser largamente reforçadas. A maioria dos projetos com participação de privados está fora da África Central, devido à menor dimensão destes mercados e à fraqueza do quadro institucional. Em 2016, apenas 6.2% do financiamento de infraestruturas na região teve origem no setor privado (ICA, 2017). Por exemplo, o Grupo Egis e a República do Congo investiram em três aeroportos no país, incluindo o Aeroporto Maya-Maya em Brazzaville. Contudo, estas parcerias devem garantir a transparência, particularmente na adjudicação de contratos por parte de entidades públicas e no controlo dos custos de gestão dos operadores ao longo da vida do contrato. Uma regra básica é garantir a simplicidade dos contratos, evitando cláusulas incondicionais de compromisso, bem como projetar realisticamente as receitas geradas pela parceria.

A nível inter-regional, existem diversas oportunidades no setor dos transportes. A região podia investir em redes ferroviárias elétricas transfronteiriças, como sucede com o Plano Diretor dos Caminhos-de-Ferro da África Oriental, que deverá ligar o Burundi, o Quênia, o Ruanda, a Tanzânia e o Uganda. Desde 1999 que a Comissão Internacional da Bacia Congo-Oubangui-Sangha Basin (CICOS), criada pelo Congo e pela RDC, tem promovido a utilização sustentável da água (BAD/OCDE/PNUD, 2015). O papel da Comissão poderia incluir uma melhor regulação do transporte de bens por via fluvial, pois este meio de transporte é o mais poluente a seguir à rodovia. A monitorização da aplicação de melhores regulamentos poderia proteger os ecossistemas da África Central.

Incluir a integração regional na política económica

O acordo de comércio livre da CEEAC deverá ser parte integrante de uma política económica regional coerente. Sem as duas organizações regionais – a CEMAC e a CEEAC – a África Central tem a menor taxa de comércio interno de todas as comunidades regionais africanas (De Melo, Nouar e Solleder, 2017). No entanto, os Estados estão a aprofundar os esforços de integração. Em outubro de 2017, todos os países ratificaram um acordo de livre circulação de pessoas. Antes do final de 2018, pretende-se que os cidadãos dos Estados membros da CEMAC possam viajar por períodos até três meses sem visto. A liberalização do comércio regional deverá aumentar os fluxos comerciais em 15% (Djemmo Fotso, 2014). Dada a falta de complementaridade dos bens produzidos na região, os países da CEEAC devem apoiar a liberalização comercial através da coordenação dos seus planos industriais. A integração regional foi dinamizada pela assinatura do acordo sobre a Zona Continental de Comércio Livre, em março de 2018.

A política monetária pode ajudar os países a enfrentarem mais eficazmente as distorções de mercado geradas pela predominância das indústrias extrativas. No seguimento da crise de 2007-2008, a invariabilidade da taxa de câmbio e a garantia de convertibilidade reduziram a especulação sobre o XAF. Os países da CEMAC têm uma taxa de inflação estável abaixo de 3%, mas é importante manter a margem de manobra em caso de choques associados aos preços das matérias-primas. O Banco dos Estados da África Central (BEAC) deverá ser capaz de reforçar os seus resultados, particularmente pelo aumento das reservas de divisas, que foram afetadas pelo colapso dos preços do petróleo (FMI, 2016).

Os países podem facilitar o comércio regional por via da harmonização, tanto em termos de padrões de qualidade como de capacidades produtivas do setor privado. O Burundi e a Guiné Equatorial poderiam voltar ao Programa de Qualidade das Infraestruturas da África Central (PIQAC), um plano de ação público-privado para desenvolver regras e sistemas de controlo de qualidade com vista a alcançar os padrões internacionais

Melhorar a mobilização de receitas fiscais

Esta prioridade é comum a todo o continente, mas é particularmente importante para a África Central. Com a exceção dos Camarões, os países da região continuam muito dependentes da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e das receitas provenientes da extração de recursos naturais. Em 2015, a APD representou 1 200 mil milhões de XAF, enquanto as receitas públicas da produção de petróleo contribuíram com 78 mil milhões de XAF (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

É essencial reduzir a dependência e redirecionar os rendimentos dos recursos naturais. A redistribuição da riqueza pode servir para financiar investimentos prioritários para a região e para reduzir a desigualdade. Uma gestão financeira sólida pode, igualmente, reduzir o impacto da volatilidade dos preços das matérias-primas. A constituição de um fundo de capitalização de rendimentos poderia permitir a adoção de políticas contracíclicas em períodos de choque macroeconómico, ou simplesmente contribuir para uma melhor redistribuição. O Gabão e a Guiné Equatorial têm fundos soberanos, respetivamente desde 1998 e 2002.

As políticas de disciplina orçamental, por mais necessárias que sejam, não devem impedir o potencial de consumo dos agregados familiares. Desde 2016 que o Chade tem uma política restritiva para reduzir o défice orçamental estrutural, particularmente pela redução da despesa do setor público. Por outro lado, a indispensável estabilidade orçamental não deve ser alcançada à custa dos vetores da classe média. Em 2018, a despesa foi de 1 343 mil milhões de XAF, para uma receita de 846 mil milhões de XAF.

Os países devem continuar a otimizar a estrutura fiscal, de modo a aumentar a receita pública, minimizando os custos para a população. Para tal, é necessário levar a cabo reformas fiscais eficazes, que eliminem impostos e licenças que já não se justificam. As reformas fiscais devem evitar uma excessiva dependência de um único tipo de imposto, e os seus efeitos regressivos podem ser canalizados para o auxílio a setores mais desfavorecidos da população.

Estas medidas podem ajudar os países a uma melhor recolha de dados económicos. Assim, desde o ano 2000, nos Camarões e na RDC a maioria das receitas fiscais de impostos sobre o consumo subiu (OCDE/ATAF/CUA, 2017). Os países da região podiam igualmente seguir o exemplo do Gabinete de Pequenos e Médios Contribuintes (GPMC) do Ruanda, que permitiu o registo de negócios informais e simplificou o processo de inscrição. Esta reforma tornou possível o aumento da taxa de cumprimento fiscal para os 97% (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

O ensino primário e secundário é essencial para impulsionar o crescimento

A adoção de uma política educativa ambiciosa, na região, poderia incluir a escolaridade obrigatória até aos 16 anos. Na RDC, por exemplo, a estratégia sectorial para a educação e formação 2016-2025 (*Stratégie sectorielle de l'éducation et de la formation*, SSEF) define um aumento da escolaridade obrigatória para oito anos. Se é certo que a taxa de conclusão do ensino secundário melhorou na África Central, as disparidades de género continuam muito elevadas. Em 2005, 13% das raparigas e 17% dos rapazes concluíram o ensino secundário. Em 2014, o valor aumentou para 35% nas raparigas e 45% nos rapazes.

A disparidade de género na educação deve ser reduzida, particularmente no ensino secundário. Neste nível de educação, há paridade entre rapazes e raparigas num único país: São Tomé e Príncipe. As mais baixas taxas de escolaridade no ensino secundário encontram-se no Chade (46%), na República Centro-Africana (51%) e na RDC (59%) (UNESCO, 2015). As políticas podem incentivar as famílias a providenciar educação às meninas. As questões de género podem, igualmente, ser incorporadas nos programas de

formação dos professores. A contratação de mais professoras e a avaliação do desempenho dos estudantes tendo em consideração o género são outros potenciais instrumentos.

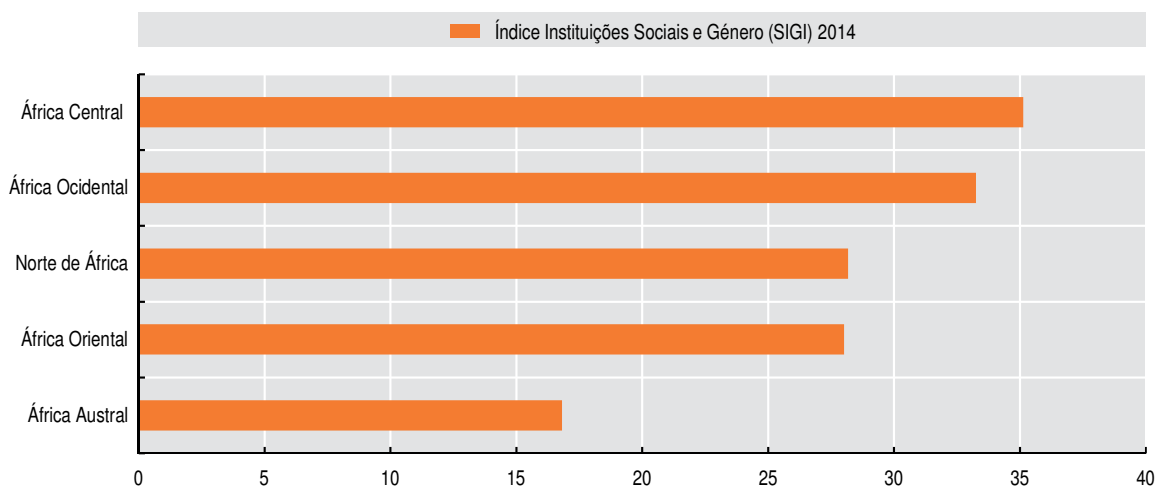
Reduzir a desigualdade de género

A realização dos objetivos da Agenda 2063 da União Africana (UA) requer a promoção da igualdade de género em todos os níveis e domínios. Ainda mais quando a agenda aspira a: “Uma África onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo africano, especialmente na mulher e na juventude, e nos cuidados à criança”.

As políticas de empoderamento das mulheres estão ainda por implementar. Os países poderiam adotar legislação penalizadora da discriminação salarial por trabalho igual e que desincentivasse as disparidades de vencimentos entre ocupações tradicionalmente femininas e masculinas, encorajando os indivíduos a trabalhar em setores onde o seu género é minoritário. Da mesma forma, os governos podem incentivar o acesso das mulheres aos serviços financeiros e à propriedade (OCDE, 2016b).

A redução do casamento e da gravidez infantil exige o reforço da proteção das meninas. O casamento adolescente continua a ser prática corrente na região, registando o Burundi o valor mínimo de jovens casados antes de atingirem a maioridade (10%) e o Chade o valor máximo (45%) (OCDE, 2014). A adoção de políticas de saúde com enfoque na contraceção e no reforço da educação podem ter resultados positivos (Odejimi e Bellingham-Young, 2014).

Figura 4.19. Desigualdade de género em África



Nota: A escala de SIGI vai de 0, para uma fraca discriminação, até 100, para uma discriminação muito elevada. Valores mais elevados no SIGI indicam maior desigualdade.

Fonte: OCDE (2016b), *Gender, Institutions and Development* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783608>

Aplicar políticas de crescimento a favor dos pobres

É importante desenhar uma política de crescimento a favor dos pobres, centrada nas zonas rurais. Para além do Gabão, nenhum país da região possui um programa de proteção social dirigido a pelo menos algumas das famílias mais pobres (Banco Mundial, 2015). Os países poderiam considerar:

- Efetuar inquéritos e censos para atualização dos dados disponíveis sobre o mercado de trabalho e sobre as desigualdades de rendimentos, de género e de oportunidades. Estes estudos podem resultar de parcerias entre as instituições estatísticas nacionais e organizações internacionais.

- **Definir esquemas de segurança social e políticas de redução da pobreza coerentes, com o objetivo de implementar uma cobertura universal e vitalícia.** O novo sistema de segurança social do Gabão, por exemplo, tem quatro tipos de proteção: saúde, acidentes de trabalho, prestações familiares e pensões.
- **Combinar programas de proteção social,** obras públicas para gerar emprego, assistência a mulheres não ativas e ajuda financeira para a educação na infância.
- **Aumentar a despesa nos serviços de saúde, bem como melhorar a sua qualidade.** Só o Burundi e São Tomé e Príncipe têm níveis de despesa com a saúde acima da média da África subsariana (7.5% e 8.4% do PIB, respetivamente, comparativamente com 5.5% para a zona a Sul do Sara). O Chade, a Guiné Equatorial, a República Centro-Africana e a RDC registam as taxas mais elevadas de mortalidade neonatal, infantil e abaixo dos cinco anos da África subsariana. No Chade e na República Centro-Africana a esperança de vida à nascença é , respetivamente, menos 7.3 e 8.5 anos do que a média subsariana (59.9 anos, em 2015). Por seu lado, a saúde é um dos três maiores problemas frequentemente referidos pelos camaroneses (BAD/OCDE/PNUD, 2017).
- **Destinar financiamento público aos programas de segurança social,** para diminuir a sua dependência da ajuda internacional. A região ainda não desenvolveu sistemas reais de proteção social que incluam financiamento interno.

Anexo 4.A.1. Anexo metodológico

Caixa 4.A1.1. Contribuição fatorial para o crescimento: trabalho, capital e PTF

Para analisar a contribuição dos fatores de produção tradicionais para o crescimento, baseamo-nos numa função de produção do tipo Cobb Douglas, na qual a produção Y é explicada pelo trabalho (L) e pelo capital (K), como indicado na seguinte equação:

$$Y_{i,t} = A_{i,t} L_{i,t}^{\alpha} K_{i,t}^{\beta} \quad (1)$$

onde i ($i = 1, \dots, N$) designa o país e t ($t = 1, \dots, T$) o tempo. $A_{i,t}$ é a produtividade total dos fatores (PTF). Linearizando esta função por uma transformação logarítmica, obtemos a equação seguinte, que permite calcular a sensibilidade da produção à variação de cada fator de produção:

$$y_{i,t} = \delta + \alpha l_{i,t} + \beta k_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

$Y_{i,t} = (\text{ogap}_{i,t}, \text{CA_gap}_{i,t}, \text{mis}_{i,t})' y_{i,t} = \ln(Y_{i,t})$, $\delta = \ln(A_{i,t})$. Com efeito, estamos aceitando a hipótese razoável de que a produtividade total dos fatores é comparável entre países e não varia com o tempo, pois depende de fatores institucionais e organizacionais que são comparáveis e relativamente estáveis no tempo. α é a elasticidade da produção de trabalho e β é a elasticidade da produção de capital. Aqui, não impomos nenhum limite aos parâmetros, o que nos dá a possibilidade de rendimentos de escala decrescentes, constantes ou crescentes. Finalmente, para analisar os efeitos a curto prazo dos fatores de produção no crescimento económico, consideramos a equação (2) em variação, ou seja, em primeira diferença, desta forma:

$$\Delta y_{i,t} = \delta + \alpha \Delta l_{i,t} + \beta \Delta k_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

Caixa 4.A1.2. Modelização de Vetores Autorregressivos em Painel (PVAR) para estimar a relação entre o mercado laboral e o crescimento económico

Combinando uma abordagem VAR tradicional (Sims, 1980) com a econometria de dados de painel, o modelo VAR em painel (PVAR) adequa-se particularmente à análise de interações entre variáveis macroeconómicas. Com efeito, as funções de impulso-resposta (FIR) deduzidas da estimativa PVAR são muito úteis para a análise da interação entre o crescimento e o trabalho. A forma reduzida de um modelo PVAR é definida como:

$$X_{i,t} = \alpha_i + \Gamma(L) X_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

onde i ($i = 1, \dots, N$) designa o país e t ($t = 1, \dots, T$) o tempo. $X_{i,t}$ é o vetor das variáveis endógenas estáveis, $\Gamma(L)$ representa o polinómio matricial no operador de atraso L , α_i designa o vetor dos efeitos fixos no país e $\varepsilon_{i,t}$ é um vetor de erro. O vetor $X_{i,t}$ é aqui composto por duas variáveis macroeconómicas – as variações (ou ciclos) do PIB real por habitante em PPA (varPIB) e a variação do trabalho por relação à sua tendência de longo prazo (varemploi):

$$X_{i,t} = (\text{varPIB}_{i,t}, \text{varemploi}_{i,t})' \quad (2) Y_{i,t} = (\text{ogap}_{i,t}, \text{CA_gap}_{i,t}, \text{mis}_{i,t})'$$

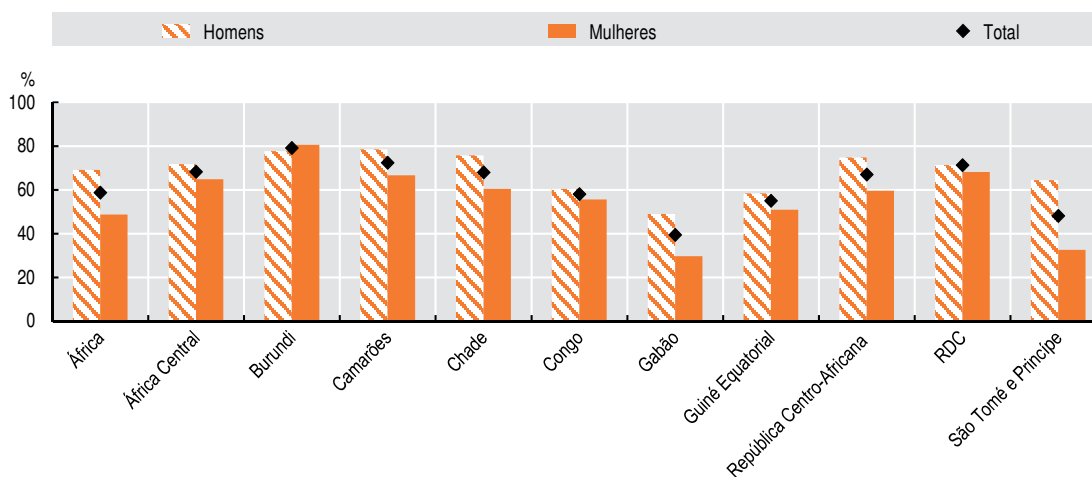
Caixa 4.A1.2. Modelização de Vetores Autorregressivos em Painel (PVAR) para estimar a relação entre o mercado laboral e o crescimento económico (cont.)

De um ponto de vista metodológico, a aplicação do processo VAR a dados de painel necessita que se imponha a mesma estrutura de base para cada unidade transversal (país); um constrangimento que poderia, na prática, ser violado (ver Love e Zicchino, 2006). Os efeitos fixos por país introduzidos na equação (1) são um meio de ultrapassar as restrições dos parâmetros, na medida em que captam a heterogeneidade individual. É, mesmo assim, bem conhecido que o uso de um estimador de efeitos fixos em modelos autorregressivos de dados de painel não é apropriado, estando os efeitos fixos correlacionados com regressores, devido aos desvios da variável dependente (Nickell, 1981). Para ultrapassar este problema, consideramos o método de momentos generalizados (GMM). Mais especificamente, para suprimir os efeitos fixos, recorreremos ao procedimento de diferenciação conhecido como transformação de Helmert (Love e Zicchino, 2006, entre outros). Esta transformação preserva a ortogonalidade entre variáveis transformadas e regressores retardados, o que permite a utilização de regressores retardados como ferramenta e a estimativa de coeficientes pelo procedimento GMM. Com os coeficientes estimados, calcula-se a IFR recorrendo à decomposição de Cholesky.

A abordagem VAR tem diversas vantagens. Permite a análise da relação entre crescimento e trabalho sem postular *a priori* um sentido para a causalidade, o que deixa em aberto a possibilidade de o crescimento ser explicado pelo trabalho e vice-versa. Para além das vantagens dos modelos tradicionais VAR, o método VAR em painel possibilita a recolha de uma quantidade de observações mais importantes, necessárias para resultados fiáveis. Isto é particularmente importante no contexto deste estudo, dada a limitada dimensão temporal das variáveis por país.

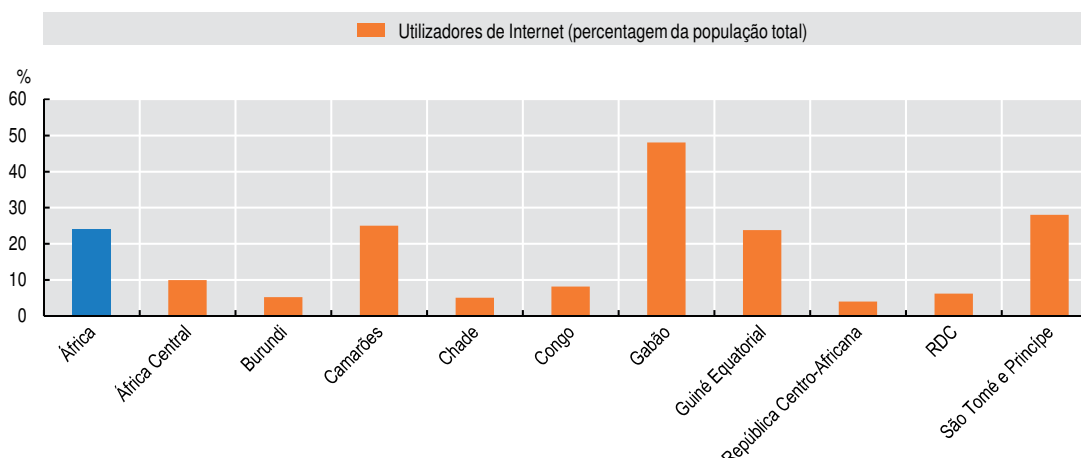
Anexo 4.A2. Anexo estatístico da África Central

Figura 4.A2.1. Média de emprego por gênero, 2000-15 (percentagem)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783627>

Figura 4.A2.2. Taxas de cobertura da internet na África Central (percentagem da população), em 2016

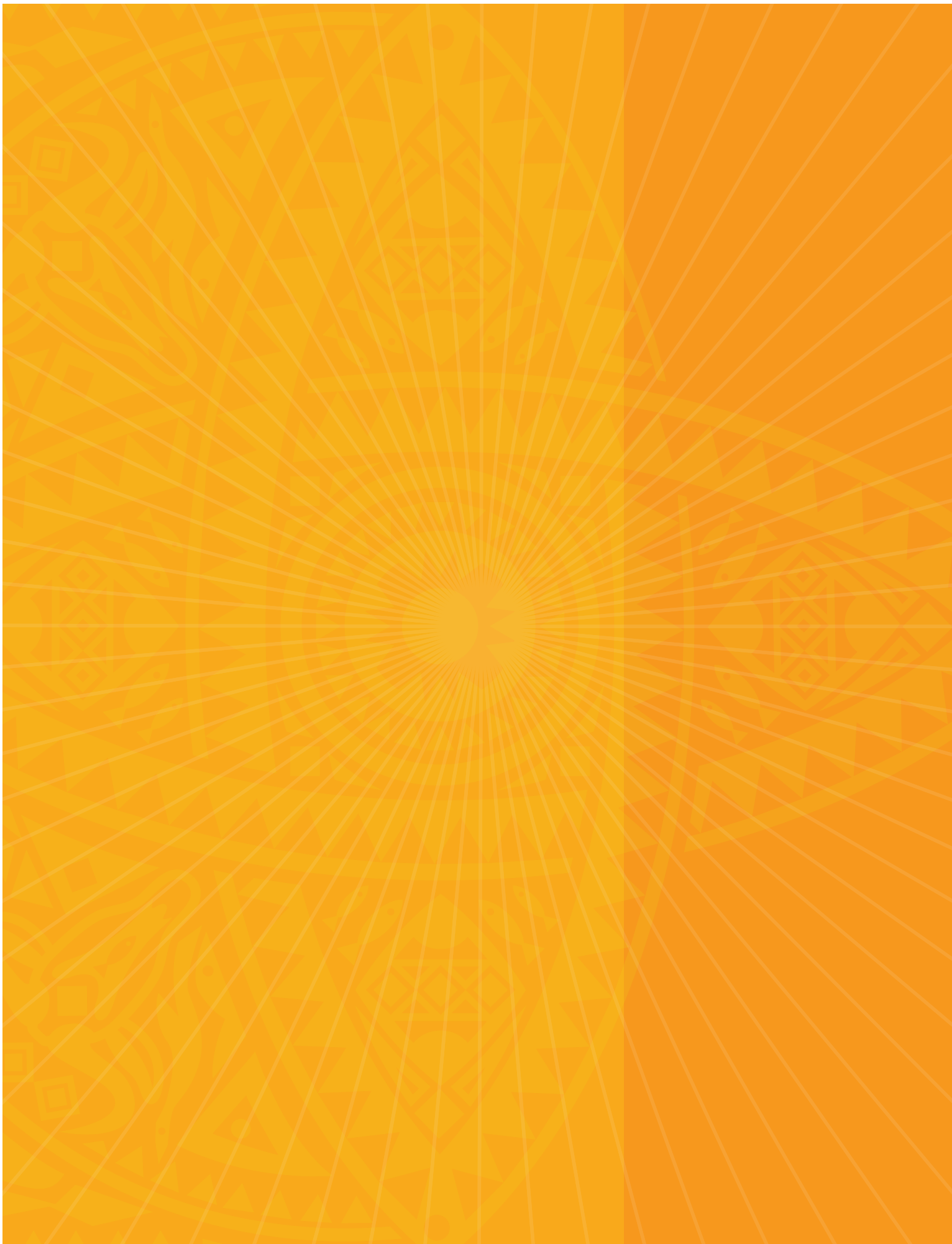


Fonte: Cálculos dos autores, com base em UNDESA (2017) e ITU (2016) (bases de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783646>

Bibliografia

- ACNUR (2017), “UNHCR launches urgent appeal to help Burundian refugees”, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. <http://www.unhcr.org/fr/news/briefing/2018/1/5a672ae8a/rca-deplacements-populations-precedent-2017.html> (consultado a 28 de março de 2018).
- ACNUR (2018), “CAR: Displacement reaches unprecedented levels in 2017”, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, <http://www.unhcr.org/uk/news/briefing/2018/1/5a6701184/car-displacement-reaches-unprecedented-levels-2017.html> (consultado a 28 de março de 2018).
- BAD (2011), “Central Africa”, *Regional Integration Strategy Paper (RISP) 2011-15*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/RISP%20CENTRAL%20AFRICA-ECCAS%20English%20FINAL.pdf>.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas Económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2013), *Perspectivas Económicas em África 2013: Transformação estrutural e recursos naturais*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264200562-pt>.
- Banco Mundial (2015), *The State of Social Safety Nets 2015*, Banco Mundial, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/415491467994645020/The-state-of-social-safety-nets-2015>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>.
- Banco Mundial (2017b), *Doing Business in OHADA 2017*, Banco Mundial, Washington DC, <http://www.doingbusiness.org/Reports/regional-reports/ohada>.
- Banco Mundial (2018), *Doing Business: Reforming to Create Jobs*, Banco Mundial, Washington, DC. <http://www.doingbusiness.org/-/media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB2018-Full-Report.pdf>.
- Barro R.J. (1991), “Economic growth in a cross-section of countries”, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 106(2), pp. 407-443.
- Barro, R. (2000), “Inequality and growth in a panel of countries”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 5(1), pp. 5–32.
- CNUCED (2017), UNCTADstat, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx?ReportId=95> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- De Melo, J., M. Nouar e J.-M. Solleder (2017), “Integration along the Abuja road map”, *FERDI Working Paper* n° 191, julho 2017, www.ferdi.fr/fr/node/3850.
- Djemmo Fotso, A. (2014), “The potential effects of the ECCAS free trade area on trade flows”, *MPRA Paper*, n° 59863, <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/59863/>.
- FMI (2016), *Central African Economic and Monetary Community (CEMAC) Common policies of member countries – Press release, staff report and statement by the executive director*, FMI Country Report n°16/277, Washington, DC, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2016/cr16277.pdf>.
- FMI (2017a), *World Economic Outlook*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx>, (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- FMI (2017b), *Regional Economic Outlook: Sub Saharan Africa – Restarting the growth engine*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <http://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2017/05/03/sreo0517>.
- FMI (2018), *World Economic Outlook*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx>, (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- GGDC/UC Davis (2017), *Penn World Table 9.0*, Groningen Growth and Development Centre, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- Hugon, P. (2006), “Conflits armés, insécurité et trappes à pauvreté en Afrique”, *Afrique contemporaine*, vol. 218(2), De Boeck Supérieur, pp. 33-47, [doi:10.3917/afco.218.47](https://doi.org/10.3917/afco.218.47).
- ICA (2017), *Infrastructure Financing Trends in Africa – 2016*, Infrastructure Consortium for Africa, Abidjan.

- IIAG (2017), *2017 Ibrahim Index of African Governance: Index Report*, Fundação Mo Ibrahim, Londres.
- ITU (2016), *Country ICT data* (base de dados), International Telecommunication Union, <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>.
- OCDE (2014), *Social Institutions and Gender*, <https://data.oecd.org/inequality/social-institutions-and-gender.htm> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- OCDE (2015), *Annual Report on the OECD Guidelines for Multinational Enterprises 2014: Responsible Business Conduct by Sector*, Publicações OCDE, Paris, https://www.oecd-ilibrary.org/governance/annual-report-on-the-oecd-guidelines-for-multinational-enterprises_19990952.
- OCDE (2016a), *Collaborative Strategies for In-Country Shared Value Creation: Framework for Extractive Industries*, OECD Development Policy Tools, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264257702-en>.
- OCDE (2016b), *Sub-Saharan Africa – The Social Institutions and Gender Index (SIGI) Regional Report*, Publicações OCDE, Paris, <https://www.genderindex.org/>.
- OCDE (2018), *Alignment Assessment of Industry Programmes with the OECD Minerals Guidance*, Publicações OCDE, Paris, <http://mneguidelines.oecd.org/Alignment-assessment-of-industry-programmes-with-the-OECD-minerals-guidance.pdf>.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OCDE/CAD (2017), *Global Aid Prospects and Projections*, <http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/global-aid-prospects-and-projections.htm> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- Odejimi, O. e D. Bellingham-Young (2014), “A policy pathway to reducing teenage pregnancy in Africa”, *Journal of Human Growth and Development*, vol. 24(2), pp. 135-141, <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.79915>.
- PNUD (2016), *Human Development Report*, <http://hdr.undp.org/en/data> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- PNUD (2017), *Income Inequality Trends in sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants and Consequences*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Paris.
- UNCOMTRADE (2017), *United Nations Commodity Trade Statistics*, <http://comtrade.un.org/db/> (base de dados consultada em janeiro de 2018).
- UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision* (pesquisas selecionadas na página internet), Divisão população, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Nova Iorque.
- UNESCO (2015), *Education for All Global Monitoring Report 2015 - Regional Overview: Sub-Saharan Africa*, Unesco, Paris.
- UNICEF/ICRW (2015), *Child Marriage, Adolescent Pregnancy and Family Formation in West and Central Africa: Patterns, trends and drivers of change*, Fundo das Nações Unidas para a Infância, International Center for Research on Women, Dacar.



Capítulo 5

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental

Este capítulo pretende investigar as interligações entre crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental (Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Madagáscar, Maurícias, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda).

Especificamente, o capítulo analisa a evolução do crescimento económico, os fatores impulsionadores do processo de crescimento e o impacto desse crescimento nas condições de vida da população na região. O capítulo fornece uma visão comparativa das tendências do crescimento económico, dos resultados do mercado laboral e da desigualdade de rendimentos na África Oriental, desde os anos 80.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: a primeira secção inclui factos-chave sobre a África Oriental, a segunda secção disponibiliza um resumo do desempenho económico na região, a terceira secção centra-se na evolução dos resultados de emprego e desemprego, a quarta secção analisa as principais tendências relativamente à pobreza e à desigualdade de rendimentos, e a última secção formula recomendações de políticas.

EM SÍNTESE

Nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) tem crescido a um ritmo regular na África Oriental. No entanto, o crescimento económico não se tem traduzido numa rápida transformação estrutural ou na criação de emprego. Vários países da África Oriental possuem setores informais de grande dimensão e em crescimento, o que condena muitos trabalhadores a baixos salários, precariedade laboral e poucas oportunidades para aquisição de competências. O rápido crescimento económico não tem se traduzido numa redução da pobreza ou da desigualdade de rendimentos igualmente rápida.

As taxas anuais de **crescimento** na região têm ultrapassado os 4% desde 1990. O peso do setor dos serviços no PIB subiu para 60%, impulsionado pelos serviços informais e não transacionáveis, enquanto o peso da indústria continua estável, representando 20% do PIB. O crescimento do PIB resulta, cada vez mais, do consumo privado, com um papel decrescente do investimento público e privado. O comércio da região é dominado pelas exportações de produtos primários e matérias-primas (52% do total das exportações) e pelas importações de produtos transformados (70% das importações totais).

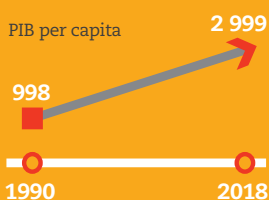
Apesar da baixa produtividade e da diminuição do contributo da agricultura para o PIB, o setor emprega quase 60% da população ativa. A disparidade de género no **emprego** (taxas de emprego mulheres/homens) tem decrescido, de 1.41 em 1991 para 1.39 em 2017, existindo grandes diferenças entre setores e entre países. O crescimento não tem aumentado o número de “bons” empregos, que ofereçam salários mais altos e melhores condições de trabalho.

A **desigualdade** de rendimentos varia consoante os países, mas regista, no geral, uma tendência ascendente. Em média, apenas 37% da população tem acesso a eletricidade, 48% a água potável e 20% a serviços de saneamento, embora se verifiquem grandes variações entre países e entre zonas urbanas e rurais. O nível de pobreza continua elevado – 35% – embora tenha reduzido desde 1999. Vários países têm respondido a esta situação através da melhoria dos programas de proteção social e do investimento na educação e no desenvolvimento de competências. Estes investimentos terão de aumentar significativamente, para que possam cumprir o objetivo de apoiar um desenvolvimento mais inclusivo.

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental

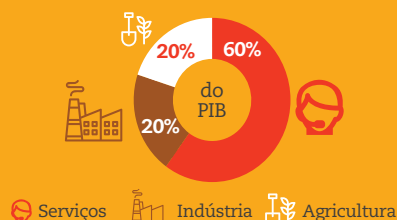
Crescimento

O PIB per capita triplicou desde 1990



Crescimento liderado pelos serviços

O setor dos serviços cresceu, impulsionado pelos serviços informais e não-transacionáveis, enquanto a indústria se manteve estável



Comércio

Os produtos primários representam metade das exportações totais



ao passo que 70% das importações são de produtos acabados

Trabalho

Apesar da baixa produtividade da agricultura e do seu peso decrescente no PIB, o setor emprega

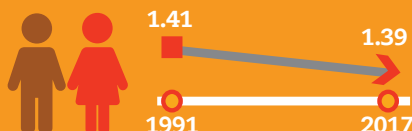


quase 60% da população ativa

Emprego

A disparidade de género no emprego tem diminuído lentamente

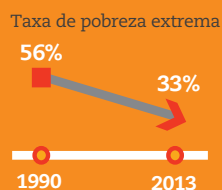
Rácio de emprego homens-mulheres



As mulheres são mais propensas a trabalhar no setor informal, seja como trabalhadoras independentes ou assalariadas

Pobreza

A taxa de pobreza extrema diminuiu, mas 104 milhões de pessoas continuam em situação de pobreza extrema



Acesso a Serviços Básicos



Apenas 37% da população tem acesso à **eletricidade**,



48% à **água potável**



e 20% a **serviços de saneamento**.



Existem grandes disparidades entre países e entre populações urbanas e rurais

Perfil regional da África Oriental

Tabela 5.1. Indicadores básicos sobre a África Oriental, 2017

População (milhares)	368 661
Área territorial (milhares de km ²)	6 394
Densidade populacional (habitantes/km ²)	58
PIB, preços correntes (mil milhões USD)	947
PIB per capita, preços correntes (USD)	2 840

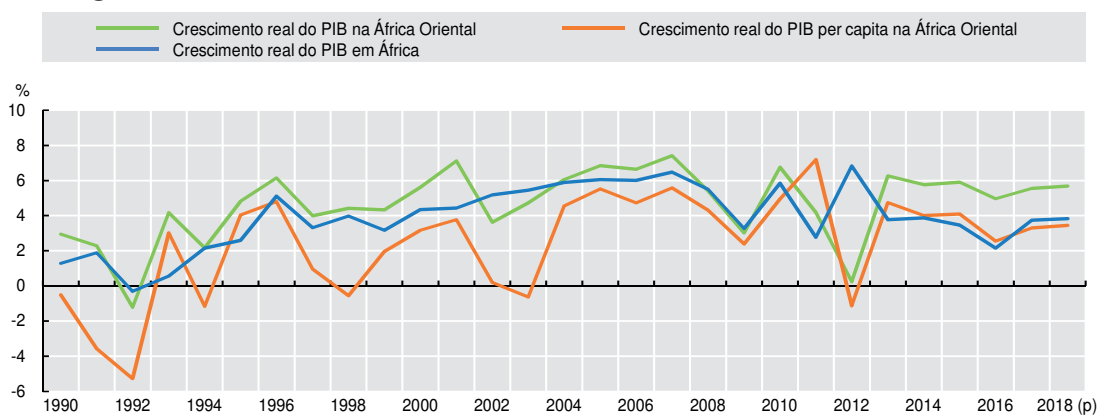
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 5.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Oriental (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	7.1	7.9	7.7	9.3	8.4	8.6	8.3	8.6
		Investimento de carteira	0.0	7.6	5.7	2.5	1.1	4.7	0.0	-1.1
		Remessas	3.9	4.6	4.5	4.7	4.8	5.9	5.0	5.0
Públicos	Ajuda oficial ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	15.4	14.3	15.5	15.8	18.4	16.5	15.9	16.0	
	Total de fluxos externos	25.2	33.4	26.5	34.4	33.4	32.3	32.7	35.8	
Receitas fiscais internas		21.1	23.7	21.1	23.7	25.2	28.6	33.0	36.8	

Fonte: FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

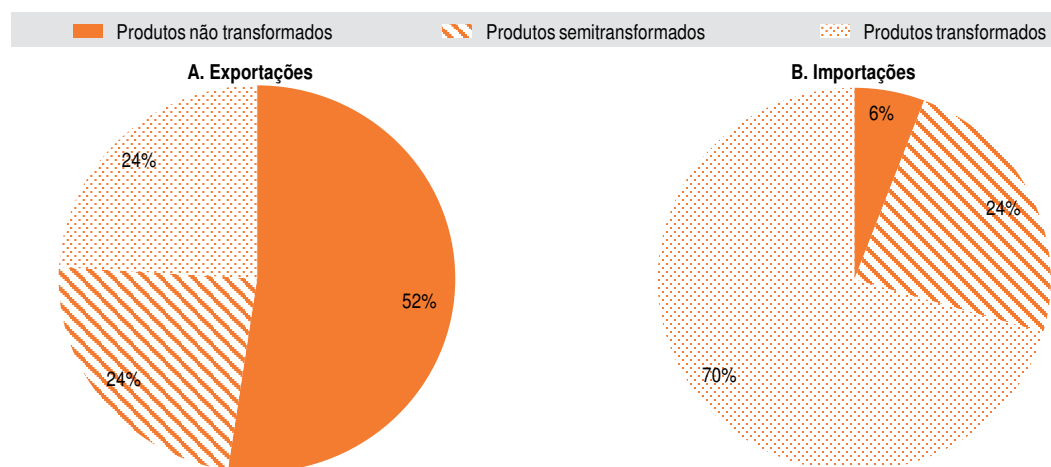
Figura 5.1. Dinâmicas de crescimento na África Oriental e em África, 1990-2018



Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783665>

Figura 5.2. Composição do comércio na África Oriental, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783684>

De acordo com a classificação da União Africana (no quadro do Tratado de Abuja, 1991), a África Oriental é composta por 14 países: Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Madagáscar, Maurícias, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda.¹

A África Oriental engloba uma área 6 394 000 km², o que corresponde a 22% do total do continente africano. Tem uma população de 369 milhões de pessoas (cerca de 29.3% da população total de África) e uma densidade populacional de 58 habitantes/km². Desde 1990, o crescimento médio da população tem-se situado em 2.9% por ano. A idade média da população nesta região é de 18 anos de idade.

O PIB da região em paridades do poder de compra (PPC) foi de 947 mil milhões de USD em 2016, sendo o PIB per capita de 2 840 USD. O crescimento real do PIB tem sido, em média, de 4.8% entre 1990 e 2018, comparativamente a 3.9% registados no continente.

Duas décadas de crescimento económico sustentado na África Oriental

A África Oriental tem registado um forte desempenho económico durante as duas últimas décadas. A região apresenta taxas anuais de crescimento superiores a 4% desde 1995, bastante acima da média continental (Figura 5.1). Os serviços são o setor com maior peso no PIB, em todos os países, com exceção da Etiópia, Tanzânia e Uganda, onde o setor agrícola tem uma dimensão significativa. Os serviços informais e não transacionáveis representam a maior parte do crescimento recente dos serviços, mas têm um fraco impacto na economia. O consumo privado é, cada vez mais, um fator impulsionador da expansão económica, enquanto o papel do investimento tem vindo a diminuir. O comércio da região concentra-se na exportação de matérias-primas e na importação de produtos transformados, o que desacelera o crescimento. Finalmente, a estabilidade macroeconómica e as pressões inflacionárias na região dependem, em grande medida, das flutuações dos preços dos combustíveis e dos alimentos, em relação às quais as economias estão muito vulneráveis.

O desempenho do crescimento e as dinâmicas demográficas variam consideravelmente nos países da região. O período desde o início dos anos 80 até meados da década de 90 caracterizou-se por um crescimento fraco e volátil do PIB. Desde meados dos anos 90, a região registou taxas de crescimento sustentadas e baixo crescimento demográfico, o que se traduz num aumento do rendimento per capita.

O crescimento dos países com melhor desempenho na região tem sido sustentado por vários setores. A Etiópia tem contribuído para o crescimento regional, principalmente, através de um aumento da despesa pública em infraestruturas (estradas e energia hidroelétrica). A partir de 1980, o Ruanda contribuiu para o crescimento regional através da produção agrícola, especialmente de matérias-primas como o café e o chá. Se o crescimento do Uganda tem sido impulsionado pelos investimentos no setor energético, já o investimento em serviços tem estado na base das taxas de crescimento das Maurícias. Outros países, para além destes, têm contribuído para o crescimento regional, como o Quênia (investimento em infraestruturas e consumo das famílias), as Seychelles (turismo) e a Tanzânia (indústria transformadora e serviços).

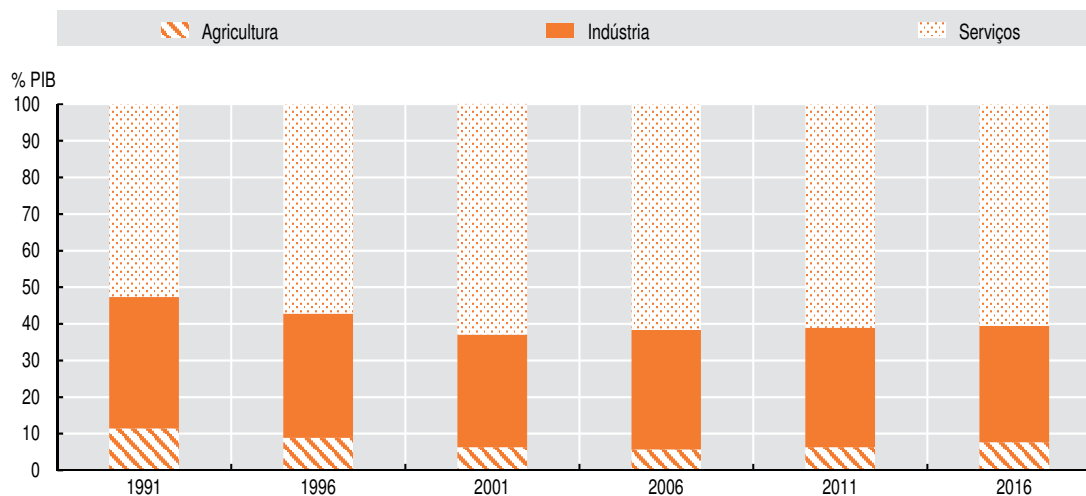
A alteração da composição do crescimento económico na África Oriental

Desde 1980, a composição geral do PIB em termos setoriais tem mudado pouco na região (ver Figura 5.3). Até há pouco tempo, o contributo da agricultura diminuiu regularmente, enquanto o dos serviços tem aumentado. O peso da agricultura no PIB é, em média, mais elevado nos países com melhor desempenho. No início das décadas de 80 e 90, a agricultura era o setor com maior contributo para o crescimento, mas desde meados dos anos 90 as economias da maioria dos países transitaram para o setor dos serviços. O contributo da indústria transformadora tem-se mantido relativamente estável, embora com ligeiros ganhos no contributo da indústria total para o PIB.

O aumento do peso dos serviços e da indústria no PIB parece coincidir com o período de reformas macroeconómicas na maioria dos países da região. Atividades de baixa produtividade, como os serviços informais e não transacionáveis, explicam, em grande parte, o crescente papel do setor dos serviços, pelo que o aumento do peso deste setor não se refletiu numa transformação da economia. Desde os anos 2000, vários dos países com melhor desempenho na região registaram uma redução do contributo da indústria para o PIB, o que coincide com o abrandamento da economia global.

O decréscimo do peso da agricultura pode traduzir-se em ganhos de produtividade na economia. A agricultura tende a ter um menor valor acrescentado do que outros setores (McMillan e Rodrik, 2011; Gollin et al., 2014), para além de que o rendimento e o consumo são mais baixos no setor agrícola do que noutros setores (McMillan e Verduzco, 2012; Gollin et al., 2014). Desta forma, o valor acrescentado, o rendimento e o consumo deverão aumentar à medida que os trabalhadores transitam da agricultura para outros setores.

Figura 5.3. Valor médio acrescentado por setor na África Oriental, em percentagem do PIB, 1991-2016



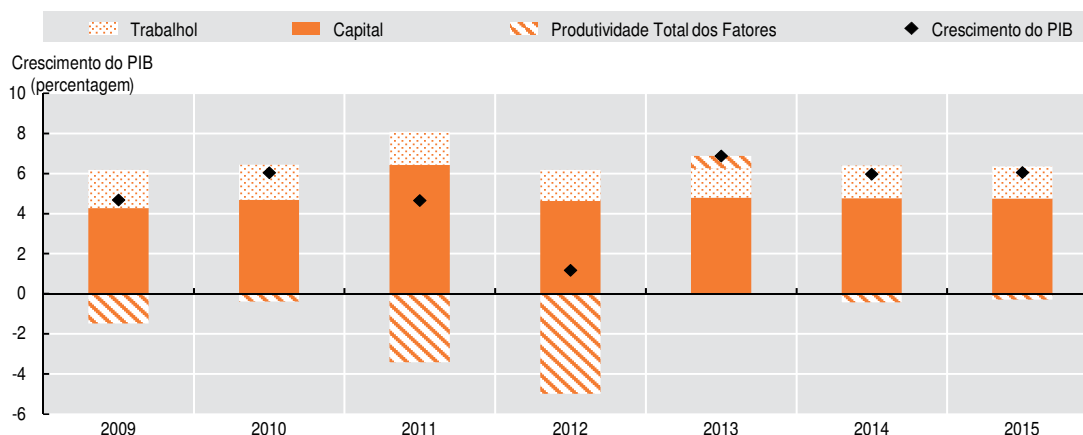
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783684>

O crescimento baseado no setor dos serviços pode assumir várias formas. Nas Seychelles, o turismo lidera o crescimento económico e domina o setor dos serviços, que representa aproximadamente 80% do PIB. Nos últimos anos, o governo promoveu o investimento estrangeiro, com vista à melhoria dos hotéis e de outros serviços. O Djibouti beneficia de uma localização estratégica no Mar Vermelho, fornecendo serviços como porto de trânsito na região e como centro internacional de transbordo e reabastecimento. As Maurícias, por seu lado, têm apostado no crescimento dos setores industrial, financeiro, das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e do turismo. Passaram, assim, de uma economia de baixo rendimento, assente no setor agrícola (maioritariamente cana de açúcar) para uma economia diversificada de rendimento médio.

O contributo dos fatores para o crescimento na África Oriental

O crescimento da região explica-se mais pela acumulação de capital do que pelos ganhos na produtividade total dos fatores (PTF) (ver Figura 5.4). No início dos anos 90, a redução da PTF contribuiu, em parte, para o abrandamento do crescimento na África Oriental. Em meados dessa década, o trabalho desempenhou um papel fundamental. Desde final dos anos 90, porém, o papel do capital no crescimento tem vindo a ser preponderante. O trabalho e a PTF têm um peso mínimo no crescimento do PIB, com a PTF a denotar também alguma volatilidade.

Figura 5.4. Desagregação do crescimento económico por fatores de produção na África Oriental, 2009-15



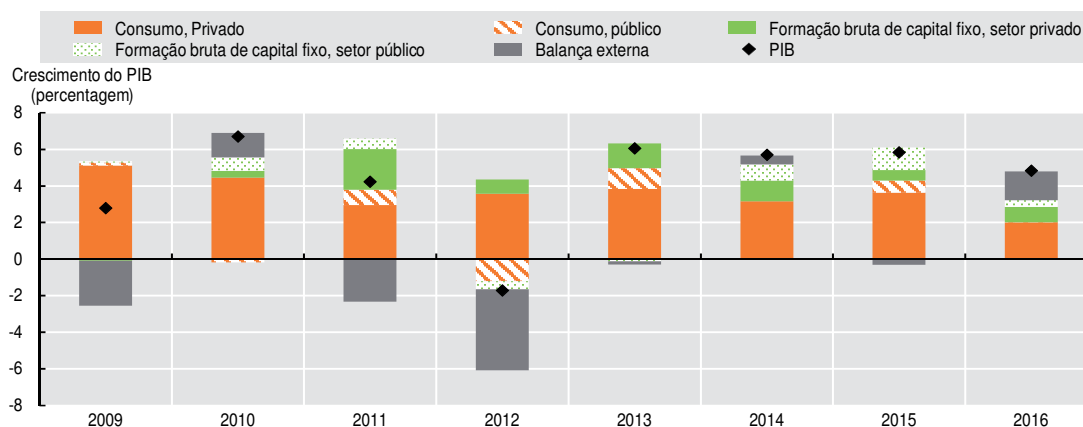
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Conference Board (2017), *Total Economy Database*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783722>

Os fatores impulsionadores recentes do crescimento económico na África Oriental

O forte crescimento económico registado na África Oriental ao longo da última década foi maioritariamente impulsionado pelo aumento do investimento e pelo consumo privado e público. Os choques nos preços globais e a procura de matérias-primas são fatores exógenos do crescimento, ou que estão fora do controlo de cada país. Entre os fatores endógenos estão as estratégias de desenvolvimento adotadas pelos governos da região, a estabilidade macroeconómica, o investimento, o comércio e fatores demográficos e sociais. Estes são brevemente analisados em seguida.

O investimento na região tem crescido desde o ano 2000. As taxas de investimento na África Oriental aumentaram de 18.4% do PIB, em 2000, para 25.6%, em 2014. Os países que conseguiram sustentar o crescimento também registaram aumentos regulares das taxas de investimento. O país com maior investimento médio são as Seychelles – 27.2% do PIB – enquanto a taxa mais baixa se verifica no Djibouti, com 7.4% do PIB. Em 2015 e 2016, contudo, a África Oriental registou um ligeiro decréscimo das taxas médias de investimento (respetivamente, 24.3% e 24.5% do PIB).

Figura 5.5. Desagregação do crescimento por tipo de despesa na África Oriental, 2009-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*; Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783741>

O consumo é o principal impulsionador do crescimento do PIB, recuperando desde 2014, apesar de alguma volatilidade. O consumo privado tem representado regularmente mais de metade do crescimento do PIB, tendo aumentado em média 4.7%, entre 2009 e 2016. A queda do consumo privado entre 2009 e 2014 pode derivar, em parte, do abrandamento da procura global, no rescaldo da crise financeira global. A África Oriental está parcialmente integrada na economia global, estando exposta a choques económicos externos. O consumo público tem sido mais volátil e menos forte, com uma média de 0.6% (Figura 5.5).

O contributo do setor externo (exportações líquidas) para o recente crescimento do PIB foi fortemente negativo até 2015. Este contributo negativo deriva do aumento dos preços da importação de energia entre 2011 e 2014, bem como da fraca procura externa, em parte causada pela crise financeira global. As matérias-primas agrícolas ainda dominam as exportações regionais, representando mais de metade das exportações em 2016, enquanto os bens transformados constituem a maioria das importações (cerca de 70% do total, em 2016). Desde o ano 2000, as exportações têm aumentado o seu peso no PIB e têm-se tornado mais diversificadas em termos geográficos. Esta tendência reflete o rápido crescimento e um certo grau de transformação estrutural das economias regionais, à medida que se expandem para um leque alargado de bens e serviços, fora do tradicional setor agrícola (ver Anexo 5.A1).

Dinâmicas de emprego e desemprego na África Oriental

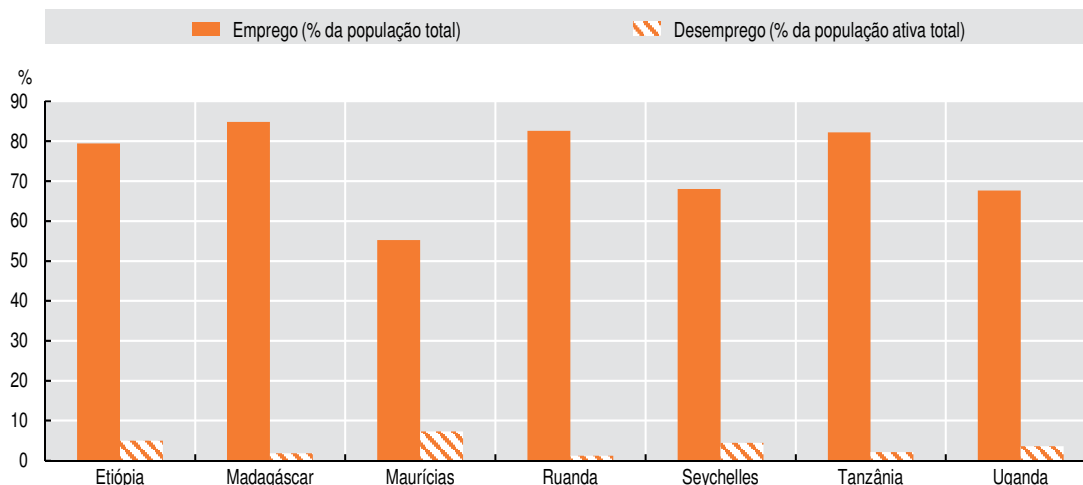
O crescimento económico na África Oriental não se tem traduzido numa diversificação suficiente da economia nem na criação dos empregos necessários, o que é crucial para a inclusão e a sustentabilidade. A agricultura ainda emprega 60% da população ativa, apesar do decrescente peso no PIB. O setor dos serviços absorve a maior parte dos trabalhadores que sai do sector agrícola, pelo que o emprego no setor industrial não tem sofrido alterações. Isto prejudica as perspetivas de desenvolvimento e de emprego, uma vez que a maioria dos empregos no setor dos serviços são informais, improdutivos, com baixos salários e más condições de trabalho (UNECA, 2015). O desemprego jovem continua a ser um grande desafio.

As estratégias de crescimento deveriam almejar a criação de ambientes de negócio cada vez mais atrativos, que possam melhorar o emprego. As políticas devem incentivar o crescimento, o investimento e a criação de emprego por parte do setor privado, incluindo pequenos negócios, como empresas start-up e empresários que possam criar emprego. Um exemplo a salientar é o Ruanda, que, paralelamente às reformas macroeconómicas e empresariais, trouxe o desenvolvimento empresarial para os enquadramentos das várias políticas públicas. Isto engloba a política de emprego de 2007, a política sobre pequenas e médias empresas de 2010, e a Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado de 2013.

Tendências do emprego e do desemprego na África Oriental

As taxas de emprego variam consideravelmente entre os países da região. Em três países, menos de metade da população ativa está empregada, enquanto quase metade dos países têm taxas de emprego na ordem dos 80%. O desemprego tem estado relativamente constante na região, caindo ligeiramente de 7.5%, em 1991, para pouco abaixo dos 7.2%, em 2017.^{2,3}

Figura 5.6. Taxas de emprego e de desemprego nos países da África Oriental



Nota: São apresentados apenas os últimos dados disponíveis para cada país após 2009.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783760>

A deslocação do trabalho para o setor dos serviços não gerou aumentos de produtividade. O setor agrícola ainda emprega a maior parcela da população ativa, embora o seu peso tenha diminuído ligeiramente. Nos últimos anos, o setor dos serviços absorveu a maioria dos trabalhadores que saíram da agricultura e da indústria. O emprego em serviços tende a estar concentrado em atividades de baixa produtividade, como o comércio a retalho e a hotelaria, o que limita os ganhos desta redistribuição do trabalho (ver Capítulo 1).

Nos últimos anos, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou em muitos países em desenvolvimento, incluindo nos países da África Oriental. Existem, pelo menos, três fatores na base desta tendência. Em primeiro lugar, o desenvolvimento económico e a transição da população dos setores agrícola e rural para outros setores fazem com que mais mulheres optem por integrar o mercado de trabalho. Segundo, com os crescentes níveis de educação, as mulheres tendem a trabalhar em maior número, para terem o retorno do seu investimento. Terceiro, a queda dos rendimentos familiares e o aumento da pobreza em alguns países parecem ter empurrado mais mulheres para o mercado de trabalho (Tandrayen-Ragoobur, Ummersingh e Bundhoo, 2011).

As desigualdades no emprego estão a diminuir, mas as mulheres e os jovens continuar a estar em desvantagem. Verifica-se um aumento do emprego entre as mulheres e uma diminuição do emprego entre os homens, embora a desigualdade de género neste âmbito continue a ser significativa. A disparidade de género (medida pela taxa de emprego mulheres/homens) tem decrescido lentamente, passando de 1.41 em 1991 para 1.39 em 2017, e com grandes variações entre setores e países (ver a Tabela 5.3 com a desagregação dos dados por setor). A população jovem continua a estar vulnerável ao desemprego na África Oriental. A taxa de desemprego jovem está acima da taxa geral de desemprego, atingindo 13.5% em 2017.

Tanto as mulheres como os homens trabalham maioritariamente na agricultura. O setor emprega 62% da população ativa feminina e 55% da masculina. No entanto, o emprego das mulheres está a passar da agricultura e da indústria para o setor dos serviços, enquanto o emprego dos homens tem transitado para a indústria e para os serviços (ver Tabela 5.3). Isto é consistente com a maior propensão dos homens ocuparem postos de trabalho assalariado. Por exemplo, quase 50% das mulheres empregadas no Uganda e

mais de 62% na Tanzânia trabalham no setor informal (OIT, 2015). Esta percentagem chega aos 80% no Quênia e no Ruanda (UNECA, 2015). A África Oriental segue, portanto, a tendência da África subsariana, onde mais de 75% das mulheres são suscetíveis de terem um emprego informal (OIT, 2016).

Tabela 5.3. Peso dos setores no emprego na África Oriental, por género 1995-2017 (percentagem)

	Agricultura		Indústria		Serviços	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1995	63.1	55.4	10.6	11.5	26.4	33.1
2005	62.2	54.1	9.5	12.1	28.2	33.8
2017	60.1	52.8	8.7	13.7	31.2	33.5
Média (1991-2017)	62.1	54.4	9.8	12.4	28.1	33.1

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Caixa 5.1. Razões da disparidade de género relativa ao emprego nas Maurícias

As Maurícias têm sido frequentemente referidas como um caso excepcional na África subsariana, tendo um crescimento estável e condições macroeconómicas sólidas. No entanto, o desemprego feminino continua a ser um grande problema nesta sociedade. Em 2010⁴, 64% dos desempregados eram mulheres. A economia orientou-se mais para os serviços e para setores baseados no conhecimento, pelo que se perderam muitos empregos pouco qualificados. A maioria dos que perderam o emprego foram mulheres, aumentando assim a disparidade de género no que respeita ao desemprego. Nas Maurícias, as mulheres casadas tendem a ficar fora do mercado de trabalho. Além disso, muitas mulheres não entram no mercado de trabalho devido a horários de trabalho inflexíveis e à falta de opções para cuidar das crianças (Tandrayen-Ragoobur, Ummersingh e Bundhoo, 2011).

Dinâmicas de desigualdade e pobreza na África Oriental

Esta secção analisa os dois principais fatores que impedem o bem-estar económico: a desigualdade e a pobreza. A desigualdade de rendimentos é variável na região, mas regista, no geral, uma tendência ascendente (ver Tabela 5.4). A maioria dos países também fica aquém no que respeita ao fornecimento de energia elétrica, água e saneamento, verificando-se grandes diferenças entre as populações rurais e urbanas. Os níveis de pobreza na região têm decrescido, mas continuam elevados.

A desigualdade e a pobreza podem ser reduzidas através do crescimento, mas são também necessárias políticas de longo prazo, uma vez que nem sempre o crescimento, por si só, tem esse efeito. Alguns países colocaram em funcionamento programas de proteção social (p.ex. a Tanzânia), para reduzir as vulnerabilidades e promover uma maior participação no processo de crescimento. Outros investiram no desenvolvimento da educação, das competências e do empreendedorismo, para criarem melhor emprego a longo prazo (p.ex. o Ruanda). As Maurícias são um exemplo da aplicação de políticas de redução da pobreza e da desigualdade através da educação – como a formação em competências específicas para grupos desfavorecidos, em particular para mulheres e jovens –, dos serviços de saúde e de redes de segurança social.

A existência de altas taxas de pobreza não implica, necessariamente, uma grande desigualdade. Nomeadamente, em Madagáscar, verificou-se que, apesar da taxa de pobreza ter aumentado entre 2001 e 2010, a desigualdade diminuiu no mesmo período, dado ter existido um retorno à agricultura motivado pela falta de crescimento da economia.

A desigualdade na África Oriental

A análise da desigualdade de rendimentos e de oportunidades revela que alguns países têm um desempenho fraco num indicador e um bom desempenho noutros indicadores. Por exemplo, as Comores têm o coeficiente de Gini mais elevado da região, o que significa uma maior desigualdade de rendimento, mas uma grande percentagem da população tem acesso à eletricidade. A Etiópia, por seu lado, tem um coeficiente de Gini baixo, mas poucos cidadãos têm acesso a serviços básicos. Estas incongruências explicam-se pela existência (ou pela inexistência) de diferentes programas de proteção social nos vários países (Banco Mundial, 2015).

Tabela 5.4. Desigualdade na África Oriental, de acordo com o Índice de Gini

	1999	2005	2010	2012	2013
Comores	-	55.9	-	-	45.0
Djibouti	39.1	41.5	44.1	45.1	44.1
Etiópia	30.0	29.8	33.2	-	-
Madagáscar	38.6	39.9	42.4	42.7	-
Maurícias	37.7	35.7	35.7	35.8	-
Quênia	46.9	48.5	-	-	-
Ruanda	48.5	52.0	51.3	49.7	50.4
Seychelles	42.8	42.8	43.4	45.7	46.8
Tanzânia	37.3	40.3	36.4	37.8	-
Uganda	43.0	42.9	44.2	41.0	-

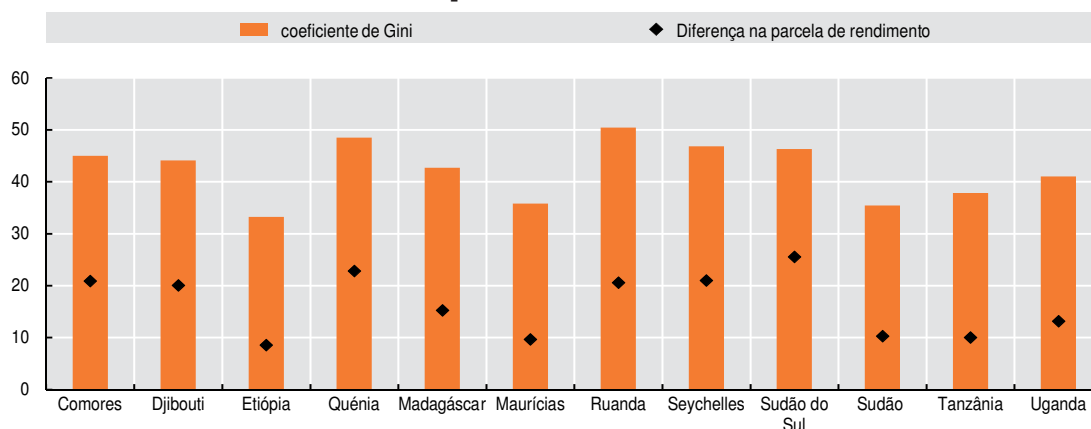
Nota: - = dados não disponíveis. O índice de Gini mede o grau de desvio entre a distribuição do rendimento dos indivíduos ou agregados familiares no seio de uma economia e uma distribuição totalmente equitativa. O índice vai de 0, no caso de uma “igualdade perfeita” (em que cada parcela da população obtém a mesma proporção de rendimento) até 100, no caso de uma “desigualdade perfeita” (em que a totalidade do rendimento vai para a parcela da população que possui o rendimento mais elevado).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

A comparação da parcela de rendimento detida pelo quintil superior (os 20% mais ricos) e pelo quintil inferior (os 20% mais pobres) da população demonstra que a desigualdade na África Oriental é, no geral, elevada (Figura 5.7). O Ruanda, as Comores e o Quênia registam os níveis mais elevados de desigualdade de rendimentos, de acordo com esta medição (para dados mais detalhados, ver Anexo 5.A2). Comparando com outras regiões do continente africano, o nível de desigualdade é quase equivalente ao da África Central e da África Ocidental. O Norte de África tem a diferença mais pequena entre o quintil mais rico e mais pobre, enquanto a África Austral regista a maior disparidade.

A desigualdade pode, igualmente, ser analisada em termos do acesso a comodidades básicas, no qual a África Oriental fica aquém de outras regiões. Na região, apenas 37% da população tem acesso a eletricidade, 48% a água potável e 20% a serviços de saneamento (para a desagregação dos dados por país, ver Anexo 5.A2). Vários países registam grandes disparidades entre as populações das zonas urbanas e rurais, particularmente no que respeita à eletricidade e ao saneamento. Pelo contrário, nas Maurícias e nas Seychelles, respetivamente mais de 90% e 85% da população rural tem acesso a energia elétrica.

Figura 5.7. Coeficientes de Gini e diferenças na parcela de rendimento, nos países da África Oriental



Nota: A diferença entre o grupo superior e inferior diz respeito ao rácio entre a parcela de rendimento detida pelos 10% mais ricos e o rendimento detido pelos 10% mais pobres, na distribuição nacional do rendimento. Apresentam-se os dados mais recentes disponíveis para cada país.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783779>

A pobreza na África Oriental

Os níveis de pobreza na África Oriental têm decrescido, mas continuam elevados. Em geral, os países da região têm registado uma redução da pobreza extrema desde o início das reformas económicas, nos anos 90 (Tabela 5.5).

Tabela 5.5. Taxas de pobreza na África Oriental, 1999-2013

	Taxa de pobreza, limiar de 1.90 USD/dia (% da população)				
	1999	2005	2010	2012	2013
Comores	-	13.5	-	-	17.7
Djibouti	-	20.6	-	18.3	22.5
Etiópia	55.4	36.3	33.5	-	-
Madagascar	63.9	72.0	78.5	77.8	-
Maurícias	-	0.4	-	0.5	-
Quênia	21.5	33.6	-	-	-
Ruanda	77.0	68.0	60.3	-	60.4
Tanzânia	86.0	55.1	49.1	-	-
Uganda	64.1	53.2	41.5	34.6	-
	Taxa de pobreza, limiar nacional (% da população)				
	1999	2005	2010	2012	2013
Comores	69.0	44.8	-	-	-
Etiópia	44.2	38.9	29.6	-	-
Madagascar	70.8	73.2	71.4	70.7	-
Quênia	-	45.9	-	-	-
Ruanda	-	56.7	44.9	-	39.1
Seychelles	-	37.8	-	-	39.3
Uganda	33.8	31.3	24.5	19.5	-

Nota: - = dados não disponíveis.

Fonte: Banco Mundial (2017b), PovCalNet (base de dados).

Os países da região têm adotado várias abordagens para a redução da pobreza:

- As Maurícias têm um sistema de previdência social generoso, um sistema de ensino sólido e políticas de apoio às famílias de baixos rendimentos e aos

desempregados. O país centrou a sua estratégia de redução da pobreza na educação (p.ex. a formação para aumentar a empregabilidade) e nos serviços de saúde, com enfoque nos segmentos mais vulneráveis da população – mulheres e jovens –, através da melhoria das redes de segurança social. O desenvolvimento verificado nas Maurícias no início dos anos 2000 conseguiu reduzir a pobreza através do crescimento, com um custo praticamente nulo em termos de desigualdade.

- **Os esforços de redução da pobreza no Ruanda estão ancorados nas suas estratégias de médio e longo prazo.** O país colocou em funcionamento um mecanismo de monitorização da pobreza, através de inquéritos aos agregados familiares (o Inquérito Integrado às Condições de Vida das Famílias e o Inquérito sobre Demografia e Saúde). Vários fatores contribuíram para uma redução rápida da pobreza: a paz e estabilidade política; uma gestão macroeconómica sólida; e a melhoria dos serviços sociais e dos programas de proteção social (como o Programa Umurenge 2020). O governo do Ruanda está a intensificar esforços para a criação de emprego através da educação, das competências e do empreendedorismo, com vista a reduzir a taxa de pobreza para 20% da população até 2020.
- **A Tanzânia reduziu a pobreza e a desigualdade através da melhoria do rendimento disponível nos agregados familiares mais pobres.** O governo apoia as famílias pobres por via de programas de segurança social (tais como o Fundo de Ação Social da Tanzânia e o Programa da Rede de Segurança Social Produtiva), de transferências monetárias condicionadas e de programas de obras públicas.

A paz e a segurança são, igualmente, fatores cruciais para a redução da pobreza. As duas crises políticas que atingiram Madagáscar nos anos 2000 tiveram grandes custos para o país em termos de redução da pobreza. Se estas crises tivessem sido evitadas, o número de pobres no país teria caído 11% entre 2001 e 2010, ou seja, a população em situação de pobreza passaria de 70.8% em 2001 para 59.8% em 2010 (Banco Mundial, 2014).

Recomendações de políticas

A maioria dos países na África Oriental tem experienciado um crescimento económico sustentado, resultante de um perfil económico diversificado, particularmente se comparado com regiões como a África Central ou a África Ocidental. Apesar disso, a existência de um setor agrícola de grande dimensão e um modelo de crescimento centrado nas exportações de um leque restrito de produtos (p.ex. café, chá, minérios) tornam a região vulnerável a flutuações nos preços das matérias-primas e a desvalorizações cambiais. O crescimento da região não resultou na criação de emprego, nem numa redução substancial da pobreza ou da desigualdade.

Estas recomendações operacionais pretendem orientar os países para uma maior diversificação económica, criação de emprego, crescimento inclusivo e transformação estrutural. Os governos podem atingir estes objetivos reforçando a crescente base de consumidores internos, melhorando a produtividade de setores que empregam largos segmentos da população e apoiando a criação de emprego em setores de maior produtividade. As recomendações focam-se em problemas comuns a todos ou à maioria dos países da região. Pretendem propor ações para uma agenda de desenvolvimento regional, que seja coerente com os aspetos partilhados pelos países e com as suas necessidades de integração regional. Os países têm diferentes pontos de partida, abordagens, capacidades e prioridades nacionais, pelo que terão de priorizar e sequenciar as políticas de acordo com as suas especificidades próprias.

Os países da região deverão prosseguir políticas orçamentais e monetárias responsáveis, uma vez que estas afetam diretamente a taxa de inflação e a volatilidade

da moeda. A estabilidade macroeconómica é importante para um crescimento económico sustentado, particularmente a longo prazo. A manutenção de taxas de inflação baixas e estáveis requer i) um controlo da oferta de moeda, que influencia os índices de preços no curto prazo e ii) proteger a economia de um alastramento dos efeitos da inflação e de alterações nos preços do petróleo e dos alimentos, os quais têm efeitos na inflação a longo prazo (Nguyen et al., 2015; Simpasa e Gurara, 2011).

Com a crescente integração da região na economia global, a proteção da economia é particularmente importante para reduzir a pobreza e pode, igualmente, ser complementada por medidas de proteção das famílias com baixos rendimentos face a choques de preços. As Comunidades Económicas Regionais podem dar uma ajuda neste âmbito. Por exemplo, o Protocolo da União Monetária da Comunidade da África Oriental define critérios de convergência macroeconómica que, a longo prazo, poderão limitar a inflação abaixo dos 5%, ter um rácio regional de receitas fiscais/PIB na ordem dos 25%, um teto da dívida de 50% do PIB e um montante mínimo de reservas equivalente a 4.5 meses de importações.

A melhoria do quadro regulamentar e de políticas, assim como a melhoria do ambiente geral de negócios, são essenciais para promover a diversificação e um crescimento económico mais sustentável. Os decisores políticos podem incentivar o investimento produtivo na economia através de um conjunto de medidas estruturais e institucionais:

- **Introduzir reformas para melhorar o ambiente de negócios.** Só quatro países da região – as Maurícias, o Quênia, o Ruanda e as Seychelles - estão entre os 100 países do mundo onde é mais fácil a realização de negócios (Banco Mundial, 2018). Especificamente, estes países conseguiram reduzir, de forma consistente, o número e o custo dos procedimentos para registo de empresas e de propriedades, bem como para obter licenças e bens públicos (p.ex. eletricidade). Outras ações adicionais possíveis, poderiam incluir alinhar os planos de investimento, de desenvolvimento de infraestruturas e de capital humano; centralizar a informação sobre regulamentação e torná-la mais acessível aos investidores nacionais e estrangeiros; reforçar e capacitar as autoridades reguladoras para evitar a influência governamental em determinados setores (p.ex. na definição de preços da eletricidade) (OCDE, 2013; 2014).
- **As agências de promoção de investimentos (API) são necessárias para atender às necessidades dos investidores privados, de grande ou pequena dimensão.** A existência de API eficazes exige que estas tenham uma missão clara, com objetivos estratégicos, bem como uma liderança forte (Morisset e Andrews-Johnson, 2004). Por exemplo, o Ruanda criou uma agência de promoção do investimento com o mandato claro de atrair e apoiar os investidores que possam criar emprego e promover a atividade económica no país. Esta agência tem assento no governo, para assegurar um contacto direto com outros ministérios e com a presidência.
- **Os governos podem otimizar a política comercial, para facilitar a importação de produtos intermédios e bens de investimento, bem como a exportação de produtos acabados.** Segundo os Indicadores de Facilitação do Comércio da OCDE, a África Oriental poderia dar prioridade à eliminação de encargos e taxas comerciais, bem como ao maior envolvimento da comunidade de operadores comerciais no processo de tomada de decisão (OCDE, s.d.). A redução das tarifas sobre os insumos intermédios e bens de investimento, que são essenciais à industrialização, pode melhorar a competitividade das empresas na região. Na Comunidade da África Oriental (EAC/CAO), por exemplo, quase 400 rubricas pautais sobre insumos industriais estão classificadas erradamente como produtos totalmente transformados, sendo, portanto, tributadas a 25% em vez de 10% (Frazer, 2017).

O apoio às empresas, através de uma agência de promoção das exportações ou de outras medidas de facilitação do comércio, pode ajudar os países a aumentarem as exportações e a aproveitarem cadeias de valor (OMC, 2014).

- **Para atraírem mais investimento, os governos da região podem apoiar projetos e serviços que encorajem a participação do capital privado.** Os governos devem disponibilizar apoio e serviços, tais como financiamento inicial e serviços de apoio empresarial, bem como facilitar as interações entre empresas nacionais e estrangeiras. Os doadores e parceiros de desenvolvimento podem contribuir para estes objetivos, fornecendo assistência técnica e financiamento de programas específicos (Powers e Butterfield, 2014). Os governos poderiam promover a participação do setor privado em setores e atividades que oferecem boas perspectivas de retorno do investimento, como infraestruturas (p.ex. estradas com portagens) e serviços públicos (p.ex. transportes).

O desenvolvimento de projetos de infraestruturas de qualidade reforçará o crescimento sustentado. Os países da EAC/CAO precisarão de aproximadamente 100 mil milhões de USD, até 2021, para preencher as lacunas de financiamento de infraestruturas, que estão a prejudicar o crescimento e a manter os custos dos negócios em níveis não competitivos⁵. Um investimento coordenado em infraestruturas básicas poderá ultrapassar as dificuldades mais evidentes com eletricidade e logística. Projetos como o Pool de Energia da África Oriental (PEAO) contribuirão para reduzir o défice de infraestruturas da região e reforçar a cooperação transfronteiriça. O PEAO visa atingir uma capacidade excedentária até 2030, bem como criar um mercado integrado de trocas de eletricidade entre os seis países da região que integram o projeto (Deloitte, 2015). Os países devem também procurar melhorar as infraestruturas para o setor dos serviços (p.ex. a conectividade das TIC), que podem ajudar ao crescimento empresarial. Nomeadamente, a “Silicon Savana”, no Quênia, está a atrair empresários e expande-se já para além de Nairobi, em parte devido à rapidez da banda larga móvel disponível no país⁶.

Os países devem melhorar os seus sistemas de ensino, dada a importância do capital humano na promoção do crescimento. Entre 2005 e 2014, a taxa de conclusão do ensino secundário aumentou 24 pontos percentuais, no caso dos rapazes, e 27 pontos percentuais, no caso das raparigas, o que quase eliminou a disparidade de género. No entanto, é necessário melhorar a qualidade da educação e a sua adequação ao mercado de trabalho.

Os jovens precisam de ter concluído, pelo menos, o primeiro ciclo do ensino secundário, para terem as competências básicas necessárias para encontrarem um emprego com salário digno (UNESCO, 2013). Na Etiópia, porém, mais de 75% dos jovens entre 15 e 19 anos de idade não têm essas competências de base. O mesmo acontece com cerca de dois terços dos jovens ugandeses. Para proporcionarem a educação necessária, os governos devem trabalhar para aumentarem os resultados da aprendizagem no ensino básico e secundário e para atingirem maiores taxas de escolaridade em ciência, tecnologia, engenharias e matemática. Devem também promover o ensino especializado e a formação profissional, bem como envolver o setor privado na definição dos currículos e no contacto com estudantes.

O aumento da cobertura dos programas de proteção social pode ajudar os países a gerirem os possíveis efeitos negativos do crescimento sobre os mais vulneráveis. O abrandamento do crescimento demográfico na região não é suficiente para evitar que as pessoas mais vulneráveis sejam afetadas pela desigualdade e caiam numa situação de pobreza. Contudo, os governos podem alargar a cobertura dos programas de proteção social em benefício dos mais vulneráveis (ver Capítulo 8), incluindo as mulheres, que constituem frequentemente uma parcela desproporcional da população pobre. Os programas podem ser projetados para promover o acesso das mulheres a serviços de saúde

e educação, bem como para apoiá-las quando se encontram fora do mercado de trabalho a cuidar de dependentes. Se, por um lado, o financiamento de tais programas coloca grandes desafios, por outro lado estima-se que a eliminação dos subsídios às energias fósseis em quatro países da região poderia disponibilizar até 2.1% do PIB (OCDE, 2017).

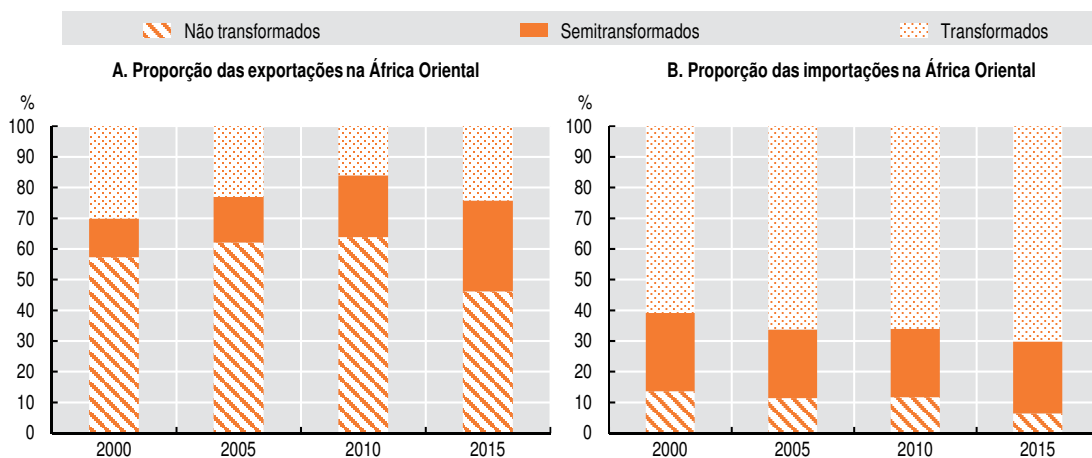
É necessário que os países impulsionem a produtividade agrícola e apoiem o crescimento de empresas com elevado potencial nos setores industrial e dos serviços. O setor agrícola continua a ser o principal empregador na região, pelo que o aumento da sua produtividade e competitividade pode criar empregos no setor, indo para além da mera subsistência. Os serviços de baixa produtividade e não transacionáveis também empregam uma grande parcela da população. Permitir que as empresas deste setor cresçam e incentivar os trabalhadores a transitarem para indústrias mais produtivas poderia ajudar os países a acelerar a sua transformação económica.

- As intervenções no setor agrícola podem incluir a introdução de tecnologias acessíveis e graduáveis e de melhores inputs agrícolas para aumentar a produtividade; o desenvolvimento de produtos financeiros (ou seja, créditos e seguros) adaptados ao setor; e a criação de cadeias de valor para aumentar o valor acrescentado (o que também pode gerar empregos adicionais). Por exemplo, a indústria de flores cortadas na Etiópia beneficiou grandemente de investimentos por parte de pequenas empresas estrangeiras para reforçar o comércio com a Europa, o que levou à transferência de conhecimento e gerou efeitos multiplicadores na economia local. Abordagens de base local e multissetoriais podem, igualmente, melhorar a produtividade agrícola. A Etiópia e o Ruanda estão a apostar, no âmbito das suas estratégias de desenvolvimento, no crescimento de cidades secundárias para reforçar a produtividade dos mercados locais de produtos alimentares.
- As modernas soluções tecnológicas podem permitir aos trabalhadores por conta própria reduzir custos e melhorar a produtividade das suas empresas, bem como proporcionar oportunidades para diversificarem as atividades e os setores (BAD/OCDE/PNUD, 2017). O turismo é uma indústria fundamental na África Oriental e tem potencial para criar muitos empregos, particularmente para as mulheres (CNUCED, 2017). A promoção do turismo (p.ex. através de plataformas para o setor privado e de vistos únicos de turismo, nomeadamente ao nível da EAC/CAO) pode ajudar a estabelecer ligações entre os setores económicos, a reduzir a pobreza e a criar um crescimento económico mais inclusivo.

A mobilização de mais receitas internas permitirá aos países aumentar o investimento em áreas fundamentais, como a das infraestruturas e a da educação. Vários países na região têm conseguido aumentar a mobilização de recursos internos. Por exemplo, entre 2000 e 2015, o Quénia e o Ruanda aumentaram, respetivamente, os seus rácios receitas fiscais/PIB em 2 e 6.5 pontos percentuais. Em 2015, o rácio das receitas fiscais em relação ao PIB era de 18.4% no Quénia e de 16.7% no Ruanda. O governo do Ruanda expandiu a sua base fiscal através do registo de empresas do setor informal e da simplificação dos processos de cumprimento. Em 2006, criou um Gabinete de Pequenos e Médios Contribuintes, em 2001 introduziu um imposto sobre o valor acrescentado e, em 2005 e 2006, aprovou legislação nova ao imposto sobre o rendimento e novas taxas de imposto (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

Anexo 5.A1. Perfis de comércio

Figura 5.A1.1. Composição das exportações e importações na África Oriental



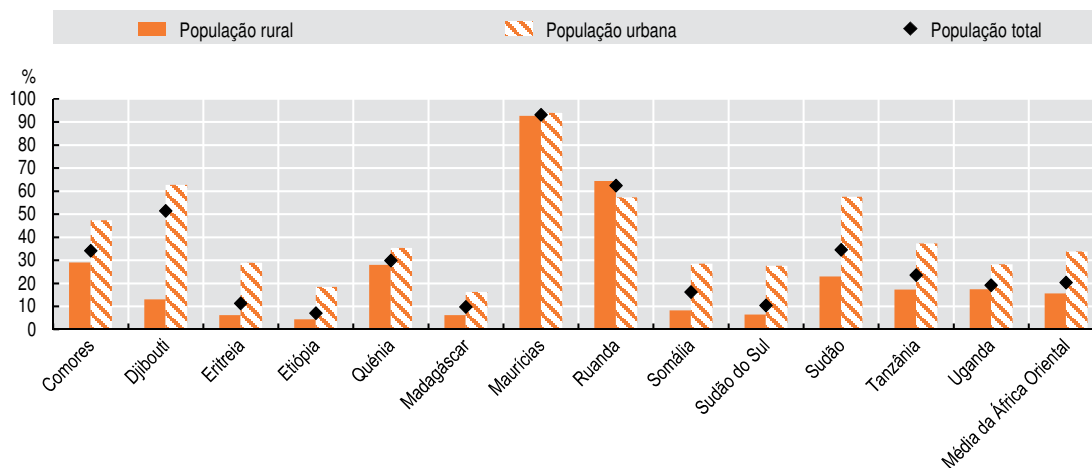
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933783798>

Embora as matérias-primas dominem as exportações da África Oriental, os bens totalmente transformados constituem a maioria das importações (Figura 5.A1.1). Os produtos primários exportados incluem, entre outros, café, flores cortadas, chá, tabaco, peixe e vegetais. Os produtos transformados importados são, maioritariamente, maquinaria pesada, automóveis e produtos químicos. Os dados demonstram o papel crescente das exportações no PIB. Isto é consistente com o facto de as economias da região estarem cada vez mais integradas no plano internacional, com processos de produção e produtos progressivamente mais modernos (Gigineishvili, Mauro e Wang, 2014).

Anexo 5.A2. Perfis da desigualdade

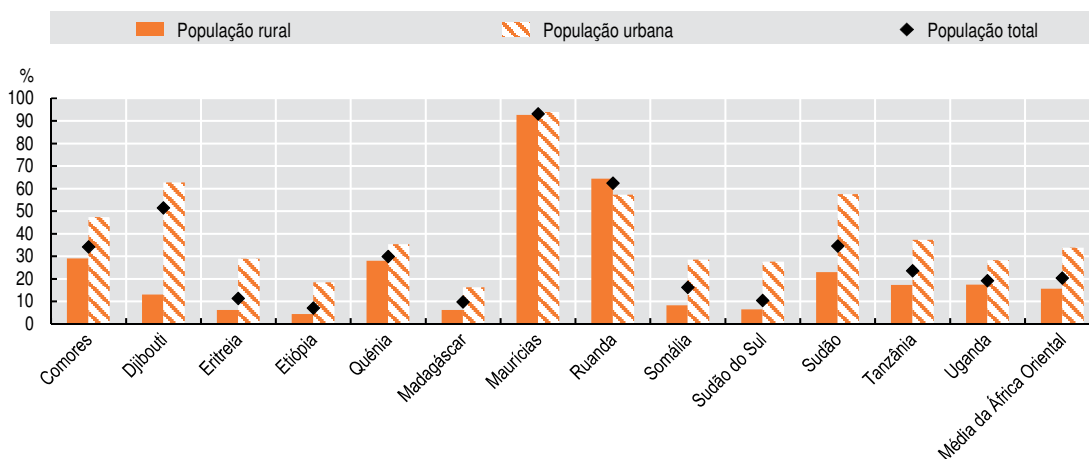
Figura 5.A2.1. Acesso a eletricidade nos países da África Oriental



Nota: Total = acesso a eletricidade (% da população total); Rural = acesso a eletricidade (% da população rural); Urbano = acesso a eletricidade (% da população urbana).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783817>

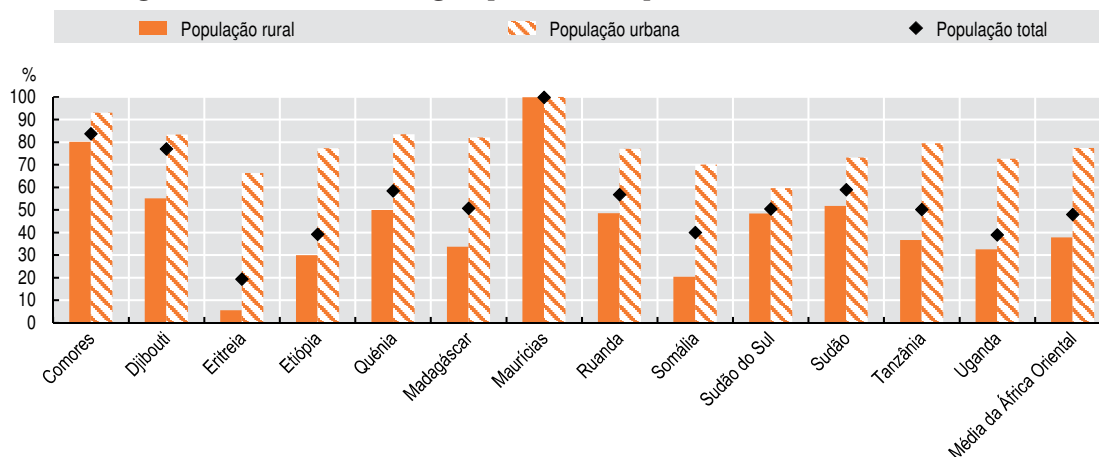
Figura 5.A2.2. Acesso a saneamento básico nos países da África Oriental



Nota: Total = acesso a saneamento básico (% da população total); Rural = acesso a saneamento básico (% da população rural); Urbano = acesso a saneamento básico (% da população urbana).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783836>

Figura 5.A2.3. Acesso a água potável nos países da África Oriental



Nota: Total = acesso a água potável (% da população total); Rural = acesso a água potável (% da população rural); Urbano = acesso a água potável (% da população urbana).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783855>

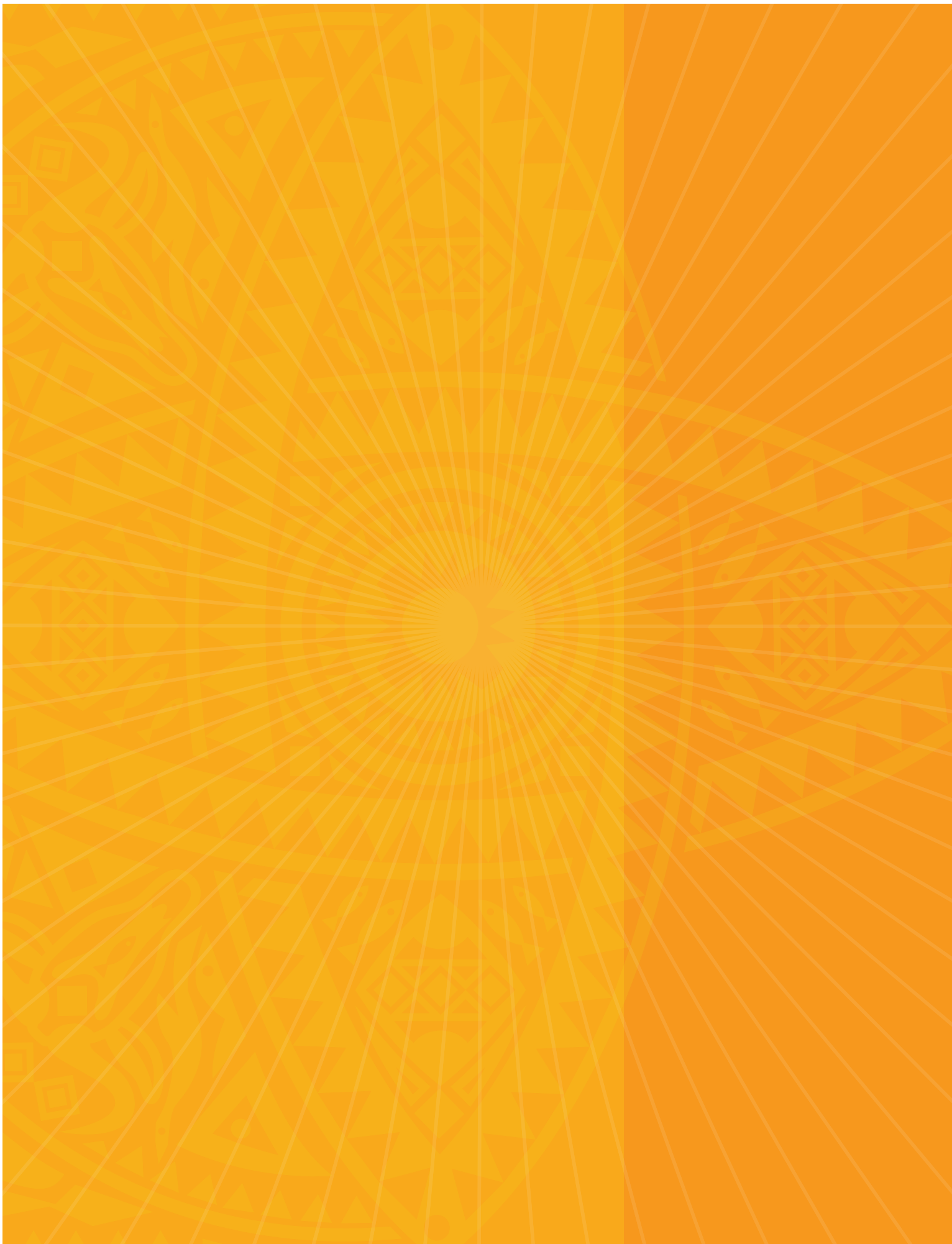
Notas

1. A disponibilidade de dados determina quais os países referidos nas secções específicas.
2. Nesta secção, o período de análise foi ajustado para 1991-2017, devido à disponibilidade de dados.
3. Taxa de desemprego em percentagem da população ativa (estimativa segundo o modelo da Organização Internacional do Trabalho) (Banco Mundial, 2017).
4. Não estão disponíveis dados mais recentes.
5. www.theeastafrican.co.ke/business/EA--region-needs-100b-dollars-for-infrastructure/2560-4003018-nuwd1mz/index.html
6. <https://qz.com/1059305/kenyas-newest-tech-hubs-are-sprouting-outside-its-silicon-savannah-in-nairobi/>

Bibliografia

- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e Industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- Banco Mundial (2014), "Face of poverty in Madagascar: Poverty, gender and inequality assessment", *World Bank Report*, No. 78131-MG, março de 2014, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2015), *State of Social Safety Nets 2015*, Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/415491467994645020/pdf/97882-PUB-REVISED-Box393232B-PUBLIC-DOCDATE-6-29-2015-DOI-10-1596978-1-4648-0543-1-EPI-1464805431.pdf>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <https://data.worldbank.org/products/wdi> (consultada em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2017b), *PovcalNet* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet> (consultada em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2018), *Doing Business 2018: Reforming to Create Jobs*, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.
- CNUCED (2017), *Economic Development in Africa Report 2017: Tourism for Transformative and Inclusive Growth*, CNUCED/ALDC/ÁFRICA/2017, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Publicação das Nações Unidas.
- Conference Board (2017), *Total Economy Database*, <https://www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762> (consultado em 31 de janeiro de 2018).

- Deloitte (2015), “The roadmap to a fully integrated and operational East African Power Pool”, Edição de 2015, Deloitte & Touche.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados), <https://comtrade.un.org/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>.
- Frazer, G. (2017), “Examining the impact of the common external tariff of the East African Community in Uganda”, IGC Policy Paper.
- Gigineishvili, N, P. Mauro e K. Wang (2014), “How solid is economic growth in the East African Community?”, *IMF Working Paper*, WP/14/150, Fundo Monetário Internacional.
- Gollin, D., D. Lagakos, e M. E. Waugh (2014), “The agricultural productivity gap in poor countries”, *Quarterly Journal of Economics*, 129(2), pp. 939–993.
- McMillan, M. e D. Rodrik (2011), “Globalization, structural change and productivity growth”, in M. Bacchetta and M. Jansen (eds.), *Making Globalization Socially Sustainable*, Organização Internacional do Trabalho e Organização Mundial do Comércio, Genebra.
- McMillan, M. S. e I. Verduzco (2012), “Measuring the Impact of Structural Change on Labor’s Share of Income”, Background Paper para o World Development Report 2013, Banco Mundial.
- Morisset, J. e K. Andrews-Johnson (2004), “The effectiveness of promotion agencies at attracting foreign direct investment”, *FIAS Occasional Paper* 16, Banco Mundial.
- Nguyen, A.D.M. et al. (2015), “On the drivers of inflation in sub-Saharan Africa”, *IMF Working Paper*, WP/15/189, Fundo Monetário Internacional.
- OCDE (2013), “Sumário Executivo”, in *OECD Investment Policy Reviews: Tanzania 2013*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264204348-5-en>.
- OCDE (2014), “Sumário Executivo”, in *OECD Investment Policy Reviews: Mauritius 2014*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264212619-5-en>.
- OCDE (2017), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>.
- OCDE (s.d.), *OECD Trade Facilitation Indicators: Sub-Saharan Africa*, Paris, www.oecd.org/tad/facilitation/Sub-Saharan-Africa *OECD-Trade-Facilitation-Indicators.pdf*.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, p. 34, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OIT (2015), “Engaging informal women entrepreneurs in East Africa: Approaches to greater formality”, *Issue Brief*, Organização Internacional do Trabalho, www.ilo.org/global/docs/WCMS_430945/lang-en/index.htm.
- OIT (2016), *Women at Work: Trends 2016*, Organização Internacional do Trabalho, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457317.pdf.
- OMC (2014), *World Trade Report 2014 – Trade and Development: Recent Trends and the Role of the WTO*, Organização Mundial do Comércio, Genebra.
- Powers, C. e W.M. Butterfield (2014), “Crowding in private investment”, *Frontiers in Development*, USAID.
- Simpasa, A. e D. Gurara, (2011), *Inflation Dynamics in Selected East African Countries: Ethiopia, Kenya, Tanzania and Uganda*, Banco Africano de Desenvolvimento.
- Tandrayen-Ragoobur, V., S. Ummersingh e Y. Bundhoo (2011), “The power to choose: Women and labour market decisions in Mauritius”, *Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences*, Vol. 2(3), Scholarlink Research Institute Journals, pp. 193-205.
- UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados), Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultado em 1 de março de 2018).
- UNECA (2015), *Economic Report on Africa 2015: Industrializing through Trade*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/era2015_eng_fin.pdf.
- UNECA (2017), *Economic Report on Africa 2017: Urbanization and Industrialization for Africa’s Transformation*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, <https://www.uneca.org/publications/economic-report-africa-2017>.
- UNESCO (2013), “Regional fact sheet: Education in Eastern Africa”, in *Education for All Global Monitoring Report*, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002193/219351e.pdf>.



Capítulo 6

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade no Norte de África

O crescimento revelou-se altamente instável no Norte de África, com um investimento interno volátil e ganhos de produtividade desadequados. O emprego e as desigualdades continuam a representar grandes desafios, apesar da vitalidade dos mercados laborais em alguns países e da diminuição da desigualdade. Este capítulo reconsidera as dinâmicas e os fatores determinantes destes elementos, nos países para os quais há dados disponíveis. Em seguida, sugere formas de revitalizar a atividade económica, reduzindo simultaneamente o desemprego e a desigualdade. As principais soluções propostas neste capítulo englobam: a promoção da estabilidade política, a aceleração da transformação estrutural da economia e a introdução de novas políticas direcionadas para o emprego dos jovens e das mulheres.

EM SÍNTESE

No Norte de África, o crescimento originou uma diminuição tanto da **pobreza** como da desigualdade, propiciando o surgimento de uma classe média na região. No período entre 1990 e 2015, o índice de Gini caiu sete pontos, passando de 40.3 para 33.0. A desigualdade de oportunidades (acesso à saúde, educação, energia elétrica e saneamento) decresceu significativamente na maioria dos países. Contudo, a desigualdade de rendimentos persiste, já que os 20% mais ricos têm rendimentos 7.5 vezes superiores aos 20% mais pobres.

Segundo os dados disponíveis, desde 2010, o Norte de África tem-se caracterizado por um desempenho económico instável. O **crescimento** foi, em média, 2.6% entre 2010 e 2015 (em comparação com 4%, entre 1995 e 2009), o que não tem sido suficiente para responder ao desemprego ou reduzir a desigualdade de forma significativa. O contributo dos ganhos de produtividade para o crescimento foi de apenas 17.6%, em comparação com 42.6% do fator capital e 39.8% do fator trabalho. Estes dados apontam para uma fraca capacidade de inovação.

A transformação estrutural na região continua bastante lenta, com um domínio dos serviços (47.4% do PIB), um ligeiro aumento do setor industrial (35.9% do PIB) e uma contração do setor agrícola (16.7%). O crescimento continua dependente de fatores externos, como a procura europeia e os preços internacionais do petróleo, bem como de fatores internos ligados à estabilidade institucional.

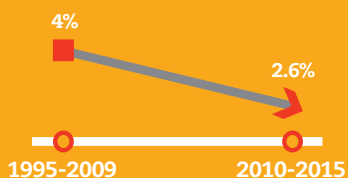
No que se refere ao **emprego**, os números oficiais do desemprego são moderados (cerca de 13%) e a taxa de emprego é baixa (40.9%), o que aponta para um grande potencial de mão-de-obra subutilizada. Os mercados de trabalho oferecem poucas perspectivas de criação de empregos altamente qualificados, capazes de injetar um novo dinamismo na economia. O desemprego jovem (entre 15 e 24 anos de idade) atinge 28.8%, o dobro da média mundial. Apenas 16.6% das mulheres jovens estão empregadas ou à procura de emprego, em comparação com 46.8% dos homens jovens. Cerca de 1/4 dos trabalhadores jovens vive em situação de pobreza.

Para superar estes desafios, as políticas públicas necessitarão de melhor reforçar a estabilidade política e a responsabilização e prestação de contas em termos institucionais, acelerar a transformação estrutural das economias, e mobilizar as várias políticas estruturais para a criação de emprego para mulheres e jovens.

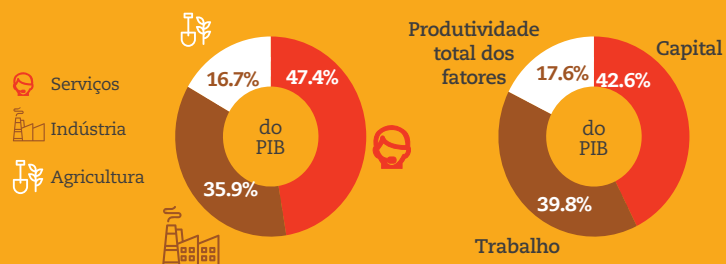
Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade no Norte de África

Crescimento

O crescimento do PIB abrandou



Impulsionadores do crescimento do PIB



Mercado de trabalho

A taxa oficial de desemprego é moderada, cerca de 13%, enquanto a taxa média de emprego é baixa – 40,9% – o que indica um



grande potencial de mão-de-obra subutilizada

Desemprego

Homens jovens têm maior probabilidade de estar empregados ou à procura de emprego do que jovens mulheres

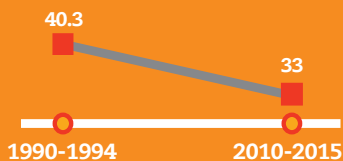


O desemprego na população jovem (faixa etária 15-24) é de **28,8%**

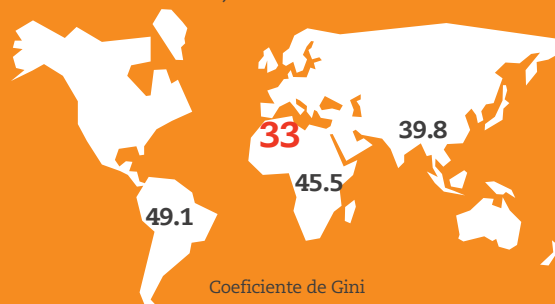
Desigualdade

A distribuição de rendimentos está a tornar-se mais igualitária

Coefficiente de Gini no Norte de África



O Norte de África tem melhor desempenho do que a América Latina, a África subsariana e a Ásia



Perfil regional do Norte de África

Tabela 6.1. Indicadores básicos sobre o Norte de África, 2017

População (milhares)	197 490
Área (milhares de km ²)	6 769
Densidade populacional (habitantes/km ²)	29
PIB, em PPC (mil milhões USD)	2 350
PIB per capita, em PPC (USD)	12 172

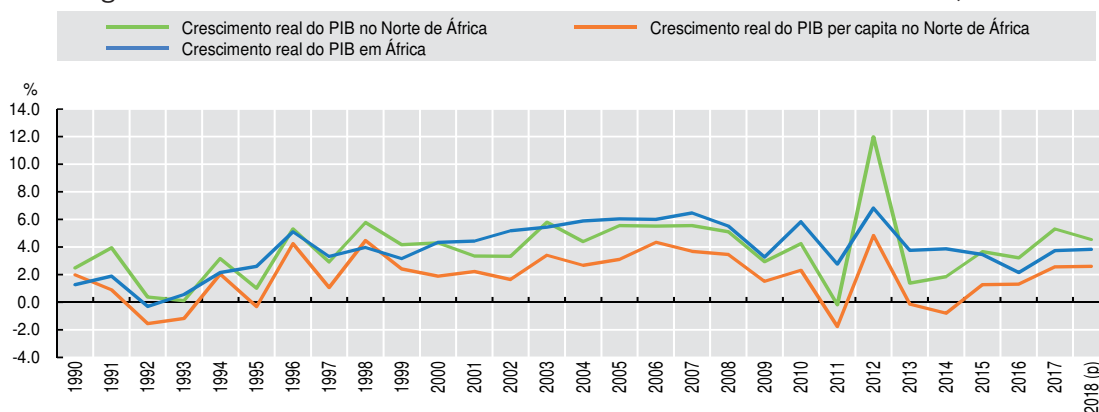
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 6.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais no Norte de África (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	16.4	13.8	6.4	14.7	12.2	11.3	11.8	13.7
		Investimento de carteira	-0.7	0.7	-0.7	1.5	1.2	3.1	1.3	-0.2
		Remessas	17.4	23.0	25.5	30.0	29.0	31.7	29.2	27.6
Públicos	Ajuda oficial ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	3.2	2.7	4.0	5.0	8.9	7.3	5.0	5.4	
		Total de fluxos externos	36.4	40.2	35.3	51.0	51.2	53.4	47.4	46.5
Receitas fiscais internas		107.9	117.9	140.9	145.3	145.6	141.5	119.2	111.8	

Fonte: FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 6.1. Dinâmicas de crescimento no Norte de África e em África, 1990-2018

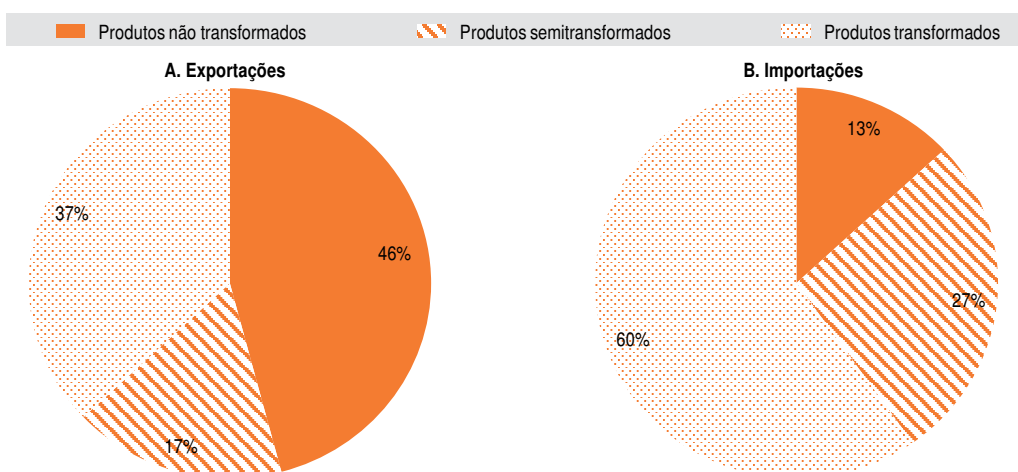


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783874>

Figura 6.2. Composição do comércio no Norte de África, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783893>

O Norte de África ocupa uma posição estratégica a sul do Mediterrâneo, a apenas algumas horas de distância da Europa. A população da região é de 197.5 milhões (o que equivale a 15.7% da população total do continente) distribuídos por 6 769 000 km² (23% da área total de África), o que constitui uma densidade populacional de 29 habitantes por km². É a região mais rica de África, com um PIB de 2.35 biliões de USD, ou seja, mais de um terço (36.8%) do PIB do continente. O PIB per capita é de 12 172 USD (2017), mais do dobro da média africana. Os países do Norte de África partilham diversas características comuns: religião, língua, cultura e fonte de direito. Existem, porém, várias diferenças em termos de tendências polucionais e de trajetórias económicas e sociais.

Dinâmicas e determinantes do crescimento no Norte de África

Crescimento largamente instável

O crescimento continua a ser desadequado e volátil. No período analisado, nos países para os quais há dados disponíveis, o crescimento económico situou-se entre 2.6% e 5% (Tabela 6.3), bastante abaixo do crescimento de dois dígitos registado nas economias emergentes. A taxa mais alta de crescimento verificou-se entre 2005 e 2009, enquanto a mais baixa teve lugar entre 2010 e 2015.

Após um período de progresso notável nos anos 2000, o crescimento do PIB abrandou nos últimos cinco anos, devido à deterioração do ambiente económico e institucional. Os países da região foram afetados, de várias formas, pela volatilidade dos preços do petróleo, pela fraca procura da Europa após o colapso de 2008, bem como pelas repercussões da Primavera Árabe, o conflito na Líbia e as vagas de ataques terroristas. Além disso, o crescimento médio foi mais elevado nos países importadores de petróleo (4%) do que nos países exportadores (2.5%), os quais ficaram expostos à volatilidade dos preços. O ano de 2011 foi o que registou o crescimento mais fraco, com a agitação política da Primavera Árabe, sendo também o ano que marcou o início da queda do PIB per capita.

Tabela 6.3. Crescimento médio do PIB nos países do Norte de África, 1990-2015

	1990-2015	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15
Argélia	2.9	-0.3	3.5	4.8	3.0	3.4
Egito	4.2	3.6	5.1	3.7	6.1	3.1
Líbia	2.1	-	-	3.7	5.3	-1.9
Mauritânia	3.9	0.9	4.4	2.8	6.1	4.7
Marrocos	4.0	3.7	2.8	4.6	4.9	3.9
Tunísia	4.1	5.0	5.2	4.2	4.5	2.1
Média	3.6	2.6	4.2	4.0	5.0	2.6

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Esta tendência geral do crescimento oculta várias diferenças, ligadas às trajetórias de cada país.

- A **Argélia** registou um crescimento médio negativo (-0.3%) entre 1990 e 1994, devido à grande instabilidade política e à guerra civil. A eleição do Presidente Abdelaziz Bouteflika e a adoção da “Lei da Concórdia Nacional” contribuíram para uma melhoria da situação económica. A instabilidade do preço do petróleo, porém, acabou por tornar o crescimento volátil.
- Liderado pelo turismo, o crescimento no **Egito** foi o mais elevado no período analisado, situando-se nos 3.5% entre 1990 e 2009. Este setor continua a ser um dos motores do crescimento no país (representando 11% do PIB em 2017, segundo o *World Travel and Tourism Council*, WTTC, 2018), um gerador de emprego (criando 2.5 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos, ou seja, 1 em cada 10) e um gerador de receitas em divisas. Apesar dos esforços governamentais para reforço das dinâmicas económicas e de emprego, nos últimos anos, o crescimento tem sido dificultado por uma taxa de câmbio desfavorável, por baixas reservas de divisas, por um sistema bancário vulnerável e pelo fraco crescimento na Europa, o principal parceiro comercial do país.
- Na **Líbia**, o crescimento tem apresentado grandes oscilações, em função da produção petrolífera. A extração e refinação de petróleo, que são dependentes das condições de segurança no país, são a principal fonte de rendimento.
- O crescimento em **Marrocos** tem sido estável, quase sempre acima da média da região, exceto entre 1995 e 1999. É impulsionado pelas exportações de fosfatos e

de frutas e vegetais para a Europa, pelo aumento de serviços competitivos e pela rápida transformação do setor industrial. Este crescimento relativamente estável contribuiu para reduzir a taxa de pobreza para metade em sete anos, passando de 8.9% em 2007 para 4.2% em 2014. A readmissão de Marrocos na União Africana e a sua candidatura para adesão à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 2017, são testemunho de um desejo de maior abertura ao continente e de promoção da integração económica na África Ocidental.

- Após um período prolongado de fraco crescimento na **Mauritânia**, verificou-se uma recuperação da taxa de crescimento, excedendo os 5% entre 2003 e 2015, graças aos preços historicamente elevados das matérias-primas nos mercados mundiais. As receitas das exportações de minério de ferro dispararam, passando de 318 milhões de USD para 2.7 mil milhões de USD, entre 2003 e 2013, sem qualquer acréscimo no volume das exportações. No entanto, o país revela alguma dificuldade em aproveitar plenamente os seus recursos naturais, em particular a pesca e a pecuária, o que restringe as perspetivas de diversificação, de crescimento sustentado e de criação de emprego.
- Na **Tunísia**, verificou-se um período de crescimento excepcional (mais de 5%), entre 1990 e 2010, tornando-o num dos países com melhor desempenho no continente. No entanto, entre 2010 e 2015, o crescimento foi o mais fraco da região (2.1%). A instabilidade política e os ataques terroristas prejudicaram os setores produtivos, particularmente o turismo.

Nos últimos 25 anos, com exceção da Mauritânia, as dinâmicas das economias do Norte de África revelaram progressos notáveis no que respeita ao PIB per capita. Na Tunísia, Argélia e Marrocos, o rendimento per capita cresceu mais de 50%, entre 1990 e 2015 (Tabela 6.4). No Egito, contudo, o crescimento foi mais lento devido à grande pressão populacional. Os níveis de rendimento neste país aumentaram, em média, cerca de 1 100 USD, entre 1990 e 2015, em comparação com 1 200 USD na Argélia, 1 500 USD em Marrocos e 1 900 USD na Tunísia. Por seu lado, a Mauritânia permanece à margem desta tendência, já que o PIB per capita não aumentou efetivamente entre 1990 e 2004, devido a um crescimento populacional (2.9%) superior ao crescimento da produção (2.7%). Devido ao facto de que o país se ter tornado um produtor de petróleo, registou-se uma ligeira melhoria (um aumento de 318 USD, entre 2004 e 2014), embora longe de compensar os atrasos acumulados.

Tabela 6.4. PIB per capita no Norte de África (USD, preços constantes)

	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15	1990-2015
Argélia	3 360.3	3 331.4	3 792.3	4 338.3	4 594.1	3 910.6
Egito	1 576.4	1 768.9	1 999.8	2 328.9	2 609.0	2 077.7
Líbia	-	8 782.8	9 033.2	11 404.9	8 349.6	9 821.0
Mauritânia	1 006.6	1 023.9	994.2	1 199.6	1 268.2	1 105.0
Marrocos	1 764.5	1 880.8	2 147.1	2 576.9	3 026.0	2 307.8
Tunísia	2 337.3	2 665.6	3 166.9	3 798.8	4 168.2	3 263.5
Média	2 009.0	2 389.7	3 522.2	4 274.6	3 459.1	3 195.5

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

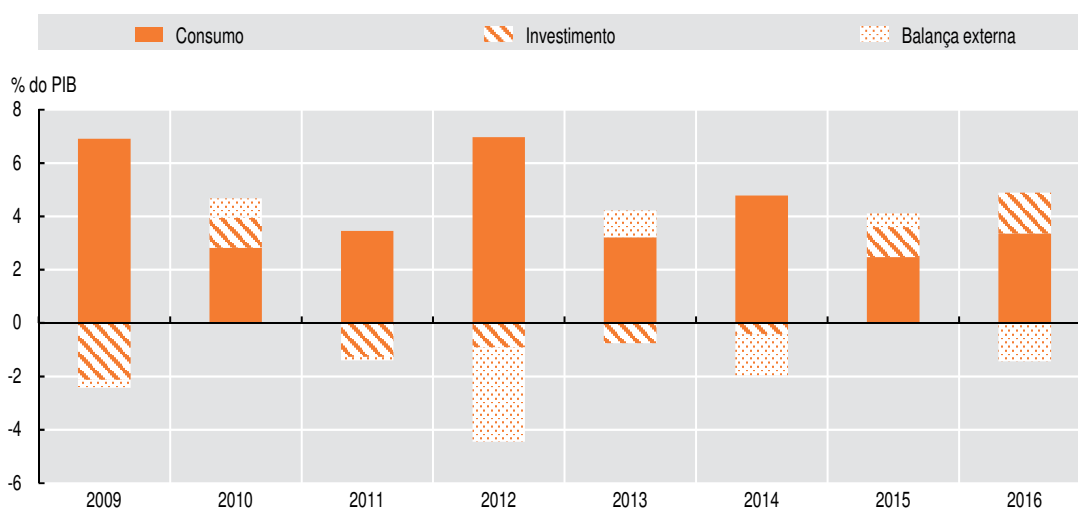
A entrada de investimento continua a ser volátil, apesar de uma procura interna sustentada

Entre 2009 e 2016, no geral, o crescimento continuou a assentar na despesa pública e privada (Figura 6.3). O contributo do investimento (público e privado) foi frequentemente negativo, devido a vários choques internos e externos. O contributo negativo em 2009 deriva da crise financeira internacional, que teve impacto nos fluxos de investimento, enquanto os números de 2011 e 2014 estão ligados à incerteza decorrente da Primavera

Árabe. Este comportamento volátil do investimento sublinha a eficácia reduzida de alguns projetos de investimento público de grande dimensão, bem como uma fraca coerência transversal das políticas setoriais (OCDE, 2017a).

Da mesma forma, a balança externa continuou a ser negativa neste período, com exceção dos anos de 2013 e 2015. Apesar do aumento do comércio internacional, as importações têm sido, frequentemente, mais elevadas do que as exportações, indiciando um desequilíbrio estrutural no crescimento. A atividade económica continua a ser caracterizada por fraco investimento interno, estando dependente de fatores externos (como a procura na Europa e os preços internacionais do petróleo).

Figura 6.3. Desagregação do crescimento por tipo de despesa no Norte de África, 2009-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados); FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

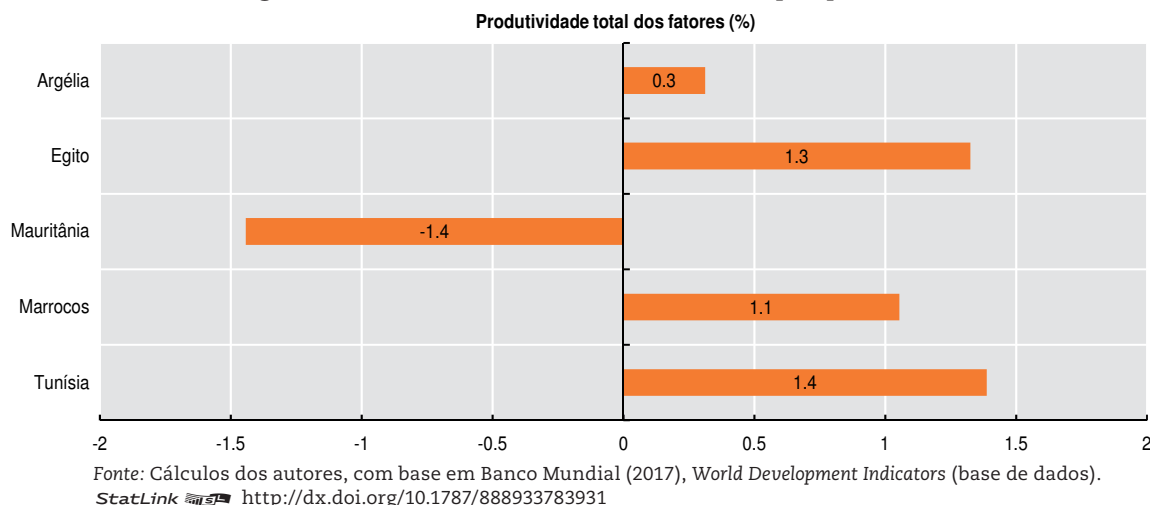
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783912>

Os ganhos de produtividade são muito baixos para poderem apoiar a um desenvolvimento sustentável

O trabalho e o capital não são os únicos determinantes do crescimento, existindo também um terceiro fator: o progresso técnico, ou produtividade total dos fatores (PTF). O crescimento da PTF, identificado por uma abordagem multifatorial, representa a parcela do crescimento do PIB não justificada através do trabalho ou do capital.

Os ganhos de produtividade não têm acelerado de forma significativa (Figura 6.4). Os países com boas perspetivas de crescimento registam ganhos de produtividade anuais entre 1% e 1.5%. Esta dinâmica fraca pode ser explicada por pressões socioeconómicas e políticas (baixa participação das mulheres no mercado de trabalho, instabilidade política e dependência dos preços internacionais das matérias-primas).

Figura 6.4. Produtividade total dos fatores por país, 1990-2015



Os baixos níveis de produtividade e a sua volatilidade contribuem para o fraco desempenho macroeconómico de vários países do Norte de África (Tabela 6.5). Entre 1990 e 2015, o capital foi o fator que mais contribuiu para o crescimento (42.6%), seguido do trabalho (39.8%) e, finalmente, a PTF (17.6%), a qual representa quase metade do crescimento nos países desenvolvidos.

- O forte contributo do capital deve-se ao investimento público em massa, bem como ao IDE, enquanto o menor contributo do trabalho tem como causa a predominância de trabalho não qualificado.
- O contributo negativo da PTF para o crescimento, verificado nos últimos anos, deve-se não só às repercussões da crise financeira internacional de 2008, mas também à Primavera Árabe, à contestação social e às vagas de ataques terroristas. É também um reflexo da fraca capacidade de inovação, investigação e desenvolvimento (I&D) das empresas.
- Estes resultados demonstram que estes países não devem depender unicamente de uma forte acumulação de capital, baseada em grandes projetos de infraestruturas públicas, para aumentar o crescimento e o emprego.

Tabela 6.5. Fontes de crescimento económico nos países do Norte de África, 1990-2015

Período	Taxa de crescimento do PIB	Fontes do crescimento do PIB		
		Capital	Trabalho	Produtividade total dos fatores
1990-94	2.6	0.9 [34.9]	1.4 [54.1]	0.3 [11.0]
1995-99	4.2	1.2 [29.2]	1.8 [43.7]	1.1 [27.1]
2000-04	4.0	1.6 [39.0]	1.5 [38.3]	0.9 [22.8]
2005-09	4.9	2.3 [46.1]	1.5 [29.4]	1.2 [24.5]
2010-15	3.4	2.2 [63.7]	1.4 [40.8]	-0.2 [-4.5]
1990-2015	3.6	1.6 [42.6]	1.5 [39.8]	0.7 [17.6]

Nota: Os dados entre parêntesis apresentam o contributo de cada fator, em percentagem.

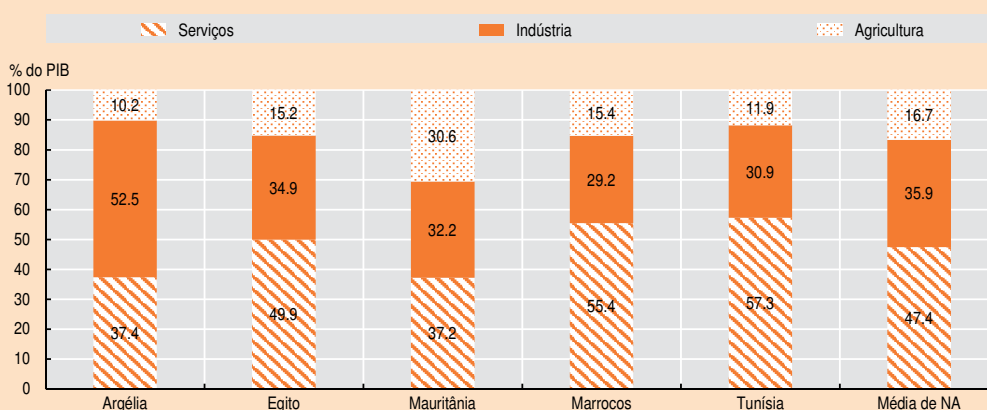
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Caixa 6.1. Análise setorial do crescimento

O setor dos serviços é o que mais contribuiu para o crescimento, atingindo 47.4%, seguindo-se o setor industrial e da indústria transformadora (35.9%) e, por fim, o setor agrícola (16.7%, Figura 6.5).

A Mauritânia é o único país onde o contributo destes três setores para o crescimento é idêntico, enquanto os serviços são predominantes na Tunísia (57.3%) e em Marrocos (55.4%) e a indústria é o principal setor na Argélia. Este último setor registou um aumento na região ao longo do período analisado, com exceção de Marrocos, onde apenas o setor dos serviços cresceu, enquanto os demais setores continuaram estáveis.

Figura 6.5. Contribuição dos setores para o PIB nos países do Norte de África, 1990-2015



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados). StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783950>

Vários clusters especializados têm emergido em função dos recursos de cada país: fosfatos em Marrocos, petróleo na Líbia e na Argélia, pesca na Mauritânia, ou a agricultura e o transporte através do Canal do Suez, no Egito. Enquanto os países com recursos petrolíferos registam um forte contributo do setor industrial, a combinação entre a especialização agrícola e o desenvolvimento de serviços tem caracterizado o crescimento no Egito e em Marrocos. O crescimento económico no Norte de África tem sido impulsionado principalmente pelo setor dos serviços, seguindo um rumo pouco convencional. A grande expansão do setor terciário (comércio, hotelaria, turismo, TIC, serviços a particulares, etc.) deve-se ao facto de estes não exigirem investimento significativo nem mão de obra qualificada, contrariamente ao setor industrial. A proximidade geográfica da região em relação à Europa Ocidental constituiu também uma vantagem para o desenvolvimento dos serviços. No entanto, estes países têm consciência de que não se poderão desenvolver verdadeiramente sem indústria, e daí os esforços notáveis de Marrocos para criar indústrias de transformação primária e secundária.

Emprego e desigualdade: principais desafios

Esta secção analisa, em primeiro lugar, as dinâmicas do emprego e do desemprego, seguindo-se a evolução das desigualdades.

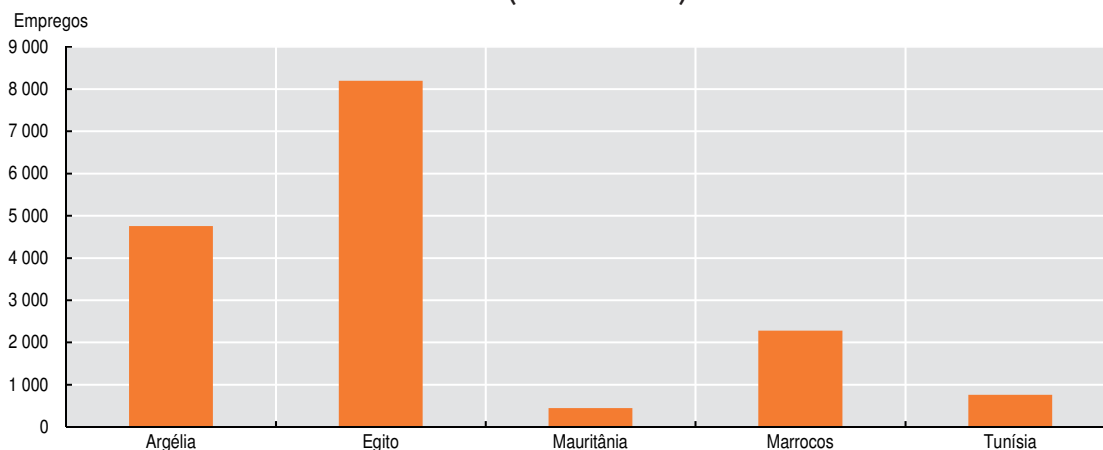
Uma reorientação para os setores que criam emprego para os jovens

O setor informal domina o mercado de trabalho, exacerbando a vulnerabilidade dos grupos marginalizados da sociedade, em particular as mulheres e os mais pobres. A taxa de emprego – a proporção da população ativa que está empregada – foi relativamente

baixa (40.9%) entre 1990 e 2015. Em 2014, 52% da população em idade ativa dependia da economia informal (OIT, 2014). Como tal, em Marrocos, 60% de todo o emprego é informal, com um setor informal que representa entre 11% a 33% do PIB (Alto-Comissariado do Planeamento, HCP, 2011; Confederação Geral das Empresas de Marrocos, CGEM, 2014). Para os trabalhadores, os empregos informais representam precariedade em termos de rendimento e de segurança social. No Norte de África, estes empregos existem, principalmente, no setor da construção, transportes, serviços a particulares e comércio. As mulheres e os mais pobres estão sobre-representados nestas indústrias (Banco Mundial, 2011). Para os Estados, as atividades informais representam uma perda de receita fiscal potencial, cujas externalidades negativas têm um impacto no crescimento do país, bem como no PIB per capita, no investimento público e na redistribuição de riqueza.

Uma grande parte da população encontra-se excluída do mercado de trabalho, particularmente a população jovem. Entre 2009 e 2016, a parcela de população jovem que nem trabalhava, nem estava a estudar ou em formação foi de 26.5% na Argélia e de 29.5% no Egito (OIT, 2017). As disparidades de género são igualmente significativas: na Argélia, 36.1% das mulheres não estão no mercado de trabalho, percentagem que sobe para 42.3% no Egito. Por outro lado, os níveis educacionais estão a subir rapidamente. As economias da região têm de criar empregos qualificados para absorver os que entram pela primeira vez no mercado de trabalho. Segundo a OIT, a população ativa do Norte de África terá um crescimento real de 10 milhões de pessoas entre 2010 e 2020, ligeiramente abaixo do registado no período 2000-10 (11 milhões de pessoas).

Figura 6.6. Criação de emprego nos países do Norte de África, 2000-15
(em milhares)

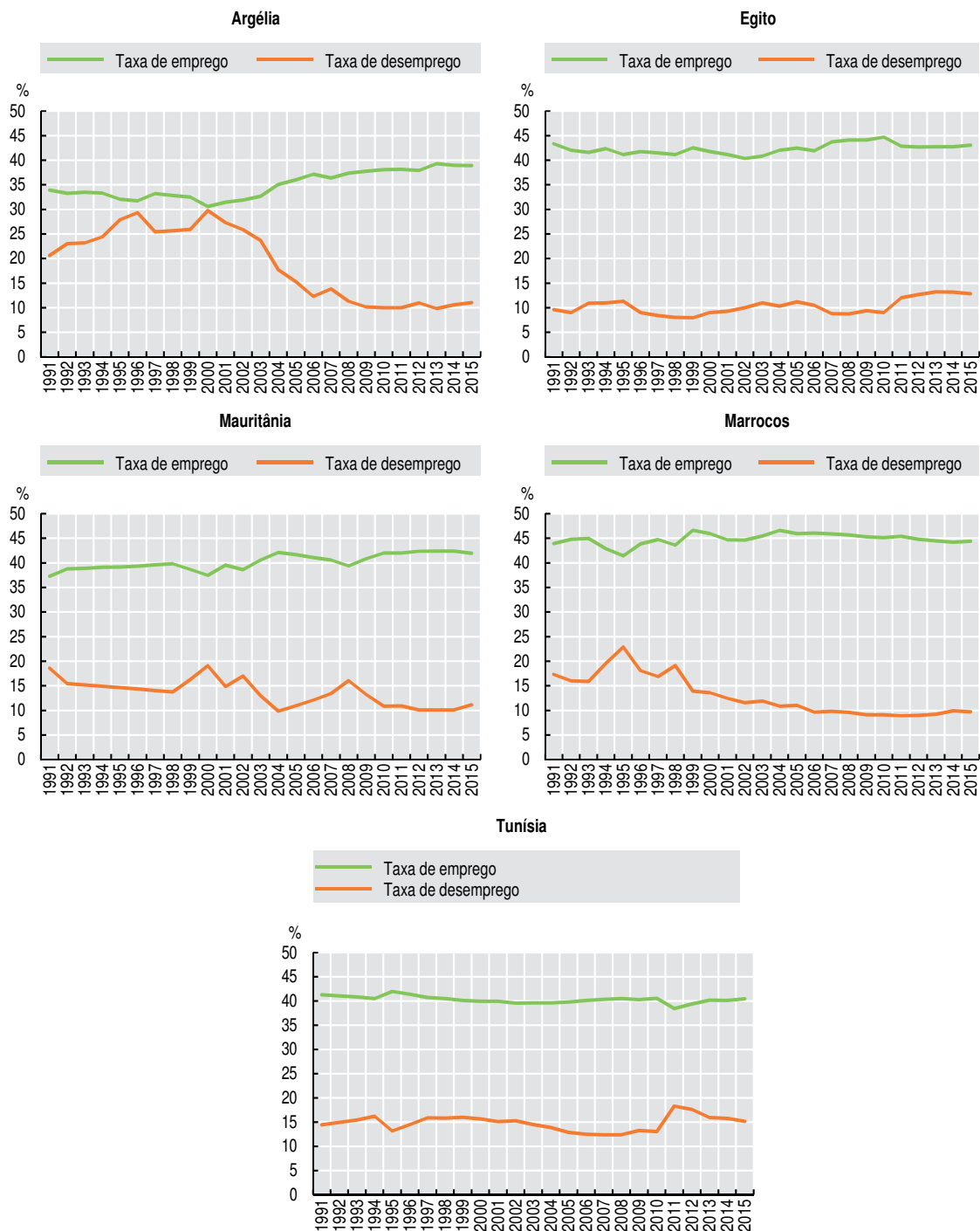


Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados) e OIT (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783969>

O crescimento continua a ser insuficiente para poder convergir em direção ao pleno emprego. Apesar da criação de emprego em anos anteriores (Figura 6.6), a situação continua a ser difícil para todos os países da região (Figura 6.7 e Caixa 6.2). Entre 1990 e 2015, a taxa média de desemprego foi de 12.8%, enquanto a taxa de emprego se manteve relativamente baixa (40.9%)¹. Estes resultados apontam para altas taxas de emprego potencial/latente. Em comparação, em 2016, a taxa de emprego era de 67.2% nos países da OCDE e de 66.9% nos países da União Europeia (UE). No Norte de África, apenas dois quintos da população ativa está empregada, estando três quintos em situação de desemprego. Esta situação é ainda mais preocupante pelo facto de os países da região (exceto o Egito e a Mauritânia) terem iniciado a chamada “transição demográfica”, com taxas de dependência (número de dependentes para cada membro ativo da força de trabalho) cada vez menores. Estas eram, em média, de 64% em 1990 e de 52.4% em 2015 (UN DESA, 2017).

Figura 6.7. Taxas de emprego e desemprego nos países do Norte de África, 1991-2015



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), World Development Indicators (base de dados) e OIT (2017).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933783988>

Caixa 6.2. Evolução heterogénea do mercado de trabalho em cada país

Na **Argélia**, o regresso à estabilidade política introduziu algum dinamismo no mercado de trabalho ao longo dos anos 2000 (Figura 6.7). Embora as políticas governamentais para fomento do empreendedorismo não tenham atingido todos os seus objetivos, geraram um aumento do trabalho por conta própria nos últimos quinze anos, o que teve impacto positivo na taxa de desemprego (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Entre 2013 e 2015, o número de empregadores e de trabalhadores independentes aumentou 8.2% (mais 235 000 pessoas), tendo sido mais modesto o aumento dos empregos assalariados a título permanente (+203 000 pessoas) e dos empregos temporários (+166 000). Dois em cada três trabalhadores são assalariados (69% do total, dos quais 35.9% estão em postos de trabalho permanentes).

Pelo contrário, no **Egito**, a situação do emprego continua desfavorável. Apesar de uma taxa de emprego relativamente alta (42.6%) e de uma taxa média de desemprego na ordem dos 10.7%, o forte crescimento demográfico tem impedido qualquer melhoria do contexto geral. Como tal, os 8.2 milhões de empregos criados entre 2000 e 2015 não bastaram para absorver a população ativa, que cresceu 10.6 milhões. As taxas de emprego e de desemprego não se alteraram muito nos últimos 20 anos (Figura 6.7). Esta estagnação é também evidente nas taxas de participação no mercado do trabalho por género, uma vez que, entre 2000 e 2015, 80% dos postos de trabalho foram ocupados por homens.

As disparidades verificam-se, igualmente, em função da educação: em 2015, 45.2% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com baixo nível de escolaridade, 37.6% com um nível intermédio e 17.2% com um nível avançado. O crescimento do trabalho assalariado foi rápido, passando de 10.6 milhões de trabalhadores no ano 2000 para 16.5 milhões em 2015 e representando 60% do total de empregos, enquanto o trabalho independente ou por conta própria aumentou de 5.2 milhões para 6.6 milhões no mesmo período. Desta forma, os empregos de baixas qualificações e o trabalho assalariado são predominantes no mercado de trabalho, face ao emprego por conta própria.

Em **Marrocos**, a população ativa e o emprego aumentaram de forma proporcional, entre 2000 e 2015 (2.3 milhões). Esta dinâmica é refletida por uma taxa média de emprego de 45.3% nesse período, a mais alta do Norte de África, e por um desemprego decrescente, com uma taxa de 10.3%, a mais baixa da região (Figura 6.7). No entanto, a taxa de desemprego continua a ser muito elevada nos jovens que vivem em zonas urbanas (38.8%). O mercado de trabalho caracteriza-se por um baixo nível de escolaridade, sendo dominado pelo emprego assalariado (45.2% do total), seguido por trabalhadores independentes (30%), trabalhadores familiares (22%) e dos empregadores (2.8%). Cerca de 75% dos trabalhadores têm, no máximo, a escolaridade básica, 18% um nível intermédio e apenas 7% o ensino superior. Os homens ocupam 77.8% dos postos de trabalho, o que resulta numa taxa de emprego entre as mulheres de 26.2% em 2015 (comparativamente a 22.2% no ano 2000), largamente concentrada em empregos pouco qualificados. A maioria das mulheres que integram o mercado de trabalho não tem sequer a escolaridade básica (55%), contra 24% dos homens. Apenas 23% das mulheres ativas possuem a escolaridade básica, em comparação com 49% dos homens.

Em 2016, a taxa de participação caiu de 47.4% para 46.4%, ou seja, recuou 1 ponto percentual no espaço de um ano, enquanto a taxa de emprego diminuiu 0.8 pontos, de 42.8% para 42%. Neste contexto, a economia nacional perdeu 37 000 empregos em termos líquidos, com 26 000 postos de trabalho criados nas zonas urbanas e 63 000 perdidos nas zonas rurais. A média anual de criação de emprego tinha sido de 27 000, em 2015,

Caixa 6.2. Evolução heterogénea do mercado de trabalho em cada país (cont.)

e de 95 000, no período 2008-13. Por fim, é importante salientar que Marrocos melhorou a sua atratividade aos negócios, sendo classificada como a economia mais atrativa do continente, segundo o barómetro da Ernst & Young 2017, à frente da África do Sul e do Quênia, que partilham o segundo lugar. Nenhum outro país do Norte de África figura na lista dos dez países africanos mais atrativos para o investimento.

Na **Mauritânia**, embora a criação de emprego quase iguale o crescimento da população ativa entre 2000 e 2015 (444 000 novos empregos criados, com 467 498 pessoas a entrarem no mercado de trabalho), verifica-se que a taxa de emprego tem subido gradualmente e a taxa de desemprego tem vindo a descer (Figura 6.7). Tal como na maioria dos países da região, a participação no mercado de trabalho continua a estar desequilibrada em termos de género: do total de 1 024 000 postos de trabalho, em 2015, 715 000 (69.8%) eram ocupados por homens e 309 000 (30.2%) por mulheres. Esta fraca participação feminina ilustra uma taxa de emprego relativamente baixa na Mauritânia (40.9%). Segundo um estudo do Gabinete Nacional de Estatística da Mauritânia, 45.5% da população empregada possui uma educação geral, técnica ou profissional. Metade dos trabalhadores atingiram um nível de escolaridade secundário e apenas 12.2% o ensino superior.

Mais de metade dos homens no mercado de trabalho (52.9%) foram para além do ensino primário, percentagem que atinge 57.1% no caso das mulheres. A maioria dos postos de trabalho (86%) é criada pelo setor privado, enquanto 14% são criados pelo setor público. O emprego privado impulsiona o mercado de trabalho na Mauritânia, com um predomínio do trabalho independente ou por conta própria (42.8%).

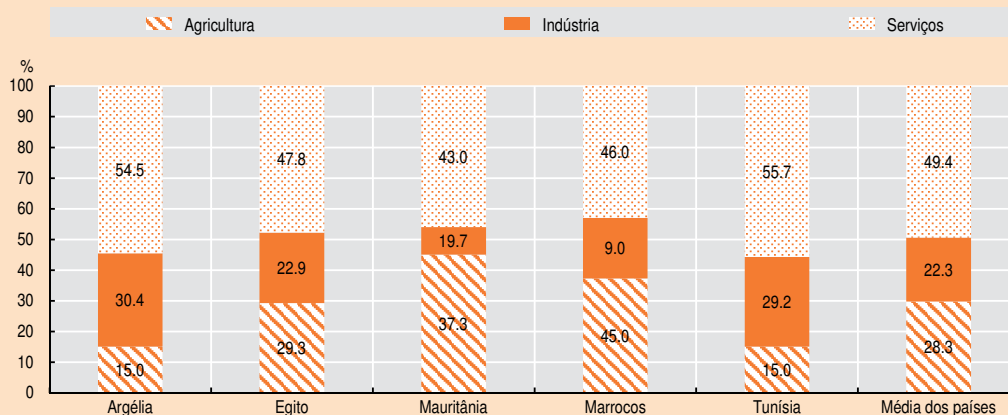
O emprego na **Tunísia** manteve-se estável, em contraste com o dinamismo dos mercados de trabalho em Marrocos e na Argélia. A taxa de emprego estagnou e a taxa de desemprego subiu gradualmente até ultrapassar os 15%, em comparação com cerca de 10% nesses dois países (Figura 6.7). A Tunísia criou apenas 756 000 postos de trabalho, entre 2000 e 2015, enquanto a população ativa aumentou 877 470 pessoas, no mesmo período. Este desequilíbrio afeta particularmente os jovens licenciados, cujos níveis de desemprego atingem proporções preocupantes (31.2% em 2015). Entre 2005 e 2010, dos 70 000 postos de trabalho criados anualmente, apenas 30 000 são ocupados por pessoas com escolaridade superior, embora saiam das universidades, em média, 65 000 licenciados por ano.

Esta situação está ligada ao facto de os setores secundário e terciário se basearem, maioritariamente, em trabalho não qualificado. Em 2010, os cinco setores principais da economia fora do setor público (banca e seguros, telecomunicações, petróleo, produção e distribuição de eletricidade, imobiliário) contavam com muito poucos licenciados (6.7% do total de empregados). A construção representava 14.8% do total de postos de trabalho, seguida dos têxteis (11.7%) e da hotelaria e restauração (4.1%). O emprego assalariado é predominante, tendo passado de 65.2% do total, no ano 2000, para 72.1%, em 2015, enquanto o trabalho independente ou por conta própria caiu de 25.1% para 17.3%, no mesmo período. A participação das mulheres no mercado de trabalho continua a ser relativamente baixa (25.5% do total de empregos em 2015, por contraponto a 22.7% no ano 2000).

No cômputo geral, a atual estrutura do trabalho oferece poucas oportunidades para empregos altamente qualificados. A vasta maioria dos empregos criados são na agricultura e nos serviços, setores que concentram, no seu conjunto, mais de 72% dos postos de trabalho, enquanto o setor industrial representa uma média de 28% dos postos de trabalho (Figure 6.8).

Caixa 6.2. Evolução heterogénea do mercado de trabalho em cada país (cont.)

Figura 6.8. Estrutura do emprego nos países do Norte de África, 2000-15



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784007>

O desemprego jovem é um desafio que pode ser superado. Na realidade, o crescimento demográfico abrandou em todos os países do Norte de África. A Argélia, Marrocos e a Tunísia conseguiram realizar a “transição demográfica”. Como referido anteriormente, o crescimento da população ativa está a abrandar gradualmente, embora a pressão sobre os mercados de trabalho continue a ser intensa, na medida em que os jovens têm um nível de escolaridade cada vez maior. De acordo com as previsões da OIT, até 2025, 65% dos marroquinos e 73% dos egípcios, com idades entre os 20 e os 24 anos, terão frequentado o ensino secundário (em comparação com as atuais percentagens de 44% e 65%, respetivamente). Esta tendência pode criar oportunidades únicas para o desenvolvimento económico e social, desde que as reservas de capital humano sejam efetivamente utilizadas.

Um dos principais desafios continua a ser a criação de valor acrescentado através de indústrias inovadoras. Além disso, o empreendedorismo deve ser incentivado entre os jovens e as mulheres, uma vez que a taxa de criação de empresas no Norte de África fica abaixo das outras regiões do mundo. Para tal, os países da região devem incentivar as empresas a inovarem mais, bem como a eliminarem os obstáculos à criação de empresas e ao crescimento de pequenos negócios. Dado a existência de códigos de investimento favoráveis ao IDE, os países da região devem, igualmente, apostar em setores com falta de trabalho qualificado e participarem em cadeias de valor globais.

- Por exemplo, os clusters da logística e do setor do automóvel em Tânger, Marrocos, atraíram grandes investidores. Nomeadamente, a plataforma de logística de 20 000 m² para o Grupo Decathlon visa abastecer 11 lojas em Marrocos e exportar para 10 países a partir do Tânger-Med (incluindo a Côte d’Ivoire, o Senegal, a Tunísia, a Turquia, a América do Sul e a Rússia).
- A cerca de 20km de Tânger, em Malloussa, foi criada uma plataforma logística de automóveis para fornecimento de peças sobresselentes à Ford, PSA Peugeot-Citroën (Grupo PSA) e Renault. A Renault está presente em Tânger desde 2007, produzindo carros com nível básico de equipamento que são vendidos em 70 países. Em 2016, a produção de automóveis nos dois pontos da Renault em Marrocos (Tânger e Casablanca) ascendeu a 348 000 veículos, tendo sido de 288 053 veículos no ano anterior. Em 2016, 118 000 pessoas estavam empregadas no setor automóvel em

Marrocos, prevendo-se que sejam 165 000 até 2020. A expansão da Renault em Marrocos chamou a atenção do Grupo PSA, o qual planeia abrir uma fábrica no país no início de 2019, para produção de cerca de 200 000 veículos e motores até 2024.

- A Argélia possui também uma fábrica da Renault desde 2014, com capacidade de produção inicial de 25 000 veículos por ano, podendo chegar no futuro a 75 000 unidades. Já em 2017, a fábrica produziu o seu carro n.º 100 000. Para além disto, em julho de 2017, o produtor alemão Volkswagen abriu uma fábrica de montagem na Argélia.

O desenvolvimento de marcas de qualidade poderia impulsionar mercados de nicho ou criar novas perspetivas para as empresas locais, bem como absorver os jovens licenciados desempregados na região. Existem muitos exemplos de pequenas empresas da sub-região que, frequentemente com apoio governamental, desenvolveram os recursos locais utilizando certificações éticas ou de qualidade, ou que desenvolveram os seus produtos para mercados especializados, como por exemplo a diáspora do Norte de África. Entre os exemplos estão os figos secos Beni Maouche e a pimenta Ighil Ali, na Argélia, o ecoturismo em Marrocos, ou a tecelagem de Beni Khedache, na Tunísia (Giordano et al., 2015).

O nível de desigualdade de rendimentos continua a ser baixo

As alterações da desigualdade estão ligadas ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento económico nos últimos 20 anos. Desde os anos 90, tem-se verificado um aumento do número de jovens que entra no mercado de trabalho, bem como um aumento do seu nível de escolaridade. Faltam, no entanto, empregos qualificados para absorver estes aumentos. Com uma população em crescimento, as dificuldades relacionadas com a criação de emprego e de riqueza traduzem-se numa desigualdade crescente.

No Norte de África, o nível da desigualdade de rendimentos é moderado. Em média, o índice de Gini passou de 40.3 pontos, no período 1990-94, para 33.0 pontos, em 2010-15 (Tabela 6.6), o que corresponde a níveis mais próximos da Europa Ocidental (30.7) ou da Europa de Leste (33.9), do que da América Latina (49.1), da África subsariana (45.5), ou da Ásia (39.8).

Tabela 6.6. Dinâmicas de desigualdade no Norte de África
(percentagem, índice de Gini)

	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15	1990-2015
Argélia	40.2	35.3	31.1*	27.3*	24.1*	31.6
Egito	32.0	30.1	32.5	31.5	31.3*	31.5
Mauritânia	50.1	37.8	39.6	35.7	32.4	39.1
Marrocos	39.2	39.5	40.6	40.7	41.2*	40.3
Tunísia	40.2	41.7	40.8	37.7	35.8	39.3
Média	40.3	36.9	36.9	34.6	33.0	36.3

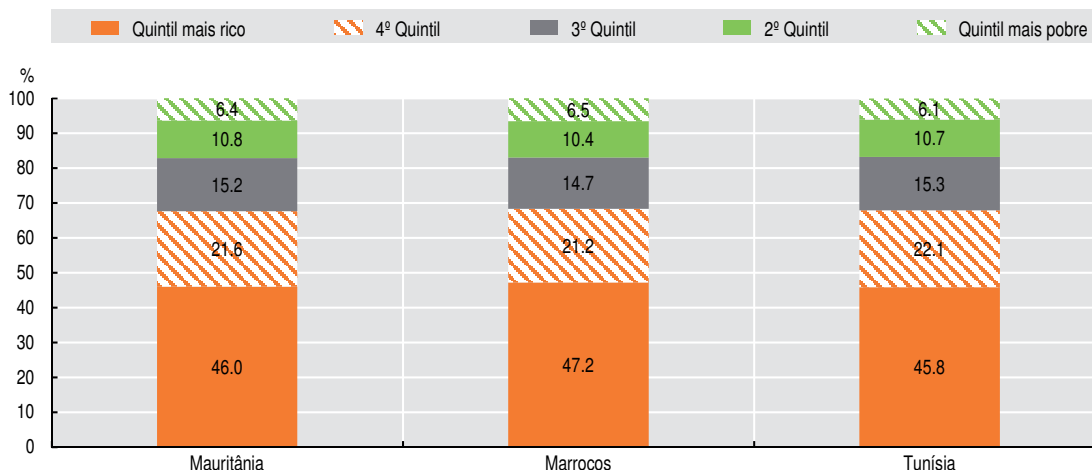
Nota: Os dados para cálculo do índice de Gini são microeconómicos e são recolhidos através de inquéritos aos agregados familiares, pouco frequentes nos países do Norte de África. Os valores marcados com * indicam estimativas dos autores, com base na taxa média de crescimento do índice de Gini em períodos anteriores.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Não obstante esta tendência geral, existem disparidades entre os países: entre 1990 e 2015, a desigualdade manteve-se praticamente estável no Egito e em Marrocos, baixou ligeiramente na Tunísia (-12.4%) e diminuiu de forma mais significativa na Mauritânia (-35.2%). Deve salientar-se que dois dos três países onde as desigualdades registaram uma ligeira queda – o Egito e a Tunísia – foram afetados por tumultos populares no início desta década. Além disso, o índice de Gini é um instrumento impreciso, pois pode produzir o mesmo resultado em contextos com grandes diferenças na distribuição dos rendimentos,

daí a necessidade de complementar a análise do índice de Gini com estudos sobre a distribuição de rendimento por decil (Figura 6.9).

Figura 6.9. Distribuição dos rendimentos no Norte de África, por quintil



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784026>

Nos três países do Norte de África para os quais há dados disponíveis, há uma característica que se destaca: o surgimento de uma classe média. A distribuição da riqueza pelos decis é quase idêntica nestes países (Figura 6.9). Outro facto a assinalar é a constância dos dados estatísticos ao longo do tempo. De facto, na maioria dos países, as proporções praticamente não variaram, ao longo do período de análise. Isto sugere que a redução de desigualdades, anteriormente referida, não originou uma redução da parcela de rendimentos dos mais ricos, nem um aumento da parcela de rendimentos dos mais pobres, mas antes a constituição de uma classe média, devido ao efeito conjugado de uma melhoria da educação e do crescimento dos serviços.

A constituição de uma classe média explica a queda do índice de Gini, num contexto em que a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres continua a ser elevada. Um determinado número de pessoas ainda vive com menos de 1.90 USD ou 3.10 USD por dia (Tabela 6.7), o que aponta para dinâmicas sociais complexas. Embora o crescimento económico e a criação de emprego sejam importantes, é igualmente necessário direccionar o crescimento para que este beneficie os mais pobres e assegurar que os empregos visam a população mais vulnerável. Com efeito, embora possa parecer difícil evitar uma subida da desigualdade durante um período de transição, estas disparidades devem ser contidas para evitar uma queda dos padrões de vida.

Tabela 6.7. Dinâmicas da pobreza nos países do Norte de África

Número de pessoas com rendimentos abaixo de 1.90 USD/dia (2011 PPC, milhões)					
	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15
Mauritânia	0.9	0.5	0.5	0.4	0.2
Marrocos	0.7	2.1	1.8	1.0	-
Tunísia	0.8	1.0	0.5	0.3	0.2
Número de pessoas com rendimentos abaixo de 3.10 USD/dia (2011 PPC, milhões)					
	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15
Mauritânia	1.5	1.1	1.2	1.1	0.9
Marrocos	4.5	7.5	7.5	4.8	-
Tunísia	2.2	2.6	1.9	1.3	0.9

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Apesar da diminuição da desigualdade, parte da população continua vulnerável a uma situação de pobreza.

- A Argélia erradicou quase totalmente a pobreza extrema, através de programas de assistência social e de uma melhoria gradual do contexto de segurança, mas o colapso dos preços internacionais do petróleo após 2015 prejudicaram a capacidade do Estado para promover a redistribuição social. Segundo o Banco Mundial, 4 milhões de pessoas - 10% da população - enfrentam a insegurança e o risco de ficarem abaixo do limiar nacional de pobreza.
- Na Líbia, uma parcela cada vez maior da população vive na pobreza, com mais de 435 000 pessoas deslocadas e 1.3 milhões em situação de insegurança alimentar, no final de 2016.
- Em Marrocos, cerca de 19% da população rural está em risco ou vive em situação de pobreza.
- Na Tunísia, o nível de pobreza extrema manteve-se estável (1.9%) no período 2013-16 e a pobreza moderada caiu de 8.3%, em 2013, para 7.9%, em 2015. As disparidades regionais em termos de nível de vida e de emprego continuam a ser significativas.

A desigualdade de oportunidades é eliminada por políticas públicas direcionadas

Para além da persistente desigualdade de rendimentos, a desigualdade de oportunidades pode existir no seio dos países e entre estes. Estas desigualdades estão relacionadas, principalmente, com disparidades no acesso a bens sociais (educação, saúde, condições de vida dignas e tecnologia). A desigualdade de oportunidades está forçosamente interligada com a desigualdade de rendimentos, uma vez que só os agregados familiares mais abastados podem assegurar bens sociais. No entanto, os programas públicos nos setores sociais (educação, saúde, saneamento) podem reduzir a desigualdade de oportunidades e mitigar os seus efeitos adversos, apesar da continuidade de uma desigualdade de rendimentos.

A melhoria do acesso a serviços sociais está na base da redução da pobreza e da pobreza extrema (Tabela 6.8).

Tabela 6.8. Desigualdade de oportunidades nos países do Norte de África, 1990-2015

	Argélia	Egito	Mauritânia	Marrocos	Tunísia	Média do Norte de África
Indicadores de Educação						
Taxa de matrículas no ensino primário	93.8	93.3	69.0	88.0	97.7	88.4
Taxa de matrículas no ensino secundário	70.6	77.1	19.8	46.0	73.7	57.4
Raparigas-quota de matrículas ensino primário	46.7	46.6	48.0	44.7	47.4	46.7
Raparigas-quota de matrículas ensino secundário	49.7	46.9	41.5	43.9	49.7	46.3
Indicadores de saúde						
Taxa de mortalidade infantil (%)	30.9	36.5	66.3	40.1	25.0	39.8
Esperança de vida à nascença	71.4	68.6	60.6	70.2	73.2	68.8
Indicadores de padrões de vida dignos (percentagem da população)						
Acesso à eletricidade	97.1	97.6	20.0	70.3	95.3	76.1
Acesso ao saneamento	84.2	86.3	27.0	66.1	83.3	69.4
Acesso à água potável	88.4	96.5	44.9	79.5	91.1	80.1
Indicadores Tecnológicos (por 100 pessoas)						
Acesso a linhas fixas de telefone	8.1	9.5	1.6	9.3	10.0	7.7
Acesso a telefones móveis	99.3	110.4	93.1	120.4	118.6	108.4

Nota: Os indicadores tecnológicos são médias do período 2010-15, uma vez que eram quase 0 antes da década de 90 e cresceram rapidamente nos anos 2000.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).

Os resultados mostram uma convergência não apenas ao nível do capital humano, mas também uma redução das desigualdades em torno do acesso à educação. As taxas de escolaridade no ensino primário e secundário são relativamente altas nos países do Norte de África, com exceção da Mauritânia, e melhoraram consideravelmente ao longo das duas últimas décadas. Além disso, a disparidade de gênero no acesso à educação é marginal, com as raparigas a representarem, em média, 46% dos estudantes entre 1990 e 2015, em boa parte devido a uma variedade de programas de promoção da escolaridade das meninas e raparigas. Pelo contrário, verificam-se diferenças importantes na participação de homens e mulheres na vida económica. A região tem um conjunto crescente de mulheres talentosas, com escolaridade e que querem trabalhar, mas a sua taxa de emprego continua a ser uma das mais baixas do mundo (OCDE, 2017b).

O desempenho dos países do Norte de África em termos de saúde e de padrões de vida também tem sido notável. A taxa média de mortalidade infantil (39.8 por mil nados vivos), a esperança de vida à nascença (68.8 anos) e o acesso à eletricidade (76.1%), ao saneamento (69.4%) e à água potável (80.1%) são superiores aos padrões dos países em desenvolvimento. Estes níveis médios encobrem, porém, o pior desempenho da Mauritânia em termos de condições de vida digna e de saúde, bem como os maiores progressos de outros países. Por exemplo, desde 2013, a cobertura de energia elétrica é de 99% na Argélia, no Egito e na Tunísia, mais de 90% da população tem acesso à água e ao saneamento no Egito e na Tunísia, e a esperança média de vida à nascença ultrapassa os 75 anos no Egito, Marrocos e Tunísia.

O acesso a tecnologia representa uma oportunidade comum para o Norte de África. A taxa média de acesso a telefones móveis é de 108.4%, enquanto o acesso a linhas fixas de telefone tem decrescido ao longo dos últimos 15 anos. O acesso igualitário a telefones móveis tem facilitado, portanto, o acesso a informação e a formação, bem como a serviços bancários e financeiros móveis (transferências de dinheiro e microcrédito).

Em relação a algumas oportunidades, como o acesso a eletricidade ou a transportes nas zonas rurais, a redução das desigualdades poderia ser coordenada com grandes investimentos públicos. Por exemplo, entre 2010 e 2015, o rácio médio PIB/investimento foi superior a 20% na Argélia e em Marrocos, em comparação com apenas 9.3% na Mauritânia.

O emprego e as desigualdades podem influenciar o crescimento económico

A análise das interligações entre crescimento, desemprego e desigualdade pode gerar dois tipos de correlação, dependendo dos níveis de desemprego:

- Em caso de níveis de desemprego baixos, o crescimento económico é acompanhado por um aumento da desigualdade de rendimentos, que por sua vez alimenta o crescimento económico. Esta situação coincide com uma fase de transição, marcada pela acumulação de capital e de investimento para apoiar um maior crescimento económico.
- Pelo contrário, quando a taxa de desemprego é superior a 15%, um crescimento mais acentuado reduz a desigualdade e os programas sociais de redução da desigualdade têm um efeito positivo no crescimento. Esta situação corresponde, especialmente, a períodos de crise ou de recuperação da crise, caracterizados pela deterioração socioeconómica, em que as medidas para apoiar a redução da pobreza e da desigualdade são necessárias para relançar o crescimento económico.

Nos países do Norte de África, portanto, uma estratégia de promoção do crescimento pode gerar ou erradicar a desigualdade de rendimentos, dependendo da situação do emprego.

Recomendações de políticas

Melhorar e reforçar a estabilidade política e a responsabilização e prestação de contas em termos institucionais

Nos últimos anos, os países do Norte de África têm-se caracterizado por um nível relativamente elevado de instabilidade política, bem como por crescentes reivindicações de transparência governamental e envolvimento cívico nos processos democráticos. No geral, as medidas de estabilidade governativa e de risco político deterioraram-se, particularmente na Tunísia, o que aponta para um aumento do risco político (PRS, 2018). Além disso, os períodos de fraco crescimento têm-se caracterizado por episódios de instabilidade política, desincentivando os investidores.

Estudos recentes comprovam o impacto negativo da instabilidade política no crescimento. As perdas de crescimento podem atingir os 2%, de acordo com Aisen e Veiga (2013), através do impacto no capital humano e físico, na PTF e no IDE. É necessário, portanto, garantir um clima de estabilidade política e a existência de um quadro regulamentar transparente, que promova um crescimento forte, duradouro e mais inclusivo, de forma a reduzir a desigualdade. O reforço da estabilidade política pode ser conseguido através de um compromisso firme para combater grupos extremistas envolvidos em ataques e sequestros. A luta contra a corrupção e a melhoria dos processos democráticos (liberdade de expressão, processos eleitorais transparentes, instituições e sistemas fortes de equilíbrio e controlo) são elementos que podem, também, mitigar as tensões sociais e incentivar a estabilidade política.

Embora haja ainda muito a fazer, Marrocos conseguiu corresponder a certas expectativas políticas ao adotar uma nova constituição em 2011, a qual conferiu novos poderes ao chefe de governo e adotou uma política de regionalização “avançada”. A Tunísia conseguiu melhorar a estabilidade através do diálogo nacional, dando um papel importante à sociedade civil² na resolução do conflito social. Quatro organizações da sociedade civil foram, assim, galardoadas com o Prémio Nobel da Paz, em 2015, pelo seu “contributo decisivo para a construção da democracia multipartidária na Tunísia” (Comité Norueguês do Nobel, 2015).

Acelerar a transformação estrutural das economias

Os países do Norte de África já alcançaram marcos importantes, como a transição demográfica e a urbanização (BAD/OCDE/PNUD, 2016). No entanto, o verdadeiro desafio está em mudar as suas economias para setores que gerem valor acrescentado e que criem emprego para trabalhadores jovens e qualificados. A consolidação do desenvolvimento da indústria transformadora e o alargamento da oferta de exportação para países emergentes, particularmente em África, pode contribuir para este objetivo. Este rumo pode não só abrir novas oportunidades para organizações de média dimensão, mas também reduzir a dependência face aos preços internacionais das matérias-primas e ao turismo, compensando simultaneamente a fraca procura dos parceiros tradicionais.

O caso do setor automóvel, com as plataformas de montagem de automóveis em Marrocos e na Argélia, é um exemplo a seguir por outros setores, nomeadamente os eletrodomésticos, a eletrónica, os têxteis, entre outros. O objetivo a médio prazo é a criação de um real setor industrial, o que é inatingível sem investimento externo. Naturalmente, o regime legal já é favorável ao IDE e o contributo estatal desempenhou um papel determinante no setor automóvel. O dinamismo e a determinação política devem promover o desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP), para facilitar a criação de novas indústrias ou a deslocalização das empresas estrangeiras.

Em Marrocos, o Plano de Aceleração Industrial 2014-20 (*Plan d'accélération industrielle*, PAI) pretende aumentar o peso da indústria para 23% do PIB e criar 500 000 empregos, até 2020. O PAI tem um fundo de 2.2 mil milhões de USD e visa a construção massiva de infraestruturas, a criação de *clusters* industriais e o apoio específico a empresas marroquinas, para atração de IDE no setor da indústria transformadora.

A participação das autoridades locais nas agências nacionais permite a promoção das PME locais junto dos investidores, como é o caso do *cluster* do setor automóvel, em Tânger. No entanto, a capacidade das empresas locais para subcontratarem tarefas e cumprirem os padrões de qualidade dos investidores internacionais deverá, ainda, ser melhorada. Poderia ser útil o reforço da cooperação com o setor privado e o desenvolvimento de formação específica em determinados setores.

Da mesma forma, os *clusters* industriais podem facilitar o surgimento de zonas produtivas, mas estas devem criar ligações com as áreas circundantes, para limitar as disparidades geográficas - que continuam a ser grandes na região, particularmente entre as regiões costeiras, mais ricas, e o interior. Na Tunísia, o *cluster* Sfax agrega 60 000 empresas de setores relativamente produtivos, mas estas têm poucas interligações com as empresas locais de outros setores e regiões do país.

Para resolver estas debilidades, os governos poderiam trabalhar nas zonas funcionais das regiões, em vez de se focarem nos distritos administrativos. Desta forma, no âmbito das reformas de regionalização, Marrocos criou a região de Casablanca-Settat em 2015, o que permitiu às cidades vizinhas beneficiarem das infraestruturas e serviços perto de Casablanca, cidade com mais de 10 milhões de habitantes. Por fim, a adoção de estratégias setoriais adaptadas às condições de cada região pode criar mais emprego qualificado, vinculado às necessidades dos mercados locais e nacionais.

Políticas estruturais catalisadoras do emprego para mulheres e jovens

A taxa de emprego das mulheres é ainda muito baixa nos países do Norte de África, o que representa uma perda de produtividade potencial. Embora estes países tenham progredido no que respeita à educação feminina, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho ainda está limitado a funções não-qualificadas ou a tempo parcial. Além disso, a percentagem de mulheres empresárias continua a ser baixa na Argélia (15%), Egito (25%) e Marrocos (11%).

A implementação de políticas arrojadas que promovem a flexibilidade no local de trabalho é importante para a participação das mulheres. Por exemplo, o acesso das famílias a creches de baixo custo deve ser apoiado através de creches públicas, permitindo que as mulheres encarem o trabalho a tempo inteiro como uma atividade lucrativa (OCDE, 2018b). Da mesma forma, o prolongamento das licenças de maternidade também tem efeitos positivos. A licença de maternidade é atualmente de 90 dias na maioria dos países do Norte de África. Como a transição demográfica foi alcançada, a licença poderia ser alargada para seis meses, para quem o pretendesse, com uma redução de 20-30% de salário nos últimos três meses. As licenças parentais mais generosas são atualmente as dos países escandinavos e da América do Norte, com resultados muito encorajadores para o emprego entre as mulheres.

A promoção do empreendedorismo feminino é, igualmente, uma forma de colocar no centro das políticas sobre o emprego a questão das disparidades de género no mercado de trabalho e de reduzi-la. Apesar de uma certa emancipação, o fosso de género no empreendedorismo continua a ser mais elevado na Tunísia (10%), na Líbia (8%) e no Egito (7%) do que noutros países do continente africano, no qual a média é de 3% (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Para reduzir esta disparidade, os bancos e as instituições financeiras

descentralizadas devem apoiar projetos liderados por mulheres (OCDE/Comissão Europeia/ETF, 2014). Isto contribuirá para melhorar as taxas de emprego feminino, uma vez que as empresárias contratam mais mulheres do que homens.

O emprego entre os jovens deve, também, ser um elemento estruturante da política de emprego através três temas fundamentais para a harmonização da educação com as necessidades de mercado:

- **Desenvolvimento de programas de formação técnico-profissional em consonância com as necessidades do mercado de trabalho.** Devem incentivar-se as competências necessárias para o setor primário e o processamento industrial, entre outras medidas, por meio do apoio à investigação industrial e tecnológica, que estão ainda em estado embrionário em muitos destes países. Estes programas podem também apoiar a mudança estrutural através do fornecimento de mão-de-obra tecnicamente qualificada para trabalhar nas indústrias de transformação secundária.
- **Criação de incubadoras de empresas para jovens recém-formados, com idades entre os 20 e 30 anos.** Com efeito, os jovens que concluem a formação profissional e que pretendem criar uma empresa na sua área de formação devem ter apoio. Este apoio deve estender-se desde a criação do projeto até aos três primeiros anos de execução, enfatizando a procura de financiamento apropriado. É fundamental monitorizar e avaliar os projetos, para garantir o êxito destes programas e assegurar que os empreendedores façam bom uso dos fundos e criem emprego.
- **Requalificação profissional para jovens desempregados de longa duração.** Uma formação suplementar pode restaurar a competitividade destas pessoas no mercado de trabalho. Isto pressupõe que os cursos técnico-profissionais sejam previamente desenvolvidos.

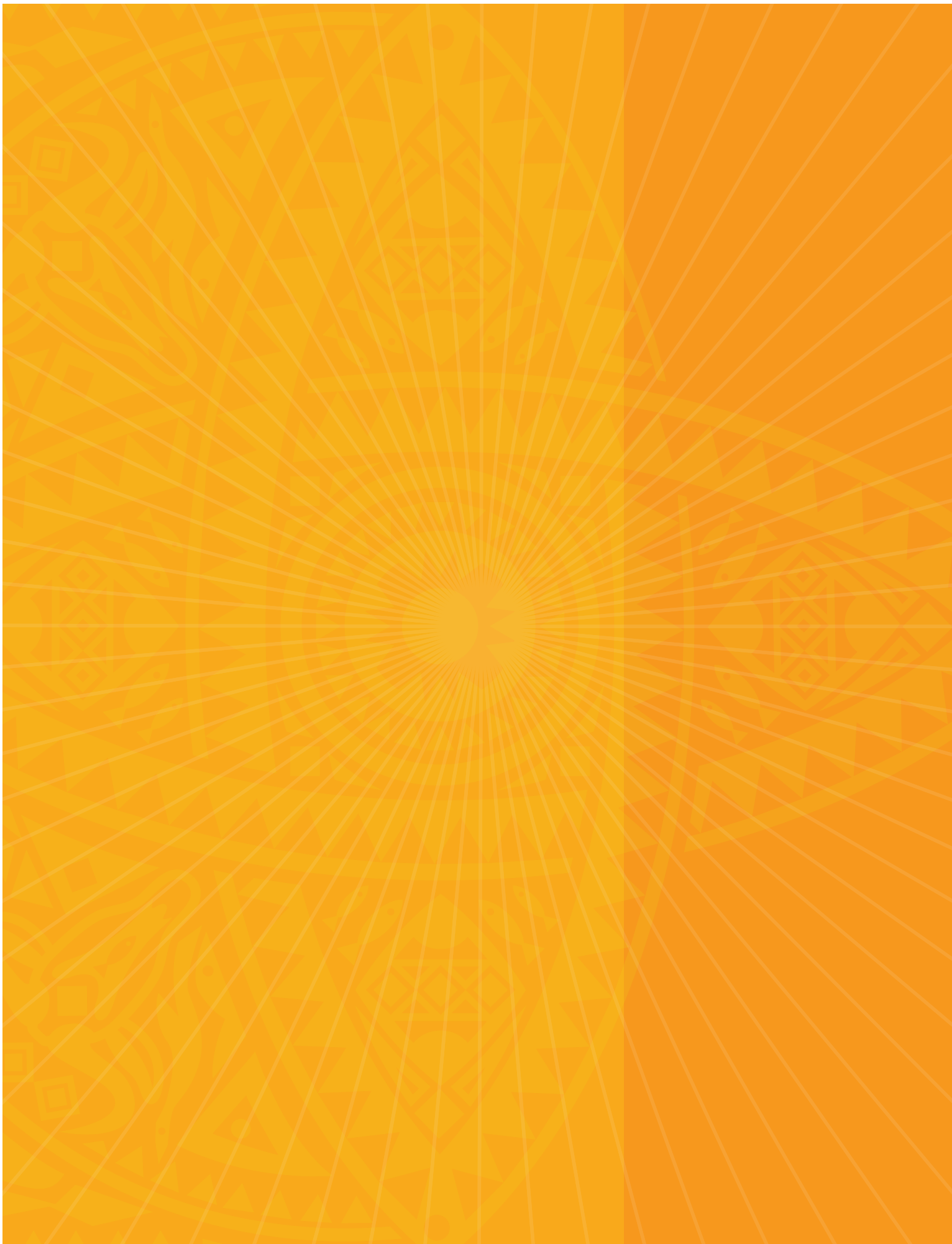
Notas

1. Não existe uma correlação direta da taxa de emprego com a taxa de desemprego, uma vez que a taxa de desemprego contabiliza as pessoas que não estão a trabalhar mas que estão disponíveis e ativamente à procura de emprego, excluindo aquelas que pararam de procurar emprego ou que estão no sistema educacional.
2. A União Geral do Trabalho da Tunísia (*Union générale tunisienne du travail*, UGTT), a União da Indústria, Comércio e Artesanato (*Union tunisienne de l'industrie, du commerce et de l'artisanat*, UTICA), a Liga tunisina dos Direitos Humanos (*Ligue tunisienne des droits de l'homme*, LTDH) e a Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (*Ordre National des Avocats de Tunisie*).

Bibliografia

- Aisen, A. e F.J. Veiga (2013), “How does political instability affect economic growth?”, *European Journal of Political Economy*, Vol. 29/C, Elsevier, Amesterdão, pp. 151-167, https://econpapers.repec.org/article/eeepoleco/v_3a29_3ay_3a2013_3ai_3ac_3ap_3a151-167.htm.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- Banco Mundial (2017), *World Development Indicators*, Grupo Banco Mundial, <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>.
- CGEM (2014), *Étude sur les leviers de la compétitivité des entreprises marocaines*, Commission investissement, compétitivité et émergence industrielle, Confederação Geral das Empresas de Marrocos, Casablanca, www.cgem.ma/upload/392118863.pdf.
- Comité Norueguês do Nobel (2015), “The Nobel Peace Prize for 2015”, Press release, https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2015/press.html.
- De Long, B. e H.L. Summers (1992), “Equipment investment and economic growth: How strong is the nexus?”, *Brookings Papers on Economic Activity (BPEA)*, N° 2, Brookings Institution, Washington D.C., pp. 157-211, <https://www.brookings.edu/bpea-articles/equipment-investment-and-economic-growth-how-strong-is-the-nexus/>.
- Devarajan, S., V. Swaroop e H.F. Zou (1996), “The composition of public expenditure and economic growth”, *Journal of Monetary Economics*, N° 37, Banco Mundial, Washington D.C., pp. 313- 344, <http://www1.worldbank.org/publicsector/pe/pfma07/ShantaVinayHengfu.pdf>.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados), <https://comtrade.un.org/> (consultado em 1 de fevereiro de 2018)
- Edwards, S. (1998), “Openness, productivity and growth: What do we really know?”, *The Economic Journal*, Vol. 108/447, Royal Economic Society, Londres, pp. 383-398.
- Engelbrecht, H-J. (1997), “International R&D spillovers, human capital and productivity in OECD economies: An empirical investigation”, *European Economic Review*, Vol. 41/8 (agosto de 1997), pp. 1479-1488, Elsevier, Amesterdão.
- FMI (2016a), “Financial development in Sub-Saharan Africa: Promoting inclusive and sustainable growth”, *Departmental Papers*, N°16/11, Departamento de África, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <http://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2016/12/31/Financial-Development-in-Sub-Saharan-Africa-Promoting-Inclusive-and-Sustainable-Growth-44220>.
- FMI (2016b), *World Economic Outlook*, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/weodata/index.aspx>.
- FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>.
- Giordano, T., B. Losch, A. Minsat e H.-B. Solignac-Lecomte (2015), “Unlocking the potential of African regions”, in *Recent Trends in Banking in Sub-Saharan Africa: From Financing to Investment*, Stijns Jean-Philippe e Revoltella Debora (eds.), Banco Europeu de Investimento (BEI), Luxemburgo, 87-106, <http://dx.doi.org/10.2867/361551>.
- HCP (2011), *Enquête nationale démographique à passages répétés 2009-10 : principaux résultats*, Haut-commissariat au plan, Rabat, www.hcp.ma/Etude-Nationale-Demographique-a-Passages-Repetes-2009-2010_a749.html.
- Jorgenson, D. e E. Yip (1999), “Whatever happened to productivity investment and growth in the G-7?”, *Institute for Monetary and Economic Studies (IMES) Discussion Paper* N°99-E-11, Banco do Japão, Tóquio, <http://www.imes.boj.or.jp/edps99/99-E-11.pdf>.
- Kato, H. (2016), “Population, economic growth, and TFP in developed countries”, in *An Empirical Analysis of Population and Technological Progress*, Estudos Populacionais no Japão, Tóquio.
- Mankiw, N.G., D. Romer e D. Weil (1992), “A contribution to the empirics of economic growth”, *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 107/2, Universidade de Harvard, Departamento de Economia, Harvard, pp.407-437 <https://doi.org/10.2307/2118477>.
- Mohapatra, S. e D. Ratha (2011), *Remittance Markets in Africa*, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington D.C.
- OCDE (2001), *Measuring Productivity: Measurement of Aggregate and Industry-level Productivity Growth*, Publicações OCDE, Paris, <http://www.oecd.org/sdd/productivity-stats/2352458.pdf>.

- OCDE (2017a), *Examen multidimensionnel du Maroc: Volume 1. Évaluation initiale, Les voies de développement*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274945-fr>.
- OCDE (2017b), *Women's Economic Empowerment in Selected MENA Areas: The Impact of Legal Frameworks in Algeria, Egypt, Jordan, Libya, Morocco and Tunisia, Competitiveness and Private Sector Development*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264279322-en>.
- OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados online), Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OCDE (2018b), *OECD Economic Surveys: Tunisia 2018*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-tun-2018-en.
- OCDE/Comissão Europeia/ETF (2014), *SME Policy Index: The Mediterranean Middle East and North Africa. Implementation of the Small Business Act for Europe*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264218413-en>.
- OIT (2017), *ILO Stat* (base de dados), www.ilo.org/ilostat.
- The Political Risk Services (PRS, 2018), *Database on political instability*, Grupo PRS, East Syracuse, Nova Iorque, <https://www.prsgroup.com/explore-our-products/international-country-risk-guide/>.
- Toussaint, E., D. Munevar, P. Gottiniaux e A. Sanabria, (2015), *Les inégalités dans le monde. Dans les chiffres de la dette 2015*, Comité para a Abolição das Dívidas Ilegítimas (CADTM), Liège, Bélgica, <http://www.cadtm.org/Les-chiffres-de-la-dette-2015>, p. 271.
- UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados), <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultado em 1 de março de 2018).
- World Travel and Tourism Council (WTTC) (2018), *Travel & Tourism Economic Impact 2018 Egypt*, World Travel and Tourism Council (WTTC), março de 2018 <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2018/egypt2018.pdf>.



Capítulo 7

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Ocidental

Este capítulo analisa as dinâmicas económicas dos 15 países da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo), entre 1990 e 2015. O forte crescimento económico da região pode ser prejudicado pelo desemprego jovem ao mesmo tempo que a existência de um crescimento endógeno e inclusivo depende do reforço da integração regional. O crescimento da população, da procura regional e de uma classe média emergente representam grandes oportunidades para o desenvolvimento da África Ocidental. Para que estas oportunidades sejam aproveitadas, será necessária a implementação de políticas eficientes e a criação de mais empregos na economia formal.

EM SÍNTESE

No período entre 2000 e 2014, o **crecimento** médio da África Ocidental foi superior a 5%, mas carece de consolidação. O crescimento económico é guiado pela procura - estimulada pelo aumento populacional e pelo surgimento de uma classe média - e depende das matérias-primas e da agricultura, sendo impulsionado pelas grandes economias da região (Nigéria, Côte d'Ivoire, Gana).

Segundo os dados disponíveis (relativos a dez países), as atividades informais representam entre 68% e 90% dos **empregos**. A falta de emprego no setor formal, os fracos níveis de educação e a disparidade entre as competências e os empregos disponíveis contribuem para o desemprego, particularmente na população jovem, para a qual os períodos de desemprego são frequentemente longos. Até 2035, a população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos deverá aumentar 73%, atingindo 117 milhões. A melhoria da capacidade do setor privado é, portanto, essencial para apoiar o crescimento e o emprego.

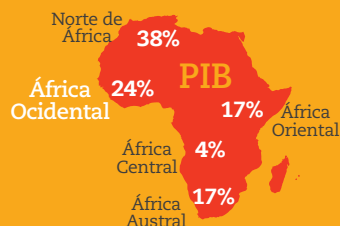
A taxa de **pobreza** decresceu de 55.4%, em 1990, para 43.8%, em 2013. O acesso aos serviços básicos registou uma melhoria: em 2017, 79% da população tinha acesso a água potável, de acordo com os dados disponíveis. Com o crescimento demográfico, porém, o número de pessoas em situação de pobreza aumentou para 144.4 milhões, numa população total de 367.6 milhões. As **desigualdades** também se mantêm elevadas, com um coeficiente de Gini de 0.39 em 2014, registando níveis mais elevado em vários países. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é o mais baixo do continente (0.47). A segurança social é ainda insuficiente e metade dos países da África Ocidental apresenta uma forte desigualdade de género.

O crescimento inclusivo requer **estratégias de desenvolvimento** em três áreas principais. Em primeiro lugar, as interligações entre zonas rurais e urbanas devem ser desenvolvidas através de cidades intermédias, corredores transfronteiriços, cadeias agroalimentares, acesso justo à terra além de políticas redistributivas. Em segundo lugar, os produtos locais podem ser melhorados, incentivando as empresas a trabalharem em conjunto, bem como por via da educação e formação em competências necessárias ao mercado de trabalho e do investimento no setor privado. Por fim, o crescimento inclusivo requer uma melhoria da capacidade institucional, do quadro regulamentar das empresas e do sistema tributário.

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdades na África Ocidental

PIB

O PIB da África Ocidental representa $\frac{1}{4}$ do PIB total do continente

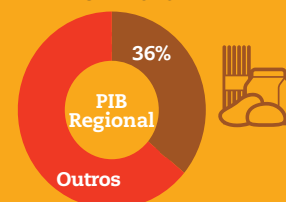


Setor Agroalimentar

O setor agroalimentar criou 82 milhões de empregos

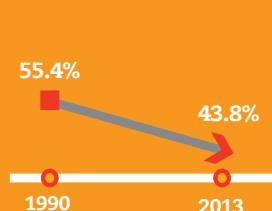


... e já tinha um valor de 178 mil milhões de USD em 2010

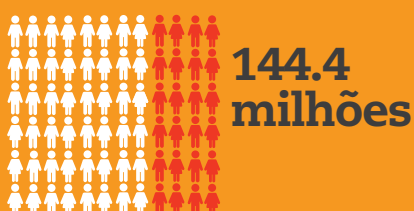


Pobreza

Entre 1990 e 2013, a taxa de pobreza decresceu

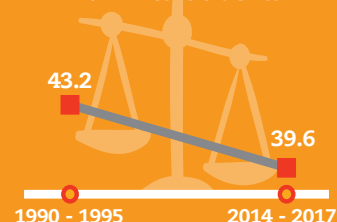


No entanto, o número de pessoas em situação de pobreza aumentou para



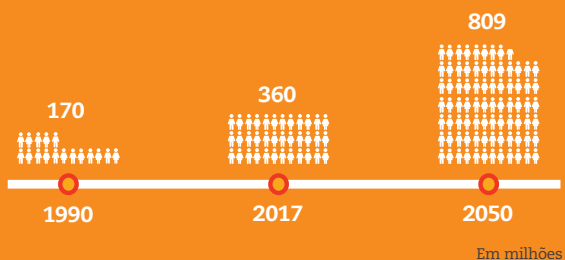
Desigualdade

O coeficiente de Gini diminuiu na África Ocidental



Crescimento Demográfico

A população duplicou no espaço de uma geração e triplicará até 2050



Urbanização

A urbanização continua a aumentar, com a população urbana a representar 43% do total



Perfil regional da África Ocidental

Tabela 7.1. Indicadores básicos sobre a África Ocidental, 2017

População (milhares)	367 566
Área (milhares de km ²)	5 033
Densidade populacional (habitantes/km ²)	73
PIB, em PPC (mil milhões USD)	1 584
PIB per capita, em PPC (USD)	4 370

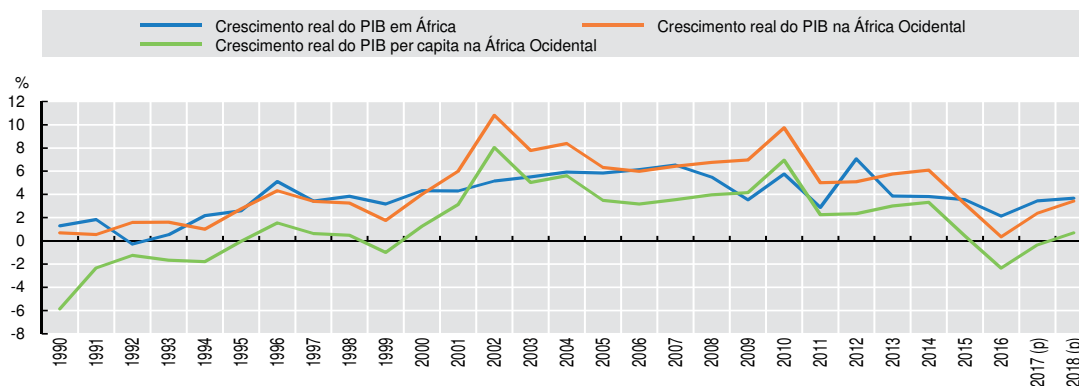
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 7.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Ocidental (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	14.8	11.9	18.3	15.4	13.4	11.7	9.7	11.2
		Investimento de carteira	0.8	5.0	6.6	18.8	14.4	8.1	5.5	4.7
		Remessas	21.6	23.3	27.2	27.4	27.6	28.5	28.7	27.8
Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	12.0	12.2	12.1	13.6	12.2	12.4	12.4	11.5	
		Total de fluxos externos	49.2	52.5	64.2	75.3	67.6	60.7	56.3	55.2
Receitas fiscais internas		35.3	43.9	63.3	68.9	67.3	67.7	47.8	39.7	

Fonte: Cálculo dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 7.1. Dinâmicas de crescimento na África Ocidental e em África, 1990-2018

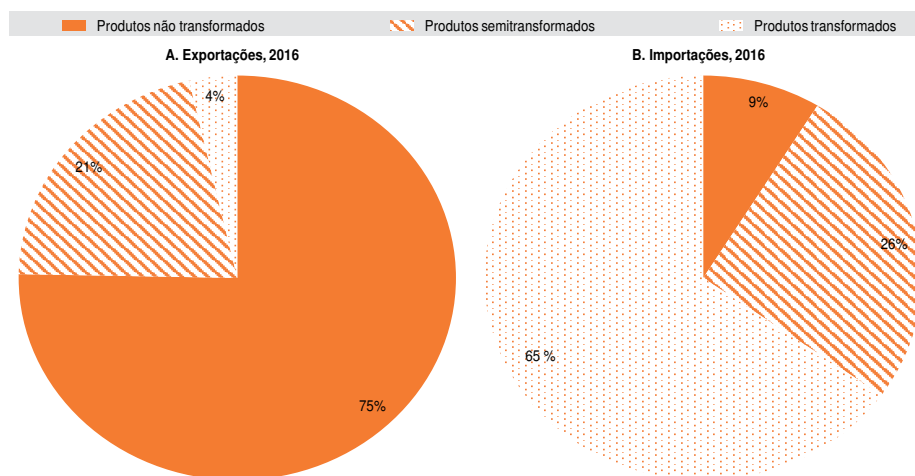


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018) *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784045>

Figura 7.2. Composição do comércio na África Ocidental, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da UNCOMTRADE (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784064>

Os quinze países da África Ocidental têm uma diversidade cultural, linguística e ecológica, com uma diferença acentuada entre o norte do Sahel e a costa sul ao longo do Golfo da Guiné. Em termos políticos, quase todos os países conheceram alterações democráticas de governo, embora a estabilidade continue a ser um desafio. Verificam-se, igualmente, diferenças económicas consideráveis: a região engloba países considerados como exemplos de desenvolvimento, como o Gana (classificado em 120º lugar no *Doing Business 2018* do Banco Mundial) e a Côte d'Ivoire (139º lugar), bem como países que estão entre os mais pobres no que se refere ao PIB per capita, como a Libéria, o Níger, o Mali, o Togo, a Guiné, a Guiné-Bissau e o Burkina Faso.

A população da região duplicou no espaço de uma geração, passando de 170 para 360 milhões de habitantes, no período entre 1990 e 2017, o que representa 30% da população do continente e 5% da população mundial. Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da região atingirá 809 milhões em 2050, o equivalente a 31.7% da população africana e a 8.2% da população mundial (UNDESA, 2018). A população concentra-se ao longo da costa atlântica, existindo grandes espaços vazios ou praticamente desabitados. Mais de quatro em cada dez habitantes (44%) têm menos de 15 anos de idade, uma percentagem superior à média do continente (41%).

No que respeita à integração regional, foram efetuados progressos tanto na harmonização da política económica, como na livre circulação de pessoas e bens. A Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO), fundada em 1975, é composta por duas organizações económicas regionais (Caixa 7.A1.1). Desempenha, também, um papel político, com resultados no âmbito da paz e segurança. No entanto, a ameaça terrorista continua presente no Mali, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Níger e Nigéria.

A África Ocidental é a segunda maior economia regional do continente africano e representa 24% do PIB de África, atrás do Norte de África (38%) e à frente da África Austral (17%), da África Oriental (17%) e da África Central (4%) (FMI, 2017a). Após um período em que foi superior a 5% (entre 2000 e 2014), o crescimento caiu a pique para os 0.4%, em 2016, recuperando para os 3.4% em 2018. A região continua a estar exposta a eventos climáticos que afetam a produção agrícola, bem como a variações nos preços internacionais das matérias-primas. A atividade económica concentra-se na maior economia da região (Anexo 7.A1), a Nigéria, que representa 77% do PIB total e 52% da população da África Ocidental. A atividade tem-se revelado também sustentada em países como a Côte d'Ivoire e o Senegal, mas continua a ser muito fraca, ou até negativa, noutros países.

A transformação económica estrutural e o comércio intracomunitário continuam a ser necessários para mitigar as desigualdades entre e dentro dos países, bem como para responder à falta de emprego digno.

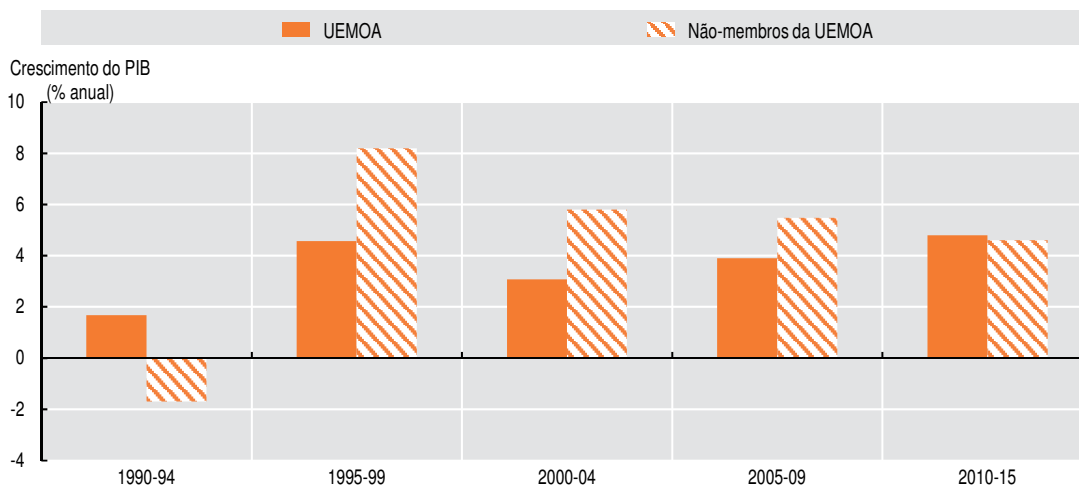
Dinâmicas e determinantes do crescimento

Um momento favorável que deverá consolidado

A África Ocidental conheceu taxas de crescimento superiores ao continente, no período 2000-14, embora relativamente instáveis. Nomeadamente, o crescimento colapsou em 2016, ano em que se registou uma taxa de 0.4% (Figura 7.1), recuperando em 2017 e devendo chegar a aproximadamente 3.4% em 2018. Estas grandes variações devem-se, em parte, a fatores externos, como a situação económica dos principais parceiros comerciais e as flutuações dos preços das matérias-primas. Os países da CEDEAO exportam produtos com forte procura mundial mas, em 2016, 75.3% continuavam a ser produtos não transformados (Figura 7.2). Assim, o petróleo e o betume representam 81% das exportações da Nigéria e o cacau 48% das exportações da Cote d'Ivoire, enquanto o comércio externo do Gana é composto principalmente por petróleo (32.5% das exportações), cacau e ouro (ambos 20%) (OECD, 2016). Os choques internos têm também um papel no crescimento, como aconteceu com o vírus Ébola em 2014-15 (Banco Mundial, 2014), ou na sequência de crises políticas ou securitárias.

As dinâmicas de crescimento variam, contudo, entre os países membros da UEMOA e os não membros. Após a crise financeira internacional de 2008 e 2009, a atividade económica na UEMOA aumentou de forma relativamente sustentada, entre 2010 e 2015, o que não aconteceu nos países não pertencentes à organização. A Nigéria, especificamente, caiu em recessão (Figura 7.3). O controlo da inflação, com um limite máximo de 3% na zona UEMOA, resultou num crescimento não tão forte como o registado nos países não membros (cerca de metade do verificado nesses países, entre 1995 e 2004) mas mais estável. Pelo contrário, o Gana, a Nigéria e a Serra Leoa tiveram taxas de inflação superiores a 10% em 2016 (CEDEAO, 2016).

Figura 7.3. Comparação do crescimento real nas zonas económicas da CEDEAO



Nota: Os sete países não pertencentes à UEMOA são Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa.
 Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784083>

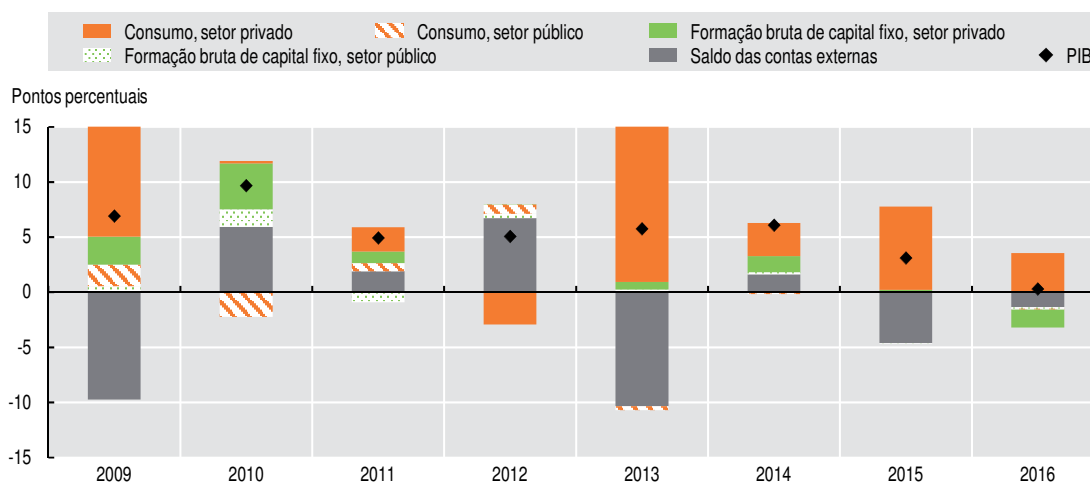
O consumo privado e o investimento público sustentam o crescimento

A procura regional, apoiada pela demografia e pelo crescimento da classe média, é cada vez mais um fator impulsionador do crescimento. Desde o ano 2000, o consumo privado tem sido o elemento com maior peso no crescimento (Figura 7.4). Este deverá

continuar a expandir-se, devido ao crescimento demográfico, e a aprofundar-se, dado o aumento de uma classe média relativamente próspera. Neste âmbito, a classe média define-se pelos agregados familiares com despesa entre 5 e 20 USD por pessoa/dia, em paridade do poder de compra. Segundo a base de dados PovCal, a classe média da África Ocidental ascendia a 44.6 milhões de pessoas, em 2013, e concentra-se em alguns países, incluindo 18.6 milhões na Nigéria e um total de 17.2 milhões na Gâmbia, Côte d'Ivoire e Senegal. No entanto, 53% da classe intermédia – neste caso, definida como a despesa entre 2 e 10 USD por pessoa/dia (BAD, 2011) – continua a estar em risco de voltar à situação de pobreza (Staatz e Hollinger, 2016).

A produção local pode, sob certas condições, beneficiar da demografia e do crescimento da classe média. Cada vez mais, a procura da classe média exige dos produtores locais a oferta de bens e serviços de alto valor acrescentado, que têm sido progressivamente integrados no consumo (em particular, produtos processados e carne). As despesas com alimentação representam, em média, 39% dos rendimentos na Côte d'Ivoire e 65% na Nigéria (Staatz e Hollinger, 2016: 8).

Figura 7.4. Composição do crescimento na África Ocidental, 2009-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook database*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784102>

Os países da região podem beneficiar de uma estabilização das contas públicas, que permite libertar recursos para o investimento público. Na década de 2000, a melhoria das políticas macroeconómicas, o cancelamento da dívida e o reforço da política orçamental ajudou os governos a terem margem financeira para lançar programas de investimento público. O peso da dívida no PIB da região, na ordem dos 41.7% em 2016, continua abaixo do limiar de 70% fixado pelos critérios de convergência. Vários Estados da CEDEAO demonstraram, igualmente, uma melhor capacidade de acesso a mercados internacionais da dívida. Um dos exemplos a salientar é a emissão de *Eurobonds* pela Côte d'Ivoire, pela Nigéria e pelo Senegal. No entanto, o ritmo de acumulação de dívida tem sido bastante elevado em alguns países (FMI, 2017b). Segundo o FMI (2017c), quatro países registam rácios da dívida superiores ao critério de convergência: Cabo Verde (129% do PIB em 2016), Gâmbia (120%), Gana (73%) e Togo (80%). Estes níveis de endividamento público colocam em causa a sustentabilidade do investimento público a médio prazo.

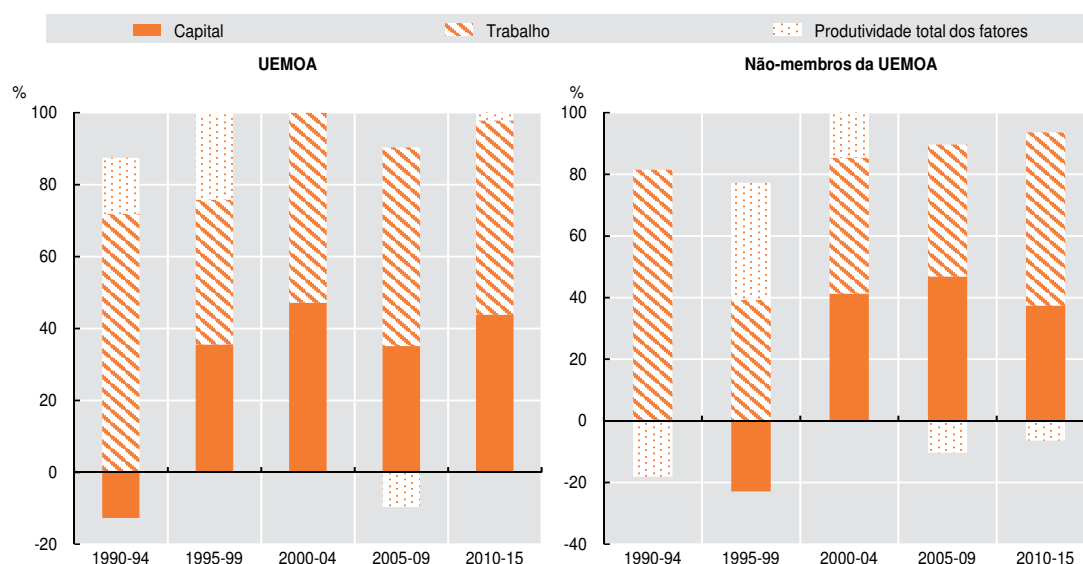
A oferta local de bens de consumo e serviços continua a ser escassa

A rápida urbanização contribui para a transformação económica estrutural mas faz-se, frequentemente, por via do setor informal. Entre 1950 e 2015, o número de áreas

urbanas com mais de 10 000 habitantes passou de 152 para 1 800. A população urbana aumentou 30 vezes, passando de 5 para 150 milhões de pessoas (Staatz e Hollinger, 2016). Os habitantes das cidades representam atualmente 43% da população (Allen e Heinrigs, 2016). Conseqüentemente, a procura de produtos agroalimentares transformados tem revelado uma maior dinâmica na África Ocidental do que a média global (OCDE, 2016). Este importante fator de crescimento pode perder-se, contudo, se a oferta de bens e serviços não aumentar, através de um processo duplo de industrialização e transformação local de matérias-primas. Sem oferta local, o crescimento demográfico pode gerar um aumento das importações de produtos alimentares e outros bens de consumo, afetando a balança comercial.

A acumulação de capital e o trabalho contribuem de forma positiva para o crescimento desde o ano 2000, enquanto a produtividade global tem sido, frequentemente, negativa. No período 2000-15, o trabalho contribuiu mais para o crescimento do que o capital, devido ao forte crescimento demográfico e ao peso da atividade agrícola (Figura 7.5).

Figura 7.5. Contribuição dos fatores para o crescimento, 1990-2015



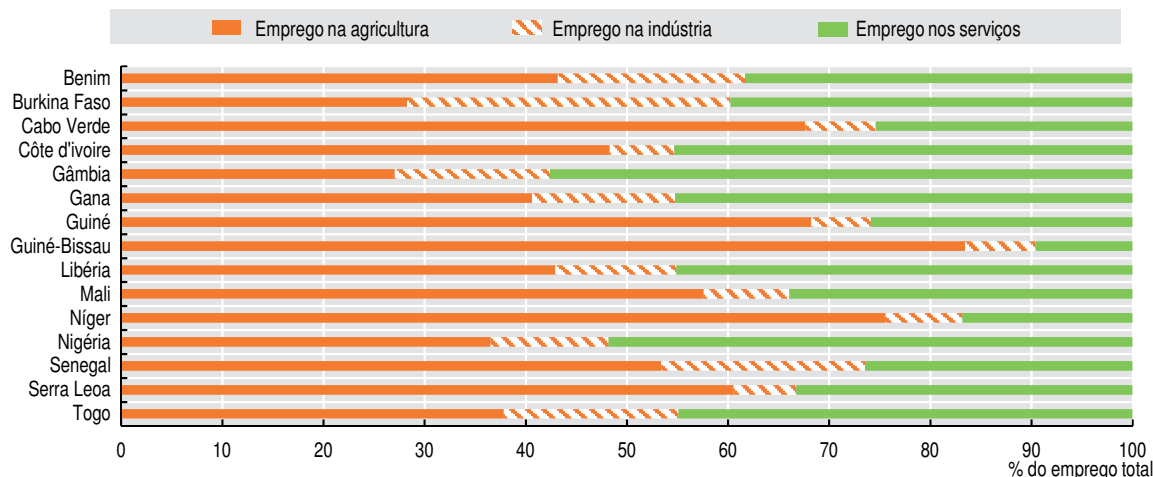
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784121>

Dinâmicas e determinantes do emprego e do desemprego na África

O emprego é impulsionado pelo setor agroalimentar e dominado pelos setores primário e terciário

O setor agrícola é a principal fonte de emprego na CEDEAO, seguido dos serviços e da indústria. No ano 2000, este setor representou entre 33% (Gâmbia) e 77% (Níger) dos postos de trabalho. Embora o peso da agricultura tenha estagnado ou diminuído em todos os países da região, ainda representa quase 51% dos empregos (média simples, Figura 7.6). Pelo contrário, o emprego no setor dos serviços cresceu em quase todos os países, com exceção do Mali e do Senegal. O setor terciário representa mais de 40% dos postos de trabalho na Gâmbia, graças à hotelaria e restauração, bem como no Gana, devido ao turismo (CNUCED, 2015). No Burkina Faso, a contração do setor agrícola fez-se em benefício dos serviços e também da indústria transformadora, a qual representava 31% dos postos de trabalho em 2017 (em comparação com 4%, no ano 2000). Este aumento do setor industrial está ligado à expansão das atividades informais de mineração, principalmente a extração de ouro em pequena escala.

Figura 7.6. Estrutura do emprego na CEDEAO (% do total, 2017)



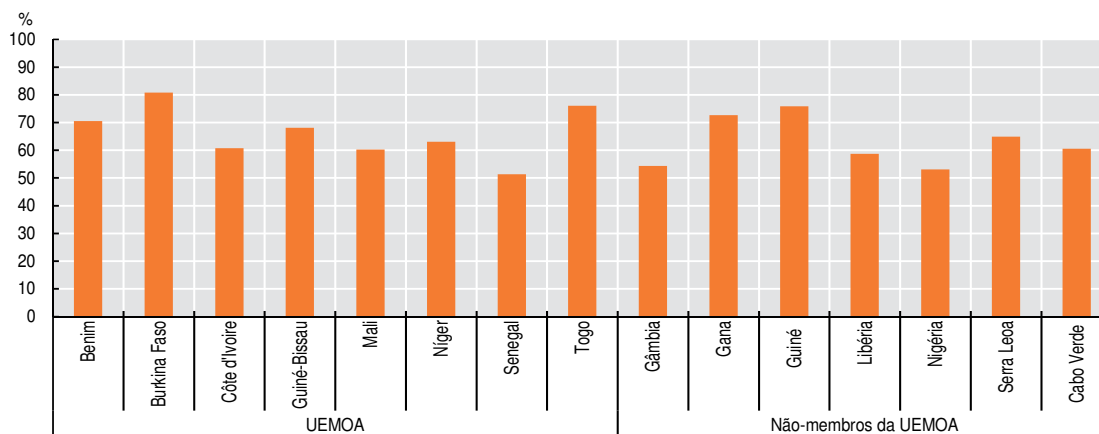
Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILOStat (base de dados).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784140>

O setor agroalimentar oferece boas perspectivas de emprego, tendo criado 82 milhões de postos de trabalho entre 2012 e 2015, ou seja, mais de 66% do emprego (Allen et al., 2018: 8). É o maior setor, com uma produção na ordem dos 178 mil milhões de USD, em 2010, o que representa 36% do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Um quarto da população rural da África Ocidental participa em atividades não-agrícolas (OCDE, 2013). As atividades de transformação, logística e retalho geram emprego nos transportes, embalagem e distribuição para as áreas urbanas. Estas atividades estão a expandir-se rapidamente e são, geralmente, mais produtivas do que as atividades agrícolas. Segundo estimativas do Clube do Sahel e da CEDEAO, estas atividades representam 40% do valor acrescentado do setor, devendo continuar a crescer com a urbanização da região (Allen e Heinriqs, 2016).

O mercado de trabalho continua a ser predominantemente informal

No geral, uma grande parte da população está empregada, seja no setor formal ou informal. A taxa de emprego varia entre 80% no Burkina Faso e 51% no Senegal (Figura 7.7).

Figura 7.7. Participação no mercado de trabalho na CEDEAO, em percentagem da população ativa (2015-17)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILOStat (base de dados).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784159>

O mercado de trabalho continua, porém, a ser dominado por um setor informal dinâmico. Na sub-região, o setor informal representa entre 30% (Togo) e 50% (Benim) da economia nacional (FMI, 2017b). No Senegal, a economia informal gerou entre 80% e 97% dos empregos nos últimos 20 anos (Ministério da Economia e Finanças do Senegal, 2011). Das 407 000 empresas analisadas no Senegal, 97% faziam parte do setor informal (ANSD, 2015). Na Costa do Marfim, mais de 80% da mão-de-obra está no setor informal, percentagem que ultrapassa os 90% no Mali e no Burkina Faso. Em Ouagadougou (Burkina Faso), quase 45% dos desempregados desconhece a existência da agência pública de emprego (*Bureau public pour l'emploi*) (DIAL, 2007, citado em Nordman e Pasquier Doumer, 2015). Os grupos mais vulneráveis trabalham no setor informal, nomeadamente os mais pobres, os jovens e as mulheres (BAD/OCDE/PNUD, 2012). A Tabela 7.3 apresenta o peso do setor informal no emprego em atividades não-agrícolas.

Tabela 7.3. Peso do setor informal no emprego não-agrícola, por género

País	Ano	Peso do setor informal (%)	Por género (%)	
			Mulheres	Homens
Benim	2011	94.5	97.7	90.2
Côte d'Ivoire	2016	87.7	93.8	82.4
Gâmbia	2012	68.2	77.6	62
Gana	2015	83.2	88.3	75.9
Libéria	2010	77.6	86.3	68.8
Mali	2015	92.1	96.9	87.9
Níger	2011	86.4	95.2	76.4
Senegal	2015	90.4	93.5	88.2

Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).

As atividades informais impulsionam a atividade económica mas não proporcionam necessariamente um emprego digno. No entanto, essas permitem um certo grau de flexibilidade, que pode facilitar a participação na vida económica (BAD/OCDE/PNUD, 2012). O setor informal tem promovido, assim, a integração das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho. Na Nigéria, em 2013, 40% das mulheres trabalhava por conta própria (BAD/OCDE/PNUD, 2017: 185). Frequentemente, as empresas pequenas beneficiam de uma rede social bem estruturada, que lhes permite aguentar choques económicos. Por outro lado, o setor informal também constitui uma “armadilha de pobreza”, na medida em que relega os trabalhadores, particularmente as mulheres e os jovens, para atividades pouco produtivas e que consomem muito tempo, sem proteção social. Na Costa do Marfim, 43.9% dos jovens (com idades entre 15 e 29 anos) criam os seus próprios negócios, mas 86% dos jovens empresários ganham menos, em média, do que os trabalhadores jovens assalariados (OCDE, 2017a). Estas empresas informais no setor dos serviços e comércio estão, frequentemente, expostas a variações nos preços das matérias-primas, principalmente o petróleo e os *inputs* agrícolas, gerando rendimentos instáveis que representam uma perda de receitas fiscais para o Estado.

O desemprego e a precariedade laboral afetam principalmente os jovens

À primeira vista, a taxa de desemprego parece ter estabilizado num nível baixo, em todos os países da CEDEAO, embora grande parte da população não figure nas estatísticas do desemprego, já que trabalha no setor informal. Países como o Benim, o Burkina Faso e a Serra Leoa têm taxas de desemprego entre 1% e 5% (Banco Mundial, 2017). Apenas Cabo Verde, a Gâmbia, o Gana e o Mali apresentam taxas superiores a 10%.

Os jovens enfrentam obstáculos no mercado de emprego formal, pelo que recorrem ao setor informal. Este emprega 94% dos trabalhadores no Mali e 93% no Benim, com o remanescente dividido pelo setor público e privado (OIT, 2012). O setor público é o maior

empregador do setor formal, com 4% dos postos de trabalho, contra 2% do setor privado. Estes postos de trabalho estão concentrados nos centros urbanos, particularmente na capital, Bamako, onde equivalem a aproximadamente 1/4 do emprego total (OIT, 2012). Na Côte d'Ivoire, os empresários representam 43.9% do emprego jovem fora do setor agrícola (OCDE, 2017b). Sem conseguirem encontrar melhores empregos assalariados, os jovens preferem criar o seu próprio emprego no setor informal, onde acumulam vários empregos precários.

As pessoas na faixa etária entre 15 e 25 anos são as mais afetadas pela precariedade do trabalho. O desemprego jovem atingiu 12% em 2017 e tem estado estagnado nos últimos 25 anos, não contabilizando os jovens ativos no setor informal, que têm frequentemente menos escolaridade. A taxa do emprego jovem foi de 41% em 2017, comparativamente a 47% no ano 2000. O desemprego jovem radica em vários fatores estruturais: baixos níveis de escolaridade e formação, bem como a discrepância entre as competências e as necessidades do mercado de trabalho (UNECA, 2015). Esta situação pode ser agravada por outros fatores, podendo esses serem de âmbito social (clientelismo), político (nepotismo), étnico e religioso (preferências) ou redes específicas de solidariedade.

Os jovens sem escolaridade são a maior parcela dos jovens desempregados, mas os licenciados também estão sujeitos ao desemprego (BAD/OCDE/PNUD, 2012). Entre 2010 e 2015, taxa de desemprego dos jovens com escolaridade básica foi inferior a 8% em todos os países, com exceção da Gâmbia (16%). Pelo contrário, no mesmo período, o desemprego entre jovens com o ensino superior ultrapassou os 9% em todos os países, exceto no Gana, Libéria e Nigéria. A falta de perspectivas de trabalho no setor público e privado fomenta a emigração dos jovens licenciados. Essa “fuga de cérebros” na região é uma limitação para setores públicos como a saúde, que é indispensável ao desenvolvimento humano (FMI, 2016).

Os jovens diplomados são vítimas da dissonância entre a formação e o emprego. A duração média do desemprego é de 4.4 anos para os que procuram o primeiro emprego (Kouakou e Koba, 2015). O alinhamento entre a formação e a empregabilidade dos candidatos constitui um grande desafio. A empregabilidade dos jovens é restringida pelo baixo nível de qualificações, por um sistema de ensino centrado na oferta e não na procura, e por uma formação básica excessivamente teórica. Um estudo efetuado pela OIT incluindo 27 multinacionais na Côte d'Ivoire (11 empresas da indústria agroalimentar, 8 do setor bancário, 4 do setor mineiro e 4 das telecomunicações) apontam para uma incompatibilidade entre as competências dos jovens e o mercado de trabalho (PNUD, 2013). Para resolver este hiato entre as necessidades do sistema produtivo e os resultados do sistema educacional, é necessário desenvolver competências e, para tal, melhorar a qualidade da formação.

O êxodo rural está em curso e as zonas urbanas são, cada vez mais, afetadas pelo desemprego jovem. Os jovens das áreas rurais procuram oportunidades profissionais e financeiras, migrando para as áreas urbanas e aumentando o número de habitantes das cidades. No Mali, 19% da população urbana é composta por jovens, contra 13% nas zonas rurais (BAD/OCDE/PNUD, 2012:128). Mas o nível de escolaridade dos jovens residentes nas áreas rurais é menor do que dos jovens urbanos, o que dificulta a sua integração no mercado de trabalho.

O crescimento demográfico é um desafio sem precedentes

A pressão demográfica na África Ocidental faz com que seja difícil absorver aqueles que entram pela primeira vez no mercado de trabalho. Assim, apesar do crescimento sustentado, os níveis médios de emprego e desemprego em África variaram pouco desde os anos 90. Entre 1990 e 2017, a taxa média de emprego na região passou de 58% para 62%.

Em 2035, os jovens entre 15 e 25 anos de idade representarão 20% da população da África Ocidental, contra 15% da população mundial (UNDESA, 2018) - pressão esta que fomenta os fluxos migratórios no plano intra-africano e internacional.

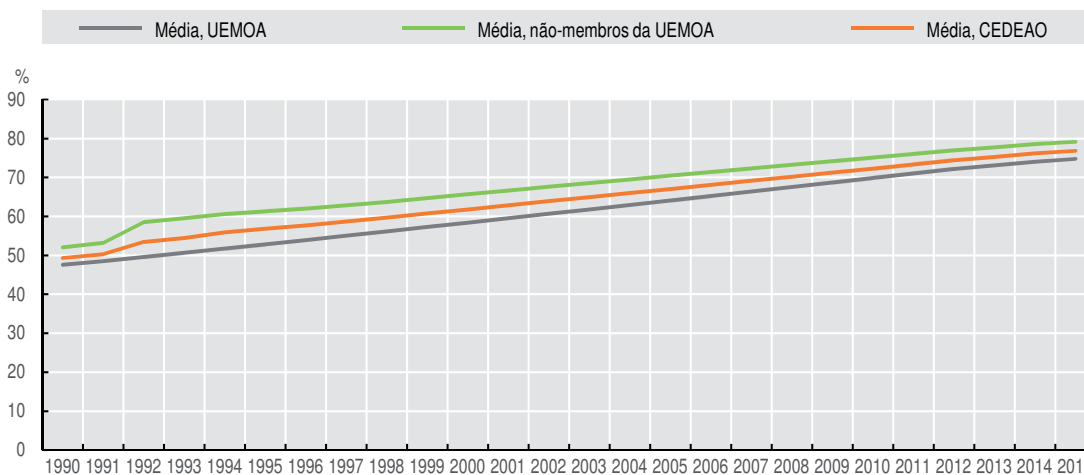
Dinâmicas da desigualdade na África Ocidental

O acesso a serviços sociais básicos melhorou substancialmente

No geral, os indicadores dos padrões de vida têm registado melhorias na região, mesmo com um crescimento demográfico de 3.5% por ano. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da África Ocidental seja o mais baixo do continente (juntamente com a África Oriental), este tem tido uma evolução positiva, passando de 0.33 em 1990 para 0.47 em 2017. Dentro da região, o IDH varia entre 0.35 no Níger e 0.65 em Cabo Verde. A esperança média de vida à nascença foi de 60 anos no período 1990-95, sendo de 51 anos no início dessa década (PNUD, 2017a).

O acesso a serviços básicos também aumentou, embora haja ainda muito a melhorar. O acesso a água potável (Figura 7.8), saneamento, eletricidade e telemóveis está a subir (Anexo 7.A3). Na Libéria, após uma longa guerra civil, apenas 0.4% da população tinha acesso a energia elétrica no período 2000-07, passando para 8.4% no período 2008-17.

Figura 7.8. Acesso a água potável na África Ocidental, 1990-2015 (% da população)



Fonte: Calculado com base em Banco Mundial (2017), *World Economic Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784178>

Praticamente todos os países conheceram uma queda das taxas de pobreza, no período entre 1990 e 2015, embora o número absoluto de pobres tenha crescido. Segundo dados de 2017, do Banco Mundial, a pobreza extrema – abaixo do limiar de 1.90 USD/dia, em paridade do poder de compra – caiu de 55.4% para 43.8%, entre 1990 e 2015 (Figura 7.A3.1). Esta melhoria deve-se, principalmente, às estratégias nacionais de redução da pobreza e à Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), que beneficiou 13 países da região (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Senegal, Serra Leoa e Togo). No Burkina Faso, por exemplo, o ritmo de redução da pobreza desde o ano 2000 é idêntico ao registado na China, entre 1996 e 2013 (Capítulo 1).

No entanto, esta redução da pobreza em termos relativos esconde um aumento do número de pobres em termos absolutos, bem como um nível de carências ou privação muito

acentuado entre os mais pobres. O número de pessoas em situação de pobreza extrema na África Ocidental aumentou de 98.9 milhões (55.4%) em 1990, para 144.4 milhões (43.8%) em 2013. Este paradoxo de números crescentes e percentagens decrescentes da pobreza deve-se ao crescimento demográfico, em particular nas populações mais pobres. O índice multidimensional da pobreza manteve-se, em média, em 0.4 (nos países com dados disponíveis). Este é o valor regional mais alto do continente, juntamente com a África Oriental. Quase 67% da população vive numa situação de pobreza multidimensional e a intensidade das carências dos pobres atinge 56%. Entre as carências está o facto de a África Ocidental ter o menor nível de escolaridade do continente africano: apenas 35% da população não tem a escolaridade primária e, em 38% das famílias, nenhum membro frequentou a escola (OPHI, 2017).

A desigualdade está a diminuir no geral, embora continue elevada nas maiores economias da região

O índice de Gini mostra uma tendência geral de diminuição da desigualdade de rendimentos. A desigualdade na África Ocidental passou de um valor médio de 43.2, entre 1990 e 1995, para 39.6, entre 2014 e 2017. Esta tendência global mascara, porém, profundas diferenças entre os países (Tabela 7.4). Com efeito, a descida é mais notória na zona não-UEMOA.

Tabela 7.4. Desigualdade de rendimentos na África Ocidental (Índice de Gini, 1990-2017)

País	Índice de GINI		
	Primeiro ano	Último ano	Evolução
Benim (primeiro ano 2003; último, 2015)	38.6	47.8	9.2
Burkina Faso (1994; 2014)	50.8	35.3	-15.5
Cabo Verde (2001; 2007)	52.5	47.2	-5.3
Côte d'Ivoire (1993; 2015)	36.1	41.7	5.6
Gâmbia (1998; 2003)	48.5	47.3	-1.2
Gana (1993; 2012)	33	42.2	9.2
Guiné (1994; 2012)	52.6	33.7	-18.9
Guiné-Bissau (1993; 2010)	43.6	50.7	7.1
Libéria (2007; 2014)	36.5	33.2	-3.3
Mali (1994; 2010)	50.4	33	-17.4
Níger (1994; 2014)	41.5	34	-7.5
Nigéria (1993; 2010)	45	44.7	-0.3
Senegal (1994; 2011)	41.4	40.3	-1.1
Serra Leoa (2003; 2011)	40.2	34	-6.2
Togo (2006; 2015)	42.2	43	0.8

Fonte: Calculado com base em Banco Mundial (2017), *World Economic Indicators* (base de dados).

No entanto, continuam a existir fortes desigualdades nos países mais ricos. Entre 1993 e 2003, a desigualdade de rendimentos caiu mais de 10 pontos na Nigéria, retomando depois uma tendência ascendente entre 2004 e 2011, para voltar a atingir os níveis de 1993 (PNUD, 2017b). No Gana, a elasticidade crescimento-desigualdade é positiva (0.236 entre 1998 e 2014), o que indica um crescimento não inclusivo (PNUD, 2017b). O aumento das receitas (do crescimento económico) e do emprego coexiste, por vezes, com o crescimento da desigualdade e da pobreza, devido a uma distribuição desigual dos rendimentos e ao domínio do mercado informal. É possível observar, em vários períodos, a coexistência da redução da pobreza com o aumento da igualdade, em países como o Gana, Nigéria,

Senegal e Togo. Pelo contrário, os níveis de pobreza e de desigualdade têm aumentado de forma simultânea no Benim, Côte d'Ivoire e Guiné-Bissau.

A distribuição da riqueza na África Ocidental parece favorecer a classe média e intermédia. A parcela de rendimento detida pelos 60% que constituem a população intermédia subiu de 44.2% (no período 1990-95) para 47.3% (no período 2014-17). Isto deve-se à implementação de estratégias de redução da pobreza e outras Iniciativas para os Países Pobres Altamente Endividados desde o início dos anos 2000. É importante continuar a investir mais em setores com potencial de redução da pobreza, apostar na criação de emprego e assegurar proteção social para combater as vulnerabilidades (Capítulo 8).

A disparidade de rendimentos e de oportunidades entre homens e mulheres continua a ser muito elevada. Metade dos países da região – Gâmbia, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Serra Leoa – registam um nível muito alto de discriminação de género nas instituições sociais, de acordo com o índice sobre Instituições Sociais e Desigualdade de Género (SIGI), que varia entre 0.25 na Côte d'Ivoire e 0.52 na Gâmbia (Bouchama et al., 2018). Apesar dos esforços para promover a participação política das mulheres - com a adoção de quotas em seis países -, em 2017, as mulheres preenchiavam apenas, em média, 16% dos assentos parlamentares. Contudo, estas percentagens variam muito entre os países, com o Senegal a registar 43% de representantes femininas no Parlamento e a Nigéria apenas 6%.

Estas desigualdades podem ser agravadas, entre outros fatores, por determinadas normas e práticas sociais. Foram introduzidas políticas para combater o casamento infantil na região, mas 30% das raparigas entre 15 e 19 anos são casadas (Bouchama et al., 2018: 9). Embora tenham sido aprovadas reformas legislativas, o acesso das mulheres à propriedade também continua a ser difícil. No Gana, as mulheres detêm apenas 10% das terras de propriedade privada (Derry, 2016). Na Serra Leoa, o *Devolution of Estates Act*, de 2007, define uma distribuição equitativa da terra entre homens e mulheres, mas não tem sido suficientemente aplicado (Corrigan, 2016). As práticas discriminatórias em relação às mulheres refletem normas ligadas ao valor simbólico e económico das terras cultiváveis. No Burkina Faso, o estatuto “móvel” das mulheres, ou seja, o facto de viverem em agregados familiares diferentes após o nascimento, o casamento e a viuvez, é um impedimento do acesso à propriedade. O direito consuetudinário que rege a alocação de terra arável em algumas comunidades visa proteger a riqueza agrícola através de um favorecimento dos homens (OCDE, 2018b).

Recomendações de políticas

Os governos reconhecem que a transformação estrutural da região é um desafio fulcral para um crescimento sustentável e inclusivo que crie emprego. Com efeito, é fundamental impulsionar a produtividade das atividades locais para criar emprego para os jovens que entram no mercado de trabalho. A aceleração da transformação estrutural permitirá que o setor informal, predominante na região, seja reabsorvido. Simultaneamente, as reformas devem preconizar a redistribuição da riqueza e o combate à pobreza, de forma a corrigir os efeitos da transformação económica estrutural em várias formas de desigualdade. Em resposta à transformação económica no plano nacional, é necessário criar sistemas eficazes de proteção social que permitam uma alocação justa dos recursos.

A implementação de políticas setoriais não é suficiente para fomentar uma transformação dos recursos naturais no plano interno. As estratégias de transformação estrutural têm-se centrado nos setores de exportação de recursos naturais. As zonas económicas especiais (como a zona *Lagos Deep Offshore Logistics* - LADOL, na Nigéria) têm sido frequentemente utilizadas para promover atividades ligadas à exportação. Estas

estratégias têm tido um certo êxito, mas não permitem um real desenvolvimento das capacidades locais de transformação. Além disso, estas políticas tendem a criar enclaves, sem construírem interligações suficientes entre atividades e regiões, que aproveitem da melhor forma o dinamismo local.

As políticas de desenvolvimento poderiam - sem ignorar estas estratégias centradas na exportação - aproveitar os pontos fortes da região para promover um crescimento endógeno e mais inclusivo. Entre esses pontos fortes está o crescimento de uma classe média, como referido anteriormente. As cidades intermédias também têm promovido uma urbanização rápida, o que tornou possível a redução das distâncias entre produtores das áreas rurais e consumidores das áreas urbanas e periurbanas, apoiando assim a produção agrícola e o crescimento da indústria agroalimentar. A rápida urbanização veio também impulsionar o setor da construção, representando uma oportunidade importante para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, em particular através do investimento em infraestruturas adequadas e em redes de transporte coletivo. Outra vantagem regional é a integração económica, que interliga muitos países da região. Estes países da CEDEAO definiram critérios de convergência ambiciosos, que devem ser implementados e aprofundados, para que a integração seja ainda mais benéfica.

Desenvolver as interligações entre zonas urbanas e rurais para criar emprego

O crescimento de cidades secundárias e a promoção de atividades de geração de capital e de serviços constituem uma oportunidade para o emprego jovem, nas zonas rurais e urbanas. A transformação espacial apresenta, igualmente, uma oportunidade para aumentar a produtividade das áreas urbanas e periurbanas, fazendo face à procura urbana nas zonas circundantes. Nas áreas urbanas, de facto, a procura de produtos alimentares é mais diversificada do que nas áreas rurais (Staatz e Hollinger, 2016). Para aproveitar este potencial, é importante continuar a avançar na agenda de reformas sobre a governação multinível. As políticas de descentralização orçamental devem, portanto, ser acompanhadas por uma clarificação das competências dos governos ao nível nacional, regional e local, através do princípio da subsidiariedade; a participação dos cidadãos deve ser reforçada; e a transparência, a responsabilização e prestação de contas deve ser melhorada. Estas prioridades são importantes para fomentar o desenvolvimento económico no plano regional e local.

Vários corredores transfronteiriços da África Ocidental apresentam oportunidades para melhorar as cadeias de valor regionais. O programa de cooperação transfronteiriça Sikasso-Korhogo-Bobo Dioulasso (SKBo) conecta as cidades intermédias do Mali, da Côte d'Ivoire e do Burkina Faso, onde a economia continua a ser rural. Esse é focado na identidade cultural da região e nas trocas transfronteiriças ao longo das principais rotas comerciais. Ao centrar-se na identidade local, o SKBo contribui para a diversificação da produção agrícola e para o crescimento da rentabilidade e do comércio. O programa apoia agricultores locais (de algodão, hortícolas, oleaginosas, fruta tropical, castanha de caju, citrinos, batatas e mangas) e promove o acesso a *inputs* agrícolas de qualidade, através do fornecimento de fertilizantes, ração animal e sementes melhoradas (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Em maio de 2018, as autoridades dos três países concederam a este corredor um estatuto económico especial, para promoverem a instalação de empresas agroindustriais e de mineração.

Para desenvolverem estes pontos fortes da região, os países devem considerar novas abordagens que complementem outras políticas rurais-urbanas. Assim, os países poderiam definir uma estratégia industrial regional para desenvolvimento de atividades que conectem os agricultores das áreas rurais com os produtores industriais das áreas urbanas, e os produtores rurais com os consumidores urbanos (Allen et al., 2018). No

Mali, por exemplo, o desenvolvimento do setor da manga envolveu a adoção de medidas específicas, visando: a melhoria da formação, o desenvolvimento de certificações de qualidade, o apoio à formalização de empresas privadas e a melhoria da logística (particularmente o transporte em estradas rurais na região de Sissako), a cadeia de refrigeração e o embalamento, assim como a criação de ligações entre os vários elos da cadeia de valor. Estas ações beneficiaram, também da cooperação transfronteiriça, através do apoio à abertura das regiões.

O reforço da qualidade dos bens públicos necessários à atividade económica irá permitir a eliminação dos obstáculos ao crescimento agrícola. A economia alimentar já representa um terço do PIB regional (Allen e Heinriqs, 2016), no entanto, sofre de falta de investimento, apesar das recomendações da União Africana sobre o setor. Na Declaração de Maputo, o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) prevê que os países africanos destinem 10% dos orçamentos nacionais a este setor. Desde então, só o Burkina Faso, a Guiné, o Mali, o Níger e o Senegal conseguiram cumprir este objetivo em vários anos consecutivos, enquanto o Gana cumpriu apenas num ano (Wade e Niang, 2014). A geração de eletricidade e o acesso a pequenos equipamentos e máquinas agrícolas são outras áreas a desenvolver. Além disso, as economias rurais não dependem exclusivamente da agricultura e a produtividade é maior nas atividades não-agrícolas. As políticas podem aproveitar o dinamismo das economias locais para desenvolverem as atividades pós-colheita, como a transformação de alimentos, a logística e o retalho. Os investimentos específicos em atividades como as capacidades de transporte, armazenamento e distribuição podem ser estratégicos.

Os Estados devem coordenar-se para antecipar mudanças ligadas às dinâmicas populacionais, nomeadamente o acesso equitativo à terra. Na ausência de sistemas claramente definidos, os conflitos e disputas de terra são recorrentes em algumas zonas. A segurança da posse de terra poderia reduzir o risco de conflito, incentivar o investimento produtivo na agricultura e atenuar o êxodo rural da população jovem. Os Estados da região devem equacionar soluções pragmáticas para a segurança da posse de terras, através de um equilíbrio entre direitos consuetudinários e legislação moderna. Para tal, vários países, como Moçambique, a Tanzânia ou mesmo o Vietnã implementaram reformas fundiárias (OCDE, 2016) que podem servir de inspiração.

Modernizar as capacidades de oferta local de bens de consumo e serviços

As políticas de desenvolvimento regional devem modernizar o fornecimento de bens e serviços, que hoje em dia é predominantemente informal, para corresponder às novas exigências da classe média. A migração urbana alterou o consumo das famílias. Como tal, os agregados familiares compram cada vez mais os alimentos e produtos, em vez de os produzirem (Allen e Heinriqs, 2016). As políticas públicas podem ajudar as microempresas a aumentarem a produtividade e a receita, com programas de microcrédito, formação e apoio à inovação.

As empresas locais poderiam beneficiar de iniciativas específicas para apoiar os grupos industriais existentes a regularizarem a sua situação. No Gana, com o desenvolvimento de serviços públicos (estradas, eletricidade, serviços sociais) e a promoção das competências e formação no *cluster* Suame Magazine, registou-se um aumento da produtividade local, em especial devido a um melhor acesso a infraestruturas. A *Suame Magazine Industrial Development Organization* (SMIDO) foi criada para colmatar a falta de apoios e de mecanismos públicos de proteção social (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Na Nigéria, a experiência das autoridades regionais de Lagos demonstra que a agregação de empresas informais numa organização é um mecanismo mais eficaz para a sua regularização do que lutar contra a sua criação. Assim, a CAPDAN é uma organização situada na zona de Otigba, em

Lagos, que representa empresas do setor das tecnologias de informação e comunicação (TIC), lidando com questões administrativas e ajudando à coleta de impostos (Oyelaran-Oyeyinka, 2014).

As políticas educativas devem promover o investimento em capital humano para aumentar a produtividade dos trabalhadores informais. No plano nacional, os Estados devem investir na formação das pequenas empresas ao nível da gestão e disponibilizar uma certificação das competências no setor informal, como acontece na África do Sul, Benim, Etiópia, Mali e Senegal (BAD/OCDE, 2008). No Gana, por exemplo, os aprendizes que trabalham por conta própria e que receberam formação numa instituição de formação e desenvolvimento profissional auferem mais 49% do que num trabalho assalariado (BAD/OCDE/PNUD, 2017). No entanto, o número de estudantes do ensino secundário inscritos em programas de formação profissional continua a ser muito baixo, particularmente no Gana (1.8%) e no Senegal (4.5%). Na África Ocidental, a aprendizagem informal é o principal método de aquisição de competências nas áreas urbanas. No Gana, a aprendizagem informal representa até 90% da formação básica e os aprendizes constituem quase 25% da população ativa. Para promover empresários dinâmicos na economia formal, é importante adotar medidas específicas, que os apoiem de forma consistente ao longo das suas carreiras. É também necessário ter em conta a avaliação de impacto, desde a fase de criação dos programas. As políticas são mais eficazes quando a formação empresarial é integrada na educação formal e o espírito empreendedor pode ser despertado nos jovens através de modelos e histórias de sucesso que estes possam seguir (OCDE, 2017a).

É aconselhável disponibilizar apoio material e institucional a jovens empreendedores talentosos para que estes possam desenvolver as suas atividades para além da fase inicial (*start-up*). Desde 2014, as incubadoras locais têm incentivado a criação de empresas tecnológicas de alto valor acrescentado (Tabela 7.5). À semelhança do investimento queniano no Savannah Valley, os países da África Ocidental poderiam definir conjuntamente uma estratégia digital e criar polos regionais competitivos. Na Nigéria, o ecossistema de *start-ups* existente em Lagos beneficiou de um crescimento orgânico das pequenas empresas. Se esta região conseguiu aproveitar os impressionantes avanços da tecnologia digital, o exemplo da África Oriental demonstra que estas tecnologias podem ser lançadas a um ritmo ainda mais rápido.

Tabela 7.5. Principais incubadoras de empresas *start-up* na África Ocidental

País	Nome
Benim	e-TRILABS, Jokkolabs Cotonou
Burkina Faso	Yam Pukri, Jokkolabs Ouagadougou
Côte d'Ivoire	Jokkolabs Abidjan, W Hub, Akendewa
Gâmbia	Jokkolabs Banjul
Gana	mFriday, Meltwater Entrepreneurial School of Technology, MEST, gSpace, Kumasi Hive
Libéria	iLab Libéria
Mali	Jokkolabs Bamaco
Nigéria	Tony Elumelu Foundation, L5 Lab, Co-creation Hub, Wennovation Hub
Senegal	Jokkolabs Dacar, CTIC Dacar, Africa Living Lab, E-Cover, Synapse
Serra Leoa	AFFORD Serra Leoa
Togo	Woe Lab, Ecohub, Innov'Up, FabLab

Fonte: BAD/OCDE/PNUD (2017).

Poderia existir uma maior mobilização das poupanças e fluxos financeiros para o financiamento das empresas locais. A África Ocidental debate-se com um problema de excesso de liquidez, o que aponta para dificuldades de acesso ao crédito por parte dos empreendedores (Doumbia, 2011). Sem acesso a crédito e com fracas competências, as

pequenas empresas não podem tirar partido das economias de escala (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Um estudo realizado em 2014, englobando 3 000 PME e 18 bancos comerciais na Nigéria, revelou que dois terços dos bancos rejeitam mais de metade dos pedidos de empréstimo das PME (KPMG/EDC, 2014).

Os Estados poderiam canalizar as remessas dos emigrantes – com um valor estimado de 27.82 mil milhões de USD, em 2016 – para o investimento (Tabela 7.2). Esta tarefa pode ser da responsabilidade das agências de promoção do investimento (OCDE, 2017b) ou de unidades especiais dedicadas à diáspora, como acontece no Gana. As agências de garantia de crédito podem combinar o apoio financeiro com um serviço de consultoria.

A ajuda internacional ao desenvolvimento – com um valor estimado de 12.36 mil milhões de USD (OCDE/CAD, 2017) – poderia ser melhor aproveitada para o investimento. O Fundo Africano de Garantia para as PME, que destina 54% da sua capacidade à África Ocidental (124 milhões de USD) é um bom exemplo da viabilidade financeira do crédito. O Burkina Faso tem um serviço eficaz que agrega o capital privado e as contribuições dos doadores. Os empréstimos baseados em ativos, como o *leasing* e o *factoring*, podem impulsionar os fluxos de caixa das empresas, permitindo simultaneamente que as empresas se libertem dos requisitos rígidos dos empréstimos convencionais.

A economia da região pode melhorar através da modificação da estrutura das exportações e da abordagem comercial. O comércio regional está, de facto, acima da média africana, mas continua a ser impactado pela magnitude dos fluxos informais (Mitaritonna et al., 2017). Além disso, os efeitos da abertura comercial no crescimento não são significativos na zona da CEDEAO. Estes foram negativos no caso na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e positivos no caso Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO, ou WAMZ, na sigla inglesa), devido à estrutura das exportações (dominada pelas matérias-primas) e das importações (dominada pelos consumíveis). Outra explicação está no facto de o comércio regional ser escasso, cerca de 10.5% de todo o comércio externo, com as exportações dentro da região a não ultrapassarem 13.6% do total.

A modernização das economias locais implica a melhoria dos dados sobre emprego e comércio. Atualmente, as estatísticas disponíveis vem de bases de dados administrativas, geralmente incompletas ou pouco fiáveis. Como tal, tendem a subestimar o peso do setor informal e do setor agrícola. As estatísticas sobre o rendimento rural continuam a ser escassas. Os inquéritos às famílias do Banco Mundial e o seu Estudo de Medição da Qualidade de Vida (*Living Standards Measurement Survey -LSMS*), bem como a base de dados RIGA da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), abrangem um número restrito de países. Os Estados poderiam aproveitar a experiência e ajuda financeira das organizações internacionais para realizarem censos. Além disso, a concessão de apoio técnico e administrativo a organizações de investigação e de sondagens ajudaria a completar os dados nacionais.

Reforçar as medidas que visam melhorar a capacidade institucional, o quadro regulamentar das empresas e o sistema tributário

A melhoria da capacidade institucional, do ambiente de negócios e dos sistemas fiscais permitirá uma consolidação das reformas anteriores para aumentar os recursos estatais e alargar a economia formal. Os Estados devem continuar a apostar na criação de um ambiente favorável aos negócios, ao investimento e à acumulação de capital, para assim apoiar um crescimento sustentável. A luta contra a corrupção, a fraude, a evasão fiscal e o desvio de fundos públicos é uma tarefa importante, que exige o reforço da capacidade institucional, da complementaridade e da coordenação. Os fluxos financeiros ilícitos, por exemplo, fomentam a insegurança, a violência e o conflito na África Ocidental, uma região que representa 3.6% das receitas globais das atividades criminosas (OCDE, 2018a:

70). A CEDEAO, os Estados e as organizações internacionais devem realizar intervenções multilaterais transfronteiriças, para reduzir as oportunidades de desenvolvimento de economias ilícitas (OECD, 2018a). Por fim, a mobilização de receitas fiscais internas torna-se mais fácil à medida que as pessoas sentem o benefício de pagar impostos, o que se dá quando há bons serviços públicos (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

É necessário aprovar isenções temporárias de impostos e medidas complementares que incentivem a criação de empresas no setor formal. As formalidades administrativas e o sistema tributário devem ser simplificados. Isto pode incluir, nomeadamente, a adoção de um imposto único, o compromisso de não-retroatividade dos impostos e a criação de balcões únicos para simplificar os procedimentos administrativos. A aplicação temporária de períodos de carência ou de reembolsos fiscais pode incentivar a regularização da situação dos atores económicos. Uma boa política fiscal pode contribuir para a redução das desigualdades se tiver efeitos positivos no bem estar das famílias. Além disso, devem ser tomadas medidas completares de incentivo à regularização, tais como o desenvolvimento de sistemas de proteção social ou de formação para melhoria das competências dos trabalhadores, ou ainda a concessão de apoio financeiro às PME.

O investimento local deve reduzir as distorções fiscais entre as grandes organizações internacionais e as pequenas empresas locais. As isenções fiscais concedidas a organizações multinacionais nem sempre promovem o emprego e representam uma perda de receita para o erário público. Os Estados da África Ocidental poderiam considerar a aplicação de uma política fiscal coordenada para as empresas estrangeiras. Da mesma forma, a complexidade dos procedimentos fiscais e a carga tributária fazem com que os trabalhadores não declarem as suas receitas. Uma dupla abordagem de simplificação e de alívio da carga fiscal poderia aumentar a proporção de empresas criadas na economia formal.

O setor informal não deve ser objeto de reformas abruptas, uma vez que tem a dupla função de absorver os choques sociais e de ser uma reserva de emprego na África Ocidental. Por um lado, permite a criação de postos de trabalho para os que entram no mercado de trabalho e, por outro lado, propicia alguma estabilidade laboral e rendimento financeiro para aqueles que são vulneráveis no mercado de trabalho formal, em especial as mulheres e os jovens.

O reforço do sistema de segurança social e a incorporação do setor informal pode romper o círculo vicioso de desigualdade e precariedade no emprego. Com efeito, o combate ao trabalho precário e às inerentes dificuldades de acesso a recursos produtivos e a serviços sociais básicos exige mecanismos de proteção social (Capítulo 8), que promovam o emprego digno e aumentem a produtividade. Em termos gerais, o atual pacto de estabilidade da zona económica UEMOA (com negociações em curso para o seu alargamento à CEDEAO) deve ser acompanhado por um pacto de estabilidade social na África Ocidental. Os programas sociais deveriam centrar-se nos mais vulneráveis. No Níger, o programa de conexões sociais criado em 2002, que subsidia a conexão das famílias pobres a redes de água nas zonas urbanas carenciadas, mostrou a sua eficácia: em apenas um ano e meio, a taxa de acesso cumpriu o objetivo definido no plano quinquenal.

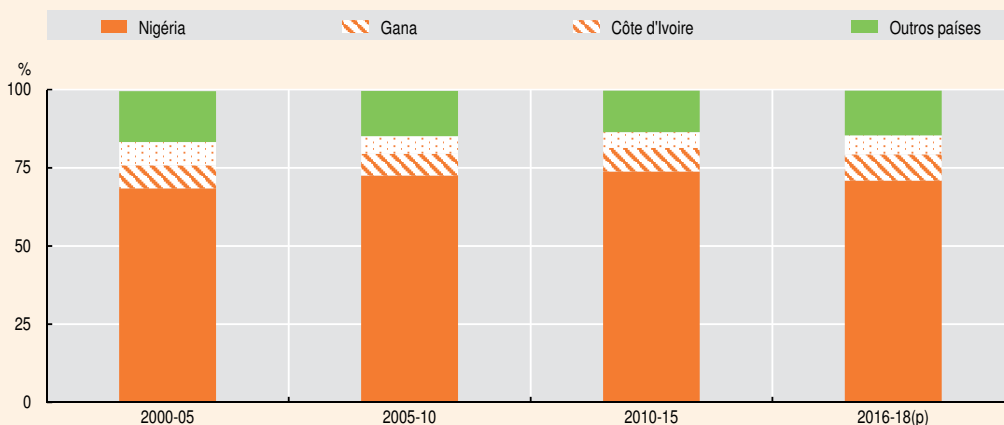
Os Estados podem incentivar as empresas a adotar práticas financeiras formais através do apoio aos serviços bancários móveis. Em 2016, a CEDEAO aprovou uma estratégia de desenvolvimento dos serviços bancários móveis, para reforçar a inclusão financeira e atingir 75% da população até 2021. Este instrumento pode trazer uma certa segurança material aos comerciantes do setor informal. Se as autoridades públicas colaborarem com as empresas de telecomunicações, deve ser possível introduzir uma espécie de imposto ou contribuição para a segurança social em cada transação. Um sistema deste tipo poderia ser tanto uma fonte de receita pública, como um sistema de rastreamento mais eficaz, em vez de uma autodeclaração.

Anexo 7.A1. Zonas económicas na África Ocidental

Caixa 7.A1.1. As áreas económicas da CEDEAO

A CEDEAO é composta por duas zonas económicas, para além do arquipélago de Cabo Verde. Em 1994, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) substituiu a UMOA, fundada em 1962. Essa engloba oito países (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) ligados pela utilização de uma moeda comum, o franco CFA (XOF). Em 2009, foi adotado um pacto de convergência, estabilidade, crescimento e solidariedade, que restringiu a taxa de inflação anual a 3%. No ano 2000, mais seis países (Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa) juntaram-se numa nova entidade, denominada Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO, ou WAMZ, na sigla inglesa). Entre 2015 e 2017, estes países representaram aproximadamente 83% da CEDEAO. A criação de uma zona de moeda única estava prevista para 2015, mas a introdução desta moeda foi adiada para 2020. Cabo Verde aderiu à CEDEAO em 1976 e a Mauritânia retirou-se em dezembro de 2000. Em junho de 2017, Marrocos manifestou a intenção de aderir à organização, o que, a concretizar-se, terá um impacto em todos os indicadores da região. Os impulsionadores da região são atualmente a Nigéria, Gana (7.5% do PIB regional total) e a Côte d'Ivoire (6%, Figura 7.A1.1).

Figura 7.A1.1. Peso dos países no PIB da África Ocidental, 2000-18



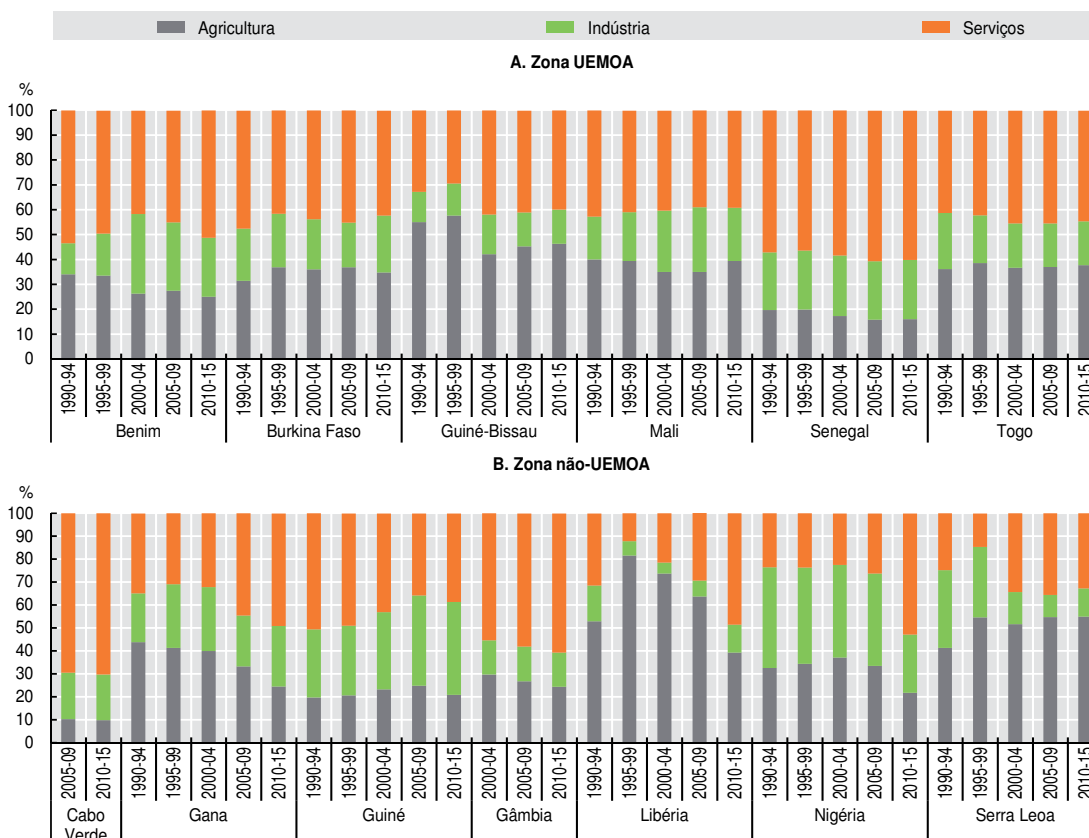
Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018) *World Development Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784197>

Anexo 7.A2. Dinâmicas e determinantes do crescimento

Figura 7.A2.1. Análise setorial do crescimento na CEDEAO, 1990-2015



Anexo 7.A3. Dinâmicas e determinantes da desigualdade

Figura 7.A3.1. Distribuição dos rendimentos na África Ocidental

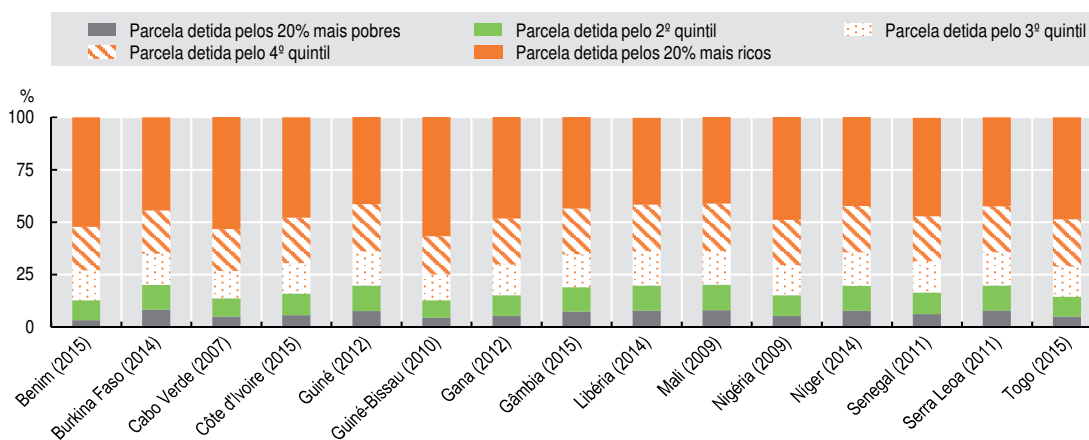


Tabela 7.A3.1. Desigualdade de oportunidades na África Ocidental
(médias 2008-17)

	Benim	Burkina Faso	Cabo Verde	Côte d'Ivoire	Gâmbia	Gana	Guiné	Guiné-Bissau	Mali	Libéria	Niger	Nigéria	Senegal	Serra Leoa	Togo
Indicadores de Educação															
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% , grupo etário relevante)	73.5	54.3	89.7	56.3	71.2	91.8	59.5	64.3	54	61.6	48.3	72.4	58.7	63	74.4
Taxa de conclusão do ensino primário, raparigas (% , grupo etário relevante)	66.1	53.5	89.6	49.7	73	91.6	51.7	56.8	48.7	56.4	41.9	67.1	61	61.5	66.3
Taxa de matrículas no ensino secundário (líquida, %)	37.7	18.6	69.1	27.5		48.4	25		26.1	14.8	9.9			30.5	
Taxa de matrículas no ensino secundário, raparigas (líquida, %)	11.7	8.8	63			33.3	13.2	6			5.4		15.7		15.3
Indicadores de Saúde															
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados vivos)	68.4	61.5	20.9	74.1	46.4	47	65.9	67.3	75.6	60.4	58.5	76.2	39.7	98.4	56.2
Esperança de vida à nascença, total (anos)	59.8	58.2	72.2	51.5	60.1	61.5	57.8	55.8	56.1	60.5	58	51.7	65.2	49.5	58.5
Indicadores de padrões de vida (percentagem da população)															
Acesso à eletricidade	36.1	16.4	83.5	59.7	42.8	69.5	27.9	11.4	28.8	8.3	14.2	53.7	57.3	14.8	39.4
Acesso a serviços básicos – água (zonas rurais)	57.4	42.6	72.1	54.8	67.3	62.6	52.4	50.8	57.4	57.2	34.2	48.7	58.3	41.3	41.3
Acesso a serviços básicos – água (zonas urbanas)	76.4	77.8	91.7	89.5	87.2	86.2	86	82.3	87.4	79.6	88.5	80.1	90.5	72.5	86.9
Acesso a saneamento básico	13	19.4	61	28.1	44.5	13.6	19.2	18.9	28.5	11.2	16	33.4	46	13.5	13.2
Indicadores Tecnológicos (por 100 pessoas)															
Acesso a linhas fixas de telefone	1.5	0.8	13.3	1.3	2.9	1	0.1	0.1	0.8	0.2	0.5	0.4	2.3	0.3	1.2
Acesso a telefones móveis	77.1	54.4	87.6	86.2	100.1	94.4	56.1	53.9	85.1	53.3	30.9	65.6	78.7	46.5	49.9

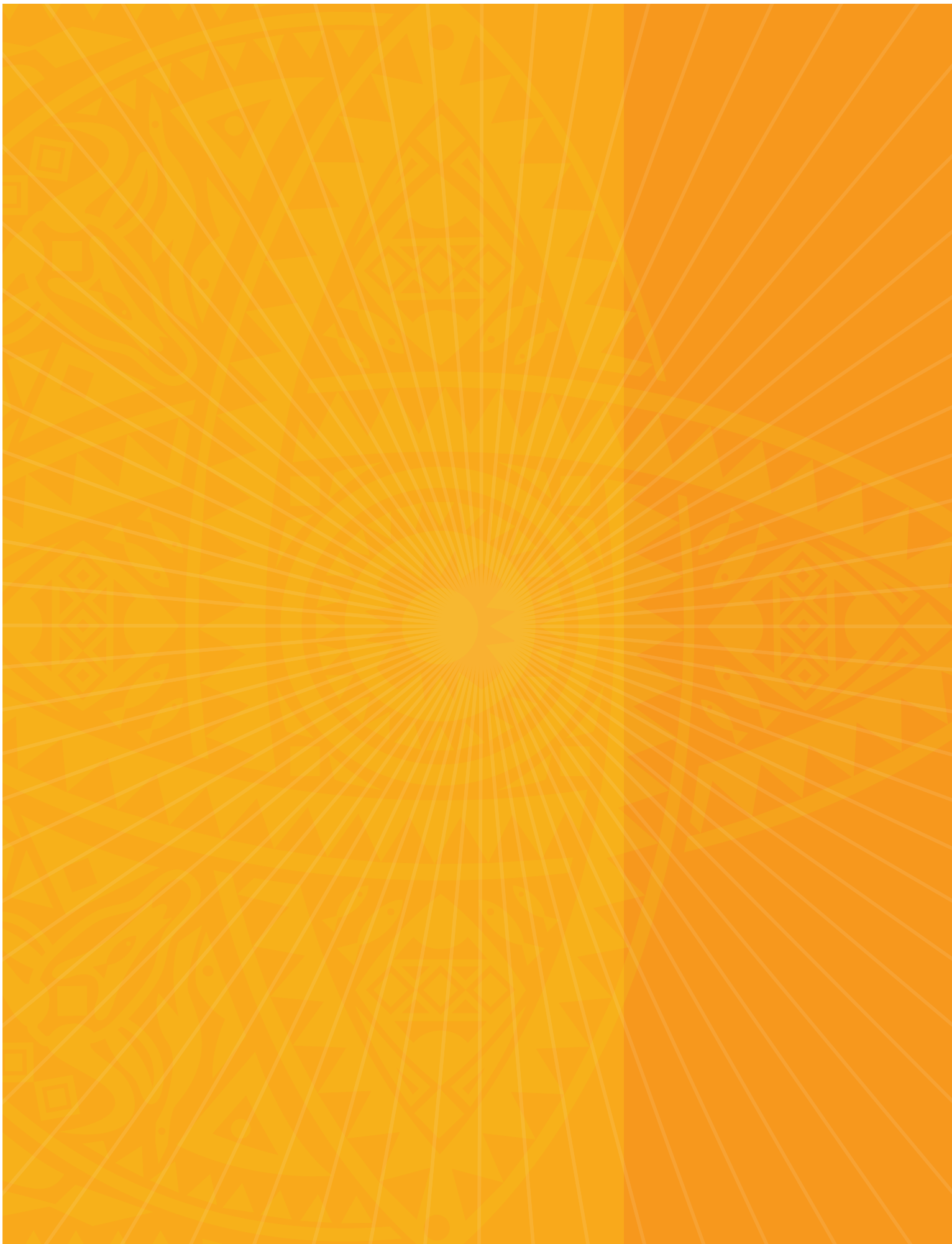
Fonte: Compilado pelos autores, com base em Banco Mundial (2017) *World Development Indicators* (base de dados).

Bibliografia

- Allen, T. e P. Heinrigs (2016), “Emerging opportunities in the West African Food Economy”, *West African Papers*, N° 1, Publicações OCDE, Paris, https://www.oecd-ilibrary.org/development/west-african-papers_24142026.
- Allen, T., P. Heinrigs e I. Heo (2018), “Agriculture, food and jobs in West Africa”, *West African Papers*, N° 14, Publicações OCDE, Paris, https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/agriculture-food-and-jobs-in-west-africa_dc152bc0-en.
- ANSD (2015), *Rapport global du recensement général des entreprises*, Agência Nacional de Estatística e Demografia (Agence nationale de statistique et de la démographie), Ministério da economia, Finanças e Planeamento do Senegal, Dacar, http://www.ansd.sn/index.php?option=com_rapports&view#.
- BAD (2011), *The Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa – Market Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://www.afdb.org/fr/documents/document/market-brief-the-middle-of-the-pyramid-dynamics-of-the-middle-class-in-africa-23582/>.
- BAD/OCDE (2008), *African Economic Outlook 2008*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/aeo-2008-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2012), *Perspetivas Económicas em África 2012: Promoção do Emprego Jovem*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264177673-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas Económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- Banco Mundial (2014), *The Economic Impact of the 2014 Ebola Epidemic: Short and Medium Term Estimates for West Africa*, Washington D.C., Banco Mundial, <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0438-0>.
- Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados dos indicadores de desenvolvimento no mundo), <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators> (consultado em janeiro de 2018).
- Bouchama, N. et al. (2018), “Gender inequality in West African social institutions”, *West African Papers*, N° 13, Publicações OCDE, Paris, https://www.oecd-ilibrary.org/development/gender-inequality-in-west-african-social-institutions_fe5ea0ca-en.
- CEDEAO (2016), *ECOWAS Convergence Report 2016*, Comissão CEDEAO, Abuja, http://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2017/11/2016-Convergence-report_Clean-final-final.pdf.
- CNUCED (2015), *Economic development in Africa Report 2015: Unlocking the potential of Africa’s services trade for growth and development*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/aldcafrica2015_en.pdf.
- Corrigan, T. (2016), “Space, soil and status: Insights from the APRM into the governance of land in Africa”, SAIIA Occasional Paper N° 229, South African Institute of International Affairs, Joanesburgo, www.saiia.org.za/occasional-papers/1032-space-soil-and-status-insights-from-the-aprm-into-the-governance-of-land-in-africa.
- Derry, I. (2016), “Access to and Control Over Land as gendered: Contextualising Women’s Access and Ownership Rights of Land in Rural Ghana”, *Africanus Journal of Development Studies*, 45 (2) pp. 28-48.
- Doumbia, S. (2011), “Surliquidité bancaire et sous-financement de l’économie”, *Revue Tiers Monde*, (1), pp. 151-170.
- FMI (2016), “Sub Saharan African Migration: Patterns and Spillovers”, *Spillover Notes*, Número 9, Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C., <http://www.imf.org/en/Publications/SPROLLS/Spillover-Notes>.
- FMI (2017a), *Update - World Economic Outlook: Seeking Sustainable Growth*, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2016/12/27/A-Shifting-Global-Economic-Landscape>.
- FMI (2017b), *Sub-Saharan Africa: Regional Economic Outlook: Fiscal Adjustment and Economic Diversification*, Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C., <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2017/10/19/sreo1017>.
- FMI (2017c), *Sub-Saharan Africa: Regional Economic Outlook: Restarting the Growth Engine*, Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C., <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2017/05/03/sreo0517>.

- FMI (2018), *World Economic Outlook*, base de dados atualizada em abril de 2018, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx> (consultado em maio de 2018).
- Kouakou, C. e A. Koba (2015), “Youth employment in Côte d’Ivoire: A diagnostic study”, relatório de pesquisa do International Development Research Centre (IDRC), Otava, <https://www.africaportal.org/publications/lemplois-des-jeunes-en-côte-divoire-une-étude-diagnostique-youth-employment-in-ivory-coast-a-diagnostic-study/>.
- KPMG/EDC (2014), *Strengthening Access to Finance for Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs) in Nigeria*, KPMG e Enterprise Development Center, <http://edc.edu.ng/wp-content/uploads/2017/02/MSME-Banking-Study-2014.pdf>.
- Ministério da Economia e Finanças do Senegal (2011), *Rapport National de la Compétitivité du Sénégal*, Ministério da Economia e Finanças do Senegal, Dacar, <http://www.cepod.gouv.sn/?q=node/65>.
- Mitaritonna, C., S. Bensassi, e J. Jarreau (2017), “Regional Integration and Informal Trade in Africa: Evidence from Benin’s Borders”, *CEPII Working Paper*, N° 2017-21 – dezembro de 2017, <http://www.cepii.fr/CEPII/en/publications/wp/abstract.asp?NoDoc=10990>.
- Nordman, C. e L. Pasquier-Doumer (2015), “Transitions in a West African labour market: The role of family networks”, *Journal of Behavioral and Experimental Economics*, vol. 54, pp. 74-85, <https://doi.org/10.1016/j.socec.2014.11.008>.
- OCDE (2013), *Settlement, Market and Food Security, West African Studies*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264187443-en>.
- OCDE (2016), *Examen multidimensionnel de la Côte d’Ivoire: Volume 2. Analyse approfondie et recommandations*, *OECD Development Pathways*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264251670-fr>.
- OCDE (2017a), *Unlocking the Potential of Youth Entrepreneurship in Developing Countries: From subsistence to performance*, *Estudos do Centro de Desenvolvimento*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264277830-en>.
- OCDE (2017b), *Suivi de la mise en œuvre des réformes vers l’émergence de la Côte d’Ivoire – Rapport d’avancement n°2*, *OECD Development Pathways*, Publicações OCDE, Paris, <http://www.oecd.org/development/mdcr/countries/cotedivoire/>.
- OCDE (2018a), *Illicit Financial Flows: The Economy of Illicit Trade in West Africa*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264268418-en>.
- OCDE (2018b), *Étude Pays SIGI Burkina Faso*, OCDE, Paris, <https://www.genderindex.org/burkina-faso-country-study/>.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics (base de dados)*, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OIT (2012), *Croissance, emploi et politiques pour l’emploi au Mali*, Departamento de Política de Emprego, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, http://www.ilo.org/emppolicy/pubs/WCMS_244833/lang-fr/index.htm.
- OPHI (2017), *Global Multidimensional Poverty Index Winter 2017/2018 (base de dados)*, Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oxford, <http://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/global-mpi-2017/>.
- Oyeleran-Oyeyinka, O. (2014), “Industrialization pathways to human development: Industrial clusters, institutions and multidimensional poverty in Nigeria”, relatório apresentado na *First Annual Bank Conference on Africa: Harnessing Africa’s Growth for Faster Poverty Reduction*, Paris School of Economics e Banco Mundial, 23-24 de junho de 2014.
- PNUD (2013), “Cadre institutionnel et réglementaire du marché du travail” in *National Human Development Report 2013: Jobs, structural change and human development in Côte d’Ivoire*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, http://www.ci.undp.org/content/cote-divoire/fr/home/library/poverty/rndh_2013.html.
- PNUD (2017a), *Human Development Report 2016: Human Development for Everyone*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, <http://hdr.undp.org/en>.
- PNUD (2017b), *Income Inequality Trends in Sub-Saharan Africa: Divergence, determinants and consequences*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, <http://www.africa.undp.org/content/rba/fr/home/library/reports/income-inequality-trends-in-sub-saharan-africa--divergence--dete.html>.
- Staatz, J. e F. Hollinger (2016), “West African Food Systems and Changing Consumer Demands”, *West African Papers*, N° 4, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/b165522b-en>.

- UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, <https://esa.un.org/unpd/wpp/>.
- UNDESA (2018), *World Population Prospects: The 2018 Revision*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, <https://esa.un.org/unpd/wpp/>.
- UNECA (2015), *Socioeconomic Profile of West Africa in 2015 and Prospects for 2016*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Niamey, https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/reg_econprofile_2015_ice18_fre_def_def_23_11_2015.pdf.
- Wade I. e A. Niang (2014), “L’engagement de Maputo: le mot d’ordre a-t-il été respecté ?”, *Passerelles*, Volume 15, n° 3, International Centre for Trade and Sustainable Development, Genebra, <https://www.ictsd.org/bridges-news/passerelles/issue-archive/la-s%C3%A9curit%C3%A9-alimentaire-et-le-commerce-en-afrique>.



Capítulo 8

Recomendações de políticas

Este relatório propõe dez ações de políticas públicas para enfrentar os desafios do crescimento, da criação de emprego e das desigualdades em África. Estas recomendações são fundadas em três pilares: o desenvolvimento económico sustentável, o desenvolvimento social e o desenvolvimento institucional. Para manter o desenvolvimento económico, os governos africanos devem ter em conta a melhoria dos investimentos, a diversificação das exportações, as interligações entre os espaços rural e urbano e o crescimento verde. As medidas que visam alcançar o desenvolvimento social dizem respeito à educação e às competências, bem como à proteção social e cobertura dos cuidados de saúde. Para melhorar o desenvolvimento institucional, os governos devem encarar os seus compromissos com os parceiros globais de África, a integração regional, as receitas internas, a governação económica e política, bem como as suas próprias capacidades institucionais e estatísticas. As recomendações em termos de políticas encontram-se divididas em ações específicas para atingir os objetivos da Agenda 2063 e da agenda para o desenvolvimento sustentável. Estas avaliam como melhorar as estatísticas e medir o impacto das políticas de forma mais adequada.

EM SÍNTESE

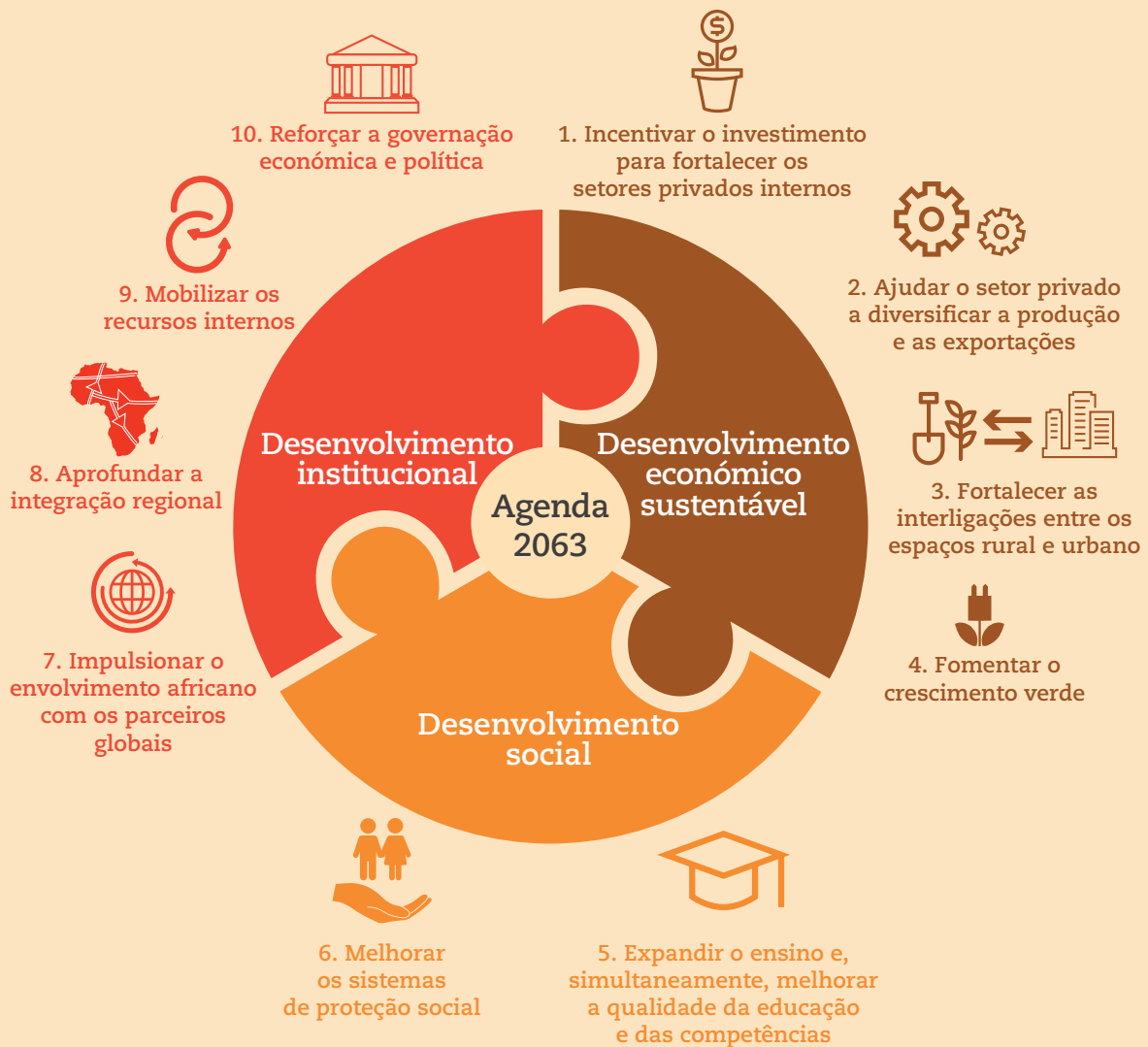
A agenda de desenvolvimento de África exige a implementação de estratégias de desenvolvimento com uma abordagem específica, multifacetada e holística para cada contexto específico. Podem contribuir atores de todos os níveis: instituições pan-africanas, comunidades regionais, governos nacionais, subnacionais e locais, o setor privado local, cidadãos africanos e parceiros internacionais. Produzir dados de qualidade é fundamental para monitorizar, avaliar e ajustar as políticas de desenvolvimento dos países. Para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo, as estratégias devem ir além da simples promoção do crescimento económico: devem também visar o desenvolvimento social e institucional.

As políticas para o **desenvolvimento económico sustentável** devem ter como objetivo estimular o setor privado interno, que constitui a base para a diversificação de produtos e cabazes de exportação. Esta questão exige que se tire partido das vantagens comparativas locais, fortalecendo as interligações entre o investimento estrangeiro e as economias locais e melhorar a eficiência do investimento público e das instituições. A reforma da propriedade fundiária, o planeamento e a gestão, bem como o desenvolvimento de cidades intermediárias sustentáveis reforçará as interligações entre as economias rurais e urbanas. A “ecologização” das atividades económicas ajudará os países a crescer, criar empregos e erradicar a pobreza, usando simultaneamente os recursos naturais de forma responsável.

Os países podem promover o **desenvolvimento social** através do acesso universal e da melhoria da qualidade da educação e da formação de competências técnicas e profissionais. A procura de maiores sinergias com o setor privado alinharia as competências com as necessidades do mercado de trabalho. O desenvolvimento social assenta igualmente em sistemas de proteção social e de saúde inclusivos e financeiramente sustentáveis.

O **desenvolvimento institucional** é necessário para implementar políticas sólidas para o crescimento inclusivo. Os decisores políticos devem respeitar os compromissos de integração regional. A reforma da administração fiscal pode mobilizar as receitas internas. Melhores parcerias globais podem fortalecer as capacidades e ajudar a reduzir os fluxos financeiros ilícitos e outras práticas prejudiciais. Por último, a implementação desta agenda de reforma africana necessita de reforçar a capacidade governamental, a responsabilidade, a transparência e a coordenação, assim como a promoção da boa governação empresarial.

3 pilares de políticas e 10 recomendações



Introdução

Os padrões de crescimento, a criação de emprego e a desigualdade em África são complexos e variam de região para região. A tendência no continente é de crescimento constante, mas sem emprego, com uma ligeira redução na desigualdade. Nalgumas regiões, a desigualdade aumentou com o crescimento económico, enquanto noutras a desigualdade regrediu.

Os governos africanos precisarão de políticas muito mais sólidas para alcançar a aspiração da Agenda 2063 de “uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável” e os objetivos do Primeiro Plano Decenal de Implementação 2013-2023.

Este capítulo propõe dez ações em termos de políticas para melhorar o crescimento, criar emprego e reduzir as desigualdades. Embora longe de ser exaustiva, esta lista de ações de políticas aborda questões essenciais para a maioria dos países africanos (ver Tabela 8.1). Dividem-se em três pilares: o desenvolvimento económico sustentável, o desenvolvimento social e o desenvolvimento institucional. Estas ações de políticas derivam dos desafios colocados pelas megatendências apresentadas no Capítulo 2 e dos principais objetivos da Agenda 2063. Também se relacionam com as cinco dimensões da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: pessoas, prosperidade, planeta, parceria e paz. O Anexo 8.A1 oferece uma visão geral das relações entre as dez ações de políticas e as Megatendências, as metas da Agenda 2063 e os ODS.

Tabela 8.1. Dez ações em termos de políticas para África

Desenvolvimento económico sustentável	Desenvolvimento social	Desenvolvimento institucional
1. Incentivar o investimento interno	5. Alargar e melhorar a educação	7. Impulsionar as parcerias globais de África
2. Diversificar as exportações	6. Desenvolver sistemas de proteção social, incluindo laborais e de saúde	8. Aprofundar a integração regional
3. Fortalecer as interligações entre os espaços rural e urbano		9. Mobilizar as receitas internas
4. Fomentar o crescimento verde		10. Melhorar a governação económica e política

O crescimento inclusivo exige estratégias de desenvolvimento sólidas. Estas serão necessariamente diferentes de país para país. As políticas devem ser participativas, de base local, multissetoriais e levadas a cabo com uma abordagem holística e coordenada. Todas as partes interessadas devem participar na monitorização, avaliação e reformulação das políticas para que a sua implementação seja bem-sucedida. Os papéis e as responsabilidades das partes interessadas têm de ser claramente integrados nas estratégias nacionais para assegurar a coerência, a implementação eficaz e a revisão após serem avaliadas. A implementação adequada de políticas requer a intervenção do nível governamental certo, em coordenação com os outros níveis e parceiros de desenvolvimento. Isto segue os princípios de valor acrescentado e de subsidiariedade incluídos no Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 da União Africana. As estratégias de desenvolvimento devem fazer progredir a agenda de integração de África.

PILAR I: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL

Ação 1: Incentivar o investimento para o desenvolvimento do setor privado interno

Contexto:

- O investimento público é muitas vezes ineficiente e o investimento privado continua a ser fraco. Entre 2009 e 2016, o investimento privado representou, em média, apenas 15% do produto interno bruto (PIB).
- As taxas de juro e os prémios de risco são muitas vezes demasiado elevados para que as empresas consigam obter empréstimos e investir de forma eficaz (BAD/OCDE/PNUD, 2017; UNCTAD, 2014).
- O acesso limitado às oportunidades de financiamento, às infraestruturas comerciais e a uma procura fiável tornam difícil manter os níveis de rentabilidade ou inovar, até para as empresas informais mais produtivas.
- Os influxos de investimento direto estrangeiro (IDE) não dão origem a interligações fortes ou transferência de conhecimento para as empresas locais.
- O investimento público desempenha um papel vital em África. Em 2016, 42% do financiamento para projetos de infraestruturas em África veio dos governos (ICA, 2017).

Ações Propostas:

Simplificar o investimento para as empresas locais:

- ▶ melhorar o ambiente de negócios
- ▶ fornecer bens públicos aos clusters empresariais
- ▶ facilitar a extensão de crédito, reduzindo os custos de empréstimo e promovendo serviços de intermediação financeira.

Assegurar a coerência entre as estratégias de promoção de IDE e a capacidade das empresas locais:

- ▶ reforçar a capacidade das empresas locais cumprirem os requisitos dos investidores estrangeiros
- ▶ orientar o investimento estrangeiro para o benefício da produtividade, tecnologia e *know-how* das empresas locais.

Usar a potencialidade das poupanças internas e das remessas para aumentar o investimento interno:

- ▶ promover as poupanças de longo prazo expandindo a variedade de instrumentos de poupança
- ▶ atrair poupanças da diáspora com instituições dedicadas e projetos de investimento.

Aumentar a eficiência do investimento público:

- ▶ melhorar as regras dos contratos públicos para recompensar e promover a competitividade
- ▶ adaptar os investimentos à capacidade institucional local e aos tipos de projeto.

Simplificar o investimento para as empresas locais

► Melhorar o ambiente de negócios para permitir às empresas investir mais.

O clima de investimento deve ser favorável para todas as empresas – nacionais e estrangeiras, grandes e pequenas (ver, por exemplo, *Policy Framework for Investment* da OCDE [OCDE, 2015a]). As iniciativas de cooperação internacional, como o *Compact with Africa* do G20, podem ajudar os países a melhorar os instrumentos e as condições de financiamento para o investimento privado.

- Assegurar a fiabilidade do quadro geral de políticas de investimento é essencial para encorajar quer investidores nacionais quer estrangeiros. Isto pode ser conseguido nomeadamente através da previsibilidade da legislação empresarial e de sistemas de tributação estáveis. Impostos previsíveis, transparentes e mais justos são, muitas vezes, mais importantes para os investidores do que benefícios fiscais ou outros incentivos (ver, por exemplo, a Ação 9). As prioridades devem incluir:
 - a criação de regulamentos e instituições fiáveis, incluindo através do reforço dos quadros jurídicos e reguladores a fim de reduzir a incerteza
 - a proteção dos investidores e a criação de mecanismos de resolução de litígios (tanto para investidores locais como para estrangeiros)
 - A normalização de contratos, tais como cláusulas e disposições de parcerias público-privadas (PPP) (BAD/FMI/GBM, 2017).
- Realizar inquéritos abrangentes numa base regular pode ajudar a informar os decisores políticos sobre os desafios e necessidades das empresas nacionais no que se refere à modernização da produção e dos produtos. Acrescentar módulos especiais sobre os empregadores e trabalhadores por conta própria aos inquéritos de mão-de-obra (tais como os dos inquéritos 1-2-3 [ver Cling et al., 2014]) pode fornecer informações abrangentes a baixo custo.

► Usar o investimento público para fornecer bens públicos aos clusters empresariais.

- Os governos devem investir em infraestruturas de energia e transportes, fornecer outras formas de apoio em questões de políticas (como, por exemplo, formação de competências), facilitar os processos de importação e exportação e promover interligações entre os clusters empresariais e as economias locais circundantes. O governo da África do Sul financiou empresas para que aderissem a associações industriais, levando ao desenvolvimento orgânico de clusters empresariais (Morris e Barnes, 2006). Do mesmo modo, Marrocos conseguiu servir-se das infraestruturas existentes em Tânger-Med para desenvolver um cluster competitivo para os setores automotivo e aeronáutico envolvendo multinacionais, empresas locais e os níveis central e local de governo.

► Facilitar a extensão de crédito, reduzindo os custos de empréstimo e promovendo serviços de intermediação financeira.

- Na África Oriental, inovações tais como o M-Pesa (transferência de dinheiro móvel) oferecem acesso a plataformas *on-line* e *e-serviços*. Estas abriram caminho à nova intermediação financeira de base móvel (por exemplo, micro-seguros, contas de poupança), desbravando nichos de mercado. Tais circunstâncias tiveram um impacto positivo sobre a rentabilidade, os volumes de comércio e as taxas de sobrevivência das microempresas (Oosthuizen et al., 2016). Dados mostram que, à medida que as empresas aumentam de tamanho, beneficiam mais das vantagens de ingressar no setor formal, tais como o acesso a crédito (ver Gelb et al. 2009, Amin e Islam, 2015).

- As instituições de financiamento do desenvolvimento (IFD) podem investir em instituições de microfinanciamento que emprestem a pequenas e médias empresas (PME), além de bancos comerciais. Por exemplo, a Norfund e outras apoiam um fundo de capitais privados, o Fundo de Investimento Privado Angola, fornecendo até USD 8 milhões para os investimentos individuais nas PME, especialmente para a expansão de projetos, para a privatização e para *start-ups*. As IFD devem tentar reunir capital privado para aumentar a disponibilidade de crédito comercial (ver, por exemplo, OECD, 2018a).

Assegurar a coerência entre as estratégias de promoção de IDE e a capacidade das empresas locais

Os fluxos de IDE têm um impacto mais duradouro sobre o crescimento e a produtividade quando as empresas estrangeiras podem contribuir para o desenvolvimento do setor privado local.

- ▶ **Reforçar a capacidade de as empresas locais cumprirem os requisitos e as necessidades dos investidores estrangeiros.**
 - O apoio financeiro direto ou a transferências de tecnologia podem ajudar a melhorar as técnicas de produção, a gestão e as práticas comerciais das empresas. As empresas locais podem aprender a cumprir as normas comerciais internacionais e as especificações do produto e adaptar os seus processos de produção à procura global. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e os parceiros de desenvolvimento podem promover produtos de alta qualidade ao apoiar as iniciativas de rótulo de qualidade.
- ▶ **Orientar o investimento estrangeiro para o benefício da produtividade, tecnologia e *know-how* das empresas locais.**
 - As autoridades locais e nacionais podem trabalhar em conjunto para atrair o IDE, como demonstrado pelo *cluster* automóvel e de logística de Tânger, em Marrocos (ver Capítulo 6), onde as empresas locais estão a subir lentamente na cadeia de fornecimento, colaborando com as empresas líderes, com apoio personalizado dos governos locais e nacionais.
 - Os efeitos das externalidades são mais vastos quando as empresas locais podem usar as tecnologias disponíveis livremente ou adquirir tecnologias através de acordos de licenciamento com empresas líderes. Por exemplo, as externalidades de produtividade derivadas da participação em cadeias de valor globais (CVG) aparentam ser mais fortes através de *joint ventures* do que através de empresas inteiramente estrangeiras (Farole, 2016).

Usar as potencialidades das poupanças internas e das remessas para aumentar o investimento interno

- ▶ **Promover as poupanças de longo prazo expandindo a variedade de instrumentos de poupança.**
 - O crescimento do investimento interno depende de aumentar a propensão para a poupança e alargar as soluções de mercado. Os decisores políticos e as instituições financeiras devem trabalhar no sentido de fixar essas poupanças em ativos de mais longo prazo e utilizá-las para disponibilizar mais crédito sem pressão acrescida para os balanços.

- Em países com mercados de capital profundos, as PME e as jovens empresas podem ser listadas em bolsas de valores, seguindo o exemplo da plataforma para as PME da Bolsa de Valores de Joanesburgo. O Ruanda renunciou recentemente à taxa de listagem de USD 23 000 para as PME e subsidiará o custo de contratação de consultores de transação, serviços de corretagem e serviços jurídicos (Esiara, 2018).

▶ **Atrair poupanças da diáspora com instituições dedicadas e projetos de investimento.**

- As políticas de Marrocos para lidar com questões de investimento da sua diáspora têm sido amplamente bem-sucedidas, como mostra o caso dos investimentos para habitação (ver OCDE, 2017a). Do mesmo modo, o Gana possui uma nova unidade dedicada para lidar com questões de investimento para a diáspora (UNIDO, 2013). As Maurícias criaram um regime de diáspora para facilitar o regresso e o investimento da diáspora no país. A Etiópia e a Nigéria criaram obrigações indexadas à diáspora, mas a subscrição manteve-se limitada.

Aumentar a eficiência do investimento público

▶ **Melhorar as regras dos contratos para recompensar e promover a competitividade.**

- Os governos deveriam melhorar os procedimentos de adjudicação e os critérios para recompensar a competitividade e a eficiência, em vez de se limitarem a recompensar os baixos custos. Devem também preparar melhor os projetos de investimento público e reforçar a transparência, a monitorização e os mecanismos de avaliação.

▶ **Adaptar os investimentos à capacidade institucional local e aos tipos de projeto.**

- As parcerias público-privadas podem aumentar a eficiência da conceção e execução de projetos, criando, assim, poupanças substanciais. No entanto, as PPPs exigem um envolvimento público criterioso e conhecimentos. O modelo de PPP usado na estação de energia solar de Marrocos, em Ouarzazate, é um bom exemplo de como envolver os principais atores (ver Climate Policy Initiative, 2012).
- Os governos podem optar por modos de governação para projetos de infraestruturas que não sejam PPPs. Estes podem variar da entrega direta, em que os governos gerem por completo todos os aspetos de um projeto, à contratação para fases e operações específicas, à privatização, em que os governos apenas mantêm o seu papel regulador. A governação de projetos mais complexos exige a capacitação de reguladores e a garantia de um sistema judicial independente que consiga lidar com disputas (Kappel, Pfeiffer e Reisen, 2017).

Ação 2: Ajudar o setor privado a diversificar a produção e as exportações

Contexto:

- As exportações africanas concentram-se sobretudo nos recursos naturais e matérias-primas agrícolas.
- Os bens intermédios e de capital representam 49% das importações africanas, em comparação com 55% na América Latina e Caraíbas e 64% na Ásia em desenvolvimento.
- A maioria das atividades de promoção das exportações na região depararam-se com limitações.

Ações Propostas:

Conceber estratégias de exportação que sejam consistentes com as potencialidades do país:

- ▶ basear as estratégias de exportação em vantagens comparativas
- ▶ avaliar regularmente a abordagem do governo à medida que as vantagens comparativas evoluem ao longo do tempo
- ▶ Facilitar as trocas comerciais.

Facilitar o acesso a bens de capital e intermédios:

- ▶ reduzir as barreiras à importação para bens de capital e intermédios essenciais que não sejam produzidos localmente
- ▶ aplicar as taxas pautais corretas para baixar o custo de bens importados.

Capacitar os organismos públicos para diversificar as exportações:

- ▶ conceder um financiamento adequado e estruturas de governação às agências de promoção das exportações e investimentos
- ▶ atribuir objetivos claros às agências de promoção das exportações.

África pode tirar mais partido da integração global através da diversificação dos seus produtos e cabazes de exportação (ver Capítulo 1). A diversificação económica exige uma abordagem que cubra todo o sistema, com estratégias para uma visão de longo prazo do futuro partilhada quer pelas partes interessadas públicas quer pelas privadas. Estas estratégias têm de definir as prioridades de desenvolvimento específicas do contexto local (OCDE, 2013). Por exemplo, a estratégia de industrialização da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community, SADC*) assenta no princípio do envolvimento tanto público como privado. Um dos objetivos da estratégia é afastar-se das exportações de matérias-primas e aumentar a proporção de produtos intermédios para 60% do total das exportações de produtos transformados.

Conceber estratégias de exportação que sejam consistentes com as potencialidades do país

- ▶ **Basear as estratégias de exportação em vantagens comparativas.**
 - Os países africanos que possuem vantagens comparativas podem especializar-se em fases específicas nas cadeias de valor globais. A Etiópia, por exemplo, desenvolveu um setor de exportação de têxteis e vestuário ao investir em

competências e infraestruturas e desenvolver interligações na cadeia de valor interna entre empresas de algodão, têxtil e vestuário.

- As Maurícias desenvolveram empresas globalmente competitivas nos setores do açúcar, atum e têxteis e a África do Sul fez o mesmo nos setores automóvel e de transformação de produtos agrícolas. Estes países aproveitaram a sua reserva de trabalhadores competentes, dotação geográfica e acesso preferencial aos principais mercados. O Botswana e o Gana, por outro lado, centraram-se na melhoria das cadeias de valor das exportações existentes, isto é, diamantes e fruta fresca, respetivamente.

► **Avaliar regularmente as estratégias à medida que as vantagens comparativas evoluem ao longo do tempo.**

- Reavaliar as estratégias industriais ajuda a melhorar progressivamente as capacidades industriais e a responder a mudanças inevitáveis nas vantagens comparativas de um país e nas condições económicas globais. Por exemplo, as Maurícias apoiaram primeiro as indústrias de açúcar, atum e produtos têxteis para o mercado da União Europeia antes de se expandir para a logística, os serviços financeiros e atividades da economia azul (em especial o turismo).

► **Fomentar o comércio entre África e outros continentes.**

- Para fomentar o comércio, os governos deveriam melhorar a logística e o desempenho aduaneiro, as infraestruturas comerciais e a qualidade do fornecimento de eletricidade (ver Lopez Gonzalez, Kowalski e Achard, 2015). Vários parceiros de desenvolvimento apoiam o reforço de capacidades para que os países melhorem a qualidade dos produtos de exportação, de modo a cumprir as normas internacionais, especialmente em matéria de segurança alimentar e pesticidas.

Facilitar o acesso a bens de capital e intermédios

► **Reduzir as barreiras às importações para bens de capital e intermédios essenciais que não sejam produzidos localmente.**

- A redução das tarifas sobre insumos intermédios e bens de capital que são essenciais à industrialização, mas não se encontram disponíveis localmente, pode reforçar a competitividade dos produtores africanos. Os governos africanos também podem facilitar estas importações estratégicas reduzindo atrasos na concessão de licenças de importação e no acesso a estes insumos.

► **Aplicar as taxas pautais corretas para baixar o custo de bens importados.**

- A correta aplicação de taxas pautais de acordo com a utilização final dos produtos poderia tornar as empresas transformadoras mais competitivas. Na Comunidade da África Oriental, cerca de 400 produtos que normalmente se tratam de insumos para a indústria transformadora são indevidamente colocados na banda aduaneira superior, destinada aos produtos de consumo final (Frazer, 2017). Uma classificação internacional acordada, tal como a categoria económica geral, pode servir para a reclassificação de produtos.

Capacitar os organismos públicos para diversificar as exportações

► **Conceder um financiamento adequado e estruturas de governação às agências de promoção das exportações e investimentos**

- As agências de promoção de exportações e investimentos podem desempenhar um papel relevante numa abordagem que cubra todo o sistema a fim de transformar

a produção. O seu âmbito pode cobrir muitas atividades: prestar assistência financeira (crédito, seguro), gerar inteligência de mercado, construir uma imagem nacional e uma marca, promover o IDE em setores estratégicos, disponibilizar acompanhamento aos investidores e ampliar a presença no estrangeiro.

- Os retornos sobre o financiamento para as agências de promoção das exportações (APE) são significativos. Em África, um aumento de 1% de retorno marginal nos orçamentos das APE pode impulsionar o crescimento das exportações entre 0.05% (Botswana) e 0.14% (Uganda) (ITC, 2016).

► **Atribuir objetivos às APE que se foquem e estejam alinhados com os objetivos industriais e as prioridades de desenvolvimento económico nacional.**

- A experiência global sugere que para apoiar a diversificação das exportações as APE têm se mostrado mais eficazes do que um aumento nos volumes de exportação. As APE também são mais eficazes a incrementar o desempenho dos exportadores já estabelecidos do que a incentivar os não exportadores a começar a exportar.
- A representação do setor privado nas direções das APE pode garantir uma maior influência sobre a tomada de decisão estratégica (ITC, 2016). Cobrar taxas às empresas privadas pelos serviços das APE pode assegurar que as atividades das APE estejam alinhadas com os interesses das empresas privadas e que ofereçam serviços de qualidade. As taxas de serviço devem, todavia, ser moderadas para incluir as PME.

Ação 3: Fortalecer as interligações entre as economias urbanas e rurais

Contexto:

- A urbanização pode desempenhar um papel importante na transformação económica de África (ver Capítulo 2, Megatendência 4). Embora os padrões e as taxas de urbanização divirjam de país para país, espera-se que, pelo menos, 50% dos africanos residam em áreas urbanas até 2035.
- Na maioria dos países da África subsariana, a terra ainda é regulamentada pelo direito consuetudinário. Apenas cerca de 10% dos terrenos rurais na África subsariana estão registados. No Malawi, mais de 90% da terra é regida pelo direito consuetudinário (Byamugisha, 2013).
- Muitas autoridades do governo local carecem de sistemas cadastrais ou registos de títulos fundiários, tornando-se difícil cobrar receitas sobre terrenos ou certificar transferências de propriedade. De acordo com um inquérito de 2015, apenas 20 países aumentam os impostos locais sobre propriedades fundiárias (BAD/OCDE/PNUD, 2015).
- O investimento em infraestruturas urbanas na África subsariana permaneceu constante, em menos de 20% do PIB desde 1960 (em comparação com 42% nos países em desenvolvimento da Ásia Oriental) (Lall, Henderson e Venables, 2017).
- A urbanização africana é dificultada pela sobrepopulação, pelo baixo acesso a bens públicos e pela falta de conectividade. Embora os níveis variem de país para país, quase 62% da população urbana de África vive em bairros de lata. Os habitantes de tais bairros sofrem de escassez de água, serviços de saneamento, energia e transportes a custos acessíveis. Este último limita-lhes as ligações ao emprego e atividades comerciais.

Ações Propostas:**Rever o regime da propriedade fundiária e o ordenamento do território:**

- ▶ simplificar a regulamentação sobre a propriedade e o uso fundiário, especialmente para as mulheres
- ▶ melhorar os sistemas de informação e de gestão fundiária através da adoção de soluções tecnológicas de baixo custo e escaláveis.
- ▶ gerir os terrenos urbanos e a prestação de bens públicos através de abordagens participativas.

Melhoras as infraestruturas urbanas e os serviços:

- ▶ investir em infraestruturas e serviços que sejam acessíveis, inclusivos, sustentáveis e adaptados às necessidades locais
- ▶ investir em redes de transportes públicos para reduzir a segregação territorial e a desigualdade
- ▶ Combinar investimento em áreas urbanas com ambientes favoráveis nas áreas rurais.

Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano através de cidades intermediárias sustentáveis:

- ▶ desenvolver cidades intermediárias para aumentar a produtividade das áreas rurais e fortalecer as interligações entre os espaços rural e urbano.

Rever o regime da propriedade fundiária e o ordenamento do território

- ▶ **Simplificar a regulamentação sobre a propriedade e o uso fundiário para aumentar a produtividade, o investimento e reduzir as desigualdades (reconhecendo as leis consuetudinárias e visando a igualdade de género).**
 - Para além da introdução de quadros legais, os governos devem garantir que as leis sejam aplicadas e as reformas devidamente implementadas para evitar agravar as desigualdades. A sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento podem ajudar os governos neste sentido (ver OCDE, 2016a).
 - Na Etiópia e no Ruanda, a certificação de propriedade fundiária agrícola aumentou a produtividade da terra e a propensão para o investimento (Byamugisha, 2013). O programa de baixo custo da Etiópia de emissão de títulos de propriedade, de 2003, levado a cabo sobretudo por comités sub-regionais, distribuiu 20 milhões de títulos fundiários. O programa permitiu que mais mulheres tivessem acesso a terras (Quisumbing e Kumar, 2014: 407).
- ▶ **Melhorar os sistemas de informação e de gestão fundiária através da adoção de soluções tecnológicas de baixo custo e escaláveis.**
 - Uma administração fundiária excessivamente centralizada pode restringir o acesso a serviços para populações rurais e de baixo rendimento, limitando, assim, a sua proteção jurídica. A Zâmbia está, por este preciso motivo, a tentar descentralizar os procedimentos de administração fundiária (Corrigan, 2016). A Namíbia estabeleceu o registo de terras comunitárias e o *Communal Land Boards* em 2002; em 2014, 160 000 lotes haviam sido pesquisados e 82 000 direitos fundiários registados em áreas comunitárias (GIZ, 2013; Kasita, 2011).

- No Burkina Faso, um projeto que se serve de imagens de satélite de alta resolução espacial produziu um mapeamento territorial pormenorizado. Projetos semelhantes estão a decorrer noutros países.
- ▶ **Gerir os terrenos urbanos e a prestação de bens públicos através de abordagens participativas.**
 - O ordenamento do território e as reformas fundiárias devem visar a redução das desigualdades territoriais, de rendimento e de género. Os governos devem proporcionar habitação formal e a custo acessível e destinar terrenos suficientes às infraestruturas de transportes que liguem áreas periurbanas, onde a maioria dos assentamentos informais se situam (Locke e Henley, 2016).
 - O planeamento urbano deve também evitar abordagens descendentes estritas e encorajar a participação dos cidadãos nas decisões políticas. Por exemplo, um programa em cinco cidades intermediárias do Uganda beneficiou do envolvimento dos cidadãos, o que levou à melhoria dos assentamentos e assegurou a propriedade de milhares de habitantes informais (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
 - À medida que a disponibilidade de terrenos urbanos e as oportunidades para o seu desenvolvimento aumentam, os mecanismos de captura de valor da terra podem ajudar a recuperar os investimentos tanto por parte do Estado como de empresários privados (Berrisford, 2013).

Modernizar as infraestruturas urbanas e os serviços

- ▶ **Investir em infraestruturas e serviços que sejam acessíveis, inclusivos, sustentáveis e moldados às necessidades locais. Disponibilizar bens públicos e infraestruturas adequadas pode fortalecer a dinâmica de aglomeração nas cidades e melhorar as economias de escala.**
 - Os planos de infraestruturas urbanas devem ser inclusivos e evitar exacerbar a desigualdade de género. Por exemplo, os planos devem encurtar as distâncias até às fontes de água e garantir que as ruas sejam bem iluminadas para evitar abusos sexuais de meninas e mulheres e outras formas de violência.
 - Pelo menos 45% das áreas urbanas deveriam ser dedicadas a espaços públicos, tais como estradas e áreas verdes (os espaços públicos nas cidades africanas representam cerca de 20%)(UN Habitat, 2013).
- ▶ **Investir em redes de transportes públicos para reduzir a segregação territorial e a desigualdade.**
 - A criação de sistemas de transporte a custos acessíveis pode facilitar a procura de emprego para os residentes urbanos pobres e diminuir a segregação territorial, especialmente em áreas urbanas. O sistema ferroviário ligeiro em Adis Abeba liga os subúrbios industriais ao centro da cidade; a oferta de serviços de transporte a custos acessíveis aumentou a intensidade da procura de emprego e reduziu a probabilidade de as pessoas aceitarem trabalho informal e temporário. O sistema *Bus Rapid Transit* de Lagos estabilizou os preços dos transportes e reduziu-os em 30% (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
- ▶ **Conjugar o investimento em áreas urbanas com ambientes favoráveis nas áreas rurais.**
 - Os governos regionais e nacionais podem envolver-se e coordenar-se com as administrações locais para implementar políticas de base local que ultrapassem as fronteiras administrativas urbanas. Novas ferramentas baseadas em sistemas de informação geográfica (por exemplo, a Africapolis) podem ajudar a analisar de que

forma o desenvolvimento urbano afeta áreas rurais e pode determinar as fronteiras funcionais das cidades. As políticas e o investimento em prol das áreas urbanas devem ter em conta o ambiente circundante e promover interações virtuosas entre áreas rurais e cidades.

Reforçar as interligações entre os espaços rural e urbano através de cidades intermediárias sustentáveis

- ▶ **Desenvolver cidades intermediárias para aumentar a produtividade das áreas rurais e fortalecer as interligações entre os espaços rural e urbano.**
 - As cidades intermediárias podem alargar os serviços públicos para as áreas rurais e desenvolver indústrias de mão-de-obra intensiva, tais como a transformação de produtos agrícolas e os têxteis, o setor dos serviços, ou o turismo.
 - Na África Ocidental, as áreas rurais mais próximas das cidades intermediárias tendem a ter economias mais diversificadas, maiores populações ativas e rendimentos mais elevados de atividades não agrícolas (Christiaensen e Todo, 2014; Moriconi-Ebrard, Harre e Heinrigs, 2016). A urbanização a par com o aumento dos rendimentos e das populações levou a um crescimento na economia alimentar da África Ocidental, que representa 36% do PIB da região (CSAO, 2016).
 - A criação de emprego formal em cidades intermediárias atrai maiores fluxos migratórios provenientes de áreas rurais, ajudando a reduzir a pobreza rural. Estudos longitudinais feitos em Kagera (Tanzânia) mostraram que a migração das áreas rurais para as cidades intermediárias reduziu em 24% o número de pessoas a viver na pobreza e aumentou em 77% os rendimentos (Christiaensen, De Weerd e Kanbur, 2017; Christiaensen et al., 2018).
 - Os governos devem ligar as cidades intermediárias às metrópoles para desenvolver um sistema urbano sustentável e equitativo. As cidades intermediárias bem interligadas podem ajudar a aliviar as pressões que as megacidades enfrentam em questões de habitação, infraestruturas, transportes e prestação de serviços. Aquelas podem também absorver as capacidades administrativas das regiões periféricas e servir como novos centros de transformação social (Otiso, 2005).

Ação 4: Fomentar o crescimento verde

Contexto:

- Os países africanos contribuem com menos de 4% para as emissões globais de gases nocivos, mas 27 dos 33 países em maior risco face às alterações climáticas estão em África (ver Megatendência 5, Capítulo 2).
- Com as tendências atuais, prevê-se que os resíduos urbanos na África subsariana aumentem 161% entre 2000 e 2025. África ainda não está preparada para tal. Atualmente, regista os níveis mais baixos de serviços de recolha de resíduos de todas as regiões (Brahmbhatt et al., 2017).
- A mortalidade derivada da poluição atmosférica nas cidades africanas tem aumentado nos últimos anos, representando um custo equivalente a USD 447 mil milhões em 2013, um terço do PIB do continente (Roy, 2016).
- O crescimento da população e as práticas inadequadas de utilização do solo estão a aumentar a desflorestação, a degradação dos solos, os danos aos ecossistemas e a escassez de água. O setor agrícola representa a subsistência de dois terços da população e os meios de subsistência mais tradicionais dependem dos serviços ambientais (UNECA, 2016a; Brahmbhatt, Haddaoui

Ações Propostas:

Promover a economia circular:

- ▶ Reutilizar os recursos e gerir os resíduos de forma eficiente para criar valor, desenvolver novas atividades económicas, cortar custos e reduzir a poluição.

Tornar as atividades económicas existentes mais verdes:

- ▶ promover a agricultura ambientalmente amigável e sustentável, bem como o turismo enquanto atividades de valor acrescentado
- ▶ introduzir normas e regulamentos para limitar a poluição e preservar a saúde das pessoas e o ambiente.

O crescimento verde pode facilitar a transformação estrutural africana e deve ser integrado em estratégias produtivas. A adoção de estratégias ecológicas, bem como o aumento da produtividade e a reutilização de recursos naturais podem estimular o crescimento sustentável e inclusivo (UNECA, 2016a).

Promover a economia circular

- ▶ **Reutilizar os recursos e gerir os resíduos de forma eficiente para criar valor, desenvolver novas atividades económicas, cortar custos e reduzir a poluição.**

- As explorações agrícolas em Marrocos usam subprodutos do azeite para satisfazer 60% das suas necessidades energéticas através da biomassa, economizando quase USD 4 milhões em custos de energia entre 2009 e 2015.¹
- A *Recycling and Economic Development Initiative* da África do Sul aumentou as taxas de recolha de pneus usados de 3% para 70% em 18 meses, levando à criação de pequenas e médias empresas de transformação e reciclagem. A África do Sul espera gerar um lucro agregado de USD 6 milhões até 2020.
- O Ruanda investiu USD 1 milhão nas suas instalações de e-resíduos, com potencial para reciclar 7000 toneladas de plástico por ano, bem como metais e materiais eletrónicos.²

Tornar as atividades económicas existentes mais verdes

- ▶ **Promover a agricultura ecológica e sustentável e o turismo enquanto atividades de valor acrescentado sem sacrificar a produção nem a produtividade.**

- No Mali e no Senegal, os agricultores que usam fertilizantes sustentáveis aumentaram 61% o valor líquido das respetivas culturas, fazendo subir os rendimentos e as poupanças. O Uganda diminuiu o uso de fertilizantes artificiais de 9 kg/ha para 1 kg/ha, aumentando, por conseguinte, 600% as receitas de exportação de produtos agrícolas orgânicos (PNUD, 2014).
- Desde a sua criação em 1989, a indústria de aquacultura de camarão no Oceano Índico Ocidental tornou-se num dos principais setores de exportação de Madagáscar, integrando métodos ecológicos e atividades de desenvolvimento comunitário. Os seus métodos estão agora a ser expandidos para Moçambique e a Tanzânia (UNECA, 2016b).
- As Maurícias estão a fazer do ecoturismo o principal pilar da sua indústria turística. O país espera ganhar USD 5 milhões em receitas, com uma estimativa de 1.2 milhões de turistas até 2020.³

- ▶ **Introduzir normas e regulamentos para limitar a poluição, preservando, assim, a saúde das pessoas e o ambiente.**
 - Desde 2003, 27 países africanos estabeleceram normas para as emissões dos veículos (por exemplo, limitando a idade dos veículos importados) e definiram parâmetros para o combustível a fim de eliminar progressivamente o chumbo. Contudo, a maioria destes países precisa de implementar mecanismos de monitorização e de aplicação mais fortes (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
 - O crescimento verde também implica melhorar os serviços de água e energia. Espera-se que o investimento atual do Egito em dispositivos de poupança de água reduza 10-15% o consumo doméstico de água (PNUA, 2015). O *Upper Tana-Nairobi Water Fund*, no Quênia, tem o objetivo de melhorar a gestão dos recursos hídricos, aumentar a disponibilidade e as receitas hídricas e reduzir os custos de manutenção para a produção de eletricidade (TNC, 2015).
 - No médio prazo, os países devem ter como objetivo a introdução de verdadeiras estratégias de crescimento verde. As ferramentas e os indicadores para tais estratégias poderiam ser retirados do trabalho da OCDE sobre esse tema (OCDE, 2017b). A adoção de abordagens sectoriais poderia ser um primeiro passo. Por exemplo, a África do Sul introduziu instrumentos relativos a políticas, tais como a tributação das emissões de carbono e requisitos de eficiência energética para novos edifícios e para a comunicação de dados dos gases com efeito de estufa (BAD/OCDE, 2013).

PILAR II: DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação 5: Expandir a educação e, simultaneamente, melhorar a qualidade da educação e as competências

Contexto:

- Muitos africanos continuam excluídos da educação básica. Cerca de 34 milhões de crianças em idade escolar primária (6-11 anos) não frequentam a escola. Destes, 45% nunca chegam a frequentar a escola, 37% entram tarde e 17% desistem (UNESCO, 2015a).
- Apenas 6% da população africana estava matriculada no ensino superior em 2015. Um jovem é quatro vezes mais propenso a atingir o ensino superior na Ásia Oriental e Pacífico do que em África (Van Fleet, 2012).
- A educação de qualidade continua a ser um desafio fulcral para o mercado de trabalho africano. Na África subsariana, 61.4% dos jovens trabalhadores não têm o nível de educação adequado para trabalhar de forma produtiva no emprego (OIT, 2015).
- Por toda a África subsariana, as raparigas frequentam, em média, cerca de 9 anos de escolaridade, em comparação com 10 anos para os rapazes. As mulheres deparam-se com maiores taxas de abandono do ensino secundário e superior.⁴
- As crianças nos meios rurais enfrentam maiores desvantagens de aprendizagem: 5.9% das crianças nos meios urbanos não conseguiram cumprir os níveis básicos de aprendizagem, em comparação com 29.1% nas áreas rurais (Van Fleet, 2012).
- Mais de 10% dos alunos do ensino secundário em África estão matriculados no ensino e formação técnico e profissional (TVET), mas os programas de TVET recebem em média 2-6% dos orçamentos para a educação (BAD/OCDE/PNUD, 2017).
- Na África subsariana, apenas 7% dos alunos do ensino superior se matriculam em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).
- As despesas com a educação na África subsariana representaram 16.8% do total de despesas governamentais entre 2000 e 2013, o que é superior à média global de 14.1%.

Ações Propostas:**Incitar o acesso universal à educação, especialmente para o sexo feminino:**

- ▶ reduzir o custo de enviar as crianças para a escola, para as famílias
- ▶ investir em sistemas de ensino (por exemplo, infraestruturas e professores) e visar a paridade de género.

Promover a educação especializada em setores estratégicos:

- ▶ fomentar a educação formal e especializada em agricultura
- ▶ promover a inscrição em disciplinas STEM e investir na investigação científica
- ▶ aumentar o foco na gestão e na educação empresarial.

Melhorar a educação e a formação técnicas e profissionais:

- ▶ promover e aumentar o financiamento do ensino TVET
- ▶ introduzir elementos curriculares inovadoras (por exemplo, o empreendedorismo).

Aproximar as instituições de ensino dos mercados de trabalho e das empresas privadas:

- ▶ envolver o setor privado na conceção e concretização de currículos educativos e introduzir requisitos de formação no trabalho e estágios industriais
- ▶ realizar consultas regulares entre instituições de ensino, o setor público e o setor privado para adaptar os currículos e as políticas da forma mais adequada.

Uma educação de qualidade, em especial que promova as competências em ciência, tecnologia e inovação, é um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis. Os governos africanos podem tomar várias medidas para melhorar o acesso e a qualidade da educação, fazendo-a corresponder às necessidades do mercado de trabalho.

Incitar o acesso universal à educação, especialmente entre as mulheres

- ▶ **Reduzir o custo de enviar as crianças para a escola, para as famílias.**
 - Estudos aleatórios recentes mostram que as transferências de dinheiro (tanto condicionais como incondicionais) são eficazes no aumento da frequência escolar e na incidência de novas matrículas por parte de desistentes. É o que sucede especialmente com as raparigas e com todas as crianças em comunidades marginalizadas.⁵ No Uganda, tornar o ensino primário gratuito aumentou as matrículas e reduziu a taxa de abandono, principalmente para as raparigas e as crianças nas áreas rurais (Deininger, 2003; Grogan, 2009; Nishimura *et al.*, 2009).
- ▶ **Investir nos sistemas educativos e visar a paridade de género para melhorar os resultados educacionais.**
 - Todos os países que conseguiram melhorar as taxas de matrícula escolares os níveis de educação e as taxas de paridade de género fizeram, também, uso de uma combinação de políticas. Estas incluem a isenção de propinas, o alargamento da escolarização pré-primária, maior investimento em infraestruturas, um aumento do recrutamento e uma melhoria da formação, sobretudo de professores do género feminino.

- Os países devem olhar além das estatísticas de inscrição e garantir a progressão nos anos. A África do Sul conseguiu resolver o problema da progressão escolar limitada recolhendo dados granulares de turma e idade e, posteriormente, introduzindo normas relativas à idade por ano de escolaridade e alargando a escolarização pré-primária (Bashir et al., 2018).
- No Benim, o governo aboliu, em 2000, as propinas para todas as raparigas em escolas primárias públicas nas áreas rurais (Ministério da Educação e Investigação Científica do Benim, 1999). Esta medida foi utilizada em conjunto com estratégias de mobilização da comunidade para aumentar a procura de educação para as raparigas. Como resultado, o rácio de alunas para alunos aumentou de 0.64 em 1999 para 0.89 em 2012. Para mais pormenores relativos às soluções para políticas de educação em África e noutros países em desenvolvimento, ver UNESCO (2015b).

Promover a educação especializada em setores estratégicos

▶ Fomentar a educação formal e especializada em agricultura.

- Investir na educação agrícola superior poderia aumentar o número de mediadores do conhecimento, formadores e professores. A utilização de novas tecnologias e cursos *on-line* para complementar a educação formal também pode ser útil na promoção dos estudos agrícolas. Atualmente, apenas 2% dos estudantes universitários estão matriculados em programas agrícolas, apesar de o setor agrícola representar 32% do PIB africano e empregar dois terços da sua mão-de-obra (Banco Mundial, 2014).

▶ Promover a inscrição em disciplinas STEM e investir na investigação científica.

- Melhorar a capacidade do ensino superior para a produção de investigação em STEM reforçaria a aptidão de um país aproveitar melhor as suas vantagens comparativas. Daria também aos jovens melhores ferramentas para desenvolver as competências necessárias para competir nos atuais mercados de trabalho (Banco Mundial e Elsevier, 2014).

▶ Aumentar o foco na gestão e educação empresarial.

- Muitos empresários africanos não possuem as competências de gestão necessárias para ter sucesso. Algumas ações possíveis para melhorar a educação empresarial poderiam incluir o seguinte:
 - aumentar o número de escolas empresariais de alta qualidade em África, que atualmente é muito reduzido, e a qualidade dos resultados da aprendizagem dos alunos (Naudé, 2017)
 - estabelecer dotações permanentes ou fundos para as universidades ou escolas empresariais, incluindo, eventualmente, subvenções dos parceiros de desenvolvimento (America, 2013).

Melhorar a educação e a formação técnicas e profissionais

▶ Promover e aumentar o financiamento do ensino TVET.

- A melhoria da perceção da TVET na sociedade vai de braço dado com a existência de melhores programas de TVET. Os governos poderiam incentivar a inscrição aumentando quer o financiamento para o setor da TVET quer o número de bolsas atribuídas aos alunos que prosseguissem estes estudos. Os empregadores poderiam disponibilizar estágios industriais e estágios para formandos da TVET.

- ▶ **Introduzir elementos curriculares inovadores (por exemplo, o empreendedorismo).**
 - As inovações podem ajudar a formar pessoas e a desenvolver competências fora do quadro típico da TVET. O Malawi introduziu a educação empresarial, adotando programas de educação e formação técnica, empresarial e profissional (TEVET) e reconhecendo a importância da formação informal (por exemplo, os postos de aprendiz tradicionais), especialmente para jovens desfavorecidos (OCDE, 2018d). Outros países onde os postos de aprendiz tradicionais se encontram generalizados (por exemplo, Benim, Côte d'Ivoire e Gana) poderiam formalizar ou reconhecer este meio de formação profissional. No Gana, por exemplo, os postos de aprendiz representam até 90% da formação de competências básicas (Atchoarena e Delluc, 2002). Os cursos de TEVET também necessitam de fortes interligações com o setor privado para incrementar a qualidade e responder às necessidades do mercado de trabalho.

Aproximar as instituições de ensino dos mercados de trabalho e das empresas privadas

- ▶ **Envolver o setor privado na conceção e concretização de currículos educativos e introduzir requisitos de formação no trabalho e estágios industriais.**
 - Para preencher a lacuna de competências, os governos devem aproximar as instituições de ensino dos mercados de trabalho, favorecendo a formação no local de trabalho. O setor privado pode contribuir para a conceção e concretização de programas de formação oferecendo estágios e formação no trabalho, financiando instituições de formação e aconselhando sobre reformas curriculares (Bughin et al., 2016).
 - Aumentar o envolvimento do setor privado pode ajudar a desenvolver mais programas de formação impulsionados pela procura, por exemplo, em atividades tais como negócios, comércio e tecnologia da informação e das comunicações (TIC) (BAD/OCDE, 2008). Alinhar a TVET com as necessidades do mercado de trabalho é importante para desincentivar a emigração (OCDE, 2017c).
- ▶ **Realizar consultas regulares entre instituições de ensino, o setor público e o setor privado para adaptar os currículos e as políticas da forma mais adequada.**
 - As parcerias podem melhorar a qualidade dos programas de formação públicos e abordar as necessidades de competências das empresas. As parcerias público-privadas poderiam reduzir os custos de formação,⁶ informar os formadores das TVET sobre alterações na procura de competências e fornecer trabalhadores qualificados aos empregadores.

Ação 6: Aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social, incluindo laborais e de saúde

Contexto:

- O objetivo ODS 1.3 insta os países a “Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo escalões, e até 2030 atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis”.
- As taxas de pobreza em África diminuíram significativamente desde 1990, porém, mais de 35% da população vivem com menos de USD 1.90 por dia. Cerca de 45% da população ganha USD 1.90-5.50 por dia e são suscetíveis de voltar a cair na pobreza extrema.

Contexto: (cont.)

- As despesas de saúde cresceram de uma média de 5.1% do PIB em 2000 para 6.2% em 2015. No entanto, em 2015, apenas Madagascar e a Suazilândia ultrapassaram o limiar de 15% da despesa pública prescrito pelo Acordo de Abuja de 2001. Dezoito países africanos gastam agora menos do que o mínimo exigido em serviços essenciais de saúde, segundo a recomendação de 2001 da Comissão sobre Macroeconomia e Saúde da OMS.
- A expansão dos sistemas de proteção social constitui o principal desafio para os decisores políticos nesta área. Atualmente, mais de 45 países africanos implementam transferências incondicionais em espécie e programas de obras públicas que abrangem cerca de 20% da população total do continente (Banco Mundial, 2018). O número de países que implementam um programa de transferência de dinheiro mais do que duplicou desde 2010.
- Os recursos para redes de segurança social representam mais de 3% do PIB no Lesoto, nas Maurícias, na Namíbia e na África do Sul, mas muito menos noutros países. As redes de segurança social cobrem apenas 24% da população da África subsariana e 29% do quintil mais pobre (Banco Mundial, 2018).

Ações Propostas:**Estabelecer patamares de proteção social:**

- ▶ visar as populações mais pobres, a fim de reduzir as desigualdades de rendimento e garantir que os sistemas de proteção social abranjam toda a vida de um indivíduo
- ▶ suprir as necessidades de beneficiários de classes económicas e sociais baixas, bem como em idade de reforma.

Tornar os sistemas de proteção social financeiramente sustentáveis

- ▶ no curto prazo, otimizar a receita fiscal atribuída à proteção social e depender de assistência financeira externa, se necessário
- ▶ no médio prazo, conceber mecanismos de financiamento de segurança/proteção social que sejam autossustentáveis e que não sobrecarreguem os pobres
- ▶ criar a capacidade estatística para informar decisões políticas relativas à proteção social.

A proteção social é fundamental para erradicar a pobreza, aumentar a resiliência económica e facilitar o desenvolvimento humano. A Agenda 2063 destaca a proteção social como um instrumento crucial para garantir que nenhum cidadão fique sem acesso ao rendimento básico e a cuidados de saúde essenciais. O quadro de políticas sociais da União Africana para África incentiva os Estados-Membros a adotarem políticas de proteção social mínimas, tais como cuidados essenciais de saúde, seguros sociais e solidariedade social. As metas da União Africana para 2023 incluem o seguinte:

- proteção social para, pelo menos, 30% das populações vulneráveis, incluindo pessoas com deficiências, idosos e crianças
- segurança social para todos os trabalhadores do setor formal
- segurança social para, pelo menos, 20% da mão-de-obra do setor informal e rural.

Estabelecer patamares mínimos de proteção social

► Visar as populações mais pobres, a fim de reduzir as desigualdades de rendimento e garantir que os sistemas de proteção social abranjam toda a vida de um indivíduo.

- Os governos africanos têm de estabelecer um quadro integrado de assistência social, seguros sociais e políticas do mercado de trabalho para lidar com os desafios atuais e de longo prazo. Os governos centrais também têm de facilitar a coordenação e desenvolver sistemas administrativos centralizados, orçamentos e estratégias. O apoio a este quadro exige investimento em capacidade estatística e administrativa:
 - melhorando o registo civil
 - efetuando censos regulares e inquéritos às famílias
 - estabelecendo registos únicos e sistemas de informação de gestão unificada
 - desenvolvendo uma monitorização rigorosa e mecanismos de avaliação.
- Os aspetos de género também têm de ser incorporados para aumentar o acesso à proteção social para mulheres e raparigas, que constituem, muitas vezes, uma proporção desequilibrada dos pobres. Isto inclui promover o acesso das mulheres a serviços de educação e saúde, bem como apoiá-las quando não se encontram a trabalhar, estando a cuidar de dependentes (OCDE, 2017d).
- Os poucos países africanos que concluíram a transição demográfica (por exemplo, as Maurícias, as Seychelles e a Tunísia) são agora confrontados com uma grande parte da população a atingir a idade da reforma. A baixa participação da mão-de-obra pode agravar as desigualdades existentes, especialmente visto que o custo dos cuidados aos idosos recai desproporcionalmente sobre os membros mais pobres da sociedade (OCDE, 2017e).

► Suprir as necessidades de beneficiários de classes económicas e sociais baixas, bem como em idade de reforma.

- A existência de diversos programas de proteção social pode aumentar o impacto de cada um e visar grupos de diferentes estratos. O regime de obras públicas da África do Sul completa outros programas de assistência social já existentes. Embora o trabalho seja de curto prazo e os salários inferiores aos do setor formal, a participação no regime conta para o subsídio de desemprego e outros benefícios (BAD/OCDE/PNUD, 2016). A Etiópia e a Tanzânia têm programas de “rede de segurança” que abrangem os mais pobres através de obras públicas para as pessoas que podem trabalhar e de apoio direto para as que não podem. Na Etiópia, as pessoas inscritas no *Productive Safety Net Programme* têm maior probabilidade de participar em programas de saúde.

Tornar os sistemas de proteção social financeiramente sustentáveis

► No curto prazo, otimizar a receita fiscal atribuída à proteção social e depender de assistência financeira externa, se necessário.

- As estratégias de financiamento têm de conjugar melhorias ao sistema fiscal (ver Ação 9) com reformas do lado da despesa que otimizem os gastos sociais já existentes ou em prol dos mais pobres. As rendas dos recursos naturais podem fornecer uma parte da composição de receitas, porém, não estão disponíveis para todos os países e a sua volatilidade representa um risco para o financiamento sustentável no longo prazo. Retirar os subsídios ao combustível e aos alimentos

(sem prejudicar os pobres) poderia libertar recursos significativos para os sistemas de proteção social. Retirar os subsídios ao combustível em cinco países da África Oriental poderia poupar entre 0.6% e 2.1% do PIB (OCDE, 2017d).

- ▶ **No médio e longo prazos, conceber mecanismos de financiamento de segurança/proteção social que sejam autossustentáveis e que não sobrecarreguem os pobres.**
 - Estabelecer patamares mínimos de proteção social exige que os governos africanos aumentem a despesa anual em proteção social da média atual, de cerca de 1.5% do PIB, para 5%, de acordo com a Agenda 2063. Para alcançar este objetivo, os governos devem considerar o seguinte:
 - maior mobilização dos recursos internos e investir parte dessa receita adicional na proteção social
 - a gestão sustentável dos programas de proteção social (tanto na receita como na despesa, considerando, simultaneamente, as projeções demográficas).
- ▶ **Criar a capacidade estatística para informar decisões políticas relativas à proteção social.**
 - Empregar novas ferramentas, tais como a análise *Commitment to Equity*, pode ajudar os governos a perceber o impacto do sistema fiscal no rendimento final de diferentes grupos da sociedade.⁷
 - O reforço de capacidades e uma maior partilha de informação entre os organismos governamentais relevantes pode desenvolver a capacidade institucional para prever necessidades de financiamento da proteção social no longo prazo.

PILAR III: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ação 7: Impulsionar o compromisso africano com os parceiros globais

Contexto:

- O compromisso africano com os parceiros de desenvolvimento está a receber novo ímpeto. O processo da deslocação da riqueza, ou a riqueza crescente gerada pelos países em desenvolvimento, chamou consideravelmente a atenção para os papéis de parceiros mais recentes para o desenvolvimento africano, tais como o Brasil, a China e a Índia.
- As parcerias africanas geraram resultados variados e podem tirar partido de uma melhor coordenação.

Ações Propostas:

Reforçar a cooperação global:

- ▶ abrir-se a novos parceiros (por exemplo, o setor privado e a filantropia) e fortalecer iniciativas já existentes, tais como o Compact with Africa do G20.

Melhorar as parcerias africanas existentes e a cooperação:

- ▶ afinar relações e melhorar a coordenação entre organismos e instituições africanas.

Reforçar a cooperação global

- ▶ **Abertura a novos parceiros de desenvolvimento (por exemplo, o setor privado e a filantropia).**
 - Os novos doadores enfatizaram a cooperação económica englobando um vasto leque de atividades, tais como trocas de recursos por infraestruturas e IDE na agricultura, nos recursos naturais e na indústria transformadora. A China teve um papel vital na criação de dois novos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD): o *New Development Bank* e o *Asian Infrastructure Investment Bank*. O país assumiu um financiamento significativo aos dois BMD, cujas carteiras de empréstimos combinadas se estimam em USD 230 mil milhões (Reisen, 2015).
 - A *Africa Global Partnership Platform* foi lançada em 2015 para promover o diálogo a alto nível e as parcerias para os interesses e prioridades africanas, mas o seguimento foi débil. Novos atores terão de se envolver, incluindo o setor privado e a sociedade civil. Estão atualmente a emergir grupos de filantropia e programas de responsabilidade social empresarial enquanto fontes importantes de financiamento ao desenvolvimento. Entre 2013 e 2015, África recebeu USD 6.6 mil milhões de fundações filantrópicas (OCDE, 2018b), que oferecem uma nova abordagem ao estilo empresarial.

Melhorar as parcerias africanas existentes e a cooperação

- ▶ **Afinar relações e melhorar a coordenação entre organismos e instituições africanas.**
 - A União Africana deve reforçar o seu papel na monitorização do impacto das parcerias com agências regionais e continentais em estreita parceria com a NEPAD, a agência de desenvolvimento da União Africana.
 - O Banco Africano de Desenvolvimento, enquanto agência executiva do *Programme for Infrastructure Development in Africa*, estabeleceu um fundo para infraestruturas, o *Africa50*, que está na liderança dos esforços para alavancar investimento privado para projetos de infraestruturas de alto impacto.

Ação 8: Aprofundar a integração regional

Contexto:

- Em 21 de março de 2018, em Kigali (Ruanda), os chefes de Estado de 44 países africanos assinaram o acordo da zona de livre comércio continental (CFTA). A liberalização total do comércio de bens poderia impulsionar o PIB africano em 1% e o emprego total em 1.2%. O comércio intra-africano poderia crescer 33% e o défice comercial total poderia ser reduzido para metade (UNCTAD, 2018).
- Quarenta países africanos têm diversos estatutos de membro nas Comunidades Económicas Regionais (CER) reconhecidos pelo Tratado de Abuja. Tal circunstância criou mandatos duplicados e pouco claros.
- Ainda persistem os elevados custos de comércio entre países africanos apesar da sua longa integração nas CER. Dez anos após a assinatura do acordo regional, a Comunidade da África Oriental é o único bloco no qual os custos comerciais tinham decrescido (de Melo, Nouar e Solleder, 2017). Apenas a SADC conseguiu manter uma tendência positiva no comércio intrarregional, fazendo-o avançar além de 5% do PIB.

Contexto: (cont.)

- As exportações intra-africanas de mercadorias representam menos de 19% do total, em comparação com 63% na Europa (UE-28) e 58% na Ásia.
- O comércio informal transfronteiras representa 30-40% do total de comércio na SADC. Cerca de 70% dos comerciantes informais transfronteiras em África são mulheres (Afrika e Ajumbo, 2012; FAO, 2017).
- Durante o período 2011-14, apenas cerca de 20% do financiamento comercial foi dirigido ao comércio intra-africano.
- Continua a ser difícil fazer capitais, serviços e pessoas atravessar as fronteiras. Apenas dez países dispensam atualmente exigências de visto ou emitem vistos à chegada a todos os cidadãos africanos. Ainda há restrições que prejudicam o comércio de serviços. Os governos nacionais, muitas vezes, demoram demasiado tempo a implementar compromissos regionais (UNCTAD, 2015). Além disso, a margem de negociações de serviços em algumas CER continua a ser limitado.

Ações Propostas:**Melhorar a coordenação e a governação das CER e racionalizar os membros:**

- ▶ incentivar os secretariados das CER a coordenar e alinhar as políticas para aprofundar a integração continental
- ▶ priorizar os compromissos das CER para resolver o problema de sobreposição do estatuto de membro
- ▶ aumentar o compromisso, a coordenação e a harmonização de políticas.

Facilitar o comércio de mercadorias:

- ▶ tornar a zona de livre comércio continental africana operacional
- ▶ remover as barreiras não pautais ao comércio
- ▶ investir em infraestruturas e simplificar os procedimentos aduaneiros
- ▶ alargar o financiamento do comércio intrarregional
- ▶ remover restrições para comerciantes transfronteiriços de pequena escala.

Aprofundar a integração regional de forma a incluir a livre circulação de pessoas, capitais e serviços:

- ▶ eliminar exigências de vistos e restrições à circulação de mão-de-obra
- ▶ facilitar a circulação transfronteiriça de capital para reduzir os custos de pagamentos e operações comerciais
- ▶ liberalizar mais os setores dos serviços e aumentar o seu comércio.

A Agenda 2063 da União Africana apela a um continente unido em que pessoas, mercadorias, serviços e capitais atravessem fronteiras livremente. Conseguir tal feito aumentará substancialmente o comércio continental e os fluxos de investimento. Espera-se que os investimentos em TIC e em infraestruturas de transportes, em conjunção com medidas de facilitação do comércio, impulsionem a proporção de comércio intra-africano para 50% do total das trocas comerciais do continente até ao ano 2045, mais de três vezes

o nível atual (CUA, 2015). Tal integração regional também é fundamental para ligar as empresas africanas a CVG, que exigem competitividade através de economias de escala (Ahmad e Primi, 2017).

Melhorar a coordenação e a governação das Comunidades Económicas Regionais e racionalizar a adesão de novos membros

- ▶ **Incentivar os secretariados das CER a coordenar-se e alinhar as políticas para fortalecer a integração continental.**
 - Reavivar o *African Peer Review Mechanism* da NEPAD e encorajar todos os países africanos a assiná-lo poderia reforçar a aprendizagem entre pares e o diálogo relativo a políticas entre os países africanos. Presentemente, 37 países participam numa base de voluntariado. Outras organizações que efetuam avaliações pelos pares, como a OCDE, poderiam partilhar as suas experiências.
- ▶ **Priorizar os compromissos das CER para resolver o problema de sobreposição do estatuto de membro.**
 - A busca por vários acordos regionais de comércio desencoraja os Estados a procurar uma integração mais profunda, diminuindo assim o comércio intrarregional (Chacha, 2014). As CER africanas precisam quer do poder para impor legalmente as suas políticas quer de mecanismos de resolução de litígios mais fortes (de Melo, Nouar e Solleder, 2017). Além disso, as CER e os seus Estados-Membros têm de esclarecer se os recentes acordos megarregionais (por exemplo, a *Tripartite Free Trade Area* e a CFTA) prevalecem sobre as disposições legais dos acordos regionais.
- ▶ **Nas CER, os países precisam de maior compromisso, coordenação e harmonização de políticas.**
 - Os países da SADC estão a trabalhar em conjunto para promover a industrialização regional e a melhoria nas cadeia de valor. O *Industrialisation Strategy Action Plan* de 2017 da SADC analisa as potencialidades de investimento e industrialização para produtos específicos, tendo em conta as vantagens comparativas no nível regional.
 - Os países da Comunidade da África Oriental anunciam a comunidade como um destino turístico único, desde o lançamento do *East African Tourist Visa* em 2015. A *East Africa Tourism Platform* liderada pelo setor privado está a promover uma abordagem coordenada para melhorar a competitividade da região em viagens e turismo (Dihel e Goswami, 2016).

Facilitar o comércio de mercadorias

- ▶ **Tornar a zona de livre comércio continental africana operacional.**
 - Os países signatários comprometem-se a reduzir as barreiras pautais e não pautais ao comércio. A remoção das pautas aduaneiras resultará em consideráveis ganhos de longo prazo para a grande maioria dos países, apesar dos custos significativos de adaptação no curto prazo. À medida que as comunidades económicas regionais se deslocam de áreas de livre comércio para mercados comuns, as pautas externas comuns solucionarão a questão da existência de diferentes regras de origem nas CER. Os países podem também seguir o plano de ação BIAT⁸ para priorizar as reformas necessárias em termos de políticas a fim de obter todos os benefícios da CFTA (UA/UNECA, 2012).

► **Remover as barreiras não pautais ao comércio.**

- Os decisores políticos podem reduzir os custos de entrada no mercado para as empresas através da harmonização das normas e regulamentações (por exemplo, regras de origem diferentes entre a SADC e o Mercado Comum da África Oriental e Austral [COMESA], por exemplo). Os acordos de reconhecimento mútuo entre os gabinetes normativos e as agências nacionais de certificação podem evitar uma duplicação de procedimentos dispendiosa para as empresas.
- Diversas CER podem visar diferentes barreiras não pautais ao comércio:
 - Os países do Norte de África podem aproveitar a sua atual integração em CVG com os países da União Europeia (UE) para passar a atividades de maior valor agregado, como por exemplo o desenvolvimento de marcas, o comércio a retalho e os processos de investigação e desenvolvimento para cadeias de valor centradas em África.
 - O setor de confeções sul-africano beneficiou de um acordo de união aduaneira (isto é, SACU) para a produção deslocalizada no Lesoto e na Suazilândia. As empresas maurícias investiram no Madagáscar, outro país da SADC, para, em seguida, terem acesso ao mercado da África do Sul (Fessehaie, 2018).

► **Investir em infraestruturas e simplificar os procedimentos aduaneiros.**

- O *Single Customs Territory* (SCT: Território Aduaneiro Único) da Comunidade da África Oriental mostra como as CER podem coordenar a eliminação de barreiras não pautais. O SCT simplificou os movimentos transfronteiriços, eliminando os controlos desnecessários e os procedimentos de desalfandegamento (NCTTCA, 2017). Apresentam-se aqui dois dos muitos resultados:
 - Os tempos de trânsito entre Mombaça e Kigali foram reduzidos para metade, de 11.4 para 5.7 dias.
 - Os custos de frete rodoviário de Mombaça para Kigali diminuíram mais de 30%, de USD 4350 em 2015 para 3300 em 2017.
- As janelas únicas eletrónicas (ESW) e os postos fronteiriços de paragem única podem reduzir significativamente o tempo e o custo do comércio. A ESW do Uganda simplifica a entrega e o processamento de informações comerciais, reduzindo 30% o tempo dos procedimentos administrativos e os custos de transação.

► **Expandir o financiamento do comércio intrarregional e tornar o financiamento mais acessível.**

- Focar o crédito à exportação e o financiamento comercial no comércio regional poderia reduzir os custos de transação e as assimetrias de informação para os credores africanos. As PME também poderiam beneficiar de soluções financeiras incrementadas, tais como empréstimos baseados nos ativos ou regimes de garantia de crédito, bem como iniciativas de reforço de capacidades que as ajudassem a cumprir as normas de qualidade (BAD/OCDE/PNUD, 2017).

► **Remover restrições para comerciantes transfronteiriços de pequena escala.**

- As políticas de apoio aos comerciantes de pequena escala podem variar da construção de infraestruturas à redução da burocracia, permitindo, ao mesmo tempo, que as empresas informais entrem na economia formal. Por exemplo, a construção de locais de mercado transfronteiriços pode aumentar a segurança das mulheres que percorrem longas distâncias com as suas mercadorias. Procedimentos simplificados, tais como o *Simplified Trade Regime* da COMESA, reduzem a burocracia e incentivam a atividade económica formal ao longo das regiões fronteiriças.

Aprofundar a integração regional por forma a incluir a livre circulação de pessoas, capitais e serviços

- ▶ **Eliminar exigências de vistos e restrições à circulação de pessoas.**
 - Apenas dez países dispensam exigências de visto ou emitem vistos à chegada a todos os cidadãos africanos (BAD/UA, 2017) e apenas metade dos membros da UA assinaram o acordo da CFTA relativo à livre circulação de pessoas. Não obstante a implementação desta política requer um compromisso sério dos países signatários, a livre circulação de pessoas poderia desempenhar um papel central no desencadear das potencialidades económicas do continente (ICTSD, 2018). Um estudo conjunto OCDE-OIT revelou que os imigrantes em quatro países africanos contribuíram de forma positiva – ainda que limitada – para as receitas fiscais líquidas (OCDE/OIT, 2018).
 - Nas CER sob disposições do mercado comum, os países devem permitir que as pessoas atravessem as fronteiras tão livremente quanto os seus próprios cidadãos, sem procedimentos adicionais. Por exemplo, o Quênia, o Ruanda e o Uganda permitem aos seus cidadãos viajar entre os países apenas com os bilhetes de identidade nacionais.

- ▶ **Facilitar a circulação transfronteiras de capital para reduzir os custos de pagamentos e operações comerciais.**
 - O reforço da utilização transfronteiriça de serviços bancários e não bancários pode permitir às empresas servir os mercados regionais a custos mais reduzidos. Os países devem promover a utilização transfronteiriça de instrumentos de pagamento. Através do setor bancário, o *East African Payment System* reduziu o tempo e o custo das transações graças a um serviço de câmbio direto. Outros serviços de pagamento incluem o dinheiro móvel (por exemplo, o *Orange Money in West Africa*), cujos custos caíram graças à eliminação das taxas transfronteiriças de *roaming*.

- ▶ **Liberalizar mais os setores dos serviços e aumentar o seu comércio.**
 - Os países podem beneficiar de uma maior liberalização nos setores dos serviços. O âmbito das negociações de serviços em algumas CER continua a ser limitado. O lançamento do *Single African Air Transport Market* em janeiro de 2018 representa um passo em frente.
 - Incentivar a prestação de serviços transfronteiriços, tais como a educação e a saúde, pode ajudar a estabelecer centros regionais de excelência. Vários programas promovem o intercâmbio de estudantes e profissionais africanos para melhorar as oportunidades de aprendizagem. Estes incluem o *Intra-African Exchange Program* estabelecido pela *Association for the Development of Education in Africa* e o *Intra-Africa Academic Mobility Scheme* da UE-UA.

Ação 9: Mobilizar os recursos internos

Contexto:

- Cumprir a Agenda 2063 ou alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode exigir o aumento da despesa pública anual até 30% em países de baixo rendimento (Baum et al., 2017). No entanto, a ajuda externa e outras receitas não fiscais, tais como as rendas dos recursos, podem flutuar descontrolada e imprevisivelmente (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

Contexto: (cont.)

- Para reforçar os sistemas fiscais, os decisores políticos devem estar conscientes da dimensão do setor informal, que atinge 38% do PIB na África subsariana, e adaptar as suas políticas (OCDE/ATAF/CUA, 2017). Por exemplo, é geralmente mais difícil recolher estatísticas fiáveis de empresas informais e aplicar-lhes regulamentos de forma eficaz.
- A ajuda às políticas do setor público e gestão administrativa tem vindo a diminuir. Representou menos de 2% do total da ajuda atribuída a África em 2015.
- Os governos africanos estão atualmente a verificar uma redução de receitas não fiscais. A APD foi, em média, 10% menos em 2015 do que em 2013 (embora os países de baixo rendimento tenham visto o montante decrescer apenas 1%). As receitas das exportações de petróleo de países africanos são um terço do seu ponto máximo em 2011.

Ações Propostas:**Conceber sistemas fiscais que ampliem a base tributária e promovam o cumprimento:**

- ▶ aumentar a transparência dos sistemas fiscais e melhorar a comunicação com os contribuintes
- ▶ conceber um sistema fiscal que reduza a carga e os custos do cumprimento.

Investir em tornar as administrações fiscais mais eficazes e eficientes:

- ▶ simplificar as administrações fiscais e os procedimentos

Cooperar ao nível internacional para melhorar os sistemas fiscais:

- ▶ coordenar as políticas e os sistemas fiscais aos níveis continental e das CER
- ▶ participar nos fóruns internacionais e nos esforços para conter práticas tais como a erosão da base tributária e o desvio de lucros, a arbitragem fiscal e fluxos financeiros ilícitos
- ▶ colaborar com parceiros internacionais para melhorar as estatísticas das receitas.

Os países africanos terão de investir fortemente para atender às suas necessidades de desenvolvimento. A Agenda 2063, a *Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development* de Adis Abeba e o ODS 17.1 salientam que o aumento da tributação é crucial para financiar o desenvolvimento sustentável.

Conceber sistemas fiscais que ampliem a base tributária e promovam o cumprimento

- ▶ **Aumentar a transparência dos sistemas fiscais e melhorar a comunicação com os contribuintes.**
 - Uma melhor comunicação para ajudar os contribuintes a entender a relação entre pagamento de impostos e despesa pública pode aumentar a aceitação do público e incentivar o cumprimento das obrigações fiscais. Alguns países vão mais longe, interligando explicitamente certos impostos com programas específicos, como, por exemplo, instituindo impostos cujas receitas vão diretamente para fundos especiais de resposta de emergência a políticas, programas de cobertura de cuidados de saúde ou grandes investimentos. O Ruanda aumenta impostos que vão

para o fundo de manutenção rodoviária nacional, enquanto o Uganda tem uma taxa de infraestruturas para financiar a construção de uma ferrovia com bitola normalizada.

- O aumento da comunicação e da proximidade entre autoridades do governo e cidadãos pode ter um grande impacto sobre as receitas fiscais. A descentralização da coleta de impostos no Ruanda mostrou que uma maior proximidade geográfica pode melhorar o fluxo de informação, bem como o cumprimento das obrigações fiscais (BAD/OCDE/PNUD, 2017). A *Ethiopian Revenue Authority* aumentou 32% as coletas fiscais quando lembrou aos contribuintes do seu dever de pagar impostos e aumentou-as 38% quando ameaçou os contribuintes com uma auditoria (Shimeles, Gurara e Woldeyes, 2017).

► **Conceber um sistema fiscal que reduza a carga e os custos do cumprimento.**

- Ao “separar” políticas, por exemplo, o registo comercial dos impostos (Jütting e Laiglesia, 2009), os governos podem tornar a entrada no setor formal mais atrativa. As licenças comerciais poderiam ser oferecidas gratuitamente e, em troca, as empresas poderiam obter proteções sociais ou incentivos. Este poderia ser um primeiro passo para melhorar o desempenho das empresas e permitir o cumprimento das obrigações fiscais no médio prazo.
- As taxas fixas podem ser úteis quando os custos do cumprimento são elevados devido à pequena dimensão da empresa ou da elevada informalidade. A Côte d’Ivoire, por exemplo, cobra uma taxa fixa aos indivíduos sobre o seu rendimento empresarial quando está abaixo de um certo limiar. Tal situação pode aumentar o cumprimento simplificando o pagamento para as pequenas empresas (OCDE, 2016b, 2015b). Contudo, estes impostos podem ter consequências indesejadas, tais como criar um incentivo para que as empresas permaneçam sob o limite.
- Exigir às pequenas empresas que retenham parte do salário dos funcionários que será pago como imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (isto é, “retenção na fonte”) poderia reduzir o custo do cumprimento para os funcionários e aumentar as receitas.

Investir em tornar as administrações fiscais mais eficazes e eficientes

► **Simplificar as administrações fiscais e os procedimentos.**

- A eliminação de isenções fiscais ineficientes pode aumentar as receitas e, simultaneamente, reduzir os encargos administrativos e remover distorções prejudiciais. Marrocos aumentou as receitas do IVA ao introduzir reformas para alargar a base tributária e simplificar as regras de tributação, reduzindo as isenções e as taxas de IVA. Como resultado, entre 2004 e 2013, as receitas do IVA em percentagem do PIB aumentaram 2.8 pontos percentuais, o que constitui mais de metade do crescimento total das receitas fiscais durante aquele período (OCDE/ATAF/CUA, 2017).
- O preenchimento eletrónico pode aumentar o cumprimento poupando tempo aos contribuintes, pode igualmente reduzir erros de cálculo e tornar os documentos mais fáceis de preencher. A introdução do preenchimento eletrónico na África do Sul em 2001 reduziu 22.4% os custos de cumprimento das obrigações fiscais (Coolidge e Yilmaz, 2014).
- Uma abordagem corrente é a criação de um gabinete à parte para atender os contribuintes de rendimentos elevados. Apesar de exigir mais recursos, estes são geralmente eficazes em termos de custos. O Ruanda aumentou a taxa de cumprimento dos contribuintes de rendimentos elevados a 97% após o reforço do

mecanismo de aplicação do cumprimento e a criação de um gabinete à parte para pequenos e médios contribuintes (BAD/OCDE/PNUD, 2017: 34).

Cooperar ao nível internacional para melhorar os sistemas fiscais

► Coordenar as políticas e os sistemas fiscais aos níveis continental e das CER.

- Algumas CER, tais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, têm pautas de importação e regras do IVA harmonizadas em todos os países membros, permitindo, ao mesmo tempo, alguma variação nas taxas. A União Aduaneira da África Austral (SACU) deu um passo mais além, modernizando toda a fórmula de repartição de receitas ao incluir os impostos aduaneiros especiais de consumo e uma componente de desenvolvimento, que são administrados pela Comissão da União Aduaneira da SACU. Isso tornou a cobrança de impostos mais eficiente e serviu de fórum para um trabalho coletivo sobre o problema do financiamento do desenvolvimento na região.

► Participar nos fóruns internacionais e nos esforços para conter práticas tais como a erosão da base tributária e o desvio de lucros (BEPS), a arbitragem fiscal e fluxos financeiros ilícitos.

- Vinte e um países africanos participam atualmente no quadro inclusivo relativo à BEPS. Nos países em desenvolvimento, a BEPS resulta sobretudo de um abusivo e inadequado preço de transferência, bem como pagamentos de juros excessivos, abuso de tratados fiscais e da definição de estabelecimento permanente. A OCDE, juntamente com outras organizações internacionais e o *African Tax Administration Forum* (ATAF: Fórum Africano de Administração Fiscal) está a realizar programas personalizados de reforço das capacidades no nível do país em 17 países africanos, para apoiar o preço de transferência BEPS e as normas em matéria de IVA.
- Vinte países africanos e duas organizações internacionais africanas (a ATAF e o *Centre de Rencontres et d'études des dirigeants des fiscales administrations* [CREDAF]) tomam parte no fórum global da OCDE em matéria de IVA. Esses participam no desenvolvimento de normas globais de IVA (as *International VAT/GST Guidelines*) e partilham análise de políticas, experiências e melhores práticas.
- Os governos devem trabalhar em conjunto para reforçar os controlos nas fronteiras, rastrear fundos ilícitos e eliminar diferenças significativas nas taxas de imposto, a fim de reduzir os incentivos para a arbitragem e o contrabando transfronteiriço. Na África Ocidental, as mais significativas perdas líquidas devido a fluxos financeiros ilícitos foram atribuídas às receitas dos recursos naturais investidos fora da região. Para conter esses fluxos, os governos nacionais podem participar em iniciativas internacionais e fóruns, tais como a *Joint AfDB-OECD Initiative to Support Business Integrity and Anti-Bribery Efforts in Africa* (OCDE, 2018c).

► Colaborar com parceiros internacionais para melhorar a qualidade e comparabilidade das estatísticas das receitas.

- Os governos africanos podem beneficiar do facto de as suas estatísticas das receitas serem comparáveis e disponíveis para comparação internacional. Tornar as informações sobre os sistemas fiscais facilmente acessíveis a um vasto leque de especialistas aumentaria a transparência e, ao mesmo tempo, melhoraria a tomada de decisões e a cooperação internacional. O projeto *Revenue Statistics in Africa* criou um único conjunto abrangente de estatísticas detalhadas sobre as receitas dos

países africanos. O projeto, presentemente no seu terceiro ano, é uma parceria da União Africana, do *African Tax Administration Forum* e da OCDE. O conjunto de dados disporá em breve de 21 países e está alinhado com uma norma de classificação internacional, permitindo comparações de dados num nível pormenorizado com países de todo o mundo.

Ação 10: Reforçar a governação económica e política

Contexto:

- A maioria dos países africanos ainda enfrentam desafios fundamentais para satisfazer as expectativas dos cidadãos nos processos de tomada de decisões e na prestação de serviços públicos. Mais de 22% dos protestos em África entre 2014 e 2016 foram motivados por tais expectativas não atendidas.
- A responsabilização do governo mantém-se baixa, de acordo com o *Mo Ibrahim Index of African Governance*. O progresso tem sido marginal desde 2008 e está a perder o impulso.
- A falta de estatísticas em África reflete a baixa capacidade institucional e pode impedir os governos de compreenderem claramente os respetivos países. Por exemplo, sete países em África não efetuam censos da população há mais de dez anos (CEPED, 2016).
- Muitos países passaram pela descentralização política e administrativa desde a década de 1990, nomeadamente organizando eleições locais e transferindo mais poder para os governos subnacionais. No entanto, a descentralização fiscal, muitas vezes, fica aquém da descentralização política.

Ações Propostas:

Aumentar a responsabilização e a transparência dos processos de tomada de decisão e das políticas de redistribuição:

- ▶ fazer uso de soluções digitais para iniciativas de dados abertos e liberdade de informação, assim como para serviços governamentais.

Promover a boa governação empresarial e um ambiente empresarial estável:

- ▶ estabelecer quadros regulamentares nacionais e iniciativas de governação empresarial para melhorar a capacidade do setor privado
- ▶ aumentar a transparência e a competitividade das empresas estatais.

Investir continuamente na melhoria da capacidade institucional:

- ▶ empreender programas sistemáticos de reforço de capacidades para adquirir novos conjuntos de competências, abordagens de gestão e cultura institucional
- ▶ implementar a decisão dos Chefes de Estado e de Governo da AU de atribuir, todos os anos, 0.15% do orçamento nacional a atividades estatísticas.

Garantir que as reformas sejam implementadas a um nível de governo adequado:

- ▶ adotar o princípio da subsidiariedade, em que o nível certo de governo intervém para políticas específicas, em coordenação com os outros níveis de governo
- ▶ equiparar a descentralização fiscal com a descentralização política e administrativa.

Aumentar a responsabilização e a transparência dos processos de tomada de decisão e das políticas de redistribuição

- ▶ **Fazer uso de soluções digitais para iniciativas de dados abertos e liberdade de informação, assim como para serviços governamentais.**
 - O centro de informações do cidadão de Cabo Verde, *Casa do Cidadão*, oferece um portal único para aceder aos serviços administrativos. Esta iniciativa reduziu os tempos de procedimentos, facilitou a interação dos cidadãos com o governo e tornou as informações mais precisas.
 - A *Kenya Open Data Initiative (KODI)*, lançada em 2011, dá livre acesso aos conjuntos de dados do governo e promove uma governação transparente. Atualmente, 31 ministérios contribuem com dados.

Promover a boa governação empresarial e um ambiente empresarial estável

- ▶ **Estabelecer quadros regulamentares e iniciativas de governação empresarial para melhorar a capacidade do setor privado.**
 - Para empresas cotadas em bolsa, os governos devem definir e aplicar normas de contabilidade e auditoria. O *Private Sector Corporate Governance Trust* do Quênia trabalha com o setor privado e o governo para reforçar a capacidade institucional e estabelecer boas práticas de governação (Gatamah, 2002).
- ▶ **Aumentar a transparência e a competitividade das empresas estatais.**
 - Os governos podem aumentar a transparência e melhorar a governação das empresas estatais limitando os conflitos de interesse, concebendo quadros regulamentares eficazes, tratando os outros acionistas e investidores de forma equitativa e seguindo normas internacionais de ética empresarial e de relações das partes interessadas (SOE Network for Southern Africa, 2014). De modo mais geral, os países deveriam considerar alinhar a regulamentação nacional com as melhores práticas e princípios globais. Para mais pormenores, ver *OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises* (OCDE, 2015c).

Investir continuamente na melhoria da capacidade institucional

- ▶ **Empreender programas sistemáticos de reforço de capacidades para adquirir novos conjuntos de competências, abordagens de gestão e cultura institucional em todos os níveis de governo.**
 - O município de eThekweni da África do Sul estabeleceu o *Municipal Institute of Learning (MILE)* para o reforço de capacidades do governo local. Desde 2009, o MILE já formou 3600 profissionais do governo local vindos de diferentes países africanos.
 - O Fundo Monetário Internacional, juntamente com alguns outros doadores, criou seis *African Regional Technical Assistance Centers*. Os centros visam o reforço de capacidades locais de gestão económica e financeira. Fornecem ajuda com uma equipa de especialistas residentes e organizam oficinas, formação profissional e cursos regionais no país.
- ▶ **Dedicar mais recursos ao reforço da capacidade estatística de África**
 - Implementar a decisão dos Chefes de Estado e de Governo de atribuir, todos os anos, 0,15% dos orçamentos nacionais a atividades estatísticas, como recordado na 4.ª Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelo registo civil e estatísticas

vitais em Nouakchott, em dezembro de 2017. A África do Sul cumpriu esta meta atribuindo às estatísticas 0.19% do seu orçamento de 2018.

- São necessários quadros de monitorização e avaliação sólidos para acompanhar os progressos na implementação da Agenda 2063. O apoio à atualização e revisão da *Strategy for the Harmonisation of Statistics in Africa (SHaSA)* por todas as partes interessadas pode ajudar as agências nacionais de estatística a desenvolver indicadores, definições e processos de medição e verificação harmonizados para todos os objetivos no âmbito da Agenda 2063.
- Os países devem fazer o seguimento dos compromissos para tornar o *Pan African Institute of Statistics* operacional até 2023, tal como estabelecido na Agenda 2063.

Garantir que as reformas sejam implementadas a um nível de governo adequado

- ▶ **Adotar o princípio da subsidiariedade, em que o nível certo de governo intervém em políticas específicas, em coordenação com os outros níveis de governo.**
 - Muitos governos africanos precisam de alargar a sua agenda de governação em vários níveis. Em 2014, a União Africana adotou a *African Charter on Values and Principles of Decentralisation, Local Governance and Local Development* (Carta africana sobre os valores e princípios da descentralização, governação local e desenvolvimento local). Apesar do consenso sobre a matéria entre os governos africanos, no momento em que se escrevia, somente 13 países africanos assinaram a carta (UA, 2018).
 - A dinâmica de governação em vários níveis é específica de cada país. Encontrar o equilíbrio certo entre os diferentes níveis de governo requer tentativa e erro (BAD/OCDE/PNUD, 2016).
- ▶ **Equiparar a descentralização fiscal com a descentralização política e administrativa.**
 - Reformas eficazes na descentralização fiscal podem permitir aos governos locais incrementar os recursos e investir nas infraestruturas e serviços necessários. Essas reformas incluem as transferências nacionais, a partilha automática de receitas provenientes dos recursos naturais, a captura de valor da terra, o aumento da capacidade de administração fiscal local e a promoção do financiamento privado (BAD/OCDE/PNUD, 2016). Os esforços para melhorar a transparência e capacidade institucional do governo local devem acompanhar a descentralização fiscal.
 - Os orçamentos participativos podem melhorar a legitimidade fiscal dos governos subnacionais, como mostrado pelo sistema de *software* YTax no Senegal.

Anexo 8.A1. Interligações entre cada ação relativa a políticas e as megatendências, as metas da Agenda 2063 e os ODS

Ação relativa a políticas	Metas da Agenda 2063 relacionadas	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados	Megatendência tratada
Ação 1: Incentivar o investimento para o desenvolvimento do setor privado interno	Meta 4. Economias e empregos transformados Meta 12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento	ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação ODS 12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	1. “Deslocação da riqueza” 2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0) 4. Transição urbana de África
Ação 2: Ajudar o setor privado a diversificar a produção e as exportações	Meta 4. Economias e empregos transformados Meta 5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção	ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	1. “Deslocação da riqueza” 2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0) 4. Transição urbana de África
Ação 3: Fortalecer as ligações entre as economias urbanas e rurais	Meta 1. Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos Meta 10. Infraestruturas de classe mundial em toda a África	ODS 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países ODS 11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis	3. Dividendo demográfico de África 4. Transição urbana de África
Ação 4: Fomentar o crescimento verde	Meta 5. Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção Meta 6. Economia azul/oceano Meta 7. Comunidades e economias ambientalmente sustentáveis e resistentes aos impactos climáticos	ODS 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares ODS 7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos ODS 13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos ODS 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável ODS 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação dos solos e deter a perda de biodiversidade	5. Alterações climáticas e a transição para uma economia verde
Ação 5: Alargar a educação e, simultaneamente, melhorar a qualidade da educação e as competências	Meta 2. Cidadãos com boa instrução e revolução de competências apoiada pela ciência, a tecnologia e a inovação Meta 17. Plena igualdade de género em todas as esferas da vida Meta 18. Jovens e crianças envolvidos e capacitados	ODS 4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos ODS 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas ODS 12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis	2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0) 3. Dividendo demográfico de África
Ação 6: Aumentar a cobertura dos sistemas de proteção social, incluindo laborais e de saúde	Meta 1. Um nível de vida elevado, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos Meta 3. Cidadãos saudáveis e bem nutridos	ODS 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares ODS 3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países	3. Dividendo demográfico de África
Ação 7: Impulsionar o envolvimento africano com os parceiros globais	Meta 19. África como um parceiro importante nos assuntos globais e a coexistência pacífica Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento	ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	1. “Deslocação da riqueza”

Ação relativa a políticas	Metas da Agenda 2063 relacionadas	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados	Megatendência tratada
Ação 8: Aprofundar a integração regional	<p>Meta 4. Economias transformadas e criação de emprego</p> <p>Meta 8. África Unida (federal ou confederada)</p> <p>Meta 9. Instituições financeiras e monetárias continentais estabelecidas e funcionais</p> <p>Meta 10. Infraestruturas de classe mundial em toda a África</p>	<p>ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p> <p>ODS 10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países</p> <p>ODS 11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis</p> <p>ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>1. "Deslocação da riqueza"</p> <p>3. Dividendo demográfico de África</p> <p>4. Transição urbana de África</p>
Ação 9: Mobilizar os recursos internos	<p>Meta 20. África assume plena responsabilidade pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento</p>	<p>ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos</p> <p>ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0)</p> <p>3. Dividendo demográfico de África</p> <p>4. Transição urbana de África</p>
Ação 10: Reforçar a governação económica e política	<p>Meta 8. África Unida (federal ou confederada)</p> <p>Meta 11. Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos</p> <p>Meta 12. Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas em todos os níveis</p>	<p>ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos</p> <p>ODS 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis</p> <p>ODS 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>	<p>2. A nova revolução da produção (Indústria 4.0)</p> <p>4. Transição urbana de África</p>

Notas

1. Adaptação de www.aainitiative.org/circular-economy (consultado a 31 de janeiro de 2018).
2. www.fonerwa.org/ (consultado a 31 de janeiro de 2018).
3. www.travelmauritius.net/eco-tourism.html (consultado a 31 de janeiro de 2018).
4. Ver <https://tellmaps.com/uis/gender/#!/tellmap/1152163451>.
5. Ver, por exemplo, https://www.poverty-action.org/sites/default/files/publications/evaluations_of_cash_transfer_programs_in_african_settings_policy_memo.pdf.
6. www.adeanet.org/adeapmp/sites/default/files/activities/tvsd_and_ppp_policy_brief_v1.pdf.
7. O projeto Commitment to Equity (CEQ) é liderado por Nora Lustig desde 2008 e é uma iniciativa do Center for Inter-American Policy and Research (CIPR: Centro para a Política Interamericana e a Investigação) e do Departamento de Economia da Universidade de Tulane, do Center for Global Development (Centro para o Desenvolvimento Global) e do Inter-American Dialogue (Diálogo Interamericano). O Projeto CEQ tem sede no Commitment to Equity Institute em Tulane. Ver www.commitmenttoequity.org
8. O plano de ação para impulsionar o comércio intra-africano (Action Plan for Boosting Intra-Africa Trade, BIAT), aprovado pelos chefes de estado africanos em janeiro de 2012, identifica sete clusters: política comercial, facilitação do comércio, capacidade produtiva, infraestruturas relacionadas com o comércio, financiamento comercial, informações comerciais e integração no mercado de fatores.

Bibliografia

- Afrika, J.-G. K. e G. Ajumbo (2012), “Informal cross border trade in Africa: Implications and policy recommendations”, *Africa Economic Brief*, Vol. 3/10, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Economic%20Brief%20-%20Informal%20Cross%20Border%20Trade%20in%20Africa%20Implications%20and%20Policy%20Recommendations%20-%20Volume%203.pdf>.
- Ahmad, N. e A. Primi (2017), “From domestic to regional to global: Factory Africa and factory Latin America?”, in *Global Value Chain Development Report 2017: Measuring and Analyzing the Impact of GVCs on Economic Development*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/440081499424129960/Measuring-and-analyzing-the-impact-of-GVCs-on-economic-development>.
- America, R. (2013), “Economic development with limited supplies of management. What to do about it: The case of Africa”, *Challenge*, Vol. 56/1, pp. 61-71, <https://doi.org/10.2753/0577-5132560103>.
- Amin, M. e A. Islam (2015), “Are large informal firms more productive than the small informal firms? Evidence from firm-level surveys in Africa”, *World Development*, Vol. 74, pp. 374–385, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.008>.
- Atchoarena, D. e A. Delluc (2002), *Revisiting Technical and Vocational Education in Sub-Saharan Africa: An Update on Trends, Innovations and Challenges*, relatório para o Banco Mundial, International Institute for Educational Planning/UNESCO, Paris, <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001293/129354e.pdf>.
- BAD/FMI/GBM (2017), *The G20 Compact with Africa: A joint Report*, Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e Grupo do Banco Mundial, Baden, www.compactwithafrica.org/content/dam/Compact%20with%20Africa/2017-03-30-g20-compact-with-africa-report.pdf.
- BAD/OCDE (2008), *African Economic Outlook 2008*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aao-2008-en>.
- BAD/OCDE (2013), *Enabling Green Growth in Africa*, relatório conjunto da oficina “Green Growth in Africa” decorrida em Lusaka, Zâmbia, Banco Africano de Desenvolvimento e OCDE, www.oecd.org/dac/environment-development/AfDB-OECD%20Enabling%20green%20growth%20in%20Africa%20workshop%20report.pdf.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aao-2015-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas económicas em África 2016: cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas económicas em África 2017: empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.

- BAD/UA (2017), *Africa Visa Openness Report 2017*, Banco Africano de Desenvolvimento e União Africana, Abidjan, http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/2017_Africa_Visa.
- Banco Mundial (2014), *Human Capital for Agriculture in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/685101468009998164/Human-capital-for-agriculture-in-Africa>.
- Banco Mundial (2018), *The State of Social Safety Nets 2018*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29115/9781464812545.pdf?sequence=5&isAllowed=y>.
- Banco Mundial/Elsevier (2014), *A Decade of Development in sub-Saharan African Science, Technology, Engineering & Mathematics Research*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/237371468204551128/pdf/910160WPOP126900disclose09026020140.pdf>.
- Bashir, S. et al. (2018), *Facing Forward: Schooling for Learning in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29377>.
- Baum, A. et al. (2017), “Can they do it all? Fiscal space in low-income countries”, *IMF Working Paper*, No. 17/110, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/05/05/Can-They-Do-It-All-Fiscal-Space-in-Low-Income-Countries-44889.
- Berrisford, S. (2013), “Getting land governance right in sub-Saharan cities: More than land administration”, in M. Napier et al., *Trading Places: Accessing Land in African Cities*, Urban LandMark, Pretória.
- Brahmbhatt, M., C. Haddaoui e J. Page (2017), “Green industrialisation and entrepreneurship in Africa”, *Contributing Paper for African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation, New Climate Economy*, Londres e Washington, DC, <http://newclimateeconomy.report/workingpapers/wp-content/uploads/sites/5/2017/10/Green-Industrialisation-and-Entrepreneurship-in-Africa.pdf>.
- Bughin, J. et al. (2016), *Lions on The Move II: Realizing the Potential of Africa’s Economies*, McKinsey Global Institute, McKinsey & Company, <https://www.mckinsey.com/featured-insights/middle-east-and-africa/lions-on-the-move-realizing-the-potential-of-africas-economies>.
- Byamugisha, F. (2013), *Securing Africa’s Land for Shared Prosperity: A Program to Scale Up Reforms and Investments*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/732661468191967924/pdf/780850PUB0EPI00LIC00pubdate05024013.pdf>.
- CEPED (2016), *Inventaire des recensements et enquêtes démographiques en Afrique*, Centre Population et Développement, Université Paris Descartes, Paris, <http://www.ceped.org/ireda/spip.php?article66&lang=fr>.
- Chacha, M. (2014), “Regional integration and the challenge of overlapping memberships on trade”, *Journal of International Relations and Development*, Vol. 17/4, pp. 522-544, <https://link.springer.com/article/10.1057%2Fjird.2013.13>.
- Christiaensen L. et al. (2018), “Migrants, towns, poverty and jobs: Insights from Tanzania”, *Policy Research Working Paper*, No. 8340, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/613771518633294230/pdf/WPS8340.pdf>.
- Christiaensen L., J. De Weerd e R. Kanbur (2017), “Where to create jobs to reduce poverty: Cities or towns?”, *Working Paper C-40300-TZA-1*, International Growth Centre, www.theigc.org/wp-content/uploads/2017/05/Christiaensen-et-al-2017-working-paper.pdf.
- Christiaensen, L. e Y. Todo, (2014), “Poverty reduction during the rural-urban transformation: The role of the missing middle”, *Policy Research Working Paper*, No. 6445, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/15587/wps6445.pdf>.
- Climate Policy Initiative (2012), “San Giorgio group case study: Ouarzazate I concentrated solar power – Morocco”, relatório preparado pela Climate Policy Initiative para o San Giorgio Group, <https://climatepolicyinitiative.org/publication/san-giorgio-group-case-study-ouarzazate-i-csp/>.
- Cling, J.-P. et al. (2014), *The Informal Economy in Developing Countries*, Routledge, Londres/Nova Iorque.
- Coolidge, J. e F. Yilmaz (2014), “Does e-filing reduce tax compliance costs in developing countries?”, *Investment Climate in Practice*, No. 21, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20428>.
- Corrigan, T. (2016), “Space, soil and status: Insights from the APRM into the governance of land in Africa”, *Saia Occasional Paper*, No. 229, South African Institute of International Affairs, Joanesburgo, www.saiia.org.za/occasional-papers/1032-space-soil-and-status-insights-from-the-aprm-into-the-governance-of-land-in-africa.

- CSAO (2016), *Transformations in the Food Economy and Implications for Policy Making*, Secretariado do Clube do Sahel e da África Ocidental, Abuja, Nigéria, www.oecd.org/swac/topics/handout-transformations-food-economy-ENG.pdf.
- CUA (2015), *Agenda 2063: The Africa We Want*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, <https://au.int/en/Agenda2063/popular-version>.
- De Melo, J., M. Nouar e J.-M. Solleder (2017), “Integration along the Abuja road map – A progress report”, *FERDI Working Paper*, No. 191, <http://www.ferdi.fr/fr/publication/p191-integration-along-abuja-road-map>.
- Deininger, K. (2003), “Does cost of schooling affect enrollment by the poor? Universal primary education in Uganda”, *Economics of Education Review*, Vol. 22/3, pp. 291-305, <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.629.4081&rep=rep1&type=pdf>.
- Dihel N. e A.G. Goswami (2016), *The Unexplored Potential of Trade in Services in Africa: From Hair Stylists and Teachers to Accountants and Doctors*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/24968>.
- Esiara, K. (2018), “Rwanda bourse rolls out an SME segment”, *The East African*, 1 de abril de 2018, www.theeastafrican.co.ke/business/Rwanda-bourse-rolls-out-an-SME-segment/2560-4367674-1sqqf8/index.html.
- FAO (2017), *Formalization of Informal Trade in Africa Trends, Experiences and Socio-economic impacts*, Organização para a Alimentação e a Agricultura, Acra, www.fao.org/3/a-i7101e.pdf.
- Farole, T. (2016), *Factory Southern Africa?: SACU in Global Value Chains - Summary Report (English)*, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/973351468195001238/pdf/102850-WP-P149486-Box394847B-PUBLIC-Factory-Southern-Africa-FINAL-PUBLISH-002.pdf>.
- Fessehaie, J. (2018), “How can the CFTA help Africa respond to its economic transformation imperative?”, *Bridges Africa*, Vol. 7/1, International Centre for Trade and Sustainable Development, Genebra, <https://www.ictsd.org/bridges-news/bridges-africa/news/how-can-the-cfta-help-africa-respond-to-its-economic-transformation>.
- Frazier, G. (2017), “Examining the impact of the common external tariff of the East African Community in Uganda”, *International Growth Centre Policy Paper*.
- Gatamah, K. (2002), *Launching Corporate Governance in Africa with an Emphasis on Kenya*, Centre for International Private Enterprise, Washington, DC, www.cipe.org/sites/default/files/publication-docs/gatamah.pdf.
- Gelb, A. et al. (2009), “To formalize or not to formalize? Comparisons of microenterprise data from Southern and East Africa”, *Center for Global Development Working Paper*, No. 175, Washington, DC, www.cgdev.org/content/publications/detail/1422458.
- GIZ (2013), *Support to Land Reform Project in Namibia*, Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (BMZ), www.giz.de/projekt/daten/projects.action?request_locale=en_EN&pn=201322767.
- Grogan, L. (2009), “Universal primary education and school entry in Uganda”, *Journal of African Economies*, Vol. 18/2, <https://doi.org/10.1093/jae/ejn015>.
- ICA (2017), *Infrastructure Financing Trends in Africa 2016*, Infrastructure Consortium for Africa, Abidjan, www.icafrica.org/fileadmin/documents/IFT_2016/Infrastructure_Financing_Trends_2016.pdf.
- ICTSD (2018), “African leaders prep for summit on continental trade deal”, *Bridges Africa*, Vol. 22/4, International Centre for Trade and Sustainable Development, Genebra, www.ictsd.org/bridges-news/bridges/news/african-leaders-prep-for-summit-on-continental-trade-deal.
- ITC (2016), *Investing in Trade Promotion Generates Revenue - A Study of Trade Promotion Organizations*, International Trade Centre, Genebra, www.intracen.org/uploadedFiles/intracenorg/Content/Publications/160204-Investing%20in%20trade%20promotion_low-res.pdf.
- Jütting, J. e J. de Laiglesia (2009), *Is Informal Normal?: Towards More and Better Jobs in Developing Countries*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264059245-en>.
- Kappel, R., B. Pfeiffer e H. Reisen (2017), “Compact with Africa: Fostering private long-term investment in Africa”, *Discussion paper 13/2017*, German Development Institute (DIE), Bona, www.die-gdi.de/discussion-paper/article/compact-with-africa-fostering-private-long-term-investment-in-africa/.
- Kasita, M. (2011), “Establishing communal land registration in Namibia: The process, benefits and challenges”, *Annual World Bank Conference on Land and Poverty 2011*, Washington, DC, <http://siteresources.worldbank.org/INTIE/Resources/475495-1302790806106/EstablishingKasitaPres4.pdf>.

- Khan, M. (2009), *Governance, Growth and Poverty Reduction*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, <http://dag.un.org/handle/11176/377014>.
- Lall S. V., J.V. Henderson e A.J. Venables, (2017), *Africa's Cities: Opening Doors to the World*, World Bank Group, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25896>.
- Locke, A. e G. Henley (2016), *Urbanisation and Land Property Rights: The Need to Refocus Attention*, Overseas Development Institute, Londres, www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10309.pdf.
- Lopez Gonzalez, J., P. Kowalski e P. Achard (2015), "Trade, global value chains and wage-income inequality", *OECD Trade Policy Papers*, No. 182, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5js009mzrqd4-en>.
- Ministério da Educação e Investigação Científica do Benim (1999), *Education pour tous: Bilan à l'an 2000*, <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002193/219306f.pdf>.
- Moriconi-Ebrard, F., D. Harre e P. Heinrigs (2016), *Urbanisation Dynamics in West Africa 1950–2010: Africapolis I, 2015 Update*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264252233-en>.
- Morris, M. e J. Barnes (2006), "Regional development and cluster management: Lessons from South Africa", in *Development on the Ground: Clusters, Networks and Regions in Emerging Economies*, University of Cape Town, pp. 278-298, https://open.uct.ac.za/bitstream/item/22614/Morris_Regional_2006.pdf?sequence=1.
- Naudé, W. (2017), "Entrepreneurship, education and the Fourth Industrial Revolution in Africa" *Discussion Paper Series*, No. 108555, Institute of Labor Economics, Bona, <http://ftp.iza.org/dp10855.pdf>.
- NCTTCA (2017), *Northern Corridor Transport Observatory Report: Trade and Transport Facilitation*, 10th Issue, Northern Corridor Transit and Transport Coordination Authority, http://top.ttcanc.org/download_doc.php?docid=150410290402214866.
- Nishimura, M. et al., (2009), "A comparative analysis of universal primary education policy in Ghana, Kenya, Malawi and Uganda", *Journal of International Cooperation in Education*, Vol. 12/1, pp. 143-158, <http://home.hiroshima-u.ac.jp/cice/wp-content/uploads/2014/03/12-1-10.pdf>.
- OCDE (2013), *Perspectives on Global Development 2013: Industrial Policies in a Changing World*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/persp_glob_dev-2013-en.
- OCDE (2015a), *Policy Framework for Investment 2015 Edition*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264208667-en>.
- OCDE (2015b), *Taxation of SMEs in OECD and G20 Countries*, OECD Tax Policy Study, No. 23, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264243507-en>.
- OCDE (2015c), *OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises, 2015 Edition*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264244160-en>.
- OCDE (2016a), *Sub-Saharan SIGI Regional Report*, Publicações OCDE, Paris, www.genderindex.org/wp-content/uploads/files/docs/Brochure_SIGI_SSA_web.pdf.
- OCDE (2016b), *Multi-dimensional Review of Côte d'Ivoire: Volume 3. From Analysis to Action*, OECD Development Pathways, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264258501-en>.
- OCDE (2017a), *Examen multidimensionnel du Maroc: Volume 1. Évaluation initiale*, OECD Development Pathways, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274945-fr>.
- OCDE (2017b), *Green Growth Indicators 2017*, OECD Green Growth Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264268586-en>.
- OCDE (2017c), *Interrelations between Public Policies, Migration and Development*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265615-en>.
- OCDE (2017d), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>.
- OCDE (2017e), *Preventing Ageing Unequally*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264279087-en>.
- OCDE (2018a), *Making Blended Finance Work for the Sustainable Development Goals*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264288768-en>.
- OCDE (2018b), *Private Philanthropy for Development*, The Development Dimension, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264085190-en>.
- OCDE (2018c), *Illicit Financial Flows: The Economy of Illicit Trade in West Africa*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264268418-en>.

- OCDE (2018d), “Youth well-being policy review of Malawi”, EU-OECD Youth Inclusion Project, Paris, www.oecd.org/dev/inclusivesocietiesanddevelopment/Youth-well-being-policy-review-Malawi.pdf.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OCDE/OIT (2018), *How Immigrants Contribute to Developing Countries’ Economies*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, e Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264288737-en>.
- OIT (2015), *Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling Up Investments in Decent Jobs for Youth*, International Labour Office, Genebra, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/dgreports/dcomm/publ/documents/publication/wcms_412015.pdf.
- Oosthuizen, M. et al., (2016), “Informality and inclusive growth in sub-Saharan Africa”, *ELLA Regional Evidence Papers*, da autoria de Development Policy Research Unit, University of Cape Town, <http://bit.ly/REPDpru>.
- Otiso, K.M. (2005), “Kenya’s secondary cities growth strategy at crossroads: Which way forward?” *GeoJournal*, No. 62, pp. 117-128, <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs10708-005-8180-z.pdf>.
- PNUA (2015), *Green Economy: Building Inclusive Green Economies in Africa, Experience and Lessons Learned 2010-2015*, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, [http://www.greengrowthknowledge.org/sites/default/files/downloads/resource/Building Inclusive Green Economies In Africa UNEP.pdf](http://www.greengrowthknowledge.org/sites/default/files/downloads/resource/Building%20Inclusive%20Green%20Economies%20In%20Africa%20-%20Final%20-%202015.pdf).
- PNUD (2014), *Inclusive Green Growth in Africa: Rationale, Challenges and Opportunities*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, África do Sul, www.za.undp.org/content/dam/south-africa/docs/mdgs/Inclusive%20Green%20Growth%20in%20Africa-Rationale%20Challenges%20and%20Opportunities1.pdf.
- Quisumbing, R.A. e N. Kumar, (2014), *Land Rights Knowledge and Conservation in Rural Ethiopia, Mind the Gender Gap*, International Food Policy Research Institute, www.gender-gap.net/sites/default/files/documents/ifpridp01386.pdf.
- Reisen, H. (2015), “Will the AIIB and the NDB help reform multilateral development banking?”, *Global Policy*, Vol. 6/3, pp. 297-304, <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12250>.
- Roy, R. (2016), “The cost of air pollution in Africa”, *OECD Development Centre Working Paper*, Paris, www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DEV/DOC/WKP%282016%295&docLanguage=En.
- Shimeles A., D.Z. Gurara e F. Woldeyes, (2017), “Taxman’s dilemma: Coercion or persuasion? evidence from a randomized field experiment in Ethiopia”, *American Economic Review*, Vol. 107/5, pp. 420-424, <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.p20171141>.
- SOE Network for Southern Africa (2014), *Guidelines on the Governance of State-Owned Enterprises for Southern Africa*, OECD-Southern Africa Network on the Governance of State-Owned Enterprises, www.oecd.org/daf/ca/SOE-Guidelines-Southern-Africa.pdf.
- TNC (2015), *Upper Tana-Nairobi Water Fund Business Case. Version 2*, The Nature Conservancy, Nairobi, www.nature.org/ourinitiatives/regions/africa/upper-tana-nairobi-water-fund-business-case.pdf.
- UA (2018), *List of Countries Which Have Signed, Ratified/Accessed to the African Charter on Values and Principles of Decentralisation, Local Governance and Local Development*, União Africana, Adis Abeba, <https://au.int/sites/default/files/treaties/7802-sl-african-charter-on-the-values-and-principles-of-decentralisation-local.pdf> (consultado em 3 de maio de 2018).
- UA/UNECA (2012), *Boosting Intra African Trade*, Comissão da União Africana e Comissão das Nações Unidas para África, Adis Abeba, https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/ATPC/issues_affecting_intra-african_trade_proposed_action_plan_for_biat_and_framework_for_the_fast_tracking_en.pdf.
- UN-Habitat (2013), *Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity*, UN-Habitat, Nairobi, <https://unhabitat.org/books/streets-as-public-spaces-and-drivers-of-urban-prosperity/>.
- UNCTAD (2014), *Economic Development in Africa: Catalysing Investment for Transformative Growth in Africa*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/tdb61d4_en.pdf.
- UNCTAD (2015), *Economic Development in Africa Report 2015: Unlocking the Potential of Africa’s Services Trade for Growth and Development*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/aldcafrica2015_en.pdf.

- UNCTAD (2018), *African Continental Free Trade Area: Challenges and Opportunities of Tariff Reductions*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ser-rp-2017d15_en.pdf.
- UNECA (2016a), *Greening Africa's Industrialisation*, Economic Report on Africa, Comissão das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.uneca.org/publications/economic-report-africa-2016.
- UNECA (2016b), *Africa's Blue Economy: A Policy Handbook*, Comissão das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/blueeco-policy-handbook_en.pdf.
- UNESCO (2015a), *Children out-of-School, or in School but Still Not Learning?*, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/children-out-of-school-or-in-school-but-still-not-learning-en.pdf>.
- UNESCO (2015b), *Gender and EFA 2000-2015: Achievements and Challenges*, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Paris, <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002348/234809E.pdf>.
- UNIDO (2013), *Africa Investor Report 2013 - Executive Summary*, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Viena, www.unido.org/sites/default/files/2014-09/Executive_Summary_AIS_2013_Report_xiamen_2014_0.pdf.
- Van Fleet, J.W. (2012), *Africa Learning Barometer*, Centre for Universal Education, Brookings Institution, <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2012/09/Africa-Learning-BarometerFINAL.pdf>.

Anexo estatístico

Os dados usados nesta primeira edição de *Dinâmicas do desenvolvimento em África* foram compilados e apresentados em tabelas no website do Centro de Desenvolvimento (www.oecd.org/development/africa-s-development-dynamics-2018-9789264302501-en.htm) juntamente com alguns indicadores sociais e económicos que contextualizam a análise do relatório. Os valores são apresentados numa base nacional para os países africanos para os quais há dados disponíveis. Os nomes das tabelas disponíveis para descarregar em formato Excel são os seguintes:

Tabela 1. Indicadores de crescimento, emprego e desigualdade	Tabela 10. Diversificação das exportações
Tabela 2. Crescimento do PIB anual	Tabela 11. Comércio regional e global
Tabela 3. Divisão setorial da economia	Tabela 12. Influxos financeiros externos
Tabela 4. Decomposição do crescimento por despesas	Tabela 13. Projeções populacionais
Tabela 5. Finanças públicas	Tabela 14. Bem-estar subjetivo
Tabela 6. Indicadores de desigualdade e pobreza	Tabela 15. Indicadores básicos de saúde
Tabela 7. Indicadores de género	Tabela 16. Indicadores básicos de educação
Tabela 8. Características da mão-de-obra	Tabela 17. Infraestruturas
Tabela 9. Comércio por intensidade de transformação	Tabela 18. Sustentabilidade ecológica

Além de dados a nível do país, as estatísticas são usadas para calcular valores agregados para os seguintes grupos:

- As cinco regiões da União Africana (conforme definidas pelo Tratado de Abuja)
- África, Ásia, América Latina e Caraíbas e o mundo
- **Países ricos em recursos**
Países que obtêm uma fração significativa do seu PIB da extração de recursos naturais do subsolo são referidos como “ricos em recursos”. As dotações destes recursos podem ter grandes implicações no desenvolvimento económico, político e social. Os países definidos no presente relatório como ricos em recursos naturais foram identificados como aqueles para os quais mais de 10% do PIB veio de recursos naturais do subsolo durante, pelo menos, 5 dos 10 anos anteriores.
- **Nível de rendimento**
O Banco Mundial divide os países do mundo em quatro categorias baseadas no RNB per capita em 2016, usando o seu método atlas:¹ países de baixo rendimento, países de rendimento médio-baixo, países de rendimento médio-alto e países de rendimento elevado.
- **Acesso geográfico**
O relatório apresenta uma divisão entre países sem litoral, países que possuem costa e nações insulares. Ter acesso ao comércio mundial pode ser complicado dado o acesso, ou falta deste, de um país ao oceano, revelando-se, todavia, que as nações insulares têm padrões de desenvolvimento diferentes dos das outras nações costeiras. Para além desta divisão tripartida dos países, o presente relatório fornece dados sobre os chamados “países em desenvolvimento sem litoral (LLDC)” e “pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS)” oriundos do gabinete das Nações Unidas do Alto Representante para os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos estados insulares em desenvolvimento (UN-OHRLLS).²
- **Os países menos desenvolvidos³**
Além de definir os países como LLDC e SIDS, o UN-OHRLLS também classifica alguns países como “os países menos desenvolvidos (LDC)” a partir de 1 de julho de 2018. Esta categorização dos países foi oficialmente estabelecida em 1971, pela

Assembleia Geral das Nações Unidas, e representa os países que enfrentam baixos níveis de desenvolvimento sócio-económico. Os países são designados como países LDC com base em critérios de rendimento, saúde e educação das suas populações e da sua vulnerabilidade económica.

Estas tabelas apresentam o ano mais recente dos dados, mas o conjunto de dados completo que remonta a 2000 também pode ser descarregado.

Notas

1. Ver <http://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378832-what-is-the-world-bank-atlas-method>.
2. Ver <http://unohrlls.org> para mais informações.
3. Ver <http://unohrlls.org/about-ldcs/criteria-for-ldcs/>.

African Union Commission, PO Box 3243, Roosevelt Street (Old Airport Area), W21K19, Addis Ababa, Ethiopia
ISBN 978-92-95104-48-8
OECD PUBLISHING, 2, rue André-Pascal, 75775 PARIS CEDEX 16
(41 2018 22 UP) ISBN 978-92-64-30629-5 – 2018

Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018

CRESCIMENTO, EMPREGO E DESIGUALDADES

Quais são as principais tendências económicas e sociais em África? Qual o papel africano na globalização? Este novo relatório anual apresenta uma África aberta ao mundo e voltada para o futuro. *Dinâmicas do desenvolvimento em África* tira partido das lições aprendidas nas cinco regiões africanas – Austral, Central, Norte de África, Ocidental e Oriental – para desenvolver recomendações e partilhar boas práticas. O relatório identifica políticas inovadoras e propõe recomendações práticas de políticas adaptadas às especificidades das economias africanas.

Partindo das mais recentes estatísticas disponíveis, esta análise das dinâmicas do desenvolvimento pretende ajudar os líderes africanos a atingir as metas da Agenda 2063 da União Africana a todos os níveis: continental, regional e nacional. Este relatório centrar-se-á num tema estratégico todos os anos. A presente edição explora as dinâmicas do crescimento, do emprego e das desigualdades, e propõe dez ações decisivas para promover um desenvolvimento social e económico sustentável e fortalecer as instituições em África.

O presente volume promove um debate sobre políticas entre as nações da União Africana, os cidadãos, os empresários e os investigadores. A sua ambição é fazer parte de uma nova cooperação entre países e regiões centrada na aprendizagem mútua e na preservação dos bens comuns. Este relatório resulta de uma parceria entre a Comissão da União Africana e o Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Consulte esta publicação on-line em <https://au.int/ea> e <https://doi.org/10.1787/9789264306301-pt>

Esta obra encontra-se publicada no site da União Africana e na OECD iLibrary, que reúne todos os livros, periódicos e bases de dados estatísticas da OCDE. Visite www.au.int e www.oecd-ilibrary.org para mais informações.

